

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM TEMPOS DE
REPRESSÃO NA BAIXADA FLUMINENSE**

GABRIEL SOUZA BASTOS

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM TEMPOS DE
REPRESSÃO NA BAIXADA FLUMINENSE**

GABRIEL SOUZA BASTOS

Sob a Orientação da Professora
Dra. Leonilde Servolo de Medeiros

Tese submetida como requisito parcial
para a obtenção do **grau de doutor em**
Ciências Sociais, do Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

Rio de Janeiro
Dezembro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bastos, Gabriel Souza, 1988-
B327m Memória e Resistência Camponesa em Tempos de
Repressão na Baixada Fluminense / Gabriel Souza
Bastos. - Rio de Janeiro, 2022.
372 f.: il.

Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2022.

1. Baixada Fluminense. 2. Memórias coletivas. 3.
Conflitos por terra. 4. Campesinato. 5. Ditadura
empresarial-militar. I. Medeiros, Leonilde Servolo
de, 1949-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance code 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

GABRIEL SOUZA BASTOS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do
grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 14/12/2022.

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof. Dr.^a DEBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr. MARIO GRYNSPAN (UFF)

Prof. Dr. JEAN RODRIGUES SALES (UFRRJ)

Prof. Dr. FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO (UESPI)



Emitido em 14/12/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 25611/2022 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/12/2022 18:17)

DEBORA FRANCO LERRER
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: ###232#1

(Assinado digitalmente em 15/12/2022 11:58)

JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: ###206#5

(Assinado digitalmente em 16/12/2022 11:11)

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: ###64#1

(Assinado digitalmente em 15/12/2022 21:37)

FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.387-##

(Assinado digitalmente em 15/12/2022 13:51)

MARIO GRYSZPAN
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.667-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **25611**, ano: **2022**,
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **15/12/2022** e o código de verificação: **844842ca76**

*São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
(...)
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruzeiros sem nomes, sem corpos, sem datas
(Gonzaguinha – Pequena Memória para um Tempo sem Memória)*

*Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês*

*Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões*

(Histórias Para Ninar Gente Grande - Samba-Enredo 2019 - G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira)

Essa tese é dedicada à memória de Marielle Franco (27/07/1979 – 14/03/2018)

AGRADECIMENTOS

*Quem tem um amigo tem tudo
Se o poço devorar, ele busca no fundo
É tão dez que junto todo stress é miúdo
É um ponto pra escorar quando foi absurdo
Quem tem um amigo tem tudo
Se a bala come, mano, ele se põe de escudo
Pronto pro que vier mesmo a qualquer segundo
É um ombro pra chorar depois do fim do mundo
Emicida – Quem tem um Amigo (Tem Tudo)*

Não é possível caminhar só nesse mundo. A lista de agradecimentos é extensa, pois esse trabalho só foi possível de ser concluído com a ajuda de muita gente, com quem caminhei lado a lado durante esses longos anos em que esse trabalho foi desenvolvido.

Antes de tudo, gostaria de agradecer aos meus familiares, meu pai e minha mãe, Rogério e Lizete, e ao meu irmão Tiago que sempre me apoiaram em todos os sentidos possíveis, desde muito antes, durante e, com certeza, depois do desenvolvimento desse trabalho. Agradeço também ao meu tio Roberto, que também sempre me estimulou e deu grande suporte em minha vida acadêmica.

Agradeço à minha orientadora, Leonilde Medeiros, que sempre zelou pelo meu crescimento intelectual, bem como pelo engrandecimento desse trabalho. Agradeço também a todo o corpo docente do CPDA que, sem dúvida, foram de gigantesca importância para minha formação. Agradeço a todos os técnicos administrativos e terceirizados do CPDA, cujo trabalho foi fundamental para que essa tese fosse desenvolvida e cuja amizade sempre será carregada em minha memória. Agradeço a todas e todos de Pedra Lisa e adjacências que, de alguma forma, contribuíram com esse trabalho.

Agradeço aos meus amigos de infância, André Fonseca, Bruno Déde e Hugo Déde, com quem caminhei desde os primórdios dessa vida e que acompanharam toda minha trajetória profissional até o presente momento, passando, inclusive, pelos primeiros passos do desenvolvimento desse trabalho, quando Hugo me cedeu espaço em sua casa em Juiz de Fora, onde pude focar no projeto para o processo seletivo do doutorado no CPDA.

Agradeço a todos os colegas, estudantes de mestrado e doutorado com quem me relacionei e desenvolvi amizade ao longo desses anos no CPDA (e agregados), desde meu mestrado, passando pelo período em que trabalhei em pesquisa para a Comissão Estadual da Verdade, até o doutorado (em ordem alfabética): Adriano Forigo, Aline Braz, Aline Maia, Annagesse Feitosa, Bruna Figueiredo, Camilo Montero, Catalina Perez, Daniel Jamal, Daniel Teixeira, Elis Galvão, Elisa Garcia, Eric da Guia, Fabrício Teló, Fernando Aglio, Hannah Cepik, Helena Lopes, Iby Montenegro, Jenny Tanaka, Joaquim Alves, Joyce Barbosa, Juan Azuero, Juanita Benavides, Larissa Cabral, Leandro Bonnacinni, Leandro Cabral, Lorena Correa, Lucas Ramos, Luiza Dantas, Luiza Dulci, Maria Otávia, Mariana Reinach, Nadja Ohana, Natalia Grajales, Rayanne Medeiros, Renata Milanês, Ricardo Brito, Valdênio Meneses, Vicente Carvalho, Vidal Assis, Yamira Rodrigues e muitos outros que posso ter me esquecido de mencionar.

Agradeço a Afonso Fernandes e Isabel Lessa por, além da amizade, terem compartilhado seu tempo e dedicação intelectual comigo, em nosso grupo de estudos sobre Walter Benjamin. Agradeço, além dos já citados, a todos os *Mad Marxers*, Álvaro Neiva, Antônio Bastos, Daniel Oliveira, Henrique Vieira, João Oliveira, Juliana Kazan, Thamires Regina, Tiago Castro, Verônica Freitas, Otto Faber e Paloma Gomes, com quem pude compartilhar breves momentos de alegria durante os tempos mais sombrios da pandemia. Muitos deles compartilharam comigo interesse pelo trabalho em andamento. Agradeço à Laura

Pechman, cujo carinho e companheirismo esteve sempre presente nesses dois últimos anos de escrita da tese.

Agradeço, além dos já citados, a todas e todos camaradas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com quem militei, vivendo momentos de esperança e engajamento ao longo desses anos em que dividi meu tempo entre militância e doutorado. Também do partido em sua maioria, agradeço aos amigos com quem dividi um apartamento, onde morei durante boa parte dessa caminhada do doutorado: o já mencionado Afonso Fernandes, Lucas Batal, Mário Barreto, Jéssica Pietrani e Juanita Benavides. Pessoas que acompanharam o dia a dia de trabalho que desenvolveu essa tese, com quem sempre compartilhei momentos de alegria, agonia e entusiasmo.

Agradeço também a todos os colegas do Collective of Agrarian Schollar Activists from the South (CASAS), com quem tive a oportunidade de compartilhar grandes insights de pesquisa, em uma colaboração internacional que foi fundamental para esse trabalho: Andrea Sosa, Amod Shah, Boaventura Mojane, Dibe Ayoub, Dzifa Torvikey, Harshita, Guadalupe Sátiro, Kranthi Nanduri, Mercedes Ejarque, Natalia Pérez, Rahma Hassan, Senait, Suravee Nayak, Sinem Kavak, Sérgio Coronado, Yukari e muitos outros. Agradeço também aos organizadores do JPS Writeshop, que proporcionaram a possibilidade desse encontro: os professores Jun (Saturnino) Borrás, Ruth Hall, Shapan Adnan e todos os outros envolvidos nessa iniciativa. Agradeço também ao professor Stefan Rinke, meu supervisor de período de intercâmbio na Freie Universität Berlin, assim como todos os colegas do Lateinamerika-Institut, cuja cooperação internacional também foi fundamental para a elaboração desse trabalho.

Agradeço a todos os alunos e professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ), de Paracambi, com quem compartilhei experiências de ensino e amizade ao longo do ano de 2019, bem como a todos professores e alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com quem venho compartilhando a mesma experiência desde 2021. Agradeço ao meu amigo Yan Vianna, técnico administrativo dessa universidade, que me facilitou hospedagem por um semestre, no traslado Juiz de Fora-Rio de Janeiro, nos últimos meses de escrita dessa tese.

Agradeço a todos os *boeiros* desse Rio de Janeiro, com quem pude compartilhar momentos de alegria, após o encerramento do expediente de trabalho, fator essencial para conseguir seguir em frente quando a semana começasse novamente: Ana Aline, Ana Peixoto, Bia, Daniel Sinivirta, Diego Nemer, Fabrício Boneccini, Felipe Veloso, Fernanda Campello, Fernanda Spiesbierger, Henrique Juliano, Jaqueline Santana, Isadora Coutinho, João Gila, Joice Viecceli, Lívia Rodrigues, Leonardo Amatuzzi, Luísa Teixeira, Paula, Phreddie, Rodrigo Torres, Thays Monticelli, Thiago Judson, Vinícius Azevedo, Vinícius Mauro e muitos outros, cujos nomes e encontros estão sempre se somando nas ruas e nas lutas.

Gabriel Bastos, Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

RESUMO

BASTOS, Gabriel Souza. **Memória e resistência camponesa em tempos de repressão na Baixada Fluminense**. 2022. 372p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2022.

Muito se fala no Brasil – tanto na literatura especializada quanto nas representações memorialísticas – a respeito da repressão que se abateu sobre o movimento estudantil e organizações da esquerda revolucionária durante a ditadura militar, dando ênfase ao ano de 1968 como marco para a intensificação da repressão ou até mesmo como início efetivo da ditadura. Entretanto, a repressão que se abateu sobre os setores mais pauperizados da classe trabalhadora, especialmente sobre os camponeses, é pouco conhecida. O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações memorialísticas sobre formas de resistência e organização camponesa, bem como acontecimentos repressivos voltados para as populações rurais da Baixada Fluminense em áreas periurbanas próximas da cidade do Rio de Janeiro, onde houve grande mobilização de entidades de trabalhadores rurais na luta pela terra no período anterior ao golpe de 1964. Tomando como caso para esse estudo uma localidade conhecida como Pedra Lisa, hoje pertencente ao município de Japeri, que esteve conectada com diversas outras mobilizações camponesas da Baixada Fluminense, foram realizadas análises documentais, jornalísticas e entrevistas com moradores da região que vivenciaram esses acontecimentos. A fim de analisar dinâmicas memorialísticas ao longo do tempo, foram feitas comparações com entrevistas fornecidas por outros pesquisadores, realizadas nas últimas décadas, com moradores dessa mesma localidade. Verifica-se que sobre essas populações, a repressão não começa nem termina com a ditadura, mas se intensifica imediatamente após o golpe de 1964, gerando dinâmicas memorialísticas que se alteram ao longo do tempo, mas sempre marcadas pelo medo e atitudes forçadas de esquecimento.

Palavras chave:

Baixada Fluminense, memórias coletivas, conflitos por terra, campesinato, ditadura empresarial-militar.

ABSTRACT

BASTOS, Gabriel Souza. **Peasant memory and resistance in times of repression in Baixada Fluminense**. 2022. 372p. Thesis (PhD in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences Post Graduation Program in Agriculture, Development and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2022.

Much is said in Brazil - both in specialized literature and in memorialistic representations - about the repression that targeted the student movement and organizations of the revolutionary left during the military dictatorship, emphasizing the year 1968 as a landmark for the intensification of repression or even as the effective beginning of the dictatorship. However, the repression that struck the poorest sectors of the working class, especially the peasants, is little known. The present work aims to analyze the memorial representations of forms of resistance and peasant organization, as well as repressive events that befell the rural populations of the Baixada Fluminense, a region with peri-urban areas near the city of Rio de Janeiro, where there was a great mobilization of rural workers' entities in the struggle for land in the period prior to the coup of 1964. Taking as a case for this study a locality known as Pedra Lisa, nowadays in the municipality of Japeri, which was connected with several other peasant mobilizations in the Baixada Fluminense, documentary and journalistic analyses were carried out, as well as interviews with local residents who had experienced these events. In order to analyze memorial dynamics over time, comparisons were made with interviews provided by other researchers, conducted in recent decades, with residents of this same locality. It is verified that for these populations, the repression does not begin or end with the dictatorship, but intensifies immediately after the coup of 1964, generating memorial dynamics that change over time, but always marked by fear and forced attitudes of forgetfulness.

Key words:

Collective memories, Brazilian military dictatorship, land conflicts, peasantry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Centro de Pedra Lisa	36
Figura 2: Mapa da região estudada com os limites municipais da década de 1950.....	37
Figura 3: Mapa da região estudada com os limites municipais atuais.....	38
Figura 4: Mapa dos conflitos e assentamentos estaduais estudados – Nova Iguaçu, Japeri e Queimados	40
Figura 5: Carteira de filiação do PCB de Bráulio Rodrigues.....	112
Figura 6: Panfleto da candidatura de Bráulio Rodrigues da Silva a Vereador em Nova Iguaçu, 1954.....	114
Figura 7: Jornal <i>Imprensa Popular</i> , 28/12/1954, p.8.....	118
Figura 8: Comemoração e instalação da placa de Bronze em Pedra Lisa (<i>Última Hora</i> , 16/07/1958)	120
Figura 9: Mapa dos conflitos fundiários em torno do município do Rio de Janeiro entre 1948 e 1964.....	139
Figura 10: Jornal <i>O Globo</i> , 20/05/1957 (Acervo de Doquézia Paes Leme)	143
Figura 11: Posseiro aponta para o local onde seu casebre fora destruído (<i>A Noite</i> , 16/06/1956)	153
Figura 12: Placa de bronze comemorativa das desapropriações das Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira	155
Figura 13: <i>O Globo</i> , 10/07/1953 (Acervo de Doquézia Paes Leme)	157
Figura 14: Casa destruída por policiais. (<i>Imprensa Popular</i> , 20/07/1957, p.6)	159
Figura 15: Panfleto da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa de convite ao casamento de Apolinário Ângelo de Almeida e Belmira Mendes (acervo de Doquézia Paes Leme)	167
Figura 16: Ocupação da Fazenda do Capixaba. <i>Jornal do Brasil</i> , 28/01/1986.....	261
Figura 17: José Mathias dos Santos	272
Figura 18: Prédio da associação em ruínas, em 2014	298
Figura 19: Núcleo Agrário Miguel Couto Filho, sede do SRT Japeri e da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa e Adjacências, em 2017, após reformas	302

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Área e número de famílias do Assentamento Fazenda Normandia	43
Quadro 2: Área e número de famílias do Assentamento Fazenda Pedra Lisa.....	44
Quadro 3: Origem de posseiros em Pedra Lisa	108
Quadro 4: Lavradores na Região de Pedra Lisa (1940-1964)	110
Quadro 5: Relações políticas de associados da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa	137

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	15
INTRODUÇÃO	18
A Problemática da Pesquisa: Conflitos, Repressão, Esquecimento e Memória dos Grupos Sociais Subalternos	25
A Região Pesquisada Ontem e Hoje	34
Considerações Metodológicas: Entre Memórias e Arquivos.....	45
Estrutura da Tese.....	51
PARTE I – DITADURA, HISTÓRIA, MEMÓRIA E QUESTÃO AGRÁRIA.....	52
1 – AS PARTICULARIDADES DA MEMÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA A RESPEITO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR.....	53
1.1 – Golpe, Atores Sociais, Historiografia e Memória.....	55
1.2 – Memória Dividida e Transição Negociada: o Passado como Agente Social do Presente	60
1.3 – A Política das Memórias Coletivas e os Conflitos e Repressão no Campo	67
PARTE II – CONJUNTURA POLÍTICA, QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS POR TERRA: DO MACRO AO MICRO (1946-1964).....	72
2 – QUESTÃO AGRÁRIA, CAMPESINATO E A CONJUNTURA POLÍTICA DE 1946-1964: DO INTERNACIONAL AO LOCAL.....	73
2.1 – Breve Panorama da Conjuntura Política Agrária no Brasil	74
2.2 – As Disputas Fundiárias no Estado do Rio de Janeiro	81
2.3 – Antecedentes dos Conflitos por Terra e Atores Sociais Envolvidos	89
2.3.1 – A atuação estatal em políticas agrícolas e de saneamento na Baixada Fluminense	90
2.3.2 – Mudança na estrutura agrária e expansão urbana na Baixada Fluminense entre 1930 a 1950	94
2.3.3 – Núcleos de colonização e indefinição de posse da terra	97
3 – DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS EM PEDRA LISA: POSSEIROS, MEDIADORES, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	102
3.1 – Lavradores Associados: Posseiros, Meeiros e Lideranças Camponesas	104
3.2 - Mediadores: Comunistas, Parlamentares, Jornalistas e Advogados.....	116
3.3 – Grileiros, Proprietários e Negociadores de Terras.....	122
3.4 – Associativismo, Identidade Política e Formas de Ação Coletiva	127
3.5 – Conflitos e Atores em Cena	132

4 – CONFLITOS POR TERRA E O MOVIMENTO CAMPONÊS NA BAIXADA FLUMINENSE (1948-1964).....	139
4.1 – Sociedade de Lavradores e Posseiros em Disputa com Companhia Fazendas Reunidas Normandia e Sócios: Fazenda Santo Antônio do Mato e Limeira e Fazenda Tenente Pacheco (1948 – 1958).....	140
4.2 – A Expansão dos Conflitos e da Base Social da Associação: Fazenda São Pedro (1953 – 1959) e Fazenda Tenente Pacheco (1955 – 1960)	156
4.3 – Áreas Contíguas à Fábrica Nacional de Motores (FNM): Fazenda São Lourenço e Fazenda Capivari (1952-1961) e a Atuação da ALF	171
4.4 – Núcleo Colonial Santa Alice (1961 – 1963).....	177
4.5 – Conflitos por Terra no Estado do Rio de Janeiro no Pré-1964 para além da Baixada Fluminense.....	182
4.6 – Características gerais dos conflitos por terra na Baixada Fluminense e no interior do estado do Rio de Janeiro (1948-1964)	183
PARTE III – OS ANOS DE CHUMBO.....	186
5 – MOVIMENTO CAMPONÊS E OS ANOS DE CHUMBO.....	187
5.1 – Golpe de Estado e a Questão Agrária	188
5.2 – Estatuto da Terra e Modernização Conservadora: Políticas para o Campo no Contexto da Ditadura Empresarial-Militar	194
5.3 – Efeitos Locais do Golpe na Política Institucional.....	199
6 – FORMAS DE REPRESSÃO NAS ÁREAS DE CONFLITO DA BAIXADA FLUMINENSE NO PERÍODO IMEDIATO APÓS O GOLPE.....	204
6.1 – A Resistência Abortada, mas Rememorada.....	206
6.2 – A Repressão e sua Memória Impedida (ou Subterraneamente Rememorada)	214
6.3 – Formas Pouco explícitas de Repressão Política: os Entrega-Lista e a Apropriação Particular de Terras	219
6.4 – A Volta dos que Foram: Memória Impedida e Subterrânea Dentro de uma Experiência de Expulsão Seletiva.....	226
6.5 – As Ações Repressivas da Guarda Rural do IBRA e da Guarda do IBDF.....	231
6.6 – Resistência, repressão e dinâmicas da memória e do esquecimento	234
7 – A RECOMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO CAMPONÊS NA DÉCADA DE 1980 NA BAIXADA FLUMINENSE E CONFLITOS POR TERRA	236
7.1 – Mudanças da Estrutura Agrária na Baixada Fluminense na Década de 1970	239
7.2 – A retomada das Mobilizações por Terra em Nova Iguaçu na Década de 1980.....	246
7.2.1 – Campo Alegre e o impulso de recomposição da luta pela terra.....	251

7.2.2 – Fazenda Tenente Pacheco (Assentamento Fazenda Normandia) e arredores: novas reivindicações por terra, antigos atores	254
7.2.3 – Fazenda do Capixaba e Assentamento Fazenda Pedra Lisa (1986)	259
PARTE IV – DINÂMICAS SOCIAIS DAS MEMÓRIAS COLETIVAS EM PEDRA LISA – CONFLITOS POR TERRA, MOBILIZAÇÃO CAMPONESA E REPRESSÃO	265
8 – CAMPESINATO, DITADURA, RESISTÊNCIA REPRESSÃO E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO	266
8.1 – Quem Mandou matar José Mathias? Rememoração, Economia Moral, Ação Política e Resistência Camponesa.....	270
8.2 – Identidades e Memórias Fragmentadas.....	278
8.3 – O Fantasma do Comunismo: Reflexões Sobre Memórias Divididas e Identidade Social Deteriorada.....	285
8.4 – A Assombração da Ditadura: Trauma e Silêncio entre a Memória Impedida e a Memória Subterrânea.....	291
8.5 – A Quem Pertence essa Terra? Memória Dividida, Identidade e Narrativas sobre Legitimidade e Ilegitimidade: Lugares de Memória e a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências	298
CONSIDERAÇÕES FINAIS	305
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	313
ANEXOS:	326
Anexo A – Acervo de lavradores.....	327
Anexo A I – Estatuto da Sociedade Cooperativa de Colonização e Expansão Rural de Pedra Lisa.....	327
Anexo A II – Edital de convocação e convocatória da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa em 1960, em documento não identificado.....	336
Anexo A III – Carta de Ignácio José Barcellos	337
Anexo B – Acervo de Doquézia Paes Leme	340
Anexo B I – Jornais não identificados	340
Anexo B II – Documentos policiais	343

LISTA DE SIGLAS

ABM – Associação de Bairros e Moradores
ACINI – Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu
ACISO – Ação Cívico-Social
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ALF – Associação de Lavradores Fluminense
ANAPAP – Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas
AP – Ação Popular
APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcional
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CBA/RS – Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul
CCV - Comissão Camponesa da Verdade
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEDRO – Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável
CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CFMDP – Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
CEV-RJ – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro
CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPA – Comissão Nacional de Política Agrária
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CONCLAP – Conselho Nacional das Classes Produtoras
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DOERJ – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DTC - Divisão de Terras e Colonização
ECEME – Escola de Comando do Estado-Maior
EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil
ESG – Escola Superior de Guerra
FALERJ – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FAMEJA – Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri
FETAG-RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FLERJ – Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FNM – Fábrica Nacional de Motores
FNSC – Fazenda Nacional de Santa Cruz
FSJBM – Fazenda São José da Boa Morte
IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
MAB – Movimento Amigos do Bairro
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MNPT – Movimento Nacional Popular Trabalhista
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MUB – Movimento de União de Bairros de Duque de Caxias
NAF – Núcleo Agrícola Fluminense
NEAD/MDA - Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário
NCSC – Núcleo Colonial de Santa Cruz
NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo/ Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC - Partido Democrata Cristão
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SAR – Superintendência de Assentamentos Rurais
SEAF – Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos
SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SNI – Serviço Nacional de Informação
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
UDN – União Democrática Nacional
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE – União Nacional dos Estudantes

“Neste vale que só lamentos ecoa,
Lembraí o escuro e o que gélido voa”
BRECHT, *A ópera dos três vinténs*

Ao historiador ansioso por penetrar no cerne de uma época, Fustel de Coulanges recomendou que ele deveria, então, tirar da cabeça tudo o que soubesse sobre o posterior transcurso da história. É impossível caracterizar melhor o método com o qual o materialismo histórico rompeu. É um processo de empatia. Sua origem é um pesadume do coração, a acedia, que renuncia a se apossar da autêntica imagem histórica que fugaz fulgura. Entre os teólogos medievais, ela era considerada como a origem da melancolia. Flaubert, que havia travado conhecimento com ela, escreve: “Poucas pessoas hão de adivinhar quão triste é preciso ter estado para ressuscitar Cartago”. A natureza dessa melancolia se torna mais nítida quando se lança a questão: afinal, com quem se identifica o historiador do historicismo? A inelutável resposta é: com o vencedor. Os dominadores num certo momento histórico são, no entanto, os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder. Com isso já se disse o suficiente para o materialista histórico. Quem até esta data sempre obteve a vitória participa da grande marcha triunfal que o dominador de hoje celebra por cima daqueles que hoje estão atirados no chão. Como era de costume, a pilhagem é arrastada junto no cortejo triunfal. Costuma-se chama-la de: bens culturais. No materialista histórico, eles terão de contar com um observador distanciado. Pois tudo o que ele consegue perceber em termos de bens culturais, tudo, sem exceção, tem uma origem que ele não pode rememorar sem horror. Eles devem a sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que os produziram, mas também à anônima servidão dos seus contemporâneos. Não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento de barbárie. E assim como os próprios bens culturais não estão livres de barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros. Por isso, o materialista histórico se afasta o máximo possível da tradição. Ele considera como tarefa sua pentear a história a contrapelo.

Walter Benjamin, (1985, p.156-157). *Teses Sobre Filosofia da História*; Tese VII

INTRODUÇÃO

No dia primeiro de abril de 1964, enquanto tropas do Exército vindas de Minas Gerais¹ rumavam para a cidade do Rio de Janeiro, o Presidente da República João Goulart recuava para o Rio Grande do Sul e, na madrugada seguinte, o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade², declarava vaga a Presidência da República, consolidando assim o golpe de 1964, um grupo de homens armados ligados a grileiros³ chegava na região de Pedra Lisa – zona rural de Nova Iguaçu, atualmente município de Japeri, Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁴ – procurando por lideranças camponesas, com o objetivo de matá-las (SILVA, 2008). Logo depois, uma tropa do Exército, contando com tanques de guerra, ocupou a região de Pedra Lisa por algum tempo, buscando suspeitos e armas escondidas em diversas casas, impondo violência contra os moradores, conforme relatos colhidos na pesquisa de campo. Diversas lideranças dessa região fugiram, ficando em uma situação de clandestinidade, outros foram presos – alguns torturados – e um clima de perseguição política foi instaurado na localidade, que também contou com a atuação de “dedos-duros”, que apresentavam nomes de lideranças para os comandantes da repressão em troca de benesses, conforme será demonstrado no decorrer deste trabalho.

Esse processo de repressão e perseguição política foi precedido por mais de uma década de intensos conflitos fundiários nessa região. A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa organizou, ao longo dos anos de 1950 e início dos 60, lutas judiciais e resistências armadas frente a tentativas de despejos articuladas por pretensos proprietários e especuladores de terras, organizando-se com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de um mandato do Partido Social Democrata (PSD), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sindicatos, com a Federação das Associações de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) e com a imprensa que os apoiava, os jornais *Imprensa Popular*, *Voz Operária*, *Terra Livre*, *Última Hora*, *Luta Democrática* e *A Noite*. Essas mobilizações culminaram em desapropriações de terras pelo governo estadual a favor dos posseiros.

¹ Trata-se do “Destacamento Tiradentes”, que partiu de Juiz de Fora, em Minas Gerais, para a cidade do Rio de Janeiro, no estado da Guanabara, onde se encontrava o Presidente da República. Era formado por tropas do Exército sediadas na 4ª Região Militar, da 4ª Divisão de Infantaria e da Polícia (SILVA, 2014, p. 177).

² Auro de Moura Andrade era vice-presidente do Senado, posto que, na prática, correspondia à presidência da casa, enquanto o cargo de presidência do Senado era formalmente atribuído ao Vice-Presidente da República. A vacância da Presidência da República foi declarada em sessão do Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados) na madrugada de 2 de abril de 1964. (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/27/auro-de-moura-andrade-a-servico-do-golpe-declarou-vaga-a-presidencia> - acessado em 07/10/2020).

³ A categoria *grileiro*, assim como *posseiro*, é uma categoria relacional, que deve ser compreendida no contexto de conflitos por terras e como um grupo atribuído ao outro – e a si mesmo – determinada identidade. Na década de 1950 e 1960, Mário Grynszpan (1987), analisando o estado do Rio de Janeiro, compreende que se trata de uma categoria atribuída aos agentes responsáveis por despejos de trabalhadores rurais, com o objetivo de se apropriarem das terras que estes – que normalmente se denominavam como *posseiros* – ocupavam e trabalhavam. A categoria *grileiro* envolve desde compradores irregulares de terras, com a intenção de expulsar posseiros, até empresas.

⁴ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a segunda maior área metropolitana do Brasil, seguida apenas da de São Paulo. Instituída pela Lei Complementar nº 20, de 1 de julho de 1974, que também determinou a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (ocorrida em 15 de março do ano seguinte), atualmente engloba os seguintes municípios: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé, Itaboraí, Mesquita, Nilópolis, Maricá, Queimados, Itaguaí, Japeri, Seropédica, Guapimirim, Paracambi e Tanguá.

Outras regiões rurais na Baixada Fluminense⁵ e em outros pontos do interior do estado do Rio de Janeiro que, no período anterior ao golpe, foram focos de conflitos por terra e de mobilização camponesa, passaram por acontecimentos semelhantes quase que imediatamente após a deflagração do golpe de 1964. Em Magé, especialmente na gleba América Fabril, grileiros começaram a agir em conjunto com policiais para despejar, sem mandato judicial, trabalhadores rurais, apenas alegando que eram “subversivos” ou “comunistas” (TEIXEIRA, 2018). Em Duque de Caxias, em áreas de conflito no distrito de Xerém – tais como a Fazenda São Lourenço e Capivari, áreas rurais próximas à Fábrica Nacional de Motores (FNM) – há relatos de roubos, prisões seguidas de tortura e destruição de plantações e casas perpetradas pelo Exército (MAIA, 2018). Na Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu⁶, o Exército fez uma incursão para expulsar posseiros e prender lideranças (BRITO, 2018). Na região do norte-fluminense, há relatos de prisões e desaparecimentos no Núcleo Colonial do Imbé, área também de conflitos por terra (NEVES, 2018). Com o golpe de 1964, as 22 desapropriações de terras, ocorridas no estado do Rio de Janeiro desde 1958 a favor de posseiros, foram revertidas (ERNANDEZ, 2010).

Esse padrão de repressão aos trabalhadores rurais em áreas de conflitos e mobilização camponesa se repetiu nacionalmente. “Onde havia mobilização, a resposta imediata era mais repressão, fosse ela oficial, pelo DOPS⁷, fosse pela tolerância à ação violenta dos proprietários de terra, por meio de seus jagunços” (MEDEIROS, 2014, p. 202)⁸. Houve intervenção na então recém fundada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁹ e nas federações estaduais filiadas mais ativas, assim como em sindicatos de trabalhadores rurais municipais. No caso do Rio de Janeiro, os dirigentes foram substituídos, na maioria das vezes, por membros da Federação dos Círculos Operários Fluminense, entidade ligada à Igreja Católica que se envolvia com mobilizações de trabalhadores rurais para disputar sua base social com setores ligados ao Partido Comunista (MEDEIROS, 2014) e financiada pelo Instituto de Pesquisa Social (IPES), grupo que foi um dos principais articuladores do golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981, p. 646).

Em suma, após o golpe de 1964, a ditadura empresarial-militar buscou desmantelar o que existia de consolidado no movimento camponês em todo o país, com a intenção de minimizar seu papel na cena política nacional. Assim, a questão agrária foi sendo progressivamente militarizada (MARTINS, 1984) e a agenda da reforma agrária foi politicamente esvaziada, sendo elaborada através do Estatuto da Terra, sem a participação das

⁵ A caracterização de Baixada Fluminense se altera ao longo do tempo e é objeto de disputa interpretativa dentro da literatura especializada. No geral, o termo busca caracterizar municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que têm características políticas, sociais, econômicas e fisiográficas comuns. Não adentraremos aqui no mérito da discussão, mas utilizaremos o termo para nos referirmos aos territórios que atualmente englobam os municípios de Itaguaí, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé e São João de Meriti.

⁶ O município foi incorporado à Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2013, através da Lei Complementar Nº 158/13, publicada em 27/12/2013 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

⁷ Departamento de Ordem Política e Social. Criado em 30/12/1924, extinto em 04/03/1983, o DOPS foi um órgão de polícia política, utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na ditadura empresarial-militar.

⁸ Para além do estado do Rio de Janeiro, conforme Regina Bruno (1997, p. 125), “o golpe de 64 favoreceu o acerto de contas e o revide dos latifundiários, que aproveitaram a situação para ameaçar, expulsar e matar trabalhadores rurais”. A autora menciona reportagem do jornal *Correio da Manhã*, de 04/12/1964, que se refere à expulsão de 350 famílias que viviam há mais de 30 anos em fazendas dos municípios de Lagedo (hoje, Lajedo, com J) e Igarapu, ambos em Pernambuco. “Um grave sentimento de frustração domina o trabalhador do campo”, diz a reportagem, “a maioria convencida de que os proprietários rurais estão se aproveitando do movimento militar de abril para uma ação de revide injustificável e ilegal” (*Correio da Manhã*, apud Bruno, 1997, p. 125).

⁹ Atualmente, a CONTAG leva o nome de Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

entidades de trabalhadores rurais que foram alvo da repressão, abrindo espaço para que um projeto conservador de modernização da agricultura fosse implementado no país.

Passados quase 60 anos do golpe e quase 40 anos desde o fim da ditadura, a sombra desse passado parece exercer enorme força sobre o tempo presente, influenciando nossa própria caminhada para o futuro, conforme aponta Tim Ingold (2007) em sua análise sobre como distintas temporalidades têm lugar na vida social. Há de se notar que as disputas em torno das memórias a respeito da ditadura de 1964 têm origens de longa data. O argumento desenvolvido por Marcos Napolitano (2014), a esse respeito, é bastante elucidativo.

Em primeiro lugar, as próprias origens do regime ditatorial, que se consolidou através de um misto de interesses, impuseram diversas marcas que os grupos envolvidos pretendiam imprimir a este regime. Uma das consequências disso “foram os desafios para a construção de um discurso homogêneo e, conseqüentemente, de uma memória oficial sobre o golpe e o regime militar. Os dissensos que rapidamente surgiram dentro da coalizão civil-militar vitoriosa em março de 1964 aprofundaram essa tendência” (NAPOLITANO, 2014, p. 314)¹⁰. Os blocos políticos trabalhista e comunista (em suma, as esquerdas), também não lograram de elaborar um discurso homogêneo a respeito de sua derrota ocorrida naquele ano. Essa divisão memorialística é reforçada na década de 1980, com o surgimento de novos movimentos sociais e do Partido dos Trabalhadores (PT), criticando tanto os trabalhistas quanto os comunistas das duas décadas anteriores, conforme afirmado por Napolitano (2014).

O autor argumenta que se estabelecem memórias fragmentadas a respeito do regime ditatorial, resultado destas divisões. Entretanto, é na década de 1970 que essas memórias vão começar a paulatinamente se reconstruir, na medida em que algumas elites econômicas passaram a se distanciar do regime¹¹, chegando até mesmo a se misturar com discurso de grupos da esquerda moderada, também críticos ao regime. Conforme Napolitano (2014, p. 316), “a melhor expressão dessa convergência é a relação ambígua da imprensa liberal”, que se posicionava pela deposição de João Goulart em 1964 e que, posteriormente, tolerou a falta de liberdades civis com o Ato Institucional N° 5 (AI-5), mas, ao mesmo tempo, consagrou “a cultura da esquerda e algumas vozes intelectuais críticas ao regime, construindo uma arquitetura da memória com elementos da crítica liberal e da crítica da esquerda” (*Ibidem*). É diante dessa convergência que surge aquilo que o autor chama de “memória hegemônica sobre o regime militar”, que vai se consagrar nas pesquisas acadêmicas, na imprensa liberal e nos meios de comunicação em geral, sendo capaz de isolar o discurso oficial da ditadura, que perdia sua base social de apoio à medida que a crise política e econômica crescia na virada da década de 1970 para a década de 1980.

A memória, um tanto errática e fragmentada, sobre o golpe e o regime militar foi o resultado lógico e simbólico desta divisão, não apenas entre esquerda e direita, mas dentro de ambas as correntes ideológicas básicas. (...) Poderíamos definir o resultado desse processo como a afirmação de uma memória hegemônica sobre a ditadura, que não deve ser confundida com uma história oficial. Esta é fruto de uma simbiose

¹⁰ No que diz respeito a esses dissensos, uma das primeiras medidas do governo de Humberto Castello Branco foi uma reforma agrária “feita por cima”, sem a participação dos trabalhadores rurais, por meio do Estatuto da Terra. Esse foi um dos primeiros e, quiçá, também um dos principais dissensos imediatos entre os grupos golpistas que assumiram o poder em 1964. Essa discussão será aprofundada no capítulo 5. No que diz respeito ao termo “civil-militar”, empregado pelo autor, apesar de, de fato, terem sido os golpistas compostos por grupos tanto civis quanto militares, entre os grupos “civis”, o setor social mais representativo, capaz de dar direcionamento ao movimento conspiracionista e golpista, foi empresarial (DREIFUSS, 1981). Em decorrência disso, e a partir de um diálogo com Demian Melo (2014) compreendemos ser mais adequado utilizar o termo “ditadura empresarial-militar” e “golpe empresarial-militar” ao invés de “civil-militar”. Esse tema será abordado cuidadosamente no capítulo 1.

¹¹ Referimo-nos aos agentes empresariais, tecno-burocratas e os ideólogos que os apoiavam, que colaboraram com o golpe de 1964 e fizeram parte dos primeiros governos militares após sua consolidação.

entre a memória das elites e a história dos grupos que ocupam o poder político de Estado e deve ser produzida e sancionada por historiadores de ofício em instituições legitimadas pelo poder. A história oficial faz com que o discurso das elites sociais e políticas seja mais ou menos homogêneo sobre um período histórico, admitindo-se pequenas nuances interpretativas. A memória hegemônica sobre o golpe (e sobre o regime como um todo) é exatamente o contrário disso, criando um fosso entre as elites políticas que mandavam no país e os grupos sociais que tinham mais influência na ‘sociedade civil’ e atuavam sob o signo da ‘resistência’ (NAPOLITANO, 2014, p. 316-317).

Em termos gramscianos, é por meio da sociedade civil que vai se constituir a oposição ao discurso elaborado pela sociedade política¹², ou seja, aquele Estado ditatorial que se encontrava em posição de enfraquecimento. Nessa disputa, a categoria “resistência” tem um aspecto importante para a elaboração da memória hegemônica, que não é construída apenas pelos “vencidos”, sendo “uma memória cheia de armadilhas que selecionou elementos e identidades políticas entre estes vencidos, colocando em um segundo plano, por exemplo, o projeto da esquerda armada” (NAPOLITANO, 2015, p. 19). Mesmo com a incorporação, ainda que em segundo plano, de identidades políticas das esquerdas, a memória hegemônica é, “fundamentalmente, uma memória liberal-conservadora. Ao elogiar a resistência em abstrato, e condenar as ações de alguns resistentes, em concreto (como os guerrilheiros), a memória liberal conseguiu, arditosamente, apagar o papel dos liberais na construção da ordem autoritária” (*Ibidem*, p. 19-20).

Na Nova República, incorporada, portanto, de distintas maneiras, mas com alguns pontos em comum, pela mídia; pelo sistema escolar e da produção de conhecimento; por associações de preservação da memória; associações políticas de classe e movimentos sociais; por grande parte do sistema jurídico e pelo campo artístico, a categoria de “memória hegemônica”, elaborada por Napolitano (2014; 2015), foi o resultado de um encontro simbiótico entre diferentes narrativas a respeito do regime ditatorial, sustentada por bases frágeis de uma transição negociada da ditadura para um regime democrático. Quando falamos, portanto, em memória hegemônica sobre a ditadura de 1964, estamos nos referindo a uma espécie de consenso social mínimo sobre o que foi esse regime ditatorial, marcado pela condenação do regime totalitário e pela valorização do regime constitucional de 1988. Mas, ao

¹² As noções de sociedade civil e sociedade política, assim como a noção de hegemonia de Antonio Gramsci (2001, 2014a) são aqui apropriadas em diálogo com a noção de campo político de Pierre Bourdieu (2012). Tal como apontado por Sônia Mendonça (2014, p. 34), em Gramsci, o Estado “não deve e nem pode ser pensado como organismo próprio de um grupo ou fração de classe, (...) [mas como] uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos”. Dentro desse descompasso, o Estado é composto *pela sociedade política* e pela *sociedade civil*, ou *Estado integral* e *Estado ampliado*. Enquanto o primeiro se refere ao Estado e suas instituições propriamente ditas, onde é exercido o domínio direto sobre as massas, dentro de suas funções de hegemonia e coerção, o segundo se refere às associações privadas dos grupos dominantes e dominados, a “arena” da luta de classes onde se dá a disputa pela hegemonia. Assim, a apropriação do conceito de *campo político* de Bourdieu (2012) se dá dentro desses termos. Isto é, trata-se de um espaço onde distintos grupos de distintas classes, inseridos dentro da arena política do Estado Integral ou Estado ampliado, nos termos de Gramsci (2001), irão disputar sua legitimidade política dentro das “regras do jogo”, dentro daquilo que é palatável e aceitável na arena pública de determinada conjuntura política. Esses distintos agentes dispõem, por sua vez, conforme atestado por Bourdieu (2012), da produção de produtos políticos, para serem absorvidos por indivíduos – que podem pertencer a qualquer classe social ou fração de classe –, distantes do campo político, gerando assim uma divisão do trabalho político, expressa entre representantes e representados. O que mais importa, portanto, dentro da arena da luta de classes do Estado ampliado, disputada entre distintos agentes políticos, são as capacidades que os produtos políticos – produzidos por distintos agrupamentos – têm de mobilizar representados, ou seja, sua capacidade de aumentar sua base social, que se adere ao seu discurso e programa político produzido.

mesmo tempo e em decorrência das frágeis bases de transição, essa memória hegemônica, sustentada por diversas instituições, tanto da sociedade civil quanto da sociedade política, sempre foi um espaço de conflito, gerando o fenômeno paradoxal de se constituir uma memória hegemônica que é contra a ditadura, mas que, ao mesmo tempo, preserva seus valores (NAPOLITANO, 2014, 2015).

As memórias coletivas da sociedade brasileira a respeito desse regime ditatorial constituem algo semelhante ao que Alessandro Portelli (1996) compreende como “memória dividida”¹³, assumindo uma feição de disputa política cada vez mais acirrada no tempo presente. Isso se torna evidente se focarmos nossa lente para os acontecimentos recentes da nossa história e como as memórias a respeito da ditadura de 1964 têm sido objeto de disputa política mais acirrada desde os massivos protestos de junho de 2013, quando gigantescas manifestações políticas que ocorreram em todo o país, principalmente nas capitais e grandes cidades, cujo gatilho foi o aumento das passagens de transporte público¹⁴, mas que assumiram aspectos diversos, abrindo o flanco até mesmo para que manifestações golpistas e nostálgicas em relação à ditadura de 1964 começassem a ter espaço no campo político (BOURDIEU, 2012). Não por acaso, já em 2013, no mês de novembro, foi realizado um ato em Brasília contando com a presença de apenas três pessoas, pedindo intervenção militar e, poucos meses depois, em 22 de março de 2014, é realizada a reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo cerca de 200 pessoas no Rio de Janeiro e cerca de 500 em São Paulo. Nos anos seguintes, manifestações públicas dessa natureza vão se tornando cada vez mais comuns¹⁵.

Partindo da noção de hegemonia de Antonio Gramsci (2014a), isto é, o alicerce do exercício do poder de determinada classe através do equilíbrio entre força e consenso¹⁶, percebe-se que as estruturas fundantes da Nova República se abalam após esses acontecimentos por meio de uma grave crise de legitimidade e representatividade desse regime político, abrindo espaço para que a memória hegemônica a respeito da ditadura de 1964 pudesse ser colocada em xeque (NAPOLITANO, 2015).

* * *

Nosso interesse aqui, entretanto, não é o de analisar propriamente as dinâmicas sociais dessas “memórias hegemônicas” a respeito da ditadura, mas as margens dela. O que dizer sobre as memórias coletivas de grupos de camponeses que foram vítimas da violência repressiva

¹³ Portelli (1996) utiliza o termo “memória dividida” para se referir a como se manifestam múltiplas memórias coletivas em uma pequena cidade montanhosa na Itália, na região da Toscana, a respeito de um massacre empreendido por forças nazistas na Segunda Guerra Mundial. Por um lado, há manifestações da memória oficial, celebrando a resistência dos *partisans* e, por outro, memórias locais que classificam ações da resistência como irresponsáveis, tendo levado os alemães a retaliarem com o massacre. Não se trata de uma polarização memorialística entre a “oficial” e a “local”, mas de uma multiplicidade de memórias fragmentadas, internamente divididas, ideológica e culturalmente mediadas, expressas através de instituições, grupos e indivíduos.

¹⁴ Esses acontecimentos são, até o presente momento, objeto de grandes polêmicas e distintas análises sociológicas e políticas, nas quais não entraremos aqui.

¹⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/trio-faz-protesto-na-esplanada-e-pede-intervencao-militar-no-brasil.html> - <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-reedicao-de-marcha-da-familia-no-centro-do-rio.html> - <https://globoplay.globo.com/v/3232108/> (acessados em 28/07/2022). Agradeço a contribuição de Verônica Tavares de Freitas, que vem realizando pesquisa sobre esse tema, pelo fornecimento desses dados.

¹⁶ A noção de hegemonia de Antonio Gramsci é elaborada ao longo de seus Cadernos do Cárcere e referida em diversas passagens. Damos destaque aqui ao caderno 13 (2014a), onde o autor se refere não só à mera obtenção de domínio ideológico de determinada classe, e/ou agrupamentos de classes sobre as massas, mas como o estabelecimento de uma racionalidade política de classe, com a necessidade de um equilíbrio entre força e consenso. Isto é, sua capacidade de elaborar sua visão de mundo, alargar seu interesse de classe e convencer outras classes de sua perspectiva. Evidentemente, a compreensão gramsciana de que determinada classe detém da hegemonia política na sociedade, implica em dizer que outra classe é subalterna.

perpetrada pelo regime ditatorial? Esses grupos foram também alvo de uma violência epistêmica, isto é, o esquecimento desses acontecimentos repressivos? Como a questão agrária desse período é lembrada e no que isso implica para os tempos atuais? Existe conexão ou influência, entre memórias coletivas hegemônicas a respeito desse regime ditatorial com a maneira pela qual esses grupos o lembram? Como essas memórias dialogaram com o tempo presente, ao longo das décadas? Em que medida as memórias coletivas desses grupos sociais subalternos se alteram com o tempo?

Na epígrafe que abre o presente trabalho, quando Walter Benjamin se refere a “pentear a história a contrapelo”, sua contribuição, conforme apontado por Michael Löwy (2005), lança luz sobre dois aspectos: um histórico e outro político. No que diz respeito ao primeiro, Benjamin nos convida a interpretar a história contra sua “versão oficial”¹⁷, colocando a tradição dos oprimidos enquanto contraponto. “Desse ponto de vista, entende-se a continuidade histórica das classes dominantes como um único e enorme cortejo triunfal, ocasionalmente interrompido por sublevações das classes subalternas” (LÖWY, 2005, p. 74). O segundo aspecto, político, coincide com a crítica de uma visão linear da história, que supõe um progresso inevitável. Essa crítica se aplica também a uma suposição ortodoxa do marxismo, da inevitabilidade do fim do capitalismo. Diferente disso, o ponto de vista de Benjamin supõe que “a redenção/revolução não acontecerá graças ao curso natural das coisas, o ‘sentido da história’, o progresso inevitável. (...) Deixada à própria sorte, (...) a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e opressão” (*Ibidem*). No geral, em suas *Teses sobre Filosofia da História*, Benjamin delega para as gerações que o sucederam uma preocupação essencial: traduzir as rupturas revolucionárias do passado em uma força emancipadora no presente, que seja capaz de interromper a continuidade de séculos de opressão.

De Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht à Marielle Franco e Anderson Gomes; dos “mártires de Chicago” aos sem-terra de Eldorado dos Carajás; de Ernesto Che Guevara a Margarida Maria Alves - e outros incontáveis -, Walter Benjamin faz um chamado a se reescrever a *história a contrapelo* - isto é, ir contra a corrente da história oficial, opondo a esta as tradições dos oprimidos - capaz de redimir cada vítima do passado para a emancipação humana (LESSA; BASTOS, 2020)¹⁸.

A que nos interessam essas reflexões?

A intencionalidade utópico-revolucionária de Benjamin em torno de suas *Teses sobre Filosofia da História* nos auxilia a pensar a história a partir do ponto de vista dos vencidos e das classes e grupos sociais subalternos, de maneira universal. A “história a contrapelo”, na visão de Benjamin, não se faz por si só e a redenção/revolução não está “escrita nas estrelas”, em um sentido “natural” da história. Pelo contrário, conforme pontuado pelo autor, a história deixada à própria sorte é a expressão máxima do “cortejo triunfal” das vitórias das classes dominantes. O “pessimismo” revolucionário de Benjamin, entretanto, se opõe ao fatalismo melancólico das classes dominantes, onde os grupos sociais subalternos não são considerados agentes históricos transformadores. Pelo contrário, Benjamin convoca as gerações que o sucederam a organizar o pessimismo, compreendendo “que somente por suas próprias mãos o curso da história da barbárie pode ser interrompido. A história está *aberta*, nos ensina Benjamin” (LESSA; BASTOS, 2020).

¹⁷ E também hegemônica – a partir das distinções entre a memória oficial e memória hegemônica sobre a ditadura, expostas acima, a partir da compreensão de Napolitano (2014).

¹⁸ Agradeço à Isabel Lessa e Afonso Henrique Fernandes pelas reflexões elaboradas em conjunto a respeito de *As Teses sobre o Conceito de História*, de Walter Benjamin em grupo de estudo que realizamos em 2020.

Entretanto, a elaboração da história a contrapelo – e a necessária e consequente ação política dos grupos sociais subalternos – é fragmentada, devido às suas próprias experiências históricas. A esse respeito, Gramsci afirma:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso (GRAMSCI, 2002, p. 135).

Gramsci toma como base para essa reflexão teórica a análise de algumas experiências de disputas de poder por grupos populares, tais como as sociedades em armas de comunas italianas no século XIII, que formaram magistraturas e autoridades próprias e também a análise de diversas iniciativas de constituição de leis próprias de grupos subalternos na Roma antiga. O que diferencia o Estado antigo e medieval do moderno, postula Gramsci, é que, no primeiro, a subordinação entre grupos sociais se evidenciava em crises sociais agudas e, em tempos ordinários, os subalternos dispunham de vida e instituições próprias quase que à parte das classes dominantes. No caso dos Estados Modernos, a subordinação se dá a partir da hegemonia ativa dos grupos dirigentes, gerando outros tipos de autonomia organizativa dos grupos sociais subalternos, ligados à autoridade hegemônica dos grupos sociais dirigentes, tais como partidos, sindicatos, associações, que podem ser até mesmo abolidos em períodos totalitários.

Conforme explicado anteriormente, o esvaziamento político da reforma agrária após o golpe de 1964 foi acompanhado pela repressão às entidades de trabalhadores rurais e intervenção sindical, o que abriu espaço para que, posteriormente, um projeto conservador de modernização da agricultura fosse implementado. A minimização do movimento camponês na política nacional, por meio da repressão e de mudanças na direção do sindicalismo rural por intervenção do Ministério do Trabalho na ditadura (MEDEIROS, 2014) corresponde a esse tipo de experiência histórica de desagregação dos grupos sociais subalternos, apontada acima por Gramsci, por iniciativa dos grupos dominantes.

Mas o que restou nas representações sociais da memória dos grupos sociais subalternos a respeito desses acontecimentos de mobilização e repressão? Pretendemos nos aprofundar na experiência desses grupos sociais, buscando compreender o que há de fundamental nessas memórias impedidas e suas relações com o desconhecimento notoriamente público a respeito da experiência camponesa na ditadura. Em que medida esse esquecimento tem influência na forma como a ditadura é rememorada e como a questão agrária é tratada hoje?

A partir dessas compreensões, este trabalho tem duplo objetivo analítico no que diz respeito às experiências das populações camponesas inseridas nas áreas de mobilização social da Baixada Fluminense: em primeiro lugar, compreender acontecimentos a partir da análise de documentos e representações coletivas da memória. Em segundo lugar, analisar as dinâmicas sociais das memórias coletivas a respeito da mobilização social por políticas fundiárias distributivas; as formas de resistência frente a tentativas de despejo; dos conflitos por terra e da repressão política que se abateu sobre trabalhadores rurais e suas entidades na Baixada Fluminense, tomando como caso aprofundado a Região de Pedra Lisa. Tal região passou por um processo de intensos conflitos fundiários, repressão e perseguição política ao longo das décadas que antecederam e sucederam o golpe de 1964. Buscaremos analisar como se produzem narrativas do passado por indivíduos e grupos; suas percepções e construções identitárias em torno dessas memórias ao longo do tempo, bem como a ação coletiva mobilizada pela memória e a memória mobilizada pela ação coletiva. Esse segundo objetivo tem como base as representações sociais da memória a respeito desses acontecimentos

tomadas não apenas como fonte, mas também como objeto de análise.

A Problemática da Pesquisa: Conflitos, Repressão, Esquecimento e Memória dos Grupos Sociais Subalternos

Nos primeiros parágrafos dessa tese, fizemos menção a diversas formas de repressão – perpetradas por agentes públicos e privados – que ocorreram em zonas rurais da Baixada Fluminense imediatamente após o golpe empresarial-militar de 1964. Os alvos eram trabalhadores rurais das mais distintas categorias que viviam nessas áreas, desapropriadas a seu favor ou não, onde vinha ocorrendo mobilização social camponesa em um contexto de conflitos por terra, na maioria dos casos, com *grileiros*.

Note-se, entretanto, que é comum encontrar na sociedade brasileira representações memorialísticas bastante generosas para com a repressão ocorrida no período inicial da ditadura. Elio Gaspari é um dos principais expoentes desse ponto de vista, reproduzindo uma espécie de “ponto médio”, dentro das tensões e distensões das memórias hegemônicas a respeito da ditadura de 1964. Após se referir à estimativa de cerca de cinco mil prisões nas semanas seguintes ao golpe, dos expurgos de 421 oficiais e de 24 generais e, por fim, das diretorias sindicais depostas, o autor escreve o seguinte: “nos primeiros nove meses do regime morreram mais treze pessoas, número indiscutivelmente baixo nas estatísticas do golpismo latino-americano, porém médio para as quarteladas nacionais” (GASPARI, 2002a, p. 131). Esse tipo de compreensão engendra, por sua vez, periodizações que partem de uma compreensão limitada a respeito da repressão:

Durante os 21 anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato de questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, “aberturas” e “endurecimentos”. De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974, o país esteve em um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática de tortura pelo Estado. Como no primeiro dia da Criação, quando se tratava de separar a luz das trevas, podia-se aferir a profundidade da ditadura pela sistemática com que se torturavam seus dissidentes (GASPARI, 2002a, p. 129)¹⁹.

Indubitavelmente, o AI-5 foi a medida mais arbitrária do regime ditatorial e a repressão se endureceu após sua decretação. Mas esse tipo de periodização, além de considerar a ditadura encerrada em 1979 ao invés de 1985, ao reconhecer que o período de 1964 a 1968 tenha sido uma espécie de “transição”, ou um período de “Estado de exceção constitucional”, sugere que a repressão se deu apenas aos grupos organizados e armados da esquerda, assim como o movimento estudantil e artístico, deixando de lado o reconhecimento da repressão que se abateu contra outros grupos subalternos, como é o caso dos indígenas e dos camponeses e também dos operários. Se a profundidade da ditadura fosse observada também através da experiência de

¹⁹ Esse debate tem repercussões nas ideias que circulam na sociedade, através das já mencionadas memórias hegemônicas sobre o regime ditatorial (NAPOLITANO, 2014, 2015).

setores subalternos, sem dúvida, se constataria que, desde o primeiro dia de sua criação, o regime ditatorial dispunha mais de trevas do que de luz²⁰.

O tema vem ganhando cada vez mais atenção, não só no confronto político da vida social cotidiana, mas também em debates acadêmicos, principalmente, desde a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012 e das Comissões Estaduais, Municipais e setoriais²¹ da Verdade nos anos seguintes. Entretanto, ideias que circulam na sociedade brasileira, muitas vezes apontam que os alvos da repressão foram somente “aqueles envolvidos com política”, que eram oposição ao regime autoritário.

Por outro lado, a disputa pelo reconhecimento sobre a violência que se abateu a diversos segmentos da classe trabalhadora dentro da “memória oficial”²² (POLLAK, 1989), no âmbito da CNV afetou e estimulou a produção acadêmica que se propunha a analisar essas dimensões do regime ditatorial. Apesar de se tratar da mais importante – e tardia – medida de justiça de transição empreendida no Brasil, esse estímulo ao aprofundamento de pesquisas gerado pela CNV se deu por via de caminhos tortuosos e contraditórios, dentro de avanços e limitações, no que diz respeito ao reconhecimento mais ampliado acerca da repressão no regime ditatorial.

Conforme apontado por Gilney Viana (2020), isso se expressa, em primeiro lugar, no que diz respeito ao próprio período investigado pela CNV, que vai de 18 de maio de 1946 a 5 de outubro de 1988, sugerindo uma diluição da ditadura iniciada em 1964 como o regime a ser investigado. Em segundo lugar, a competência de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos (...) por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado”, resolvida pela CNV no início de seus trabalhos, não só se afasta da chamada “teoria dos dois demônios”²³, como amplia a concepção de repressão, podendo ser considerada também aquelas perpetradas por agentes privados, com apoio do Estado ou com interesses comuns a este. Em terceiro lugar, no que diz respeito à quantidade de mortos e desaparecidos, dos 434 mortos e desaparecidos oficialmente reconhecidos pela CNV, salta aos olhos a ausência de

²⁰ Há uma vasta bibliografia que se debruça sobre essa temática. Entre elas, podemos mencionar algumas que contribuíram com o presente trabalho, que abordam questões “gerais”, desde discussões focadas na caracterização e ação dos atores envolvidos na conspiração para derrubar Goulart (DREIFUSS, 1981) até discussões mais recentes, que têm como propósito dar resposta acadêmica aos discursos negacionistas e acientíficos a respeito dessa ditadura (MOTTA, 2021) ou responder questões gerais, que circulam na imprensa, no “senso comum” e no campo acadêmico através de análises da história e da memória (NAPOLITANO, 2014), passando por obras que abordam temas como a relação entre Estado e oposição (ALVES, 1984) ou análises comparativas com outros regimes ditatoriais de caráter militar na América do Sul (PEREIRA, 2010).

²¹ Tais como as instaladas em universidades, por exemplo.

²² Por “memória oficial” ou “memória nacional”, Michael Pollak (1989) compreende como um tipo de memória coletiva que carrega essencialmente uma característica política, através de narrativas oficiais de determinado Estado, dispersa na sociedade, vez ou outra em contato com o campo científico da historiografia. Em contraste com esta, Pollak aponta a “memória marginalizada” ou “subterrânea”. Enquanto a primeira é produzida de forma deliberada, como instrumento de coesão social, a segunda se coloca em uma posição subterrânea da sociedade civil ou de grupos específicos, podendo se manifestar em momentos oportunos. Os trabalhos e o impacto causado pela CNV, evidentemente, expressam o encontro entre a memória oficial e a memória marginalizada.

²³ A teoria dos dois demônios surge inicialmente na Argentina na década de 1970 e 1980, essencialmente a partir “da ideia da existência de duas violências enfrentadas: as guerrilhas de esquerda e as Forças Armadas atuando em nome do Estado; a relação de ação/reação entre essas forças, assumindo ainda a responsabilidade na gênese da violência pela esquerda; a equiparação entre ambas às violências (desde as responsabilidades históricas até a simetria de forças e/ou de métodos); e a situação de exterioridade da sociedade nesse conflito, que é apresentada como alienada, inocente ou vítima dessa violência” (OLIVEIRA e REIS, 2021, p. 60). No Brasil, a teoria dos dois demônios carrega concepções bastante semelhantes. Sua oficialidade é manifesta já no projeto que se tornaria a Lei de Anistia, apresentado pelo então Presidente João Figueiredo em 1979, e reforçada nos debates parlamentares que discutiram propostas de emendas dessa lei, tanto pelo situacionista ARENA, quanto pelo oposicionista MDB (OLIVEIRA e REIS, 2021). Um dos maiores expoentes dessa vertente é a coleção de Gaspari (2002a; b, 2003, 2016) sobre a ditadura, que explica da violência política a partir da “radicalização” dos atores políticos de ambos lados.

indígenas²⁴ e o baixo reconhecimento de camponeses, sendo expressos por apenas 41 vítimas²⁵. Em contraste, conforme pontuado por Viana (*ibidem*), a Comissão Camponesa da Verdade (CCV)²⁶ listou 1.196 camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988. Além do baixo número de camponeses mortos e desaparecidos oficialmente reconhecidos pela CNV, os 41 camponeses listados estão entre os que já haviam sido reconhecidos anteriormente pelo Estado brasileiro, através do Livro-Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)²⁷ e/ou pela segunda edição, de 2009, do *Dossiê sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*²⁸, elaborados pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul (CBA/RS), ambas entidades da sociedade civil. Ambos relatórios trabalhavam sob a ótica de concepção de vítimas apenas entre militantes políticos, isto é, através da exigida comprovação de “participação ou acusação de participação em atividades políticas”, conforme norma estabelecida anteriormente no âmbito da CEMDP.

Por outro lado, é de igual importância destacar que a sub-representação camponesa e a invisibilidade indígena na listagem da CNV convive com a presença de trabalhadores de diversas categorias, caindo por terra a narrativa de que a oposição à ditadura era composta apenas por uma juventude estudantil. Especificamente, as categorias presentes na lista de mortos e desaparecidos da CNV são as seguintes: estudante (29,3%); operário (16,1%); camponês (9,7%); profissional liberal (7,8%); militar (6,9%); professor (5,5%); jornalista (4,6%); bancário (4,4%); trabalhador de serviços/comerciário (3,6%); trabalhador autônomo (3%); não identificada (2,8%); advogado (1,8%); servidor público (1,8%); empresário (1,6%) e religioso (0,9%) (VIANA, 2020). De toda maneira, o contraste entre a quantidade de camponeses listados pela CNV (41) e os listados pela CCV (1.196) é um indicativo de que a repressão provavelmente foi muito maior em todas as categorias profissionais.

Importante sublinhar que a CCV surge a partir de uma demanda de diversas entidades de trabalhadores rurais, povos indígenas e populações tradicionais²⁹, que fizeram, em agosto de

²⁴ Apesar de não terem sido mencionados no Relatório Coletivo da CNV (tomo I), tampouco na listagem dos 434 mortos e desaparecidos reconhecidos oficialmente pela CNV, no Relatório de Mortos e Desaparecidos (volume III), as graves violações de direitos humanos aos povos indígenas aparecem no Volume II do relatório, que são textos temáticos sob responsabilidade dos próprios autores. Especificamente, são mencionados no Texto Temático n. 5, “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”, concluindo que é “possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa” (KEHL, *apud* VIANA, 2020, p. 293). Nas palavras de Viana (2020), a CNV “conheceu e não reconheceu os indígenas mortos e desaparecidos forçados, por isto ausentes do Relatório, Volume III, Mortos e Desaparecidos Políticos” (*Ibidem*, p. 293).

²⁵ Embora muitas das lutas camponesas não tenham sido necessariamente “contra a ditadura”, mas pela permanência na terra para trabalho, contra aqueles que os ameaçavam.

²⁶ Iniciativa da sociedade civil, composta por acadêmicos pesquisadores e membros de organizações camponesas a partir do Encontro Nacional Unificado dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas de agosto de 2012. A CCV interagiu com o GT Camponeses da CNV e elaborou um relatório a ela apresentado, disponível em:

http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Violacoes%20de%20Direitos%20no%20Campo%201946-1988.pdf (acessado em 02/10/2021).

²⁷ Criada a partir da lei n° 9.140 de 04/12/1995, que “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas”, a CEMDP foi responsável por reconhecer pessoas “que tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas” no período de 2 de setembro de 1961 a 16 de agosto de 1979. Período que foi posteriormente alargado até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988, isto é, 5 de outubro de 1988.

²⁸ Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmddp.pdf> (acessado em 02/10/2021).

²⁹ As entidades envolvidas foram: Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Cáritas Brasileira; Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Coordenação Nacional de Articulação das

2012, em Brasília, o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Entre as demandas discutidas e aprovadas no encontro, uma delas apontava a necessidade de reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses através da CEMDP – uma vez que a CNV ainda não estava estruturada na época. Posteriormente, sob estímulo das resoluções do encontro, constituiu-se um grupo composto por membros de movimentos sociais e pesquisadores que passa a se autodenominar como Comissão Camponesa da Verdade (CCV), prestando um suporte informal aos trabalhos da CNV, no que diz respeito aos assuntos ligados aos camponeses (MEDEIROS, 2020). Além dessa importante iniciativa, é preciso mencionar atividades anteriores que discutiram os sentidos da ditadura no campo, tais como o projeto *Memória Camponesa*, coordenado por Moacir Palmeira, iniciado em 2004 e a pesquisa *Retratos da Repressão Política no Campo. Brasil 1962-1985. Camponeses Mortos, Torturados e Desaparecidos* (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011), ambas apoiadas pelo Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA).

Nesse contexto, o projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, coordenado pela professora Leonilde Medeiros, que foi colaboradora da CCV, assim como outros pesquisadores desse projeto de pesquisa, contribuiu para os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ), de março de 2014 a fevereiro de 2016, debruçando-se sobre casos de violência, conflitos e repressão em zonas rurais do estado, dentro dos marcos temporais estabelecidos pela CNV. Contando com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio do edital Faperj 38/2013, formou-se uma equipe de pesquisadores da qual que fez parte. Foram mapeados mais de 200 casos de conflitos no Rio de Janeiro, revelando que, para além da atuação do Estado, atores privados também se fizeram presentes na violação de direitos humanos (MEDEIROS, org., 2018).

Entre os conflitos relatados, foram registrados 53 assassinatos; três pessoas desaparecidas; três vítimas de sequestro (entre eles, um menor de idade); duas situações de ocultação de cadáver; 19 vítimas de tortura; mais de duzentos presos; mais de sessenta vítimas de agressões físicas; mais de trezentos casos de despejos; mais de 220 pessoas com benfeitorias destruídas e mais de dez situações de contratos forçados de parceria e arrendamento (MEDEIROS, 2015)³⁰. Cabe destacar que esta lista de presos inclui desde pessoas detidas por apenas um dia para intimidação ou interrogatório, até prisões com condenação formal. Além disso, há algumas prisões “coletivas”, listadas, por exemplo, como “trabalhadores posseiros da fazenda Alpina” (Teresópolis), em número não identificado. Alguns casos de vítimas de agressões físicas, despejos, pessoas com benfeitorias destruídas e situações de contratos forçados de parceria e arrendamento são listados de forma semelhante, indicando, portanto, que, apesar do alto número de ocorrência de diversas formas de violência, os dados apresentados, certamente, estão muito longe de representar a totalidade das vítimas de diversas formas de violência no campo, no estado do Rio de Janeiro, durante esse período.

Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf) e Via Campesina Brasil. A abrangência das categorias sociais e identitárias que compõem essas entidades expressa, conforme apontado por Medeiros (2020), um recorte que “chamava a atenção para modos de vida e usos distintos dos territórios em que viviam”.

³⁰ Essa lista “não é composta apenas por trabalhadores rurais, mas por todos que, ao se envolverem de algum modo nos conflitos, acabaram sendo também vítimas de violências. É o caso de advogados, padres, militantes urbanos e até mesmo agentes geralmente enquadrados no grupo dos praticantes dos atos de violência, como os jagunços, grileiros e agentes das Forças Armadas” (MEDEIROS, 2015, p. 850).

De fato, na presente pesquisa, foram encontrados em diversas fontes – orais e escritas – muitos outros casos de agressões, prisões, tortura, sequestros, destruição de benfeitorias, despejos e assassinatos que não foram listados no referido relatório, o que por si só já é um indicativo de que há muito mais a ser apurado a respeito de violações de direitos humanos em zonas rurais do estado do Rio de Janeiro nesse recorte temporal.

O importante a ser ressaltado aqui é que, ao contrastar esses números com o pouco conhecimento público, especializado e o reconhecimento oficial desses processos de violência, podemos remeter, em níveis coletivos, à noção de “memória impedida” de Paul Ricœur (2007), que se refere ao esforço – que pode ser empreendido pelo próprio indivíduo, em decorrência de diversas condições sociais ou até mesmo pelo esforço de outros agentes – para se evitar a recordação de memórias perturbadoras ou traumáticas. Entretanto, quando tratamos do esquecimento coletivo, no sentido da ausência de um notório conhecimento público desses processos, especialmente a respeito da ditadura empresarial-militar, damos um passo além nessa discussão. Não estamos tratando apenas de releituras de caráter negacionista acerca de processos repressivos e crimes do regime ditatorial, mas de um total desconhecimento a respeito da repressão contra trabalhadores rurais de boa parte da sociedade brasileira.

Todavia, esse esquecimento coletivo reforça o já mencionado imaginário popular a respeito da ditadura empresarial-militar: a ideia de que a repressão se abateu somente sobre “políticos de oposição” ou “corruptos”. Sem dúvida, esse tipo de narrativa reforça o silêncio daqueles que foram vítimas, ou próximos das vítimas desses processos repressivos, tornando as memórias de eventos traumáticos do passado em “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), passíveis de serem verbalizadas apenas em momentos oportunos.

Por meio de um diálogo com críticos psicanalíticos, incluindo figuras como Alexander, Margaret Mitscherlich e Theodor Adorno, Jeffrey Olick (1999) faz apontamentos a respeito de síndromes coletivas de passados não superados. Pensando em níveis coletivos da sociedade alemã, Adorno, por exemplo, se preocupava com a persistência “não de tendências fascistas contra a democracia, mas dentro da democracia, que ele acreditava ser resultado de uma falha dos alemães em ‘superarem’ seu passado” (*Ibidem*, p. 344). Inserida nessa perspectiva, no caso do meio rural brasileiro, a questão agrária e, mais especificamente, a pauta da reforma agrária – uma das principais causas do golpe de 1964 – é um tema que mobiliza um esforço por reconhecimento e rememoração das lutas do passado – assim como a rememoração e reconhecimento da violência da qual o movimento camponês foi alvo – para redimir o presente (BENJAMIN, 1985) em torno dessa pauta política.

Depois de meio século, historiadores³¹ estão começando a reconhecer o que milhares de camponeses brasileiros têm guardado na memória há décadas: os anos da ditadura foram amargos. Cerca de 30 milhões trabalhadores rurais foram expulsos do campo neste período, milhares tiveram seus direitos humanos violados, alguns até à morte. Muitos migraram para áreas urbanas, deixando para trás parentes amados e terras conquistadas, mas raramente compradas. De uma forma ou outra, suas vidas foram transformadas, e o país também, em uma transposição de pessoas celebrada pela ditadura como avanço da própria civilização brasileira (WELCH, 2014 p. 58).

Inserido nesse contexto, o presente trabalho foi escrito em um período histórico em que a discussão a respeito dos sentidos memorialísticos atribuídos ao que foi a ditadura de 1964 tomou uma dimensão central na disputa por hegemonia (GRAMSCI, 2014a) no Brasil. No campo político (BOURDIEU, 2012), representações memorialísticas nostálgicas e

³¹ Poderíamos muito bem acrescentar cientistas sociais.

negacionistas a respeito da ditadura entram em conflito com as interpretações hegemônicas³², em uma disputa por representações públicas da memória que, até pouco tempo, estavam longe de serem colocadas em questão no campo político³³. As classes e os grupos sociais subalternos (GRAMSCI, 2002), por sua vez, não sendo capazes superar sua situação histórica de fragmentação, têm pouco espaço nessa disputa memorialística.

Diante disso, o olhar de Gramsci (2002, 2014a; b) a respeito das dinâmicas da história desagregada dos grupos sociais subalternos é bastante relevante. O autor leva em consideração a fragmentação da classe trabalhadora na sociedade capitalista, apesar de certa tendência à unificação, continuamente rompida por iniciativa dos grupos dominantes. No caso brasileiro, conforme os apontamentos de José de Souza Martins (1991)³⁴, o proletariado e o camponês são atingidos por dois distintos fenômenos que se articulam: a exploração e a expropriação. Entretanto, argumenta o autor, muitas vezes, os mesmos grupos econômicos, nacionais ou multinacionais, articulam formas modernas de exploração do trabalho por grandes capitais com a acumulação primitiva, utilizando-se da violência para a expropriação de trabalhadores rurais a fim de abrir novas fronteiras agrícolas. Esse amplo processo de expropriação e violência se diferencia do quadro “clássico” de acumulação primitiva porque, no Brasil, a expropriação no campo não necessariamente proletariza o trabalhador rural. Diferente disso, uma parte desses expropriados busca ocupar novos territórios, visando reconquistar a autonomia do trabalho³⁵.

O que é importante retermos desse debate são as relações entre os diversos grupos sociais subalternos com os grupos dirigentes da classe dominante, girando em torno da questão da exploração e expropriação, condicionadas por situações históricas. Isso se relaciona diretamente à maneira pela qual Gramsci (2002) elabora a concepção de grupos e classes subalternas, desenvolvida dentro de uma perspectiva relacional com os grupos e classes dirigentes. Isso significa que a condição de subalternidade, assim como sua fragmentação, são condições históricas, não uma qualidade intrínseca a esses sujeitos coletivos. Trata-se de condições que, portanto, podem ser revertidas se uma vontade coletiva antagônica às classes

³² Como exposto anteriormente, a memória hegemônica a respeito da ditadura é essencialmente liberal e conservadora, mas incorporou elementos da narrativa da esquerda não armada (NAPOLITANO, 2014, 2015).

³³ Estudos sociológicos sobre memórias coletivas têm demonstrado formas pelas quais o passado é reconstruído no presente para fins atuais. Sendo parte da própria definição de um processo político (OLICK, 2007), as disputas em torno dessas memórias coletivas são elementos-chave para a construção de identidades individuais e coletivas (JELIN, 2003).

³⁴ O livro citado, *Expropriação e Violência: a questão política no campo*, é uma compilação de artigos do autor publicados em fins da década de 1970, sintetizados em uma introdução escrita em 1980.

³⁵ Na concepção de Florestan Fernandes (1975a), o papel da acumulação primitiva – ou acumulação originária, termo utilizado pelo autor – nas economias periféricas não é um evento meramente inaugural do capitalismo, tal como discutido por Karl Marx (1987). Diferente disso, nas economias periféricas trata-se de um fenômeno do qual as próprias elites dependem para a manutenção de seus próprios privilégios. Isso ocorre diante de uma “dupla articulação” dos negócios capitalistas, onde a dinâmica de exportação e dependência com as nações capitalistas centrais dinamiza a economia interna, dando margem de vantagem para a elite local. Aspectos semelhantes dessa condição – e desse papel – de economias periféricas foram constatados também por Rosa Luxemburgo (1970), ao observar características distintas, entretanto, inseridas no mesmo processo de acumulação de capital entre periferia e centro do capitalismo. Na leitura de Fernandes (1975a), entretanto, não se trata de analisar um contraste entre “periferia e centro”; ou ainda, nas palavras de Rosa Luxemburgo (1970), entre o “capital e as formas de produção não-capitalistas” (*Ibidem*, p. 318), mas de uma leitura holística do capitalismo a partir desse ponto de vista periférico. Florestan Fernandes faz uma leitura do capitalismo periférico não como um “desvio” da normalidade capitalista, tampouco como uma “etapa” anterior às economias capitalistas centrais, mas observa uma relação entre centro e periferia como um processo que dinamiza o funcionamento de ambos tipos de economia. O surgimento de um capitalismo arraigado à ordem escravocrata desenvolve um sistema econômico que se retroalimenta e se dinamiza pelas próprias estruturas arcaicas de acumulação, em uma ordem social competitiva que convive com tensões da ordem estamental. Trata-se, portanto, do desenvolvimento de um capitalismo implementado antes da consolidação da ordem social competitiva, tendo que conviver com as tensões da sociedade estamental, onde formas de acumulação primitiva sustentam polos mais dinâmicos da economia.

dominantes for estabelecida como hegemônica dentro de determinada sociedade nacional (GRAMSCI, 2014a), a partir de experiências políticas históricas concretas de determinada classe social (THOMPSON, 1987). Dessa maneira, conforme será discutido com mais detalhes no capítulo 2, o termo “camponês” ou “campesinato”, no Brasil, historicamente, possui uma conotação política (MARTINS, 1981), o que vale dizer que, ao agregar as mais variadas categorias do trabalho do campo em torno de uma linguagem política comum, tendo a categoria “camponês” como referência, estamos falando de um processo que pode ser lido como de formação de classe (MEDEIROS, 1995).

A partir de detalhada leitura dos *Cadernos do Cárcere*, Marcos Del Roio (2007) traz a compreensão de que a noção de grupos ou classes subalternas de Gramsci é demasiadamente elástica, mas nos permite ampliar a compreensão a respeito daqueles que estão subordinados aos grupos e classes dominantes, assim como categorizar de forma mais apurada as próprias frações das classes sociais – no caso das subalternas, em constante mutação, no sentido de alterações sociais, produtivas e políticas, o que faz de Gramsci um autor atual.

Nesse caderno 25, o parágrafo 14 do caderno 3 é transcrito com modificações. Antes de tudo, o título assume seu caráter de Critérios metodológicos. Percebe-se que a expressão “classes subalternas” é substituída por “grupos subalternos”, mas não desaparece do texto. Agora, Gramsci explicita que a tendência à unificação desses grupos é continuamente destroçada pela iniciativa dos grupos dominantes, de modo que essa tendência pode ser demonstrada apenas em caso de sucesso. Gramsci também explicita melhor a passagem do caderno 3: “Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem triunfantes, os grupos subalternos estão só em estado de defesa alarmada” (Q 25, § 2, p. 2283-2284). Essa passagem é mais explícita e, ao mesmo tempo, mais ampla e profunda. A expressão “grupos subalternos” refere-se também a camadas sociais que não podem ser definidas como classe propriamente dita, como o caso de grupos intelectuais ou mesmo de classes que não se formaram ainda como tal (DEL ROIO, 2007, p.73, 74).

Diante desse escopo teórico, no caso que aprofundamos para o presente estudo, esse cenário de fragmentação entre os grupos sociais subalternos – envolvendo diversas categorias distintas do campesinato, tais como meeiros e posseiros oriundos de diversas regiões, por exemplo, também fragmentados politicamente – pode ser constatado desde a mobilização política em diversas ocasiões, dentro dos acontecimentos analisados, até mesmo na maneira pela qual estes acontecimentos são rememorados nos tempos atuais e pretéritos, expressando uma diversidade de narrativas, o que nos remete à noção de “memória dividida” de Portelli (1996).

Nesse sentido, é importante ressaltar que o presente trabalho opta por se referir ao termo “memórias coletivas” no plural, não por mera opção ontológica, mas por uma preferência teórica, diante da diversidade de memórias a respeito desses acontecimentos, fragmentadas em diferentes grupos. Isso se faz evidente porque, em primeiro lugar, quando falamos sobre estudos de memória social³⁶, estamos nos referindo à elaboração coletiva de memórias como um

³⁶ O termo é utilizado por Olick (1999) para se referir às memórias coletivas como um campo de estudos que engloba uma ampla variedade de processos, práticas e efeitos mnemônicos, sejam eles neurológicos, cognitivos, pessoais, agregados ou coletivos. Essa abordagem permanece proporcionalmente aberta a uma variedade de

fenômeno social, que, por sua vez, se altera diante da diversidade dos mais distintos grupos sociais, quando defrontados com o passado. Além disso, dentro até mesmo de um pequeno grupo, embora haja certa semelhança de valores e identidades, que refletem na interpretação e rememoração de acontecimentos passados, não há unidade total na elaboração coletiva da memória. Em segundo lugar, porque as memórias coletivas não são aqui observadas como algo estático, mas como um processo dinâmico (OLICK, 2007), capaz de manipular identidades sociais (GOFFMAN, 1988) e que pode se alterar ao longo do tempo, a depender da conjuntura política (JELIN, 2003), sendo, portanto, um importante instrumento de hegemonia (GRAMSCI, 2014a).

Portanto, quando falamos a respeito das memórias coletivas dos grupos sociais subalternos – e, especialmente, em nosso caso, o campesinato da Baixada Fluminense – estamos nos referindo à diversidade de elaborações e interpretações do passado dentro desse grupo e de seus subgrupos, que estão inseridos dentro de uma classe social, em nosso caso, a camponesa³⁷.

Nesse sentido, a análise sociológica de memórias coletivas da experiência camponesa dentro do contexto repressivo ditatorial, assim como os seus antecedentes, tem muito a contribuir não só dentro do atual contexto de destaque público das diferentes memórias coletivas atribuídas ao regime de 1964 – através dos atuais embates políticos, mencionados anteriormente – mas também contribui para uma melhor compreensão dessas próprias dinâmicas memorialísticas ao longo de distintos períodos da história do tempo presente, em que esses temas tiveram maior ou menor importância.

Para analisarmos, portanto, as dinâmicas sociais das memórias coletivas de populações camponesas nas regiões da Baixada onde a mobilização e repressão foi levada a cabo, é necessário compreendermos e analisarmos, em termos empíricos, como se desenvolve e se constitui o processo histórico de luta pela terra³⁸ em um longo recorte temporal. O recorte estabelecido na presente pesquisa, *em termos de quais acontecimentos são analisados*, vai desde meados da década de 1940 até o fim da década de 1980. Em paralelo, temos aqui também o recorte empírico de análise das memórias coletivas, *em termos de memórias elaboradas em distintos períodos históricos a respeito desses acontecimentos analisados*. Nesse segundo caso, trata-se de um recorte temporal que vai do início dos anos 2000 até os tempos atuais, pelo uso de diversas fontes de história oral, obtidas ao longo das décadas, capazes de nos inserir na discussão de quais são os significados desses acontecimentos na história do tempo presente. Além disso, o leitor pode se confrontar com análises memorialísticas registradas em fontes jornalísticas da década de 1950 até o fim da década de 1980. Trata-se de depoimentos de camponeses na imprensa, referindo-se a acontecimentos passados, possibilitando também uma análise dos sentidos das memórias coletivas em um tempo ainda mais pretérito.

Evidentemente, trata-se de uma investigação empírica que exige fontes para além das produzidas pela rememoração, isto é, pela história oral. Para atingirmos esse empreendimento de pesquisa, necessitamos, evidentemente, de uma articulação entre a história oral e a história

fenômenos, ao mesmo tempo em que aponta que toda lembrança é, de certa maneira, social, seja em sonhos ou em espetáculos públicos, em recordações ou em textos.

³⁷ No que diz respeito a uma classe social camponesa, estamos aqui nos referindo ao sentido produtivo e político que uma classe social carrega, que é fluido, podendo se alterar de acordo com as oscilações de determinada conjuntura política, conforme apontado por Karl Marx (2011). Evidentemente, compreendemos que o campesinato brasileiro carrega características de itinerância, muitas vezes integrante de suas próprias práticas de reprodução, (WOOTMANN, 1990), assumindo, portanto, em muitos casos, funções produtivas que se diferenciam do tipo de camponês europeu caracterizado por Marx. De toda maneira, o elemento de itinerância está diretamente ligado ao elemento de expropriação, apontado por Martins (1991). Isso coloca essa classe social, em termos gramscianos, como subalterna em relação a uma outra classe social, dominante, a burguesia, capaz de expropriar.

³⁸ Nessa reconstituição histórica, há um destaque à região de Pedra Lisa, por ter sido nessa localidade, como mencionado anteriormente, que empreendemos tanto nossa análise em torno das dinâmicas das memórias coletivas, quanto por ter sido nossa principal fonte de história oral.

documental. Cabe mencionar como fontes memorialísticas de história oral, combinadas com fontes documentais – jornalísticas ou de documentos da repressão ou até mesmo manuscritos de fontes orais – contribuem para melhor compreensão dos acontecimentos analisados. Uma vez que as fontes oficiais da repressão não contam detalhes e, igualmente, as fontes orais a respeito do período pós-golpe são reservadas ao mencionarem o assunto, se estabelecem dificuldades analíticas acerca de acontecimentos repressivos. A combinação entretanto, entre esses dois tipos de fontes, contribuem para a reconstituição, através de pistas e fragmentos “do que está por debaixo da superfície do texto” – ou do discurso em fontes orais – (GINZBURG, 1993), sobre o que se passou na região após o golpe, tanto de um ponto de vista repressivo quanto de um ponto de vista a respeito das mudanças fundiárias ocorridas na região.

Essa abordagem buscará compreender as dinâmicas sociais de um processo de rememoração em constante andamento (OLICK, 2007) e as relações de como são atribuídos sentidos e significados de acontecimentos pretéritos em um enquadramento (*framing*) capaz de produzir significados para práticas de ação política (SNOW e BENFORD, 2000), bem como manipular identidades sociais (GOFFMAN, 1988), transversais a essas práticas, inseridas em uma disputa política por distintos projetos de memória (VELHO, 1994). “O enquadramento é um processo dinâmico e em andamento. Mas esse processo não ocorre em um vácuo estrutural ou cultural” (SNOW e BENFORD, 2000, p. 628). Tal como as dinâmicas sociais da memória, o centro do processo de enquadramento de ações coletivas não é estático e os sentidos que lhes são atribuídos mudam constantemente, sendo contestados, substituídos ou reproduzidos ao longo da trajetória da atividade dos movimentos sociais.

Este trabalho, portanto, extrapola uma investigação que vise somente compreender e analisar – tomando a Região de Pedra Lisa como principal base empírica – o processo de produção social das memórias dos indivíduos e grupos a respeito desses acontecimentos. Para isso, é necessário compreender e analisar os acontecimentos, que envolvem conflitos por terra e repressão política em Pedra Lisa e na área de conflito da Baixada Fluminense que se comunica e articula com essa localidade. A compreensão desse processo histórico acaba sendo não somente uma ferramenta que irá auxiliar na investigação a respeito das memórias coletivas em Pedra Lisa, mas também no exercício de compreensão e análise sociológica das ações e memórias coletivas. Se assim não fosse, nos restringiríamos simplesmente à reprodução de relatos com referenciais no presente, que, vinculados aos níveis operatórios da ideologia, tal como Ricœur discute: em um “plano mais profundo, o das mediações simbólicas de ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variações oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa” (RICŒUR, 2007, p. 98). Como acima exposto, compreendemos que a memória não é unitária, tampouco que ela seja um armazenamento para a recuperação de uma “verdade histórica”, mas um processo em movimento (OLICK, 2007). Mas, para o nosso empreendimento de compreensão do processo histórico de conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro, a memória será utilizada aqui também enquanto um material empírico que nos auxilie na sua compreensão.

Em suma, a discussão apresentada ao longo desse trabalho busca examinar como se desenvolvem as dinâmicas sociais das memórias coletivas a respeito dos sentidos da questão agrária na Baixada Fluminense, compreendendo o advento do golpe de 1964 como um marco importante para essa discussão, por meio dos indivíduos – pertencentes aos grupos subalternos camponeses – que de alguma forma vivenciaram esse processo na Região de Pedra Lisa e em outras regiões da Baixada.

A maneira pela qual as memórias coletivas expressam esse processo, contribuem para atingir o objetivo dessa tese: desenvolver melhor compreensão a respeito das formas de repressão e resistência que ocorreram em regiões de conflito por terra na Baixada Fluminense antes e após o golpe de 1964; sobre como se desenvolveu o processo de transformação espacial

na franja metropolitana do Rio de Janeiro e quais as conexões e compreensões dessas memórias com o tempo presente.

Para atingir esse fim, evidentemente, será necessária uma descrição dos acontecimentos, cujas memórias buscamos compreender, através de fontes documentais e orais. Entretanto, a intenção central aqui não é uma busca por “fatos históricos concretos”, ou a “verdade histórica”, mas uma análise sociológica sobre memórias coletivas. Afinal de contas, como diz Marc Bloch (2001, p. 58), “a questão, em suma, não é mais saber se Jesus foi crucificado, depois ressuscitado. O que agora se trata de compreender é como é possível que tantos homens ao nosso redor creiam na crucificação e na ressurreição”.

A Região Pesquisada Ontem e Hoje

Fundada em junho de 2016, a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências surgiu diante da “importância do grupo estar organizado e ter seus representantes para encaminhar suas demandas aos vários entes do Poder Público” e que “até hoje os produtores não conseguiram atingir o nível de organização que existia na época”³⁹. A “época” e ao “nível de organização” a que o documento se refere diz respeito à Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa que existiu de 1948 até o início da ditadura de 1964, quando diversas lideranças foram alvos de perseguição e a entidade se tornou acéfala.

Bráulio Rodrigues da Silva – quadro do PCB que atuou enquanto liderança na Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa – se refere, em seu livro de memórias⁴⁰, ao ano de fundação da associação: “ali se povoou e foi criada a associação em 1948” (SILVA, 2008, p. 23). Precisamente, “em fevereiro de 1948 era fundada a Sociedade de Lavradores e Posseiros do 6º Distrito de Nova Iguaçu” (*A Noite*, 16/06/1956, p. 5). Em abril desse mesmo ano, já existiam “reuniões quinzenais para distribuir terras”, os associados já possuíam um “cartão de associado” e cotizavam cinco cruzeiros por mês para o funcionamento da entidade. Além disso, a associação já contava com auxílio do vereador de Nova Iguaçu, Dionísio Bassi, do PSD e do presidente da câmara municipal, Humberto Gentil Baroni⁴¹ – que, apesar de ter comparecido somente uma vez a essas reuniões,⁴² aparentemente ajudava na organização da associação⁴³ – e já contava com a presença do PCB⁴⁴. Tudo isso no mesmo ano em que Bráulio Rodrigues ouviu “falar no movimento de terras em Nova Iguaçu em 1948” (SILVA, 2008, p. 19). Tudo isso indica que, certamente, já existia uma dinâmica política em torno da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa antes de sua fundação formal.

Ao longo da década de 1940, até 1948, há indícios de que os posseiros que por lá se instalaram, já se organizavam de diversas maneiras, antes mesmo da fundação da associação em 1948. Segundo o jornal *Correio da Lavoura* de 20/04/1980 (*apud* COPELLO, 1983, p. 29), “esta região era cheia de pântanos, o lavrador foi entrando e fazendo valas, secando o lugar. Muitos morreram pela febre, pois a região era considerada ‘zona paludosa’”. Assim, os posseiros trabalharam no sentido de melhorar e viabilizar as condições de produção de certas culturas na área:

O Sr. Vantuil⁴⁵ me disse que quando chegaram aqui era difícil a produção naquela região. A área era alagada e só dava para plantar arroz. Para plantar outras culturas eles precisaram abrir canais para

³⁹ Ata de fundação. Disponível em: <http://actpedralisa.blogspot.com/2017/08/fundacao-junho-2016.html> (acessado em 02/10/2021).

⁴⁰ O livro foi organizado por Leonilde Medeiros, a partir de seis entrevistas concedidas à pesquisadora.

⁴¹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Ignácio José Barcellos, notação 13.317.

⁴² APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Apolinário Ângelo de Almeida, notação 13.318.

⁴³ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Ignácio José Barcellos, notação 13.317.

⁴⁴ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Apolinário Ângelo de Almeida, notação 13.318.

⁴⁵ Vantuil Dias Lacerda, liderança da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e membro do PCB.

drenagem. Assim fizeram o canal do arroz e outros córregos que cortam a área (entrevista de Paulo, professor do município de Nova Iguaçu, concedida a Gabriel Bastos por e-mail em 28/12/2015).

Aparentemente, parte da região onde as terras foram inicialmente distribuídas (e posteriormente disputadas), já vinha sendo ocupada anteriormente por posseiros, desde a primeira metade dos anos de 1940 nas florestas de São Pedro e do Tinguá⁴⁶, que faziam diversas culturas e também exploravam lenha. Entretanto, as matas ocupadas eram reivindicadas pela União que, através do Decreto lei 6.569 de 08/06/1944, estabeleceu que os ocupantes “ficam obrigados a exhibir os títulos que possuem. (...) Os ocupantes cujos títulos não sejam reconhecidos como legítimos ou os que não o apresentarem dentro do prazo fixado, ficam sujeitos a despejo judicial (...) dentro de 30 dias”. De acordo com a reportagem sobre “os ocupantes das matas da União”, de 19 de novembro de 1944, de jornal não identificado⁴⁷, havia vários ocupantes nas florestas de São Pedro e do Tinguá nessa época. Somente em fins dos anos de 1940, portanto, essas terras começaram a ser ocupadas e distribuídas por meio da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Em 23 dezembro de 1949, o Jornal *A Noite* publica uma reportagem intitulada “Donos de terras alheias”, indicando que a Fazenda Santo Antônio – situada próxima do Tinguá e da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC) – havia sido recentemente ocupada por posseiros, por meio da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa: “terras esplêndidas ainda novas, fartas, são procuradas para plantio. São repartidas e adquiridas em pequenos pagamentos. (...) Há pouco nesse próspero lugar surgiu uma agremiação chamada Sociedade de Lavradores e Posseiros” (*A Noite*, 23/12/1949, p. 3).

De acordo com o que Vantuil falava, essas pessoas, elas se reuniam em torno daquele espaço da Pedra Lisa. Daí a Sociedade tomou esse nome: Lavradores e Posseiros da Pedra Lisa. Mas não que eles fossem sitiantes, ou, enfim, pessoas daquela região. Mas criaram essa denominação, porque ali, me parece, que é onde eles se reuniam (Entrevista de Maria, concedida a Leonilde Medeiros, Gabriel Bastos e Aline Maia em 28/10/2015).

De acordo com depoimento da fazendeira Doquézia Paes Leme⁴⁸ para a polícia, “trata-se de uma organização, ou grupo de indivíduos, que diz ter sua sede no lugar denominado Pedra-Lisa, no 2º distrito de Nova Iguaçu, próximo à Estação de Caramujos⁴⁹, da EFCB” (Estrada de Ferro Central do Brasil)⁵⁰. Tratava-se, portanto, de um marco geográfico que era o local de reunião da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. O próprio nome “Pedra Lisa” passou a ser utilizado para denominar a região por conta da sede da associação e da distribuição de terras, por ela organizada nessa localidade, nesse mesmo período. “O centro de Pedra Lisa está a três quilômetros da linha Rio D’Ouro. Situa-se na lapa de um morro sombrio. Todo de

⁴⁶ Jornal não identificado, de 19/11/1944 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B I).

⁴⁷ Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B I.

⁴⁸ Doquézia Paes Leme dizia-se proprietária da Fazenda São Pedro. Segundo a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, com base em documentação, Doquézia estava grilando terras, pois estas haviam sido vendidas para a coroa imperial no final do século XIX. Essa constatação deflagrou conflitos por terra em torno da Fazenda São Pedro, a partir de 1953.

⁴⁹ A região também é referida enquanto 6º distrito de Nova Iguaçu em Silva (2008) e em diversos documentos. De acordo com o Jornal *A Noite*, de 14/06/1956, p. 1, “a uma hora de viagem à Estrada Teófilo Cunha, no lugar denominado Pedra Lisa, fica a sede da Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º distrito de Nova Iguaçu (antigo 2º distrito)”. A estação Caramujos é, atualmente a estação Engenheiro Pedreira.

⁵⁰ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Doquézia Paes Leme em 16/01/1954 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

pedra, esse morro tem uma de suas vertentes íngreme, quase que em vertical e de tonalidade preta. Daí a razão do nome Pedra Lisa” (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p. 8).



Figura 1: Centro de Pedra Lisa

No lado direito da foto, atrás das copas das árvores, situa-se a Escola Municipal de Pedra Lisa. Em frente a esta, situa-se a placa de bronze comemorativa, instalada em decorrência da desapropriação das Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira (figura 12, p. 155). Ao lado da escola, mais à direita, encontra-se o prédio onde funcionava a antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, hoje sede da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Japeri.

Note-se que a Sociedade de Lavradores e Posseiros, em diversas ocasiões, é citada enquanto associação do 6º Distrito de Nova Iguaçu, e não como “de Pedra Lisa”, o que é um indício de que, nesse período, o nome Pedra Lisa ainda não tinha uma oficialidade geográfica no município e que, por sua vez, a associação provavelmente fora registrada em cartório como “do 6º distrito de Nova Iguaçu”, não “de Pedra Lisa”, nome mais utilizado entre os próprios associados e posseiros da região. “Pedra Lisa ganhou esse nome em virtude de uma pedra encorpada, no topo da qual os camponeses colocaram um cruzeiro de madeira e, em baixo, a sede da Associação de Lavradores e Posseiros do 6º distrito de Nova Iguaçu” (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10). Ainda sobre a hipótese do nome da localidade, Pedra Lisa, ter sido criado pelos próprios posseiros, note-se que jornais, como por exemplo, o jornal *Última Hora*, ao narrar o assassinato de um dos grileiros, ao se referir à Pedra Lisa, sempre utiliza aspas.

A área de influência dessa associação, ao longo do tempo, se ampliou, organizando trabalhadores rurais em uma região mais ampla, conforme podemos observar no mapa da figura 2 (1948-1964)⁵¹ e no mapa da figura 3, que mostra a mesma região de influência dentro dos limites municipais atuais, para melhor nos situarmos:

⁵¹ O mapa expressa a área de influência direta da associação em seu momento auge, isto é, na segunda metade da década de 1950. Seu processo de expansão nessa área é melhor explicado nos tópicos 4.1 e 4.2. O município de São João de Meriti é fundado somente no ano de 1954. O mapa, portanto, representa os limites municipais a partir desse ano.

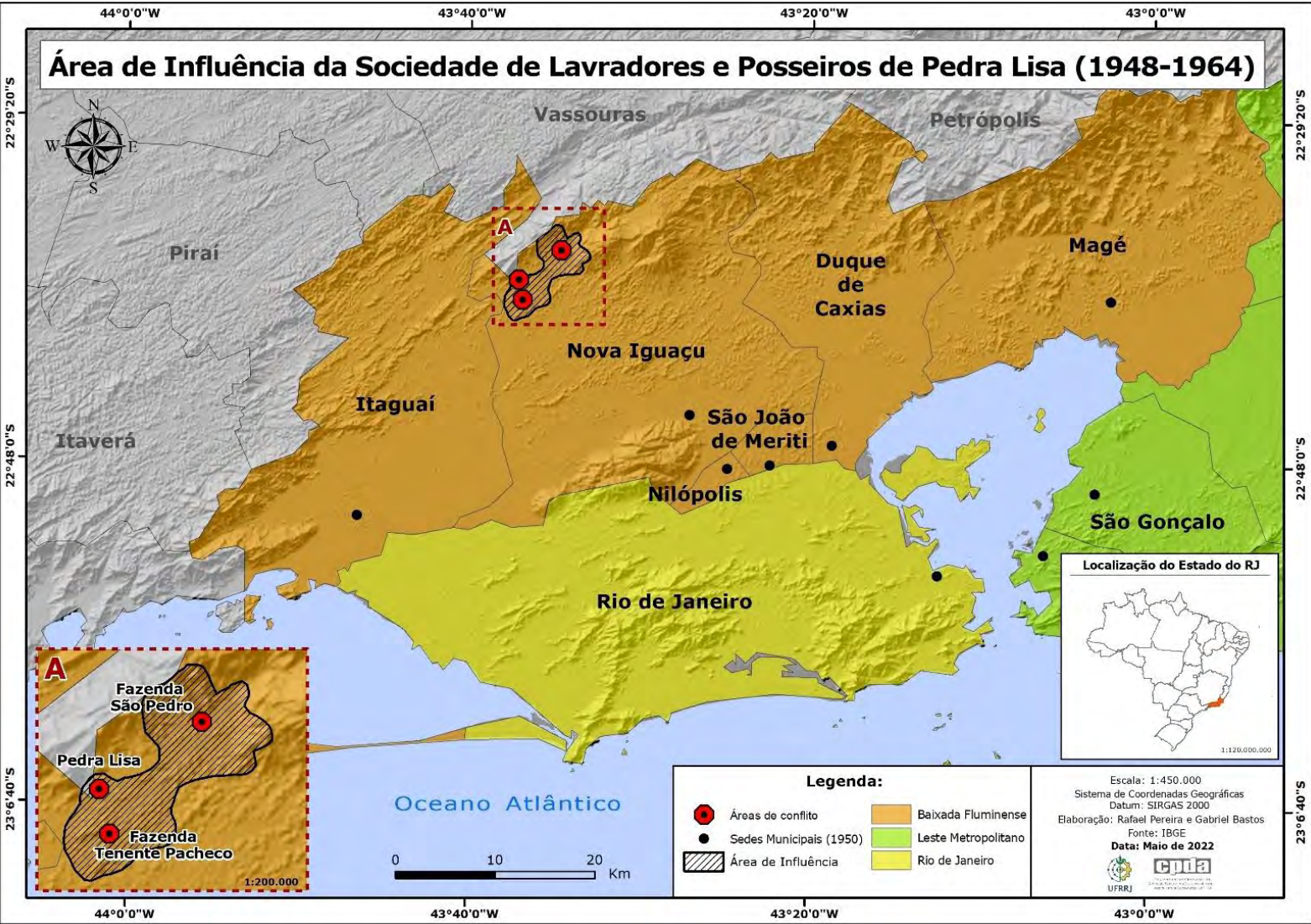


Figura 2: Mapa da região estudada com os limites municipais da década de 1950.

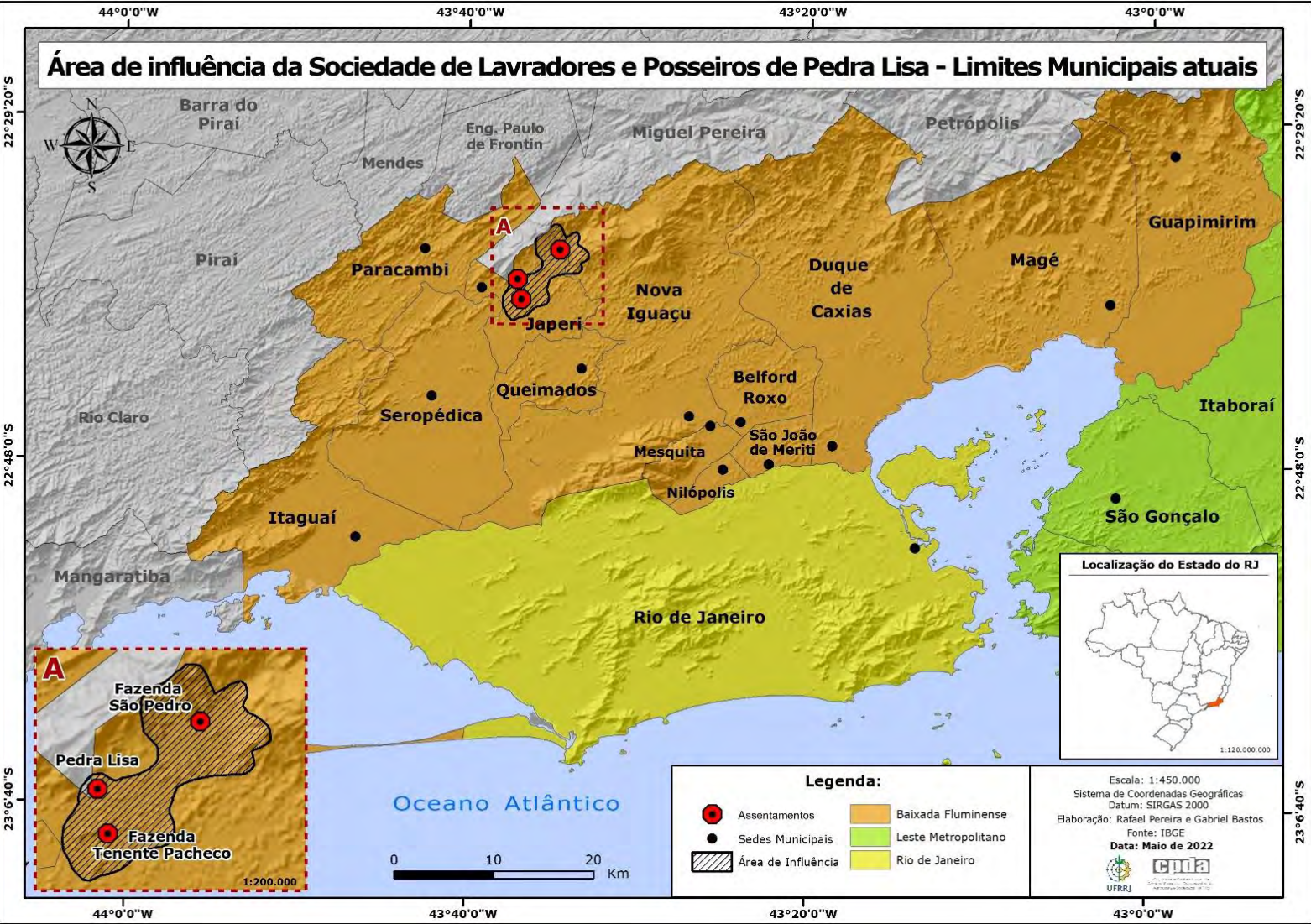


Figura 3: Mapa da região estudada com os limites municipais atuais.

A área de atuação direta da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa abrangia quatro grandes fazendas que foram objeto de disputa por mais de uma década: as fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira⁵², desapropriadas em 1958 pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, através do decreto nº 7.081, publicado em 23/06/1958 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ); a Fazenda Tenente Pacheco, desapropriada em 1960 pelo governador Roberto Silveira, pelo Decreto nº 7.206, publicado em 25/11/1960, no DOERJ e a Fazenda São Pedro, desapropriada em 1960 pelo mesmo governador (pelo decreto nº 6.896 de 13/01/1960, publicado no DOERJ em 14/01/1960 e decreto nº 7.214 de 02/12/1960, publicado no DOERJ em 12/12/1960), que hoje se situa em um bairro de Nova Iguaçu chamado Jaceruba. Na época, toda essa grande região pertencia a Nova Iguaçu, mas desde 1991, o bairro de Pedra Lisa passou a fazer parte de Japeri, com a emancipação desse município⁵³, enquanto

⁵² Conforme será explicado nas próximas páginas, não dispomos da localidade exata de onde eram essas duas fazendas. Entretanto, diante do histórico de conflitos, tudo leva a compreender que se tratava de uma área próxima do bairro de Pedra Lisa, indicado no mapa.

⁵³ Através de um plebiscito realizado em 30 de junho de 1991, elevando-se à categoria de município pela lei estadual nº .1.902, em 02/12/1991.

a área da antiga Fazenda São Pedro continua fazendo parte de Nova Iguaçu, situada no bairro de Jaceruba.

Assim sendo, quando nos referirmos neste trabalho à “Região de Pedra Lisa”, estaremos nos referindo a toda essa *área de influência política da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa*, representada no submapa A da figura 3, onde se constituía sua base de associados, cujas memórias são de nosso interesse. Quando nos referirmos somente à “Pedra Lisa”, estaremos nos referindo ao *bairro* Pedra Lisa, atualmente localizado em Japeri.

A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa também exercia influência sobre boa parte das terras em disputa com a Companhia Fazendas Reunidas Normandia, propriedade dos irmãos Arnaldo e Guilherme Guinle⁵⁴. Boa parte dessas terras foram vendidas e negociadas a terceiros que, por sua vez, entraram em conflito com os posseiros, como é o caso da Fazenda Tenente Pacheco, desapropriada em 1960. Tratava-se de uma gleba sob controle da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, com promessa de venda a Germano Leal dos Santos e sessão de transferência desse direito a Antônio Rocha Pacheco, conhecido como “tenente Pacheco”. Esses compradores, assim como a empresa dos Guinle, eram denominados “grileiros” pelos associados da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Importante sublinhar que a categoria de “grileiro” era também atribuída à empresa.

Atualmente, existem quatro assentamentos rurais estaduais⁵⁵ situados dentro da região estudada: o Assentamento Fazenda São Pedro; o Fazenda Normandia; o Fazenda Normandia II e o Fazenda Pedra Lisa. A localização desses assentamentos pode ser vista na figura 4, a seguir. Além dos assentamentos onde os dados empíricos de representações sociais das memórias foram coletados, o mapa também exhibe o polígono do Assentamento Campo Alegre, onde não foram coletados dados de memórias coletivas, mas cujo histórico é apresentado no capítulo 7, por conta da sua centralidade nas mobilizações por terra na região na década de 1980. Além de Campo Alegre, o mapa situa também Marapicu, que foi uma “regional” de Campo Alegre, no contexto das divisões internas do assentamento em seu período inicial de

⁵⁴ Trata-se de uma poderosa família, detentora de negócios em diversos setores da economia: concessionários do Porto de Santos; proprietários do Hotel Copacabana Palace; sócios majoritários do Banco Boavista; responsáveis por construir a sede do Jockey Club Fluminense e parte da presidência da sociedade anônima responsável pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

⁵⁵ O termo assentamento rural não existia na época. Essas desapropriações ocorridas no fim da década de 1950 e início de 1960, referidas aqui no presente trabalho, geravam “núcleos agrícolas de colonização”.

ocupação⁵⁶.

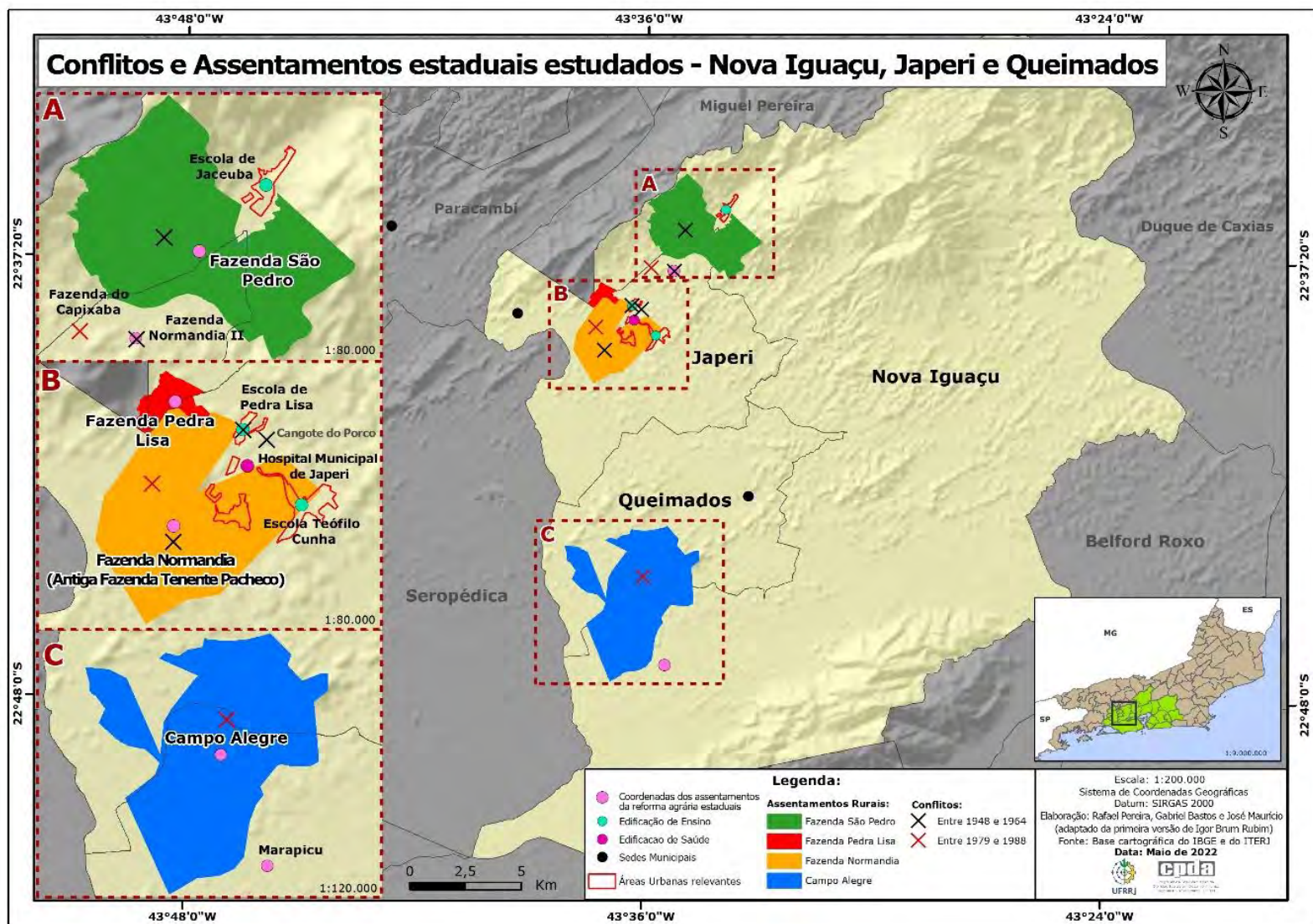


Figura 4: Mapa dos conflitos e assentamentos estaduais estudados – Nova Iguaçu, Japeri e Queimados

⁵⁶ Posteriormente, essa regional se tornou um assentamento municipal, conforme explicado por Lígia Nonato (2020).

No que diz respeito aos assentamentos dos quais fizemos um estudo aprofundado, o Assentamento Fazenda São Pedro, tem como referência a área desapropriada em 1960 no âmbito do Plano Piloto de Ação Agrária⁵⁷, em “uma área de terra com 97 alqueires e 43.200m²”, de acordo com o Decreto nº 7.214, de 02/12/1960, publicado no DOERJ em 12/12/1960. Hoje, segundo relatos de um servidor do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ)⁵⁸ que atua na região, a grande dificuldade é a demarcação exata dos limites da fazenda. Segundo seu relato, isso se dá, em primeiro lugar, pela maneira como a área desapropriada era explicitada no decreto de desapropriação – descrição do polígono da área do assentamento, sem georreferenciamento, ferramenta não utilizada na época, acarretando dificuldades de compreensão. Em segundo lugar, a área do assentamento foi objeto de grilagem ao longo da década de 1970 provocando mudanças nos usos da terra.

O Assentamento Fazenda Normandia, criado em 1998, tem como referência a área desapropriada em 1960, também no âmbito do Plano Piloto de Ação Agrária, da antiga Fazenda Tenente Pacheco. As famílias do Assentamento Normandia, permaneceram sem acompanhamento do poder público até 1986, quando a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF) incluiu o assentamento como parte de seu campo de atuação (SEAF, 1991). O termo de permissão de uso⁵⁹ foi entregue outubro de 1990 pela SEAF. Posteriormente, em abril de 1998, o projeto de assentamento foi criado, por via da portaria nº 015/97, de 26/03/1998, publicada no DOERJ de 08/04/1998, através do Processo Administrativo E-06/16.159/98 (CEDRO, 2007). Essa região, conforme veremos mais à frente, passou por conflitos fundiários ocorridos na década de 1950 e, posteriormente, na década de 1970.

O Assentamento Fazenda Normandia II corresponde em parte às Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, desapropriadas em 1958, antes da elaboração do Plano Piloto de Ação Agrária, cujas consequências serão melhor explicadas nos próximos capítulos. “Em parte”, porque o assentamento engloba outra antiga fazenda, a Fazenda Saudade. O Assentamento Fazenda Normandia II ainda está passando por um projeto de regularização fundiária pelo ITERJ, que também está realizando estudos que busquem compreender o detalhamento histórico dessas terras. Por essa razão, não dispomos de um polígono completo do Assentamento Normandia II⁶⁰.

Por fim, o Assentamento Fazenda Pedra Lisa, criado em 1986 pelo Governo estadual (SEAF, 1991), tem suas origens relacionadas aos conflitos ocorridos na década de 1980, na Fazenda do Capixaba, rememorados pelas famílias que ocuparam a fazenda como “antiga área

⁵⁷ Como veremos com mais detalhes no capítulo 2, o Plano Piloto de Ação Agrária destacava a importância da utilização de terras marginais às estradas, a isenção de impostos para pequenas propriedades rurais de pequenos produtores e também estimulava a criação de cooperativas. Com a aprovação da ALERJ, foi autorizada a elaboração de um Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas e Públicas do território fluminense.

⁵⁸ O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) foi fundado em 1990 como uma entidade autárquica vinculada à Secretaria das Cidades, pela Lei nº 1738, 05/11/1990, e alterada pela Lei nº 2696, de 19/02/1997. Segundo o portal do ITERJ, a autarquia “tem como atribuição constitucional democratizar o acesso à terra – posseiros, sem teto e sem-terra – intervindo na solução dos conflitos e nos processos de regularização fundiária. Como órgão técnico, o ITERJ é o executor da política fundiária do Estado visando promover, ordenar e priorizar os assentamentos urbanos e rurais, em terras públicas e privadas”. Disponível em: http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/sobre

⁵⁹ “Termo de permissão” é o termo exato referido no Atlas Fundiário da SEAF (1991). Diante do que é escrito no documento, ao que tudo indica, trata-se de algo semelhante ao que conhecemos como “termo de concessão”, dentro do contexto de reforma agrária da Nova República.

⁶⁰ O único polígono disponível, atualmente, é o da Fazenda Saudade, gentilmente cedido por José Maurício da Silva, servidor do ITERJ, atualmente secretário de Agricultura de Japeri. Como não se trata do polígono completo do assentamento – isto é, excluindo as áreas das Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, áreas que temos como referência dentro do presente estudo –, optamos por simplesmente situar um ponto de localização do assentamento no mapa da figura 4.

de reforma agrária do tempo de Roberto Silveira”. Ao que tudo indica, a Fazenda do Capixaba foi parte da Fazenda Tenente Pacheco ou da Fazenda São Pedro.

Conforme veremos com mais detalhes no capítulo 4, segundo a narrativa da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, todas essas áreas, onde se desenrolaram conflitos fundiários por décadas, haviam sido vendidas para a Coroa Imperial na última metade do século XIX e posteriormente passaram a fazer parte da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Essa narrativa era justificada por antigas escrituras de compra e venda, que membros da associação conseguiram em um cartório em Vila de Cava. Hoje, documentos que se referem a essa operação estão disponíveis no Arquivo Nacional⁶¹ e também estão em posse da atual Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências.

No mapa da figura 4 há também áreas de conflitos ocorridos entre 1948 e 1964 e entre 1979 e 1988. As fontes jornalísticas e policiais, no geral, se referem a muitas localidades com nomenclaturas que se alteram ao longo do tempo, com referências a fazendas que estão inseridas em estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo ITERJ para reconhecimento. Podemos citar como exemplo a “Fazenda do Pimenta” ou a “Fazenda Belém”, que, para localização exata, exigiria um trabalho para além das possibilidades do presente estudo.

Todavia, podemos seguramente afirmar que essas localidades bastante específicas, que são vez ou outra mencionadas no presente trabalho, estão situadas na região que denominamos anteriormente como Região de Pedra Lisa ou em suas adjacências. Portanto, optamos por marcar no mapa da figura 4 as áreas de conflitos cujas localidades são mais recorrentemente referidas, tanto nas fontes escritas quanto nas orais.

Após as desapropriações ocorridas nas décadas de 1950 e 1960, as áreas desapropriadas ficaram desassistidas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas pelos colonos, previstas no Plano⁶², especialmente nos casos dos Assentamentos Fazenda São Pedro e Fazenda Normandia. Ao que tudo indica, isso acarretou em mudanças, ao longo do tempo, em sua área de extensão e quantidade de famílias assistidas. Conforme será discutido no capítulo 7, a saída de várias famílias nas décadas de 1960 e 1970 foi consequência desse processo, vendendo suas glebas para fazendas maiores, destinadas à atividade loteadora, criação de gado e também para sítios de veraneio.

A quantidade de famílias e extensão do assentamento Normandia (ou “Fazenda Tenente Pacheco”, também chamada de “Boa Esperança”⁶³, antes da criação do assentamento) variou ao longo do tempo. A área inicialmente desapropriada para fazer parte do Plano Piloto de Ação Agrária em 1960, de 1.200.295m² (isto é, 120 hectares), sofreu alteração ao longo do tempo, conforme podemos observar no quadro 1:

⁶¹ BRASIL. Arquivo Nacional. GIF1 4B174 - Ministério dos Transportes - Maço 2, Processo 5117 - Desapropriação de terrenos no vale do rio Santo Antônio de propriedade dos herdeiros do Marquês de São João Marcos, 1877; BRASIL. Arquivo Nacional. GIF1 4B174 - Ministério dos Transportes - Maço 2, Processo 76 - Desapropriação de terras pertencentes a Pedro Pinheiro Paes Leme no lugar denominado Limeira, termo de Iguassu. Província do Rio de Janeiro, 1877.

⁶² Entre as políticas públicas previstas pelo Plano, estavam assistência médica e educacional para os trabalhadores rurais; assessoria técnica (estudo das terras, fornecimento de sementes e adubos e facilidades para aquisição de máquinas e implementos agrícolas); aquisição de mudas e sementes e instalação de infraestrutura para o escoamento da produção (DOERJ, 06/08/1959, p.1).

⁶³ Não confundir com o Assentamento Boa Esperança, criado em 1986, no âmbito do I PNRA. Trata-se de uma região sobre a qual, em tempos pretéritos, nas décadas de 1950 a 1970, há diversas menções em documentos que tratam de forma homônima essas duas fazendas.

Quadro 1: Área e número de famílias do Assentamento Fazenda Normandia

	Número de famílias	Área em hectares (RJ)
1988*	24	120 ha
1990**	27	148,28 ha
2007***	27	120 ha
2013****	26	142 ha

* Fonte: FETAGRJ - 1964-1989 LITORAL SUL - CAIXA 13/ ANGRA DOS REIS Documentos sindicais - anos 1970, 1980 e 1990 (1).

** Fonte: Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro (SEAF, 1991)

*** Fonte: Plano de Recuperação de Assentamentos – Cedro

**** Fonte: relatório de gestão do ITERJ, dezembro 2018.

Em 1990, dos 148,28 ha do assentamento, apenas 132,50 ha faziam parte da área agricultável enquanto apenas 55,35 ha correspondiam à área plantada (SEAF, 1991). Em 2007 os lotes do Assentamento Fazenda Normandia possuíam, em média, 10 ha, variando de 5 a 13 ha, “no qual trabalham, em média, duas pessoas e moram entre 2 a 5 pessoas” segundo a Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (CEDRO, 2007, p. 16). Observa-se que, ao longo do tempo, as associações de trabalhadores rurais vão se diluindo, tal como relatado em 2007: “Embora ocorram reuniões regulares da Associação Rural Fazenda Normandia, apenas metade dos(as) agricultores(as) associados(as) participa de forma mais sistemática dessas reuniões e assembleias, onde são tratados os assuntos de interesse coletivo” (*Ibidem*, p.29).

A região que engloba o Assentamento Fazenda Pedra Lisa não corresponde ao bairro Pedra Lisa, localizado no município de Japeri, que se insere na Macro Zona Urbana Rural, de acordo com o Plano Diretor de 2019 de Japeri. Dentro dos parâmetros do plano diretor, trata-se de uma área “de ocupação urbana, com clara característica de ocupação rural, determinada pelo baixo adensamento urbano e pela presença, predominante, da atividade produtiva rural”. Essa mesma área é considerada pelo plano uma Zona Rural, ou seja, área destinada “prioritariamente, à produção de gêneros alimentícios de origem agrícola e animal, utilizando áreas de característica rurais, com baixa densidade habitacional e lotes com áreas superiores a 1,0 hectares”. Além disso, em seu artigo nº 58, o Plano Diretor prevê que “nas Zonas Rurais poderão ser implantados atividades de Turismo Rural, Clubes Rurais e afins e Agremiações relativas a esportes associados a natureza tais como caminhadas, escalada, voo livres, dentre outros”. Atividades desse tipo vêm sendo realizadas na Região de Pedra Lisa desde antes do Plano Diretor de 2019. Não é difícil encontrar referências na internet de eventos de turismo ecológico realizados na região, tais como a “caminhada da família”, organizado pelo Colégio Bonfim⁶⁴; a “Caminhada na Natureza”, organizado pelo Anda Japeri⁶⁵; atividades de escalada e voo livre na Pedra Lisa⁶⁶ e muitas outras atividades de turismo ecológico promovidos por “sítios de lazer na área rural”⁶⁷, tal como a “caminhada da lua”, promovida pelo Sítio Pedra Lisa⁶⁸. Do outro lado, em Jaceruba, é comum que banhistas, oriundos de outras localidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, frequentem as cachoeiras da reserva do Tinguá. Ao circular pela região estudada, não é difícil notar a presença de muitas casas de veraneio, como também é possível, em uma rápida busca na internet, notar a existência de diversos sítios de lazer rural que promovem esse tipo de atividade na região. O contraste entre essas formas de

⁶⁴ <https://castelinhobonfim.com.br/1a-caminhada-da-familia-2017-homenagem-aos-pais/>

⁶⁵ <https://pousada-shiva.webnode.page/onde-ir-em-japeri/>

⁶⁶ <https://extra.globo.com/noticias/diversao-garantida-pertinho-da-capital-24786831.html>

⁶⁷ Conforme mencionado pela mesma reportagem da nota acima.

⁶⁸ https://www.instagram.com/p/CbGaVEFJ9k1/?utm_source=ig_web_copy_link

utilização do espaço com atividades agrícolas de pequeno ou grande porte é algo que se pôde notar em trabalho de campo, ao percorrer a região pesquisada.

O “centro” de Pedra Lisa – isto é, o pequeno polígono urbano que está ao norte da Fazenda Tenente Pacheco no mapa da figura 4 – é onde se situa a Escola Municipal de Pedra Lisa; a placa de bronze comemorativa da desapropriação, instalada em 1958, memorial das desapropriações das fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, durante do governo de Miguel Couto Filho; a sede da associação e a Pedra Lisa em si, que inspirou o nome da localidade. Quanto à sede, trata-se do mesmo prédio da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, fundada em 1948, que hoje é a sede de uma outra associação, denominada Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, fundada em 2016.

Quanto ao Assentamento Fazenda Pedra Lisa, podemos observar que, da mesma maneira que o Assentamento Fazenda Normandia, ao longo do tempo, tanto a área quanto a quantidade de famílias também se alteraram, como podemos observar no quadro 2:

Quadro 2: Área e número de famílias do Assentamento Fazenda Pedra Lisa

	Número de famílias	Área em hectares (RJ)
1988*	26	100 ha
1990**	25	75,50 ha
2007***	22	75,50 ha
2013****	20	75 ha

* Fonte: FETAGRJ - 1964-1989 LITORAL SUL - CAIXA 13/ ANGRA DOS REIS Documentos sindicais - anos 1970, 1980 e 1990 (1).

** Fonte: Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro (SEAF, 1991)

*** Fonte: Plano de Recuperação de Assentamentos – Cedro

**** Fonte: relatório de gestão do ITERJ, dezembro 2018.

De acordo com o relatório do Plano de Recuperação do Assentamento, elaborado pela CEDRO em 2007, a situação do Assentamento Fazenda Pedra Lisa é precária em diversos aspectos. “Um ponto crucial diagnosticado através deste estudo é que o Assentamento Pedra Lisa reúne todas as condições desfavoráveis para que dali seja gerado apenas o mínimo de produção agropecuária, quase que insuficiente para a garantia da cidadania de seus(uas) moradores(as)” (CEDRO, 2007, p. 97). Os lotes, nessa data, tinham “dimensões que variam de menos de um a 2 ou 3 ha” (CEDRO, 2007, p. 64). Além dos lotes serem muito pequenos, os relatos apontam a ocorrência de pouca assistência técnica e a inexistência de qualquer atividade organizada para produção e comercialização. “O resultado são esquemas de comercialização precários e instáveis. Além disso, o volume de produção agropecuária de Pedra Lisa é tão irrisório que nenhum atravessador médio se interessa pelos produtos e criações do Assentamento, à exceção dos ‘camelôs’” (CEDRO, 2007, p. 94). O estudo da CEDRO faz também alguns apontamentos sobre a desmobilização sindical ou associativista no ano de 2007.

Por fim, a área do Assentamento é cortada por um gasoduto da Petrobrás, que inviabiliza a produção das famílias nos lotes por onde ela passa e, em alguns casos, prejudica até mesmo as estruturas físicas de suas moradias. É também cortada por uma rede de transmissão de energia elétrica da Furnas Centrais Elétricas. Entretanto, ambas as companhias não realizaram nenhuma medida compensatória ou ação de responsabilidade social (CEDRO, 2007).

Cabe destacar que o “centro” de Pedra Lisa e suas adjacências não eram consideradas como zona rural pelo Plano Diretor do Município de Japeri de 2006, vigente durante a maior parte do tempo da coleta de dados da pesquisa. De fato, não havia nenhuma zona considerada rural pelo plano, mas “áreas especiais de interesse agrícola”, que era o do “centro” de Pedra

Lisa e suas adjacências. Essa situação se alterou somente com o Plano Diretor de Japeri de 2019, conforme explicado acima.

De toda maneira, tudo isso indica que se trata de uma região que passou rápidas e grandes mudanças espaciais, no que diz respeito à sua estrutura fundiária, desde a década de 1950 até hoje. As alterações ocorridas são concomitantes aos conflitos analisados, parte integrante da própria história recente da região.

Considerações Metodológicas: Entre Memórias e Arquivos

A escolha da Região de Pedra Lisa como lócus empírico da pesquisa se dá por dois motivos. Em primeiro lugar, trata-se de uma região cuja história de conflitos por terra – especialmente os conflitos das décadas de 1950, 1960 e 1980 – se relaciona com a história das disputas fundiárias no restante da Baixada Fluminense, fornecendo conexões a respeito da rememoração desses processos históricos, observado em paralelo com uma análise historiográfica mais ampla. Em segundo lugar porque, dentro da perspectiva da memória do “vencedor” e do “derrotado”, em Pedra Lisa há um elo perdido. Por um lado, os posseiros mobilizados nas décadas de 1950 e 1960 e 1980 obtiveram vitórias com a desapropriação de fazendas para fins de colonização agrícola e reforma agrária. Por outro, com o início da ditadura empresarial-militar, lideranças foram perseguidas, grileiros tomaram conta de algumas áreas e a associação que mobilizava os camponeses teve sua sede destruída. Nesse processo, formas pouco explícitas de expulsão (FEOLA *et al.*, 2019) conviveram com formas pouco explícitas de resistência (SCOTT, 2002). Dessa forma, podemos nos posicionar em um ponto de vista privilegiado para estudar o fenômeno que Débora Lerrer e Adriano Forigo (2019) chamam de silenciamento do problema agrário brasileiro.

A rememoração a respeito da repressão é acessada com muita dificuldade e, normalmente, referenciada apenas pelo acontecimento específico da ocupação militar em Pedra Lisa. Ainda assim, sempre apresentada com muitas ressalvas e medo. A fragilidade desses registros e a dificuldade da reconstrução da memória desse período revela que a memória dos vencidos pode ser difícil ou até mesmo impossível de ser acessada. Entretanto, o próprio silêncio ou ressalva pode ser, por si só, uma profícua evidência empírica. Ele ou mesmo as incertezas de testemunhas históricas podem estar indicando um “selo da autenticidade” das narrativas, tal como apontado por Ecléa Bosi (2003): “O silêncio na pesquisa não é uma técnica, é como que o sacrifício do eu na entrevista que pode trazer como recompensa uma iluminação para as ciências humanas como um todo” (*Ibidem*, p. 65). Talvez, esse silêncio possa ser uma evidência da própria memória – da memória impedida, nos termos de Ricœur (2007), ou de memória subterrânea, nos termos de Pollak (1989). Essa evidência silenciosa foi algo levado em conta ao longo das entrevistas realizadas, assim como na sua análise.

Boa parte de nosso material empírico memorialístico foi coletado por meio de entrevistas semiestruturadas e também da convivência com os moradores da região, ao longo das incursões a campo. As impressões que muitas pessoas na faixa dos 60 a 80 anos de idade têm a respeito das visitas do governador Roberto Silveira, enquanto evento marcante em suas vidas; a reação de alegria ao escutar o nome de Bráulio Rodrigues; as reiteradas recordações com tons de nostalgia sobre as festividades realizadas pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa; as lembranças sobre a incursão do Exército com tanques de guerra e a maneira traumática de como a perseguição política nesse período ficou cravada na memória dessas pessoas, nos revelam muito sobre o que Maurice Halbwachs (2006) chama de “memória histórica”.

Nesse sentido, essas rememorações dão alguns apontamentos sobre como essas personalidades se inseriam: Roberto Silveira, além do fato de sempre trazer muitos brinquedos ser reiteradamente repetido pelas pessoas dessa faixa etária, é lembrado como um dos poucos políticos que de fato se importava com a região. Sua presença é reiterada em diversas fontes

documentais, como veremos nos capítulos seguintes. A confiança da população local em relação a esse político era tanta que encontramos até mesmo o relato de uma pessoa que recebeu o nome de Ismélia, em homenagem à esposa desse governador. No caso de Bráulio Rodrigues, apesar de ter sido militante do PCB, ele é lembrado como importante liderança da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Igualmente, muitas pessoas nessa faixa etária também se recordam do líder camponês como muito carismático e gentil com as crianças, sempre lhes dando bala. Sobre a incursão do Exército, são raros os relatos gravados. Na maioria das entrevistas, o assunto é tratado de maneira evasiva. A maioria dos depoimentos a esse respeito foram apresentados ou em entrevistas sem o gravador ligado ou em conversas informais. Excepcionalmente, o assunto foi tratado de forma pública apenas em uma ocasião, quando o grupo de pesquisa que subsidiava os trabalhos da CEV-RJ, após a conclusão do relatório final, em 2016, realizou um seminário de memória no “centro” de Pedra Lisa.

Além dos relatos das pessoas que eram muito jovens no período, acessamos também memórias de quem de fato viveu esse período, organizando-se na Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Entretanto, em número muito mais reduzido de pessoas, pelo fato de que são poucos os que durante o período de pesquisa estavam ainda vivos.

Nem todas as entrevistas foram realizadas no trabalho de campo por mim. A diversidade de entrevistadores se dá por conta das origens da presente pesquisa. Como explicado anteriormente, antes de ingressar no doutorado, participei da pesquisa “*Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*”. Tratando-se de uma experiência coletiva de pesquisa (da qual participei enquanto bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica), havia uma equipe que envolvia bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos e pesquisadores seniores. Embora o projeto tenha se iniciado em meados do ano de 2014, meu ingresso nessa equipe se deu apenas em julho de 2015, etapa em que diversas entrevistas sobre os conflitos em Nova Iguaçu já haviam sido realizadas. Além disso, ainda no contexto desse projeto e posteriormente no contexto do doutorado, nos foi possibilitado o acesso a entrevistas realizadas por outros pesquisadores, em outras pesquisas, também reaproveitadas nesse trabalho. De forma mais específica, refiro-me às entrevistas feitas por Marcelo Hernandez (2010), Frederico Araújo (1982)⁶⁹ e Sheila Copello (1983). Além destas, foram também utilizadas entrevistas disponíveis no acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ) e do projeto *Memórias* do Instituto de Terras e Cartografia (ITERJ).

Evidentemente, utilizar entrevistas realizadas para outras pesquisas carrega certas implicações. Por um lado, essas entrevistas são muito úteis por fornecerem material empírico de representações memorialísticas de tempos pretéritos, impossíveis para o autor coletar (algumas, por exemplo, foram realizadas antes mesmo de meu nascimento). Dessa forma, é possível investigar como as memórias coletivas a respeito desses acontecimentos vinham sendo elaboradas ao longo do tempo. Destacamos o caso de Bráulio Rodrigues, cujas entrevistas utilizadas vêm desde 1982, realizadas no trabalho de Araújo (1982), até seus relatos em 2016, em ocasião de um seminário de memória realizado em Pedra Lisa, contando com sua presença. Por outro lado, cabe destacar que essas entrevistas, embora buscassem acessar a rememoração dos entrevistados, muitas vezes, a respeito dos acontecimentos que visamos também investigar, foram utilizadas para objetivos de pesquisa específicos. Invariavelmente, trata-se de entrevistas que nos auxiliam a compreender as dinâmicas das memórias coletivas ao longo do tempo.

Além dessas, são aqui também utilizadas entrevistas feitas diretamente por mim, tanto no projeto de pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro*

⁶⁹ Embora não tenhamos tido acesso às entrevistas diretamente, utilizamos trechos de entrevistas concedidas a Frederico Araújo, citadas em seu trabalho.

(1946-1988), entre 2015 e 2016, quanto as entrevistas realizadas ao longo de meu doutorado, entre os anos de 2017 e 2022.

As entrevistas realizadas por mim foram também feitas de maneira distinta. Enquanto no primeiro caso, os entrevistados sabiam que estavam dando depoimentos para uma pesquisa que subsidiava a CEV-RJ, no segundo caso, os entrevistados sabiam que estavam contribuindo para um trabalho sobre memória e história da região, realizada por um pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Nestas últimas foram apresentados jornais impressos antigos aos entrevistados, com o objetivo de estimular a sua memória, uma vez que o objetivo aqui era o de realizar entrevistas semiestruturadas, mais espontâneas e longas, se comparadas à primeira experiência de pesquisa, que carregava objetivos específicos.

As entrevistas realizadas para o trabalho anterior eram ou previamente marcadas com pessoas específicas, que a equipe de pesquisa já conhecia (e de sua relevância em ser entrevistada) ou eram realizadas em visitas a Pedra Lisa, com presença de mediadores – um professor de uma escola local ou uma liderança associativista local – que levavam às pessoas “que por aqui viveram muito”. As entrevistas realizadas no presente trabalho foram ou previamente marcadas, por meio de indicação dos mesmos mediadores da pesquisa anterior ou por meio de incursões ao campo que, por se tratar de uma área muito grande – e o autor não disponibilizar de carro pessoal, tampouco de recursos e condições de alugar um – foram muitas vezes feitas em carona com um caminhão do ITERJ, que realizava diversos trabalhos de assessoria técnica aos assentamentos da região. A presença do servidor que fornecia carona, enquanto mediador entre o pesquisador e os entrevistados, teve diversos efeitos. Possibilitou, antes de tudo, certa relação de confiança inicial mínima com os entrevistados, uma vez que eu era apresentado por uma pessoa de confiança deles de longa data, como “um pesquisador da Universidade Federal Rural, que está pesquisando a história e a memória daqui”. O estabelecimento dessas relações de confiança é essencial em pesquisas que utilizam entrevistas para recuperação da memória, essencialmente, ao longo do desenvolvimento dessas relações, para que os entrevistados se sintam à vontade de conversar com um pesquisador com quem eles identificam afinidades de interesses (CATELA, 2004). Essa mediação possibilitou o conhecimento prévio e acesso a eventos específicos, tal como a posse de uma nova gestão de uma associação, ou um curso de capacitação, dando abertura a conhecer diversos agricultores locais. Na maioria das vezes – excetuando-se raros casos em que o entrevistado decidia falar de imediato – as entrevistas eram marcadas após o estabelecimento de laços mínimos de confiança entre o pesquisador e o pesquisado – em média, uma semana após o primeiro contato. Essa proximidade social e familiaridade são, de acordo com Bourdieu (2008), os elementos que asseguram as condições de uma comunicação não violenta. Por último, a mediação realizada através dessas caronas, possibilitou o acesso físico às áreas mais inacessíveis da região – muitas vezes bastante distantes de onde os escassos ônibus circulam. Isso possibilitou tempo hábil (e até mesmo a viabilidade) de ser realizada, com calma, uma pré-entrevista antes de uma entrevista gravada. Sabemos da importância dessa aproximação prévia por diversos motivos, tal como indica Bosi:

A pré-entrevista que a metodologia chama de ‘estudo exploratório’, é essencial, não só porque ela nos ensina a fazer e a refazer o futuro roteiro da entrevista. Desse encontro prévio é que se podem extrair questões na linguagem usual do depoente, detectando temas promissores. A pré-entrevista abre caminhos insuspeitados para a investigação.

A entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera.

(...)

Se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro (BOSI, 2003, p. 60).

Há de se acrescentar também que foi realizado um seminário de memória em abril de 2016 em Pedra Lisa, evento que marcou o fim da pesquisa para a CEV-RJ, onde foram devolvidos os resultados da pesquisa e, ao mesmo tempo, diversos agentes locais estiveram envolvidos, com o objetivo de evocar o passado da antiga associação, com vistas a fundar uma nova. Contado com a participação de diversas lideranças locais, desde as mais idosas quanto das mais jovens e também de participantes locais na condição de ouvinte, estavam presentes cerca de 40 pessoas que, no geral, eram de certa forma próximas ao grupo que fundou a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, que hoje funciona no mesmo prédio da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Os relatos fornecidos neste seminário foram utilizados no presente trabalho. Foi realizado também um grupo focal com um professor e duas lideranças associativistas no início das incursões de campo do doutorado, a fim de se realizar um pontapé inicial com as questões que seriam posteriormente trabalhadas. O grupo focal foi mediado por mim e realizado na sede da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências. Por fim, há de se destacar que também foi realizada uma breve entrevista por e-mail, com um entrevistado, ainda na pesquisa da CEV-RJ, apenas para elucidar lacunas não respondidas na entrevista anterior, que ficaram no diálogo informal.

Por fim, em fevereiro de 2020, na impossibilidade de continuar realizando caronas com o caminhão do ITERJ, em razão de estar quebrado no período que fora planejada essa última incursão a campo, foram realizadas caronas com um morador da região, filho de um entrevistado bastante idoso, que foi membro da antiga associação. Esse último recurso de mobilidade foi utilizado poucas vezes, em decorrência do início da crise pandêmica de Covid-19, em março de 2020, o que, infelizmente, interrompeu a etapa final do trabalho de campo. Entretanto, realizei telefonemas e mantive contato, por meio de conversas informais, com algumas pessoas da região. Para além do caráter informal dessas conversas, característico de relações pessoais que foram sendo construídas ao longo do tempo, elas foram positivas para, por um lado, não se perder o contato entre os principais mediadores entre a pesquisa e a comunidade e, por outro, para continuar exercitando a “imaginação sociológica” (MILLS, 2009) do pesquisador, no um período de isolamento social. Posteriormente, uma última entrevista foi realizada em Pedra Lisa em março de 2022, com uma antiga moradora que foi expulsa da Região em fins da década de 1960. Não se tratou de uma retomada do trabalho de campo, mas de uma única entrevista realizada na sede da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, contando com a presença de dois associados que fizeram questão de ter conhecimento desse caso de expulsão.

Os nomes de todos entrevistados em entrevistas que foram realizadas por mim e/ou em conjunto com outros pesquisadores, tanto no contexto da pesquisa para a CEV quanto no contexto do presente trabalho, são fictícios (salvo exceções de figuras notoriamente públicas, mencionadas em diversas outras publicações, como é o caso de Bráulio Rodrigues). Isso ocorre para preservar a identidade e segurança dos entrevistados. Todos os outros entrevistados de pesquisas anteriores, bem como citações de entrevistas em trabalhos já publicados, são mantidos da mesma maneira que foi publicado por seus autores – o que facilitará pesquisas futuras. Todos os outros nomes, contidos em documentos, reportagens jornalísticas, trabalhos acadêmicos e qualquer outro tipo de publicação que esteja disponível ao público (sejam entrevistas, depoimentos ou apenas menções) estão também mantidos da mesma maneira que os originais. O mesmo ocorre para documentos não publicados, onde nomes mencionados são de pessoas que já morreram. Como o objetivo de trocar os nomes reais dos entrevistados para

nomes fictícios é de preservar suas identidades, vez ou outra, o leitor pode notar que a relação destes com pessoas cujos nomes escritos são reais, esses nomes podem ser omitidos, justamente para preservar a identidade destes entrevistados.

No que diz respeito às citações diretas em idiomas estrangeiros, todas foram traduzidas livremente por mim para o português, com o objetivo de tornar o presente estudo acessível a todos leitores de língua portuguesa.

Acessamos também “memórias de segunda mão”, isto é, memórias que foram passadas de uma geração para outra, estabelecendo aquilo que Olick, através de um diálogo com Bakhtin (OLICK, 2007), classifica enquanto “memórias de memórias”. Essa transmissão mnemônica se dá tanto pela oralidade quanto pela escrita: entrega de documentos importantes, jornais, cartas e também documentos produzidos pelos próprios transmissores de memória. Observamos a reiteração desse fenômeno entre diversas pessoas e grupos na região: gerações muito interessadas em passar a memória para a geração seguinte de forma deliberada. E, por outro lado, receptores dessa memória também muito interessados em retê-la. Esses arquivos pessoais, materializados em diversas categorias de escrita, revelam certa intencionalidade de se produzir história. Evidentemente que se trata de materiais empíricos valiosos e, ao mesmo tempo, nos levam ao mesmo questionamento desenvolvido por Penelope Papailias (2005) sobre quais são os limites e definições de arquivos históricos e quais seriam os limites de apenas os historiadores serem detentores do monopólio de se produzir historiografia. Evidentemente, conforme analisado mais à frente, essa produção deliberada de memórias produz, em certa medida, compreensões históricas de maneira duradoura, através de gerações, mas que têm seus significados diluídos em memórias fragmentadas.

No que diz respeito às fontes jornalísticas, foram consultados os periódicos de circulação local *Correio da Lavoura* e *Jornal de Hoje*; de circulação na Região Metropolitana *A Noite*⁷⁰; de circulação estadual *Diário da Noite*; de circulação nacional *Última Hora*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* e, finalmente, os ligados a políticos ou a partidos políticos: *Luta Democrática* do político fluminense Tenório Cavalcanti⁷¹ e *Imprensa Popular*, *Novos Rumos*, *Voz Operária* e *Terra Livre* do PCB⁷².

⁷⁰ O periódico foi de “propriedade de grupo estrangeiro representado no Brasil por Guilherme Guinle, o jornal passou a direção de Manoel Cardoso de Carvalho Netto”. Como veremos mais à frente, Guilherme Guinle era presidente da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, propriedade de seu irmão Arnaldo Guinle. Após passar a fazer parte das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, através do Decreto-Lei nº 2.073/1936 e por diversas outras administrações, “depois de uma curta experiência de arrendamento do jornal, em 1946, pelos funcionários, *A Noite* adentrou a década de 1950 sem solucionar seus problemas administrativos”. Note-se que nesse curto período, de 1946, a 1950, quando havia sido “arrendado” pelos seus funcionários, o jornal se posicionava em tom bastante crítico à Companhia Fazendas Reunidas Normandia, dos Guinle e em tom de nostalgia à Getúlio Vargas. Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/> (Acessado em 04/10/2021).

⁷¹ Tenório Cavalcanti era um influente político da Baixada Fluminense. Conhecido como “o homem da capa preta”, tinha um estilo político agressivo e violento. Assumiu uma aura de “mito” em decorrência dessa identidade, carregando consigo uma submetralhadora nomeada de Lurdinha. Tenório Cavalcanti foi eleito deputado federal pela UDN em 1947, 1950, 1954 e 1958. Disputou a primeira eleição para o governo do estado da Guanabara em 1960 pelo Partido Social Trabalhista (PST), ficando em terceiro lugar na disputa e, posteriormente, para o governo do estado do Rio de Janeiro em 1962. Após o golpe de 1964, teve seu mandato de deputado federal cassado e seus direitos políticos suspensos em 13 de junho de 1964. Fonte: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio> (Acessado em 04/10/2021).

⁷² Com vínculo não declarado publicamente. No contexto de clandestinidade do PCB, o jornal foi fundado em 1948, um ano após o fechamento de outro jornal fluminense do PCB, *Tribuna popular*. Na mesma época também circulava o jornal *Voz Operária*. O periódico *Terra Livre*, por sua vez, era mais voltado à população camponesa. Quanto ao jornal *Novos Rumos*, era um dos maiores jornais da esquerda brasileira, de circulação nacional, foi aos poucos, de 1958 a 1959, substituindo os periódicos *Voz Operária* e *Imprensa Popular*. Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/imprensa-popular/>; <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/novos-rumos/> (Acessado em 04/10/2021).

A maneira pela qual as notícias jornalísticas desses periódicos são aqui apresentadas não seguem a lógica de como se o que os jornais publicam fossem “expressões da verdade”, mas a partir da compreensão de em que contexto essas notícias vinham sendo publicadas. Como veremos mais à frente no capítulo 2, nas décadas de 1950 e início de 1960, conflitos fundiários vinham recebendo bastante destaque midiático, em um período em que a questão agrária era amplamente debatida. Assim, cabe notar que cada um desses jornais, diante dos atores políticos com os quais se relacionam, têm suas próprias narrativas políticas nesse contexto, o que seria capaz influenciar em identidades políticas e, posteriormente, representações coletivas da memória em diversas formas.

Igualmente, é importante notar como essas publicações, a respeito da questão agrária, se tornam bem mais escassas a partir do golpe de 1964. É notável que as próprias fontes utilizadas no presente trabalho nos capítulos 5 e 6, quando o período histórico pós-golpe é tratado, são muito mais orais e documentais do que jornalísticas. Isso se altera no capítulo 7, quando é tratado o período da década de 1980, onde o destaque da questão agrária no debate público é retomado, na medida em que o regime ditatorial vai se enfraquecendo. Essa dinâmica de destaque ou não da questão agrária é, por si só, um importante indicativo sobre como as memórias coletivas a respeito dos conflitos por terra estudados se tornam “subterrâneas” ou “impedidas” (POLLAK, 1989; RICŒUR, 2007).

Utilizamos também de material documental de acervos públicos. Compreendendo que a presença ou ausência de documentos dependem de causas humanas (BLOCH, 2001), muitos desses documentos são produzidos de forma que busquem legitimar o regime vigente. Assim, nos propusemos a realizar uma análise documental levando em consideração as condições de sua produção (*ibidem*). Utilizamos documentos retirados do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ); da Biblioteca Nacional, através da Hemeroteca Digital, que disponibiliza publicações dos diversos jornais, acima mencionados, ao longo de diferentes épocas bem como o Centro de Documentação e Imagem da UFRRJ (CEDIM/UFRRJ); da Diocese de Nova Iguaçu, que também dispõe de um variado acervo documental, reunindo documentos de informações a respeito de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense; de um acervo pessoal da fazendeira e pretensa proprietária Doquézia Paes Leme, encontrado na Fazenda São Pedro pelo Grupo Ficus Gamaleia e que posteriormente nos foi fornecido⁷³; de acervos pessoais, “objetos biográficos” (BOSI, 2003) que nos foram fornecidos por moradores de Pedra Lisa; do Arquivo Nacional; das Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu e, finalmente, do acervo da Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas (ANAPAP), que presta serviços jurídicos de reparação moral a pessoas que foram vítimas da ditadura de 1964⁷⁴. A partir das discussões feitas por Carlo Ginzburg (1993), para compreendermos o que está por debaixo da superfície do discurso proferido em cada material, oral ou escrito, buscamos realizar uma análise compreensiva através da comparação do dito, não dito, implícito ou evasivo de diversos atores em seus

⁷³ Esse acervo incluía cartas, jornais e documentos oficiais, todos relacionados aos conflitos da fazendeira com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em torno da disputa da Fazenda São Pedro. Os jornais fornecidos eram reportagens recortadas. Portanto, o leitor pode se deparar com algumas fontes documentais no texto, do acervo de Doquézia, indicando “página”, “data”, ou “jornal” não identificado. Esses recortes bem como documentos policiais do acervo de Doquézia, podem ser encontrados no Anexo B, ao fim da tese.

⁷⁴ A ANAPAP é sediada em Duque de Caxias e foi fundada por Nilson Venâncio, antigo líder do movimento camponês da Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960. Conversando com a atual secretária da ANAPAP, pessoa que forneceu acesso ao acervo documental da associação, ela disse: “o Sr. Nilson falava pra mim: ‘você cuide bem desse acervo aqui. Depois de minha passagem, se você não cuidar disso aqui, vou puxar seu pé quando estiver dormindo (risos). É importante guardar isso, pois as pessoas podem esquecer. Você tem que disponibilizar isso aqui para os estudantes, pois tem muita gente que não sabe das coisas que aconteceram’”.

discursos. Isso foi útil para analisar tanto os acontecimentos quanto suas representações memorialísticas.

Estrutura da Tese

A tese que o leitor tem em mãos está dividida, além desta introdução, em oito capítulos, organizados em quatro partes. A Parte I, com um único capítulo, trata da temática da historiografia e das memórias coletivas a respeito da ditadura empresarial-militar no Brasil. Esse capítulo discute como se desenvolvem as memórias coletivas a respeito dessa temática e suas implicações e discussões na historiografia, bem como outra faceta dessas representações memorialísticas, isto é, a questão agrária ao longo da Nova República, à luz das memórias coletivas consolidadas a respeito da Ditadura empresarial-militar.

A Parte II (que inclui os capítulos 2, 3 e 4) contextualiza os debates em torno da questão e da reforma agrária na conjuntura política da época, bem como os antecedentes dos conflitos por terra na década de 1950 na Baixada Fluminense, especialmente na Região de Pedra Lisa (capítulo 2), os atores envolvidos (capítulo 3) e, por fim, será realizada uma análise dos principais conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro ocorridos nesse período, a partir de um recorte que seja capaz de englobar os aspectos que são de maior interesse para a presente pesquisa (capítulo 4). Este último capítulo da parte II é voltado para o objetivo de situarmos melhor os acontecimentos conflituosos sobre os quais nos debruçaremos na análise das memórias coletivas na parte IV dessa tese.

A Parte III do presente estudo tem os mesmos objetivos da Parte II, mas com um recorte temporal que engloba os anos de 1964 até 1988. Divide-se entre os capítulos 5, 6 e 7. O capítulo 5 discute as implicações do golpe de 1964 sobre a questão agrária, partindo de uma perspectiva “macro” até uma perspectiva “micro”, no estado do Rio de Janeiro e, especialmente, no município de Nova Iguaçu. O capítulo 6 se debruça sobre as implicações repressivas imediatas que se abateram às populações de regiões de mobilização nos momentos imediatos após o golpe – tema de grande relevância para as representações coletivas de memórias, que serão, novamente, retomadas na Parte IV do presente trabalho. Já o capítulo 7 trata da recomposição do movimento camponês local a partir dos últimos anos da década de 1970, analisando episódios conflituosos, com especial atenção à Região de Pedra Lisa⁷⁵.

Finalmente, a Parte IV, que contém apenas o capítulo 8, analisa as dinâmicas sociais das memórias coletivas a respeito de todos esses acontecimentos descritos nos capítulos anteriores. A base empírica dessa reflexão são os relatos orais de indivíduos que presenciaram de alguma maneira os acontecimentos aos quais nos referimos anteriormente, e também da própria experiência do trabalho de campo.

Por fim, após a Parte IV, serão realizadas as considerações finais.

⁷⁵ Cabe destacar que os casos conflituosos tratados nos capítulos 4, 6 e 7 ocorrem, em sua grande maioria, na Baixada Fluminense, especialmente em regiões cuja rememoração se conecta com a Região de Pedra Lisa, localidade de onde retiramos a maioria de nossas fontes de história oral a respeito dos acontecimentos descritos em ambos os capítulos.

PARTE I – DITADURA, HISTÓRIA, MEMÓRIA E QUESTÃO AGRÁRIA

1 – AS PARTICULARIDADES DA MEMÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA A RESPEITO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

O conflito em torno dos sentidos do passado carrega uma marca e sentido de disputa política, principalmente na transição – ou na permanente disputa – de regimes totalitários para os ditos regimes democráticos⁷⁶. No mundo contemporâneo, a disputa por diferentes interpretações do passado são elementos chave para a constituição de identidades individuais e coletivas (JELIN, 2003), sendo a memória a própria definição do processo político que constitui essa disputa (OLICK, 2007). Países que passaram por passados autoritários (ou, melhor dizendo, que vivem em uma constante tensão entre a continuidade e a descontinuidade desse passado), tais como as ditaduras de caráter militar na América Latina, regimes de segregação racial como na África do Sul e nos Estados Unidos, regimes de dominação colonial na África ou na Ásia ou o nazifascismo europeu, enfrentam essa presença do passado em uma constante disputa interpretativa. Essas experiências têm “um impacto na questão de como refletir criticamente sobre este passado (...). No fundo, jaz a ideia de que uma reconstrução histórica dos atos de violência e seu reconhecimento são condições indispensáveis para uma democratização exitosa” (RINKE, SAIZ e LOUIS, 2016, p. 8).

Jeanne Marie Gagnebin (2010), ao analisar a ignorância e a indiferença em relação ao passado no Brasil, compreende que o “esquecimento de reserva”⁷⁷ (RICŒUR, 2007), pode ser uma dimensão feliz do apagamento da memória, capaz de fazer as pazes com o passado. Isso ocorre somente após um longo processo de elaboração, ou, em termos benjaminianos, de uma correta interpretação da história, lutando contra a história dos opressores, a fim de reparar e rememorar o sofrimento das gerações anteriores para assim realizar a redenção com o passado (BENJAMIN, 1985). Segundo Gagnebin, “essas dimensões positivas do esquecimento nunca negam ou apagam o passado, mas transformam seu estatuto vivido no presente, permitem que se viva sem ressentimento, diz Nietzsche, sem cair na perpétua repetição, diz Freud, permitem a instauração do novo” (GAGNEBIN, 2010, p. 179). Por outro lado,

A imposição do esquecimento como gesto forçado de apagar e de ignorar, de fazer *como se não houvesse havido* tal crime, tal dor, tal trauma, tal ferida no passado, esse gesto vai justamente na direção oposta dessas funções positivas do esquecer para a vida. Impor um

⁷⁶ “Ditos regimes democráticos”, no sentido de que a categoria “democracia” não é algo dado. Conforme Florestan Fernandes (2019), a perspectiva liberal, normativa de democracia, está ancorada em uma perspectiva, também normativa, de autoritarismo, que, no geral, é vista nas relações entre indivíduo e Estado e desaparece na liberdade fundamental do indivíduo ao se pensar o contexto da ordem social competitiva. Essas perspectivas, ao se identificarem automaticamente com a democracia liberal, escondem a inerente e estrutural desigualdade econômica, social e cultural do capitalismo, onde a liberdade e igualdade, na prática, apesar de se manifestarem como formalidades, podem ser objeto de disputa.

⁷⁷ A noção de “esquecimento de reserva” de Paul Ricœur é desenvolvida em diálogo com Freud, especificamente, com dois importantes textos desse autor: “Recordar, Repetir e Elaborar” de 1914 e “Luto e Melancolia”, de 1915. Nesses textos, Freud desenvolve bases teóricas que serão apropriadas por Ricœur para a discussão das memórias coletivas. Numa dimensão psicanalítica, Freud discute as possibilidades de criação de arranjos para se conviver com o passado traumático, diante de sua indestrutibilidade no subconsciente humano, podendo assim evitar a compulsão pela repetição. Ferramentas capazes de criar esses rearranjos, diz Freud, perpassam pelo “trabalho de luto” e “trabalho de elaboração” a respeito desses acontecimentos. Nos estudos da memória coletiva, discute Ricœur, traumas ocorridos em acontecimentos históricos de determinada sociedade ou comunidade podem também afetar suas memórias coletivas, sendo o impedimento de rememoração de memórias traumáticas um obstáculo para a elaboração coletiva de acontecimentos históricos também traumáticos. Elaborações essas que poderiam vir ao espaço público para que possam ser reelaboradas, conferindo assim outros sentidos ao passado. Paralelamente à Freud, a respeito da indestrutibilidade do passado, para Ricœur, dentro das dimensões coletivas da memória, o passado não pode ser apagado, mas pode ser reconciliado (RICŒUR, 2007).

esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar – portanto um não lembrar, uma “memória impedida”, diz Ricœur, uma memória que vai lutar, brigar para poder voltar. Nesse contexto, todas as políticas de anistia, promulgadas em várias circunstâncias por vários Estados, servem, no máximo (e é isso que geralmente pretendem), a tornar possível uma sobrevivência imediata do conjunto da nação enquanto tal, mas não garantem uma coexistência duradoura. (...) Podemos nos perguntar sobre o alcance da Lei de Anistia no Brasil: visava ela realmente apaziguar a memória de duas partes importantes do povo brasileiro no seu conjunto ou se tratava, como tantas vezes no Brasil, de um arranjo (precário) entre duas facções opostas da assim chamada “elite”? (GAGNEBIN, 2010, p.179-180. Grifos da autora)

No Brasil, a Lei de Anistia de 1979⁷⁸, acaba figurando como a face institucional da memória hegemônica a respeito da ditadura (NAPOLITANO, 2014). Seu principal efeito memorialístico – por conseguinte, político –, é o reforço da impunidade dos crimes praticados pelo regime ditatorial, o que, por sua vez, talvez tenha sido um dos principais componentes responsáveis para o estabelecimento de um campo fértil para o crescimento de uma comunidade de memória negacionista a respeito dos crimes do regime ditatorial. “Em vez do remorso ou da culpa, assistimos ao estímulo ao ódio e ao ressentimento. Afetos que também impedem ou dificultam um pedido de desculpas e/ou perdão pelos erros praticados” (PEREIRA, 2015, p. 882). Essa amnésia sistemática, de acordo com Vladimir Safatle, seria uma das contradições fundamentais da Nova República, onde o esquecimento dos excessos do passado é colocado enquanto preço a se pagar pela estabilidade democrática. “Nenhum país conseguiu consolidar sua substância normativa sem acertar contas com os crimes de seu passado. (...) Não há esquecimento quando os sujeitos sentem-se violados por práticas sistemáticas de violência estatal e de bloqueio de liberdade socialmente conhecida” (SAFATLE, 2010, p. 252). Isso talvez explique o fato de que, em pesquisa realizada em 2010 em diversos estados, houve um elevado índice de pessoas com completo desconhecimento dos efeitos do golpe de 1964 (CERQUEIRA; MOTTA, 2015, *apud* PEREIRA, 2015).

Nesse sentido, ao pensar o caso brasileiro, observamos que a memória hegemônica (NAPOLITANO, 2015) sobre o período se relaciona com alguns dos fracos pilares de sustentação do regime de 1988. O frágil reconhecimento da violência realizada pelo regime de 1964, por meio das precárias e tardias políticas de reparação e justiça de transição, abre portas para que, no regime político que se segue, permanências sejam aceitas e naturalizadas. Dessa forma, abre-se um campo fértil para o estabelecimento de uma “comunidade da memória” negacionista a respeito dos crimes da ditadura (PEREIRA, 2015). Com uma fraca ou quase inexistente justiça de transição no país, o conflito em torno da rememoração da ditadura de 1964 não se dá em um período de ruptura do regime ditatorial para o democrático. Diferente disso, o conflito é diluído ao longo da história da Nova República.

Este capítulo debruça-se sobre essa problemática. Analisamos, no tópico 1.1, alguns debates historiográficos a respeito do caráter do golpe e da natureza do regime ditatorial de forma a traçar alguns aspectos essenciais para nossas intenções de pesquisa. O tópico 1.2 discute algumas das consequências da “transição negociada”, tais como aspectos de continuidade do regime ditatorial no democrático, bem como o estabelecimento de terreno fértil para que

⁷⁸ A lei nº 6.683, de 28/08/1979, concedeu anistia a todos que, no período compreendido entre 02/09/1961 e 15/08/1979, cometeram crimes políticos ou praticados por motivação política. Essa lei é considerada um marco para o início de uma “abertura lenta e gradual” para um regime democrático.

representações memorialísticas nostálgicas e negacionistas pudessem germinar em passado recente. Por fim, o tópico 1.3 apresenta as consequências dessas discussões para os objetivos do presente trabalho.

1.1 – Golpe, Atores Sociais, Historiografia e Memória

O período ditatorial (1964 a 1985)⁷⁹ é amplamente chamado de “ditadura militar”. Este termo é bastante utilizado pela mídia, instituições escolares, universidades e também por boa parte da produção acadêmica que discute o tema. Entretanto, René Armand Dreifuss (1981) apresenta um estudo com vastas fontes documentais que demonstram a atuação de um complexo bloco político e econômico que articulou o golpe, por meio de uma ação coordenada de desestabilização do governo João Goulart, demonstrando que não se tratou de um golpe meramente militar.

O autor argumenta que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, ao longo dos anos de 1950 e até o golpe de 1964, novas relações políticas e econômicas foram estabelecidas no Brasil, com intensa penetração em sua economia de um bloco multinacional liderado por corporações e interesses estadunidenses. Estabeleceu-se uma ampla participação de multinacionais em diferentes setores, com investimentos estrangeiros provenientes de diversos países, principalmente dos EUA, o que, em consequência, levou a economia brasileira a se tornar cada vez mais vulnerável ao poder decisório exercido por executivos nas sedes de grandes multinacionais, determinando o ritmo da economia nacional⁸⁰. Em outras palavras, as empresas públicas e nacionais foram paulatinamente perdendo controle da cadeia produtiva, cujo comando ficou nas mãos das multinacionais, principalmente as estadunidenses, que compunham a maioria dos grupos milionários e multibilionários em diversos setores da economia brasileira.

Não obstante, conforme pontua Florestan Fernandes (1975a), uma das diferenças mais substanciais do esquema de dominação de classes das economias periféricas em comparação com as economias centrais, é o fato de que, nas periféricas, o capitalismo se estabeleceu de forma hipertardia, já com a existência do socialismo como uma alternativa concreta. Sobre essa constatação, há duas implicações essenciais que merecem destaque: as formas preventivas de “manutenção da ordem” das classes dominantes nesse tipo de economia e a centralidade que o controle dessas economias passa a ter para as nações centrais.

O advento do “socialismo num só país” não podia interferir nos dinamismos de sua expansão nas economias capitalistas centrais ou de sua irradiação para a periferia. Mas contribuiu para criar um elemento adicional de tensão (aos níveis econômico, cultural e político), pois o capitalismo mundial, como um todo, passou a defrontar-se daí por diante, com a existência e os apelos de um padrão de civilização alternativo. (...) A única estratégia generalizada viável consistia na penetração segmentada de recursos materiais e humanos, ou de controle econômico. Foi através dessa técnica que as grandes corporações se instalaram e expandiram nessa imensa parte da periferia (...). Para atingir os seus objetivos comerciais, financeiros ou políticos elas não

⁷⁹ Essa própria periodização é controversa. Apesar da eleição do primeiro presidente civil ter ocorrido em 1985 (e de forma indireta), podemos dizer que a ditadura se encerra definitivamente em outubro de 1988, quando um novo regime constitucional é instituído.

⁸⁰ Não apenas a economia brasileira, mas tratava-se de um cenário mais geral, se levarmos em consideração outros países da América Latina. A título de exemplo, conforme Piero Gleijeses (1989), a Guatemala, na mesma década, em situação de enorme dependência do capital estrangeiro, se encontrava exposta ao poder decisório de agências internacionais para sua política interna, principalmente quando se tratava da implementação de uma reforma agrária em complexas alianças políticas internas e externas.

precisavam interferir, extensa e profundamente, na estrutura colonial, neocolonial ou competitiva das economias hospedeiras; ao contrário, essas estruturas lhes eram altamente vantajosas (...). Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o “mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo (FERNANDES, 1975a, p. 251, 252 e 253).

Dessa forma, o capital monopolista transnacional formaria o principal grupo a dar sustentação ao golpe de 1964, logrando desenvolver um bloco político capaz de influenciar as diretrizes políticas brasileiras. “Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma *intelligentsia* política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro” (DREIFUSS, 1981, p. 66). Esses interesses multinacionais e associados criaram e apoiaram agências e agentes políticos que, por sua vez, foram capazes de desestabilizar o governo João Goulart e também elaborar um programa de governo para depois de sua deposição. Manifestaram-se sob três formas. Em primeiro lugar, os escritórios de consultoria empresarial. Criados de forma paralela a muitas instituições tecno-burocratas governamentais, surgem na década de 1950 pautados na lógica da consciência empresarial de necessidade de planejamento, perícia técnica e uma administração eficiente, servindo também “de ponte entre a visão individual dos empresários e uma crescente solidariedade de interesses no interior do incipiente bloco multinacional e associado” (DREIFUSS, 1981, p. 84). No interior desse bloco se desenvolveria uma ruptura com o “populismo” e com a ideia de uma ação organizada de conquista do Estado. Em segundo lugar, as associações de classe, tais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), o Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP) e a *Federation of the American Chambers of Commerce* do Brasil. Essas associações “representavam as novas formas de interesses financeiro-industriais multinacionais e associados. E mais, a existência de tais associações de classe expressava o alto nível de consciência coletiva atingido pelos interesses empresariais” (*Ibidem*, p. 97). Esses dois nichos de organização dos interesses multinacionais e associados foram capazes de exercer uma influência sobre o Estado através de *lobbying* político e criando praticamente uma administração paralela. Em terceiro lugar, entram os grupos de ação política e ideológica, a forma organizativa mais avançada de unidade da classe burguesa, capaz de disputar a opinião pública. Conforme pontuado por Florestan Fernandes (1975a), o comportamento das elites nacionais que não visavam quebrar com a posição de dependência das nações centrais, leva a burguesia a desenvolver paulatinamente uma “aprendizagem de classe”, onde todas as ideologias burguesas utópicas vão sendo colocadas na gaveta e a compreensão de seu lugar na economia-mundo dá clareza à necessidade de manutenção de seu autoprivilegiamento.

O elemento importante para retermos aqui é que a ordem social competitiva, neste cenário, reforça o autoprivilegiamento burguês ao invés de reforçar uma “democracia expandida”, que é, pelo contrário, evitada. A reiteração, portanto, de uma “democracia restrita” é feita não objetivando a manutenção “do passado”, mas visando um “futuro”, no sentido de dar dinâmica ao próprio capitalismo nacional e normalizar a “autocracia burguesa” a longo prazo. Os grupos de ação política e ideológica mais dinâmicos, que representavam essa unidade e “aprendizagem de classe” foram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES).

O golpe de 1964 foi articulado por esses agentes junto com militares, em especial uma geração de oficiais cofundadores da Escola Superior de Guerra (ESG) que compartilhavam uma

experiência na Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, na participação de cursos de instrução e treinamento nos EUA e também filiação em certos partidos políticos, principalmente a União Democrática Nacional (UDN). Observamos, portanto, que o golpe recebeu apoio de setores para além das Forças Armadas tais como instituições empresariais, bancos, setores agrários e urbanos da classe dominante, entre outros.

O complexo IPES/IBAD, articulado com oficiais da ESG, respondia por um bloco político capaz de atuar, ao mesmo tempo, na disputa da opinião pública e também realizar atividades “invisíveis” ao alcance público. “O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada por uma elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar” (DREIFUSS, 1981, p. 230). Embora tenham alcançado tímido êxito de disputa dentro do movimento estudantil e cultural, obtiveram maior sucesso de penetração de suas ideias nas classes médias, principalmente por meio dos grupos femininos de pressão⁸¹ que, nos primeiros meses de 1964, “proporcionavam a mais visível ação cívica contra João Goulart e contra as forças nacional-reformistas, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Guanabara” (*Ibidem*, p. 294). A ação decisiva desses grupos se deu em março de 1964, através de uma massiva campanha por telefone, pedindo que as pessoas não participassem do comício de João Goulart na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março e, seis dias depois, com a coordenação da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em São Paulo, seguidas de outras menores no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Santos. De modo geral, dentro das esferas elitistas do país, as manifestações das classes médias eram consideradas ponto de referência para a identificação de expressão popular legítima⁸². Por conta disso, o Coronel Vernon Walters, do Serviço de Informações dos EUA, avaliou que “até as marchas se realizarem, havia um receio de que o movimento para depor João Goulart não obtivesse êxito” (*Ibidem*, p. 298).

O apoio das camadas médias ao golpe de 1964, evidentemente, foi um fator importante para edificar a legitimidade da derrubada de Goulart e cunhar o termo “revolução”. Até os tempos atuais, esse argumento é utilizado como forma de dar legitimidade à ditadura de 1964, dentro de representações sociais da memória, nostálgicas e simpáticas ao regime ditatorial. Há, entretanto, alguns aspectos levantados por Rodrigo Patto Sá Motta que merecem ser destacados:

Outro argumento para a rejeição ao termo “golpe” é o fato de que ele teve apoio social, o que leva os defensores de 1964 a insistir que não se tratou de uma simples “quartelada”, ou seja, um levante militar sem sustentação fora dos quartéis. Efetivamente, a derrubada de Goulart teve apoio de parte da sociedade, embora seja improvável que tenha sido majoritário. Por agora, basta dizer que os dados disponíveis não são conclusivos e indicam que o respaldo à queda de Jango tendeu a se concentrar nas classes médias superiores. (...)

Não fosse pela atitude golpista de parte dos militares, que com seus tanques e canhões ameaçaram as instituições e abriram caminho a um período de intensa repressão política, o presidente constitucional não teria abandonado o país em busca de exílio. Diferentemente do que ocorre nas revoluções, que surgem de fora e contra o Estado vigente, no caso dos golpes, os agentes principais pertencem ao próprio aparelho

⁸¹ Entre os grupos que o IPES custeava, organizava e orientava politicamente, destacam-se os mais importantes: a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) no Rio de Janeiro; a União Cívica Feminina (UCF) em São Paulo e ao Campanha para a Educação Cívica (CEC) (DREIFUSS, 1981).

⁸² De acordo com Dreifuss, “em contraste, o apoio popular das classes trabalhadoras ao governo ou aos grupos e indivíduos políticos da esquerda e do trabalhismo era representado como resultado do incitamento subversivo das massas pelo Executivo e o bloco nacional-reformista” (DREIFUSS, 1981, p. 291).

do Estado. Esse foi precisamente o caso em 1964, já que as corporações militares são um elemento essencial da estrutura estatal. Ou seja, foi sem dúvida, um golpe (MOTTA, 2021, p. 50).

Importante observar que por esses institutos circularam representantes de setores do empresariado, nacional e multinacional, e também membros da alta patente militar que posteriormente ocupariam cargos e elaborariam projetos de lei aprovados pelo regime instaurado. Conforme pontuado por Maria Helena Moreira Alves (1984), uma das primeiras medidas da Reforma Administrativa do governo Castello Branco foi a criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica com Roberto de Oliveira Campos, “ex-embaixador em Washington e fortemente ligado a empresas multinacionais sediados nos Estados Unidos” (ALVES, 1984, p. 74) como ministro. “O ministério deveria coordenar e aplicar o modelo econômico, facilitando o investimento estrangeiro e aumentando a taxa de acumulação de capital” (*Ibidem*, p. 74). E no Ministério da Fazenda, com Octávio Gouvea de Bulhões, “economista treinado na escola de Chicago e ativo participante da conspiração da ESG/IPES” (*Ibidem*, p. 74) no comando da pasta. É através do encontro entre tecno-burocratas, porta-vozes dos interesses de setores multinacionais e associados com setores militares que se daria a formulação de “segurança com desenvolvimento”, formando assim a chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

O *slogan* governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita; medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista (ALVES, 1984, p. 27).

Por razão do envolvimento e protagonismo desses agentes tanto no golpe, quanto no regime instaurado, Dreifuss (1981) qualifica o golpe e a ditadura inaugurada por este enquanto “civil-militar”. Entretanto, ao longo da Nova República, argumenta Demian Melo (2014), se desenvolve uma historiografia que expande e altera os sentidos do termo “civil-militar”, originalmente elaborado por Dreifuss, para caracterizar o envolvimento, apoio e protagonismo de ação política coordenada de setores empresariais ao golpe de 1964. Esse termo agora estaria associado a uma agenda de pesquisa focada em investigar o apoio da própria sociedade civil à ditadura, estabelecendo assim uma visão de uma “sociedade cúmplice” com o regime de 1964.

Melo problematiza a terminologia “ditadura civil-militar”, ressaltando não apenas a ação política de setores empresariais na condução do golpe e dos primeiros anos de governo da ditadura, mas também a super exploração do trabalho que deu sustentação ao “milagre econômico”, conforme demonstrado por Octavio Ianni (1981). Um grande problema de qualificar o apoio ao golpe por uma “sociedade civil” em abstrato, conforme apontado por Renato Lemos, se dá no sentido de não levar em consideração quais setores civis teriam sido os principais beneficiados pela modernização autoritária. “Cabe qualificar esse ‘apoio’, enfatizando que não se tratou de um golpe ou uma ditadura ‘apoiados’ por civis, mas de uma operação política de uma parte da sociedade – que incluía civis e militares – contra outra – que,

igualmente, envolvia civis e militares”⁸³. De toda forma, o grande problema da perspectiva da “sociedade cúmplice”, argumenta Melo, é o seguinte: “tais proposições aqui criticadas acabam por desaguar numa espécie de anistia historiográfica, ao atribuir homogeneamente às responsabilidades pelo autoritarismo à sociedade brasileira” (MELO, 2014, p. 105). Além disso, o grande perigo da perspectiva da “sociedade cúmplice” é o apagamento de uma outra dimensão desse período histórico que sequer é rememorada, tanto pela literatura especializada quanto pelo que Marcos Napolitano (2015) chama de “memória hegemônica”. Isto é, tanto a dimensão que a repressão teve contra a própria sociedade civil, especialmente setores mais vulneráveis da classe trabalhadora (no caso analisado aqui, o campesinato da Baixada Fluminense), quanto às formas de resistência mais ou menos silenciosas.

Com efeito, se o regime de 1964, de fato, foi instaurado por uma ação política de agentes empresariais e militares, o apoio de determinados setores da sociedade brasileira da época à ditadura – ainda que sem amplo consenso social – é também uma realidade. O fato de ter sido um golpe de classe – compreensão histórica com a qual concordamos – não anula o fato de ter havido adesão ao regime não apenas nas classes médias. Essa adesão envolveu também indivíduos de classes subalternas, apesar da polarização pela qual a sociedade brasileira passava naquele período. Em nosso estudo empírico, encontramos trabalhadores rurais, próximos dos movimentos populares de luta pela terra que denunciavam lideranças camponesas para o regime ditatorial em troca de benesses, incluindo, entre outras, as glebas dessas lideranças.

O que importa, portanto, não é simplesmente a adesão ou não de parcelas da sociedade civil à ditadura empresarial-militar. Nosso interesse é compreender, em que medida, por um lado, esse regime mobilizou seu aparato repressivo contra a população mais vulnerável e quais formas de resistência foram utilizadas por essas populações e, por outro, de que forma o regime ditatorial aproximou certos grupos e indivíduos para colaborar com esse mesmo aparato repressivo. Uma investigação a respeito de suas representações sociais da memória contribui para melhor compreensão desses acontecimentos.

Essa evidência, entretanto, não nos leva de forma alguma a uma compreensão totalizante de “sociedade cúmplice” da ditadura empresarial-militar. Se existia adesão de grupos e indivíduos das classes médias e até mesmo subalternas, isso não os torna protagonistas da condução do golpe, tampouco do regime político instaurado. A direção do processo político que deflagra o golpe e que também conduziu os governos que o sucederam foi empresarial e militar. Eventuais adesões de outras classes sociais não alteram essa característica do regime.

Por estes motivos, utilizaremos o termo *ditadura empresarial-militar e golpe empresarial-militar* ao longo deste trabalho.

De toda maneira, apesar do advento massivo das classes médias nas já mencionadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, pesquisas de opinião pública levantadas pelo do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizadas entre fevereiro e março de 1964, revelam a popularidade do governo João Goulart, o apoio às reformas de base e também a adesão eleitoral ao então presidente, caso fosse possível uma reeleição através de uma eventual mudança constitucional (MELO, 2014). Segundo a pesquisa de opinião do IBOPE, realizada em dez capitais em julho de 1963, 63% do total de entrevistados eram a favor de algum tipo de reforma agrária, enquanto em capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre, essa proporção chegava a 70%. No que diz respeito ao apoio popular das reformas de base no geral, em pesquisa realizada pelo mesmo instituto no ano seguinte, nas

⁸³ Disponível em: https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A_ditadura_civil-militar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf (acessado em 04/08/2022). Carta enviada ao jornal *O Globo*, em resposta a um artigo de Daniel Arão Reis, publicado pelo mesmo jornal, no aniversário de 48 anos do golpe.

vésperas do golpe de 1964, 59% dos entrevistados eram a favor das reformas de base anunciadas por João Goulart no comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil⁸⁴.

Apesar de se tratar de uma fonte histórica que pode – e deve – ser problematizada, tais pesquisas de opinião não devem ser ignoradas, pois são, por si só, um indício de polarização da sociedade brasileira nesse período, demonstrando que o golpe de 1964 não era um consenso em todas as camadas sociais. A esse respeito, após o golpe, ao se referir à Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em São Paulo, a maior de todas, “o embaixador Lincoln Gordon observou em sua carta de 2 de abril de 1964 para Dean Rusk, o Secretário de Estado americano: ‘A única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha’” (DREIFUSS, 1981, p. 298).

Cabe destacar outros acontecimentos importantes na década de 1960 que demonstram apoio popular a João Goulart e suas reformas de base. Podemos mencionar aqui a Campanha da Legalidade realizada em 1961, pela posse de João Goulart, contando com mobilizações da sociedade civil e das brigadas militares no Rio Grande do Sul, lideradas por Leonel Brizola, então governador do estado, e que contava com o apoio dos governadores de Goiás e Paraná; o comício de João Goulart, realizado em 24 de março de 1964 em frente à estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, contando com amplo apoio popular em defesa das reformas de base⁸⁵ e da própria mobilização camponesa em diversos estados, em defesa de direitos dos trabalhadores rurais e da reforma agrária. Não é proposta da presente tese dimensionar o quanto essas mobilizações expressavam apoio relativo ou absoluto ao governo de João Goulart e às reformas de base, mas se trata de apontar que são evidências que não podem ser ignoradas, indicando contrariedade à narrativa de amplo (ou relativo) consenso social no Brasil em apoio ao golpe de 1964 e à deposição de João Goulart, discurso esse que legitimou o golpe.

Conforme apontado por Marilena Chaui (1984, p. 12), “a derrota é justamente aquilo que uma certa história não pode revelar nem interpretar porque só se mantém como ‘história’ pelo silêncio que impôs aos vencidos”. O que será explorado e discutido nos capítulos seguintes diz respeito à memória de uma parcela desses derrotados.

1.2 – Memória Dividida e Transição Negociada: o Passado como Agente Social do Presente

As controvérsias pontuadas no tópico anterior, evidentemente, não estão circunscritas apenas ao mundo acadêmico, mas também têm repercussões públicas. Associações da sociedade civil – no sentido gramsciano – também disputam representações do passado ditatorial através de elaborações de produtos políticos para serem apresentados e distribuídos para a população de “leigos” (BOURDIEU, 2012)⁸⁶. Mariana Joffily (2018), que se debruça sobre as controvérsias públicas e acadêmicas a respeito da ditadura, tomando os aniversários “redondos” do golpe (1984, 1994, 2004 e 2014) como referência, demonstra como as inflexões

⁸⁴ Disponível no Memorial da Democracia: <http://memorialdademocracia.com.br/card/jango-tenta-reforma-agraria-negociada/> e <http://memorialdademocracia.com.br/card/populacao-aprova-jango-e-as-reformas>

⁸⁵ Conforme apontado por Motta, “estima-se que entre 200 mil e 300 mil pessoas compareceram ao ‘comício das reformas’, um indicador de sua grande repercussão política. No palco do evento falaram líderes de todas as tendências de esquerda e também as lideranças moderadas que apoiavam o governo. O presidente anunciou no início a reforma agrária, com a desapropriação de terras situadas às margens de rodovias e ferrovias federais, o que era constitucionalmente possível” (MOTTA, 2021, p. 31).

⁸⁶ Nesse sentido, Bourdieu nota que “a fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura. (...) A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si só um ato de *instituição* e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação” (BOURDIEU, 2012, p. 165. Grifos do autor).

conjunturais da política – nacional e internacional – afetam as maneiras pelas quais o dizível e o indizível se alteram.

Isso se torna evidente, se atentarmos ao editorial da *Folha de São Paulo* de 17 de fevereiro de 2009⁸⁷, que classificou a ditadura de 1964 como “ditabranda” e, posteriormente, o editorial *mea culpa* do jornal *O Globo* de 31/08/2013⁸⁸ onde, apesar de reconhecer ter sido um erro o apoio das Organizações Globo ao golpe de 1964, admite também que se tratava de certo mal necessário no contexto da Guerra Fria. Conforme pontuado por Safatle, “o esquecimento dos ‘excessos’ do passado é o preço doloroso pago para garantir a estabilidade democrática” (SAFATLE, 2010, p. 240). Essa tese, pontua o autor, “longe de ser uma enunciação desapaixonada e realista daqueles que sabem defender a democracia possível, é apenas o sintoma discreto de uma profunda tendência totalitária da qual nossa sociedade nunca conseguiu se livrar” (*Ibidem*). A aceitação, portanto, “dessa tese é, na verdade, a verdadeira causa do caráter deformado e bloqueado de nossa democracia” (*Ibidem*).

Não poderíamos deixar de citar também o negacionismo oficial do Estado brasileiro, quando a *BBC News Brasil* divulgou, em 2019, que o Governo Federal teria enviado um telegrama para Fabian Salvioli, relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Promoção da Verdade, Justiça e Reparação afirmando que “não houve golpe de Estado” e que os anos de governo militar foram necessários para afastar a ameaça comunista⁸⁹. E também, em momento posterior, em 2020, quando o Governo Federal, através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, publicou as portarias nº 1266 a 1579 de 05/07/2020, no Diário Oficial da União em 08/06/2020, anulando a anistia política de cerca de 295 cabos da aeronáutica, suspendendo seus benefícios em decorrência de uma portaria anterior (portaria nº 1.104/1964), que os desligou das Forças Armadas no início da ditadura empresarial-militar⁹⁰.

Poderíamos multiplicar os exemplos. Matheus Henrique Pereira (2015) faz uma análise no sentido de compreender aspectos dos discursos negacionistas e revisionistas, tal como as estratégias de combate a esses discursos acerca da ditadura empresarial-militar, entre os anos de 2012 e 2014, no contexto do funcionamento da CNV. Ao analisar uma diversidade de discursos sobre a necessidade fatalista ou até mesmo a negação do golpe de 1964 e também da negação da presença de tortura perpetrada pelo regime (enquadrada, vez ou outra, enquanto um desvio ou casos isolados perpetrados por alguns agentes da repressão), desde discussões da internet, até documentos oficiais das Forças Armadas em resposta ao Ministério da Defesa, o autor compreende que, nas batalhas de memória, citando Benito Schmidt, existem três discursos distintos: “o governamental; o dos militares; e o dos militantes de esquerda, das vítimas de tortura e dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Poderíamos acrescentar um quarto e um quinto tipo: o discurso do especialista; e também o da mídia” (PEREIRA, 2015, p. 892).

Em uma tendência de classificação memorialística semelhante, Napolitano (2015) compreende que diferentes atores têm exercido, ao longo do tempo, papéis específicos a respeito da disputa e construção da memória da ditadura empresarial-militar: instituições político-ideológicas, instituições e atores voltados para a preservação de memórias, mídia jornalística, o campo artístico, universidades e outros produtores de conhecimento, movimentos sociais e, mais recentemente, a blogosfera – o que, em tempos mais recentes, se expande para canais no YouTube e todos os tipos de *digital influencers*. Esta última tendência, em um período mais recente, teria sido responsável pela produção não do que Napolitano chama de “memória

⁸⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> (acessado em 28/09/2019).

⁸⁸ <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604> (acessado em 28/09/2019).

⁸⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978> (acessado em 21/06/2019).

⁹⁰ <https://www.conjur.com.br/2020-jun-09/anulacao-anistia-militares-baseada-decisao-stf-2019> (acessado em 10/06/2020).

hegemônica da ditadura”, mas de uma linha nostálgica e negacionista de diversos aspectos do regime, especialmente do não reconhecimento do crime de tortura pelos militares – ou até mesmo da existência de um golpe em si. Segundo o autor,

Em resumo, a memória hegemônica sobre o regime, em que pese a incorporação de elementos importantes da cultura de esquerda, é fundamentalmente uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais. Essa memória liberal condenou o regime, mas relativizou o golpe. Condenou politicamente os militares da linha dura, mas absolveu os que fizeram a transição negociada. Não por acaso, na memória liberal, Geisel é um quase herói da democracia, enquanto Médici e Costa e Silva são vilões do autoritarismo, por ação ou omissão. Denunciou o radicalismo ativista da guerrilha de esquerda, mas compreendeu o idealismo dos guerrilheiros. Condenou a censura e imortalizou a cultura e artes de esquerda dentro de uma lógica abstrata de ‘luta pela liberdade’. E, mais do que tudo, a memória liberal autoabsolveu os próprios liberais que protagonizaram o liberticídio de 1964 – na imprensa, nas associações de classe, nos partidos políticos – , culpando a incompetência de Goulart e a demagogia da esquerda pelo golpe. A memória hegemônica foi bem sucedida em seus objetivos estratégicos. Ou seja, proporcionar o aplacamento das diferenças ideológicas e o apagamento dos traumas gerados pela violência política, propiciando a reconstrução de um espaço político conciliatório e moderado, sob a hegemonia liberal. A Lei de Anistia de 1979 foi seu batismo institucional (NAPOLITANO, 2014, p. 319).

Nesse sentido, um dos argumentos mais instigantes do trabalho de Napolitano (2015) diz respeito à permanência de uma mentalidade contra os direitos humanos após o fim da ditadura, ainda que este regime político tenha sido encerrado e as representações memorialísticas a respeito dele, dentro da memória hegemônica estabelecida, tenham se dado no sentido de o desvalorizar. Em sua compreensão a respeito da influência do passado na vida social presente, Tim Ingold (2007) argumenta que o tempo de vida não é linear, como uma linha que vai de um ponto a outro, mas uma linha que cresce, brotando de sua ponta, avançando como uma raiz. Essa raiz, pondera o autor, “nada mais é que o fantasma da história, retrospectivamente reconstruída como uma sequência de eventos únicos” (INGOLD, 2007, p. 119). O passado, portanto, não deixa de estar presente, como uma sucessão de pontos deixados para trás. “Na realidade, o passado está *conosco* na medida em que caminhamos para o futuro” (*Ibidem*, p.119).

Ora, evidentemente, quando discutimos discursos relacionados às memórias da ditadura de 1964, estamos falando a respeito do tempo presente. “Falar sobre o golpe de 1964 implica necessariamente tomar partido nas querelas do presente” (FREDERICO, 2014, p. 54), uma vez que diversas questões que estavam em disputa nesse período continuam sendo alguns dos dilemas enfrentados pela Nova República: “As reformas de base (em especial, a agrária), o papel do Estado na condução da economia, a questão nacional e a luta anti-imperialista são temas atualíssimos repostos numa nova configuração histórica, uma vez que ainda não foram equacionados” (*Ibidem*).

Nesse sentido, ao longo do período de “abertura lenta e gradual”, na primeira metade da década de 1980, uma questão que se colocava para Florestan Fernandes (1982) era: o que a burguesia pretende conciliar com esse novo pacto “democrático”?

Evidentemente que a “saída democrática”, dentro da ditadura, que se colocava em horizonte, dava margem de segurança para a burguesia conciliar a rearticulação da dependência e a preservação dos vínculos da periferia com o centro, preservando assim seu status de “sócios menores do imperialismo” e o conseqüente “autoprivilegiamento burguês”. O que está em jogo, portanto, no “dilema” da burguesia no período de transição da ditadura para o regime de 1988 responde pelo controle de um processo de transição para o fim de uma ditadura que não fazia mais sentido, de um ponto de vista interno ou externo, para os grupos dirigentes da classe dominante.

A necessidade de “conciliar” o país em um novo pacto democrático se dá por duas razões. Em primeiro lugar, a condução do processo de transição nas mãos das elites econômicas permite que não se abra novamente “a crise do poder burguês” da década de 1960, em um processo mais seguro para a conservação de forças, evitando “um colapso”. Em segundo lugar, estabelece-se um novo ponto de equilíbrio na relação entre a burguesia e o Estado, sem perder sua capacidade de “mover-se à vontade no seio da sociedade civil e de bloquear a seu bel-prazer a sociedade política. (...) As ‘conciliações’ se soltam, pois, dentro de uma lógica política que torna a ditadura e a ‘democracia possível’ verdadeiras irmãs siamesas. Uma se prolonga na outra” (FERNANDES, 1982, p. 114). O postulado central de Florestan Fernandes vai no sentido da compreensão da democratização também como uma forma de autoproteção burguesa e de suas formas de reprodução de poder. Podemos entender, portanto, o estabelecimento tanto da ditadura quanto da democracia como medidas auto protetivas da “autocracia burguesa”, através da compreensão de Lemos sobre a “contra revolução preventiva” (LEMOS, 2014).

De um ponto de vista mais amplo, ao longo do desenvolvimento histórico de nações capitalistas dependentes, para Florestan Fernandes (1975a), as burguesias dirigentes visam manter estruturas do passado a fim de consolidar sua posição dirigente associada com o capital internacional. Dessa forma, a emergência do desenvolvimento capitalista sem reformas concomitantes – e relevantes – para a própria transformação capitalista em uma “democracia ampliada”, leva as classes dirigentes a adotarem uma política de prevenção de conflitos abertos de classe. Em uma compreensão histórica ampliada de contrarrevolução como uma característica estrutural de estados nacionais de origem colonial, Lemos (2014) chega a discutir a contrarrevolução preventiva presente até mesmo no período inicial de formação do Estado nacional, na Independência em 1822⁹¹. De forma similar, Florestan Fernandes faz uma comparação entre características comuns do golpe de 1964 com o próprio processo de redemocratização em curso durante a primeira metade da década de 1980:

Na verdade, uma modalidade de resistência sociopática das classes burguesas diante de uma precária “democracia de participação

⁹¹ Essa suposição de Lemos é sustentada por um diálogo que o autor faz com José Honório Rodrigues: “No Brasil, (...) uma estrutura econômica colonial, e uma situação revolucionária, nascida e renascida sucessivamente, em 1789, 1794, 1798, 1801, 1817. (...) Mas a situação revolucionária, a crise a curto prazo dentro do sistema de tensão a longo prazo, era sempre dominada pela situação contrarrevolucionária, isto é, aquela em que a crise é controlada e dominada pelos mantenedores do status quo e dos privilégios minoritários. O Brasil viveu, assim, de 1789 a 1831, uma situação revolucionária, mas sob controle contrarrevolucionário. As tensões a longo prazo nunca puderam, senão em breve momento, de 1817 a 1822, se transformarem em Revolução. Mas, logo a contrarrevolução se impôs, tanto nos anos citados, em que foram abafadas de imediato, como em 1789, 1794, 1798, 1801, ou pouco tempo depois, como em 1817, 1823, 1824, e até 1841, quando uma situação conservadora controlou as aspirações liberais, e as liquidou até o advento da República. Como em 1822 se conseguiram, em parte, os objetivos revolucionários – a autonomia política, por exemplo, apesar de pressões internas e externas –, a Revolução existiu e, com ela, a guerra. Mas, logo veio a contrarrevolução, se restabeleceu o absolutismo e, com ele, o colonialismo, disfarçado em preponderância inglesa, que nos conduziu ao quadro do imperialismo britânico, ainda que informal, e ao colonialismo interno, imposto por minorias associadas a interesses externos. A crise tinha como saída não a Revolução, mas a Contrarrevolução, e o mal não era o colonialismo em geral, mas o colonialismo português. Essa a visão contrarrevolucionária vitoriosa no momento. Com isso, o Brasil não entrou no quadro das nações capitalistas, mas ficou na periferia e na dependência” (RODRIGUES *apud* LEMOS, 2014, p. 77-78).

ampliada” explica-se muito mais pela decisão de *cortar o outro caminho* do que pelo temor de riscos imediatos. A república institucional não surgia (e tampouco surge, ainda hoje) à consciência burguesa como a conquista de um respiro. Não se desejava ganhar tempo para desencadear-se, em seguida, um processo de democratização que revolucionasse a ordem burguesa, segundo parâmetros solidamente capitalistas e de cima para baixo. O que se pretendia era bloquear a própria democratização, para que ela “não despencasse pelo abismo” e, no curso de sua evolução, assumisse formas, conteúdos e ritmos socialistas ou comunistas. A presente “política de abertura” responde tão bem a essa lógica política rudimentar que até parece que ficamos parados no tempo. Em suma, as classes burguesas e suas elites não avançam porque temem que as classes operárias o façam! (FERNANDES, 1982, p. 125-126)

Essa transição negociada, evidentemente, assume diversas consequências no próprio exercício de hegemonia (GRAMSCI, 2014a) na Nova República, engendrando uma memória hegemônica que condena a ditadura, por um lado, mas que conserva seus valores, por outro (NAPOLITANO, 2014, 2015). Ora, se entre a experiência do passado – vivida ou “herdada” (POLLAK, 1992) – e a expectativa do futuro, jaz o espaço em que se insere a memória, onde a ação é produzida, a memória é uma atividade que gera e transforma o mundo social (JELIN, 2003). Nessa perspectiva, as memórias coletivas sobre o regime ditatorial de 1964 têm importância cabal para os dilemas da Nova República, desde sua estabilidade institucional até para modelos de desenvolvimento nacional.

Questionamentos dessa natureza levam Paulo Arantes (2010) a identificar diversos elementos de continuidade do período ditatorial na Nova República. “Tudo somado, o que resta afinal da ditadura? (...) simplesmente tudo. Tudo, menos a ditadura, é claro” (*Ibidem*, p. 205). No que diz respeito às Forças Armadas, polícias militares e segurança pública, por exemplo, “na opinião de um especialista em instituições coercitivas, Jorge Zaverucha (...), a Carta outorgada pela ditadura em 1967, bem como sua emenda em 1969, simplesmente continua em vigor. Simples assim” (ARANTES, 2010, p. 212). Analisando legados autoritários do regime ditatorial, Hugo Melo Filho e Jorge Zaverucha (2016) classificam legados autoritários, civis e militares, ou seja, mistos, da seguinte forma:

Regras, procedimentos, padrões, disposições, relacionamentos e memórias originadas em um passado de bem definidas experiências autoritárias, criadas ou aperfeiçoadas durante o regime militar, por interessar tanto ao governo e/ou às Forças Armadas como instituição quanto às instituições de natureza civil. Elas sobrevivem total ou parcialmente à extinção do governo autoritário, afetando a qualidade da democracia (MELO FILHO; ZAVERUCHA, 2016, p. 114).

A existência de polícias militares estaduais, ainda como forças auxiliares do Exército e a ele subordinadas em tempos de paz, assim como a existência do artigo 142 da Constituição de 1988, que concede às Forças Armadas o papel de garantidores da lei e da ordem⁹², são características do regime constitucional de 1988 que lembram o regime anterior. Nesse sentido, Zaverucha (1993) argumenta:

⁹² “Ou seja, ao contrário dos países de sólida democracia liberal, as Forças Armadas brasileiras têm uma orientação constitucional para assuntos internos” (ZAVERUCHA, 1999, p. 3).

As PMs copiam o modelo de batalhões de infantaria do Exército; é regida pelo mesmo Código Penal e de Processo Penal Militar das Forças Armadas; seu Regulamento Disciplinar é redigido à semelhança do Regulamento Disciplinar do Exército; os Decretos N.º. 667, de 2 de julho de 1969, 8 e N.º. 88.777, de 30 de setembro de 1983, que regulam as PMs ainda são do período autoritário; e seus serviços de inteligência (P-2) continuam, tal qual durante o regime militar, a fazer parte do sistema de informações do Exército conforme o Decreto N.º. 88.797, de 30 de setembro de 1983.

Assim sendo, advogo que enquanto em outros países há forças policiais com uma estrutura militar (Gendarmerie, Carabinieri, Guarda Civil Espanhola, Polícia Montada Canadense etc.) *no Brasil temos uma estrutura militar, a começar pelo nome, fazendo o papel de polícia*. Ou seja, em vez de militares de polícia temos polícia de militar daí a dificuldade de sua tradução para o inglês já que *military police* é a polícia que policia os membros das Forças Armadas (ZAVERRUCHA, 1999, p. 5-6. Grifos do original).

Aspectos jurídicos de continuidade, para além da questão da militarização do espaço público civil em tempos pós-ditadura, atestam e reconhecem a continuidade de um regime político em outro, sendo capazes de criarem uma “história oficial” e criar dificuldades de reformas judiciais – e de compreensões jurídicas – de um regime para o outro (PEREIRA, 2010). A própria periodização oficial traz indícios dessa continuidade ou negação de um regime ilegal, expressa na abrangência da lei n.º 9.140, de 04/12/1995, lei de desaparecidos políticos (de 02/11/1961 a 05/10/1988) e na lei n.º 10.559 de 13/11/2002, lei de reparação de anistiados (de 18/11/1946 a 05/10/1988). Estaria então implícito, em letra de lei, a partir dessa periodização, que “o regime militar, a rigor, não existe a não ser de maneira enviesada, através dos seus atos discricionários paraconstitucionais (...) e pelas práticas reprováveis dos seus agentes repressivos devidamente anistiadas em 1979” (*Ibidem*). A esse respeito,

Chama atenção que a lei n.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995, se reconheça como parte do processo de “reconciliação e de pacificação nacional, expresso na lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979”, mais conhecida como Lei de Anistia, promulgada durante o governo João Figueiredo. Em termos históricos, isto significa dizer que a institucionalidade do regime militar é referendada pela institucionalidade legal da ordem democrática. Portanto, trata-se, do ponto de vista jurídico-político, mais uma correção de rota do que uma ruptura. Esta jurisprudência foi reiterada pelo ministro Gilmar Mendes (STF), na justificativa do seu voto-vogal sobre o pedido de revisão da Lei de Anistia com base na sua pretensa inconstitucionalidade diante da carta de 1988:

“A nova ordem constitucional pode ser compreendida como resultado de um pacto firmado entre forças plurais e, de alguma forma, antagônicas, o que lhe dá a natureza de Constituição Compromisso, encartada no grupo das Cartas ocidentais que foram geradas após períodos de crise”.

Em outras palavras, independentemente de qualquer questão técnica ou doutrina jurídica, o fato é que a suprema corte brasileira entende que não houve ruptura jurídica severa entre o regime militar e a democracia posterior. Portanto, a Lei de Anistia, entendida pelos juristas

como fruto de negociação política, institui uma jurisprudência perfeitamente compatível com a ordem democrática. Aí deitam as raízes jurídicas da transição negociada (...). Limite-me a apontar uma situação político-jurídica interessante e paradoxal: o regime autoritário imposto pelo golpe de 1964 se construiu a partir de um jogo complexo e sutil de erosão parcial e contínua da Constituição de 1946, até sua substituição pela Carta de 1967, reformada pela junta militar em 1969. Já no fim da ditadura, a Constituição de 1969 é evocada para legitimar tanto a Lei de Anistia como o Poder Constituinte originário, expresso na Emenda Constitucional n.º 26, de 1985, que sancionou a transição para a Constituição de 1988 (NAPOLITANO, 2015, p. 28).

Essa constatação merece atenção pois possui algumas implicações práticas, por exemplo, na área de segurança pública. Por meio de estudo a respeito da militarização do espaço público, já na década de 1990, Zaverucha (1999), com inúmeros exemplos empíricos de acontecimentos relacionados ao tema, alertava o quanto o Brasil convivia com formas militarizadas de segurança pública dentro do espaço público civil. Citando Cerqueira, por “militarização”, o autor compreende “um processo de adoção e emprego de modelos, métodos, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal militares em atividades de natureza policial, dando assim uma feição militar às questões de segurança pública” (CERQUEIRA *apud* ZAVERUCHA, 1999, p. 1-2).

Zaverucha analisa o quanto a militarização do espaço público influencia outras esferas do regime democrático, acrescentando, “que tal processo também ocorre em atividades não apenas de natureza policial, mas que atingem o espaço público como o judiciário, a política, a saúde, combate à seca etc” (ZAVERUCHA, 1999, p. 2). Anthony Pereira (2010), em estudo que compara as ditaduras de caráter militar no Brasil, Chile e Argentina e seus legados, conclui que no caso brasileiro – diferente dos outros dois países estudados, onde o Estado de Direito foi reestruturado após um período autoritário em que o sistema judicial não tinha praticamente nenhuma autonomia – a reformulação do Estado de Direito foi ainda mais difícil. Esse paradoxo se dá justamente pelo fato de que, neste país, o autoritarismo teve a intenção de se autolegitimar enquanto um regime legal. Pereira (2010) argumenta que não é difícil reconhecer aspectos de continuidade do Poder Judiciário de um regime para o outro. Da mesma forma que no caso chileno, mas ao contrário do argentino, não houve expurgos no Judiciário.

Entre exemplos marcantes desse legado, podemos citar a Lei Orgânica de Magistratura Nacional (LOMAN), criada pela Emenda Constitucional n.º 7, de 13/04/1977, através de dispositivos do AI-5 e do Ato Complementar n.º 102/77, que decretou o recesso parlamentar. Ela “foi produzida para impedir que os juizes mais jovens – teoricamente, mais progressistas – ou que viessem a ingressar ou ser nomeados (para os tribunais) pelo governo civil que se seguiria, tivessem voz ativa na administração dos tribunais” (MELO FILHO e ZAVERUCHA, 2016, p. 115). Somado a isso, o controle da magistratura seria realizado apenas por Ministros do STF, “corte formada àquela altura, apenas por membros indicados pelos presidentes militares. Esta manobra daria, também, mais tranquilidades aos militares tanto como indivíduos quanto como instituição, na condução da transição à democracia” (*ibidem*). Esse cenário se alterou apenas em 2004, pela Emenda Constitucional que criou o Conselho Nacional de Justiça, órgão externo de controle. Apesar da própria Constituição Federal de 1988 ter determinado a substituição da LOMAN, ela continua a existir em diversos aspectos – funcionamento interno, critérios de promoção, cargos de direção, orçamento, questões disciplinares – sem sinalizações institucionais, tanto do STF quanto do Congresso Nacional, de que será eliminada a curto ou médio prazo. “O fato de as instituições civis, as principais interessadas, não terem se mobilizado para cumprir a Carta indica que as elites civis estavam muito mais interessadas em criar um

governo democrático do que em estabelecer um regime efetivamente democrático” (*Ibidem*, p. 122).

A transição negociada não se deu apenas pela continuidade de marcos jurídicos e institucionais, mas também pela presença de militares nos governos civis que sucederam a ditadura empresarial-militar. Os dados apresentados por Julia Almeida Vasconcelos da Silva (2020) demonstram a quantidade de ministros militares por governo na Nova República: 11 durante o governo de José Sarney; sete no governo Fernando Collor de Mello; sete no governo de Itamar Franco; seis no primeiro e no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso⁹³; apenas um nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff⁹⁴; três no governo de Michel Temer e 12 no governo de Jair Bolsonaro⁹⁵.

É de saltar aos olhos o quanto o alto escalão dos cargos do Executivo do governo federal demora, por um lado, a se soltar das amarras da administração militar e, por outro, como os militares conseguem retornar rapidamente a esse aparato estatal, após o golpe de 2016, no governo de Michel Temer e como isso se amplia de forma ainda mais acelerada no governo de Jair Bolsonaro, a partir de 2019. O cenário aqui esboçado, portanto, demonstra uma frágil transição de um regime ditatorial para um regime democrático. Uma transição desse tipo gera, por sua vez, uma democracia também frágil.

Frente a isso, retomamos aqui uma questão central de rememoração que está em jogo dentro do objeto de pesquisa aqui analisado – a memória dos subalternos, especificamente de trabalhadores rurais de uma região alvo da repressão da ditadura empresarial-militar a respeito de todo esse debate e como o silenciamento dessa memória se articula com o debate pouco realizado sobre a questão agrária no Brasil.

1.3 – A Política das Memórias Coletivas e os Conflitos e Repressão no Campo

No tópico anterior discutimos – partindo da premissa de Ingold (2007) a respeito da influência de tempos pretéritos, do “fantasma da história”, na vida social do presente – algumas características de continuidade da ordem autoritária nas instituições da Nova República. Mas em que medida observamos esse mesmo fenômeno em uma questão de especial interesse para o presente trabalho, isto é, a questão agrária? Grosso modo, podemos dizer que a narrativa estabelecida pela ditadura empresarial-militar a respeito da questão agrária e sua política de modernização conservadora do campo responde por uma etapa do que Débora Lerrer e Adriano Forigo (2019) compreendem como a “política do silêncio sobre o problema agrário brasileiro”. De acordo com os autores, essa política tem como consequência a marginalização e fragilidade das políticas públicas voltadas à população rural pobre.

Tal marginalização e fragilidade são produtos da “memória dividida” (PORTELLI, 1996) a respeito dos sentidos atribuídos à questão agrária brasileira. Aqui, os “empreendedores da memória” (JELIN, 2003) acabam sendo “empreendedores do esquecimento”⁹⁶, setores

⁹³ O número de ministros militares é o mesmo em ambos os mandatos de FHC, mas quase todos os nomes se alteram, com exceção de Alberto Mendes Cardoso e Benedito Onofre Bezerra Leonel, que se mantêm nos dois mandatos do presidente.

⁹⁴ Jorge Armando Felix no primeiro e José Elito Siqueira na transição de Lula para Dilma.

⁹⁵ Número considerado até a publicação da dissertação de Silva (2020). Além do corpo ministerial que se alterou bastante até o presente momento, trata-se do governo com mais militares ocupando cargos civis na Nova República. Até a publicação do trabalho de Silva, os dados demonstram o seguinte: “O número disperso de ocupação de cargos civis no serviço público por militares, também aumentou significativamente, mais que dobrou desde a eleição de 2018, segundo levantamento do TCU são 6.157 em 2020, destes, 2.643 estão em cargos comissionados do governo (43%), dentre oficiais da ativa e da reserva. À guisa de comparação, em 2016 eram apenas 2.957, e em 2019 o número era 3.515 militares ocupando postos civis no governo” (SILVA, 2020, p. 129).

⁹⁶ Utilizo aqui a noção de “empreendedores do esquecimento” a partir da noção de empreendedores da memória de Elizabeth Jelin (2003) que, por sua vez, é inspirada na noção de elaborada por Norbert Elias e John Scotson (2000) de “empreendedores morais”. Isto é, agentes sociais que se mobilizam para estabelecer padrões de

sociais ligados às classes dominantes que buscam o silenciamento do problema agrário brasileiro por meio de uma narrativa de exaltação do “progresso”, trazido pela empresa rural (LERRER e FORIGO, 2019). Se isso é consequência da centralidade política que a militarização da questão agrária, o dismantelamento do movimento camponês e a ressignificação da questão agrária tiveram para a ditadura empresarial-militar (MARTINS, 1984), nos perguntamos se, de fato, a fragilidade e marginalização das políticas públicas voltadas para o campo, tal como postulam os autores, são consequência de uma memória dividida a respeito da questão agrária brasileira ou se essa memória dividida – que, por sua vez, tem como elemento central a vitória do golpe sobre os trabalhadores do campo e suas entidades – é consequência de uma marginalização, na prática, das políticas públicas voltadas para os trabalhadores rurais na ditadura empresarial-militar? De uma forma ou de outra, são relações de poder do vencedor sobre o vencido, que se materializam, entre outros, no campo da memória.

A política de silêncio sobre o problema agrário brasileiro e a consequente marginalização e fragilidade política dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra são produtos da “memória dividida”, associada à forma como se produz e se reproduz a expansão do capitalismo no campo, onde a versão dos que passam a deter monopólio fundiário se sobrepõe à dos vencidos e expulsos desses territórios, conflito cuja rememoração passa a ser truncada e contraditória por parte da população de uma dada região (LERRER e FORIGO, 2019, p. 486).

A partir dessas discussões, podemos assimilar que, tal como pontuam Clifford Welch e Vagner Moreira (2020), “as disputas em torno dos sentidos dos movimentos sociais organizados pelos trabalhadores no presente e no passado têm demonstrado que a memória se constituiu historicamente como evidência da luta de classes” (*Ibidem*, p. 75). Essa discussão foi travada por Ricardo Jacobs (2018), em estudo a respeito de proletários urbanos com características camponesas na ocupação de Zabalaza⁹⁷, na Cidade do Cabo, África do Sul. Jacobs destaca que os laços históricos dessa população com o trabalho rural, e posterior expulsão de terras, em gerações anteriores ou não, produziu estratégias de sobrevivência enraizadas em “laços de longo prazo com a terra e sua consciência histórica sobre os direitos da terra. Em outras palavras, a essência desta forma particular de sobrevivência é a luta pela terra para a agricultura” (*ibidem*, p. 893). De maneira semelhante, nossa análise buscará compreender de que forma a rememoração de processos de mobilização social camponesa deu sentido à ação coletiva desses grupos.

Nessa perspectiva, destacamos alguns recentes estudos locais que contribuem para essa discussão, através de análises de dinâmicas sociais da memória a respeito dos conflitos fundiários e da questão agrária no Brasil ocorridos em distintos períodos históricos, tais como a Guerra do Contestado (1912-1916), nos estados do Paraná e Santa Catarina (MACHADO, 2020); a Guerrilha de Porecatu (1948-1951) no estado do Paraná (FORIGO, 2017); o Levante Comunista de 1949 em Fernandópolis no estado de São Paulo e a Guerra do Capim (1959-1963) em Santa Fé do Sul, também em São Paulo (WELCH; MOREIRA, 2020)⁹⁸. Apesar de

comportamento. No caso dos “empreendedores da memória” de Jelin (2003), igualmente, trata-se de agentes sociais que se mobilizam para estabelecer a normatização de determinadas interpretações memorialísticas.

⁹⁷ Pseudônimo da localidade, usado pelo autor desse estudo.

⁹⁸ Não podemos deixar de mencionar relevantes conflitos por terra nesse período, como a revolta camponesa de Trombas e Formoso, ocorrida no norte de Goiás entre 1950 e 1964, e as mobilizações que levaram ao surgimento das Ligas Camponesas, no Engenho da Galileia, interior de Pernambuco, na década de 1950. Entretanto, tivemos acesso apenas a estudos sobre memórias coletivas de conflitos fundiários ocorridos nos estados de São Paulo e Paraná nesse período.

terem ocorrido em contextos históricos distintos, um ponto de intersecção na maioria destes estudos é a verificação de uma memória dividida (PORTELLI, 1996) sobre estes acontecimentos e a compreensão dos sentidos da questão agrária, através de uma narrativa que engloba diversos elementos do presente⁹⁹.

Welch e Moreira (2020) apresentam que “a memória socialmente compartilhada sobre o levante comunista de 1949 em Fernandópolis relacionava aquele acontecimento às lutas dos trabalhadores rurais sem terra pela reforma agrária no presente [isto é, a segunda metade da década de 1990 e primeira metade da década de 2000]” (*Ibidem*, p. 76). Isso se dava através da ocorrência de referências memorialísticas desse acontecimento através da construção de noções de “direito” e “justiça”, por meio de atos interpretativos de categorias utilizadas na época, no contexto de movimentos sociais do campo e conflitos por terra, tais como “latifúndio”, “latifundiários”, “comunista”, “comunismo”, “capital” e “capitalismo”.

Vale a pena sublinhar que esses atos interpretativos do passado, a partir de noções do presente, podem estar enraizados em uma “economia moral” (THOMPSON, 1998) dos grupos subalternos envolvidos, expressas em ideias de uma “filosofia espontânea popular” (GRAMSCI, 2014b), desenvolvidas em períodos de mobilização e que, de alguma forma, se mantiveram ao longo do tempo. Novamente, conforme assinalado por Welch e Moreira (2020), as interpretações dos sentidos atribuídos às mobilizações sociais no passado, rememoradas no presente, podem ser evidência da luta de classes, seja através de mobilizações de maior confronto ou até mesmo aquelas que são realizadas de maneira mais sutil (SCOTT, 2002). Em outras palavras, esses fragmentos de rememoração podem ser indícios do que permaneceu da organização de culturas fragmentárias, em novas práticas político-filosóficas dos grupos subalternos (GRAMSCI, 2014b), no decorrer de suas mobilizações e/ou práticas políticas cotidianas em tempos pretéritos. O caso da Região de Pedra Lisa nos fornece alguns apontamentos sobre como algumas noções acerca de legitimidade e ilegitimidade da posse da terra permanecem ao longo do tempo.

Não muito diferente dos estudos locais sobre memória e questão agrária mencionados acima, nessa localidade, as memórias coletivas sobre a mobilização social por políticas de distribuição de terra, conflitos fundiários e repressão se manifestam de múltiplas formas, também de maneira dividida ou truncada. Os conflitos na Região de Pedra Lisa respondem por situações que se iniciam nos últimos anos da década de 1940, desenvolvendo-se ao longo da década de 1950, passando por um período conflituoso mais agudo nos primeiros anos da década de 1960, um período de intensa repressão e perseguição política no início da ditadura empresarial-militar, seguido de formas de resistência cotidiana pouco visíveis (SCOTT, 2002) – lado a lado de formas de expulsão, vez ou outra, pouco explícitas também (FEOLA *et al.*, 2019) – nos anos de 1970 e recomposição organizativa do movimento de lutas por terra na década de 1980 no contexto de redemocratização e decadência do regime ditatorial.

Dessa maneira, as narrativas, a partir do que Jan Assman (1995) compreende como “memória cultural” (forma de memória coletiva, de uma sociedade ou grupo, sobre si mesma através de “conhecimento guardado” do grupo), produzidas na Região de Pedra Lisa a respeito desses acontecimentos são múltiplas. São discursos que perpassam, ao mesmo tempo, por uma legitimação da autoridade do Estado (tanto no que diz respeito às prisões ocorridas na ditadura, quanto às desapropriações e outras políticas favoráveis ao movimento camponês da época); pelo trauma da violência, perpetrada tanto pelo Estado quanto por grileiros; por uma negação sistemática da presença de comunistas; pelo uso pejorativo do termo “grileiro” (como aquele que se apossa de terras por meios ilegítimos) e, ao mesmo tempo, por uma valorização, por um

⁹⁹ Em um período histórico ainda mais diferenciado dos mencionados, o estudo conduzido por Edilza Fontes e Elias Gomes (2020) a respeito do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996 no estado do Pará, também constata a ocorrência de memórias divididas a respeito da questão e da reforma agrária na localidade.

lado, de uma das principais lideranças da associação, Bráulio Rodrigues, e, por outro lado, da família Paes Leme, que disputava terras com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Em suma, são discursos que, em alguns momentos, se aproximam de formas deterioradas de identidades sociais e, em outros, se afastam (GOFFMAN, 1988).

Evidentemente, não se trata de uma narrativa homogênea ou consensual desses acontecimentos, mas múltipla. Como nos aponta Jeffrey Olick (2007), quando falamos em memórias coletivas, não estamos falando de um fenômeno unitário, mas múltiplo e relacional. Diferentes grupos, portanto, produzem diferentes compreensões do passado. Rememorar é um ato de mediar a distância temporal, relacionando o passado com o presente. Isso nos leva a tratar a memória coletiva não como uma “coisa”, estática, mas como um processo-relacional, em permanente andamento (*Ibidem*). Representações memorialísticas, portanto, tendem a se alterar ao longo do tempo, podendo haver disputas a respeito dos sentidos do passado. Dessa maneira, é possível tratarmos da memória enquanto projetos de negociação da realidade (VELHO, 1994), onde diferentes grupos ou sujeitos que compartilham experiências em comum se esforçam para materializar os sentidos do passado em diferentes produtos culturais. Esses distintos grupos e sujeitos buscam a legitimação social e reconhecimento de sua própria interpretação ou narrativa do passado, o que Elizabeth Jelin (2003) chama de “empreendedores da memória”, nos revelando um essencial “matrimônio” entre memória e conflito (RINKE, SAIZ e LOUIS, 2016). Esse conflito ocorre não apenas em níveis gerais da sociedade brasileira, mas também de múltiplas formas de rememorar dentro de grupos subalternos, reflexo da própria fragmentação política, social e econômica (GRAMSCI, 2014a) desses grupos em distintas conjunturas políticas.

Partimos da hipótese de que a disputa por memória na Região de Pedra Lisa não só produz identidades, mas também a própria ação coletiva dos movimentos camponeses ao longo do tempo. É evidente que a identidade produzida pela rememoração está intrinsicamente ligada à ação coletiva. Conforme discutido por Tania Murray Li (2014), diferentes compreensões sobre “as maneiras corretas de ordenar as coisas”, a respeito das disposições de usos da terra, podem criar regimes de exclusão sob indivíduos que vivem, ou pretendem viver em terras que estão em disputa para entrar em um circuito de mercado. Por outro lado, uma vez que a terra é convertida em mercadoria, através de regimes de exclusão, pode haver uma reação de resistência, através do que Karl Polanyi (2012) chama de “duplo movimento”. Isto é, na medida em que mercadorias fictícias – terra, trabalho e dinheiro – são convertidas em mercadorias de fato, modos de vida contrários à sua utilidade mercadológica podem resistir.

Conforme mencionamos anteriormente, Jacobs (2018), em seu estudo de caso sobre uma ocupação na Cidade do Cabo, com características proletárias e camponesas mescladas, constata que laços históricos desses assentados com a terra e um passado de expulsões geram a ação coletiva de resistência contra expulsões no tempo presente. Esse processo se dá, de acordo com o autor, em decorrência de características do desenvolvimento capitalista na África do Sul. Se por um lado, o processo de modernização capitalista no país comprometeu as condições de acumulação camponesa, por outro, fracassou em prover níveis salariais capazes de gerar um tipo de proletário com vida “estável”. Destarte, esse processo formou uma camada de produtores rurais com características proletárias. Entretanto, a mobilização levou membros da ocupação a realizarem sua ação coletiva através de movimentos sociais camponeses. Isso se dá, justamente pelos laços históricos – ou, em outras palavras, memórias coletivas – dessa população a respeito de direitos de acesso à terra.

Em nosso caso, nos deparamos com um campesinato genuinamente migrante, característica típica do campesinato brasileiro (WOORTMANN, 1990). Enquanto Jacobs (2018) compreende que, no processo por ele descrito, podemos estar falando de um latente “exército de reserva camponês” existente na África do Sul, Klass Woortmann (1990) compreende que, pelo fato do campesinato brasileiro ser dinâmico, do ponto de vista do

deslocamento migratório, para garantir sua própria reprodução social, “áreas camponesas já foram chamadas de ‘celeiros de mão-de-obra’. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução”¹⁰⁰ (*Ibidem*, p. 35). No caso de Pedra Lisa, os primeiros conflitos, no fim da década de 1940 e início da década de 1950, ocorreram através do protagonismo de posseiros, oriundos de diversas localidades do interior do estado do Rio de Janeiro e também de outros estados, especialmente Minas Gerais, demandando por terras. Essa condição gerou diversas formas de resistência, após se estabelecerem nessa região, contra tentativas de expulsão, justamente para garantir sua própria sobrevivência.

De forma semelhante ao apresentado no trabalho de Jacobs (2018), alguns desses posseiros carregavam também experiências proletárias, tais como os líderes camponeses Bráulio Rodrigues – de Pedra Lisa – e José Pureza – de Xerém – e também de outros membros da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, tal como o Sr. Alcides¹⁰¹. Com efeito, também de forma semelhante à argumentação de Jacobs a respeito dos laços históricos de “consciência camponesa” entre moradores urbanos de longa data, fator que contribui para a ação coletiva de direitos de uso da terra, argumentamos que a memória coletiva de antigos mártires da luta pela terra, aqueles que pagaram com suas vidas, contribuiu e gerou ação coletiva contra tentativas de expulsão na década de 1950. Posteriormente, na década de 1980, ocorre movimento semelhante, onde a memória coletiva de mobilizações sociais nas décadas anteriores também foi um fator de impulsionamento de luta pela terra, tanto em processos de mobilização de caráter mais “urbano”, como em processos de mobilização com características mais “rurais”. Quando falamos, entretanto, a respeito da ação coletiva de movimentos sociais, ligada a práticas de rememoração, devemos ter uma compreensão mais aprofundada do processo histórico que está em jogo.

Dito isso, vamos analisar as dinâmicas sociais de memórias coletivas dos grupos sociais subalternos, precisamente, aqueles que foram testemunhas históricas de conflitos por terra e repressão na Baixada Fluminense – ou adquiriram “memórias herdadas” (POLLAK, 1992) daqueles que o foram –, tomando a Região de Pedra Lisa como caso para esse estudo. Mas antes, é necessário caracterizarmos melhor os antecedentes desses acontecimentos, seus atores, bem como os *acontecimentos são analisados*.

¹⁰⁰ A título de exemplo, realizei uma análise em um assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), na região do norte-fluminense sobre fatores de evasão e permanência de beneficiários dessa política pública. Nessa análise, foi constatado como trabalhos não agrícolas são essenciais para as próprias práticas de reprodução social camponesa entre os assentados, beneficiários do PNRA. Entre outros motivos, os trabalhos não agrícolas se colocam como um fator importante para a viabilidade dos assentados se manterem no assentamento como produtores rurais (BASTOS, 2015, 2019).

¹⁰¹ Antes de se tornarem lavradores, essas três figuras eram operários, em atividades relacionadas à construção civil (casos de Bráulio e José Pureza) e comércio (caso de Sr. Alcides e Bráulio), também tendo exercido atividades operárias, em fábrica de cigarros, mas também com um passado de agricultor, junto de sua família (caso de Sr. Alcides). O perfil desses grupos e indivíduos será melhor apresentado nos capítulos seguintes.

**PARTE II – CONJUNTURA POLÍTICA, QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS POR
TERRA: DO MACRO AO MICRO (1946-1964)**

2 – QUESTÃO AGRÁRIA, CAMPESINATO E A CONJUNTURA POLÍTICA DE 1946-1964: DO INTERNACIONAL AO LOCAL

Antes de direcionarmos nossa atenção para a análise dos conflitos por terra na Baixada Fluminense, é necessário compreendermos o lugar e a relevância que os movimentos sociais do campo e suas principais demandas, especialmente pela reforma agrária, tinham nos anos 1950/60. O governo de João Goulart foi marcado por uma série de crises políticas, destacando-se a insatisfação de setores mais conservadores da sociedade brasileira com as chamadas “reformas de base”. Tais reformas propunham mudanças econômicas que alterariam os sistemas bancário, tributário e administrativo, assim como reformas que esbarravam em perspectivas sociais e/ou de desenvolvimento, tais como as reformas universitária, urbana, política e agrária.

A proposta das “reformas de base” se instalou no debate público dos anos 1960, notadamente as reformas agrária, urbana, universitária e política, que buscavam melhorias sociais e ampliação da cidadania.

A demanda por distribuição de terras tinha grande apoio da população em geral, mas gerava conflitos violentos entre proprietários e camponeses. A reforma política pretendia instituir o voto de analfabetos, excluídos da cidadania ativa desde a reforma eleitoral de 1881 (...). Outro segmento social a se organizar nesse período foram os praças e militares subalternos, ou seja, soldados, marinheiros, cabos e sargentos, cujas demandas (direito ao voto e a serem eleitos para cargos parlamentares) seriam incorporadas também à reforma política. Esses movimentos tensionariam a tradicional hierarquia militar e geraram ansiedade entre os oficiais, pois os praças queriam também o direito de possuir associações profissionais, o que era vedado pelas normas das Forças Armadas. (...)

O fato de Goulart não enquadrar nem conter (com repressão, se preciso) as demandas sociais distributivistas aumentaram a insegurança entre as elites e as suspeitas contra ele (MOTTA, 2021, p. 26-27).

Apesar de diversas tentativas fracassadas para alterar, no Congresso Nacional, o artigo da constituição de 1946 que previa, em caso de desapropriações, indenização, prévia, justa e em dinheiro, no governo João Goulart foram realizadas algumas desapropriações em áreas de conflito¹⁰². Importante destacar que, nesse período, na América Latina e no Caribe, a reforma agrária vinha recebendo destaque no cenário político, como foi caso da Bolívia em 1952, quando uma “revolução dos mineiros e camponeses levou a uma ampla reforma agrária que resultou na expropriação da maioria dos grandes latifúndios” (VELTMEYER, 2005, p. 289) e da Guatemala, de 1952 a 1954, onde, por uma aliança tática entre o presidente nacional-desenvolvimentista Jacobo Arbenz e os comunistas, foi aprovado um projeto de reforma agrária que assentou mais de 100 mil famílias num período de 18 meses¹⁰³ (GLEIJESES, 1989).

A ação desses governos nacionais, através do aparato estatal para distribuição de terras a diferentes categorias de trabalhadores rurais, foi empreendida “em resposta a mobilizações

¹⁰² No estado do Rio de Janeiro foram realizadas dez desapropriações. Dessas, duas na Baixada Fluminense. “Algumas delas já haviam sido desapropriadas pelo governo estadual, o que indica a continuidade dos conflitos e dificuldades que se antepunham a esse tipo de política” (MEDEIROS, 2018, p. 67), como foi o caso do Núcleo Colonial de Santa Alice, em Itaguaí, que será analisado no tópico 4.4.

¹⁰³ Para que uma reforma agrária desse porte fosse implementada em tão pouco tempo, foram necessárias interações e articulações políticas entre movimentos sociais e Estado, em um processo carregado de conflitos sociais e políticos (GLEIJESES, 1989).

camponesas de massa e a uma ameaça geral de ‘revolução social’” (VELTMEYER, 2005, p. 290). Esse cenário se agrava a partir de 1959, com a revolução cubana e sua consequente reforma agrária, que se deu através de um projeto de desenvolvimento nacional que “transitou rapidamente do nacionalismo democrático popular ao socialismo (...) porque as diversas frações da burguesia cubana se mostraram intolerantes a quaisquer reformas que redistribuíssem minimamente o excedente nos marcos do sistema capitalista e alterassem sua utilização” (VASCONCELOS, 2017, p. 20). Essas experiências históricas se davam dentro dos marcos de projetos de desenvolvimento nacional e seus dilemas no contexto do capitalismo periférico e dependente¹⁰⁴.

Como podemos ver, nesse período, o debate sobre a reforma agrária ocupava um papel central dentro de opções históricas de desenvolvimento nacional no continente. O presente capítulo tem por objetivo de analisar alguns desses aspectos para, posteriormente, analisar como eram tratados de um ponto de vista estadual e local, isto é, na Baixada Fluminense.

2.1 – Breve Panorama da Conjuntura Política Agrária no Brasil

O período entre 1946 a 1964 foi marcado pela continuidade de grandes e rápidas transformações na sociedade brasileira que já estavam em curso com o desenvolvimentismo do Estado Novo, destacando-se a intensificação da instalação de indústrias e crescimento das cidades. A reabertura democrática, após o fim da ditadura estadonovista, abriu espaço para a reorganização das entidades operárias da época, que trouxeram à tona a discussão sobre direitos sociais e sobre os rumos do desenvolvimento nacional, caracterizando o latifúndio enquanto um agente do atraso. O latifúndio, de acordo com leituras de diversos grupos políticos e intelectuais, estava entre os fatores que travavam o desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, as entidades da classe trabalhadora colocavam suas demandas em torno de uma linguagem comum, sendo capazes de “traduzi-las” em significados palpáveis para um público amplo (MEDEIROS, 2014).

A agricultura, por outro lado, voltada predominantemente para a exportação, pouco se modernizou e os trabalhadores rurais ficaram até 1963 à margem de diversos direitos sociais e políticos que os operários haviam conquistado desde os anos de 1930. Ao longo de todo esse período, entretanto, conflitos salariais e pela posse da terra eclodiram em diversas regiões do país e “os trabalhadores rurais emergiram como atores políticos, reivindicando direitos que colocavam em jogo as formas tradicionais de mando e que questionavam as alianças políticas que sustentavam o poder” (MEDEIROS, 1989, p. 18).

Quanto à produção de alimentos, realizada em grande medida por pequenos produtores, frente ao rápido crescimento das cidades, impunha problemas de abastecimento e altas de preços, incompatíveis com o crescimento industrial. O descompasso entre a agricultura e a indústria, tal como percebido na época, colocava em questão a importância de adequar as atividades agrícolas à nova etapa do desenvolvimento do país. Constituiu-se, assim, uma certa unanimidade quer entre intelectuais, quer entre forças políticas sobre a necessidade de eliminar o “atraso” que reinava no campo. Os caminhos propostos para isso (...) eram diversos e indicavam os diferentes interesses em jogo (*Ibidem*, p.17).

¹⁰⁴ O próprio desenrolar da revolução cubana, com a vitória do movimento 26 de julho, pontua a autora, “foi, antes de tudo, uma revolução contra o subdesenvolvimento. Sua motivação histórica prioritária, desde o início, era enfrentar as contradições impostas pelo capitalismo dependente: primeiro, a segregação social perpetuada pelo desemprego estrutural; segundo, a alta vulnerabilidade externa que inviabilizava a soberania nacional” (VASCONCELOS, 2017, p. 20).

Em um contexto onde “a luta pela terra e reforma agrária estava no epicentro da luta de classes na América Central e do Sul” (VELTMEYER, 2005, p. 302), a reforma agrária era uma das mais controversas reformas de base do governo de João Goulart e vinha sendo discutida por muitos estudiosos da época, mostrando preocupação com o papel da agricultura no desenvolvimento do país. Ignácio Rangel (2011), figura proeminente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁰⁵, compreendia que a ausência de reforma agrária e a permanência de uma estrutura de concentração de terras no Brasil estava entre umas das principais causas que impedia o desenvolvimento do mercado interno que, por sua vez, poderia dinamizar a economia. Diante disso, o autor compreendia que a alteração da situação de extrema concentração de terras no Brasil poderia suprir a demanda de produtividade e mão de obra agrícola, bem como resolveria o problema de excedente de mão de obra no campo¹⁰⁶.

Já Caio Prado Jr (2011) e Alberto Passos Guimarães (2011)¹⁰⁷, ambos intelectuais do PCB, estavam preocupados em compreender como o partido poderia intervir na conjuntura política no sentido de desenvolver as forças produtivas no país e assim estabelecer uma sociedade capitalista burguesa desenvolvida em sua forma plena, para que então pudesse ser travada a luta pelo socialismo, embora partissem de pressupostos opostos¹⁰⁸. Alberto Passos Guimarães, junto com a facção majoritária do PCB, compreendia que as relações que se davam no campo, no Brasil, eram semifeudais. A reforma agrária teria importância central para dar fim aos resquícios semifeudais, abrindo espaço para o estabelecimento de relações capitalistas modernas, para que, por sua vez, as contradições de uma sociedade capitalista desenvolvida pudessem emergir e assim dar margem à luta pelo socialismo. Caio Prado Jr (1966) não reconhece essa leitura, ao apontar que jamais houvera sistema econômico semifeudal no país. Diferente disso, postulava que o Brasil sempre esteve vinculado economicamente ao sistema mercantil internacional de maneira dependente, visto que sua produção sempre esteve direcionada a satisfazer mais os interesses externos que os internos (PRADO JR, 1973)¹⁰⁹. Dessa maneira, as atividades produtivas brasileiras jamais se voltaram para o mercado interno e de subsistência da população, de forma semelhante ao que ocorreu no período feudal em países europeus (PRADO JR, 1966).

Entretanto, um ponto de convergência entre ambos era de que o latifúndio representava um grande enclave de atraso na economia nacional, sendo força econômica e política capaz de manter o Brasil numa situação de capitalismo subdesenvolvido, com forças produtivas atrasadas. Dessa maneira, Caio Prado Jr (2011) achava que o PCB, por via institucional¹¹⁰, deveria buscar aprovar formas de tributação da terra e taxaço dos proventos derivados da terra. Na visão do autor esse seria o “calcanhar de Aquiles” da especulação imobiliária, podendo baratear o preço da terra e abrir assim um cenário onde a reforma agrária pudesse ser viável para os cofres públicos¹¹¹ – embora em obras posteriores (PRADO JR, 1966) ele compreendesse que a reforma agrária não tinha centralidade para a revolução brasileira. Alberto

¹⁰⁵ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é um órgão da ONU, criado em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas para incentivar a cooperação econômica entre os seus membros.

¹⁰⁶ Essas reflexões do autor foram publicadas originalmente no ano de 1961.

¹⁰⁷ Ambas publicações citadas são contribuições escritas para o 5º Congresso do PCB, realizado em 1960.

¹⁰⁸ Para uma análise mais refinada sobre os debates internos do PCB nesse período, ver Raimundo Santos (1988).

¹⁰⁹ Trata-se de uma de suas principais obras, *Formação do Brasil Contemporâneo*, originalmente publicada no ano de 1942.

¹¹⁰ Apesar do partido ter tido seu registro cassado pelo TSE em 1947, a disputa pela via institucional poderia ser realizada, por um lado, através de movimentos que pressionassem as instituições em torno de suas reivindicações e, por outro, através do uso da filiação de candidaturas do PCB em outras legendas.

¹¹¹ A Constituição de 1946 previa que que imóveis desapropriados para fins de reforma agrária seriam indenizados por meio de pagamento prévio e em dinheiro, o que era muito oneroso para os cofres públicos.

Passos Guimarães (2011), por sua vez, enxergava que o partido deveria organizar os assalariados rurais para se mobilizarem no sentido de repetirem as desapropriações de terras no Engenho da Galileia em Pernambuco, através da “via pacífica”, jurídica. Assim, postula Guimarães, seria possível realizar uma reforma capaz de alterar as estruturas de propriedade no país, tornando camponeses “pequenos proprietários burgueses”.

Entre os que se engajavam nessa discussão, havia consenso de que um dos principais obstáculos à industrialização "era a ausência da reforma agrária, que impedia o desenvolvimento do mercado interno de bens de consumo assalariado, incluindo alimentos" (MATTEI, 2005, p. 344).

Dentro desse contexto, o quadro legal que balizou o debate parlamentar em torno da reforma agrária entre 1946 e 1964 se deu por formulações ambíguas da Constituição de 1946.

O artigo 147 definia que “o uso da propriedade será condicionado ao bem estar social. A lei poderá, com observância do disposto no artigo 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Esse parágrafo rezava: “é garantido o direito da propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”. Ou seja, a “justa distribuição da propriedade” estava subordinada à disponibilidade de vultosos recursos capazes de cobrir as indenizações. Por outro lado, o artigo 156 da mesma Carta apontava para outra forma de contornar a concentração fundiária: “a lei facilitará a fixação do homem do campo estabelecendo planos de colonização e aproveitamento das terras públicas” (MEDEIROS, 1983, p. 98).

Desde 1947, houve diversas tentativas no Congresso Nacional para aprovar projetos de leis ou emendas constitucionais que se referiam à reforma agrária. Também no Executivo, o debate do tema perpassou praticamente todos os governos desse período (MEDEIROS, 1983).

Após sua conturbada posse como presidente, mas com poderes reduzidos, em um sistema de parlamentarismo, o governo de Goulart foi progressivamente radicalizando suas proposições a respeito da reforma agrária. Leonilde Medeiros (1983) compreende que, inicialmente, o governo apontava, de forma muito vaga, a necessidade de alterações na estrutura fundiária do país, pois o caráter descoordenado da política agrária brasileira impossibilitava transformações compatíveis com o desenvolvimento da economia. “Na medida em que, na concepção do plano [trienal], essas transformações só seriam possíveis mediante reformas estruturais, aparecia nos seus objetivos básicos a proposta de ‘eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional (...) [dentre eles] a atual estrutura agrária’” (*Ibidem*, p.113). Para potencializar os padrões capitalistas de produção agrícola, seria, portanto, necessária uma reforma agrária com os seguintes princípios:

- a) isenção do pagamento de renda sobre a terra economicamente utilizada para o trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tivesse ocupado terras virgens e nela permanecido sem contestação; b) não se poderia privar de terras para trabalhar ou privar de trabalho, o trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade a não ser com justa indenização; c) isenção do pagamento de renda sobre a terra, sob qualquer forma, ao trabalhador que auferisse dela rendimento igual ou superior ao salário mínimo, a ser fixado regionalmente; d) desapropriação, com pagamento a longo prazo, de todas as terras consideradas necessárias à produção de alimentos que não estivessem sendo utilizadas ou o estivessem para

outros fins, com rendimentos inferiores à média estabelecida regionalmente (MEDEIROS, 1983, p. 114).

É notável que, de modo geral, as propostas de reforma agrária nesse período giram em torno da modernização da agricultura para fomentar a industrialização no país, o que, evidentemente, vez ou outra passa pela intencionalidade de modernizar também as relações sociais no campo. Esse ponto era profundamente sensível em uma conjuntura de crescimento exponencial de mobilizações sociais no meio rural. Conforme a compreensão de Florestan Fernandes (1975a; b), de um ponto de vista de longo prazo do desenvolvimento sócio-histórico da classe dominante brasileira e suas diversas frações, esses fatores combinados eram compreendidos como elementos que poderiam levar a conjuntura para perigosos rumos de revisão não só da propriedade fundiária, mas de todo o regime de propriedade privada no país.

Isso se faz evidente se voltarmos o nosso olhar para o projeto de emenda constitucional de Bocayuva Cunha, que permitiria que as indenizações de desapropriações por interesse social, para fins de reforma agrária, fossem pagas por meio de títulos da dívida pública, não em dinheiro, o que unificou os deputados conservadores no Congresso Nacional contra João Goulart. Este, posteriormente, assinou, no comício da Central do Brasil, em março de 1964, um decreto que autorizava desapropriação por interesse social em propriedades que tivessem área superior a cem hectares localizadas numa faixa de dez quilômetros de rodovias federais. Combinado com a mobilização social camponesa no período, esses acontecimentos polarizaram ainda mais o trabalhismo do PTB com os conservadores e foi um dos motivos que levaram ao golpe (MEDEIROS, 1983). Observa-se, como também antes mencionado, ainda que com o mesmo objetivo de incrementar as forças produtivas no país e impulsionar a industrialização, esses projetos estariam sugerindo um impulso modernizante sem a presença e protagonismo das massas populares.

De toda maneira, no que diz respeito à disputa institucional em torno da reforma agrária nesse período, Medeiros (1983, p. 112) faz a seguinte síntese:

Os diversos projetos apresentados no período permitem perceber uma certa unanimidade em torno da necessidade de reforma agrária, embora esta expressão tivesse múltiplos significados, de acordo com o setor social que a defendia. A partir dos anos 60, esse debate deixou de ser dominante e a questão da forma como deveria se processar a desapropriação tornou-se fundamental. Estavam em jogo duas dimensões do problema: o critério para avaliação do valor da terra e a forma de pagamento das desapropriações.

No que diz respeito aos direitos trabalhistas, os trabalhadores rurais estavam excluídos até 1963 de um rol de direitos que os trabalhadores urbanos haviam conquistado ao longo da década de 1930 e, posteriormente, em 1943, quando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) unifica toda a legislação trabalhista vigente no país¹¹². Até então, os sindicatos, embora encontrassem respaldo legal na CLT, que permitia a sindicalização, mas não a regulamentava, “eram a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerados como assalariados, como era o caso de colonos, moradores, camaradas” (MEDEIROS, 1989, p. 26), excluindo, portanto, outras categorias tais como meeiros, arrendatários, foreiros e posseiros. Estes, organizavam-se através de associações civis que, “por sua vez, destinavam-se aos que de

¹¹² Cabe destacar que na Constituição de 1937 o mundo rural é mencionado apenas no artigo 148, onde é estabelecida a possibilidade de aquisição de propriedade por meio de usucapião. No que diz respeito aos direitos trabalhistas, no capítulo de ordem econômica são reconhecidos direitos de operários urbanos, enquanto a categoria de trabalhadores rurais não só não recebe proteção específica alguma nesse capítulo como sequer é citada em todo o texto constitucional (MEDEIROS; QUINTANS; ZIMMERMANN, 2013).

alguma forma tinham acesso à terra (...) e cuja luta se voltava principalmente contra os despejos, aumento de renda etc., culminando nas demandas por alterações fundiárias” (*Ibidem*).

Assim, para a maioria dos estudiosos que se debruçavam sobre o tema, "a reforma agrária deveria ter dois objetivos: dismantelar a propriedade não cultivada de grandes latifúndios e regular as relações de trabalho nas grandes áreas agrícolas" (MATTEI, 2005, p. 344). Em um cenário de conflitos fundiários espalhados por diferentes estados no Brasil, ao longo da década de 1950 e início da década de 1960 alguns governos estaduais responderam à demanda por reforma agrária com "planos de colonização"¹¹³, linguagem reconhecida legalmente, que, no geral, “traduzia fundamentalmente a proposta de uso de terras devolutas e o desejo de intervenções pontuais” (MEDEIROS, 2018, p. 67). Segundo Medeiros, “não se tratava apenas de evitar a expressão ‘reforma agrária’, considerada ameaçadora por boa parte das forças políticas em disputa, mas de imprimir um limite às ações e demandas das organizações que lideravam as lutas no campo” (*ibidem*). Embora não tenham sido muito significativas em termos de efeitos de distribuição de terras, estas iniciativas atraíram milhares de famílias¹¹⁴.

No governo Goulart, a reforma agrária era também reivindicada por uma ampla base social organizada. A partir das reflexões de Sydney Tarrow (2009) a respeito da centralidade que as oportunidades políticas têm para ações coletivas, cabe destacar que a conjunção desses dois fatores no bojo da disputa pela reforma agrária – a iniciativa do Estado através das reformas de base e a mobilização camponesa em torno dessa pauta – não só eram capazes de alterar as correlações de força na conjuntura política, como também abriam a possibilidade de inserção de grupos subalternos outrora excluídos do jogo político, isto é, o campesinato.

Apesar da diversidade de formas de organização do trabalho rural, entidades como as Ligas Camponesas, criadas em 1945, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1954, o PCB e entidades da Igreja Católica organizavam diferentes segmentos de trabalhadores rurais em diversas regiões do país, sob três demandas: direito à organização sindical, direitos trabalhistas e reforma agrária (MEDEIROS, 2018). Entidades que representavam os trabalhadores rurais demonstravam “impressionante vitalidade, crescendo em regiões onde nenhuma organização havia praticamente existido poucos anos antes” (DREIFUSS, 1981, p. 299), atingindo seu ponto culminante no início da década de 1960.

O PCB exerceu um papel importante para a criação da ULTAB. Em 1953, a partir de uma conferência internacional de trabalhadores do campo realizada em Viena, o PCB organizou

¹¹³ Em seu trabalho a respeito de políticas de colonização e controle populacional, Ricardo Brito (2022) identifica características de continuidade entre a colonização do período colonial com práticas sociais e políticas dos Estados Nacionais independentes, outrora colônias a partir do século XVI. A partir dessa sociogênese o autor as define “como mecanismo de intervenção estatal orientado para o controle do território e das populações, para a gestão do conflito e para o tratamento parcial da questão agrária, sendo recorrentemente utilizada para retardar e subverter a possibilidade de uma ampla reforma agrária. Esta definição ampla permite apreender seis sentidos da colonização entre os séculos XIX e XX, aqui separados de forma analítica: 1. Povoamento de regiões de importância geopolítica para a segurança e integridade nacionais, incluindo as áreas de fronteira; 2. Produção de alimentos para abastecimento interno; 3. Regulação dos fluxos migratórios internos e externos; 4. Constituição de um campesinato baseado no trabalho livre e na pequena propriedade familiar; 5. Desenvolvimento de hábitos modernos de produção e habitação através das assistências técnicas, sanitárias e educacionais; 6. Resolução de conflitos pela terra originados da organização social dos camponeses e da estrutura desigual e concentrada de acesso à terra” (*Ibidem*, p. 51). No Estado Novo, a preocupação das políticas de colonização era construir mecanismos de “incorporação tutelada” dos trabalhadores rurais contemplados por estas políticas e, ao mesmo tempo, elevar a produção para o mercado interno e povoar o interior e as áreas fronteiriças. É importante ressaltar que a atuação do Estado varguista se deu nas áreas menos disputadas pelas oligarquias rurais (*Ibidem*, p. 76).

¹¹⁴ “Não por acaso, alguns dos conflitos fundiários que marcaram os anos 1950/1960 se deram em áreas próximas a projetos de colonização: Formoso, vizinha à Colônia de Ceres, em Goiás; Francisco Beltrão e Pato Branco, junto à Colônia General Osório no Paraná” (MEDEIROS, 2018, p. 53) e também em Pedra Lisa, próxima ao Núcleo Colonial de Santa Cruz.

um encontro nacional para eleger representantes brasileiros para este espaço e, ao mesmo tempo, elaborar pautas de reivindicações. Assim, entre os dias 6 e 7 de setembro foi realizado, simultaneamente em São Paulo (reunindo representantes dos estados do Centro-Sul) e em Recife (reunindo representantes do Nordeste e Norte), o I Encontro Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Entre as principais reivindicações, estavam “o confisco das terras dos latifundiários e das companhias estrangeiras e sua distribuição gratuita entre os assalariados agrícolas, camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra” (MEDEIROS, 1989, p. 30).

No ano seguinte foi organizado um segundo encontro, a II Conferência Nacional de Lavradores, realizada em São Paulo. Em síntese, o encontro pautou, entre diversas reivindicações, direitos civis e democráticos para os trabalhadores rurais (direito de organização sindical, direito à greve) e direitos sociais, tais como previdência e seguro social e diversas reivindicações específicas das mais variadas categorias do trabalho no campo. Entretanto, a principal de todas as reivindicações foi a reforma agrária, compreendida enquanto instrumento de justiça social e de superação do latifúndio, caracterizado como agente do atraso econômico e do subdesenvolvimento (MEDEIROS, 1989). O encontro iniciou uma campanha nacional de coleta de assinaturas para a reforma agrária. Além disso, a II Conferência Nacional de Lavradores fundou uma entidade nacional de trabalhadores agrícolas, a ULTAB. Ela representava um esforço do PCB de encaminhar, de acordo com seus objetivos estratégicos e táticos, as lutas que brotavam aqui e ali (MEDEIROS, 1989, p. 34).

Podemos mencionar também outros atores sociais e políticos desse período que atuavam em torno de um “movimento camponês”, tais como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que atuava no Rio Grande do Sul, criado “em 1960 enquanto acontecia uma tentativa de retomada de uma área de 1.800 hectares no interior do município de Encruzilhada do Sul que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros” (ROSSELLI e ELIA, 2018, p. 2), obtendo apoio do governador Leonel Brizola do PTB. No caso do Rio de Janeiro, como mencionado anteriormente, o PTB era mais próximo da Federação dos Lavradores Fluminenses (FLERJ) que disputava a base social da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), ligada ao PCB. Com o objetivo de combater a influência desses dois movimentos, isto é, para conter o “avanço do comunismo” e também do petebismo, grupos da Igreja Católica organizavam e disputavam o campesinato em torno de seus Círculos Operários Católicos, que atuavam no Rio de Janeiro e em São Paulo (DREIFUSS, 1981). Como já mencionado anteriormente, os Círculos Operários recebiam financiamento do IPES, um dos principais articuladores do golpe empresarial-militar de 1964 (*Ibidem*, p. 646). Na visão de René Armand Dreifuss (1981), a influência do complexo IPES/IBAD sobre essa organização se dava em um contexto onde a elite orgânica articuladora do golpe, não tinha como deixar de lado “os anseios da população rural pela reforma agrária e outras mudanças sociais exigidas pelos camponeses. A questão da reforma agrária teria de se tornar uma bandeira, pelo menos pró-forma, para o complexo IPES/IBAD conquistar emocional e racionalmente os camponeses” (*Ibidem*, p. 300), através de suas “reformas cristãs e democráticas do estatuto da terra”, propostas em seu Simpósio sobre a Reforma Agrária, realizado em abril de 1961, onde essas organizações da elite orgânica discutiram um modelo de reforma agrária. “Contudo, enquanto a reforma exigida não fosse implementada, o complexo IPES/IBAD tentaria conter o despertar do povo e ganhar tempo para que outros acontecimentos tomassem o seu curso” (*Ibidem*).

Igualmente, esse grupo das classes dirigentes não poderia ignorar uma articulação com setores patronais do campo que “condenariam até os moderados esforços do complexo IPES/IBAD como sendo de inspiração ‘comunista’. Ademais, o complexo IPES/IBAD dificilmente poderia dar-se ao luxo de antagonizar os proprietários de terra, pois a força política destes no Congresso continuava maciça” (DREIFUSS, 1981, p. 300-301). Uma das formas do complexo IPES/IBAD “lançar-se na política” do campo, para disputar essa base social de

trabalhadores rurais, era de maneira indireta, junto ao clero conservador, pois “tal ação, que envolve certo grau de sindicalização – anátema para os proprietários de terra, de um modo geral”, poderia muito bem se dar através dessa mediação com as organizações camponesas católicas.

Diante desse quadro, o importante a se ressaltar é como a questão agrária vinha obtendo destaque na conjuntura política nacional. Embora houvessem significativas divergências de concepções entre essas organizações, “produziram-se algumas convergências, fundadas na identificação e denúncia da situação de miséria e exploração em que viviam os camponeses e a necessidade de alterá-la” (MEDEIROS, 2014, p. 199).

Em novembro de 1961 foi realizado em Belo Horizonte o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, marco na luta pela reforma agrária, “na lei ou na marra”¹¹⁵, contando com a participação de mais de 1.600 delegados das mais diversas regiões do país e também com a presença do Presidente da República João Goulart, o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto e o Primeiro Ministro Tancredo Neves (MEDEIROS, 1989). “As lutas camponesas impactaram as políticas públicas estaduais e federal, com destaque, neste último plano, à criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), em outubro de 1962, destinada a atuar sobre as questões fundiárias” (MEDEIROS, 2018, p. 68).

No geral, podemos dizer que esse período marca importantes saltos organizativos do movimento camponês, logrando conquistar vitórias históricas, tais como a criação da SUPRA e uma normatização da estrutura sindical no campo, através de algumas portarias do Ministério do Trabalho, publicadas a partir de 1962 e, posteriormente, sintetizadas no Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, abrindo a possibilidade de criação de sindicatos exclusivamente voltados para trabalhadores rurais (RAMOS, 2010). A experiência da disputa por direitos e acesso à terra neste período moldou socialmente esses atores, gerando linguagem e identidade próprias¹¹⁶. O surgimento do campesinato como ator político de relevância nacional neste período pode ser lido como um momento no processo de formação de classe (MEDEIROS, 1995). Para conter esse movimento de classe, que se sintetizava com a demanda radicalizada pela reforma agrária no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, “no princípio de 1963, a administração de João Goulart passou a pressionar a favor de uma reforma da terra e apoiou ativamente o movimento trabalhista rural, legalizando, finalmente, a sua sindicalização, através do estatuto do trabalhador rural” (Dreifuss, 1981, p. 300). Entretanto, o golpe empresarial-militar, ocorrido no ano seguinte, representaria uma forma de contenção mais avançada, das classes dirigentes, contra os acúmulos de experiências organizativas de grupos das classes subalternas, entre elas, o campesinato.

Evidentemente que 1964 foi um ponto de inflexão para o movimento camponês no país inteiro. Entretanto, se observarmos a discussão empreendida por Ana Carneiro e Marta Ciocari (2011), notamos que a repressão já vinha se intensificando nos anos anteriores. Isso não quer dizer que a repressão aos trabalhadores rurais se inicia na década de 1960, tampouco termina com o fim da ditadura empresarial-militar. Antes de prosseguirmos uma análise a esse respeito, voltemos agora nossa atenção para um panorama estadual e local.

¹¹⁵ O jargão foi dito pela primeira vez nesse evento, em discurso realizado por Francisco Julião, dirigente das Ligas Camponesas.

¹¹⁶ Assim, a categoria “camponês” assume uma dimensão política, categoria capaz de agregar as mais diversificadas situações do trabalho rural, na tentativa de construir uma identidade e unidade política entre os trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1995). De forma semelhante, e dentro do mesmo processo de construção e fortalecimento do “movimento camponês”, o termo “latifúndio” também assume uma dimensão política, expressando o monopólio da terra e a violência (MARTINS, 1981).

2.2 – As Disputas Fundiárias no Estado do Rio de Janeiro

Ao longo da República de 1946, diversos conflitos no campo – envolvendo diversas categorias sociais, tais como colonos, parceiros, meeiros, posseiros, grileiros e fazendeiros – eclodiram pelo país: o conflito em Trombas e Formoso em Goiás, a guerrilha de Porecatu no Paraná, o surgimento das Ligas Camponesas em Pernambuco (MARTINS, 1981) e Paraíba, posteriormente em Goiás e no Triângulo Mineiro (MEDEIROS, 1989).

Nesse período, as lutas do campesinato brasileiro, passaram a ter certo destaque jornalístico, trazendo os conflitos agrários no Brasil à tona para um público mais amplo. A própria dinâmica jornalística, com certo destaque aos casos de conflito por terra na Baixada Fluminense analisadas no presente trabalho, são reflexo disso, inclusive, fazendo alusões aos conflitos por terra com maior destaque nacional:

Há cerca de dois meses, então, foram enviados policiais ao sítio [Fazenda Santo Antônio do Mato], obrigando muitos dos que se diziam “posseiros” a se mudarem. Houve, por essa ocasião, um sério desentendimento, que quase redundou em um violento conflito, em tudo semelhante ao levante dos camponeses do norte do Paraná¹¹⁷. Quando lá compareceu o investigador Edésio, subdelegado para o distrito de José Bulhões, acompanhado por vários outros policiais e um investigador da Ordem Política e Social fluminense, os lavradores, alegando benfeitorias, se recusaram a abandonar as terras e, de repente, começaram a aparecer armados de espingardas em volta de João Tenório¹¹⁸ e dos policiais. Foi preciso que esses então usassem de toda energia e simulassem que uma força maior os aguardava na estrada, no local denominado Caramujo, que fica lado contrário a “Pedra Lisa” (*Última Hora*, 26/07/1951, p.6)

Conforme já mencionamos, logo após o golpe, uma intensa repressão – em alguns casos, com presença de policiais e jagunços, ou de apenas jagunços, como foi em Pedra Lisa – se verificou sobre as regiões de conflitos por terra na Baixada Fluminense. A compreensão das mobilizações camponesas enquanto possíveis focos de preparação de guerrilhas é um tema presente nas páginas do inquérito que investigou o PCB (IPM709, 1966) – leitura essa, reflexo dos então recentes acontecimentos em Cuba. O documento expõe nítida preocupação com um cinturão de conflitos por terra nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, que foi a capital federal até 1960. Essa preocupação já vinha se manifestando na imprensa, ainda nos primórdios da fundação da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, ao se referir às primeiras famílias de posseiros instaladas na Fazenda Santo Antônio, sob liderança de José Mathias:

Como se vê, o caso é de pasmar. Santo Antônio é muito próximo da Capital da República para que se imponha à vontade a poder do bacamarte (*A Noite*, 23/12/1949, p. 3).

E repitamos: A parada de Santo Antônio não é nenhum sertão. Fica a poucos minutos da Capital da República. Urge, antes que outros fatos mais graves surjam, uma enérgica providência por parte do governo que dispõe de todos os recursos necessários (*A Noite*, 16/02/1950, p. 7).

A conjuntura política do estado do Rio de Janeiro nos anos de 1950 corresponde a uma década de governos do PSD com os governos de Amaral Peixoto, Miguel Couto Filho e do PTB

¹¹⁷ Em uma nítida alusão à guerrilha de Porecatu.

¹¹⁸ Pretenso proprietário da fazenda.

com o governo de Roberto Silveira e de seu irmão Badger Silveira, eleito em 1962, empossado em 1963 e impedido com o golpe de 1964 – e, também do vice de Roberto Silveira, Celso Peçanha, que empossou após a morte do petebista em 1961.

Miguel Couto Filho foi eleito deputado federal em 1950 e nomeado Ministro da Saúde pelo Presidente Getúlio Vargas, quando da fundação do Ministério em dezembro de 1953. Com o suicídio de Vargas, voltou ao seu mandato de deputado federal sendo, em outubro de 1954, eleito governador do Rio de Janeiro em uma coligação PSD-PTB, que também elegeu o vice-governador, Roberto Silveira, que obteve uma expressiva votação, maior que a de Miguel Couto Filho¹¹⁹. Sua administração (1955 a 1958) foi marcada pela ampliação da saúde pública no estado, criando postos e unidades para o serviço médico itinerante. Miguel Couto Filho foi responsável pela primeira desapropriação de terras em áreas de conflito nos anos de 1950, nas fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, Nova Iguaçu¹²⁰. Afastou-se do cargo em 1958 para concorrer às eleições do Senado, sendo substituído pelo presidente da Assembleia Legislativa, Togo de Barros. O vice-governador Roberto Silveira também se afastou do cargo para disputar as eleições de governador¹²¹.

Roberto Silveira foi eleito por uma larga margem de votos em 1958 através de uma coligação entre o PTB, a União Democrática Nacional (UDN), os partidos Democrata Cristão (PDC) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). O PSD, por sua vez, lançou a chapa formada por Getúlio Barbosa de Moura¹²² para governador e Celso Peçanha para vice-governador, que foi eleito. Apesar da vitória de Celso Peçanha como vice-governador, o pleito representou uma derrota para o PSD, que hegemonizava o governo do estado até então.

As desapropriações de terras tomaram um impulso maior com o governo de Roberto Silveira. O governador recém empossado enviou para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a proposta de criação do Plano Piloto de Ação Agrária, “onde explicitava a preocupação com conflitos ‘entre grileiros proprietários (sic) de terras abandonadas ocupadas por famílias de trabalhadores’” (MEDEIROS, 2018, p. 64). A proposta do Plano tratava de assuntos como a importância da utilização de terras marginais às estradas, isenção de impostos para pequenas propriedades rurais e também do estímulo à criação de cooperativas. Conforme apontado por Victor Novicki (1992), um ponto polêmico era a obrigatoriedade de proprietários rurais declararem o valor justo de suas terras, para “efeito de possível indenização por desapropriação estadual”.

¹¹⁹ Fonte: SILVEIRA, Roberto verbete biográfico, CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-teixeira-da-silveira> (acessado em 05/08/2022). Na época, as eleições de governador e vice-governador aconteciam em separado.

¹²⁰ Na ocasião, foi instalada uma placa comemorativa de bronze em Pedra Lisa, cujos efeitos para a memória coletiva serão analisados no capítulo 8.

¹²¹ COUTO, Miguel, verbete biográfico, CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/couto-filho-miguel> (acessado em 05/08/2022).

¹²² Getúlio Barbosa de Moura foi prefeito de Nova Iguaçu em 1930, após ter sido “chefe” do movimento rebelde da Revolução de 30 no município. Posteriormente, foi vereador entre 1936 e 1937 pela União Progressista Fluminense e deputado federal por três vezes, sendo eleito em 1945, 1950 e 1954 pelo PSD. Disputou as eleições para governador do estado em 1958, tendo sido derrotado por Roberto Silveira (MOURA, Getúlio de, verbete biográfico, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-barbosa-de-moura>). Conforme apontado por José Claudio Souza Alves (2003), “para os seus opositores, além da poderosa máquina clientelística, Moura valia-se do incentivo a loteamentos clandestinos e ocupações caóticas de terrenos, buscando sempre ampliar o seu reduto eleitoral. Quando vieram as emancipações, e o município de Nova Iguaçu foi dividido em quatro, ele colocou em cada novo município um lugar-tenente seu: em Duque de Caxias, Tenório Cavalcanti; em São João de Meriti, a família Hazuk; ele mesmo em Nova Iguaçu e a família Simão em Nilópolis. Além disso, indicou a maioria dos donos de cartórios da Baixada” (*Ibidem*, p. 82). Getúlio de Moura esteve envolvido nos conflitos da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, tendo sido um dos quatro condôminos da fazenda. Esses conflitos serão analisados com detalhes no tópico 4.3.

Especificamente sobre este ponto, concentrou-se a resistência das bancadas mais conservadoras na Assembleia Legislativa, dentre elas a da UDN que fazia parte da "Coligação Popular-Nacionalista" e do "Governo Popular". Esta conjuntura levou a que o Poder Legislativo autorizasse o governo a elaborar um "Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado" (Lei nº 3.951, de 24.06.59)¹²³, visando restringir a margem de atuação do governo às terras públicas e também eliminar a obrigatoriedade da "justa declaração" do valor das terras. Apesar disso, com base nesse Plano, o governo estadual, entre 1959 e 1962, declarou como de utilidade pública, para fins de desapropriação, dezoito imóveis rurais em litígio, sendo que onze localizavam-se na Baixada Fluminense (NOVICKI, 1992, p. 23).

O projeto que se tornou a Lei nº 3.951, "autorizava a elaboração de um plano de colonização e aproveitamento de terras devolutas e públicas existentes no estado e envolvia, entre outras medidas, cadastro territorial; tombamento das propriedades particulares, mediante a verificação de títulos e registros" (MEDEIROS, 2018, p. 64). Além disso, a lei também previa estudos para apontar a possibilidade de colonização e organização de núcleos agrícolas¹²⁴.

A Lei nº 3.961 foi regulamentada pelo Decreto nº 6.682/59 para que o Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas fosse executado pelo diretor do Departamento de Trabalho da Secretaria de Trabalho e Serviço Social, sendo prevista a venda de lotes de 10 a 15 hectares aos lavradores, mediante pagamento em 180 prestações, permitindo assim a organização de grupos de colonização. Além disso, o decreto também previa a criação de um Grupo de Trabalho Agrícola, composto por trabalhadores rurais, que "estabelecerão entre si na cooperação de esforços, de ajuda mútua, objetivando solucionar problemas comuns no aproveitamento da terra e na defesa de seu trabalho" (Decreto nº 6.682/59, de 05/08/1959).

O GT Agrícola, funcionaria como uma ferramenta a conectar essas políticas públicas com as entidades de trabalhadores rurais diretamente ao Plano de Colonização. Isso se daria pelo acesso às políticas públicas de diversas formas: conforme indicado no artigo 6º, onde se afirma que "os trabalhadores rurais integrantes dos Grupos de Trabalho Agrícola serão assistidos e orientados na melhoria de suas habitações, bem como lhes será proporcionada assistência médica e educacional"; no artigo 9º, que prevê que "a Secretaria de Agricultura será solicitada a prestar assistência técnica aos Grupos de Trabalho Agrícola, através do estudo da terra, fornecimento de sementes, adubos e de facilidades para aquisição de máquinas e implementos agrícolas" e no artigo 11º que, entre as atribuições previstas ao Diretor do Departamento de Trabalho, responsável pelo plano, a de adquirir "utensílios e materiais necessários aos serviços de instalação dos Grupos de Trabalho" e a "locação direta de imóveis necessários à instalação de Escolas, Postos de assistência médico-social, Delegacias e Grupos de Trabalho" (Decreto nº 6.682/59, de 05/08/1959). Além disso, era previsto que a diretoria do Departamento de Trabalho seria a autoridade competente para construir todos os tipos de infraestrutura capazes de promover a produção e escoamento, tais como galpões, cooperativas sedes, pontes, drenagens de rios e melhoramentos de estrada. Importante notar que os GTs Agrícolas promoviam o acesso direto a essas políticas públicas.

¹²³ Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 25/06/1959.

¹²⁴ Ao longo desse trabalho, quando utilizamos o termo "Plano Piloto de Ação Agrária" estamos nos referindo às ações do Estado decorrentes tanto do Plano Piloto de Ação Agrária quanto do Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas e Públicas. Isso porque se trata do termo pelo qual essas ações do Estado são mais lembradas, algumas vezes apenas como "plano piloto", ou "plano agrário".

Conforme indicado por Marcelo Hernandez (2010), a FALERJ e a FLERJ tinham posicionamentos distintos a respeito do Plano. Enquanto a primeira se opunha, a segunda, o apoiava. Podemos traçar a hipótese de que o natural acesso privilegiado que a FLERJ teria aos espaços dos GTs, devido à sua proximidade com o governo de Roberto Silveira, pode ter sido o motivo desse distinto posicionamento entre as duas federações. Em um segundo momento, esse posicionamento da FLERJ, pode levar a entender também que Bráulio Rodrigues pode ter se envolvido com essa federação não só em decorrência de uma disputa por bases sociais, mas também pelo acesso a essas políticas públicas. De toda maneira,

Essa legislação revela alguns temas importantes e persistentes: a dificuldade da separação entre terras devolutas e terras particulares, mostrando o quanto, mais de cem anos depois, as determinações da Lei de Terras de 1850 ainda permaneciam sem efeito prático; a íntima relação estabelecida com a chamada questão urbana (previsão de áreas de terras para assentar famílias faveladas e apoio aos que viviam em cidades e povoados e que optassem por se transformar em agricultores); e a menção aos “agricultores desajustados”, que, pelos termos da lei, parece remeter aos migrantes que nesse momento chegavam continuamente à Baixada Fluminense em busca de trabalho. Finalmente, (...) a importância dada às situações de litígio, equacionadas pela proposta de indenização dos despejados e resolução de controvérsias, mas também pela introdução de controle policial nas áreas de tensão social (MEDEIROS, 2018, pgs. 65, 66).

O mandato de Roberto Silveira se encerrou com sua morte, em 28 de fevereiro de 1961, em decorrência de um acidente de helicóptero. A administração de seu vice, Celso Peçanha, passou pela caótica administração de Jânio Quadros na Presidência da República. Após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto do mesmo ano, Celso Peçanha e alguns outros governadores tiveram contatos com os ministros militares, contrários à posse do vice-presidente João Goulart, resultando na adoção do parlamentarismo como forma conciliatória para propiciar a posse de Goulart (Emenda Constitucional nº4). Peçanha renunciou ao cargo em 7 de julho de 1962 para concorrer ao cargo de senador¹²⁵.

Badger Silveira, irmão do falecido Roberto Silveira, concorreu em 1962, pelo PTB em coligação com o PDC, colocando-se como sucessor de seu irmão. Seu principal concorrente foi Tenório Cavalcanti, do Partido Social Trabalhista (PST), “um influente político da Baixada Fluminense, que contava com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (RIBEIRO, 2015, p. 93). As eleições para o governo estadual em 1962 foram bastante influenciadas pelo conturbado contexto político pelo qual o país passava e também pela conjuntura internacional, com a guerra fria atingido seu ápice com a crise dos mísseis, no mesmo ano das eleições¹²⁶.

De acordo com Felipe Ribeiro (2015), uma das principais disputas entre Badger Silveira e Tenório Cavalcanti se dava em torno do apoio de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, que se candidatava a deputado federal pelo estado da Guanabara. Esse apoio

¹²⁵ PEÇANHA, Celso verbete biográfico, CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pecanha-celso> (acessado em 05/08/2022).

¹²⁶ A esse respeito, a argumentação de Ribeiro é bastante elucidativa: “indubitavelmente, as eleições de 62 foram influenciadas por um contexto político bem mais amplo, que abrangia questões nacionais, como a posse do presidente João Goulart sob um parlamentarismo recém instaurado e a votação do plebiscito sobre a manutenção desse regime de governo, marcado para o início do ano seguinte; bem como questões internacionais, visto que desde 1961 o governo dos Estados Unidos da América havia cortado suas relações diplomáticas com Cuba e tentado destituir (...) Fidel Castro, sem obter sucesso, mas que aproximou o governo cubano à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Dessa nova aliança surgiria, em outubro de 1962, um dos episódios mais tensos da Guerra Fria, a chamada ‘Crise dos Mísseis’” (RIBEIRO, 2015, p. 94).

não era de menor importância, pois, um ano antes, no decorrer da conturbada posse de João Goulart, Brizola havia se notabilizado nacionalmente por liderar a “Campanha da Legalidade”, defendendo a posse de Goulart como Presidente da República após a repentina renúncia de Jânio Quadros. Apesar de Badger fazer parte do PTB, mesmo partido de Brizola, o governador gaúcho teve seu apoio ferrenhamente disputado por Tenório, ex-udenista que se colocava no pleito “como nacionalista, democrático e defensor das reformas de base. Chegou a publicar em seu jornal, às vésperas das eleições, que ele e o governador gaúcho estariam juntos, mas logo os petebistas publicaram uma carta em que Brizola declarava apoio ao companheiro de partido” (RIBEIRO, 2015, p. 93). Badger Silveira em sua campanha defendeu a implantação das chamadas reformas de base, principal bandeira política adotada pelo presidente João Goulart¹²⁷.

Eleito, Badger Silveira foi empossado em 31 de janeiro de 1963, colocando-se abertamente como um apoiador do Presidente João Goulart. Ameaçado de *impeachment* logo após o golpe de 1964, Badger negou quaisquer ligações comunistas, afirmando “posição de ‘católico e antiesquerdista’, lembrando haver nomeado o padre Antônio Carvalho, ligado aos Círculos Operários Cristãos para chefiar o Plano Agrário Estadual, ‘capaz de levar bem-estar e tranquilidade ao homem do campo, dentro da doutrina cristã’”¹²⁸. Compareceu à posse do General Humberto Castello Branco ao cargo de Presidente da República em 15 de abril de 1964. Entretanto, em 2 de maio de 1964, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou o seu *impeachment* por 48 votos contra sete. Perdeu seus direitos políticos dois dias depois.

Tanto o governo de Celso Peçanha quanto o de Badger Silveira realizaram diversas desapropriações em áreas de conflito. “Além das fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu (1958), entre 1959 e 1963, foi decretada a desapropriação de 18 áreas, das quais 11 se localizavam na Baixada Fluminense” (MEDEIROS, 2018, p. 66). Nacionalmente, diversos outros estados também adotaram medidas de intervenção sobre a questão fundiária.

No caso do estado do Rio de Janeiro, a atuação do PCB foi central para a organização de trabalhadores rurais em Cachoeiras de Macacu, Magé, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes. O partido atuou em diversas outras entidades, que atuavam lado a lado das entidades de trabalhadores rurais, tais como o Sindicato dos Tecelões de Santo Aleixo em Magé, fundado em 1941 (RIBEIRO, 2015). Entretanto, conforme vimos no tópico anterior, a sindicalização rural só foi regulamentada em 1962. Assim sendo, ao longo dos anos de 1950, o PCB exerce uma atuação central em diversas associações de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro, tais como a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, fundada em 1948 e a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias fundada no ano seguinte, no distrito de Xerém, sob a liderança de José Pureza, também do PCB. O objetivo central desta Comissão era o de se defender da ação de grileiros na região. Posteriormente, em 1952, em meio a conflitos entre posseiros e grileiros na Fazenda São Lourenço e ameaças de despejos na Fazenda Capivari – terras contíguas em Xerém – a Comissão transformou-se em uma associação com um objetivo de abrangência maior: a Associação de Lavradores Fluminense (ALF).

Tanto a Sociedade de Pedra Lisa quanto a ALF tinham o mesmo objetivo mais imediato, qual seja, a defesa e a organização dos lavradores contra os despejos de que vinham sendo vítimas. A denominação de cada uma delas, entretanto, permite perceber diferentes objetivos de médio e longo prazo. Enquanto uma tinha uma atuação mais restrita ao município de Nova Iguaçu, a outra pretendia ser uma

¹²⁷ SILVEIRA, Badger verbete biográfico, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/badger-teixeira-da-silveira> (acessado em 05/08/2022).

¹²⁸ SILVEIRA, Badger verbete biográfico, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/badger-teixeira-da-silveira> (acessado em 05/08/2022).

associação de todos os lavradores fluminenses. Tal foi, já na sua fundação, a orientação dada à organização criada a partir de Xerém. Para tanto, pesou a intervenção do advogado Heitor da Rocha Faria, então ligado ao PCB. Conta-nos José Pureza que a sugestão para que a organização abarcasse todo o estado do Rio e todas as categorias camponesas partiu, justamente, do advogado, que ali fora chamado para prestar orientação (GRYNSZPAN, 1987, p.102-103).

Apesar da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e da Comissão de Lavradores de Caxias, posteriormente ALF, terem iniciado seus trabalhos como associações de atuação local que, em momento posterior, foram expandindo suas áreas de atuação, ambas se conectavam com mediadores do PCB que, por sua vez, se ligavam a estruturas organizativas de maior abrangência, como é o caso da ULTAB. Desde sua fundação, em 1954, a ULTAB vinha adotando uma política no sentido de incentivar a realização de encontros camponeses locais e estaduais, estimulando assim maior organização de trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989).

Nesse contexto, foi criada, em 1959, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ). No ano seguinte, foi fundada também a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ), sob forte influência do governo Roberto Silveira. Como já mencionado anteriormente, a FLERJ fora fundada “para competir com a então recém-criada FALERJ. A nova federação (...) tinha íntima ligação com a Federação dos Trabalhadores Cristãos e era apoiada pelo padre Antônio Carvalho” (MEDEIROS, 2018, p. 66). De acordo com o livro de memórias de José Pureza (1982)¹²⁹, uma das principais lideranças camponesas de Xerém, distrito de Duque de Caxias, e depois do estado, algumas associações de trabalhadores rurais fundaram a FLERJ. Entretanto, todo o aparato financeiro da entidade encontrava-se nas mãos de membros do governo estadual, chegando a classificar a entidade como “associação fantasma”. Apesar de Bráulio Rodrigues ter sido nomeado tesoureiro da FLERJ, “nunca viu um tostão da sua organização. Quem controlava a contabilidade era Aldio Leite, executor do ‘Plano Agrário’. (...) Ele havia verificado que a ‘Federação’, apoiada pelo ‘Plano Agrário’ era de cúpula, e por isso decidiu romper” (PUREZA, 1982, p. 39). Sobre isso, na década de 1980, Bráulio Rodrigues rememorava sua experiência breve na entidade:

(O Executor do Plano de Colonização) era Aldio Leite, no tempo do governador Roberto Silveira. Foi justamente o elemento que o Roberto botou para impedir o avanço do PCB na área rural. Ele era radicalmente contra os comunistas. Então ele fez até uma outra Federação para contrapor à nossa que já existia, foi quando ele colocou esse Edmundo e Zé Gléia (?) também na Associação para ser diretor, nomeou assim. Eu até participei da reunião dessa Federação. Eu fui lá na reunião e falei: – Olha Dr. Aldio¹³⁰, isto não está certo porque não está sendo uma coisa discutida, o Sr. está nomeando as pessoas, este vai ser secretário, este vai ser presidente, este vai ser tesoureiro. (Aldio): Mas a Federação de vocês está botando muita política nos outros. – E esta aqui não tem nada de política também? Não é a mesma coisa? (Aldio): Porque vocês estão sendo liderados pelo PCB e tal. (...) Porque o PTB tinha medo do avanço do PCB. Então ele também tratava muita coisa para que o PCB não avançasse, porque ele sabia que o PCB, já em 61, 62, já estava já

¹²⁹ O livro foi organizado por Eliane Cantarino O’Dwyer a partir de diversas entrevistas concedidas à pesquisadora por José Pureza no início da década de 1980.

¹³⁰ Igualmente, o nome de Aldio Leite está como “Aldio” nessa e nas grafias seguintes. Assim como na nota anterior, optamos por utilizar a mesma grafia que se refere ao executor do Plano Agrário em todo o presente trabalho, isto é, “Aldio Leite”.

tomando a rédea do movimento camponês no Brasil. Já estava se desenvolvendo. Então o PTB começou a frear determinadas coisas, a criar organizações paralelas. Por exemplo, aqui em Nova Iguaçu foram criados dois sindicatos na época. Um por nós e outro, pelo PTB¹³¹. Inclusive um dos presidentes deste sindicato faleceu agora, faz uns dois anos, ele morreu como agente do DOPS aqui em Nova Iguaçu, e era presidente pelo PTB, foi premiado no governo Roberto Silveira pra polícia. Não é fácil não, rapaz, é duro. (...) Edmundo o nome dele, Edmundo Monteiro de Melo (entrevista de Bráulio Rodrigues concedida a Frederico Araújo *apud* ARAÚJO, 1982, p. 64).¹³²

A breve passagem de Bráulio Rodrigues pela entidade, ligada ao PTB e ao governo de Roberto Silveira, é digna de nota. Revela a permeabilidade do petebismo no movimento camponês, mas também mostra como as próprias memórias a respeito de figuras centrais, tanto do PCB quanto do PTB na região hoje em dia são reflexo da presença tanto do PTB quanto do PCB. As maneiras pelas quais Bráulio Rodrigues, principal figura do PCB, é lembrado em Pedra Lisa, dentro da comunicação do dia a dia¹³³, nos dias atuais, se dá de forma muito positiva por muitas pessoas. Entretanto, não é lembrado como um “comunista”, mas como uma liderança camponesa local e pessoa gentil. Quanto a Roberto Silveira, ainda muito presente nas lembranças de boa parte dos que viveram na região na década de 1950, é lembrado como um “político presente”, “generoso”, “que apoiava os lavradores” e, até mesmo como um governador que trazia brinquedos para as crianças. Além disso, alguns quadros políticos da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa chegaram a compor o Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT), entidade criada dentro do meio sindical 1955 com o objetivo de angariar apoio político sindical para a candidatura presidencial do PTB¹³⁴. Entretanto, documentos sugerem que provavelmente alguns desses quadros que compunham o MNPT, na realidade, eram filiados ao PCB¹³⁵, indicando que PCB e PTB, no dia a dia do movimento camponês, muitas vezes se misturavam, compunham alianças e, em contextos maiores, como o estadual e federal, se dividiam. Voltaremos a essa discussão no tópico 3.5. Essa passagem de

¹³¹ Trata-se de uma cisão que ocorreu na Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa no início da década de 1960, onde a saída de um grupo originou uma outra associação, que fez requisição de carta sindical. Os detalhes sobre essa cisão, bem como a caracterização desses dois grupos, serão expostos mais adiante.

¹³² Araújo se refere ao PCB apenas como “PC”. Para facilitar a leitura – e utilizar a mesma sigla que estamos utilizando em todo esse trabalho para nos referirmos ao Partido Comunista Brasileiro – a sigla foi alterada para “PCB” nessa citação de Araújo (1982).

¹³³ Sobre essa maneira de se lembrar, Jan Assman (1995) compreende como “memória comunicativa”. Isto é, a comunicação do dia-a-dia e sua memória socialmente mediada, onde cada memória individual se constitui em comunicação com os “outros” que, por sua vez, constituem grupos que têm suas próprias concepções e imagens do passado.

¹³⁴ O MNPT foi criado no meio sindical em maio de 1955, com o objetivo de angariar apoio dos sindicatos para os candidatos às eleições presidenciais de outubro do mesmo ano, que apresentassem na disputa um programa nacionalista e de defesa dos interesses populares. O programa do MNPT foi assinado tanto por lideranças comunistas como por lideranças não comunistas tendo aprovado, no congresso de setembro de 1955 – onde compareceram as lideranças de Pedra Lisa como Erotildes, “Zencliver” e Francisco Lacerda – o apoio às candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart respectivamente aos cargos de presidente e à vice-presidente da República. Após a vitória de ambos, os partidos derrotados, liderados pela UDN, os acusaram de terem realizado uma aliança eleitoral com os comunistas através do MNPT. Fonte: Acervo de verbetes temáticos do CPDOC (disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/movimento-nacional-popular-trabalhista-mnpt>).

¹³⁵ Trata-se de suposição de um tenente de reserva, que compunha a associação, em depoimento policial feito por iniciativa própria, que dizia a respeito de integrantes do MNPT. Para o Tenente Adriano, esses indivíduos eram comunistas, estando na entidade com o objetivo central de angariar simpatizantes ao PCB (APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Erotildes Pimentel Vianna, notação 16.264).

Bráulio pela FLERJ mostra também que a disputa da base social camponesa entre PCB e PTB passava não somente pelas entidades mais ligadas ao PCB, como a FALERJ e a ULTAB, mas também pelo inverso. A FLERJ contava com uma base social identificada tanto com o PTB quanto com a figura do pecebista Bráulio Rodrigues, como é o caso dos militantes da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa que fizeram parte do MNPT. Em suma, não é difícil supor que a passagem de Bráulio pela FLERJ seja reflexo não só dessa disputa de base social, mas também de uma identificação política heterogênea que uma base social camponesa, identificada com as pautas progressistas, possuía tanto com o PTB quanto com o PCB. Os dirigentes, portanto, deveriam estar preparados para disputar essa base social em ambas federações.

De qualquer maneira, mais tarde, em 1963, foi a FALERJ que conseguiu obter carta sindical e fundar a primeira federação sindical de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG/RJ). Na medida em que o movimento camponês estadual foi se solidificando, reunindo associações em torno da FALERJ em 1959 – formalizando assim articulações que já estavam sendo realizadas nos anos anteriores – e, posteriormente, com a fundação da FETAG, havia grande dinâmica política entre as lideranças das associações locais, em torno da federação:

É certo que havia uma rotatividade nos cargos (...). Certo também, entretanto, que era constante a presença de Pureza, Bráulio e Manoel Ferreira de Lima nas diferentes diretorias. Além disso, é claro o predomínio de determinadas áreas na composição das diretorias. Dos onze nomes que estavam à frente da ALF em 1954 – Seabra Matias Prata, Manoel Jerônimo, Manoel Ramos Volinho, Francisco Silva, Itamar Joel Miranda, José Pureza, Severino Ramos da Cruz, Júlio Augusto Correia, Antônio Gomes Resende, Curgulino Pereira Gomes e Abelardo Scheiner, pelo menos nove eram de Xerém. Na diretoria que assumiu a Falerj em janeiro de 1961, Manoel Ferreira de Lima, de Magé, era o presidente, em substituição a Manoel Marins, de Caxias. Seu primeiro vice-presidente era Alvino Alves dos Santos, de Pedra Lisa, e o segundo, Júlio Joaquim de Oliveira, líder da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu, mas que, ao que parece, havia vindo de Caxias. O primeiro secretário, Bráulio Rodrigues, era de Pedra Lisa, ao passo que o segundo, Manoel Escobar, o primeiro tesoureiro, Joaquim Antônio, e o segundo tesoureiro, José Pureza, todos os três eram de Caxias. Dos três componentes do Conselho Fiscal, um, Francisco Lacerda, era de Nova Iguaçu e atuava em Pedra Lisa, o outro, Anésio Dias de Freitas, era de Cachoeiras de Macacu, e o último, Antônio Gomes, não temos informação sobre sua procedência. Em 1963, a presidência da federação coube a Pureza, tesoureiro da direção anterior. A vice-presidência era de Bráulio Rodrigues, antigo secretário. O tesoureiro era Manoel Ferreira de Lima, presidente anterior, e Alvino Alves dos Santos, antigo vice-presidente, seria como diretor técnico (GRYNSZPAN, 1987, p. 141-142).

Ao longo dessa década, ocorreram conflitos fundiários em outros municípios do estado: Fazenda São Lourenço, Piranema e Capivari em Duque de Caxias; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; Imbé em Campos dos Goytacazes; Magé, Itaguaí e diversos outros (MEDEIROS, 2018). A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa que, conforme discutimos anteriormente, foi uma das primeiras associações de lavradores na Baixada Fluminense, esteve envolvida em diversos desses conflitos, passando muitas vezes por

articulações que envolviam a FALERJ, FLERJ, sindicatos e partidos políticos, tais como PCB, PTB e PSD. Tal associação, logrou obter diversas vitórias tanto para os posseiros que eram seus associados, quanto para camponeses de outras regiões, em conflitos em que esteve envolvida em parceria com outras associações de trabalhadores rurais e também com colonos do Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí. É perceptível, portanto, que havia articulações entre associações locais, ao longo da década de 1950, antes mesmo da fundação de federações como a FALERJ ou a FLERJ. Como observaremos no capítulo 4, isso implicou em apoio mútuo entre essas associações nos conflitos por terra aos quais estiveram envolvidas. Esses laços, evidentemente, se reforçam a partir da fundação da FALERJ em 1959. Entretanto, antes de entrarmos nos pormenores desses conflitos, discutiremos, no tópico a seguir, seus antecedentes, bem como faremos uma caracterização dos principais atores envolvidos.

2.3 – Antecedentes dos Conflitos por Terra e Atores Sociais Envolvidos

Por quais motivos ocorreram tantos conflitos por terra em torno da então capital federal ao longo dos anos de 1950, em diferentes municípios da Baixada Fluminense?

Para compreendermos esse fenômeno, é necessário compreendermos o que foram as modificações na utilização do espaço na Baixada Fluminense desde o início do século XX, período de grandes transformações e considerável expansão urbana nessa região, diretamente relacionadas com o também rápido processo de crescimento urbano da capital (ABREU, 1997). Conforme pontuado por Robert Pechman (1985, p. 12), referindo-se à então capital federal, município do Rio de Janeiro, “pode-se, quiçá, em parte afirmar que a história da expansão urbana do Rio é a história da disputa pelo espaço entre os diferentes capitais que procuraram se valorizar nessas formas de investimento [moradia, infraestrutura, e negócios com a terra]”. Essa disputa se desenvolve, na Baixada, em um processo de expansão urbana e atividade loteadora que segue ritmo semelhante ao da capital. Com efeito, as atividades econômicas desenvolvidas nessa região se constituíram em relação com sua posição geográfica de proximidade com a cidade do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense, ao longo da sua história, passou por vários processos de crescimento econômico com importância significativa para a economia do Estado do Rio de Janeiro, principalmente devido à sua localização e às características do solo e dos rios, que eram navegáveis. Participou da produção açucareira (século XVII); do escoamento do ouro entre Minas Gerais e a metrópole, através dos portos (século XVIII); da produção cafeeira (século XIX); e da produção de laranjas (século XX) (...) Devido a esses fatores econômicos, durante as décadas de 1920 e 1930, aumentaram os investimentos públicos visando a melhoria de infraestrutura da região (VAZ, 2010, p. 47).

Ao longo da primeira metade do século XX, esses investimentos públicos estavam inseridos e se conectavam com o processo de modificação e disputa de capitais para a utilização do espaço. Disputa essa que foi travada em torno de dois elementos correlacionados: em primeiro lugar, a intencionalidade de governos em incrementar a atividade agrícola na região, e, em segundo, as mudanças causadas pelas obras de saneamento.

Em estudo sobre as atividades rurais que vinham sendo desenvolvidas na Baixada Fluminense no início da década de 1950, Pedro Geiger e Myriam Mesquita (1956) postularam que, buscando obter área maior para a ocupação do solo e combater surtos epidêmicos, trechos

da Baixada Fluminense¹³⁶ foram saneados pelo governo, que “drenou, retificou os rios e extinguiu a malária. Era de se esperar melhor aproveitamento agrícola por parte dos particulares donos das terras valorizadas com as obras governamentais, porém, eles foram tomados pela febre da especulação e se entregaram ao ciclo do loteamento” (*Ibidem*, p. 153). Em outras palavras, essas políticas públicas causaram uma enorme valorização imobiliária e conflitos por terra, conforme pontuado por Mário Grynszpan (1987, p. 51):

Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores e grileiros, mas também entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. Os próprios Governos federal e estadual se veriam envolvidos em disputas com pessoas que se teriam apropriado de terras consideradas públicas.

O objetivo deste tópico é analisar esses processos de mudanças dos usos do espaço que acarretaram nos conflitos por terra, que serão analisados no capítulo 4.

2.3.1 – A atuação estatal em políticas agrícolas e de saneamento na Baixada Fluminense

Como apontado anteriormente, ao longo de séculos, as atividades econômicas desenvolvidas na Baixada Fluminense estiveram relacionadas à sua posição geográfica de proximidade com a cidade do Rio de Janeiro (VAZ, 2010). Não por acaso, a região foi alvo de diversos investimentos públicos de natureza saneadora, muitas vezes, desenvolvidos ao mesmo tempo que políticas agrícolas. O ponto máximo da articulação entre uma política e a outra foram as diferentes Comissões de Saneamento, que funcionaram ao longo da Primeira República, no período do Governo Provisório de 1930 e, em seguida, no Estado Novo, sendo a colonização das áreas saneadas um tópico recorrentemente debatido nessas comissões, assim como a produção agrícola – de orientação exportadora ou para abastecimento da então capital federal.

As políticas saneadoras começaram um século antes do período estadonovista. Conforme assinalado por Simone Fadel (2010, p. 11), “isso não deixa de ter uma relação bastante estreita tanto com a questão de conservação das obras como com a questão econômica (...). A ocupação das áreas da Baixada não difere de planos já elaborados em Comissões anteriores, ou seja, a ocupação agrícola de grandes áreas férteis”, tal como é caracterizado pelo relatório de 1939 da última Comissão de Saneamento, já no governo Vargas:

Sempre se reconheceu a fertilidade natural dos terrenos da Baixada. As ricas propriedades, outrora existentes, permaneceram na lembrança de todos. (...) A proximidade do Rio de Janeiro, que é um grande centro consumidor, coloca, ainda mais, a Baixada em situação privilegiada para um aproveitamento intensivo. Melhoradas, consideravelmente, as condições de salubridade, manifestou-se logo um grande surto na exploração de suas riquezas naturais. Aos poucos vão se povoando as terras abandonadas. Surgem construções novas e novas plantações, que mudam o antigo aspecto desolador daquelas paragens. Nota-se,

¹³⁶ Embora muitos desses autores e até mesmo a Comissão de Saneamento, que será mencionada nos próximos tópicos, tenham suas próprias caracterizações sobre Baixada Fluminense, cabe alertar ao leitor que, quando aqui utilizamos o termo, ele ainda está sendo referido à maneira pela qual caracterizamos a Baixada na nota nº 5 na introdução. Ainda que com outras caracterizações, quando o termo estiver sendo utilizado em citações diretas, o importante de se reter é que está se nos referindo a uma enorme região que estava passando por grandes mudanças espaciais, muitas vezes relacionadas à especulação imobiliária – o que mais nos interessa no presente trabalho, a respeito das caracterizações da Baixada Fluminense enquanto território estudado.

visivelmente, o ressurgimento econômico da região (GÓES *apud* FADEL, 2010, p. 11)

Ao longo do século XVIII, a cana de açúcar, uma das principais atividades econômicas da região, entra em decadência por conta de dificuldades de exportação. Somado a isso, conforme indicado por Pechman (1987), a atividade comercial “que dava vida” aos portos fluviais e oceânicos de Pilar, Inhorim e Estrela (localizados em Nova Iguaçu) também declinava, em decorrência da implementação de uma ferrovia, que ligava o Rio à Serra de Petrópolis em 1854. Ao longo desse processo, “a navegação pelo rio foi entupindo e o caminho d’água, descuidado, provocando entupimento do leito e a formação de pântanos, que alimentados pelas chuvas se estenderam por imensas superfícies. Com os pântanos, veio a malária e com esta o abandono da região” (*Ibidem*, p. 103-104).

Ainda no período regencial, em 1833, foi instaurada uma comissão chefiada pelo Major Rangel de Vasconcellos, cujo objetivo “era estudar o aparecimento de pirexias palustres [Febres de regiões pantanosas] com aspecto endêmico observadas nas zonas banhadas pelos rios Irajá, Meriti, Pilar e Iguassu” (SOUZA, 2006, p. 18). Apesar de ter indicado medidas de enxugamento de pântanos, a comissão nunca chegou a executar suas propostas, por conta insuficientes recursos públicos para tal empreendimento. Conforme indicado por Marlúcia Souza (2006), há evidências de que no arraial do Pilar, em Iguassu, proprietários utilizaram o trabalho escravo para o fim de desobstrução de rios. Posteriormente, apesar das duas tentativas anteriores, somente em 1844 as primeiras obras de drenagem e dragagem dos rios da Baixada foram realizadas. Em 17 de dezembro de 1888 outro contrato foi realizado, através da lei nº 3.600, que estabelecia o compromisso de “drenagem das terras, a dragagem e a retificação dos rios, a escavação e a preparação dos leitos dos rios principais e afluentes com vista à franca navegação” (*Ibidem*, p. 20), a ser realizado pelos engenheiros João Teixeira Soares e Joaquim Pereira dos Santos. Em abril do ano seguinte, em outro contrato com os mesmos engenheiros, diversas vantagens foram a eles garantidas, tais como do direito de estabelecer a navegação a vapor nos rios dragados por oitenta anos, cobrar uma taxa de trânsito e também de receber pelos favores concedidos às estradas de ferro. Pequenas modificações e prorrogações foram feitas no contrato até 1897 (*Ibidem*).

Diversos outros contratos da mesma natureza foram realizados ao longo das primeiras décadas da Primeira República, tais como em 1893, entre o governo estadual e o engenheiro Eleutério Máximo Figueiredo, com o objetivo de limpar e desobstruir o rio Guapi-assu; o decreto nº 128 de 10 de outubro de 1894 que criou a Comissão de Estudo e Saneamento da Baixada Fluminense, sob chefia de Teixeira Soares, recebendo a concessão para dragagem de rios e drenagem de terras na Baixada da Guanabara e na Baixada dos Goitacazes, durando até 1900; um novo contrato, em 1902, para continuar os trabalhos da comissão anterior, que acabou não sendo efetivado, mas previa que, além da dragagem e retificação dos rios, as obras de saneamento seriam auxiliadas, nas bacias dessecadas, pela plantação de eucaliptos, outras árvores, e também herbáceas de utilidade prática, “colonizar os terrenos saneados, assegurar o plantio de pelo menos um milhão de pés de amoreira branca, *morus alba*, para alimentar as larvas do bicho da seda que seriam tratados nos viveiros dos proprietários fluminenses¹³⁷, ou para o uso imediato das tecelagens e para a exportação” (SOUZA, 2006, p. 21). O contrato de 1902 exprimiu uma tendência que se seguiria nas obras de saneamento seguintes:

¹³⁷ Seropédica, que na época ainda não era município, recebe esse nome por conta do bicho da seda. Segundo o portal Seropédica online, “O nome ‘Seropédica’ resulta-se de um neologismo formado por duas palavras de origens diferentes, sericeo ou serico, de origem latina, que significa seda, e pais ou paidós, de origem grega, que significa tratar ou consertar. Um local, portanto, onde se cuida ou se fabrica seda” (<https://www.seropedicaonline.com/seropedica/a-historia-de-seropedica/a-historia-de-seropedica/>). Portanto, esse contrato provavelmente passava pelo território que hoje corresponde ao município.

Apesar do contrato não ter sido validado, o seu conteúdo é revelador no sentido de exprimir a lógica que passou a vigorar nas décadas de 10 e principalmente de 20. Através da realização do saneamento, grupos privados passariam a ter vastos poderes e uma larga possibilidade de acumular, de obter propriedades, de cobrar tributos, de obter concessões e monopólios dos serviços e até de efetivar a colonização. De um lado, teremos os investimentos no beneficiamento da laranja durante o governo de Nilo Peçanha, legitimado pelo discurso da necessidade de investir na diversificação agrícola e na revalorização das terras fluminenses¹³⁸. O oeste da Baixada (atual Nova Iguaçu) passou a ser conhecida como a Califórnia brasileira, a cidade perfumada e na década seguinte, tornou-se a maior produtora e exportadora de laranja do país. Investidores, especuladores, principalmente italianos, controlaram o beneficiamento e a venda da laranja. De outro, teremos os investimentos privados em ações combinadas com a sociedade política nas áreas mais degradadas, mas que poderiam possibilitar vantajosas bases de acumulação de capitais (SOUZA, 2006, pgs. 21, 22).

Não por acaso, no mesmo período, a Durish & CO, responsável pela implementação e execução de obras de saneamento nos rios e brejos na região de Santa Cruz, arrendou diversas terras às margens de rios e córregos, onde se produzia arroz (SILVA, 2017).

No geral, as comissões de saneamento para a Baixada Fluminense na Primeira República carregavam a característica em comum de inviabilidade financeira de execução de suas demandas por parte do estado do Rio de Janeiro (SOUTO, 2018, p. 2).

Em dezembro de 1909, no governo Nilo Peçanha como Presidente da República, é criada a Primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense (SOUTO, 2018). A comissão recolheu documentos e realizou um estudo preliminar da área a ser saneada para então elaborar um edital de concorrência para a realização das obras, publicado em agosto do ano seguinte. A entrada de um Paes Leme (família que posteriormente esteve envolvida com conflitos de terras analisados no tópico 4.2) para este edital não só evidencia a influência e relevância política dessa família na região, ainda que esse edital tenha ocorrido mais de 30 anos depois da venda de glebas à coroa imperial em 1877, mas também nos permite formular hipóteses¹³⁹.

¹³⁸ Souza se refere ao governo de Nilo Peçanha como Presidente da República (1909-1910). Além da presidência da república, Nilo Peçanha foi Presidente do estado do Rio de Janeiro duas vezes, quando, no contexto da Primeira República, os governantes de estados eram denominados “presidentes”, não “governadores”. Governou o estado pela primeira vez de 1903 a 1906, quando saiu do cargo para assumir a Vice-Presidência da República após sua vitória eleitoral em março desse mesmo ano. Com a morte do Presidente Afonso Pena, Nilo Peçanha assumiu a Presidência da República em 1909 – tendo sido o primeiro e único presidente negro do Brasil – encerrando seu mandato no ano seguinte. Após ter exercido mandato como senador do Rio de Janeiro, de maio 1912 até dezembro de 1914, assumiu novamente o cargo de Presidente do Estado do Rio de Janeiro, após sua vitória eleitoral. Seu segundo governo estadual durou até o ano de 1917, quando renunciou do cargo para assumir o cargo do Ministro das Relações Exteriores. (Fonte: Verbetes biográficos CPDOC da Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PE%C3%87ANHA.%20Nilo.pdf>).

¹³⁹ Conforme indicado por Pechman (1987), no governo nacional de Nilo Peçanha, foi dado um impulso decisivo ao desenvolvimento da fruticultura no estado, principalmente no que diz respeito à laranja. Com vistas a recuperar economicamente a Baixada, seu governo “possibilitou a multiplicação dos laranjais nos vários municípios que circundam o Rio de Janeiro, especialmente Nova Iguaçu”, pontua o autor; “conseguindo o barateamento do frete das laranjas junto às companhias transatlânticas, melhorando as condições de transporte do fruto e conquistando a reciprocidade de isenção de direitos aduaneiros sobre frutas entre o Brasil e a Argentina” (*ibidem*, p. 105). Essa década foi um período de baixa no preço da terra no município para que, duas décadas depois, adquirisse “surpreendente valorização” (*Ibidem*), diante do cenário da “idade do ouro” dos laranjais (SOUZA, 1993), cujos

Venceu o edital a empresa alemã *Gebrueder Goedhart A.G*, por oferecer menores preços e comprovar mais experiência em obras semelhantes no exterior, com assinatura de contrato em 10 de novembro de 1910. “O discurso que a Comissão ratificava era que o dessecamento das terras da Baixada, tão próximas a capital federal, faria a produção agrícola novamente florescer e colaboraria para o retorno do estado figurar entre os grandes produtores nacionais” (SOUTO, 2015, p. 8). Como consequência dessa constatação, já podemos observar fatores embrionários para futuros conflitos por terras na região:

Uma breve análise do relatório da Comissão datado de 1914 permite mencionar uma forma de como esse espaço poderia ser utilizado: o parcelamento das terras saneadas e sua venda a preço módicos a quem estivesse disposto a trabalhá-la. (...) A instalação destas pequenas propriedades só seria possível com a desapropriação sugerida pela Comissão. Muitas terras estavam sem registro ou com má definição de seus limites, pois o imposto territorial (...) era baseado na auto declaração ou em documentos redigidos nos municípios, realizados de forma que permitia ao proprietário pagar um preço menor do que efetivamente ela pagaria se fosse contabilizada a extensão da terra. (...) A discussão sobre os limites das propriedades em Iguassú alonga por seis anos, onde diversas certidões de compra, venda e de aforamentos foram apresentadas para tentar justificar o recebimento do valor da indenização do estado. Simplesmente a dúvida era não só do local, como do tamanho e também os donos reais das terras que deveriam receber os valores. Os autos não se referiam à Comissão de Saneamento, mas sim à captação das águas da bacia do rio Xerém para o abastecimento da capital federal, no entanto é um bom exemplo do problema enfrentado pela Comissão em relação a desapropriação, uma vez que o caso se arrastou de 1911 a 1917 (mesmo período de existência da Comissão) (SOUTO, 2015, pgs. 7, 8, 9).

Além das alterações de formas de propriedade que ocorreram em virtude das ações da Comissão de 1910, cabe frisar que essa Comissão superou as anteriores no que diz respeito ao mapeamento da região e volume de intervenções, por meio da “retificação dos rios e em especial a interligação de bacias hidrográficas constituem no período exemplos de intervenções que transformaram o ambiente local” (FADEL, 2006. p. 171). Outro aspecto importante, conforme apontado por Fadel (*ibidem*), foi a maneira pela qual esta Comissão viria a influenciar a comissão seguinte, da década de 1930, sobre proposições de uso do solo, em sua metodologia e dando apontamentos para problemas de saneamento posteriores a serem resolvidos, que não haviam sido resolvidos¹⁴⁰.

Já no Governo Provisório de Getúlio Vargas, foi criada, em 5 de julho de 1933, a Segunda Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. Com um ambicioso relatório, sob chefia do engenheiro Hildebrando Góes, essa comissão se diferenciava bastante da primeira por ter uma abrangência geográfica muito maior. Por conta dessa amplitude do campo de ação, foi transformada em 1936 na Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (SOUTO, 2018). Previa atuar em quatro zonas distintas do estado do Rio de Janeiro, compreendidas enquanto “Baixada Fluminense”: a Baixada da Guanabara, que compreendia as

detalhes serão analisados no tópico seguinte. Dessa maneira, podemos levantar a hipótese de que, passados pouco mais de 30 anos dessa venda de glebas, Luiz Betim Paes Leme pudesse estar interessado nas vantagens de acumulação que vinham ocorrendo nos editais anteriores, tais como obtenção de propriedade, em um contexto marcado por beneficiamento de laranjais para, até mesmo, agricultura de exportação.

¹⁴⁰ Em sua tese, Fadel (2006) realiza uma análise detalhada da memória constituída dessa comissão.

regiões próximas da capital federal; a Baixada dos Goitacazes, no norte do estado; a Baixada de Araruama, na região dos Lagos e a Baixada de Sepetiba, a oeste da capital federal. Entretanto, a Baixada da Guanabara, em especial, recebeu uma atenção ainda maior e consequência, ainda maiores de transformações espaciais (*ibidem*)¹⁴¹.

Em seu relatório, a Segunda Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense compreendia que todo o interior do estado era de jurisdição federal no que diz respeito às intervenções das obras. O relatório ressalta a importância da produtividade agrícola enquanto um de seus objetivos centrais.

Nesta imensa área, apesar de insalubre, desenvolvem-se culturas das mais variadas do país. O homem, entretanto, não se pode fixar a terra, pois não encontra segurança para sua vida e de sua prole. [...] O saneamento justifica-se por duas razões fundamentais: tornará salubre uma grande área próxima à capital da República e permitirá o seu aproveitamento agrícola. Há, por consequência, um duplo interesse: o sanitário e o agrícola (GÓES *apud* SOUTO, 2018, p. 8).

Durante o governo provisório e no Estado Novo, entre as intenções e objetivos da Comissão Federal de Saneamento, estavam, além de flagrante preocupação com combate à febre amarela e à malária, seu relatório também deixava nítida a preocupação de que a intervenção saneadora seria um passo importante para o estabelecimento um “cinturão agrícola” para abastecer a cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 2017). As obras de saneamento estavam intimamente ligadas a uma mudança na estrutura produtiva agrícola da Baixada Fluminense, por meio do estabelecimento de núcleos de colonização (*Ibidem*). Antes de avançarmos na discussão sobre como os núcleos de colonização se inserem nesse cenário, examinemos como esses processos de reordenamento espacial causaram especulação imobiliária.

2.3.2 – Mudança na estrutura agrária e expansão urbana na Baixada Fluminense entre 1930 a 1950

O processo das obras de saneamento do início do século XX até o início da década 1930 foi acompanhado pela consolidação da expansão do tecido urbano da capital federal para além dos limites do Distrito Federal, com uma integração física com a Baixada Fluminense. Conforme pontuado por Maurício Abreu (1997, p. 81), “para tanto, muito contribuíram os trabalhos de saneamento da parte noroeste da baixada, mandados executar por Nilo Peçanha, quando Presidente do Estado do Rio de Janeiro e da República”. Entretanto, essa expansão do tecido urbano da capital não foi realizada somente do Rio de Janeiro em direção à Baixada, mas também no movimento contrário. Abreu (1997) demonstra que diversos proprietários desmembraram suas propriedades rurais em loteamentos ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil. Logo, alguns distritos do Município de Iguaçu (posteriormente denominado como Nova Iguaçu) foram elevados à categoria de município, em razão do crescimento considerável de suas populações urbanas. É o caso de Nilópolis em 1916 e Duque de Caxias em 1931. Junto a esse processo, como vimos anteriormente, as Comissões Federais de Saneamento para a Baixada Fluminense, em especial, a última, realizaram seus trabalhos tendo em vista a criação de um cinturão verde de abastecimento de produtos alimentícios para a então capital federal, o Rio de Janeiro.

Entretanto, seguindo tendência contrária ao que previa o relatório da última comissão, desde os anos de 1930 e nas décadas subsequentes, a Baixada Fluminense foi palco de rápidas

¹⁴¹ O espaço hoje reconhecido como Baixada Fluminense estava inserido na então denominada Baixada da Guanabara. Conforme pontuamos na Introdução do presente trabalho, a Baixada Fluminense passa por caracterizações que se alteram com o tempo, sendo objeto de disputa interpretativa na literatura especializada.

e grandes transformações oriundas da incorporação urbana, através de investimentos estatais que acabaram alimentando a especulação imobiliária, por meio de loteamentos. Segundo Grynszpan, os loteamentos foram o “produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. (...) e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu” (GRYNSZPAN, 1987, pgs. 55, 56). Tais reordenamentos espaciais foram de tamanha dimensão que, de acordo com Sonali Souza (1993), mudaram não só as formas de organização social existentes anteriormente (diminuição da importância econômica das atividades agrícolas e crescimento populacional favorecido pelos loteamentos) como também se alteraram as próprias representações do que se compreende como Baixada:

Note-se que nesse período havia ainda a representação da região como uma área agrária e tais conflitos marcaram (...) o processo de lutas através do qual se constituiu a Baixada Fluminense metropolitana de nossos dias. Desse modo, a própria mudança de sentido da ideia de uma Baixada agrária para uma Baixada Fluminense tal como hoje é representada pode nos servir como um indício de mudanças históricas que redefiniram, inclusive, limites da região (SOUZA, 1993, pgs. 209, 210)¹⁴².

Foram diversos os fatores que contribuíram para esse processo, acelerando-se a partir da década de 1940. Enquanto o cultivo dos laranjais estava em seu auge, a partir da década de 1910, até a década de 1930, período de preços baixos da terra, pontua Pechman (1987), eram diversos os grupos de interesse que se atentavam às movimentações do mercado de terras na Baixada Fluminense, “uns vendo a terra como grande negócio diante da valorização dos cítricos; outros procurando a terra como valor de uso, para construção da casa própria e ainda outros (na fase de decadência da citricultura) juntando e repartindo terras para fins de loteamento urbano” (*Ibidem*, p. 106). Isso ocorria no mesmo tempo da “idade do ouro” dos laranjais, conforme contam as representações locais a respeito dos anos de 1920-1940 (SOUZA, 1993), quando havia fortíssima rentabilidade na atividade citrícola¹⁴³, fazendo com que a terra adquirisse “surpreendente valorização” (PECHMAN, 1987). Esse cenário levou a que “os capitalistas, por tática, fizeram-se, ao mesmo tempo, homens de negócio e cultivadores de laranjeiras, revendendo e organizando pomares” (CUNHA *apud* PECHMAN, 1987, p. 108), conforme aponta um relato de um observador contemporâneo dos fatos.

Entre 1920 e 1940, houve um aumento da quantidade de pomares, isto é, de pequenas propriedades produtoras de frutas na Baixada. Conforme os dados do IBGE apresentados por Pechman (1987, p. 108), entre essas décadas, “o número de estabelecimentos até 40 ha passou de 213 em 1920 para 1.451 em 1940; os de 41 a 200 ha passaram de 29 para 62; os de mais de 200 ha reduziram-se de 38 para 18”. Conforme assinalado por Souza (1993), até o início da década de 1940, o distrito-sede de Nova Iguaçu dispunha de intensa exploração agrícola, em decorrência da citricultura, abrigando a maior parte da sua população. Em 1940 havia cerca de 17.442 ha ocupados com laranjais, o que correspondia a 22,3% da superfície do município, conforme os dados da Agência Municipal do IBGE (BRASIL *apud* SOUZA, 1993, p. 213). Já

¹⁴² Um dos aspectos centrais levantados por Souza, no que diz respeito às alterações das representações sociais da Baixada Fluminense, essencialmente em Nova Iguaçu, é o estabelecimento de um mito da “idade do ouro dos laranjais”. “Segundo esse mito, teria havido um passado bucólico em oposição à violência atual e ao crescimento urbano sem o acompanhamento de infraestrutura” (SOUZA, 1993, p. 209). Esse passado idealizado, pontua a autora, “serve para nos ajudar a pensar as mudanças sociais que estão subjacentes a estas representações” (*ibidem*, p. 210).

¹⁴³ Só no ano de 1931, para termos uma ideia, saíram 1.236.453 caixas de laranjas do porto do Rio de Janeiro. Entre essas, o município de Iguaçu contribuiu, sozinho, com 687.900 caixas (PECHMAN, 1987).

“nos distritos de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, havia expressiva densidade populacional já no início da década de 1930, com características urbanas” (*ibidem*, p. 213), emancipando-se assim de Nova Iguaçu. Foi a rentabilidade da atividade citrícola que conteve a expansão dos loteamentos urbanos na área citrícola nesse período. Segundo os dados do censo agrícola de 1940, nessa área, havia “forte parcelamento do solo com vistas a arrendamentos” (*Ibidem*, p. 214), largamente empregados até a década de 1930: entre 1920 e 1940, observa-se que “o número de estabelecimentos sob responsabilidade de arrendatários em Nova Iguaçu teve crescimento muito expressivo, passando de 101 para 503 estabelecimentos” (*Ibidem*), enquanto 704 eram controlados diretamente por proprietários, atingindo quase que um equilíbrio entre as duas formas de acesso à terra (*ibidem*).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a produção de laranjas em Nova Iguaçu entrou em crise por conta das dificuldades de exportação, seguida da praga da *fumagina* no pós guerra e, posteriormente, em virtude da inflação e valorização das terras. Dessa forma, muitos chacareiros desistiram de seus arrendamentos, assim como os proprietários de pequenas chácaras decidiram vender seus estabelecimentos, loteando suas terras por meio de companhias imobiliárias, responsáveis pelas operações de vendas (SOUZA, 1993).

Esta opção se encaixa numa conjuntura de transformações do Rio de Janeiro, muito específica. Trata-se de um período de acelerado crescimento populacional da cidade, devido às migrações. A população da cidade que era de 1.764.141 habitantes em 1940, passou para 2.377.829 habitantes em 1950 (...), tendo crescido (...) 34,8% (...). Entre 1940/50, 392.829 pessoas migraram para o Rio, o que correspondeu a 68,5% do aumento líquido da cidade neste período (...) Grande parte dessa massa de migrantes (...) instalou-se nas áreas suburbanas mais distantes e nos municípios vizinhos, única alternativa para quem chegava na cidade sem nenhum recurso (PECHMAN, 1987, p. 109).

Em apenas dez anos, alguns municípios da Baixada, como Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, mais do que dobraram suas populações – um aumento populacional de 161%, 105%, 145% e 141%, respectivamente, entre 1950 e 1960 (PECHMAN, 1987). Segundo Souza (1993), em Nova Iguaçu, entre 1941 e 1945, registraram-se seis vezes mais loteamentos do que entre 1926 e 1940, quando houve o registro de três loteamentos. Dentro dessa tendência, a paisagem rural desses municípios também se altera. Frente à decadência da produção citrícola, em 1950, proprietários deixaram de arrendar terras, havendo diminuição no número de arrendamentos, somando 241 estabelecimentos (em contraste com os 503 da década anterior), enquanto os estabelecimentos dirigidos diretamente por proprietários passaram para 1.289 (em contraste com os 704 da década anterior) (*Ibidem*). Essas mudanças ocorreram de maneira concomitante com um processo de expansão de propriedades.

Note-se a articulação entre as dificuldades de exportação, para a qual a produção estava voltada, e a valorização de alguns imóveis face à abertura do tráfego da Rodovia Presidente Dutra em 1951. Fazendeiros estenderam suas propriedades, comprando outras, contíguas ou não. Geiger e Mesquita assinalam uma provável articulação entre a expansão dessas propriedades, nos anos 1950, e a possibilidade de conversão das terras em loteamentos, indicando que o preço da terra em área de cultura de laranja variava independentemente das condições de qualidade do solo, em função da localização do imóvel, tendo em vista um futuro loteamento (SOUZA, 1993, p. 216).

Nesse mesmo período, estava em curso um grande número de dispensas de trabalhadores: entre os anos de 1950 e 1960, em Nova Iguaçu, segundo dados do IBGE, 97,9% de parceiros¹⁴⁴ foram dispensados, bem como 85,3% de trabalhadores temporários e 31,1% de permanentes (GRYNSZPAN, 1987). Observa-se, portanto, que a crescente urbanização de Nova Iguaçu coexistiu com um processo de concentração fundiária, implicando em mudanças da organização social local (SOUZA, 1993)¹⁴⁵.

Como podemos observar, os investimentos estatais nas obras de saneamento apresentadas no tópico anterior, acabaram não representando um incentivo à produção agrícola. Pelo contrário, “devido ao pouco obstáculo que ofereciam à expansão urbana”, pontua Pechman (1987, p. 111), “o predomínio da grande propriedade na região, devido à aquisição de muitas porções de terras por capitalistas ou mesmo como herança da estrutura fundiária passada, também facilitou a intensificação da especulação imobiliária”. A valorização de terras e especulação, ocorridas ao longo dessas décadas foi fator decisivo para provocar intensos conflitos fundiários na Baixada (GRYNSZPAN, 1987). Até os anos de 1950, a “febre” do loteamento ainda se fazia presente, conforme podemos observar em apontamentos de estudos feitos nessa mesma década:

O loteamento é hoje certamente a atividade mais lucrativa na esfera rural da Baixada da Guanabara. O fenômeno de loteamento e construção de bairros residenciais na periferia das grandes cidades da Baixada leva ao desaparecimento de espaços vazios entre os diversos bairros e entre estes e as cidades vizinhas, muitas vezes, à custa da destruição de lavouras. (...) O loteamento não se prende somente aos trabalhos urbanos, mas também ao aumento do turismo causado pela elevação do nível de vida nas cidades. (...) É de se notar que as terras saneadas pelo governo na Baixada, com o objetivo de melhorar as condições da lavoura de abastecimento da capital, foram muito valorizadas pela possibilidade de também serem loteadas, o que aliás tem acontecido (GEIGER; SANTOS, 1954, pgs. 304 e 305).

Com efeito, as políticas de saneamento na Baixada Fluminense no contexto do Governo Provisório e do Estado Novo varguista foram acompanhadas por outra política governamental, as políticas de colonização.

2.3.3 – Núcleos de colonização e indefinição de posse da terra

Podemos dizer que o arco de 30 anos, entre 1930 até 1960, corresponde ao primeiro ciclo de colonização oficial republicana no Brasil¹⁴⁶. Nesse período, a União buscou implementar um amplo projeto de colonização rumo à região Centro-Oeste do país.

¹⁴⁴ Cabe destacar que, diferentemente dos arrendatários, mencionados anteriormente (que têm a terra cedida mediante a pagamento em dinheiro, suportando exclusivamente os riscos do empreendimento), os parceiros, por outro lado, tanto o parceiro quanto o proprietário suportam os riscos do empreendimento e dividem entre si os frutos e lucros, conforme estabelecido em contrato. Na maior parte dos casos, os contratos de parceria eram verbais.

¹⁴⁵ No cenário nacional, de 1950 a 1960, houve também um processo de concentração fundiária. Analisando as diferenças territoriais entre grandes e pequenas propriedades, Dreifuss assinala que “o número de grandes propriedades baixou de 2,3% do total de estabelecimentos agrícolas para 0,98%. Assim mesmo, esses últimos controlavam até 47,29% da terra ao passo que 10,4% dos estabelecimentos agrícolas controlavam 79,9% da terra” (DREIFUSS, 1981, p. 60).

¹⁴⁶ O segundo ciclo de colonização responde pela colonização em áreas da Amazônia brasileira pela ditadura empresarial-militar (SILVA, 2017). Segundo Alves (1984, p. 49), o General Golbery, em sua obra *Conjuntura Política Nacional*, formulava uma concepção de desenvolvimento infra estrutural do país por meio de ocupação de terras “inaproveitadas” ou “despovoadas”, que poderiam servir como “via de penetração” em caso de guerra total. Uma das frentes de povoamento, deveria se dar com estímulos que visassem “impulsionar o avanço para o

Não nos cabe analisar a política de colonização rumo ao Centro-Oeste nesse período¹⁴⁷, mas sim como essa política se deu na Baixada Fluminense na mesma época. “A colonização da parte meridional da Baixada Fluminense (...), acoplada ao saneamento, no âmbito da depressão econômica dos anos 30, com a elevação do desemprego no Rio de Janeiro, constitui-se em uma das ações relevantes da primeira metade do período Vargas” (AREZZO *apud* NEVES, 2013, p. 119). Coube, até 1934, ao Ministério do Trabalho a responsabilidade pela implementação dessa política. Posteriormente, o Ministério da Agricultura passou a ser responsável e, a partir de 1938, a Divisão de Terras e Colonização (DTC), setor específico daquele Ministério¹⁴⁸. Finalmente, no ano de 1952, a direção passou ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) (SILVA, 2017)¹⁴⁹.

Como veremos no capítulo seguinte, os camponeses da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa irão recorrer a esses órgãos, principalmente o DTC e INIC, para evitar despejos e apresentar demandas. A principal delas, e também a principal argumentação para desapropriação favorável aos posseiros, vai no sentido de que as terras em disputa nas fazendas Santo Antônio do Mato, Limeira e São Pedro eram parte da Fazenda Nacional de Santa Cruz, que dispunha, desde 11 de março de 1930, de um centro agrícola, criado pelo decreto nº 19.133. Conforme assinalado por Delma Neves (2013), desde séculos antes, houve diversos problemas para a administração colonial – que havia recolhido o patrimônio fundiário e arquitetônico acumulado pelos jesuítas na Fazenda de Santa Cruz¹⁵⁰, no contexto da expulsão da companhia de Jesus (1759). “Todos os estudiosos desse processo ressaltam os altos e baixos da administração da fazenda, instabilidade na gestão que explicam a perda de parte do patrimônio por invasões, usurpações e grilagens” (*Ibidem*, p. 107). Portanto, desde tempos remotos, a situação jurídica da fazenda, no que diz respeito aos seus limites territoriais, era problemática. De toda maneira, na década de 1940, a Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC) respondia pelo, até então, maior projeto agrícola no município do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

A instalação do Núcleo Colonial de Santa Cruz data de 30 de março de 1930, quando aí foram se localizando 230 pessoas (entre os colonos e suas famílias) para a exploração intensiva de uma área de 37Km² da

noroeste [Amazônia] da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península Centro-Oeste no todo ecumênico brasileiro”.

¹⁴⁷ Essas políticas, de maneira semelhante ao que se daria na ditadura de 1964, se fundamentavam em ideologias nacionalistas, onde, “as regiões interiorizadas do país, então instrumentalmente consideradas *espaços vazios*, tornaram-se nesses termos preocupação de governantes e ideólogos do Estado, que, em seus escritos e discursos, enfatizavam a ameaça da imigração e a introdução de ideologias *nocivas* à nação. O temor de invasões internacionais, (...) impunha a necessidade de defender os interesses nacionais dos ditos *espaços vazios*, antes de uma possível invasão estrangeira” (MARIN; NEVES, 2013, p. 9, grifos dos autores).

¹⁴⁸ Essa mudança de instituição para tratar de assuntos relacionados às políticas de colonização se dá na medida em que deixa de estar ligada, aos olhos do Estado, a uma questão trabalhista, no início da década de 1930, passando a estar relacionada à ocupação de territórios no fim dessa década.

¹⁴⁹ O Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), foi criado pela lei 2.163, de 05/01/1954. Cabia a ele traçar e executar o programa nacional de colonização, sendo responsável pela implementação de Núcleos de Colonização.

¹⁵⁰ Neves (2013) explica que a bibliografia que se debruçou a respeito dos percursos administrativos e econômicos da Fazenda de Santa Cruz para Fazenda Real de Santa Cruz (no período imperial) e Fazenda Nacional de Santa Cruz (no período republicano) “está caracterizada por um modelo de apresentação histórica sem muitas variações interpretativas. Portanto, uma mesma versão é aceita e reproduzida, variando aqui e ali pela agregação de pequenas outras informações” (*Ibidem*). Diante dessas limitações, Neves apresenta, a partir de leituras de informações sistematizadas por Veríssimo, breve origem da fazenda: “A Fazenda Nacional de Santa Cruz teve origem em sesmaria doada em 1567 a Cristóvão Monteiro, primeiro Ouvidor-Mor do Rio de Janeiro. A ocupação efetiva da região iniciou-se com a doação de uma parte desta sesmaria, com duas léguas de extensão, feita pela viúva de Cristóvão Monteiro aos padres Jesuítas em 1589. Os padres, através de várias aquisições posteriores, lograram de ampliar os limites desta área – denominada Fazenda de Santa Cruz – até alcançar uma área de 4 léguas de largura e 10 léguas de extensão” (VERÍSSIMO *apud* NEVES, 2013, pgs 107-108).

antiga Fazenda de Santa Cruz, na parte hoje correspondente do município de Itaguaí. (...) Na proporção em que as terras iam sendo beneficiadas com as obras de saneamento e com a abertura de estradas, eram os lotes, de cerca de dez hectares, entregues aos colonos pelo preço de 10:000\$00. Formalmente, o pagamento deveria ser feito no prazo de dez anos, começando o ocupante a indenizar o governo, a partir do terceiro ano de posse (...). Em 1937, a produção agrícola do núcleo se destacava, especialmente a exportada para o Distrito Federal. No ano imediato, graças à iniciativa do ministro Fernando Costa, que fez instalar colonos destinados à horticultura em uma área de 1.175 ha até então abandonada, a produção do núcleo passou a crescer em ritmo *animado*. Em 1941, a área total do núcleo, ocupada por 3.885 habitantes, era de 3.279 ha, tendo sido construídas, pelo governo, 214 casas (NEVES, 2013, p. 125; grifos do original).

De acordo com Henrique Silva (2017), a modalidade de colonização implantada na FNSC respondia por uma política de “ocupação e distribuição de lotes para pequenos agricultores. Estes lotes em conjunto formam glebas, onde a interferência do Estado se dá de forma mais direta e abrangente através de auxílio técnico na plantação e distribuição, atuando também em níveis educacionais e médicos” (SILVA, 2017, p. 18). Os 49.096 hectares do Núcleo Colonial de Santa Cruz (NCSC) (localizado na FNSC) não foram adquiridos de uma só vez, como exposto acima, mas expandiram-se ao longo dos anos, acelerando-se na década de 1940. “Considerando-se 1940 como o ano de início da colonização oficial, ter-se-á, em média, um crescimento de 4.000 hectares por ano, nestes 12 anos, e, considerando-se um colono por 10 hectares, ter-se-á um acréscimo de 400 proprietários por ano” (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 154). A Presidência da República determinou que a ocupação dos núcleos de colonização seria realizada por edital publicado no Diário Oficial da União, com divulgação em jornais de grande circulação e rádios (SILVA, 2017). A seleção privilegiava aqueles que tivessem famílias numerosas, com seus membros em idade ativa. Além do NCSC, diversos outros núcleos de colonização foram implementados na Baixada Fluminense no mesmo período:

Aos apelos de um melhor aproveitamento da Baixada, o governo organizou certo número de colônias agrícolas que ocupam um total apreciável de 49.096 hectares, sendo a mais importante a de Santa Cruz com 19.140 hectares. Segue-se de São Bento (4.596 hectares) e Tinguá (3.105 hectares) e uma muito pequena, a de Duque de Caxias. Atualmente encontram-se em organização a colônia de Papucaia de 13.792 hectares na estrada de Friburgo no município de Cachoeiras de Macacu e a de Macaé (7.931 hectares) ao norte desta cidade, em grande parte situada na planície do rio do mesmo nome (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 153).

O NCSC foi concebido para atuar como peça-chave no processo de integração espacial da região de Santa Cruz (zona Oeste do município do Rio de Janeiro) e Itaguaí para abastecer o mercado interno carioca. “Um primeiro motivo para o qual se destinaria a política de colonização e o NCSC, em específico, seria na tentativa de fornecer gêneros agrícolas em maior quantidade e menor valor” (SILVA, 2017, p.43). Se, por um lado, o projeto de colonização implementado na FNSC, logrou notória produtividade, com “rendimentos de suas plantações [que] foram dignos de nota em pesquisas internacionais” (*Ibidem*, pgs. 19 e 20), a FNSC passava por enormes problemas de indefinição jurídica.

Na avaliação de Geiger e Mesquita (1956), um fator que favorecia “o abandono e a especulação¹⁵¹” era decorrência da “não cobrança das prestações devidas pela terra, [que] depois dos 3 anos” (*Ibidem*, p.156), que, na opinião dos autores, era uma “facilidade perniciosa”. Neves (2013), por outro lado, levanta a hipótese que a própria falta de registro expressa a institucionalização da relativa autonomia dos agricultores, sob a condição de colonos.

Quero aqui ressaltar que o ideário de colonização no Estado Novo foi crença ideológica fundamental para legitimar, naquele contexto, a migração, a ruptura com tutelas paternalistas diante de grandes proprietários e a negação de vínculos como colonos-parceiros ou moradores. Complementarmente, os sistemas de crenças inculcados pela propaganda governamental nutriram, principalmente, o sonho de conquista de autonomia de alcance de melhores condições básicas de vida para as famílias de muitos agricultores. Por significativa adesão, eles terminaram por pressionar o cumprimento de boa parte dessas promessas (NEVES, 2013, p. 106).

De acordo com Silva (2017), a Superintendência da FNESC passava por um imenso *imbróglio* jurídico a respeito de seus limites e quem por lá estava ocupando. Ao longo da Primeira República, a fazenda parecia abranger 1.862,5 km², abrigando em torno de 874 foreiros e 476 arrendatários¹⁵². Pouco se sabia a respeito de “quem exatamente eram os foreiros, em sua totalidade, que ocupavam a fazenda, assim como seus débitos e pagamentos, e, igualmente a dimensão dessas terras” (*Ibidem*, p. 20).

Tais imprecisões, somadas à venda, transferência e oito despachos legislativos entre circulares, leis e decretos, compuseram o ambiente da indefinição jurídica das terras da Fazenda de Santa Cruz na primeira república. Além disso, os jornais noticiavam as constantes investigações e comissões de averiguação das atividades dos superintendentes e de servidores que no exercício do seu cargo privilegiavam ou preteriam foreiros e arrendatários conforme suas vontades particulares (SILVA, 2017, p. 40).

Esse *imbróglio* jurídico também se verificou em outros núcleos de colonização, com implementação contemporânea ao NCSC, favorecendo também o abandono de lotes e especulação imobiliária. Em 1931, o periódico *O Jornal* noticiava que na parte da FNESC situada em Itaguaí a grilagem era recorrente para a criação de gado. “Diziam que, com a conivência do cartório local, passavam escrituras de vendas de sítios e fazendas sem quaisquer formalidades legais, para transformá-las em campos de internada de gado para engorda” (SILVA, 2017, p. 42).

Essa disputa legal em torno do espaço da Fazenda Nacional de Santa Cruz – que teve também desdobramentos com disputas armadas e violentas – se deflagrou de forma semelhante mais ao norte, em Nova Iguaçu, em uma região que hoje se situa na divisa desse município com

¹⁵¹ Este abandono e especulação, pontuam Geiger e Mesquita, era mais observada na Colônia de São Bento, em Duque de Caxias.

¹⁵² Foreiro é aquele que tem uma relação de arrendamento com o arrendatário de uma gleba que, por sua vez, celebra uma relação de arrendamento com o proprietário desta, isto é, tendo a terra cedida mediante a pagamento em dinheiro e suportando exclusivamente os riscos do empreendimento agrícola em questão. A relação do foreiro (ou subarrendatário) com o arrendatário é basicamente a mesma entre o arrendatário e o proprietário. Ou seja, algo irregular para um núcleo de colonização, como é o caso da NCSC.

o município de Japeri. Situação essa que é central nos conflitos de terra que nos aprofundamos no presente trabalho.

3 – DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS EM PEDRA LISA: POSSEIROS, MEDIADORES, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

No dia 23 de julho de 1951, Mário Araújo Salgado, chefe da Seção de Ordem Social do DOPS – que era ligado à Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro – dirigiu-se para Queimados, então distrito de Nova Iguaçu, junto com o administrador das Fazendas Reunidas Normandia. Ele estava investigando uma denúncia de que indivíduos estariam “distribuindo terras alheias, fazendo propaganda de caráter comunista”¹⁵³. O investigador e o administrador da fazenda encontraram uma reunião em frente a um terreiro de uma casa, onde havia de 10 a 12 homens¹⁵⁴, cuja finalidade era a distribuição de terras, “por ordem do vereador de Nova Iguaçu, Byron Dore de Almeida”¹⁵⁵. Entrando na reunião, o investigador exige que um dos participantes lhe apresente seu documento de identidade e ele diz que não dará seu nome, “ainda mais para um polícia”. Assim, o investigador lhe dá ordem de prisão. Reagindo, esse participante recua, fazendo um gesto indicando que sacará uma arma. Intimidado, o investigador dispensa a ordem de prisão e os participantes da reunião então é que exigem que o próprio investigador apresente sua identidade, alegando que ele vai se entender com o vereador Byron, responsável pela distribuição de terras. Acuados e assustados, o investigador e o administrador fogem¹⁵⁶.

Dois anos após esta ocorrência, o vereador presta um depoimento na DOPS dizendo que conhecia as terras da Companhia Fazenda Reunidas Normandia e que elas eram, na verdade, da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC) e estavam localizadas “entre São Pedro, Rio D’Ouro e Caramujo, desde o 3º até o 6º distrito do município de Nova Iguaçu”¹⁵⁷. Muito provavelmente os posseiros que foram se instalando por meio desse processo de distribuição de terras tinham procurado Pedra Lisa por conta da própria política de colonização que estava sendo implementada nesse período, conforme discutimos no tópico anterior. Partimos da hipótese de que as disputas pelas terras das fazendas Santo Antônio do Mato, Limeira e São Pedro – travadas em torno da argumentação de que estas faziam parte da FNSC – caminhava lado a lado de uma enorme quantidade de requerimentos de lavradores para serem incluídos nos núcleos coloniais. Esses dois fatores combinados podem ter sido responsáveis por um grande impulso desse movimento de famílias em busca de terras que estavam sendo distribuídas em Pedra Lisa. Os dados apresentados por Pedro Geiger e Myriam Mesquita sobre o núcleo colonial de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, podem ser um indício dessa procura por inclusão em núcleos coloniais situados em regiões próximas da então capital federal:

A existência da “fome” de terras por parte dos lavradores é provada com os seguintes fatos: na sede da colônia Papucaia existem 1.500 requerimentos para lotes e no Ministério da Agricultura mais de 4.500, não sendo mais numerosos por não serem mais recebidos. Alguns pedidos datam de 6 anos, e até de Araçatuba vieram famílias de japoneses para pedir terra (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 153).

O próprio vereador tinha conhecimento de que as terras estavam sendo ocupadas pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa¹⁵⁸ e que ajudava, de fato, tanto na

¹⁵³ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Byron Dore de Almeida, notação 15.130.

¹⁵⁴ APERJ; Coleção Polícia Política, série Estados, notação 20-A, folha 258.

¹⁵⁵ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Byron Dore de Almeida, notação 15.130.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ Consta como “Sociedade de Lavradores e Posseiros de Nova Iguaçu” no documento (APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Byron Dore de Almeida, notação 15.130). Entretanto, deduzimos que se trata da

distribuição de benfeitorias nessas terras, quanto na estrutura legal para o reconhecimento em âmbito municipal do Sindicato dos Empregados Rurais de Nova Iguaçu¹⁵⁹, articulando-se diretamente com o Ministro do Trabalho¹⁶⁰. Tramitava no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma petição, com mais de cem signatários camponeses, para a desapropriação dessas terras em seu benefício. Byron dizia que era esse o caminho legal para a desapropriação, articulada por ele mesmo¹⁶¹. Evidentemente, a articulação entre a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa com esse parlamentar seria capaz de abrir portas no sentido de ampliar sua atuação política institucional. Entretanto, a articulação entre a entidade e o meio institucional não se esgota somente com o vereador Byron.

Há relatos de reuniões para resolução de conflitos dos posseiros com o Governador Miguel Couto Filho, por intermédio do jornal do PCB, *Imprensa Popular* (10/03/1956); de diversas visitas do governador Roberto Silveira a Pedra Lisa (de acordo com diversos relatos que coletamos e muitas fontes jornalísticas); de reuniões com representantes do INIC (*Imprensa Popular*, 18/08/1956); com o Ministro da Agricultura (*Última Hora*, 21/02/1957); com o Ministro do Trabalho João Goulart¹⁶²; com o presidente da Assembleia Legislativa (*Luta Democrática*, 11/06/1959) e até mesmo com o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) (SILVA, 2008). Tal articulação levou a fazendeira Doquézia Paes Leme – que disputava o reconhecimento de posse de terras da Fazenda São Pedro com os posseiros da associação de Pedra Lisa –, a concluir, em depoimento para a polícia:

Da forma como se apresentam e estão agindo, demonstram claramente obedecer a uma orientação oculta, cuja finalidade é a de apossar-se da propriedade alheia, para distribuí-la entre os seus associados e adeptos, plano que constitui verdadeira subversão da ordem jurídica e social vigente¹⁶³.

A respeito da hipótese de Doquézia, podemos reelaborá-la no seguinte sentido: para Eric Wolf (1984), a presença de um poder externo no qual o camponês possa confiar, a fim de desafiar o poder que os constrange, se coloca enquanto um fator decisivo que torna possível a rebelião camponesa. Desde sua fundação, talvez até mesmo em um período anterior de constituição de sua base social, a Sociedade de Lavradores e Posseiros já dispunha de mediadores importantes e laços diretos com o PCB (através de Bráulio Rodrigues que, além de ser filiado, também se ligava com uma estrutura sindical em Petrópolis que, por sua vez, era também ligada a esse partido¹⁶⁴), e também indiretos, via PSD, através de Dionísio Bassi e também com o PTB, por meio de Byron Dore de Almeida, mencionado anteriormente. A importância da compreensão dessas relações entre movimento social e agentes do Estado, pontuam Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011), vai no sentido de mapear e compreender

Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa por conta dos conflitos em que tal associação esteve envolvida com a Fazenda Reunidas Normandia. Além disso, não há nenhuma outra referência da existência de uma “Sociedade de Lavradores e Posseiros de Nova Iguaçu”. Portanto, trata-se provavelmente de um erro de digitação.¹⁵⁹ Chama a atenção a intenção de estruturar um sindicato de trabalhadores rurais em 1953. No documento, Byron diz que estaria à frente da estrutura legal do sindicato para que ele fosse reconhecido pelo Ministro do Trabalho. Talvez possa ser um erro do próprio digitador da polícia, por não compreender o que o vereador falou no depoimento, ou podemos também supor que Byron se estivesse querendo dizer que lutava pela regulamentação do sindicalismo no campo, até então inexistente.

¹⁶⁰ Até esse momento, José de Segadas Vianna ocupava o cargo, sendo sucedido por João Goulart em 17/06/1953.

¹⁶¹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Byron Dore de Almeida, notação 15.130.

¹⁶² 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Erotildes Pimentel Vianna em 19/08/1953 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

¹⁶³ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Doquézia Paes Leme em 16/01/1954 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

¹⁶⁴ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

se esses indivíduos que ocupam cargos estatais poderiam, inclusive, ser membros de determinado movimento. Ao que tudo indica, o ponto médio entre o cargo estatal desses parlamentares com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa não eram os partidos em que estavam formalmente representando na câmara municipal, mas o PCB, que estava com registro cassado, mas que agia clandestinamente (na época, o PCB, em clandestinidade, elegia seus quadros políticos por meio de partidos “oficiais”, em especial o PTB).

Ao mesmo tempo, desde 1953, como assinalado no tópico 2.1, o PCB vinha se movimentando para a fundação de uma entidade nacional de trabalhadores agrícolas, desembocando na criação da ULTAB em 1954. Mais tarde, em 1958, o Comitê Central do PCB adota uma resolução que coloca a reforma agrária como bandeira central do partido, “entendida como a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho” (MEDEIROS, 1989, p. 53). A ação desse partido em torno dos movimentos camponeses na década de 1950, portanto, deve ser compreendida à luz desses acontecimentos.

De toda maneira, no que diz respeito ao PCB e aos demais mediadores, constata-se a importância decisiva na constituição das relações com estruturas mais amplas de poder. Ao analisar a participação do campesinato em diversos processos revolucionários ao longo do século XX, Wolf conclui:

Em última análise, o fator decisivo que torna possível uma rebelião camponesa, está na relação do campesinato com o campo do poder que o circunda. Uma rebelião não pode partir de uma condição de impotência completa; os fracos são vítimas fáceis. (...) É improvável que o camponês pobre e o lavrador sem-terra tomem o partido da rebelião, *a não ser que* possam confiar em um poder externo para desafiar o poder que os constrange (WOLF, 1984, p. 347-348; grifos do autor).

Não estamos aqui postulando uma suposta incapacidade dos posseiros e de outras categorias de trabalhadores rurais que se associavam com a Sociedade, de organizarem formas de ação política coletiva de maneira eficaz entre si. Muito pelo contrário: a capacidade de articulação dos próprios agentes locais será descrita com detalhamento nesse e nos próximos capítulos. Mas o que é importante de se destacar, neste momento, é a importância da atuação dos mediadores com esses trabalhadores. Juntos, suas ações políticas tornam-se mais eficazes.

Dessa maneira, o objetivo deste capítulo será discutir as características dos principais atores envolvidos nos conflitos que foram deflagrados na década de 1950 na Região de Pedra Lisa, em decorrência da conjunção dos fatores discutidos no capítulo anterior.

3.1 – Lavradores Associados: Posseiros, Meeiros e Lideranças Camponesas

Como mencionado anteriormente, havia grande diversidade de categorias camponesas que ocupavam a Região de Pedra Lisa. Referimo-nos aqui a posseiros, categoria de trabalhadores rurais não proprietários, buscando melhores condições de vida através do acesso à posse da terra, ocupando terras devolutas; meeiros, que já trabalhavam a “meia” na Fazenda São Pedro e que, em momento posterior, se inseriram nos conflitos ao lado dos posseiros e, por fim, aos assalariados rurais, que em um momento de auge de representatividade da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, passaram a também se organizar na entidade, quando ela troca de nome para Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu, em 1960.

Não dispomos de maiores detalhes a respeito da inserção dos assalariados agrícolas, mas podemos supor que se tratava de um contexto de crescimento não só da associação, mas também da FALERJ, fundada no ano anterior. Assim, é bem provável que a abrangência da associação,

passando a representar trabalhadores rurais de todo o município, exprimisse passos no sentido de constituir um sindicato de trabalhadores rurais, uma vez que a associação fez a requisição de carta sindical em 1963¹⁶⁵. Quanto à adesão dos meeiros à associação, esse processo se deu entre 1953 e 1959, em meio às disputas pela Fazenda São Pedro, cujos detalhes serão explicados no tópico 4.2. O sentido que parece ter sido mais atribuído a essa diversidade de trabalhadores rurais na região, na época, era o de lavrador, termo que capaz de se referir a essa abrangência de categorias. Não é incomum encontrar o termo camponês em notícias jornalísticas, que utilizavam relatos de moradores da região para também se referir a essa diversidade de categorias do trabalho no campo. Ambas as categorias acabavam por expressar uma identidade de trabalho no campo com acesso à terra, com conotação política, referente à necessidade de organizar-se conjuntamente.

De toda maneira, os conflitos ocorridos entre os posseiros e os pretensos proprietários se manifestavam de diversas maneiras: da luta judicial e negociação política com autoridades estatais, até a deflagração de conflitos armados, ações que eram entendidas pelos lavradores como formas de autodefesa. Em 1954, em meio à intensificação dos conflitos, na entrada da região havia uma tabuleta onde se lia: “Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palma de chão roubado há de custar a vida de todos nós” (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p. 8). Não por acaso, a região foi qualificada pelo subdelegado por ela responsável como “zona conflagrada” (GRYNSZPAN, 1987). A ação da Sociedade foi para além dos limites municipais, levando os camponeses de Pedra Lisa a prestarem apoio aos lavradores do Núcleo Agrícola de Santa Alice, em Itaguaí, e na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, também em conflitos armados. Nesse momento, tudo isso já ocorria sob articulação da FALERJ (MEDEIROS, org., 2018).

Para além da resistência armada contra despejos, outras estratégias de resistência para manter a posse da terra eram acionadas pelos lavradores. Foram constantes as mobilizações para pressionar o governo estadual. Ao longo dos anos de 1950 até o início da ditadura empresarial-militar, eram comuns idas a Niterói, com um grande número de lavradores, a fim de forçar ações em defesa dos posseiros. Isso só era possível porque a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa dispunha de advogados¹⁶⁶ e outras redes de apoio. Outras associações de trabalhadores rurais na Baixada, conforme Marcelo Hernandez (2010), dispunham de advogados, cujo argumento jurídico “para regularizar a propriedade da terra foi o de usucapião. No entanto, dadas suas dificuldades de comprovação e as facilidades de refutação por parte dos grileiros (...) o usucapião não se mostrou uma estratégia eficaz de regularização da propriedade” (*Ibidem*, 164), mas poderia garantir por algum tempo a permanência na terra.

De toda maneira, para além dos laços já mencionados com o PCB, que, além de organizar alguns dos lavradores, como Bráulio Rodrigues e Vantuil Lacerda, também dispunha de parlamentares eleitos pelo PTB e PSD, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa também se articulava com diversos sindicatos¹⁶⁷ (SILVA, 2008) e com funcionários públicos,

¹⁶⁵ Conforme mencionado no capítulo anterior, em entrevista que Bráulio Rodrigues concedeu no início da década de 1980 para Frederico Araújo (1982), dois sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados em Nova Iguaçu. Aparentemente, um pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e outro por um “racha” da associação que passou a ser denominado como “sindicato de Japeri”. Detalhes serão apresentados no capítulo 4.

¹⁶⁶ Nome que aparece em algumas referências jornalísticas e documentais, a título de exemplo, é o do Dr. Eckel Lemos (ou Haeckel, de acordo com *O Globo*, 10/07/1953, ou Ecker, conforme escrito em outros documentos) que “não era propriamente advogado da ‘Associação’, mas qualquer caso que a dita associação tivesse, ele advogaria”, de acordo com o 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Doquezia Pinheiro Ferreira Paes Leme em 09/07/1953 (Acervo de Doquezia Paes Leme; Anexo B II).

¹⁶⁷ Entre eles, o Sindicato dos Empregados Rurais do Estado do Rio de Janeiro (7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Erotildes Pimentel Vianna em 19/08/1953); o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (SILVA, 2008, p.39) e o Sindicato dos Tecelões de Petrópolis (*Ibidem*, p.40). Posteriormente, a Sociedade se articulava também com o Sindicato da Petrobrás.

que ajudavam a associação em diversas funções, desde articulação política com autoridades do Estado até a demarcação de terras¹⁶⁸ e mobilização de camponeses para ocupação de terras devolutas que estavam sendo distribuídas com apoio de parlamentares e outras autoridades¹⁶⁹.

Os posseiros que se instalaram em Pedra Lisa ao longo dos anos de 1940 até o início da ditadura empresarial-militar – período que a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa distribuía terras – têm origens principalmente do interior do estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e para lá foram pelos mais diferentes motivos, em busca por melhores condições de vida. Sua chegada responde por um período de intensa migração na Baixada Fluminense entre 1950-1960. Cabe assinalar que esse fluxo migratório foi precedido por um período de intensa migração rural em Nova Iguaçu, devido a salários mais altos para trabalhadores rurais assalariados (SOUZA, 1993).

De acordo com os censos demográficos de 1950 e 1960, Frederico Araújo (1982) indica que “para um crescimento populacional no estado de 48%, entre 1950 e 1960, a Baixada da Guanabara deu um salto de 137%. Mas, dos seus 1.512.367 habitantes, apenas 21% viviam no espaço rural” (*Ibidem*, p. 168). Entretanto, a linha que separa a população “rural” e “urbana” nesse contexto de transformação espacial pode ser problematizada, uma vez que, conforme pontua o autor, no ano de 1960 havia “245.409 lavradores sem propriedade no estado, 29.290 na Baixada da Guanabara e 21.900 na ‘área de conflitos’” (*Ibidem*, p. 172). Araújo aponta também indícios de que esses parâmetros excessivamente altos não são capazes de explicar esse fenômeno, “pois grande parte da população computada como urbana, na maioria recém chegada do campo, também pressionava por terra. Alguns depoimentos por mim tomados, inclusive, explicitaram a participação deste grupo no movimento dos lavradores” (*Ibidem*, p. 172).

Em meio a esse contexto de migrações rurais e “semirurais”, no caso específico de Pedra Lisa, aparentemente, diante de diversos relatos que colhemos em entrevistas, a notícia de distribuição de terras “que não são de ninguém” corria no “boca a boca”. Entretanto, para além dos motivos particulares, havia também um elemento conjuntural que propiciou diversos processos migratórios, calcados no ideário de colonização, inclusive em áreas contíguas de núcleos de colonização já implementados (NEVES, 2013).

O governo federal, ao assumir o controle de áreas onde delimitou os núcleos coloniais, também estimulou muitas investidas de apropriação por posse nas áreas do entorno das que foram definidas para a implantação daquele programa de colonização. Enfim, havia um clima político propício para embalar sonhos de apropriação (oficialmente concedida) de terra para instalação de famílias de agricultores, para a circulação de rumores quanto aos modos da respectiva realização (NEVES, 2018, p.288).

Em incursões a campo, foram obtidos relatos de chegada de posseiros desde a década de 1930, quando a localidade ainda era chamada “Pedra do Esquisito”, ao invés de Pedra Lisa. Acreditamos que esse elemento conjuntural, apontado por Delma Neves, tenha se estendido para além de fins da década de 1940. No caso de Pedra Lisa, isso se deu na medida em que se

¹⁶⁸ Por iniciativa do advogado Eckel Lemos, o então presidente da associação se encontrou com o Ministro do Trabalho, João Goulart, por intermédio de Miguel Gonçalves e Penalva Santos, servidores do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Erotildes, presidente da associação, foi ao encontro do então ministro junto de Miguel Gonçalves e do guarda florestal José Cristino dos Reis (7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Erotildes Pimentel Vianna em 19/08/1953, Acervo de Doquécia Paes Leme; Anexo B II). José Cristino dos Reis, guarda florestal da região, exercia o cargo de fiscal na associação (7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Erotildes Pimentel Vianna em 29/06/1953).

¹⁶⁹ Por exemplo, o procurador Diamantino Teixeira ajudava a associação na tarefa de mobilização (*O Globo*, 10/07/1953 em reportagem “Agitação em Nova Iguaçu”, página desconhecida).

desenrolava a disputa por reconhecimento de que as terras em questão faziam parte da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Com efeito, o envolvimento de uma associação que crescia em número de associados e também de dois mandatos parlamentares nessa disputa ampliou o alcance da informação de distribuição de terras para fins de colonização na região – ainda que, de fato, um núcleo de colonização não estivesse sendo oficialmente implementado na área.

De acordo com Sheila Copello (1983), a ocupação em Pedra Lisa chegou a abrigar cerca de 140 famílias em 1946, tendo a entrada e saída dos lavradores regulada por uma comissão formada pelos que ali viviam e trabalhavam, concedendo lotes de três a cinco hectares (SILVA, 2008). As famílias de posseiros que por lá começavam a ocupar terras eram oriundas de áreas rurais, “de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, como Campos, Casimiro de Abreu, Itaguaí, ou ainda oriundos de outros estados, principalmente Minas Gerais” (COPELLO, 1983, p. 26). Em 1957, o jornal *Voz Operária* descreve brevemente o perfil dos lavradores:

Hoje, Pedra Lisa, figura entre as poucas localidades de Nova Iguaçu, que ainda possuem apreciável produção agrícola. As 1.500 famílias de trabalhadores do Norte¹⁷⁰, de Minas, do Espírito Santo¹⁷¹ e de outras partes do interior fluminense que para ali ocorrem diariamente estão produzindo toneladas e toneladas de aipim, inhame, tomates, verduras, laranjas, bananas, mamão e até arroz. Trinta japoneses chegados há alguns anos, com a sua adiantada experiência e técnica agrícola, contribuíram para que os roceiros locais melhorassem seus métodos e diversificassem a produção (*Voz Operária*, 27/07/1957, p.10).

Inseridos nesse perfil de migrantes demandantes por terra na região, entre os oriundos de Itaguaí, vieram também japoneses, provenientes da primeira colônia japonesa no Rio de Janeiro, em Santa Cruz¹⁷². Tendo chegado por lá a partir da década de 1940, até 1957, 30 japoneses formaram uma colônia japonesa, com uma associação própria. Entre eles, “um pequeno grupo teve notícias de que em Pedra Lisa estava tendo uma distribuição de terras para agricultores, através da Associação e que alguns camponeses depois de conseguirem os termos de posse das terras, estavam vendendo pequenos lotes na região” (CORREIO, 2018, p. 53).

Dados colhidos por Copello, no início dos anos de 1980 por meio de um questionário, também indicam a origem dos posseiros instalados em Pedra Lisa:

¹⁷⁰ Podemos deduzir, diante dos dados de origem dos posseiros, que o jornal está se referindo à região norte do estado do Rio de Janeiro.

¹⁷¹ Conforme Medeiros (2018, p. 37), “verificou-se uma intensa mobilidade interna de sua população, em especial de trabalhadores rurais vindos de áreas onde a cafeicultura estava em decadência, em busca tanto de terras em projetos de colonização do governo federal, que estavam sendo implantados em diversos pontos da Baixada Fluminense”.

¹⁷² Conforme Raphaela Correio, “a primeira colônia japonesa no Rio de Janeiro foi a de Santa Cruz, em seguida por motivos diversos, como a abertura de estradas e a busca por novas terras fizeram com que os japoneses chegassem a Itaguaí, local onde foi fundada uma colônia e também o primeiro templo budista do Rio de Janeiro. Itaguaí chegou a ter, considerando-se uma estimativa não oficial, 50 famílias com um total de 460 pessoas integrantes na colônia. Segundo relato de membros pertencentes ao templo budista, quando chegaram em Itaguaí devido a ligação que se faz com Santa Cruz, conseguiram a posse das terras na região e formaram a colônia, fazendo pequenas plantações e praticando a religiosidade budista” (CORREIO, 2018, p. 53).

Quadro 3 – Origem de posseiros em Pedra Lisa

Origem	Número de posseiros	%
Local	5	13
Outras localidades do Rio de Janeiro	12	32
Minas Gerais	6	16
Exterior	5	13
São Paulo	3	8
Espírito Santo	3	8
Nordeste	3	8
Sem informação	1	2
Total	38	100

(COPELLO, 1983, p. 26)

Chamam atenção outros dados, colhidos em entrevistas, que se referem aos motivos pelos quais esses posseiros chegaram na Região de Pedra Lisa:

Estes trabalhadores de origem rural, com trajetórias diversificadas, partilhavam em comum a busca de uma alternativa de sobrevivência à exploração e instabilidade a que viviam submetidos. “Vim de Minas Gerais por causa da fome para trabalhar no Rio de Janeiro e não me acostumei à cidade grande, fui trabalhar numa chácara em Caramujo” (José Ancelmo, chegado em 1940 em Pedra Lisa); “Trabalhei em Monte Verde, Itaperuna, 29 anos e o dono vendeu, e o outro que veio começou a apertar” (Emídio Eduardo – Santo Antônio); “Saímos do Espírito Santo porque não éramos dono, trabalhava pra outros, nunca tinha nada” (Sr. Geneci – Boa Esperança); “Fui trabalhar numa chácara de laranjais em Caramujos, depois apareceu José Mathias, que era um líder mesmo. Reunia todo o pessoal e falava que aquelas terras não tinham dono” (José Anselmo – Pedra Lisa) (COPELLO, 1983, p. 27-28).

Bráulio Rodrigues da Silva, por exemplo, ficou sabendo da distribuição de terras por um convite – provavelmente por conta de sua rede de contatos no PCB. Após decretada a ilegalidade do PCB em 1947, Bráulio vivia em Queimados com seu primo, onde organizara uma célula do partido. Nessa época, Bráulio “pegava o trem para ir à cidade procurar emprego” (SILVA, 2008, p. 23), tendo conseguido um serviço em construção civil. Assim, ouviu falar de um “movimento de terra em Nova Iguaçu em 1948 e logo me juntei a ele. Um dia vi um convitezinho de distribuição de terra em Pedra Lisa” (*Ibidem*). Sobre como as pessoas dividiam as terras e como eram suas chegadas à Pedra Lisa, Bráulio Rodrigues descreve da seguinte forma o processo:

O Zé Mathias arregimentava esse pessoal. Eles se inscreviam na sede da associação e tinha uma coisa objetiva: as pessoas reservavam um lote para morar e o lote para trabalhar. Quer dizer, quando terminava o trabalho, o sujeito ia para a casa dele, não morava na roça. No começo foi assim, cada um tinha um lote fora para fazer o seu barraquinho. Chegava da rua cansado, porque são cinco quilômetros de Engenheiro Pedreira até lá, andando a pé. De carro é rápido. As pessoas vinham mais a pé, porque não tinham condição. Vinham de trem até Engenheiro Pedreira e depois iam a pé lá pra dentro. Ele fazia aquilo para as pessoas não se acomodarem. Depois as pessoas começavam a residir nos lotes de lá.

O pessoal ia entrando, ia se inscrevendo: “agora espera um pouco, vocês esperem, nós vamos medir a terra”. E ele ia medindo as terras. Tinha uma equipe com ele, que fazia isso. Um, ou dois (...). Mediam as terras e já deixavam os lotes definidos: “Vai para o lote tal, vai para o lote tal”. Essa comissão entregava as terras às pessoas. Se a pessoa dizia: “Ah, não quero aqui!”, eles falavam: “Então você vai esperar uma outra oportunidade” e já dava para outro. Não podia escolher, era tudo do mesmo tamanho: mais ou menos uns três hectares para cada um, mais ou menos isso, de dois a três hectares até cinco alqueires dependendo de ter morro” (SILVA, 2008, p. 23).

A partir de dados colhidos em nossas entrevistas, também pudemos identificar de onde vieram alguns posseiros e os motivos: o Sr. Alcides, nos anos de 1950, após cinco anos de internação por tuberculose, soube de distribuição de terras pelo seu primo, quando morava e trabalhava em São Gonçalo e foi com a intenção de abrir um armazém para comércio; o Sr. Damião veio junto da família, ainda muito jovem, após serem expulsos das terras onde viviam em Campo Alegre, pelos militares, sendo acolhidos por parentes em Pedra Lisa e, posteriormente, “através de Bráulio Rodrigues”, conseguiram uma terra em São Pedro; o pai do Sr. González, após violentos conflitos com um fazendeiro em Cambuci, que resultou na morte do fazendeiro e cativo do pai, soube por meio de um primo delegado “de uma invasão em Pedra Lisa”, e que os policiais estariam sendo convocados para lá e que “ele poderia ir viver lá”; os pais de Dona Airta, que compraram um lote na Fazenda São Pedro sem saber dos conflitos de terra, entretanto, por lá permaneceram. Por fim, Dona Martha, descreve um processo muito semelhante de aquisição de terras relatado por Bráulio Rodrigues:

A minha família veio de Minas Gerais, Carangola (...) aí vieram pra cá. Isso foi um pouco lá pra prefeitura¹⁷³, morava num morro lá. Nós morava num barraco de estuque no morro, eu era pequena ainda. Era pequena, morei lá também. Todo mundo morava lá. Aí o meu pai ganhou esse terreno aqui, dentro ali de onde é essa torre ali? Tem um terreno lá (...). Meu pai ganhou esse terreno, aí morava lá. (...) E depois, ele trocou esse terreno por outro, perto da praça, onde mora a minha irmã (Entrevista de Dona Martha concedida a Gabriel Bastos, em 12/12/2018).

Através dos relatos das entrevistas, formulamos o seguinte quadro, para melhor visualizarmos as origens e motivos de ida para a região:

¹⁷³ Ou seja: Na direção de Engenheiro Pedreira.

Quadro 4 –Lavradores na Região de Pedra Lisa (1940-1964)

	Origem ou origem familiar	Data de chegada	Localidade	Como chegou
Sr. Alcides	São Fidelis / RJ	1953	Pedra Lisa	Pelo primo, em São Gonçalo
Bráulio Rodrigues	Januária / MG	1948	Pedra Lisa	Convite que falava sobre distribuição de terras
Moreira	Jaceruba	Nascido	Jaceruba	Pais herdaram as terras dos avós
Dona Teresa	Fazenda São Pedro	Nascida	Jaceruba	Pai trabalhava para Doquézia, teve direito a terras na ocasião da desapropriação
Pai de Airta	Interior de MG	Início dos anos de 1950	Jaceruba	Compra (e teve um contrato com a Doquézia)
Sr. Damião	Magé	Por volta de 1964	Jaceruba	Familiares os trouxeram, depois conseguiram um terreno via Bráulio Rodrigues
Pai e mãe de Dona Martha e Dona Carlota	Carangola / MG (mãe) e Campos dos Goytacazes / RJ (pai)	Possivelmente fins dos anos de 1940	Pedra Lisa	Descreve o processo de aquisição de terras pela Sociedade
Dona Arlette	Jaceruba	Nascida	Jaceruba	Família tem descendência com os Paes Leme; Vó era filha de uma escrava com um Paes Leme
Sr. Eric	Jaceruba	Nascido	Jaceruba	Pai guarda do IBDF com terreno na represa; comprou o terreno onde mora hoje em Jaceruba.
Pai e mãe de González	Cambuci / RJ	Década de 1940	Pedra Lisa	Primo delegado que sabia “das invasões”
Sr. Ernesto	Jaceruba	Nascido	Jaceruba	Descendentes dos Paes leme

Fonte: Entrevistas realizadas por no trabalho de campo.

Não é intenção desse quadro produzir dados estatísticos a partir do perfil da população local, mas apenas organizar os dados disponíveis a respeito, com a finalidade de termos uma noção de um perfil geral dos posseiros desse período. Note-se que muitas pessoas da Fazenda São Pedro (Jaceruba), objeto de disputa entre a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e os Paes Leme, são nascidas e criadas por lá e muitos também têm descendência Paes

Leme¹⁷⁴. O processo de distribuição de terras em Pedra Lisa durou, pelo menos, até os últimos anos da década de 1950:

NOVOS POSSEIROS – E lá, em Pedra Lisa, a Associação vai admitindo novos posseiros, indicando-lhes glebas incultas ou abandonadas, pertencentes à União, onde se devem instalar e começar a produzir, legalizando, com o trabalho, o suor do rosto, a posse das terras que não têm donos particulares e que devem permanecer, legitimamente, àqueles que as cultivam. Com isto, todos os dias cresce a população camponesa de Pedra Lisa (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10).

Esse processo de distribuição se estenderia até 1964, conforme contam os relatos de Sr Damião, que conseguiu terras para sua família por meio de Bráulio Rodrigues¹⁷⁵. Como vimos anteriormente, esse processo de distribuição de glebas passava pelo apoio e mediação de dois vereadores e também pelo “boca a boca”. Conforme diversos relatos, a figura local mais importante que organizava essa distribuição era José Mathias.

Quem exatamente era José Mathias, essa primeira figura de liderança local, responsável por “arregimentar pessoas” e organizá-las no recebimento de terras? De acordo com Bráulio Rodrigues, Zé Mathias era um líder nato, entretanto, “não tinha nenhuma expressão política partidária, mas tinha expressão de massa (...) Ele arregimentava as pessoas, pegava um pedaço de terra e fazia a distribuição adequadamente, sem interferência de nenhum partido político, sem interferência de ninguém” (SILVA, 2008, p.19, 22)¹⁷⁶. Apesar de ser uma proeminente liderança em Pedra Lisa, o jornal *Correio da Lavoura* (24/12/1950, p. 2) diz, em reportagem que fala sobre seu assassinato, que o líder camponês residia em Nova Aurora, região próxima de Campo Alegre (ver mapa da figura 4, p. 40). O *Voz Operária* (27/07/1957, p.10), ao se referir também ao seu assassinato, diz que José Mathias estava indo para a casa de seus parentes em Nova Aurora. Bráulio Rodrigues da Silva (2008), ao se referir ao fato, diz: “mas dessa vez ele não quis [ir] com ninguém: ‘não, não quero ninguém, não. Já estou até chateado lá onde eu moro, tanto homem atrás de mim!’” (*Ibidem*, p. 24). Podemos concluir que José Mathias circulava bastante entre Pedra Lisa e Nova Aurora, talvez, até mesmo residindo em ambas as localidades. Cabe destacar que fazia o deslocamento sempre acompanhado de um grupo que o protegia. Tratava-se, portanto, de uma liderança reconhecidamente relevante pelo movimento camponês local.

Bráulio afirma que ele era católico e bastante religioso. “Ele fazia caminhadas com a Nossa Senhora na frente... Os crentes iam acompanhando, os evangélicos. Esse pessoal todo acompanhava porque queria terra. Eram crentes mesmo, mas lutadores, todos eles” (SILVA, 2008, p. 25). O próprio Bráulio Rodrigues começou a se envolver na luta por terra em Pedra Lisa, inicialmente, por meio de José Mathias (*Ibidem*). Em reportagem do jornal *A noite*, intitulada “Donos de Terras Alheias” – com posicionamento que clama explicitamente para a remoção dos posseiros –, Zé Mathias é exposto na primeira página do jornal, com a seguinte chamada: “Nova modalidade de ‘grilagem’ – ‘Seu’ ‘Zé Teodoro’ é quem manda em Santo Antônio. – Audácia de comunistas – apossam-se de terrenos violentamente – Urge providência imediata da polícia fluminense” (*A Noite*, 23/12/1949, p. 1). Na terceira página, assim o jornal trata de Zé Mathias:

¹⁷⁴ As representações memorialísticas locais contam que escravos eram registrados com o nome da família de fazendeiros. Muitos meeiros que trabalhavam para os Paes Leme se envolveram nos conflitos de disputa de terras e, com a desapropriação, tiveram direito de por lá permanecerem.

¹⁷⁵ Entrevista de Sr. Damião, concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018.

¹⁷⁶ São raras as vezes em que Bráulio Rodrigues se remete ao PCB em seu livro de memórias – seja entre ele mesmo e o partido, seja entre pessoas com quem ele se relacionava diretamente e o partido (SILVA, 2008).

Estamos seguramente informados de que na sua totalidade são comunistas os da referida sociedade e somam algumas centenas. É dirigida por José Mathias Teodoro, mais conhecido como “Zé Teodoro”. Esse indivíduo é o rei pequeno do lugar. Um regulete. Ele faz e desfaz. Ele é a lei. O que “seu” “Zé Teodoro” diz é o que vale. O governo tem em Santo Antônio várias terras que são cercadas por fios de arames (*A Noite*, 23/12/1949, p. 3).

Após o assassinato de José Mathias, Bráulio Rodrigues foi se tornando proeminente figura de liderança da Sociedade. “Quando Zé Mathias faleceu, entrou Agenor Correia Porto (...) que me convidou para fazer parte da diretoria da associação, mesmo não tendo terra. (...) Ele me colocou como relações públicas da associação” (SILVA, 2008, p. 20), lhe concedendo, portanto, um papel de mediador (WOLF, 1984).

Bráulio Rodrigues se aproximou do PCB em Belo Horizonte através do setor de juventude, ainda no Estado Novo. “Eu me animei com aquilo e entrei na Juventude Comunista. Mas não ‘fiz ficha’. Próximo às eleições, me filiei ao Partido Comunista” (SILVA, 2008, p.15), provável motivo de figurar como “comerciário” em sua carteira de filiação, conforme na imagem abaixo, pois tornou-se lavrador somente em 1948, quando se mudou para a Região de Pedra Lisa (*Ibidem*).



Figura 5: Carteira de filiação do PCB de Bráulio Rodrigues¹⁷⁷

Apesar de Bráulio, em seu livro de memórias, se remeter à Juventude Comunista, não ao partido diretamente, é importante de notar que a documentação analisada demonstra que, antes mesmo de fazer parte do movimento camponês da Baixada Fluminense, Bráulio já era um militante experiente do partido. De acordo com o depoimento para laudo psicológico em seu requerimento de anistia, ainda quando morava em Belo Horizonte (ou seja, nos idos de 1946), participou de uma greve de operários, e, em decorrência disso, foi preso e ficou detido por quatro dias.

¹⁷⁷ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

Bráulio, apesar de viver em Pedra Lisa desde 1948 (SILVA, 2008), mantinha ligações e realizava atividades políticas em outras localidades. Se ainda em 1946, Bráulio já era considerado pelos órgãos da repressão como “membro do Partido Comunista de Volta Redonda”¹⁷⁸, parecia atuar politicamente em localidades da região metropolitana e serrana. De acordo com o seu requerimento de anistia¹⁷⁹ e os documentos anexos, dos órgãos de repressão, que fundamentam o pedido, Bráulio continuaria fazendo parte do Comitê Municipal de Barra Mansa, regional de Volta Redonda, e da célula Garcia Lorca até, pelo menos, o ano de 1952.

Isso significa que, apesar de viver na Região de Pedra Lisa e ter se tornado uma referência da política associativista do movimento camponês local, Bráulio mantinha relações e atividades políticas com movimentos sindicais de outras localidades da Baixada Fluminense e da Região Serrana. Em 1950, foi detido “por conduzir faixas alusivas ao 1º de maio” em Queimados, então distrito de Nova Iguaçu, onde, anteriormente, morava com seu primo¹⁸⁰. De acordo com os mesmos documentos anexados no pedido,

Em 1954, realizou reuniões comunistas e fazia agitação em várias fábricas. Líder dos camponeses de Nova Iguaçu, (...) representante da Federação dos Pequenos Lavradores (...) do Conselho Fiscal da Associação dos Lavradores, Presidente da Federação Fluminense das Ligas Camponesas¹⁸¹, candidato a vereador na chapa dos candidatos populares.

Além das localidades mencionadas, ao que parece, Bráulio possuía uma posição muito bem estabelecida enquanto dirigente sindical em Petrópolis onde, de acordo com o mesmo documento, ele vivia em 1957, “às expensas” do partido¹⁸². Há outras referências da participação de Bráulio no movimento sindical de Petrópolis em meados dessa década. Por exemplo, em 1956, os documentos da repressão – anexos em seu pedido de anistia – se referem a Bráulio fazendo o uso “da palavra por ocasião da reunião do Conselho Sindical Petropolitano em defesa do salário mínimo, contra a carestia”¹⁸³.

Todavia, é importante notar que, apesar dessas atividades políticas em diversas frentes, a referência que todos tinham de Bráulio era de liderança camponesa, o que evidencia que suas principais atividades políticas se davam em torno da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e da FALERJ. Não à toa, o panfleto da candidatura de Bráulio a vereador em Nova Iguaçu se referia a ele como “líder dos camponeses”, como podemos observar abaixo¹⁸⁴:

¹⁷⁸ ANAPAP. Requerimento de Anistia de Bráulio Rodrigues da Silva, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2004 – Maio / 2005.

¹⁷⁹ ANAPAP. Requerimento de Anistia de Bráulio Rodrigues da Silva, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2004 – Maio / 2005.

¹⁸⁰ *Ibidem*. Em decorrência dessa prisão, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional no ano seguinte, tendo sido absolvido somente em 1971, pelo Superior Tribunal Militar “tendo em vista a prescrição penal”. Bráulio seria julgado e absolvido em outro processo, Segundo Auditoria da Aeronáutica, “com incurso na Lei de Segurança Nacional”. Apesar das absolvições, Bráulio passaria boa parte da sua vida sendo monitorado – de acordo com o documento, desde 1946 até o fim da ditadura empresarial-militar. Voltaremos ao tema mais à frente.

¹⁸¹ Em algumas áreas, as associações eram chamadas pelo PCB de Ligas. Além disso, diversos documentos dos órgãos de repressão da época se referem ao movimento camponês do estado do Rio de Janeiro como “Ligas Camponesas”.

¹⁸² ANAPAP. Requerimento de Anistia de Bráulio Rodrigues da Silva, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2004 – Maio / 2005.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ Adolpho de Oliveira, candidato a vice-governador que Bráulio apoiou nessa eleição, era um político da UDN, tendo sido vereador em Petrópolis, eleito em 1947, para posteriormente assumir o cargo de deputado estadual em 1952, sendo reeleito em 1954 e 1958 e deputado federal em 1962. (OLIVEIRA, Adolpho de. Verbetes biográficos do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/adolfo-barbosa-neto-de-oliveira>). Curiosamente, seu nome não consta nos dados estatísticos do TSE como candidato a vice-



Figura 6: Panfleto da candidatura de Bráulio Rodrigues da Silva a Vereador em Nova Iguaçu, 1954.
Fonte: APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

Entretanto, Bráulio representava movimentos sindicais em atividades importantes – o que demonstrava, evidentemente, que se tratava de um quadro político relevante. Em 1957, visitou a Alemanha Ocidental, Oriental, Romênia e Tchecoslováquia como representante do conselho sindical de trabalhadores de Petrópolis. Após ser preso durante a ditadura empresarial-militar, interrogado pela polícia política, disse que seu nome foi sorteado para essa viagem e, ao mesmo tempo, vetado para as visitas mais importantes.

Ao regressar, foi convidado por camponeses de Nova Iguaçu para que se transferisse para o local, a fim de ajudar a organizar a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, convite que atendeu; que, mudando-se para Pedra Lisa, na qualidade de procurador geral da sociedade já citada, o depoente promoveu a visita ao local de diversas autoridades, como por exemplo do então Governador Roberto Silveira, autoridades da esfera federal e com isso foi possível proporcionar aos habitantes do local muitas melhorias¹⁸⁵.

Essa narrativa destoa da apresentada por ele mesmo em seu livro de memórias. Evidentemente que se trata de um depoimento para órgãos de repressão em um contexto autoritário, onde determinadas informações poderiam comprometer os companheiros. Nesse sentido, para resguardar a si mesmo, não é difícil supor que Bráulio possa ter sido selecionado, não sorteado, para representar o movimento sindical de Petrópolis nessa viagem. A expressividade de Bráulio nesses espaços regionais, podendo ser colocado como representante em uma viagem internacional evidencia o motivo de ter sido colocado como diretor de relações

governador do Rio de Janeiro nesse pleito. É possível que, por algum motivo que desconhecemos, tenha desistido de sua candidatura ou tenha tido sua candidatura impugnada. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5503/1958_tse_dados_estatisticos_v3_pt2.pdf?sequence=1&isAllowed=y (página 30. Acessado em 15/08/2022).

¹⁸⁵ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

públicas da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa. O que podemos deduzir é que se tratava de um cargo da associação para efetuar articulações externas ao contexto local.

Isso fica ainda mais evidente se atentarmos ao fato de que a militância de Bráulio em Pedra Lisa, levou-o a compor a FALERJ, como secretário, igualmente, representando-a em importantes atividades internacionais. Ainda no mesmo interrogatório, diz que “na ocasião [1961], teve a oportunidade de ir a Cuba¹⁸⁶, com viagem e estada patrocinadas pelo governo cubano (...) por intermédio de sua embaixada”. A viagem seria de 15 dias, mas por dificuldades de transporte, aumentou para 30. Em comício realizado em Havana, conheceu pessoalmente o Primeiro Ministro Fidel Castro, junto de Francisco Julião, que também fazia parte da comitiva brasileira. Eles tiveram conversas acaloradas, “pois suas teses eram diferentes”. A tarefa principal de Bráulio como secretário da FALERJ após o regresso de Cuba foi a fundação de diversos sindicatos rurais em boa parte do estado. Nessas fundações o acompanhava representantes da SUPRA e outro da Comissão Nacional de Sindicalização rural. “Os sindicatos rurais deveriam ser criados para fazer a organização de HOMENS DO CAMPO, para a luta (...) do Estatuto do Trabalhador Rural, com o qual passariam a ter muitos direitos”¹⁸⁷.

Essa viagem a Cuba levou, em 29 de dezembro de 1964, o delegado José Venâncio Bittencourt, da Delegacia da 15ª Região Policial, em Nova Iguaçu, a concluir que Bráulio Rodrigues teria feito por lá um curso de guerrilha¹⁸⁸. Hipótese que, provavelmente, já vinha sendo levada em consideração, o que pode ter sido o principal motivo para o Exército a ocupar a área com tanques de guerra após o golpe.

Por outro lado, Bráulio Rodrigues, ao se recordar dessa viagem, expõe um posicionamento crítico a respeito da tática de guerrilhas em seu livro de memórias. Ao se referir à Bolívia, ele relata o seguinte: “Eu dizia: ‘Mas a situação da Bolívia é outra, é muito diferente da cubana!’ Tentaram fazer, não estavam preparados (...). Eles queriam mais chamar atenção do que concretizar as coisas” (SILVA, 2008, p. 41). José Pureza (1982), liderança camponesa da FALERJ, que atuava em Xerém, também em seu livro de memórias, apesar de não estar se referindo diretamente à formação de guerrilhas, faz um balanço crítico a respeito da resistência armada contra despejos na Baixada Fluminense, alegando não ser necessariamente uma tática sempre vitoriosa. O movimento camponês na Baixada Fluminense não enxergava a primazia da resistência armada enquanto tática central, mas como último dispositivo, de acordo com Pureza. Posteriormente, já após o início da ditadura, a guerrilha também não era encarada pelas lideranças da mesma maneira que os militares supunham. Nesse sentido, Bráulio também tece uma crítica à guerrilha do Araguaia, por não ter sido organizada com a população local:

Depois, já nos anos 70, um padre pelejou para eu ir para o Araguaia. Eu achei errado o Araguaia. Respeito, mas acho que não estavam certos: se não fizesse com gente de lá, não ia dar certo. Estava torcendo que desse certo, mas eu achava muito difícil. As pessoas de lá de dentro não estavam informadas sobre o que era, não estavam sabendo para o que era aquilo. Não adianta, em cima da hora eles não iam aceitar, porque esse movimento estava sob perseguição, estavam matando todo mundo. O pessoal de lá também não ia tomar conhecimento (SILVA, 2008, p. 42).

Depois do golpe de 1964, assustado com a agressão de inimigos políticos, Bráulio teve que fugir de sua gleba na Fazenda São Pedro. Posteriormente, ficou um mês preso no quartel

¹⁸⁶ O documento não diz exatamente em qual ano isso aconteceu. Apenas que foi após a fundação da FALERJ, mas seu processo de anistia diz reiteradas vezes que a viagem ocorreu em 1961.

¹⁸⁷ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

¹⁸⁸ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

do GESA respondendo perguntas do IPM¹⁸⁹. De toda maneira, no IPM 709, que investigava as ações do PCB, seu nome aparece listado da seguinte maneira: “Registro de atividades comunistas, ligadas ao PCB, não sendo, entretanto, estes considerados com substâncias suficiente para uma indicação neste IPM que objetiva tão somente a elementos diretores do movimento comunista”¹⁹⁰.

Com efeito, o importante a ser sublinhado aqui é que, apesar de ser muito lembrado em Pedra Lisa mais como vizinho, morador, figura que tinha simpatia da grande maioria das pessoas e, acima de tudo, liderança da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, Bráulio não era um militante qualquer. Tratava-se de um importante mediador político da associação de Pedra Lisa e também da FALERJ, fazendo articulações com diversos sindicatos e com estruturas políticas muito maiores, de relevância nacional e internacional. Apesar de ser uma liderança bem importante, conforme todos os registros documentais e orais indicam, em entrevista realizada no início da década de 1980, Ignácio José Barcelos, que exerceu o cargo de presidente da associação na década de 1950, ao ser perguntando sobre qual foi a melhor liderança da associação, ele responde que fora Agenor Corrêa Porto, presidente da associação na ocasião da instalação da placa de bronze em 1958. Apesar de Bráulio ser mencionado em entrevista para a mesma pesquisa pelo Sr. Zézinho¹⁹¹, este também, fala de Agenor, classificando-o como “muito justiceiro”. Isso indica, portanto, que Bráulio poderia ser visto entre seus companheiros de associação na década de 1950, mais como um mediador do que como uma liderança local.

Entretanto, não era somente Bráulio Rodrigues que conectava a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa com estruturas políticas externas.

3.2 - Mediadores: Comunistas, Parlamentares, Jornalistas e Advogados

Byron Dore de Almeida, vereador a quem nos referimos no início do capítulo, em 1951 exercia seu mandato pelo PTB¹⁹². O parlamentar teve dois mandatos em Nova Iguaçu, de 1951 a 1954 e de 1955 a 1958¹⁹³, sendo presidente da Câmara Municipal de 1955 a 1956¹⁹⁴. Em julho de 1956, durante sua presidência, a Câmara Municipal aprovou uma proposta do vereador Gerson Chenincharro para o livre exercício legal da Sociedade Civil de Proteção aos Lavradores, sediada em Itaguaí, cuja área de atuação abrangia diversos municípios, incluindo Nova Iguaçu.

Byron, desde a segunda metade da década de 1940, já exercia certo papel de mediador com camponeses da região, bem como já se relacionava politicamente com Dionísio Bassi, também vereador e mediador da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa no mesmo período. Entretanto, diferente de seu colega Byron, do PTB, Dionísio era vereador pelo PSD, embora “os registros da polícia política do estado do Rio de Janeiro indicam que Bassi era membro do Partido Comunista do Brasil (PCB), haja vista sua atuação junto aos Comitês Democráticos Populares (CDPs)” (ALEXANDRE, 2019, p. 3). Além disso, Bassi fora eleito membro do Comitê Municipal do PCB de Nova Iguaçu em 17 de fevereiro de 1946 para o cargo de tesoureiro¹⁹⁵.

Antes de vereador, “sua carreira se manteve entre o jornalismo e o setor público, sendo o primeiro marcado por uma passagem no *Diário de Notícias*”, e o segundo, no funcionalismo

¹⁸⁹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

¹⁹⁰ BNM_279 – IPM709 – Informativo – Pg.27091

¹⁹¹ Entrevista de Sr. Zézinho, concedida a Sheila Copello em 27/03/1983.

¹⁹² APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Byron Dore de Almeida, notação 15.130.

¹⁹³ <http://www.cmni.rj.gov.br/site/historia-rol-vereadores/> (acesso em 11/03/2020).

¹⁹⁴ <http://www.cmni.rj.gov.br/site/historia-ex-presidentes/> (acesso em 11/03/2020).

¹⁹⁵ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Dionísio Bassi, notação 1709, dossiê GVT.24.

público iguaçuano em 1937” (ALEXANDRE, 2019, p. 3). Bassi foi eleito em 1947 pelo PSD, no entanto, ainda membro do PCB, que havia entrado na ilegalidade no ano anterior.

Contudo, o segundo mandato para Câmara Legislativa Municipal de Nova Iguaçu (1955-1958) seria marcada pelo seu desligamento do PCB nos anos 1950, provavelmente por um contexto marcado pela ilegalidade, forte repressão dos seus militantes e tensões causadas pela proximidade de membros com o trabalhismo consolidado pelo governo de Getúlio Vargas (ALEXANDRE, 2019, p. 3-4).

Ainda que Bassi fosse de fato do PCB, mas com filiação partidária legalmente registrada pelo PSD, e Byron pelo PTB, as autoridades da época, que se preocupavam com uma possível atuação de comunistas na região, os estavam monitorando. Desde 1948 as reuniões da associação de Pedra Lisa já estavam sendo vigiadas pelo DOPS, o que acarretou em uma operação policial em 18 de abril desse mesmo ano em uma reunião, prendendo diversos associados. Entre eles, o lavrador Ignácio José Barcellos. Interrogado pelo DOPS, disse ser amigo próximo de seu patrão, contrário à ideologia comunista. “Por saberem a respeito de seu patrão, os diretores e associados da Associação de Agricultores nunca lhe falaram a respeito do extinto Partido Comunista do Brasil”. Por outro lado, Ignácio Barcellos alegou também que “durante sua permanência na Sociedade de Agricultores e Posseiros (...), nunca ouviu falar de comunismo”¹⁹⁶. Ignácio passaria a ser uma liderança importante na Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa nos anos seguintes, chegando até mesmo ao cargo de presidência da associação¹⁹⁷ e companheiro próximo de Bráulio Rodrigues da Silva¹⁹⁸.

Na ocasião, o próprio vereador Dionísio Bassi também fora detido pelo DOPS. No dia seguinte, em sessão extraordinária da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, o vereador Luiz Guimarães fez um requerimento a ser encaminhado à Secretaria de Segurança Estadual pedindo esclarecimentos a respeito da prisão de Bassi, dizendo que “um representante da câmara foi detido, não foi esclarecido o motivo da detenção, acreditando mesmo ser justa a prisão, mas que, pedindo diretamente informações, possamos discutir o assunto com base, sem deturpações”¹⁹⁹.

Apolinário Ângelo de Almeida, outro associado também preso por “ordem política”, “detido em reunião comunista de camponeses” foi interrogado. Apolinário revela que, além de ter sido convidado para a reunião da associação por José Theodoro (o José Mathias), disse que o “chefe” das reuniões era o vereador de Nova Iguaçu, Dionísio Bassi, frequentador assíduo das reuniões da associação. Apolinário disse que apesar de não fazer parte do PCB, era um admirador de seu programa²⁰⁰. Evidentemente, existia certa simpatia ao partido que pairava entre os membros da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, conforme podemos observar também no relato abaixo do jornal *Imprensa Popular*, também ligado ao PCB:

¹⁹⁶ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Ignácio José Barcellos, notação 13.317.

¹⁹⁷ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgílio Eduardo Diniz em 07/07/1953 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

¹⁹⁸ Evidentemente, o mais provável é que Ignácio estivesse ocultando sua relação com comunistas na Sociedade, a fim de proteger seus pares. Em entrevista com a filha de Ignácio José Barcellos, Bráulio Rodrigues é lembrado com muito afeto e enquanto uma pessoa bastante presente no dia a dia do pai (Entrevista de Airta, concedida a Gabriel Souza Bastos em 14/10/2018).

¹⁹⁹ ATAS da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, sessão extraordinária de 19 de abril de 1948.

²⁰⁰ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Apolinário Ângelo de Almeida, notação 13.318.



Tio Coelho disse-nos que tóda a vida de Pedra Lisa gira em tórno da Associação dos Lavradores. A entidade, todavia, encontra tódas as dificuldades pela frente. E acrescentou, ao tomar conhecimento do Programa do P.C.B.: "Precisamos de um programa assim, com crédito barato e a longo prazo para os camponeses. Só assim nossos sítios produzirão como os dos japoneses, que recebem auxílio do cônsul

Figura 7: Jornal *Imprensa Popular*, 28/12/1954, p.8.

Provavelmente o trabalho do PCB na região e, em consequência disso, a simpatia da população local às suas teses, em especial em relação à terra, tem seu início com o apoio de figuras públicas, ainda que em outras legendas partidárias. As autoridades, entretanto, consideravam ambos os vereadores comunistas. Byron era dono de uma farmácia, a “farmácia do povo” em José Bulhões, Nova Iguaçu, onde realizava reuniões com Dionísio Bassi e outros indivíduos considerados comunistas por essas mesmas autoridades²⁰¹.

Bassi, entretanto, parecia estar mais ligado, a partir de seu segundo mandato, a uma emergente burguesia industrial progressista de Nova Iguaçu. Jornalista, foi um dos fundadores e diretor do jornal *Correio de Maxambomba*, exercendo forte influência no meio político de Nova Iguaçu. “Atuou no serviço público municipal e estadual (1937 – 1946), foi vereador por dois mandatos (1947-1950) e (1955-1958) pelo PSD e difundiu amplamente atuação da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI)” (ALEXANDRE, 2018, p. 7).

Em 22 de março de 1958, o jornal fundado por Bassi noticiou que Antônio Quintela, o então presidente de Associação Comercial e Industrial, se candidataria a prefeito de Nova Iguaçu. Esta liderança a frente do empresariado iguaçuano afirmou que “sou candidato a prefeito; aceito adesões de partidos”. O destaque dado a este

²⁰¹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Byron Dore de Almeida, notação 28.882.

posicionamento a favor do crescimento industrial e comerciário evidenciou como o jornalismo produzido pelo Correio de Maxambomba, estava atento as transformações em curso na região e que para se manter moderno e impactante junto ao grande público, precisava se conectar a atores e instituições, como ACINI e o Country Club, que carregassem consigo capital político e simbólico para que seu jornal cumprisse seu objetivo: comunicar sobre e para o grande público. Denunciar gastos públicos, sinalizar os problemas cotidianos, movimentos sindicais e dar visibilidade as demandas dos bairros constituídos por migrantes, estava na mira deste semanário (ALEXANDRE, 2018, p. 8).

O *Correio de Maxambomba* foi chefiado pelo cunhado de Dionísio Bassi em seus dois primeiros anos de funcionamento, sendo sucedido pelo próprio Bassi. Fundado em 18 de dezembro de 1955, o periódico mudaria seu nome, em 1961, para *Correio da Semana*. Uma vez em funcionamento ao longo de seu segundo mandato (1955-1958), o periódico era capaz de gerar “produtos políticos” (BOURDIEU, 2012), dentro das disputas políticas no município de Nova Iguaçu.

O Correio de Maxambomba elegeu um padrão discursivo prático e “independente” que se manteve alinhado a valores como liberdade, modernidade e democracia (...). Com objetividade e caráter denunciativo, o jornal de Dionísio Bassi veiculou desde sua fundação, inúmeras matérias e colunas que deveriam atender “apenas os interesses da população”. O semanário usou de forma recorrente palavras como imparcialidade e “afastamento de interesses políticos”, contudo inúmeras edições noticiaram o trabalho de Bassi na Câmara Municipal “a favor dos iguaçuanos” e contra “privilégios” de seus colegas de bancada. O jogo de distanciamento e aproximação de figuras influentes evidencia a preocupação em arraigar capital político e consolidar seu espaço dentro da “*Society Iguaçuana*” (ALEXANDRE, 2019, p. 6).

Byron, que era vigiado por agentes do DOPS, vinha chamando atenção desses agentes, em 1946, por ser visto toda semana indo para o Tinguá – região próxima de Pedra Lisa e Xerém – com um jipe do Exército junto de dois sargentos²⁰². Talvez essas relações sinalizem o início das articulações camponesas na Baixada Fluminense ou, mais que isso, também as articulações rufo-fabris nessa região (MAIA, 2018a): nesse mesmo ano, havia um guarda florestal na represa do Tinguá, chamado Israel, residente de Xerém, considerado comunista pelas autoridades. Além disso, dois operários da Fábrica Nacional de Motores (FNM), Carlos Calazães e seu genro Aloísio Serra, “foram despedidos da Fábrica Nacional de Motores por exercerem ali ideias comunistas”²⁰³. Carlos era também genro de Aristóteles, que residia em Xerém em 1946, onde os três frequentemente se encontravam na época. Apesar não sabermos se se trata exatamente das mesmas pessoas²⁰⁴, Aristóteles José da Silva foi membro fundador da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p. 8).

De toda maneira, essas redes de apoio possibilitavam à Sociedade contar com uma série de mediadores que se entrecruzam vez ou outra: no dia 13 de julho de 1958, em meio a uma festividade em Pedra Lisa por conta das desapropriações das fazendas Santo Antônio do Mato

²⁰² APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Byron Dore de Almeida, notação 28.882.

²⁰³ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Byron Dore de Almeida, notação 28.882.

²⁰⁴ A fonte documental citada anteriormente não diz o nome completo de Aristóteles.

e Limeira, que contou com a presença do governador Miguel Couto Filho, do vice governador Roberto Silveira e de diversas outras autoridades, Agenor Corrêa, presidente da associação diz em seu discurso: “Os Drs. Amil Alves e Bocayuva Cunha²⁰⁵ são estrelas que brilharam em Pedra Lisa!”²⁰⁶. Essa pequena declaração de Agenor Corrêa se refere a uma articulação da associação tanto com o trabalhismo petebista quanto com estruturas sindicais.

Em 1957, o então vice-governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto Silveira, incentiva-o a se candidatar a deputado federal do Rio pelo PTB. Em outubro de 1958, contando com o apoio do deputado federal Antônio de Pádua Chagas Freitas, proprietário dos jornais *O Dia* e *A Notícia*, Bocayuva Cunha é eleito.



Figura 8: Comemoração e instalação da placa de Bronze em Pedra Lisa (Última Hora, 16/07/1958)

Bocayuva Cunha, na ocasião das festividades registradas em foto na figura 8, estava prestes a ser candidato a deputado federal e exercia a profissão de jornalista no periódico *Última Hora*, contando com apoio político de outros setores da imprensa. Não é difícil supor que se trata de uma figura que ajudou a fortalecer laços entre a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa com a imprensa. De acordo com Mário Grynszpan (1987), “havia uma clara ligação de Roberto Silveira com a Sociedade de Pedra Lisa, já desde o período da campanha

²⁰⁵ Bocayuva iniciou sua carreira jornalística no *Correio da Manhã* com um artigo comentando as deliberações da Conferência de Ialta, realizada em 1945. Mais tarde, em 1951, passou a trabalhar no recém inaugurado jornal *Última Hora* e, posteriormente, seguiu carreira política no PTB, legenda pela qual foi eleito deputado federal em 1958. Assumindo o mandato em fevereiro de 1959, foi vice-líder do PTB na Câmara em maio de 1959 e em junho de 1961. Opôs-se à adoção da emenda parlamentarista que garantiu a posse do presidente João Goulart em 1961 sob regime parlamentarista, sendo a favor da posse de Goulart dentro dos marcos do presidencialismo. Partidário de uma reforma agrária radical, defendeu, no ano de 1963, que fosse elaborada uma Emenda Constitucional capaz de permitir que as indenizações de desapropriações por interesse social, para fins de reforma agrária, fossem pagas por meio de títulos da dívida pública. Essa emenda criou um impasse que chegou a dividir a aliança entre o PSD e o PTB, sendo, ao mesmo tempo, não só objeto de disputa central no Congresso Nacional, como um dos pontos de tensão na República na época. Em razão de seus vínculos políticos foi cassado pelo Ato Institucional Número 1, nos primeiros dias da ditadura empresarial-militar (Fonte: CUNHA, Bocayuva, verbete biográfico, CPDOC. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-fernando-bocayuva-cunha>).

²⁰⁶ Reportagem “Defendendo Terras com Armas nas Mãos, Lavradores Fizeram Reforma Agrária”, do jornal *Última Hora*, data não identificada. Acervo de Doquécia Paes Leme; Anexo B I.

eleitoral. No Governo, esta ligação prosseguiu através do executor do Plano de Ação Agrária, Aldio Leite, que tinha um retrato seu na sede da Sociedade” (GRYNSZPAN, 1987, p. 242). Como veremos mais adiante, essa ligação, que se desenvolvia dentro do movimento camponês local, contava, além da presença dos trabalhistas do PTB, com a presença dos comunistas do PCB. Essas duas forças mobilizavam e disputavam uma base social de camponeses dentro das associações de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense, que circulavam dentro de um bloco político com diversos pontos de intersecção, convergência e disputa.

Já Amil Alves – que, como Bocayuva Cunha, também foi citado como uma das “estrelas que brilharam em Pedra Lisa” a quem Agenor, presidente da associação, se referia na cerimônia acima descrita – foi advogado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Petrópolis²⁰⁷, fez parte do Movimento Carioca pela Paz Contra as Armas Atômicas²⁰⁸, foi secretário da prefeitura de Petrópolis em 1954 no governo de Cordolino José Ambrósio (PTB), militava na frente Nacionalista Fluminense em 1958 (frente que Byron também compunha), e foi indicado a assessor técnico na Comissão de Reforma Agrária²⁰⁹.

A Comissão de Reforma Agrária provavelmente foi uma entidade, ou uma tentativa de formação de uma entidade estadual, no mesmo ano de fundação da FALERJ. Consta na Ata da 1ª sessão da Comissão de Reforma Agrária, realizada em 29 de agosto de 1959, na sede do Sindicato dos Rodoviários e Condutores o seguinte:

Sendo presidente da comissão o companheiro *Bráulio Rodrigues da Silva*, secretário e companheiro Eronildes P. da Silva, relator Silvio de Oliveira, vice-presidente e companheiro Washington Luiz Pereira Leite, assessores técnicos Drs. *Amil Alves* e Heitor Rocha Farias. O companheiro *Bráulio Rodrigues* estando ausente e seu substituto companheiro Washington Luiz Pereira convidou para compor a mesa o secretário e o relator, verificou-se que não estavam presentes os dois assessores Drs. *Amil Alves* e Heitor Rocha Farias, foi apresentado o companheiro *Lyndolpho Silva*²¹⁰, sendo aceito por unanimidade (grifo nosso)²¹¹.

Evidentemente que se tratava de um bloco político onde circulavam tanto comunistas quanto trabalhistas, onde, por sua vez, circulavam os mediadores da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Na edição de 21/03/1953, Amil Alves declarou ao jornal *Imprensa Popular* que “se as forças do governo acham que o PCB é um perigo, então esse perigo não

²⁰⁷ APERJ; Coleção Polícia Política, série Informações, notação 34, folha 64.

²⁰⁸ A maneira pela qual o documento caracteriza esse movimento, leva-nos a compreender, por dedução, que fazia parte da Campanha pela Proibição das Armas Atômicas, organizada pelo PCB, articulada internacionalmente com outros Partidos Comunistas, conforme apontado por Jayme Ribeiro (2008).

²⁰⁹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Amil Alves, notação 23.666.

²¹⁰ Lyndolpho Silva foi um relevante quadro político nacional do movimento camponês da época e membro do PCB. Nascido em Barretos, São Paulo, era filho de pequenos produtores arrendatários que se retornam ao município de Mendes, Rio de Janeiro. Após serem expulsos nos anos de 1930 pelo proprietário do sítio que ocupavam, Lyndolpho se muda para São Paulo e, posteriormente para o Rio de Janeiro, onde se filia ao PCB em 1946. Foi liderança da ULTAB desde sua fundação em 1954, sendo membro da direção da entidade, tendo uma militância intensa no sentido de organizar os trabalhadores rurais no Brasil. Colaborou regularmente com o jornal *Terra Livre*; foi um dos organizadores do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961 em Belo Horizonte e foi membro fundador da CONTAG em 1963, sendo seu primeiro presidente. Após o golpe de 1964, viveu em clandestinidade até 1973, quando se exilou em Praga, na Tchecoslováquia, como um dos três secretários da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP). Após a lei de Anistia de 1979, retorna ao Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, onde viveu até seu falecimento, em 2005 (Fonte: “Biografia”, Arquivo Lyndolpho Silva. In: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/>).

²¹¹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Amil Alves, notação 23.666.

deve ser oculto. Na legalidade ou não, ninguém desconhece que o PCB vive e trabalha para atingir seu objetivo. Como democrata sou pela volta do PCB à legalidade, (...) deve participar das eleições!”²¹² Esta declaração chamou atenção da polícia política que passou a espioná-lo.

Uma vez recebendo a homenagem pelo presidente da Sociedade, supomos que Amil Alves prestava serviços à Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa enquanto advogado. Além disso, posteriormente, na Comissão de Reforma Agrária, ele mantinha contato com Bráulio Rodrigues²¹³.

3.3 – Grileiros, Proprietários e Negociadores de Terras

Os grupos sociais das classes subalternas, assim como seus mediadores descritos nos tópicos anteriores, diante de sua investida pela posse das terras devolutas, encontravam um obstáculo expresso nos membros de uma burguesia moderna, com negócios especulativos em terras na Baixada Fluminense.

A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, entre os seus principais adversários, tinha um particularmente poderoso, a família Guinle, com quem travava uma disputa das proporções de David e Golias. Além de serem proprietários da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, propriedade de Arnaldo Guinle e presidência de Guilherme Guinle²¹⁴, os Guinle eram concessionários do Porto de Santos; proprietários do Copacabana Palace; sócios majoritários do Banco Boavista; responsáveis por construir a sede do Jockey Club Fluminense. Ocuparam a presidência e a sociedade anônima responsável pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); tinham negócios no setor automobilístico, rodoviário, cafeeiro, imobiliário, fabril, férreo e muitos outros. Como se essas relações não bastassem, eram muito bem relacionados com diversos políticos, inclusive com o Presidente da República Getúlio Vargas, tanto no período do Estado Novo quanto em seu governo democrático (1951-1954) (BULCÃO, 2015). Os Guinle estavam bem posicionados também no Clube de Engenharia com altos cargos, inclusive de presidência, que “funcionavam como trampolim para a ocupação de cargos públicos eletivos ou não; (...) Portanto, fizeram parte desse grupo de homens ‘que sabiam mandar’, que produziam uma determinada visão de mundo, que interferiam nos rumos das políticas públicas” (HANSEN, 2009, p. 9). Com efeito, a consolidação do grupo Guinle em todo esse contexto empresarial e político levou Claudia Regina Hanssen a classificá-los como “negociantes”:

Para entendermos essa palavra, recorremos à definição proposta por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu: “São aqueles que empregam grandes fundos em tráficos e manufaturas pondo em rápido movimento e extensão a indústria nacional, salariando e mantendo muitas pessoas, e assim indireta mais eficazmente promovendo a agricultura, original fonte de riquezas nacionais (...). São os que fazem comércio da especulação, bancos e seguros. Precisam de grande penetração, sagacidade e inteligência teórica e prática para bem calcularem as circunstâncias vantajosas aos negócios que projetam” (*Ibidem*, p. 5-6).

O principal negociante da família, Eduardo Palassin Guinle, junto do negociante Cândido Gafrée (BULCÃO, 2015) iniciou no Rio de Janeiro o comércio de terras em 1874

²¹² APERJ; Coleção Polícia Política, série Informações, notação 34, folha 64.

²¹³ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Amil Alves, notação 23.666.

²¹⁴ Após sua morte em agosto de 1963, seus bens foram divididos entre sua esposa, sobrinha da esposa, afiliado e sobrinhos (BULCÃO, 2015), entre eles Cândido Guinle de Paula Machado, que foi contribuinte do IPES através do Banco Boavista e Cia Docas de Santos (DREIFUSS, 1981), e que também recebeu heranças de seu outro tio, Guilherme Guinle (BULCÃO, 2015).

(HANSEN, 2009)²¹⁵. A participação da família Guinle nesse ramo se aprofunda na virada dos anos de 1930, com a fundação da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, por Arnaldo Guinle, quarto filho de Eduardo Palassin Guinle:

Em Areal, Três Rios, bem na divisa com Minas Gerais, [Arnaldo] comprou uma das mais antigas propriedades do município, a fazenda Bemposta. O prédio original, do século XIX, possuía 42 cômodos. Em seus quatrocentos alqueires, havia 65 moradias de empregados e oito estábulos para a criação de até 1.500 animais. Quando foi adquirida, em 1938, as coisas começaram a mudar de rumo. (...) A fazenda se tornou um importante endereço político, frequentado pelos presidentes Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra e pelo governador Ernani Amaral Peixoto. A região sempre fora produtora de café, mas Arnaldo resolveu apostar no ramo leiteiro. Junto com os irmãos fundou a empresa Normandia, que, além de laticínios, dedicava-se à citricultura e à venda de terrenos. Sua primeira loja foi aberta no Rio de Janeiro, na Rua Nossa Senhora de Copacabana, vizinha de fundos do Copacabana Palace (BULCÃO, 2015, p.125).

Cabe destacar que, inicialmente, cabia à Companhia Fazendas Reunidas Normandia atuar no ramo de laticínios, citricultura e venda de terrenos. A esse respeito, Álvaro Ferreira (2021) conta que já na década de 1930, os negócios imobiliários da Companhia passaram a ser geridos pela “Companhia de Expansão Territorial, que todos os domingos punha à disposição dos interessados um trem de luxo especial partindo da estação terminal da Central e, de Queimados, um ônibus” (*Ibidem*, p. 5). A citricultura, em especial, era importante na Baixada ainda em fins da década de 1930 e 1945, tendo caído em decadência apenas com o advento da Segunda Guerra Mundial (SOUZA, 1993). Quanto aos laticínios, a empresa dedicava-se a criar gado nas terras em disputa. E, por fim, no que se refere à venda de terrenos, tratava-se de uma região onde a atividade loteadora havia se valorizado profundamente nas décadas de 1940 e 1950. Note-se que muitas das terras da empresa em regiões próximas foram vendidas e transformadas em um grande número de chácaras (FORTE *apud* ALVES, 2003). Após a decadência dos laranjais em Nova Iguaçu, a criação de gado, para, posteriormente, vender as terras, pode ser interpretado como especulação imobiliária.

A especulação, irregularidades e ilegalidades nesses processos de vendas se somaram a denúncias em grandes jornais sobre as condições trabalhistas da Companhia Fazendas Reunidas Normandia. Em março de 1964, Arnaldo Guinle foi denunciado pela imprensa pelo fato de que “em sua propriedade em Areal não se respeitavam as leis trabalhistas. A imprensa carioca usou termos duros, como ‘campo de concentração’ e ‘verdadeira escravidão’ contra a empresa Normandia” (BULCÃO, 2015, p.127).

Não é de se surpreender que entre os articuladores do golpe figurassem, conforme analisamos anteriormente, negociadores que se articulavam com diversos setores da economia, entre eles, a especulação imobiliária que disputava o controle de terras com posseiros na

²¹⁵ Eduardo Palassin Guinle e Cândido Gaffrée, além de terem sido sócios na concessão pública do Porto de Santos, tinham também sociedade na construção de estradas de ferro; em empreendimentos imobiliários em São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco; no setor cafeeiro no interior de São Paulo e fabril, no Rio de Janeiro. Além disso, tinham relações quase que familiares: “Rezava o artigo [do Estatuto da Cia. Docas de Santos]: ‘Serão Diretores, nos seis primeiros anos, Cândido Gaffré, negociante, morador à rua São Clemente, número 143 e Eduardo Palassin Guinle, negociante, residente à rua São Clamente, 143. (...) Como explicar que contasse no estatuto o endereço do sócio sendo o de sua residência?’” (BULCÃO, 2015, p. 37). As fontes do autor contam que os dois, junto de Guilhermina, esposa de Eduardo, mantinham um triângulo amoroso “Os meninos Guinle de baixa estatura seriam filhos de Cândido” (*Ibidem*). Se as fontes Bulcão (2015) estiverem corretas, estamos falando de verdadeiras relações familiares que Cândido Gaffré mantinha com a família Guinle, não apenas de sócios.

Baixada Fluminense. É o caso também dos irmãos Coimbra Bueno, que disputavam terras com posseiros em São José da Boa Morte, no município de Cachoeiras de Macacu (BRITO, 2018). Nesse caso, conforme Ricardo Brito (2018), Abelardo Coimbra Bueno figura na lista de “Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES”, conforme Dreifuss (1981, p. 513)²¹⁶. Seu irmão Jerônimo, “foi governador do estado de Goiás de 1947 a 1950 pela União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição a Getúlio e João Goulart, e teve papel ativo na articulação do golpe de 1964. Foi ainda senador da República, pelo mesmo partido e estado, de 1955 a 1963” (BRITO, 2018, p. 215-216). Além disso, também na obra de Dreifuss (1981), entre as ligações econômicas com o IPES, “são citadas as companhias e grupos: Coimbra Bueno e Cia. Ltda. (empresa de engenharia e urbanismo), Agrobrazil S.A., British-American Tobacco e Fundação Coimbra Bueno (voltada para a mudança e interiorização da capital federal, com preferência para o estado de Goiás)” (BRITO, 2018, p. 215).

Entre muitos outros financiadores, as atividades do IPES recebiam apoio dos Guinle por via da Companhia Docas de Santos e Banco Boavista. Destacamos a participação de Luiz Biolchini enquanto “membro ativo” do *Federation of the American Chambers of Commerce*, via Banco Boavista (DREIFUSS, 1981, p. 96) e de Fernando Machado Portella enquanto associado e colaborador do IPES, também via Banco Boavista (*Ibidem*, p. 745). Junto a estes dois, destaca-se Cândido Guinle de Paula Machado enquanto contribuinte do IPES via Banco Boavista (*Ibidem*, p.627) e Cia. Docas de Santos, junto de Guilherme Weinschenk, Ismael Coelho de Souza e Raul Fernandes (*Ibidem*, p.637). Cabe sublinhar que os associados e ativistas do complexo IPES/IBAD também participavam de outras organizações de classe que faziam campanha anticomunista no contexto da Guerra Fria. O acima mencionado Guilherme Weinschenk, diretor da Cia. Docas de Santos, era tesoureiro da Associação dos Amigos das Nações Cativas, uma organização cuja campanha de propaganda era similar à do IPES. De seu conselho diretor – e também associado ao IPES – figurava Carlos Guinle (*Ibidem*, p.293), um dos tios do já mencionado Cândido Guinle de Paula Machado.

Cândido e seus irmãos, por sua vez, foram os principais herdeiros do tio Guilherme Guinle, que morreu sem filhos em maio de 1960. Assim, “além de terem recebido os bens dos pais e quase toda a herança do tio Guilherme, (...) assumiram o lugar do tio à frente dos maiores negócios da família, a Cia. Docas de Santos e o Banco Boavista” (BULCÃO, 2015, p. 207). Cabe destacar que Guilherme Guinle era também presidente da Companhia Fazendas Reunidas Normandia (DANTAS, 1935). Além disso, os mesmos irmãos foram também uns dos herdeiros do outro tio, Arnaldo Guinle, fundador da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, que faleceu em agosto de 1963. Portanto, trata-se da parte da família com as maiores heranças de seus antepassados (BULCÃO, 2015).

A posição de prestígio entre os negócios da família que Cândido Guinle obtivera era igualmente proporcional à sua atuação no IPES, transcendendo mero apoio financeiro. Participava do Grupo de Publicações/Editorial do IPES, responsável por publicar e promover publicações de diversas naturezas, que coincidissem com os interesses do IPES a fim de conduzir, junto de outros grupos da organização, uma campanha de “guerra psicológica” pelo país. O protagonismo de Cândido nesse grupo se dava através do Centro de Bibliotecnia, que objetivava “estimular a publicação brasileira de livros infantis, e a disseminação de livros selecionados ajudado nessa tentativa pelo *Franklin Book Program*, um centro de divulgação para os editores americanos que, assim, tinham seus livros distribuídos no Brasil” (DREIFUSS, 1981, p. 196). Além disso, a Editora Agir, propriedade de Cândido, era colocada

²¹⁶ Como dito anteriormente, trata-se de uma obra que conta com vasta base documental que fundamenta a maneira pela qual esses setores da economia articularam o golpe de 1964.

à disposição do IPES através de sua infraestrutura comercial, técnica, pessoal e de equipamento e perícia (*Ibidem*).

O herdeiro Guinle também atuava como dirigente de uma unidade do Grupo de Estudos e Doutrina do IPES, grupo responsável por preparar estudos que balizariam diretrizes e teses de longo prazo, projetos de lei e emendas a serem apresentadas para o Congresso Nacional por parlamentares parceiros e também legislaturas para governos estaduais. A unidade dirigida por ele “lidava com problemas estudantis, de camponeses e de trabalhadores” (DREIFUSS, 1981, p. 198). Cândido também figurava entre um dos civis que operavam no Grupo de Levantamento da Conjuntura, alto escalão do IPES, que se responsabilizava “pelo planejamento estratégico e de informações e por preparar a elite orgânica para a ação. Especificamente, encarregava-se do Setor de Exército e Informação, sendo suas principais áreas de operação, os I e II Exércitos, (...) respectivamente nas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre” (*Ibidem*, p. 186).

No que diz respeito àqueles que compraram terras da Companhia Fazendas Reunidas Normandia dos Guinle, destacamos João Tenório da Cunha, primo do político Tenório Cavalcanti; Germano Leal dos Santos; José de Assis Ferreira, vereador da UDN; o banqueiro Fausto Alvim e Antônio Rocha Pacheco – o “tenente Pacheco”²¹⁷. Junto dos Guinle, todos esses eram denominados “grileiros” pelo grupo dos trabalhistas/comunistas da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa e sua ampla base social, justamente por estarem ocupando essas terras para especulação ou de maneira ilegal. Esses grileiros agiam com a ajuda de “jagunços”, isto é, administradores de suas fazendas com quem contavam para lidar de forma violenta com os posseiros. Entre eles, destacamos a figura de “Zé Mineiro”, responsável pelo assassinato do líder da associação, José Mathias e também assassinado anos mais tarde. Em outro grupo denominado como “grileiros” estava Doquézia Paes Leme, principal representante da família em defesa de seus interesses na disputa por terras da Fazenda São Pedro. Entre um dos principais compradores da Fazenda São Pedro, por meio da família Paes Leme, destaca-se Francisco Junqueira, cafeicultor paulista.

Diante da caracterização desses agentes, o que se faz de enorme relevância para o presente estudo são as particularidades periurbanas dos conflitos por terra sobre os quais nos debruçaremos e o que estava em jogo: terra para trabalho ou terra para negócio (MARTINS, 1991). No segundo caso, esse negócio se expressa em especulação, utilizando a terra como uma reserva de valor, podendo ou não criar gado em meio a esse processo.

Nos conflitos por terra analisados na Baixada Fluminense há matizes da questão agrária que não envolvem nenhum “fazendeiro” ou “latifundiário”, mas a terra aparece como um capital especulativo, adquirida e utilizada como reserva de valor. Em alguns casos, a terra tratada como capital especulativo, se relaciona com outros capitais mais modernos, como é o caso dos Coimbra Bueno em Cachoeiras de Macacu, da Companhia América Fabril em Magé e da família Guinle, com a Companhia Fazendas Reunidas Normandia em Nova Iguaçu. Estes últimos, com capitais de grandeza extraordinária e enormemente diversificados, conforme explicado anteriormente. Em outros casos, como o de Doquézia Paes Leme, trata-se de uma família que fora importante para o poder local em período anterior (fins do século XIX e início do XX), mas que, a partir de meados do século XX, passa a nem mais a residir na fazenda, que foi fragmentada após venda para a Coroa Imperial na década de 1870. Ainda assim, era utilizada por meeiros sob contrato com Doquézia e com aqueles que compraram parte da fazenda, como Francisco Junqueira.

Levando em consideração esses fatores, cabe destacar os apontamentos de José de Souza Martins (1991) sobre a dupla articulação entre expropriação da terra e exploração do trabalho:

²¹⁷ Uma edição do jornal *Última Hora* (data não identificada, acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B I) se refere ainda a outros nomes, sugerindo que tanto a Fazenda São Pedro, quanto as terras comercializadas pela Companhia Fazendas Reunidas Normandia foram vendidas para uma quantidade considerável de indivíduos que, por sua vez, entraram em conflito com os lavradores.

Tanto o lavrador do campo quanto o operário da fábrica são antagonizados e violentados pelo capital, mas de formas diferentes. Por isso dão respostas diferentes ao mesmo adversário.

Para cada uma dessas duas situações, a questão política se apresenta de um modo diferente. Não porque correspondem a formas distintas da violência que o capitalismo exerce contra os lavradores do campo e os trabalhadores da cidade. Em nosso país, nos dias de hoje, o capitalismo articula, a um só tempo, ainda que em espaços distintos, a *expropriação* e a *exploração*, processos que, a rigor, se deram separadamente na história clássica do capital. O mesmo grupo econômico nacional ou multinacional que utiliza técnicas sofisticadas e contratuais na *exploração* do trabalho operário em São Paulo ou nas grandes capitais europeias, utiliza a violência do jagunço, sobrepõe o poder privado ao poder público, para expropriar o posseiro na Amazônia, e até mesmo emprega o trabalho escravo para abrir suas fazendas (MARTINS, 1991, p. 17. Grifos do autor).

Se, por um lado, a Sociedade de Lavradores e Posseiros disputava as terras das fazendas Santo Antônio do Mato, Limeira e Tenente Pacheco com a empresa dos Guinle e seus respectivos compradores, por outro, disputava terras também com a família Paes Leme pelo controle da posse da Fazenda São Pedro. Como mencionado anteriormente, segundo documentos obtidos pela associação, o argumento central dessa disputa era de que todas essas terras haviam sido vendidas por Pedro Pinheiro Paes Leme e outros para a Coroa Imperial na última metade do século XIX²¹⁸.

Apesar de os Paes Leme serem reconhecidos como “donos dessas terras há cem anos”, conforme contava o administrador da fazenda no início da década de 1950²¹⁹ – narrativa essa que ainda tem, de certa forma, ecos no presente – Doquézia Paes Leme afirmava ter comprado as terras da Fazenda São Pedro no Banco Hipotecário em 07/03/1906²²⁰. Doquézia, sem sombra de dúvida, era a figura da família mais conhecida da região, sendo lembrada até hoje por diversas pessoas em Jaceruba. Entretanto, há uma confusão com a lembrança de seu nome, pois a grande maioria das pessoas – senão quase todas – com quem conversei nas incursões a campo chamam-na de “Duquesa Paes Leme”. Seu nome era pronunciado dessa maneira desde a década de 1950. A reportagem intitulada de “Centenas de Lavradores Estão sendo Despejados, em Pedra Lisa”, que endossa a narrativa dos posseiros que estavam sendo despejados, dá a entender que o nome da pretensa proprietária foi passado dessa maneira aos jornalistas através dos posseiros locais:

Centenas de Lavradores de Pedra Lisa, município de Nova Iguaçu, estão sendo expulsos das terras que vivem e trabalham há mais de 25 anos. Suas lavouras são impiedosamente destruídas e seus lares incendiados por bandos de jagunços e policiais a serviço de uma grileira que atende pelo nome de “Duquesa”. Na semana passada, conforme

²¹⁸ BRASIL. Arquivo Nacional. GIF1 4B174 - Ministério dos Transportes - Maço 2, Processo 5117 - Desapropriação de terrenos no vale do rio Santo Antônio de propriedade dos herdeiros do Marquês de São João Marcos, 1877; BRASIL. Arquivo Nacional. GIF1 4B174 - Ministério dos Transportes - Maço 2, Processo 76 - Desapropriação de terras pertencentes a Pedro Pinheiro Paes Leme no lugar denominado Limeira, termo de Iguassu. Província do Rio de Janeiro, 1877.

²¹⁹ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgilino Eduardo Diniz, em 07/07/1953; Acervo de Doquézia Paes Leme Anexo B II.

²²⁰ Requerimento de Doquézia Pinheiro Fereira Paes Leme e Luiz Silvestre Pinheiro Paes Leme ao delegado de Polícia de Nova Iguaçu (data desconhecida, acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

apurou a reportagem, mais de oito casas foram incendiadas e numerosas plantações destruídas. Até mesmo animais domésticos foram roubados²²¹.

Como veremos mais à frente, a descendência dos Paes Leme é considerada hoje, em Jaceruba, bairro inserido dentro do atual Assentamento Fazenda São Pedro, um símbolo de prestígio. Partimos da hipótese de que a própria denominação de Doquézia como “Duquesa” faz parte dessas referências identitárias e do imaginário social que se constituiu em torno da pretensa proprietária. Mas esse “erro” no nome de Doquézia dá indícios também de outra característica da relação entre os Paes Leme e a Fazenda São Pedro. Ao que tudo indica, Doquézia, apesar de ter sido a figura da família mais engajada no conflito, não residia na fazenda e, além disso, pouco a devia a frequentar.

Alguns indícios apontam nessa direção. Em primeiro lugar, as narrativas dos acontecimentos em documentos policiais – tanto em depoimentos de Doquézia, do administrador da fazenda e dos posseiros²²² – permitem concluir que ela não estava presente fisicamente na fazenda em nenhum dos acontecimentos relatados. Em segundo lugar, consta, no próprio documento de Doquézia para a Polícia, que ela era “proprietária, residente no Distrito Federal, Avenida Suburbana, nº. 50/6”²²³. Tudo indica que o encarregado da fazenda, que mediava o contato entre a família Paes Leme e a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em episódios de conflitos, era Virgilino, o administrador da fazenda.

Além de Doquézia, Luiz Silvestre Pinheiro Paes Leme, seu sobrinho, também entrou com queixa à Polícia contra os posseiros. Há um documento que conta que, ao contrário de sua tia, Luiz foi pessoalmente à fazenda São Pedro para tratar dos acontecimentos conflituosos²²⁴.

3.4 – Associativismo, Identidade Política e Formas de Ação Coletiva

Falamos anteriormente a respeito de formas de distribuição de terras realizadas pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa – que se conectava com diversos mediadores políticos externos, auxiliando-os nesse processo – bem como suas ações de resistências a expulsões. Entretanto, chama atenção o fato de a antiga associação ter funcionado não somente como uma ferramenta política propriamente dita, mas também como entidade que organizava diversos aspectos da vida social e comunitária na região: mantinha uma escola de educação popular (AGUIAR, 2018); era uma rede de ajuda mútua, contando com uma cooperativa para comercialização e produção; regulava o comportamento comunitário, através de uma comissão incumbida de tratar de casos de transgressões de suas normas de convivência, tais como o consumo de bebidas alcoólicas em excesso, brigas entre posseiros e roubos. Esse tipo de regulação era um fenômeno que se repetiu em outras localidades do estado do Rio de Janeiro, como no distrito de Xerém, em Duque de Caxias, por meio da Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, fundada em 1949 e que, posteriormente, se tornaria a Associação de Lavradores Fluminense (ALF) em 1952 e também em Campos dos Goytacazes, uma década depois, em 1963, quando cerca de 300 camponeses organizados pela FALERJ e pela ULTAB

²²¹ Jornal não identificado, acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B I.

²²² 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgilino Eduardo Diniz, em 07/07/1953; 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Erotildes Pimentel Vianna, em 19/08/1953; 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Doquézia Paes Leme em 16/01/1954 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

²²³ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Doquézia Paes Leme em 16/01/1954 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

²²⁴ Requerimento de Doquézia Pinheiro Fereira Paes Leme e Luiz Silvestre Pinheiro Paes Leme ao delegado de Polícia de Nova Iguaçu (data desconhecida, acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

ocuparam a região do Imbé e instituíram as “leis do Imbé”²²⁵. Podemos até mesmo levantar a hipótese que a presença do pecebismo possa ter sido o fator responsável pela disseminação desse tipo de regulamentação comunitária nessas entidades.

Além dessas formas de regulamentação comunitária, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa também promovia aberturas de estradas e valas, para drenagem de áreas pantanosas, assim como construiu a ponte que liga Jaceruba a Pedra Lisa (COPELLO, 1983). Algumas dessas ações de organização comunitária são relatadas nos jornais pecebistas *Imprensa Popular* e *Voz Operária*:

Os lavradores se reúnem uma vez por semana em frente à Associação, (...) a sede da entidade é pequena para o número de associados. Em dias de reunião, cada lavrador leva seu problema para levantar e pedir solução. Os lavradores dão suas opiniões e ao final tomam as deliberações. Em tais ocasiões são tratados problemas como o do lavrador que pôs fogo no mato e prejudicou seu vizinho. São também tratadas questões como a de manter a escolinha, pagar à professora e comprar livros (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p. 8).

MUTIRÕES – Apesar dos sobressaltos, das perseguições e das notícias intranquilizadoras, os posseiros, além de cuidar de suas roças, encontram tempo para construir a sede da Associação e fundar uma Cooperativa de consumo. Atualmente estão ampliando a sede através de mutirões dominicais. É que o número de associados cresce todos os dias (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10).

De acordo com Ignácio José Barcelos, que chegou a ser presidente da associação na década de 1950, a escolinha foi construída por um mutirão e figurava enquanto uma das atividades da associação, responsável pela manutenção do projeto, que contava com três professores por dia²²⁶. Ora, se o periódico *Imprensa Popular*, em dezembro de 1954, na reportagem acima, descreve a escola sendo organizada pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e, por outro lado, em julho de 1957 o jornal *Voz Operária* diz que “como a escola pública funciona em suas dependências [da Associação], é preciso aumentar a capacidade do modesto prédio” (*Voz Operária*, 27/07/1957, p.10, grifo nosso), deduzimos que a escola tenha sido municipalizada entre o início de 1955 até meados de 1957.

Não dispomos de informações de como se deu a municipalização da escola, tampouco a própria escola. De acordo com a gestora da Escola Municipal de Pedra Lisa, a escola não dispõe de documento de fundação oficial – isto é, sua municipalização. Entretanto, a instituição se reconhece enquanto a mesma escola criada pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, portanto, desde o ano de 2019, considera “ter 71 anos”, ou seja: fundada em 1948, mesmo ano de fundação da associação. Uma data comemorativa para a escola é o dia 17 de

²²⁵ “O movimento camponês fluminense já tem um decálogo que os camponeses chamam de ‘leis do Imbé’, que regerá a sociedade formada pelas famílias que receberem terras distribuídas pelo governo (...). São os seguintes os 10 artigos da ‘Lei do Imbé’: 1) – As terras serão distribuídas pelo grupo de trabalho organizado pela ULTAB, sem discriminação de raça, cor ou religião; 2) – Entrega imediata pelo Governo Estadual, de títulos legais de posse; 3) – Fica terminantemente proibida a venda das terras a terceiros, sem pleno conhecimento da organização local; 4) – Criação de uma cooperativa agrícola; 5) – Respeito e disciplina entre as famílias dos posseiros; 6) – Criação de uma escola para a alfabetização de adultos e crianças; 7) – Legalização de todos os casais que vivem em regime de concubinato, para que a mulher participe dos direitos à terra; 8) – Liberdade absoluta de religião, organização e pensamento; 9) – Assistência médica por parte do governo; 10) – Criação de um Conselho Administrativo através do voto direto” (*Terra Livre*, maio de 1963, p. 5).

²²⁶ Entrevista de Ignácio José Barcelos concedida para Sheila Copello em 02/04/1983.

junho, data da desapropriação das Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, quando a placa de bronze comemorativa foi instalada ao lado do seu prédio²²⁷.

É importante notar que os marcos da memória institucional da Escola Municipal de Pedra Lisa são conectados com marcos das representações coletivas de memórias a respeito da associação e, ao mesmo tempo, de um monumento erguido pelo estado do Rio de Janeiro, um lugar de memória (NORA, 1993) da história oficial (POLLAK, 1989)²²⁸; uma mescla de representações memorialísticas elaboradas pela sociedade civil e pela sociedade política (GRAMSCI, 2001). O resgate da memória da escola, elaborada pela sociedade civil, teve influência da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências – cuja sede se encontra ao lado da escola – que passa a reivindicar a memória da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Seu próprio processo de fundação, em 2016, passou por um resgate memorialístico em torno do tamanho do terreno da antiga associação, que ia até o prédio da escola e também de que a escola foi fundada pela própria Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Pouco mais de uma década antes de minha visita à escola no começo de 2020, Bráulio Rodrigues havia passado por lá, procurando documentos antigos, que a escola não tem, conforme explicado por sua gestora. Ela conta que Bráulio falava muito da história da escolinha e da associação.

O monumento oficial – a representação memorialística elaborada pela sociedade política (GRAMSCI, 2001) – influencia não apenas a memória institucional da escola, mas também a memória institucional e identidade da própria Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, que intitulou sua sede como “Núcleo Agrário Miguel Couto Filho”, em alusão ao núcleo de colonização agrícola que se pretendia fundar após a desapropriação em 1958, escrito na placa de bronze. Retomaremos com mais detalhes a essas representações memorialísticas no capítulo 8.

A Sociedade de Lavradores e Posseiros cotizava entre seus sócios o valor mensal que aumentou, ao longo dos anos, de 5 (em 1948, conforme vimos anteriormente) para 20 cruzeiros (em 1956)²²⁹. Com a finalidade de incrementar a produção para baratear o custo de vida através da cotização de seus membros²³⁰, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa atinge a marca de 500 associados no ano de 1953²³¹, até um pico de 1.200 associados em 1956²³². A cotização mensal também servia enquanto instrumento de trabalho de base da associação: em 1953, ao ocuparem a Fazenda São Pedro, controlada pela família Paes Leme, os membros da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa buscavam convencer os meeiros da Fazenda de que valia mais a pena se associar, pagando esse valor, do que pagar a meia à dona da fazenda, Doquézia Paes Leme²³³.

O Conselho Fiscal da Cooperativa era responsável pela distribuição de terras, que previa que o posseiro deveria morar em Pedra Lisa e que o desmatamento era permitido somente para fins de cultivo. A esse respeito, Bráulio se recorda, em seu livro de memórias, sobre como funcionava a resolução de conflitos no que diz respeito à distribuição de terras e produção:

A associação discutia o que plantar, alguma divergência sobre divisas.
Zé Mathias sempre dizia: “Quem tiver dificuldade com problemas de

²²⁷ Dados do caderno de campo, em 05/03/2020.

²²⁸ Na visão de Michael Pollak (1989) sobre memória oficial, trata-se de um instrumento político estatal que mantém a coesão de grupos e das instituições que fazem parte de determinada sociedade.

²²⁹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Edésio Carvalho da Rocha, notação 21.576.

²³⁰ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Erotildes Pimentel Vianna em 19/08/1953 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

²³¹ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgilino Eduardo Diniz em 07/07/1953 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

²³² APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Edésio Carvalho da Rocha, notação 21.576.

²³³ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgilino Eduardo Diniz em 07/07/1953 (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

divisa não discuta com o outro, discuta aqui na associação! Porque nós aqui temos um conselho fiscal para essa finalidade!” Nas áreas que estavam sobrando, ele sempre colocava mais alguém, punha mais gente. Tinha cadastrado esse povo todo que ocupava (SILVA, 2008, pgs. 23 e 24).

O desvio desse principal fim da ocupação da terra – o cultivo – era motivo de conflito dentro da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa. Isso porque o tema do desmatamento e exploração de lenha era particularmente conflituosa entre o poder público e qualquer tipo de ocupante da região, fossem eles posseiros ou grileiros. Conforme Bráulio Rodrigues da Silva (2008), “o Zé Mathias achava que a terra tinha que ser do pessoal, achava que não tinha que tirar lenha (...) [ele] começou a alertar o pessoal a ter atrito com os que vinham derrubar a mata e com os chamados ‘grileiros’” (*Ibidem*, p. 22). Em consequência disso, José Mathias carregava, uma autorização de posse das terras, da Presidência da República “desde que não façam desmatamento nem carvão, apenas para tirar alimentos” (*Ibidem*). Dona Teresa, filha de meeiros de Doquézia Paes Leme, conta: “meu pai vendia muito carvão. Descia os carros lotados de carvão! Muito, muito... Muita gente vendia carvão. Meu pai era carvoeiro. É assim que fala? Ele fazia desmatamento nessa área aqui mesmo pra Dona Ana. Era Dona Ana mesmo? Ou Dona Doquézia?”²³⁴.

Nesse sentido, é relevante notar que, em reportagens na imprensa do PCB, a exploração de lenha era normalmente atribuída aos grileiros, com o objetivo de diferenciá-los politicamente dos posseiros, responsáveis pela produção de alimentos²³⁵. Bráulio Rodrigues relaciona a produção de carvão com conflitos de terra: “algumas pessoas de Nova Iguaçu começaram a ir para Pedra Lisa tirar lenha para fazer carvão e vender. Foi aí que o Zé Mathias disse numa das reuniões: ‘Olha, companheiro, tem gente aqui de fibra e nós vamos enfrentar bala aqui!’” (SILVA, 2008, p.21-22). De acordo com o jornal *Voz Operária*, a intenção central do desmatamento era o posterior loteamento para construção de casas de veraneio e tinha “o exclusivo propósito de criar, em plena zona rural, lotes urbanos de 12 X 30.” (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10). O contraste entre desmatamento/loteamento e produção de gêneros alimentícios era colocado como uma questão política, objetivando diferenciar as maneiras pelas quais a terra era utilizada pelos grileiros e pelos posseiros. Tratava-se de uma forma de se autolegitimar perante a sociedade e fomentar uma identidade política própria.

Conforme Pedro Geiger e Myriam Mesquita (1956), o significado que o desmatamento poderia ter no contexto específico daquela época, especialmente em uma região periurbana onde havia a intencionalidade governamental, até certo ponto, de estabelecer um “cinturão verde”, de produção de alimentos para a então capital federal. O desmatamento poderia representar “a preferência em muitos lugares pela exploração de lenha retirada das capoeiras, pela exploração de areia para construções e pela criação extensiva de gado bovino, em detrimento da agricultura” (*Ibidem*, p. 37), o que, por sua vez, segundo os autores, poderia representar uma forma de manter a propriedade de determinadas terras quando desvalorizadas, podendo ser um fator de especulação imobiliária. Com efeito, cabe destacar a importância econômica da lenha e do carvão, sobretudo naquele contexto de expansão urbana na Baixada Fluminense:

A produção oleira na Baixada da Guanabara criava uma conseqüente necessidade de lenha para a manutenção dos fornos, que era extraída

²³⁴ Entrevista de Dona Teresa concedida à Gabriel Bastos em 25/10/2018.

²³⁵ Como por exemplo, em reportagem publicada no periódico *Voz Operária*: “Algumas porções dessas glebas vêm sendo exploradas pelos grileiros, que ali realizam criminosa devastação de matas, fabricando lenha ou simplesmente desmatando árvores seculares” (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10).

tanto das encostas dos morros, quanto do mangue. Entretanto, a extração vegetal não se limitava a fornecer combustível para a produção oleira. À medida que se intensificava a urbanização do Rio de Janeiro e das sedes municipais na Baixada, a extração vegetal tendia a crescer, tanto para a produção de madeiras para a construção civil quanto para a produção de carvão. (...) A lenha foi um insumo tão importante que diversas empresas industriais compraram grandes terrenos na Baixada da Guanabara com vistas à extração das matas e capoeiras e também com o plantio de eucalipto, o qual perduraria até os dias atuais em algumas localidades (CARNEIRO *et al.*, 2012, p. 20).

Aparentemente, os principais negociadores de terras da região vendiam glebas após desmatar algumas áreas, conforme explica o jornal pecebista *Voz Operária*: “as outras vítimas desses vendedores de terras (...) são os compradores do Distrito Federal, simples operários ou elementos da ‘classe média’ que compram lotes para morar ou construir casas de campo, sem saber que a propriedade dos terrenos que lhes são vendidos é contestável” (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10). Se, por um lado, os posseiros acusavam os grileiros de desmatamento, posteriormente, já na ditadura empresarial-militar, o desmatamento se tornou um pretexto de repressão por parte da guarda do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)²³⁶ contra os posseiros, conforme discutiremos mais à frente.

Além de distribuir terras, regular a produção e impedir que o desmatamento fosse realizado entre os posseiros, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa também funcionava como uma rede de solidariedade entre os camponeses, através de trocas de produtos em tempos de necessidade e mutirões para construções de casas na chegada de famílias novas, assim como estava envolvida com a organização de assistência médica²³⁷, que é rememorada até hoje pelos mais idosos. Bráulio Rodrigues da Silva nos relata que existia “uma espécie de pensão para aqueles que eram filiados da associação. Por exemplo, se eu falecesse, a minha viúva ia receber uma pensão que a associação dava” (SILVA, 2008, p. 25).

A comercialização dos produtos dos posseiros era feita pela cooperativa da Sociedade, “a qual contava com um almoxarifado que fornecia ferramentas e sementes aos posseiros” (COPELLO, 1983, p. 20). Fundada em 1954, com a sede também em Pedra Lisa e foro jurídico em Nova Iguaçu, a Sociedade Cooperativa de Colonização e Expansão Rural de Pedra Lisa tinha como “objetivo principal defender econômica e profissionalmente o trabalho de seus associados”²³⁸, tal como distribuir roupas, calçados e gêneros de primeira necessidade para as famílias associadas. Entre outras atribuições previstas no estatuto, listava-se: “instalar e manter uma biblioteca, assistência médica, dentária e uma farmácia para fornecimento, a preços baixos de produtos farmacêuticos para seus associados”²³⁹.

²³⁶ O IBDF foi criado pelo decreto-lei nº 289, de 28/02/1967. Era uma entidade autárquica, integrante de administração descentralizada do Ministério da Agricultura, destinado “a formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País, de conformidade com a legislação em vigor”, conforme explica o texto do decreto. Em 1989, o IBDF é fundido com outras três entidades governamentais que atuavam na área ambiental: a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) e Superintendência da Pesca (SUDEPE), para a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

²³⁷ Entrevista de Ignácio José Barcelos concedida para Sheila Copello em 02/04/1983.

²³⁸ Estatuto da Sociedade cooperativa de colonização e expansão rural de Pedra Lisa de Responsabilidade Limitada (Anexo A I).

²³⁹ Estatuto da Sociedade cooperativa de colonização e expansão rural de Pedra Lisa de Responsabilidade Limitada (Anexo A I).

Isso reforça a hipótese de que boa parte, não só da vida social e política, mas também econômica passava pela organização da associação. De acordo com o relato de um lavrador, “toda a vida de Pedra Lisa gira em torno da Associação dos lavradores” (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p. 8). Todavia, representações memorialísticas apontam também para contradições e problemas organizativos:

A cooperativa aqui, era um balaio de gato. Aquele prédio ali da associação, ele era cheio de mercadoria: pequenos motores; esmeril motorizado à gasolina; maquinazinha pequena pra beneficiar arroz... Tinha muita coisa. Machado, foice enxada, balde, chapa de fogão... Encheram aquilo ali de mercadoria. E foi sumindo tudo devagarinho. (...) Tinha um que tomava conta, o falecido Oswaldo. E acontece que qualquer um comprava e entregava o dinheiro ao Jorge Kaneji e ao Adriano, o tenente Adriano (Entrevista de Sr. Alcides, concedida à Gabriel Bastos em 12/03/2020).

Esse relato expressa não somente uma insatisfação organizativa dentro da associação, mas também divergências políticas entre distintos grupos. Note-se que o entrevistado atribui, em parte, problemas organizativos da cooperativa ao tenente Adriano, que chegou a ser presidente da associação em determinado momento da década de 1950. Adriano fazia parte de um grupo – que chamamos aqui de grupo da FLERJ – que era oposição ao grupo de maior simpatia do entrevistado, o grupo que denominamos como grupo dos trabalhistas/comunistas, do qual fazia parte Bráulio Rodrigues, Vantuil Dias Lacerda e muitos outros. Detalharemos no tópico a seguir a respeito das diferenciações entre esses dois grupos. O importante, por ora, é apontar que a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, além de ser um espaço político de resistência contra as ações dos grileiros, era também um espaço de conflito.

3.5 – Conflitos e Atores em Cena

Como demonstrado anteriormente, a distribuição de terras na Região de Pedra Lisa a partir de fins da década de 1940, envolveu diversos atores, assim como as ações de resistência contra expulsões. Apesar de ter sido uma mobilização diretamente organizada pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, envolvia também a mobilização de diversos mediadores em estruturas políticas externas, inseridos em um bloco político trabalhista/comunista. Igualmente, os oponentes da associação – os chamados grileiros – estavam conectados a um outro bloco, o empresarial e militar.

Esses dois blocos em confronto representavam, nitidamente, classes sociais antagônicas. Enquanto o primeiro representava setores da classe trabalhadora (posseiros, meeiros e assalariados agrícolas), articulado com setores tecno-burocráticos oriundos das camadas médias (parlamentares, advogados e setores da imprensa progressista), o segundo bloco político representava setores da classe burguesa (empresários com capital econômico diversificado, especuladores de terras e famílias com influência local ou nacional) e do estamento militar²⁴⁰ (que se ligavam com esses setores burgueses tanto a nível local quanto nacional).

²⁴⁰ Segundo Florestan Fernandes (1975a), o processo de revolução burguesa se desenvolve a partir de valores e modos de comportamento estamentais, se posicionando, paradoxalmente, como elemento propulsor da mudança no estabelecimento do capitalismo no Brasil. Esse fator conjuntural desenvolve um horizonte muito limitado para a burguesia que se forma de maneira concomitante a esse próprio processo. O pacto conservador oligárquico é um elemento importante para nos atentarmos à compreensão de Fernandes a respeito da constituição de um Estado autocrático como “alma” da revolução burguesa no Brasil. A compreensão da existência de um estamento militar no Brasil é correlacionada com o desenvolvimento de seu capitalismo periférico, dependente e neocolonial, implementado antes da consolidação da ordem social competitiva, tendo que conviver com as tensões da sociedade estamental, onde formas de acumulação primitiva sustentam os polos mais dinâmicos da economia. Essa

Faremos, no presente tópico, uma melhor caracterização desses grupos envolvidos nos conflitos sobre os quais nos debruçamos, que circulavam nesses blocos políticos, de forma a melhor situar esses atores sociais.

Em primeiro lugar, uma estrutura parlamentar, ligada ao PCB, PSD e PTB. Essa estrutura, por sua vez, está ligada a um bloco político por onde circulavam sindicalistas, advogados, jornalistas e, ao mesmo tempo, filiados do PCB e PTB e setores mais progressistas do PSD, que tinham o trabalhismo, de certa forma, como referência política. Apesar de não estar profundamente enraizado na FALERJ, na FLERJ ou nas associações de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense, o PSD figurava como parceiro político da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa por meio de um mandato parlamentar que, na verdade, era do PCB. Podemos dizer com segurança que se tratava de um bloco político que envolvia o trabalhismo e o comunismo, expressos majoritariamente pelo PTB e PCB, respectivamente. Esse bloco político, evidentemente, tinha alguns pontos de convergência, tensão e também de disputa por ampliação de sua base social.

Desse bloco político faziam parte diversos mediadores, tais como Bráulio Rodrigues (do PCB, liderança da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa); Amil Alves (que foi secretário de uma prefeitura do PTB em Petrópolis, advogado sindical e que também auxiliou a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa), Bocayuva Cunha (do PTB, jornalista do *Correio da Manhã e Última Hora*, posteriormente deputado federal pela legenda), o advogado Eckel de Lemos, os vereadores Dionísio Bassi e Byron Dore de Almeida e muitos outros advogados, sindicalistas e funcionários públicos.

Em segundo lugar, posseiros oriundos de diversas regiões do interior do estado do Rio de Janeiro (entre eles, colonos japoneses vindos de Itaguaí), de outros estados, principalmente Minas Gerais, e de estrangeiros como é o caso de “João português²⁴¹”, dos japoneses e de outros cinco estrangeiros citados por Copello (1983).

Entre esses posseiros, havia lideranças locais simpáticas ao PCB, tais como José Mathias, Apolinário Angelo de Almeida, José Eufrásio, Alvino Alves, Cleriel, e muitos outros. Pode-se dizer que após a morte de José Mathias, essas lideranças compunham base social do PCB, cujo mediador local principal e mais imediato era, sem sombra de dúvida, Bráulio Rodrigues. Esse grupo político era composto também por lideranças ligadas ao trabalhismo, tais como Erotildes Pimentel Viana, Francisco Lacerda e José Ferreira (“Zencléver”), que faziam parte do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT).

Não sabemos ao certo até que ponto os indivíduos mencionados como simpáticos ao PCB eram ou não, de fato, filiados ao partido, uma vez que até em tempos mais recentes, simplesmente mencionar ter sido membro de tal agremiação era algo tratado com muita cautela. Esse foi o caso de Vantuil Dias Lacerda que, ao manter contato com uma historiadora na década de 1990, que foi responsável por um projeto de resgate de memórias através de uma exposição de jornais e documentos, pelo Grupo Ecológico Ficus Gamaleira, nunca contou ter sido membro do partido. Ao ser entrevistada para a pesquisa da CEV-RJ, ela conta o seguinte:

Leonilde Medeiros: Você diz que ele era marxista com certeza.

Maria: Convicto.

Leonilde Medeiros: De onde veio esse marxismo dele? Ele chegou a ser militante do Partido Comunista?

compreensão lança luz ao nosso entendimento analítico a respeito das dinâmicas de classes no Brasil. Ao nos referirmos a um “estamento militar”, temos como referência, portanto o sentido de “estamento”, atribuído por Max Weber, (1971) e apropriado por Florestan Fernandes (1975a), para explicar e caracterizar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, bem como suas dinâmicas de classe, o que bem caracteriza os setores dominantes das Forças Armadas como um “estamento”.

²⁴¹ Lavrador na fazenda São Pedro, citado em diversas entrevistas e também no documento Requerimento de Doquézia ao delegado (Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

Maria: Não, não. Não tem notícia dele ser filiado ao partido. Agora, te digo “marxismo” pelo que nós conhecemos por “marxismo”, mas nem ele sabia o que era marxismo.

Gabriel Bastos: Entendi. Ele tinha um pensamento anticapitalista, digamos assim.

Maria: Profundamente anticapitalista e pelo que a gente conhece de comunismo ou socialismo, ele tinha ideias muito afinadas. Mas não que ele conhecesse o mínimo de teoria que fosse. (...) Eu acho que a militância dele vinha a partir arguição do direito a partilhar de um espaço devoluto (...) e socializar essa ação.

Aline Maia: Então você não tem notícia de nenhum tipo do partido comunista ou de grupos de esquerda nessa região ali, na época dos conflitos?

Maria: Não, não. Por isso eu estranho quando ele fala que em 1964, ele tem que fugir, e aí eu perguntava: “mas peraí, tinha algum comunista?” E ele, “não, não. Isso não tinha nada a ver com comunismo” (...). Se ele era, isso ficou muito guardado nos depoimentos do Vantuil. Ele nunca falou de nenhum tipo de inserção no PCB ou no PCdoB. Ele nunca declarou isso (Entrevista de Maria, concedida a Leonilde Medeiros, Gabriel Bastos e Aline Maia em 28/10/2015).

Apesar de Vantuil ter desenvolvido, já muitos anos depois do fim da ditadura, relação de confiança e amizade com a historiadora, ele era, de fato, “membro do PCB (...) responsável pela distribuição dos jornais ‘*Voz da Unidade*’ e ‘*Voz Operária*’” em Queimados, conforme o relato de suas atividades em seu pedido de reparação para a Comissão de Anistia²⁴². Igualmente, praticamente nada, no livro de memórias de Bráulio Rodrigues da Silva (2008), é contado a respeito de sua relação com o PCB. O mesmo pode ser dito sobre o livro de memórias de José Pureza (1982), que era membro do comitê estadual do PCB, segundo o Serviço Nacional de Informação (SNI)²⁴³. Além disso, segundo a subchefia de operações e informações da Aeronáutica, em 1966, Pureza atuava como mentor de formação da Organização de Base do Partido Comunista - setor do campo (OBC), em Pedra Lisa²⁴⁴. Por outro lado, já no contexto de desgaste da ditadura empresarial-militar, na primeira metade da década de 1980, Bráulio, em entrevistas realizadas para o trabalho de Frederico Araújo (1982), se refere à sua atuação no PCB sem muito pudor. Sobre as dinâmicas das memórias coletivas a esse respeito, podemos dizer que variam muito de acordo com a pessoa e com a conjuntura política do momento.

Em síntese, havia, dentro da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa, um grupo político composto por simpatizantes do trabalhismo e comunismo. Entre estes, alguns eram ligados às agremiações do trabalhismo – o PTB e MNPT – e outros filiados ao PCB.

Nesse sentido, vale lembrar que, conforme mencionamos no capítulo anterior, em depoimento policial do Tenente Adriano, opositor aos comunistas e trabalhistas, feito por iniciativa própria, ao se referir aos integrantes do MNPT, ele afirmava que todos eram comunistas, estando na entidade com o objetivo central de angariar simpatizantes ao PCB²⁴⁵. Evidentemente, trata-se do ponto de vista anticomunista comum da época que tende a igualar

²⁴² ANAPAP. Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2006 – Maio / 2008.

²⁴³ Arquivo Nacional, acervo Memórias Reveladas. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83008793 - antecedentes de José Pureza da Silva e outros.

²⁴⁴ Arquivo Nacional, acervo Memórias Reveladas. BR DFANBSB VAZ.0.0.26894 - informação nº 229/emaer. José Pureza da Silva – Dossiê.

²⁴⁵ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Erotildes Pimentel Vianna, notação 16.264.

qualquer orientação política progressista ao comunismo. – algo semelhante ao que ocorre em tempos atuais. Mas Por outro lado, expressa também o ponto de vista de um indivíduo que participava do cotidiano da associação, capaz de compreender que ambas as tradições políticas eram aliadas dentro da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

Por todos os motivos acima enumerados, denominaremos esse grupo como o *grupo dos trabalhistas/comunistas*. Utilizaremos esse termo para nos referirmos *especificamente* ao grupo trabalhista/comunista que integrava e, em diversas ocasiões, dirigia a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Quando nos referirmos a uma *estrutura política maior*, que envolve mediadores e liga-se com outras entidades, como sindicatos, partidos políticos e a FALERJ, estaremos nos referindo ao *bloco político trabalhista/comunista*. Rodrigo Patto Sá Motta (2021) faz uma boa caracterização desse bloco político, em termos nacionais, no início da década de 1960, de maneira sintética:

Os comunistas eram influentes em alguns movimentos sociais, como sindicatos operários, e entre líderes camponeses e estudantis. Porém esses núcleos também eram disputados, principalmente pelos setores do PTB ligados à liderança de Jango ou de Leonel Brizola e pelos católicos progressistas (com os quais os comunistas por vezes se aliavam). Por exemplo, na União Nacional dos Estudantes (UNE), a direção quase sempre foi encabeçada por alguém da AP [Ação Popular], com os comunistas participando na posição de vice. Nos sindicatos, eles geralmente se aliavam aos trabalhistas de esquerda, mas havia tensões e disputas entre os dois grupos, que sofriam também com a concorrência de lideranças sindicais de direita. O Comando Geral dos Trabalhadores [CGT], entidade criada em agosto de 1962 que congregava parte importante do sindicalismo, possuía perfil progressista, tendo entre seus líderes principais tanto comunistas como trabalhistas. No campo, a liderança dos movimentos de camponeses e de trabalhadores rurais (assalariados) era disputada por vários grupos, sobretudo militantes católicos (progressistas e conservadores), comunistas e seguidores de Francisco Julião, um militante pernambucano de tendência marxista, mas independente (e concorrente) do PCB. Líder das Ligas Camponesas, Julião defendia, ao menos retoricamente, algumas posturas mais radicais quanto à reforma agrária, tendo ficado associado ao lema ‘reformas na lei ou na marra’ (MOTTA, 2021, p. 36-37).

Havia também, dentro da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, um grupo ligado a um bloco político de oposição ao grupo trabalhista/comunista. É o caso do Tenente Adriano, que chegou a ser eleito presidente da entidade, e de Manoel Justino, que fez parte da chapa interventora da FETAG²⁴⁶ logo após o golpe de 1964. Não temos como afirmar assertivamente até que ponto o Tenente Adriano – e a sua direção na Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa – se articulava ou se compunha formalmente os Círculos Operários Católicos. Entretanto, podemos afirmar que fazia parte de um grupo que era abertamente adversário do grupo trabalhista/comunista, da mesma maneira que os Círculos.

Conforme mencionado anteriormente, o próprio Bráulio Rodrigues da Silva, figura mais proeminente do grupo trabalhista/comunista, chegou a acompanhar brevemente as atividades

²⁴⁶ Na verdade, o nome da federação, até 1965, era Federação de Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos, tendo trocado seu nome para FETAG-RJ, por determinação legal, nesse ano. Para não nos confundirmos, entretanto, utilizaremos aqui o nome de “FETAG” para nos referirmos a essa mesma federação, ainda que em período anterior a 1965.

políticas da FLERJ, e saiu após constatar que se tratava de uma “federação de cúpula” ou “federação fantasma”, conforme é contado por José Pureza (1982) em seu livro de memórias, ponto de vista reforçado por Bráulio em entrevistas no trabalho de Frederico Araújo (1982). A breve circulação de Bráulio nessa federação não expressa adesão, mas sim a permeabilidade do pecebismo no petebismo e vice-versa, dentro de um contexto de disputa de uma base social camponesa. A expressão política da FLERJ, entretanto, era de manter essa base social longe da influência dos comunistas, sendo esta entidade hegemônica pelos Círculos Operários Católicos e, inclusive, dispoendo de um braço institucional no governo do petebista Badger Silveira, por meio do Padre Antonio Carvalho, que foi seu executor do Plano Agrário.

O que estamos querendo demonstrar aqui é que o grupo político ao qual pertencia Manoel Justino e Tenente Adriano era expresso por uma característica anticomunista. Uma vez que não se tratava de um grupo diretamente organizado pelo PTB²⁴⁷, e, ao mesmo tempo, não temos como afirmar que uma liderança como Tenente Adriano compunha, de fato, os Círculos Operários, denominaremos esse grupo, que era oposição aberta aos trabalhistas/comunistas dentro da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, como *grupo da FLERJ*. Optamos por essa denominação pois a intencionalidade política dessa federação – de disputar uma base social camponesa, no sentido de evitar que esta seja influenciada pelos comunistas – corresponde à expressão política anticomunista dentro da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, diferenciando-os, portanto, do trabalhismo, embora a FLERJ possuísse ligações diretas com o PTB.

Para melhor nos situarmos, podemos verificar no Quadro 5, abaixo, alguns dos membros mais mencionados no presente trabalho e suas relações políticas:

²⁴⁷ Embora este grupo tivesse, de certa forma, alguma influência do PTB, tal como expresso na fala de Bráulio Rodrigues em entrevista para o trabalho de Araújo (1982), mencionada no capítulo 2, “aqui em Nova Iguaçu foram criados dois sindicatos na época. Um por nós e outro, pelo PTB”, em uma nítida alusão a este grupo que erapositor ao grupo que Bráulio compunha.

Quadro 5: Relações políticas de associados da Sociedade de Lavradores e Possseiros de Pedra Lisa

Liderança	Cargo	Grupo político na associação	Filiação em organização política
José Mathias	Presidente / Conselho fiscal	Trabalhista/Comunista	Independente*
Bráulio Rodrigues	Relações públicas / Conselho fiscal	Trabalhista/Comunista	PCB
Vantuil Lacerda	Nenhum (mas reconhecidamente liderança local)	Trabalhista/Comunista	PCB
Francisco Lacerda	Conselho fiscal (FALERJ)	Trabalhista/Comunista	MNPT
Tenente Adriano	Presidente	Grupo da FLERJ	Independente**
Manoel Justino	Membro da junta governativa (FETAG-RJ)	Grupo da FLERJ	Círculos Operários Católicos
Alvino Alves	Presidente / Vice-presidente (FALERJ)	Trabalhista/Comunista	Independente***
Erotildes Pimentel Viana	Presidente	Trabalhista/Comunista	MNPT
Agenor Corrêa Porto	Presidente	Trabalhista/Comunista	Trabalhismo****
Ignácio José Barcelos	Presidente		
Edésio de Oliveira Rocha	Presidente		

* Mas, aparentemente, diante das caracterizações de Bráulio Rodrigues em seu livro de memórias, com alguma simpatia ao comunismo.

** Mas, aparentemente, com alguma ligação e simpatia aos Círculos Operários Católicos.

*** De acordo com o IPM 709, “líder comunista de grande projeção para o Partido Comunista”. Entretanto, como dito anteriormente, era comum esse tipo de caracterização dos órgãos de repressão a pessoas com identidade política progressista. Portanto, não há nenhuma referência conclusiva a respeito da filiação política de Alvino Alves com essa agremiação política.

**** Não dispomos de nenhuma fonte que confirme sua filiação partidária ao PTB. Mas, as fontes apontam que Agenor tinha proximidade política bastante expressiva com parlamentares e gestores públicos de governo Petebista (Bocayuva Cunha, Aldio Leite e Amil Alves).

(Quadro elaborado a partir de fontes diversas e combinadas, todas presentes e expostas ao longo da tese)

Transversal a esses dois grupos, há também um outro grupo, os imigrantes japoneses que, aparentemente, se organizavam à parte da Sociedade de Lavradores e Possseiros de Pedra Lisa, com entidade própria. Entretanto, Bráulio Rodrigues indica que eles também participavam de forma “discreta” de algumas atividades da entidade: “os japoneses iam nas reuniões, ajudavam muito nas festas, mas não davam muitas opiniões. A associação chegou a ter diretores japoneses” (Entrevista de Bráulio Rodrigues, *apud* COPELLO, 1983, p. 24). Além destes, e também transversais ao grupo dos trabalhistas/comunistas e ao grupo da FLERJ, havia posseiros, oriundos de distintas localidades, que não faziam necessariamente parte do grupo

trabalhista/comunista, tampouco do grupo da FLERJ, mas que eram uma base social em disputa por ambos os grupos. De maneira semelhante, ao longo dos conflitos por terras na Fazenda São Pedro havia os meeiros da Fazenda São Pedro, grupo que estava no centro da disputa política desse processo. A influência exercida sobre eles, no âmbito das disputas territoriais dentro da Fazenda São Pedro se deu através de uma disputa política entre Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e os Paes Leme.

Outro ator social presente nos conflitos era a Companhia Fazendas Reunidas Normandia, propriedade da família Guinle, que disputava essas mesmas terras com os posseiros de Pedra Lisa após terem adquirido essas glebas do Conde Modesto Leal. Essas terras, por sua vez foram vendidas e desmembradas no final do século XIX, quando a família Paes Leme e outros proprietários de terra venderam-nas à coroa imperial. Os Paes Leme se mantêm na região na primeira metade do século XX, até os conflitos se deflagrarem. Lado a lado da família Paes Leme e da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, estão também os compradores de glebas vendidas por ambos, ao longo das décadas de 1940 e que, por sua vez, disputaram também as terras com os posseiros. Cabe destacar que entre os compradores de glebas da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, figurava o Grupo Marcondes Ferraz, pioneiro em atuar no Brasil na área de consultoria técnica ligada à energia elétrica. De 1928 até 1948, seu dono era Octávio Marcondes Ferraz, que tornou o escritório sociedade limitada. Octávio, assim como Cândido Guinle de Paula Machado, era associado do IPES (FELICIANO, 1993).

Com o objetivo de compreendermos os conflitos por terra que envolveram todos esses grupos desde fins da década de 1940 até o ano de 1964, para, posteriormente, analisarmos as memórias coletivas a respeito desses acontecimentos, passaremos a seguir, para uma análise detalhada destes acontecimentos.

4 – CONFLITOS POR TERRA E O MOVIMENTO CAMPONÊS NA BAIXADA FLUMINENSE (1948-1964)

Discutimos anteriormente que os conflitos por terra ocorridos na Baixada Fluminense, da segunda metade da década de 1940 até o ano de 1964, estiveram, no geral, relacionados à valorização imobiliária e à especulação, como consequência da expansão de atividades industriais e de serviços na região que hoje corresponde à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e também por conta de investimentos estatais em obras de saneamento que estavam sendo implementadas pelo governo federal na mesma região (GRYNSZPAN, 1987). Apontamos também a preocupação com conflitos por terra em torno da cidade do Rio de Janeiro, capital federal até 1960, no IPM 709. O mapa a seguir localiza os conflitos fundiários no estado:

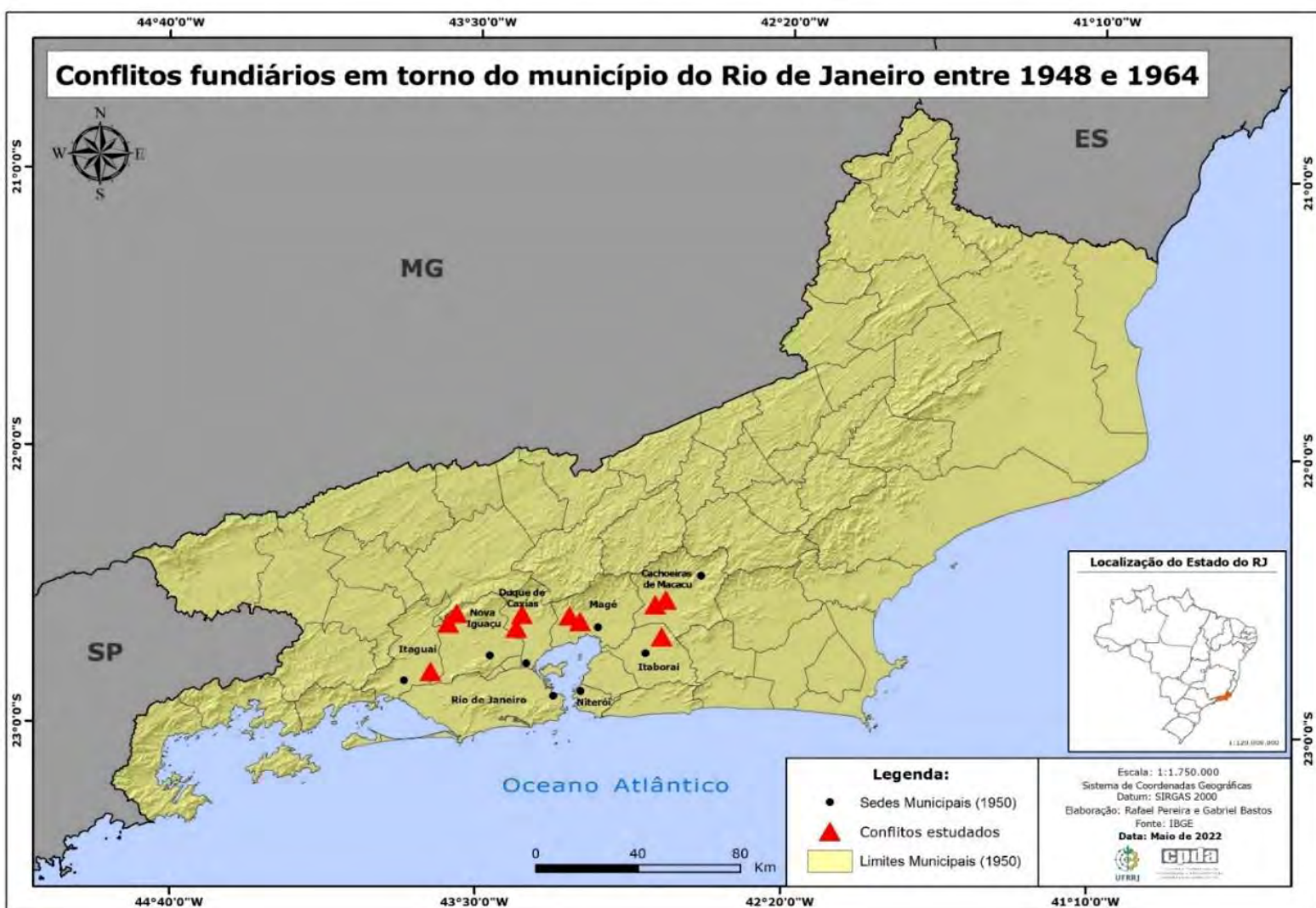


Figura 9: Mapa dos conflitos fundiários em torno do município do Rio de Janeiro entre 1948 e 1964

O objetivo desse capítulo é realizar uma análise de alguns dos principais conflitos por terra ocorridos na Baixada Fluminense – e em alguns outros pontos da franja metropolitana e no interior do estado do Rio de Janeiro – no ciclo que vai dos últimos anos da década de 1940 até o golpe de 1964. Atenção especial será dada para a Região de Pedra Lisa.

4.1 – Sociedade de Lavradores e Possesores em Disputa com Companhia Fazendas Reunidas Normandia e Sócios: Fazenda Santo Antônio do Mato e Limeira e Fazenda Tenente Pacheco (1948 – 1958)

A partir da contextualização exposta nos últimos capítulos, analisaremos agora os primeiros conflitos por terra envolvendo a Sociedade dos Lavradores e Possesores de Pedra Lisa em Nova Iguaçu com diversos outros agentes, inicialmente, a Companhia Fazendas Reunidas Normandia pertencente à família Guinle e seus respectivos compradores de terras. Os conflitos por terra nos quais a entidade esteve envolvida, descritos nesse tópico, se confundem com as próprias origens da associação, bem como estão relacionados à sua expansão em termos de base social e associados. O jornal pecebista *Imprensa Popular* conta a respeito dos primórdios desses conflitos:

O mato foi limpo, as valas dragadas, os pântanos alterados. Ao mesmo tempo, os posseiros iam cultivando aquelas terras devolutas. Por sua vez, o serviço de saneamento da Baixada Fluminense acabou com as febres frequentes ali. Empresas de loteamento foram abrindo estradas. Foi quando surgiu a Normandia. De início, anunciou que ganhara uma concorrência para o corte e venda de lenhas daquelas terras. Já se apresentava, depois, com um título de posse. Usando desse precário documento (nem sequer estabelece os limites das terras), os Guinle passaram a enxotar os lavradores das terras valorizadas. Os policiais de Queimados, todos subordinados pela companhia grileira, passaram a atear fogo aos casebres (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p. 8).

A Companhia alegava ter adquirido essas terras por transferência do Conde Modesto Leal²⁴⁸, que, por sua vez, as havia comprado da viúva do Conde de Aljezur²⁴⁹, que morreu em 1909, “deixando seus bens à sua viúva Anna Carolina de Saldanha da Gama. Quando da sua morte, parte das terras do Conde de Aljezur e da Fazenda Cabuçu situadas em Rio d’Ouro já havia sido vendida ao Governo Imperial em 1877 para as obras de abastecimento de água da Corte” (XAVIER, 2019, p. 76). Parte da fazenda Cabuçu, acrescenta Cristina Xavier, compunha a Fazenda Santo Antônio do Mato, um dos objetos de disputa nos conflitos aqui analisados.

Parte das terras que formam a região de Rio d’Ouro pertenceu à Fazenda Cabuçu. A outra parte, pelo lado do Nascente, foram proprietários, dentre outros José de Mendonça Drummond e Vasconcellos, quando da desapropriação das Fazendas Santo Antônio do Mato e da Limeira pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1958 (*Ibidem*).

(...)

Deduzo que o Conde Modesto Leal era, na verdade, um grande especulador. O caso da compra das fazendas à viúva do Conde de Aljezur tipifica uma manobra financeira, quando ele as oferece como subscrição do capital da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, de

²⁴⁸ Conforme assinalado por Cristina Xavier (2019, p. 77), tratava-se de uma figura “influyente nos meios políticos e empresariais, sendo considerado o homem mais rico do primeiro período republicano, João Leopoldo Modesto Leal – o Conde Modesto Leal, negociava a compra de fazendas outrora grandes produtoras de café no Vale do Paraíba e que agora, em sua maioria, encontravam-se hipotecadas junto aos bancos e financeiras e cujos valores de venda eram modestos se comparados quando estavam no seu apogeu”.

²⁴⁹ “Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, mais conhecido como Conde de Aljezur, nasceu em 1820 no Rio de Janeiro. Exerceu o mandato de vereador em 1857 como representante do Morgado do Marapicu. Assessor e amigo do imperador Pedro II, acompanhou a família Real em seu exílio em 1889. Retornou ao Brasil em 1891, após a morte do monarca, vivendo em Petrópolis até 1909, ano em que faleceu” (XAVIER, 2019, p. 76).

acordo com os termos da ata de criação da empresa publicada no Diário Oficial da União do dia 27/07/1927, página 16.5067: ‘Os imóveis constam de um bloco de terras – diversas fazendas, de que se compõe a fazenda "Normandia"’ (XAVIER, 2019, p. 77).

Entretanto, segundo o jornal *A Noite*, consta que nos autos de Recurso Extraordinário, número 19.316, nessa transferência, o próprio Conde Modesto Leal havia feito a declaração de “não responder pela exatidão da área, porque não se procedeu a medição necessária para sua exata fixação” (*A Noite*, 14/06/1956, p. 5). Destarte, na planta cartográfica da Fazenda Nacional de Santa Cruz, “em cumprimento ao decreto 24.606, de 6 de julho de 1930 as áreas a que nos referimos estão assinaladas com a inscrição ‘Cia. Normandia, ocupação irregular’” (*Ibidem*). Conforme explicado no capítulo 2, o problema de grilagem de terras em núcleos de colonização, especialmente na Fazenda Nacional de Santa Cruz é tratado em diversos momentos em um estudo da época sobre as zonas rurais da Baixada Fluminense:

À proporção que transcorrem os anos, o governo paga mais caro as terras adquiridas para colonização, sendo que, em algumas áreas, paga a valorização para a qual ele mesmo contribuiu através do saneamento. Noutros trechos o governo adquire o que já lhe tinha pertencido: é o caso complicado da Fazenda Nacional onde as terras públicas foram transformadas em latifúndios, mediante foros insignificantes e por grilagem, para explorar principalmente lenha e carvão, (...) foram depois revendidas ao governo. Não deve ser mau negócio para os proprietários que exploram a floresta, vender depois as terras para colonização. É o caso de 1.200 alqueires comprados à Costeira para a organização da colônia Papucaia (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 154).

Os conflitos entre os posseiros que por lá se instalaram desde os anos de 1920 (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p. 8), e a Companhia Fazendas Reunidas Normandia têm suas origens em 1939 a partir de um desmembramento ilegal da Fazenda Nacional de Santa Cruz, quando houve uma “decisão (...) da Comissão de Terras da União que, pelo processo 1991 de 1939, [que] ilegalmente julgou desmembrados dezenas de milhares de alqueires, e as entregou de mão beijada, por livre e espontânea vontade à Companhia Normandia” (*A Noite*, 14/06/1956, p. 5). O jornal argumenta a respeito da irregularidade de tal operação: “o parágrafo segundo do artigo 156 da Constituição Federal diz: ‘Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil alqueires’” (*Ibidem*). Diante disso, o *Voz Operária* publica a seguinte notícia, em tom de denúncia:

É preciso que se diga que os grileiros têm contado, para o êxito de seu avanço ao patrimônio nacional (...). Basta dizer que em 1940 a Comissão Especial de Revisão de Títulos de Terras entregou à “Normandia” mais de 6.000 alqueires de terras, desmembrando-os da Fazenda Nacional de Santa Cruz. E se isso não for o suficiente, convém salientar que em Aljezur (lugarejo vizinho de Pedra Lisa e onde também os posseiros lutam contra os grileiros) o sr. Jayme Poggi de Figueiredo possui o loteamento “Santa Amélia”. Sabendo-se que um filho desse loteador é membro do Conselho de Terras da União é fácil concluir o resto da história... (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10).

De acordo com esse jornal, a partir das informações contidas na escritura de compra e venda encontrada pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em 1956, no

Cartório de 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis de Nova Iguaçu, “a posse do governo federal sobre as terras de Pedra Lisa data de 1877, quando a Coroa Imperial adquiriu a vários fazendeiros, entre os quais o Barão de Limeira, as respectivas fazendas, com o objetivo de proteger as cabeceiras de vários rios e respectivos afluentes” (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10).

Como consequência dessa decisão da Comissão de Terras da União, a Companhia Fazendas Reunidas Normandia loteou tais glebas, revendendo-as para diversos outros particulares, o que gerou ainda mais conflitos entre estes diversos compradores contra os posseiros, que posteriormente se associaram à Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, conforme podemos observar nas reportagens abaixo:

Todos os posseiros de Pedra Lisa, Cangote do Porco e Teófilo Cunha²⁵⁰, estão dentro dessas terras, das quais muitos deles foram certa feita, “exilados” pelo Sr. José Procópio, sob a alegação de havê-las adquirido do Sr. José Domingos Maia que, por sua vez, declara na escritura ter transacionado com a Cia. Normandia. Esta, para realizar o negócio, baseou-se no registro de um “grilo” a que deu o nome de Fazenda Santo Antônio do Mato, registro esse feito no Cartório da 1ª Circunscrição de Registros de Imóveis de Nova Iguaçu, o que não pode prevalecer, pois, como está provado, tais terras pertencem à Fazenda Nacional (*A Noite*, 14/06/1956, p. 5).

Continua a luta pela posse das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz entre os lavradores que se filiaram a Sociedade de Lavradores e Posseiros do 6º distrito de Nova Iguaçu e a Companhia Normandia S/A e, ainda, Duquise²⁵¹ Dias Paes Leme, José de Assis Ferreira, Francisco de Souza e vários outros que se julgam com direitos adquiridos (*O Globo*, 24/08/1953, página desconhecida²⁵²).

Os principais grileiros, nessa área, são (...) a Companhia Reunidas Normandia, pertencente aos Guinle; a famosa Duchesse²⁵³ Paes Leme, que se intitula descendente de Fernão Paes Leme, o Sr. José Procópio, o vereador José Assis Pimenta, Domingos Maia e o banqueiro Fausto Alvim (*Última Hora*, sem data, acervo de Doquélia Paes Leme).

Outros grileiros que têm agido na região são a imobiliária Arpoador, com sede no Rio; a Sra. Duchesse Paes Leme; Jose Assis Ferreira, vereador Udenista em Nova Iguaçu e, mais recentemente, o sr. Fausto Alvim, diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco da Prefeitura carioca e que é intimamente ligado ao presidente Juscelino Kubitschek, com quem tem laços de parentesco. (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10).

Conforme discutimos anteriormente, pode-se dizer que o conflito tem origens históricas ainda mais profundas, a partir de vendas de glebas ao Império, em fins da década de 1870. A escritura referente a essas vendas, subscrita em 09 de dezembro de 1981 pelo 6º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, está em mãos da Associação da Comunidade Tradicional de Camponeses da

²⁵⁰ Trata-se de localidades bem próximas do “centro” de Pedra Lisa. Como foi bastante mencionada como área de conflitos, Cangote do Porco está indicada no mapa da figura 4 (p.40), na introdução do presente trabalho.

²⁵¹ Leia-se Doquélia. O jornal reproduziu o nome da pretensa proprietária com um erro de digitação.

²⁵² Fragmento de jornal encontrado em: APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Miguel Gonçalves Costa, notação 16.603.

²⁵³ Novamente, um provável erro de digitação com o nome de Doquélia.

Pedra Lisa e Adjacências, que hoje atua na região. Podemos supor que se trata do mesmo documento que foi apresentado pelos entrevistados a Sheila Copello em 1983.

Cabe assinalar o valor político que esse objeto de memória (BOSI, 2003) carrega, sendo capaz de conduzir, ao longo do tempo, noções acerca de legitimidade e ilegitimidade a respeito da posse da terra. Diante de todos os dados apresentados, podemos facilmente deduzir que se trata da mesma escritura que a Sociedade de Lavradores e Posseiros utilizava na década de 1950 para se auto legitimar, diante das ameaças da Companhia Fazendas Reunidas Normandia e de seus compradores, produzindo enquadramentos de significados para fins de mobilização política (SNOW e BENFORD, 2000). Principal elemento para fundamentar a argumentação de que suas posses estavam dentro de terras públicas – pertencentes à Fazenda Nacional de Santa Cruz –, muitas vezes o documento era apresentado pela própria associação à imprensa e a diversos agentes do Estado, produzindo assim a identidade política de legítimos posseiros, gerando representações coletivas da memória relacionadas a essa identidade. A título de exemplo, a reportagem a seguir, retrata uma ida de associados à redação do jornal *O Globo*, para apresentar o referido documento, a fim de darem resposta a uma reportagem anteriormente publicada no mesmo jornal:



Figura 10: Jornal *O Globo*, 20/05/1957 (Acervo de Doquécia Paes Leme)

A escritura, que, posteriormente, chegou a fundamentar a desapropriação das Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira em 1958 pelo governador Miguel Couto Filho, conforme explicada na reportagem acima, foi obtida no 2º cartório de ofícios de Nova Iguaçu pelos membros da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Notemos que, assim como em Pedra Lisa, em Xerém, por via da ALF, havia também assessoria de advogados que buscavam legitimar legalmente a posse da terra (PUREZA, 1982). Conforme noticiado na época, tratava-se de “certidões que comprovam ter sido a Fazenda Limeira adquirida em 26 de outubro de 1877 pela Fazenda Nacional, o mesmo acontecendo com a Fazenda Santo Antônio do Mato, também adquirida pela Coroa Imperial em 2 de setembro de 1876” (*Última hora*, data desconhecida, acervo de Doquézia Paes Leme). Conforme já apontado, a situação jurídica da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC) e, conseqüentemente, do Núcleo Colonial de Santa Cruz (NCSC), foi confusa e cheia de irregularidades ao longo do tempo (SILVA, 2017).

Curiosamente, os lavradores só tiveram acesso às escrituras anteriormente citadas por conta da substituição do tabelião do 2º Ofício de Nova Iguaçu em 1956. Até então, o tabelião anterior alegava que tais escrituras não estavam registradas em seus livros (*Última hora*, data desconhecida, acervo de Doquézia Paes Leme). Segundo reportagem do jornal *A Noite*, “toda essa documentação está inclusa nos diversos processos que tramitaram no Ministério da Fazenda e, mais recentemente, no Instituto Nacional de Imigração e Colonização” (*Ibidem*, 15/06/1956, p. 5).

Diante das escrituras, não se pode ter mais dúvida quanto às áreas de propriedade do governo. De acordo com elas, todas as terras entre os rios Santo Antônio e São Pedro pertencem à Fazenda Nacional, compreendida dentro desses dois limites, a antiga Fazenda Limeira adquirida em 26 de outubro de 1877 e registrada no 2º ofício de Nova Iguaçu; e ainda a Fazenda Santo Antônio do Mato, adquirida pela Fazenda Nacional em 2 de setembro de 1876, registrada no 2º ofício de Nova Iguaçu em 11 de outubro de 1880. Todos os posseiros de Pedra Lisa, Cangote do Porco e Teófilo Cunha estão dentro dessas terras (*A Noite*, 14/06/1956, p. 5).

De acordo com Ignácio José Barcelos, que fora presidente da associação, em 1946, ano de sua chegada, já havia cerca de 320 famílias vivendo em Pedra Lisa²⁵⁴. Segundo ele, a primeira investida de grileiros contra os posseiros de Pedra Lisa foi em 1946, conflito também noticiado em alguns jornais, quando diversos compradores de terras da Companhia dos Guinle – e muito provavelmente, com seu apoio – atacaram os posseiros em Pedra Lisa. De acordo com o jornal *A Noite*, essa primeira investida foi feita com bastante violência. “Teve o caráter chocante de autêntico massacre. (...) Poucos esboçaram algum gesto de reação à inesperada visita dos piratas agrários que, munidos de armas de fogo e o diabo no corpo, reduziram plantações a pó, puseram porcos em disparada, queimaram casebres” (*A noite*, 15/06/1956, p. 5)²⁵⁵.

Em três das quatro edições de agosto de 1946 do jornal *Correio da Lavoura*, são publicadas reportagens sobre soltura de gado em plantações em Nova Iguaçu, o que havia provocado, aparentemente, descontentamento entre os lavradores atingidos. “Sob presidência do cel. Sebastião Herculano de Matos, estiveram reunidos vários lavradores na sede da

²⁵⁴ Entrevista de José Inácio Barcelos, concedida a Sheila Copello em 02/04/1983.

²⁵⁵ Apesar do primeiro registro que temos de conflito entre a Companhia Fazendas Reunidas Normandia e os posseiros em Pedra Lisa ter sido em 1946, utilizamos aqui o ano de 1948 como marco inicial por ter sido o ano de fundação da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

Associação Rural²⁵⁶, tratando interesses urgentes de classe” (*Correio da Lavoura*, 04/08/1946, p. 2). Posteriormente, foi realizada uma reunião entre os lavradores, o prefeito, um delegado e o diretor da cooperativa de laticínios, onde se acordou que o prefeito nomearia laçadores, devidamente autorizados pela polícia, para conterem o gado solto em plantações (*Correio da Lavoura*, 11/08/1946, p. 2).

Apesar do acordo, na edição seguinte do jornal local *Correio da Lavoura* (18/08/1946) cuja linha editorial vinha defendendo “o rompimento com a lavoura obsoleta” (ALEXANDRE, 2017)²⁵⁷, a primeira página tem a seguinte manchete: “Deve haver compreensão entre lavradores e criadores”. Diz o jornal que, após a crise da laranja por conta da Segunda Guerra Mundial, os criadores de gado viram um momento oportuno para se estabelecerem em Nova Iguaçu. “Muitos deles [antigos laranjais] passaram a ser pasto para o gado de fulano e beltrano, que não possuem terras, mas aproveitam com muito gosto as que foram desprezadas por seus donos” (*Correio da Lavoura*, 18/08/1946, p. 1). Ainda que o acordo entre os criadores de gado com lavradores e prefeitura tenha se dado há apenas uma semana, o jornal completa:

O fato torna-se, então, quase uma calamidade, porque as lavouras não podem ser restauradas com tanto gado à solta, viciado em invadir as propriedades agrícolas e a destruí-las sem serem incomodados. E ainda mais: os abusos se multiplicam, os atos criminosos se repetem num esforço inaudito para que seja mantido o status quo, a irresponsabilidade se alastra, os direitos deste ou daquele não se respeitam mais (*Ibidem*).

Não encontramos nenhuma relação direta entre a cooperativa de laticínios com a Companhia Fazendas Reunidas Normandia e os Guinle, mas há um cruzamento de três fatores que nos chamam atenção: em primeiro lugar, a instalação da Fazenda Normandia em 1927 em Nova Iguaçu (DANTAS, 1935), que, como vimos anteriormente, “além de laticínios, dedicava-se à citricultura e à venda de terrenos” (BULCÃO, 2015, p. 125); em segundo lugar, a escalada de conflitos, envolvendo soltura de gado em plantações em 1946; e finalmente, em terceiro lugar, as ações violentas de grileiros, também em 1946, contra os posseiros em Pedra Lisa e Cangote do Porco (*A noite*, 15/06/1956, p. 5). Todos esses elementos, conforme discutido no tópico 3.3, reforçam a compreensão de que se tratava de um processo de especulação levado a cabo pela Companhia Fazendas Reunidas Normandia, utilizando a terra como uma reserva de valor, contando com a criação de gado como maneira de manter a propriedade “produtiva”, uma conexão dos empreendimentos e capitais “modernos”, de que a família Guinle dispunha.

Diante desses conflitos e de pressões da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, para expulsão dos lavradores, ainda em 1946, um grupo de posseiros, com apoio de um advogado, obteve acesso aos documentos dessas terras (*Correio da Lavoura*, 13/04/1980 *apud* COPELLO, 1983, p. 30-31) – provavelmente as escrituras a que nos referimos anteriormente. Como estes não comprovavam a propriedade da Companhia, os lavradores enviaram um

²⁵⁶ Conforme Medeiros (1995, p. 65), “Após ter sido baixado um decreto de sindicalização rural em novembro de 1944, que garantia representação mista para patrões e empregados, embora sem revogar esse decreto (...) foi baixado, logo depois, um outro decreto (DL 7449 de 30/05/1945) que (...) definia formação de associações rurais como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial. Sua célula básica seria o município, com uma representação a nível estadual, através de federações. A entidade de representação nacional seria exclusiva e teria sua direção compartilhada com o governo federal, uma vez que parte de seus membros seriam nomeados por ele”. Talvez, essa tenha sido um dos motivos pelos quais a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa tenha sido fundada dois anos mais tarde do ocorrido, com o objetivo de atender os interesses dos trabalhadores rurais da região, especialmente dos posseiros.

²⁵⁷ Cabe destacar que, conforme apontado por Maria Lúcia Alexandre (2017), a linha editorial do semanário refletia posições políticas de uma elite de citricultores, preocupados com as rápidas transformações da expansão urbana no município.

abaixo-assinado, “com umas 140 assinaturas” (*Ibidem*) para o então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, reivindicando a garantia de permanecer na área ocupada. Por meio das investigações de uma comissão do Ministério da Fazenda, concluiu-se que tais terras eram de propriedade da Fazenda Nacional de Santa Cruz, portanto, públicas (COPELLO, 1983). Segundo Bráulio Rodrigues da Silva,

O Zé Mathias começou a alertar o pessoal e a ter atrito com os que vinham derrubar a mata e com os chamados “grileiros” que queriam tirar o pessoal. Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete. O Presidente era o Marechal Dutra, que o recebeu, ouviu o que ele contou e pôs uma ordem no papel, sem decreto, sem nada: “Autorizo os trabalhadores de Pedra Lisa a trabalhar na sua lavoura desde que não façam desmatamento nem carvão, apenas para tirar alimentos, alimentação tirada da lavoura”. O Zé Mathias tinha sempre essa autorização na mão e, com isso, ele conseguiu amenizar muita coisa (SILVA, 2008, p. 22)²⁵⁸.

De uma forma ou de outra, não por acaso, os posseiros endereçaram o abaixo assinado ao presidente Eurico Gaspar Dutra. Na abertura do Congresso Nacional, em março de 1947, “o presidente Dutra reiterou o compromisso em implantar o plano de colonização, com a ressalva de que esse só poderia ser implantado mediante a criação de ‘uma legislação especial que permita ao Governo a prévia e rápida desapropriação, para fins de colonização’” (SILVA, 2017, p. 58). Entretanto, essa disputa parecia ser bem mais complicada no âmbito institucional. Conforme assinalado por Henrique Silva (2017), o Congresso Nacional aprovou um crédito especial de três milhões de cruzeiros, somente no ano seguinte, em 1948, para que o Ministério da Agricultura “atendesse às despesas com as desapropriações na Baixada Fluminense. Nesse mesmo ano, as investidas para a desapropriação de terras na Fazenda de Santa Cruz foram vetadas pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o ‘resguardo do interesse do Patrimônio da União’” (*Ibidem*, p. 58).

Tal processo de reivindicação dos lavradores resultou na criação da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, “organização que possui personalidade jurídica desde 1948” (*A Noite*, 14/06/1948, p. 1), sob presidência de José Mathias. De acordo com Ignácio José Barcelos, que posteriormente exerceu o cargo de Presidente da associação, em entrevista realizada no início da década de 1980, a entidade foi fundada, precisamente, no dia 25/02/1948²⁵⁹. “Os camponeses sentiram a necessidade de organizar-se. Fundaram a Associação, elegeram presidente o bravo camponês José Teodoro, conhecido como José Mathias” (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p. 8). Trata-se da formalização de laços associativos e comunitários que já existiam antes no local (COPELLO, 1983). A Sociedade, “tem por finalidade, segundo consta em seus estatutos, ‘promover a melhoria das condições de vida dos que trabalham diretamente na terra neste 6º distrito de Nova Iguaçu e ajudar aos governos da União, Estado e Município a abater o custo de vida’” (*A Noite*, 14/06/1948, p. 1).

Trata-se de um discurso bastante afinado com o das políticas públicas de projetos de colonização, abordadas no tópico 2.3: melhoria nas condições de vida dos lavradores e ajuda aos governos federal, municipal e estadual para abater o custo de vida – através de um cinturão

²⁵⁸ Chamamos atenção para o tom de naturalidade com que Bráulio Rodrigues se refere a um encontro de Zé Mathias com o então Presidente da República: “Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete”. Talvez, tenha sido assim como Bráulio Rodrigues reteve a memória a respeito da relação entre os camponeses e o Estado; talvez o abaixo assinado possa simplesmente ter sido enviado. De qualquer forma, como explicar o acesso ao Presidente da República através de uma associação que estava em vias de ser fundada? Levantamos aqui a hipótese de que isso pode ter sido resultado da mediação com os parlamentares que citamos no tópico 3.2.

²⁵⁹ Entrevista de Ignácio José Barcelos concedida para Sheila Copello em 02/04/1983.

verde no entorno da capital federal, o Rio de Janeiro, para a abastecer com gêneros alimentícios – eram alguns dos objetivos dos projetos de colonização agrícola em período anterior. Muito provavelmente, tratava-se de uma maneira de se auto legitimar, afinando-se com um discurso de interesse público, somado ao fato de que, como apontamos no capítulo anterior, muitas dessas famílias ocupavam a região dentro de uma “febre” de um imaginário popular, ou nas palavras de Delma Neves (2018, p. 288), um “sistema de crenças, inculcados pela propaganda governamental [que] nutriam, principalmente, o sonho de conquista de autonomia e de alcance de melhores condições básicas de vida para as famílias de muitos agricultores”, em um contexto de circulação de rumores sobre distribuição de terras.

Aparentemente, o contato com o Presidente da República também funcionou enquanto via de diálogo para se obter a posse da terra: “Em 1949 requereram ao então Presidente da República o título de posse da terra. Muitos dos requerentes tinham 30 anos de cultivo do solo. A posse de 300 alqueires de terra foi concedida em nome da Associação” (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p. 8). Provavelmente o jornal deve ter tirado essa informação ao conversar com os lavradores no local, referindo-se à autorização que Zé Mathias pegou com o Presidente Dutra, visto que “o Zé Mathias tinha sempre essa autorização na mão e, com isso, ele conseguiu amenizar muita coisa” (SILVA, 2008, p. 22). Note-se que se trata de uma reportagem publicada em 1954, sete anos depois do acesso de José Mathias à “autorização” do Presidente. Independentemente das formas pelas quais José Mathias possa ter tido acesso à autoridade máxima de Estado, é importante notar como a legitimidade de posse da terra é capaz de manter representações coletivas da memória em torno de uma identidade política (POLLAK, 1989) ao longo dos anos.

Evidentemente, a base legal dessa autorização – provavelmente informal – do Presidente da República foi o decreto-lei nº 893/1938. “Vargas dissera que o dono verdadeiro da terra era aquele que nela manejava. Não havia um só trabalhador em Pedra Lisa ou Cangote do Porco que não conhecesse esta frase de Getúlio, cujo decreto nº 893 (...) estava sendo lembrado no governo do general Dutra” (*A Noite*, 16/06/1956, p.5). Esse decreto, conforme explicado por Neves (2013), era a principal intervenção legal – e a mais definitiva – no que diz respeito à gestão do patrimônio e do aproveitamento agrícola da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União. “A leitura dos considerandos [do decreto] prenunciava os princípios fundamentais da política de colonização do Estado Novo” (*Ibidem*, p. 114) e reforçam a hipótese anteriormente apontada, de um discurso bastante afinado com os princípios e objetivos desse tipo de política pública por parte dos lavradores, como forma de se legitimarem, se nos atentarmos a alguns dos considerandos do decreto, ao qual Neves se refere: “Considerando que não tem dado bons resultados o regime de arrendamentos e afastamentos e que, por outro lado, do desenvolvimento da pequena propriedade nessa região devem resultar vantagens consideráveis para o abastecimento da Capital da República e zonas adjacentes” (Decreto-Lei nº 893, de 26/11/1938 *apud* NEVES, 2013, p. 114). Novamente, o jornal *A Noite*, reforça que se tratava dessa linha discursiva utilizada como forma de legitimar a posse da terra:

As glebas onde se instalaram [os posseiros] legalmente no governo do General Eurico Gaspar Dutra, por ordem do Ministério da Agricultura, em cumprimento do decreto-lei n.º 893 de 26 de novembro de 1938, assinado pelo saudoso presidente Vargas, e que ‘dispõe sobre o aproveitamento agrícola da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União.’ E, dessa lei: - ‘Considerando a necessidade de incentivar o aproveitamento da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União, situados na Baixada Fluminense e beneficiados pelas obras de saneamento que o governo vem aí realizando’ (*A Noite*, 14/06/1956, p. 1).

Cabe destacar que essas noções de legitimidade da posse da terra por parte dos posseiros, contrastada com a ilegitimidade por parte da Companhia Fazenda Reunidas Normandia, daqueles que compraram terras dessa companhia e de todos aqueles que eram denominados grileiros, começa a ser alimentada por enquadramentos de significados (SNOW e BENFORD, 2000), isto é, um discurso de uso legítimo, amparado pela legalidade – desde o reconhecimento de se tratarem de terras da União, “devolutas” quanto ao amparo legal do referido decreto. Novamente, as identidades produzidas através dessas noções irão reverberar e se reproduzir ao longo do tempo, através de memórias coletivas ligadas à identidade da luta legítima pela terra, através do que Michael Pollak (1992) classifica como “memórias herdadas”. Isto é, dinâmicas identitárias que se conectam com o passado.

Por ora, cabe destacar que, de fato, em 1949 foi aberto um processo na Divisão de Terras e Colonização (processo DTC 6370/49), por solicitação, também em 1949, do Serviço de Comunicação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (processo SC 49270/49). Esse primeiro processo foi acompanhado por “Hackel de Lemos, como advogado da Sociedade de Lavradores e Posseiros do 2º Distrito de Nova Iguaçu”, dirigido ao DCT. Esse processo foi pedido pela própria Sociedade de Lavradores e Posseiros e por Zé Mathias²⁶⁰. Ainda, segundo o *Correio da Lavoura*, havia outros dois processos protocolados por José Mathias:

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de José Mathias dos Santos, protocolado no Serviço de Comunicação sob o número quarenta e cinco mil e cinquenta e dois, do ano de mil novecentos e quarenta e nove (S.C. 45152/49) – Certifico que revendo o processo protocolado no Serviço de Comunicação do Departamento de Administração deste Ministério, número vinte e sete mil e quarenta e nove do ano de mil novecentos e quarenta e seis (S.C. 27949/46) nele encontrei a seguinte informação: “Sr. Chefe da Secção de Terras. Este processo se refere a um abaixo assinado, com umas 140 assinaturas de Lavradores residentes no 2º distrito de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, que solicitam a S. Excia., o Sr. Pres. da República, lotes de terras dentro da Fazenda Nacional de Santa Cruz, nas proximidades das estações de Caramujos, Belém e Lajes, da E.F.C.B. (*Correio da Lavoura*, 13/04/1980, *apud* COPELLO, 1983, p. 30).

Essa quantidade de processos revela uma articulação maior junto a cargos mais elevados no Estado. Como sabemos, a Sociedade de Lavradores e Posseiros dispunha de um corpo de mediadores perfeitamente capaz de fazer essa ponte. Byron Dore de Almeida foi responsável por conectar José Mathias até a estrutura da Presidência da República. Interrogado pela polícia em 1953, o vereador assume que tramitava uma petição com mais de cem signatários camponeses para a desapropriação dessas terras da Companhia Fazendas Reunidas Normandia em benefício dos mesmos, no Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, alegando que era esse o caminho legal para a desapropriação, articulada por ele mesmo²⁶¹. “Isso criou um ódio muito grande em Nova Iguaçu contra o Zé Mathias e os posseiros da região” (SILVA, 2008, p. 22), conta Bráulio Rodrigues em seu livro de memórias. “Tinha muita ameaça a ele, do pessoal do carvão, do pessoal da lenha, dos grileiros. E ele tinha aquela ordem do presidente Dutra no bolso...” (*Ibidem*, p24).

Ao que tudo indica, a primeira-dama, Carmela Telles Dutra, fora um contato direto entre José Mathias e a Presidência da República, conforme contam uma carta de Ignácio José Barcelos, que fora presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, e o jornal

²⁶⁰ Diário Oficial da União. 10/04/1950, p.19.

²⁶¹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Byron Dore de Almeida, notação 15.130.

A Noite: “Nesta data ficamos felizes com a administração federal tivemos uma certidão pela Da. Carmela Dutra deu o direito de nós viver nessas terras”²⁶². A opulência dessa articulação política, diante do que Bráulio conta em seu livro de memórias, pode ter sido encarada como ousadia diante dos olhos dos adversários políticos da associação, em um contexto de disputa de terras, o que levou ao assassinato do líder camponês. “Roubaram a vida de um preto²⁶³ de nome José Mathias que, dias antes, havia conseguido chegar até D. Carmela Dutra (hoje falecida) cientificando-a da série de ameaças de que estavam sendo vítimas os posseiros da região, por parte dos grileiros” (*A Noite*, 15/06/1956, p. 5). De acordo com o *Voz Operária*, esses processos de iniciativa de José Mathias sumiram sob influência da poderosa família Gafrée, que, de acordo com Clóvis Bulcão (2015), eram sócios dos Guinle em diversos setores:

Lembremos ainda que um desses processos referentes à posse de terras dessa tão falada região fluminense sumiu, há anos, no Ministério da Agricultura, nas mãos do dr. Gafrée – que até hoje jura que o devolveu, muito embora a última carga, na ficha respectiva, aponta o seu nome como destinatário. Como se sabe, os Gafrée foram sócios dos Guinle (donos da Normandia) na Cia. De Docas de Santos (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10).

O líder José Mathias foi assassinado na manhã do dia 20 de dezembro de 1950 (*Correio da Lavoura*, 24/12/1950, p. 2), emboscado por um jagunço, José Mineiro, “protegido dos Guinle”²⁶⁴. “Zé Mineiro fugiu. Apesar de acusado de homicídio, permaneceu impune em Queimados. Um belo dia amanheceu morto²⁶⁵” (*Imprensa Popular*, 28/12/1954, p.8).

Como vínhamos argumentando, a motivação principal do crime, segundo o jornal *A Noite* teria sido essa articulação do líder camponês com um círculo próximo da Presidência da República. Trata-se da penetração – ou tentativa de – da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa em um espaço político tradicionalmente próximo dos Guinle: “Zé Mathias (...) tombou ao cano vingativo dos grileiros da época por ter levado o seu drama à Dama Carmela Dutra” (*A Noite*, 16/06/1956, p. 5).

A construção da figura de mártir de José Mathias pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa serviu para alimentar, por um lado, uma identidade própria, objetivos e lutas em comum e, por outro, deixar nítida também a imagem de um inimigo: os “grileiros”, expressos na imagem dos Guinle, da Companhia Fazendas Reunidas Normandia e de todos os compradores de terras desta, que entravam em conflito com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Esses referenciais identitários foram reproduzidos ao longo do tempo através de “memórias herdadas” (POLLAK, 1992).

A rememoração do líder foi sendo elaborada através da exposição de sua imagem em espaços públicos. De acordo com o jornal *Imprensa Popular* (04/01/1956, p. 4), já em 1956 a praça central de Pedra Lisa era chamada de “Praça José Mathias dos Santos”. Nela foi colocado um retrato do líder, “mártir de Pedra Lisa”, “inaugurado” como abertura da programação de uma atividade festiva. De acordo com relatos em conversas informais no trabalho de campo, esse retrato ficou por muito tempo na praça e era levado para dentro do prédio da associação em momentos de reunião, assim como era levado para festividades em outras localidades,

²⁶² Carta de Ignácio José Barcelos, 18/09/1986 (Acervo pessoal de Lúcio). Optamos por manter a grafia original.

²⁶³ Como veremos mais à frente, há indícios que apontam que, assim como José Mathias, diversos outros trabalhadores rurais, envolvidos na mobilização camponesa na Baixada Fluminense nesse período, eram pessoas negras. Conforme veremos mais à frente, a própria mobilização da Comissão de Lavradores de Duque de Caxias começou em um terreiro, conforme conta José Pureza (1982), em seu livro de memórias.

²⁶⁴ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Erotildes Pimentel Vianna em 29/06/1953 (Acervo de Doquécia Paes Leme; Anexo B II).

²⁶⁵ Não encontramos nenhuma informação sobre quem tirara a vida de Zé Mineiro.

levando a supor que a associação possuía cópias do retrato. Outros relatos falam que o quadro permaneceu dentro da escola na década de 1970, o que pode ser compreendido como uma espécie de transcrição escondida (*hidden transcripts*) dos símbolos da luta pela terra, sendo portanto uma forma implícita de resistência (SCOTT, 1990). O que nos importa, por enquanto, é que a figura de José Mathias se tornou um símbolo importante para mobilizar a própria ação coletiva dos movimentos de luta pela terra na região.

Com a morte do líder, os conflitos se intensificaram no ano que se seguiu, especialmente entre os camponeses de Pedra Lisa contra um dos compradores de terras da Fazenda Normandia, João Tenório da Cunha, primo de Tenório Cavalcanti. De acordo com o jornal *Última Hora*, após a morte do líder camponês, “João Tenório, mais tarde foi morto, mediante a aplicação da lei de Talião, a única que ali prevaleceu durante os longos e tenebrosos anos em que as autoridades pendiam, inevitavelmente, para o campo dos grileiros” (*Última Hora*, 16/07/1958²⁶⁶). Segundo um dos entrevistados por Xavier (2019), os posseiros de Pedra Lisa diziam que “João Tenório não tinha documento que comprovasse ser proprietário. Pela conversa do narrador F²⁶⁷, percebe-se que João Tenório estava usando do expediente de soltar os bois na região como forma de tomar as terras e isso estava causando mal-estar entre ele e os posseiros” (XAVIER, 2019, p. 115).

E quem era João Tenório? Segundo as reportagens, ele residia no Distrito Federal, era primo de Tenório Cavalcanti e candidato a vereador pelo 3º distrito de Nova Iguaçu que era Vila de Cava – distante de Santo Antônio aproximadamente 16 Km – feudo e reduto eleitoral de outro candidato a vereador, Byron Dore de Almeida, a quem João Tenório acusava de estar doando suas terras em Santo Antônio para lavradores e de lotear a Fazenda Santo Antônio do Mato, oferecendo datas aos seus eleitores (XAVIER, 2019, p. 116).

No dia 25/07/1951, João Tenório da Cunha foi “assassinado no lugar denominado ‘Pedra Lisa’, situado no quilômetro 56 da estrada Rio D’Ouro” (*Diário da Noite*, 26/07/1951, p.1). Os jornais da época levantaram duas hipóteses a respeito: a primeira, por mando de Byron Dore de Almeida, vereador rival de Tenório Cavalcanti, já envolvido com a disputa de terras em Pedra Lisa (*Última Hora*, 26/07/1951, p. 6). Byron, por sua vez, em depoimento à polícia, “nega qualquer participação, direta ou indireta naquele homicídio. Declarou que apenas fora procurado pelos lavradores de Santo Antônio, os quais pediram sua proteção, pois se diziam ameaçados de perderem suas lavouras e ele lhes prometeu assistência junto às autoridades” (*Correio da Manhã*, 01/08/1951, p.3). A segunda hipótese, logo descartada, foi a de latrocínio.

O que a maioria dos jornais não levaram em muita consideração foi que Zé Mineiro, assassino de José Mathias, “estaria homisidiado no sítio de João Tenório” (*Última Hora*, 26/07/1951, p. 6). Provavelmente, o assassinato de João Tenório foi uma reação dos posseiros ao assassinato de José Mathias e de muitos outros lavradores: “Ninguém, ali, gosta de ‘Zé Mineiro’, que todos julgam ser protegido de João Tenório. De fato, o facínora durante algum tempo lá esteve e é apontado como autor de várias mortes até hoje não explicadas, e de tropelias contra muitos dos lavradores” (*Ibidem*). Esse fato é reiterado por três dos 44 suspeitos que acabaram sendo presos em decorrência do homicídio, alegando que João Tenório, utilizava-se do “célebre bandido ‘Zé Mineiro’ (...) para invadir suas propriedades, sob alegação que as mesmas lhe pertenciam, incendiando plantações, (...) trazendo-os num regime de terror, gozando sempre da proteção das autoridades. Agia como um verdadeiro demônio” (*Diário da Noite*, 02/08/1951, p. 4).

²⁶⁶ Página desconhecida, acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B I.

²⁶⁷ Entrevista anônima, concedida à pesquisadora.

O conteúdo do depoimento dos três presos pelo assassinato de João Tenório expressa a compreensão que os lavradores desenvolveram sobre resistência armada como uma forma de auto defesa de tentativas de expulsão por parte dos grileiros. Os relatos contidos nessas duas últimas reportagens mencionadas são as únicas fontes que encontramos onde os lavradores relacionam o matador Zé Mineiro a João Tenório, não aos Guinle. Isso pode ser um elemento que indica uma provável articulação política contra os lavradores, levada a cabo pela família Guinle, junto daqueles para quem estes venderam terras via Companhia Fazendas Reunidas Normandia – uma vez que todas as outras reportagens se referem a Zé Mineiro como articulado com os Guinle.

Com efeito, em meio a esse conflito por terras e sua dimensão política, constitui-se a pergunta: “quem mandou matar José Mathias?” (*Última Hora*, 27/07/1951, p. 6) De acordo com as fontes colhidas, era comum que a resposta fosse “os Guinle”. Assim a pergunta assume um caráter retórico, capaz de mobilizar identidades políticas de “nós” – os posseiros, legítimos moradores e produtores dessas terras – e “eles” – a Companhia Fazenda Reunidas Normandia, os Guinle e os grileiros.

Décadas depois, nos anos de 1980, a violência de Zé Mineiro ainda era rememorada em relatos expostos por Copello (1983), demonstrando o quanto esses conflitos marcaram essas identidades ao longo do tempo. A filha de uma vítima conta: “‘Meu pai vivia sempre escondido no mato, guardando a terra, sempre em clima de medo, tiroteio o tempo todo. Chegavam ameaçando a mando de Zé Mineiro’ (Glória Barcelos – Pedra Lisa)” (COPELLO, 1983, p. 26).

Destarte, observamos que houve outros assassinatos em Pedra Lisa nessa época, não divulgados pela imprensa. A carta acima mencionada (que Ignácio José Barcelos – que fora presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa – deixou para Lúcio, lavrador que hoje é membro da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências) assim diz: “Pessoas mortas pelos grileiros. José Mathias dos Santos e Sebastião Pereira e Antônio Manssú²⁶⁸”. Sem relacionar diretamente à morte de José Mathias, um dia antes das três prisões dos lavradores acusados de matarem João Tenório, a polícia passou a adotar a hipótese de que “a morte de João Tenório está ligada a outros assassinatos ocorridos em Santo Antônio ‘em virtude de uma pendenga pela posse da área contestada’. Naquela localidade inúmeras pessoas foram mortas e quase todas nas mesmas circunstâncias, vítimas de tocaias” (*Correio da Manhã*, 01/08/1951, p. 3). Muitas outras formas de violência se intensificaram em Pedra Lisa após a morte do líder camponês: “o primeiro presidente da associação, o lavrador José Mathias dos Santos, foi assassinado numa covarde tocaia (...). Depois disso, casebres têm sido incendiados, plantações destruídas cercas derrubadas” (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10).

Em 1953 ocorreu a expulsão de 30 famílias de meeiros na Fazenda do Pimenta²⁶⁹, área próxima de Pedra Lisa (COPELLO, 1983). Em agosto desse mesmo ano, uma caravana policial, chefiada pelo delegado adjunto do DOPS foi até Pedra Lisa e “todas as casas dos lavradores

²⁶⁸ Carta de Ignácio José Barcelos, 18/07/1986 (Acervo pessoal de Lúcio). Optamos por manter a grafia original.

²⁶⁹ Provavelmente trata-se da área reivindicada por José de Assis Ferreira, conhecido como “Pimenta”, vereador da UDN de Nova Iguaçu, que reivindicava terras na região por volta dessa época (*Imprensa Popular*, 18/08/1956, p.4). Ao que tudo indica, parece ser um dos compradores de terras vendidas pela Companhia Fazendas Reunidas Normandia. Coincidentemente, o então presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, Erotildes Pimentel Vianna, também levava o mesmo apelido, “Pimenta” (7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgilino Eduardo Diniz em 07/07/1953; Acervo de Doquécia Paes Leme; Anexo B II). Seguindo essa mesma coincidência, outras localidades, segundo Sr. Damião, também remetiam-se ao apelido “Pimenta” do líder camponês, por comporem ou estarem próximas de sua gleba. “O Pimenta (...) tem até o lugar que chama ‘mata do Pimenta’, porque ele era o sitiante que tava naquela área ali. Aí falavam que era a mata do Pimenta, botaram o nome do lugar (...). Até hoje tem esse negócio ainda. As pessoas que moram na Estrada da Polícia do lado de lá. Eles falam: ‘é lá no Pimenta’” (Entrevista de Sr. Damião, concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018).

foram revistadas e, como não tivessem encontrado armas, levaram seus instrumentos de trabalho, como enxadas e machados e ainda espancaram seus moradores” (*O Globo*, 24/08/1953). Embora, de acordo com as reportagens²⁷⁰, não tenha havido linha investigativa alguma que pudesse sugerir possível ligação do assassinato de João Tenório com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa²⁷¹, os policiais invadiram a sede da associação e levaram tudo o que encontraram nela. Na ocasião, o presidente da entidade, Erotildes Pimentel Vianna, foi detido, conforme uma comissão da associação denunciou para a redação d’ *O Globo*.

Ainda em 1953, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, por intermédio do jornal *O Globo*, fez um apelo ao Presidente da República Getúlio Vargas para despachar o processo 141171/53 “que se encontra em seu poder, com farto material demonstrando a ilegalidade com que vem agindo as fortes companhias que querem, por todos os meios, desalojar as 700 famílias que vivem sob o produto de seu trabalho” (*O Globo*, 24/08/1953). Em 1956, jagunços e policiais armados com metralhadoras assaltaram várias residências em Pedra Lisa, incendiando e destruindo três casas em Cangote do Porco. Por intermédio do jornal *Imprensa Popular*, os camponeses dirigiram-se ao governador Miguel Couto Filho e à Assembleia Legislativa para denunciar o crime que, de acordo com eles, partia da Imobiliária dos Guinle, interessada em se apropriar de suas terras (*Imprensa Popular*, 10/03/1956, p.4).

²⁷⁰ *Correio da Manhã*, 01/08/1951, p.3; *Diário da Noite*, 02/08/1951, pgs 1 e 4 e *Última Hora*, 26/07/1951, p. 6.

²⁷¹ De acordo com a reportagem do jornal *Diário da Noite* (02/08/1951, pgs 1 e 4), tratava-se de um grupo que arquitetou uma “tocaia” para João Tenório na casa do “mentor intelectual do crime”, que teria pego armas emprestadas por outra pessoa.



Figura 11: Posseiro aponta para o local onde seu casebre fora destruído. (*A Noite*, 16/06/1956).

Segundo matéria da *Imprensa Popular* de 18/08/1956, a polícia tentou efetivar um mandato de despejo na “Fazenda Nacional de Santa Cruz, em Pedra Lisa”, e foi recebida por lavradores armados de facões, foices, enxadas e espingardas de caça. Como dito anteriormente, essas ações eram entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa, compreensão que foi sendo desenvolvida pelos lavradores da região na medida que cresciam os conflitos violentos. Bráulio Rodrigues chama atenção para a presença de agentes privados em uma ocasião:

Foi na década de 50, em 55, 56. Em período anterior ao governo Roberto Silveira. (...) Não houve prisão. O que tinha que acontecer, aconteceu na área. Houve duas mortes. Não houve inquérito, não houve nada. Foi uma coisa assim, pra num vim pra fora, né? (...) (A repressão) foi maior, muito maior, porque aí não era só a polícia, aí era jagunço, era bem diferente. Não tinha processo, não tinha nada (Entrevista de Bráulio Rodrigues a Frederico Araújo, *apud* ARAÚJO, 1982, p. 50).

Em 1956, uma comissão composta por diversos associados e pelo presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, Edésio de Oliveira Rocha reuniu-se, acompanhada de um advogado, um representante do INIC e de membros da imprensa local,

com o delegado da região e o vereador de Nova Iguaçu, José de Assis Ferreira (UDN) (conhecido como “Pimenta²⁷²”), junto de seu advogado. Este alegava ser proprietário das “terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz pertencentes ao patrimônio da União, localizadas do outro lado do Rio São Pedro e defronte à Fazenda São Pedro. Pimenta e o advogado Fernando Nunes Brigadão fizeram com que a polícia fosse até lá para expulsar os posseiros” (*Imprensa Popular*, 18/08/1956, p. 4).

Os posseiros argumentavam que a área era pública e que, portanto, qualquer ação policial com fins de despejo dos trabalhadores rurais era por eles considerada ilegal. “Após agitados debates assistidos pela imprensa (...), ficou patente que efetivamente o grileiro José de Assis Ferreira não possuía nenhum documento hábil que provasse seu domínio ou posse sobre as terras que estão sendo preparadas para plantio, pelos lavradores”²⁷³ (*Imprensa Popular*, 18/08/1956, p. 4). Ficou acordado, na ocasião, que a polícia não faria novas incursões até que saísse o resultado da ação judicial movida pela Sociedade (GRYNSZPAN, 1987). Aparentemente, o advogado de Pimenta, por sua vez, também advogava a favor da reivindicação de terras pelos Paes Leme, na Fazenda São Pedro e pelos Guinle, em Cangote do Porco, como vimos acima: “aliás, o Dr. Fernando Nunes Brigadão é contumaz no patrocínio de grileiros, sendo responsável pelos despejos violentos e pela queima de casas de posseiros do ‘Cangote do Porco’ e da Fazenda São Pedro, também situada em Pedra Lisa” (*Imprensa Popular*, 18/08/1956, p. 4). Podemos compreender essa coincidência como um indício de uma possível ação articulada entre esses agentes para disputar as terras com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

No dia 29 de dezembro de 1956 foi realizada outra tentativa de despejo de aproximadamente 15 famílias. A ação contou com 15 praças da PM que encontraram cerca de 600 homens armados dispostos a defender Pedra Lisa. Entretanto, foram feitos despejos em apenas três casas sem maiores resistências, as demais já estavam abandonadas²⁷⁴.

Os posseiros se reuniram com o Ministro da Agricultura no ano seguinte em seu gabinete e denunciaram as tentativas de despejo (*Última Hora*, 21/02/1957, p. 2). Após o encontro, o Ministro garantiu que providências seriam tomadas. Em 1958, houve uma outra tentativa de despejo, dessa vez por iniciativa de do banqueiro Fausto Alvim (aparentemente, um dos compradores de terras da Companhia Fazendas Reunidas Normandia), utilizando-se da polícia de Nova Iguaçu. Os lavradores resistiram com apoio de setores progressistas da imprensa, que, ao que tudo indica, já vinham dando respaldo às lutas da associação, dando cobertura à investida de expulsão, inviabilizando o despejo (COPELLO, 1983). Em 1958, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, decretou “de utilidade pública, para efeito de desapropriação (...) e para fins de colonização agrícola, as terras de propriedade particular das antigas fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato situadas no 6º Distrito do Município de Nova Iguaçu”. Coube à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio o plano de colonização dessas terras “estabelecendo o aproveitamento preferencialmente dos posseiros que as ocupam e as cultivam” (Decreto número 6.081, publicado em 23/06/1958, no DOERJ). Em razão disso, foi instalada uma placa comemorativa de bronze em frente à Escola Municipal de Pedra Lisa, que até hoje lá permanece, onde se lê:

²⁷² Não confundir com Erotildes Pimentel Vianna, também conhecido como “Pimenta”, que era presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa em 1953, conforme explicado anteriormente.

²⁷³ Como antes apontado, a Companhia Fazendas Reunidas Normandia estava vendendo diversas terras na época. Apesar de não ter encontrado um documento que fale de uma venda para José de Assis Ferreira, diante da localização ao que o jornal se refere e da argumentação dos posseiros, deduzimos que provavelmente se trate disso.

²⁷⁴ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Edésio Carvalho da Rocha, notação 21.576.



Figura 12: Placa de bronze comemorativa das desapropriações das Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira. Fotografia feita por Gabriel Bastos, em dezembro de 2015

Os camponeses de Pedra Lisa, posseiros de mais de séculos dessas terras, por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos por grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham neste bronze sua imorredoura gratidão ao governador Miguel Couto Filho, pelo seu ato justo e sábio desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que as ocupam e as cultivam e resolvem dar o seu nome a este núcleo agrário, que passará, de hoje em diante, chamar-se Miguel Couto Filho. 13-07-58.

Entretanto, em 13 de agosto de 1958, pelo decreto 6.175, foi revogado o artigo 1º do decreto anterior, “na parte em que declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terras da ‘Fazenda Limeira’”, pois tratava-se de terras da União. Apesar disso, esse monumento contribuiu para que referenciais identitários a respeito de legitimidade da posse pela terra fossem consolidados ao longo do tempo, através de representações coletivas de memórias. Essas memórias coletivas e as identidades políticas por elas produzidas, cumpriram papel importante décadas depois, no final dos anos de 1970, quando as Fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato passaram a ser objeto de disputa novamente.

Como observamos, os conflitos analisados nesse tópico coincidiram com o processo de formação da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Eles se relacionam com a fundação da entidade, que pareceu ser uma imposição conjuntural para a organização dos lavradores ameaçados de despejo – diante da inexistência de uma associação cujo público alvo fossem apenas trabalhadores rurais até 1948 – e, ao mesmo tempo, se relacionam com a expansão da área de influência da própria associação, no que diz respeito à adesão de associados. Isso indica que, possivelmente, a crescente quantidade de associados está

intimamente relacionada à escalada de conflitos e expulsões de posseiros e outras categorias de trabalhadores rurais na região. Algo que parece ter se tornado frequente ao longo da década de 1950.

Conforme demonstrado no mapa da figura 4 da introdução (página 40), a área de influência se expandiu para além das regiões próximas do “centro” de Pedra Lisa, logrando a associação de angariar mais adeptos em uma região contígua de conflitos. Esse será o assunto analisado no próximo tópico.

4.2 – A Expansão dos Conflitos e da Base Social da Associação: Fazenda São Pedro (1953 – 1959) e Fazenda Tenente Pacheco (1955 – 1960)

Na primeira metade do ano de 1953, Guilherme dos Santos Coutinho, encarregado do serviço de administração do Departamento de Águas e Esgotos do Distrito Federal, recebe em sua repartição, situada a aproximadamente quatro quilômetros da Fazenda São Pedro, Virgilino Eduardo Diniz, homem “encarregado das terras de Doquézia Paes Leme”, da Fazenda São Pedro. Virgilino, preocupado, pede à Guilherme para utilizar o telefone da repartição o que lhe é permitido. O caseiro imediatamente liga para sua patroa, Doquézia Paes Leme, a fim de comunicá-la sobre a “intromissão em suas terras de indivíduos estranhos²⁷⁵”. Essas terras, conforme declara Virgilino, “era[m] alagada[s] e quando à retificação do Rio São Pedro, foi feita a dragagem do rio, pelo Governo, ficando, agora, drenada; que justamente essa é a parte da fazenda que está sendo invadida por elementos estranhos²⁷⁶”.

Virgilino encontrou nas terras de sua patroa diversas demarcações, inclusive roçados. Assim, ele resolveu chamar o comissário da polícia Antônio dos Santos Coutinho para ajudar a desmanchá-las, mas tal comissário preferiu executar a tarefa sozinho. Dias depois, Virgilino recebeu a visita de José Christino dos Reis, fiscal da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e Francisco Domingos, secretário da associação. Os visitantes perguntam a Virgilino se ele tinha a escritura de posse das terras e ele responde “que no momento não tinha, mas poderia levá-los à casa de sua patroa para lhes mostrar”. José e Francisco respondem: “Não, nós não vamos ver coisa nenhuma quem vai se entender com ela é nosso advogado²⁷⁷”. Tais ações, como podemos ver na reportagem abaixo, eram classificadas enquanto “agitação” pelo jornal *O Globo*.

²⁷⁵ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Guilherme dos Santos Coutinho, em 07/07/1953; Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II.

²⁷⁶ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgilino Eduardo Diniz, em 07/07/1953; Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II.

²⁷⁷ *Ibidem*.



Figura 13: O Globo, 10/07/1953 (Acervo de Doquézia Paes Leme)

Tais acontecimentos inaugurariam mais uma disputa pelas terras que foram vendidas à Coroa Imperial no fim do século XIX²⁷⁸ envolvendo, por um lado, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e, por outro, a família Paes Leme, especialmente Doquézia Paes Leme. Apesar dos Paes Leme, na época, serem reconhecidos por Virgilino, administrador da fazenda, como “tendo as terras pertencentes (...) há mais de cem anos”²⁷⁹, Doquézia Paes Leme reivindicava-as por tê-las adquirido “por compra feita ao Banco Hipotecário em 07/03/1906”²⁸⁰. Com isso, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa entendia que essas terras eram públicas, tendo sido vendidas à coroa imperial em 1877.

Esse conflito, a partir de 1957, envolveu também o fazendeiro Francisco Junqueira, que comprou uma parte da Fazenda São Pedro em negociação com o irmão de Doquézia, Inácio Dias Paes Leme²⁸¹. O conflito, que começa com uma expansão das áreas ocupadas pelos posseiros de Pedra Lisa na direção da Fazenda São Pedro, posteriormente também envolveu

²⁷⁸ BRASIL. Arquivo Nacional. GIF1 4B174 - Ministério dos Transportes - Maço 2, Processo 76 - Desapropriação de terras pertencentes a Pedro Pinheiro Paes Leme no lugar denominado Limeira, termo de Iguassu. Província do Rio de Janeiro, 1877.

²⁷⁹ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgilino Eduardo Diniz, em 07/07/1953; Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II.

²⁸⁰ Requerimento de Doquézia Pinheiro Fereira Paes Leme e Luiz Silvestre Pinheiro Paes Leme ao delegado de Polícia de Nova Iguaçu (data desconhecida, acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

²⁸¹ Conforme descrito no Decreto número 6.896, publicado em 13/01/1960 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

meeiros, que trabalhavam tanto para Doquézia²⁸² quanto para Francisco Junqueira (COPELLO, 1983). De acordo com Bráulio Rodrigues, nesse período, a associação passou a distribuir terras na mesma área que Francisco Junqueira havia comprado de Doquézia Paes Leme²⁸³. Aparentemente, Francisco Junqueira era parente, em algum grau, de Doquézia Paes Leme ou talvez uma pessoa muito próxima, dada a associação entre eles:

E aí continuemo [nesse terreno], quero dizer, com medo, né? De vez em quando passava esses avião assim, baixinho... Até esqueci o nome do homi agora... Que diz que era parente da Doquézia, que eles vinham pra pegar as pessoas e a gente ficava super preocupado, né? (...) Esqueci o nome dele... Ah! O Junqueira! (Entrevista de Dona Airta concedida a Gabriel Bastos em 14/10/2018)²⁸⁴

Esses conflitos se desenrolaram simultaneamente aos que vimos no tópico anterior. A Fazenda São Pedro era uma área próxima das outras áreas em disputa, conforme descrito no mapa da figura 4 (página 40), na introdução.

Além do engenheiro José Cristino dos Reis, no conflito da Fazenda São Pedro, a Sociedade de Lavradores e Posseiros contava com o auxílio de outros mediadores, assim como nas terras em disputa com a Companhia Fazendas Reunidas Normandia. A distribuição de terras era feita com o apoio do vereador Byron Dore de Almeida, “que manda Alfredo Pereira e Ambrósio de tal alojarem lavradores”²⁸⁵. Assim, os posseiros diziam que “de lá não sairiam de maneira alguma, pois aquelas terras pertenciam ao Governo e estavam se instalando com ordem do Governo”²⁸⁶.

Um artigo de jornal não identificado²⁸⁷ diz que centenas de lavradores estavam sendo expulsos em Pedra Lisa, tendo lavouras completamente queimadas em terras em que vivem e cultivam há mais de 25 anos, por jagunços e policiais “a serviço de uma grileira”, “Duquesa”. O jornal diz que, de acordo com o Tabelião Gilberto de Queimados, Doquézia forjou uma escritura e assim impetrou uma ação de reintegração de posse. Segundo Vantuil Dias Lacerda, em entrevista para um jornal no ano de 1997, um dos lavradores, em meio a esse processo de expulsão e queima de casas, “identificado apenas como Antônio Augusto, chegou a ser queimado pela polícia”²⁸⁸.

Doquézia Paes Leme, em suas disputas judiciais contra a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, contratava os serviços de advocacia de Fernando Nunes Brigadão, mesmo advogado dos Guinle e de José Assis Ferreira, o “Pimenta”, vereador da UDN citado no tópico anterior, que disputava terras com os posseiros em Pedra Lisa. Novamente, essa unidade do mesmo serviço de advocacia utilizado por todos esses agentes é um indicativo de articulação entre eles. De uma forma ou de outra, Fernando Nunes Brigadão exprimia tanta

²⁸² 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgilino Eduardo Diniz, em 07/07/1953; Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II.

²⁸³ Entrevista de Bráulio Rodrigues concedida ao projeto Memórias do ITERJ em 2014.

²⁸⁴ Uma vez que se trata de uma entrevista, onde os acontecimentos rememorados ocorreram quase 70 anos antes, pode ser que Francisco Junqueira não fosse parente de Doquézia, mas associado como tal, em decorrência de seu envolvimento no conflito, estando do lado de Doquézia e contra as ações da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

²⁸⁵ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Erotildes Pimentel Vianna, em 19/08/1953; Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II.

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ Reportagem “Centenas de Lavradores estão sendo Despejados, em Pedra Lisa”. Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B I.

²⁸⁸ Jornal não identificado, anexo em: ANAPAP. Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2006 – Maio / 2008.

força entre os oponentes da Sociedade, que o jornal *Imprensa Popular* chegou a classificá-lo não como advogado, mas como grileiro, diretamente responsável por destruição de casas:

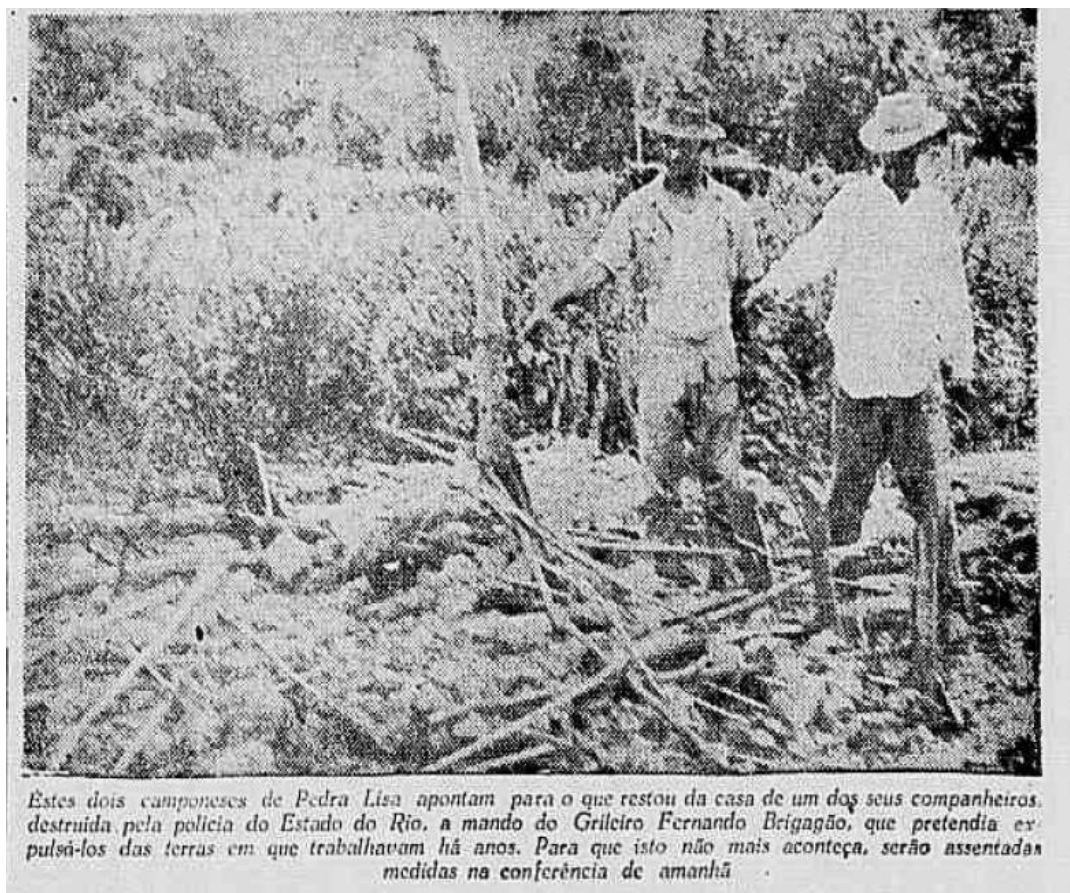


Figura 14: Casa destruída por policiais. (Imprensa Popular, 20/07/1957, p.6)

Em julho de 1955, segundo *O Globo* de 18/07/1955, oito famílias foram despejadas em Pedra Lisa, de forma imprevista, por oficiais de justiça, investigadores e vários homens armados de fuzil, que se distribuíram pelas margens do rio São Pedro. “Esclareceram os lavradores”, que foram até a redação d’*O Globo* denunciar o acontecido, “que a ação contra eles foi movida por Doquézia Paes Leme e obrigou-os a um desnorreamento completo. Tiveram de, na emergência, procurar abrigo nas propriedades vizinhas” (*O Globo*, 18/07/1955, página desconhecida)²⁸⁹. Posteriormente, essas famílias foram levadas para a Ilha das Flores e para Ilha Grande²⁹⁰, de acordo com o jornal *Voz Operária*:

O último despejo (judicial), mas com forte cobertura de metralhadoras policiais, foi realizado ano passado. As oito famílias expulsas foram levadas à presença de JK, que prometeu desapropriar a região, liquidando a questão definitivamente. Enquanto a desapropriação não

²⁸⁹ Trata-se do recorte de uma reportagem de jornal, do acervo de Doquézia Paes Leme, onde está escrito à mão, ao final da reportagem: “*O Globo*, 18/7/55”. Entretanto, ao consultar as páginas das edições matutinas e vespertinas dessa edição, no acervo d’*O Globo*, não localizamos essa página. Como no jornal *Voz Operária* de 27/07/1957, citado a seguir, ao se referir ao despejo de oito famílias, na mesma localidade, como tendo ocorrido “no ano passado”, deduzimos que a anotação tenha se equivocado a respeito da data. Procuramos também a reportagem na edição de *O Globo* de 18/07/1956, sem sucesso. De toda maneira, essa reportagem se encontra no anexo B I.

²⁹⁰ Localizadas no interior da baía de Guanabara, no bairro de Neves, município de São Gonçalo e no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, fazendo parte do município de Angra dos Reis, respectivamente.

vinha, os camponeses e suas famílias foram levados para a Ilha das Flores e, depois, para a Ilha Grande, onde até hoje se encontram, sem que o presidente da república tenha cumprido sua promessa (*Voz Operária*, 27/07/1957, p. 10).

As famílias terem sido levadas até o então Presidente da República Juscelino Kubitschek indica, novamente, que o acesso a esse tipo de autoridade pode ter sido feito através da mediação de parlamentares que auxiliavam a associação. De toda maneira, se inicialmente o conflito na Fazenda São Pedro se inaugura com uma expansão da área que estava sendo ocupada pelos posseiros em Pedra Lisa, nas terras em disputa com a Companhia Fazendas Reunidas Normandia e seus respectivos compradores, rapidamente tal situação conflituosa chega também aos meeiros que estavam instalados na fazenda. Provavelmente, em junho de 1955²⁹¹, o meeiro Manuel dos Santos, com consentimento de Doquézia, transferiu parte de seus direitos contratuais de uso de seu sítio para João Andrade, conhecido como “João português”. Entretanto, ao se dirigir ao sítio para iniciar seus trabalhos de exploração na área, encontrou o posseiro Pedro Alves Sobrinho e seu cunhado, dizendo terem sido instalados pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Após João “português”, acompanhado do sobrinho de Doquézia, Luiz Silvestre Pinheiro Paes Leme, lhe dizerem ser essa terra pertencente à sua tia, Pedro se retirou do terreno, entretanto, afirmando que iria recorrer à reunião da Sociedade, para saber da situação dessas terras. Provavelmente o que a Sociedade de Lavradores e Posseiros compreendeu, e informou para Pedro, foi que as terras da Fazenda São Pedro também eram públicas. Em decorrência desse episódio, o conflito se prolongou, contando com uma incursão armada por cerca de vinte homens da Sociedade à fazenda São Pedro, procurando por Luiz Paes Leme e o administrador da fazenda, Virgilino, que não foram encontrados²⁹².

Em julho de 1955, “esteve em nossa redação a sra. Doquézia Paes Leme que veio protestar contra a acusação a ela feita por uma comissão de trabalhadores em Caramujos, em Nova Iguaçu, chefiada pelo Sr. Frederico Rangel e publicada sob o título acima” (*Diário de Notícias*, 27/07/1955, p. 6)²⁹³. O título ao qual o jornal se refere era: “Só souberam do processo quando foram despejados”, publicado no mesmo jornal no “dia 15 do corrente mês”²⁹⁴. Ao jornal, assim como mencionado anteriormente no depoimento de Virgilino, Doquézia alegou ser proprietária da fazenda através de uma compra feita em 1906 no Banco Hipotecário do Brasil e que, em 1954, “a Sociedade, dela expulsou violentamente um dos colonos da fazenda, em sítio junto a Estrada da Polícia e nele instalou um associado” (*Ibidem*). Doquézia recorreu à justiça, para que fosse realizada uma reintegração de posse a seu favor,

Sendo expedido mandado de manutenção em favor daquela, o qual só foi cumprido uma semana depois de expedido, e de ter tido conhecimento dele o advogado da Sociedade. A diligência da manutenção foi feita pelos Oficiais do Juízo, acompanhados dos advogados da autora e de 2 praças da polícia, requisitados para evitar reações, que felizmente não houve. Na execução do mandado, surgiu um sr. Frederico Rangel, em nome da Sociedade, que se diz engenheiro

²⁹¹ O documento não tem data e se refere tanto à um acontecimento passado em junho de 1955 quanto à “dezembro corrente”.

²⁹² Requerimento de Doquézia Pinheiro Fereira Paes Leme e Luiz Silvestre Pinheiro Paes Leme ao delegado de Polícia de Nova Iguaçu (data desconhecida, acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II).

²⁹³ Essa página do jornal encontrava-se do acervo de Doquézia Paes Leme. Entretanto, como está identificado e disponível em acervo público da Biblioteca Nacional, não foi incorporada aos anexos no fim da tese.

²⁹⁴ Reportagem intitulada como “Só Souberam do Processo Quando Foram despejados” (*Diário de Notícias*, 15/07/1955, p. 6). Igualmente, o recorte dessa reportagem se encontrava no acervo de Doquézia, mas não foi incorporada aos anexos no fim da tese pelo mesmo motivo.

e é quem demarca as áreas a serem ocupadas pelos invasores. Acompanhavam-no um japonês, de nome Jorge, espécie de chefe do núcleo de japoneses da região, e mais dois senhores, que se declararam capitães (um da Aeronáutica, do Comando de Transportes Aéreos e o outro do Serviço de engenharia do Corpo de Bombeiros), todos a cavalo e que, inteirando-se do conteúdo do mandado e assistindo a parte da diligência, retiraram-se (*Diário de Notícias*, 27/07/1955, p. 6).

Dois atores chamam-nos atenção nessa reportagem. Em primeiro lugar, a presença de um capitão da Aeronáutica e outro do Corpo de Bombeiros juntos de um mediador da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e do “chefe do núcleo dos japoneses”. Como mencionado no capítulo anterior, aparentemente os imigrantes japoneses se organizavam de maneira separada da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. A reportagem ajuda a compreender que os japoneses estiveram articulados com a Sociedade para defender interesses comuns de posse de terra. Em segundo lugar, destaca-se a declaração de Doquézia no último parágrafo da reportagem:

Os dois oficiais aludidos, porém, que o acompanharam – terminou a senhora Paes Leme – poderão atestar o que viram, inclusive a boa vontade dos advogados da proprietária em atenuar a situação dos associados da Sociedade, e que, segundo declararam os advogados aos referidos oficiais, consideravam mais vítimas dos dirigentes da Sociedade, do que culpados, por serem pessoas humildes e ignorantes dos fatos, por aqueles dirigentes iludidas (*Diário de Notícias*, 27/07/1955, p. 6).

O tom amigável talvez pelo fato de que, no dia 22 de abril do ano seguinte, 1956, compareceu na Seção de Ordem Social do DOPS, em Niterói, Adriano de Carvalho, tenente da reserva remunerada da Força Aérea Brasileira, para prestar informações sobre o processo eleitoral da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que ocorreria no dia 29 daquele mês. Adriano era o presidente da Sociedade e estava preocupado com esse processo eleitoral, pois “elementos portadores de interesses inconfessáveis, parece que a serviço de ideologias exóticas, estão se movimentando entre os associados, na maioria, pouco esclarecidos em assuntos de política internacional, a fim de controlá-los e assim conseguirem assumir o controle da direção”²⁹⁵. A chapa que preocupava Adriano de Carvalho era composta por José Ferreira (“Zé Clever”, ou “Zenclever”), que era diretor do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT); Erotildes Pimentel Vianna (que fora presidente da associação em 1953) e Francisco Lacerda. Ao prestar essas informações ao DOPS, Adriano de Carvalho diz que, conversando com José Ferreira, ouviu dele que o trabalho na chapa era ganhar adeptos para o PCB, mesmo objetivo que ele tem sendo presidente de um clube de futebol sediado em Caramujos (atual Engenheiro Pedreira). Francisco Lacerda e Erotildes aparentemente eram também do MNPT pois haviam comparecido, junto de José Ferreira, à sua Convenção Nacional em São Paulo²⁹⁶.

Não sabemos dizer com exatidão as origens do Tenente Adriano, tampouco quais suas condições de posse ou propriedade na região²⁹⁷, mas seguramente podemos afirmar que o

²⁹⁵ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Erotildes Pimentel Vianna, notação 16.264.

²⁹⁶ *Ibidem*.

²⁹⁷ De acordo com entrevista de Sr. Alcides, concedida à Gabriel Bastos em 12/03/2020, Tenente Adriano não morava em Pedra Lisa, mas tinha um sítio onde hoje é a prefeitura de Japeri (não muito longe de Pedra Lisa). Ainda, de acordo com a entrevista, ele fora presidente da Cooperativa, não da associação, o que contradiz o depoimento do tenente para o DOPS. Pode se tratar de um erro de digitação ou uma “falha” na memória do entrevistado. Ou ainda, pode ser que o tenente tenha assumido ambos os cargos em momentos distintos.

militar era do grupo da FLERJ, oposição do grupo dos trabalhistas/comunistas dentro da associação. No que diz respeito à presença de militares em áreas de intensa atividade loteadora na Baixada Fluminense, explicam Geiger e Mesquita:

Grande parte dos que adquirem lotes e constroem suas casas é constituída de trabalhadores aposentados, principalmente funcionários públicos, inativos das forças armadas, que não precisam dirigir-se com frequência à cidade. Muitos querem, ao contrário, ficar bem longe do grande movimento, aspirando a possuir um jardim, uma horta ou um quintal em torno da casa (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 184).

Além do Tenente Adriano, havia também a presença de outros militares na associação. É o caso de Alvinho Alves, “Didi”, que também fora presidente da associação e havia ocupado a vice-presidência e uma diretoria técnica da FALERJ (GRYNSZPAN, 1987). “Ele era militar. Ele esteve na força de paz em Suez”²⁹⁸. Alvinho, ao contrário do Tenente Adriano, compunha do grupo dos trabalhistas/comunistas da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

De toda forma, é interessante notar que Adriano reproduz o mesmo discurso de Doquézia, argumentando que os associados são pessoas ignorantes, manipulados por dirigentes. De forma semelhante, o tom amigável dos advogados de Doquézia com os militares mencionados na reportagem, diante da eminência de um conflito, demonstra certa empatia aos lavradores, como sendo “vítimas” de dirigentes, que os inseriam na disputa por políticas públicas de caráter distributivo de terras. Note-se que esse discurso é reproduzido em outros documentos policiais, com fins de despejo de posseiros²⁹⁹ e, posteriormente, já na ditadura empresarial-militar, no IPM 709, que investigou as ações do PCB, onde aparece a afirmação de que “a ação comunista ‘procura mobilizar as massas rurais em torno de *reivindicações em geral compreensíveis e muitas delas perfeitamente justas, numa exploração deprimente das necessidades e do sofrimento humano*’” (IPM, 709, Vol. 2, p. 250, grifos nossos) (MEDEIROS, 2018, p. 71).

Nas décadas de 1950 e início de 1960, os anseios da população rural por acesso à terra não podiam ser ignorados por grupos das classes dirigentes. Na visão de René Armand Dreifuss (1981), a partir de 1961, o complexo IPES/IBAD enxergava o movimento camponês como um “barril de pólvora político e ideológico”, tendo como consequência a organização da elite orgânica para conter o crescimento das entidades camponesas em torno de dessas pautas e, ao mesmo tempo, desmobilizar o campesinato. No caso do Rio de Janeiro, como mencionamos anteriormente, além do PTB, a Igreja Católica também disputava esses trabalhadores rurais contra essas associações “ateias”, através dos Círculos Operários Católicos – que, por sua vez, recebiam financiamento do IPES (DREIFUSS, 1981, p. 646). A própria base social camponesa, que muitas vezes poderia se envolver com as ações de organizações como a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, estava em disputa, nessa conjuntura, por associações patronais e até mesmo pela “elite orgânica”, organizada no IPES e no IBAD.

O discurso que expressa certa empatia de Doquézia com essa base social de trabalhadores rurais, presente na disputa política entre Doquézia e a associação em torno da base social dos meeiros da Fazenda São Pedro em 1956, continuou presente em momento posterior. É importante notar que ideias dessa natureza e semelhantes circulavam em diversos grupos das classes dirigentes, que posteriormente protagonizaram o golpe de 1964, e que mais tarde seriam também protagonistas de um projeto de “modernização conservadora” para o campo (FERNANDES, 1975a).

²⁹⁸ Entrevista de Sr. Alcides, concedida a Gabriel Bastos em 12/03/2020.

²⁹⁹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Edésio Carvalho da Rocha, notação 21.576.

No caso do IPES/IBAD, entre 1963 e 1965 esse discurso permeava a disputa política dessas entidades para exercerem influência em uma base social camponesa em Pernambuco, através do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), entidade que envolvia bispos da Igreja Católica para “o treinamento de líderes camponeses em potencial, capazes de combater organizações políticas revolucionárias e ideólogos, enquanto mantinha as massas rurais ‘dentro da Igreja’” (DREIFUSS, 1981, p. 302). O SORPE era um dos maiores beneficiários da Liga Cooperativa dos Estados Unidos (CLUSA - *Cooperative League of the United States*, em inglês) que, por sua vez, era “parcialmente financiada por contribuintes das instituições que serviam de receptoras dos fundos da CIA americana” (*Ibidem*, p. 302). O SORPE chegou a ser advertido por um jovem perito da CLUSA, que fazia parte da folha de pagamento da CIA, de que “ao convencer o camponês de que a miséria de sua condição é desnecessária, deve-se tomar o cuidado para não empolgá-lo ao extremo e levá-lo à revolta contra as autoridades e interesses criados que causaram o seu estado presente” (*ibidem*). No caso da Escola Superior de Guerra (ESG), parte do bloco de ação de classe que levou a cabo o golpe empresarial-militar de 1964, esse tipo de concepção estava presente da seguinte maneira:

A ESG impulsionou um sistema fechado de ideias baseado na aceitação de premissas sociais, econômicas e políticas que raramente se faziam explícitas além da visão estática de uma sociedade eternamente dividida entre elite e massas. Esse sistema de ideias, que se reproduziu no interior de uma formação socioeconômica específica, encontrava a sua ‘razão de ser’ em relações supostamente permanentes e mesmo naturais de posse e ‘apropriação’ privadas. Essa linha de pensamento excluía teoricamente e evitava praticamente qualquer transformação estrutural, permitindo, no entanto, uma modernização conservadora. Tal abordagem excluía também a presença de representantes das classes trabalhadoras, ou mesmo das camadas intermediárias, no quadro de professores regulares ou convidados da ESG. O argumento em prol do desenvolvimento era apresentado na ESG somente por empresários, tecno-empresários e, em menor escala, por políticos, assim como por convidados estrangeiros, tanto civis quanto militares (DREIFUSS, 1981, pgs 79-80).

Tais concepções, que pressupõem que os camponeses não têm capacidade de, por si só, se organizarem politicamente, têm subjacente um esquema evolutivo que se reproduz tanto na ordem jurídica quanto em diversas práticas sociais. Na ordem jurídica, “ordenam as diferenças culturais individuais e dos segmentos ou grupos da sociedade num *continuum* cujos polos são, de um lado, um estágio cultural incivilizado, primitivo, ‘natural’ ou inferior e, de outro, um ‘superior’ estágio de cultura e civilização” (LIMA, 1989, p. 77). Essas concepções, pontua Roberto Kant de Lima, podem ser não só extraoficiais, como podem até mesmo se institucionalizarem (*Ibidem*), tal como observamos no IPM 709, ou, ainda, fazerem parte de um repertório de ação das classes dominantes em torno da disputa política de uma base social camponesa. Em nosso caso, esse repertório de ação se coloca enquanto um elemento fundamental pois, como mencionado anteriormente, a Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa disputava politicamente os meeiros que trabalhavam para Doquézia Paes Leme, através da tentativa de convencê-los de que era mais vantajoso pagar 20 cruzeiros mensais, valor de associado para a Sociedade, do que pagar a meia para Doquézia³⁰⁰.

³⁰⁰ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Virgilino Eduardo Diniz, em 07/07/1953. Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B II.

Como mencionado anteriormente, a partir de 1958 o conflito passa também a envolver o fazendeiro Francisco Junqueira, fazendeiro de café em São Paulo e usineiro de leite em Minas Gerais (COPELLO, 1983), uma vez que em 30 de dezembro de 1957 os Paes Leme lhe venderam uma parcela da Fazenda São Pedro³⁰¹. Posteriormente, em 1959, diferentes grupos de meeiros dessa parte da fazenda que fora vendida para Francisco Junqueira, entraram em conflito entre si, estimulados pelo próprio fazendeiro. De acordo com Copello (1983), havia um grupo de meeiros da área da várzea e outro da área da serra, estes, com condições bem mais adversas de exploração da terra. Quando os lavradores da várzea se recusaram a pagar a meia, Junqueira mobilizou os meeiros da serra para expulsarem seus vizinhos. A Sociedade dos Lavradores de Pedra Lisa foi capaz de unir os dois grupos para que não mais pagassem a meia. Em resposta, o fazendeiro, além de travar lutas judiciais para a expulsão de ambos os grupos, trouxe jagunços de São Paulo para pressioná-los, assim como recorreu também a um contingente da polícia para efetuar o despejo. Tal ação foi contida pela resistência dos meeiros, que fizeram valas na estrada afim de impedir a entrada dos policiais (COPELLO, 1983).³⁰² Como já observamos anteriormente, a maioria das pessoas a que tivemos acesso na fazenda São Pedro se identificam como pessoas de lá, desde gerações anteriores. Evidentemente, um reflexo dessa diferença de categorias de trabalhadores rurais associados à Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa: em Pedra Lisa posseiros; em São Pedro, meeiros. A respeito dos vínculos políticos entre posseiros e meeiros na luta pela posse da terra, em entrevista realizada no início da década de 1980, Bráulio Rodrigues afirma:

Frederico Araújo: Nos conflitos em questão, a luta era travada exclusivamente por posseiros, ou, em torno dos interesses comuns também se uniam parceiros...?

Bráulio: Aí é que está. Realmente ela iniciava através de posseiros, mas quando nestas áreas sempre tinham aquelas pessoas que trabalhavam de meia, quando eles sentiam que em volta deles tinha alguém que ia ter um pouco mais de liberdade para trabalhar na terra, vamos dizer assim, em relação de ser empregado, de ser meeiro, de ser diarista, ele geralmente aderiria, porque sabia que a partir daquela época ali ele era um homem quase que independente, não independente, mas em relação ao trabalho que ele ia ser independente. Então sempre aderiram. Nós temos casos aqui, numa fazenda, *a Fazenda São Pedro*, que o fazendeiro tinha cento e poucos empregados, *meeiros*. Quando nós ocupamos esta área de terra, *estes empregados passaram todos a ocupar também o seu pedacinho de terra, inclusive o próprio pedacinho de terra que ele estava trabalhando de meia*. Nós conseguimos demover eles, que eles se unissem na nossa luta, aquele pedacinho de terra que ele estava ocupando seria dele. (...) Esta área, da Fazenda São Pedro, pode chegar lá hoje e perguntar alguns deles lá. Diz: eu fui meeiro de fazendeiro, hoje não sou mais, o pedacinho de terra em que eu era meeiro é meu hoje, meu assim né, tô na posse da terra.

Frederico Araújo: Mas a luta era puxada pelos...

³⁰¹ Após descrever uma extensa área da Fazenda São Pedro (praticamente metade dela), seu decreto de desapropriação diz: “Ponto inicial da descrição dos terrenos prometidos vender pelo Espólio do Dr. Inácio Pinheiro Paes Leme a Francisco Junqueira Villela, conforme escritura de promessa de venda lavrada em 30 de dezembro de 1957 a fls 55, do livro “43 C/V” das notas do Tabelião do 5º Ofício da Comarca de Nova Iguaçu” (Decreto número 6.896, publicado em 13/01/1960 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro).

³⁰² Copello não faz referências diretas às fontes desse episódio. Entretanto, suas fontes são, no geral, entrevistas e o jornal *Correio da Lavoura* entre 1958 a 1964 e de 1975 a 1980.

Bráulio: Pelo pessoal que não tinha terra, evidentemente. Os posseiros que não tinham terra era quem puxava a luta, quer dizer, e esses elementos vinham depois, em solidariedade, porque ele também tinha um pouco de receio, de perder também até de ser meeiro, de não ter nada (ARAÚJO, 1982, pgs 175-176. Grifos nossos).

Esse relato de Bráulio Rodrigues expressa bem a tática política que a associação, fundada inicialmente pelos posseiros, vinha desenvolvendo para disputar a base social de meeiros da Fazenda São Pedro.

No dia 18 de agosto de 1960, Agenor Corrêa Porto, presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, convoca, através de um edital, “todos associados quites e em pleno gozo de seus direitos” para uma assembleia geral da associação a ser realizada no dia 28 do mesmo mês, “para discutir e aprovar a modificação nos Estatutos (...) [e] assuntos gerais”³⁰³. Tal assembleia foi divulgada nas edições de 24 e 26/08/1960 do jornal *Última Hora* na coluna “vida sindical”. Após a assembleia, a associação, “além de alterar seus Estatutos (assembleia geral de 28/8/60), acaba de mudar sua antiga denominação para Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu, atualmente sob direção do sr. Agenor Corrêa Porto”³⁰⁴.

Podemos supor que a mudança de nome e a adesão dos meeiros da Fazenda São Pedro à associação se deu de maneira concomitante com o processo de transformação da associação em sindicato, ocorrido posteriormente. Em 1963, “a associação de Pedra Lisa requereu carta sindical [que] só foi obtida em 1966”³⁰⁵, sendo o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, com sede em Engenheiro Pedreira³⁰⁶. É provável que, de forma concomitante ao processo de expansão da área de influência da associação de Pedra Lisa, da ALF e da FALERJ – ou seja, diante do processo de crescimento do movimento camponês na Baixada Fluminense e no estado do Rio de Janeiro – a Sociedade de Lavradores e Pedra Lisa já estivesse, desde 1960, com a ambição de representar todos os trabalhadores rurais de Nova Iguaçu – o que era, inclusive, uma necessidade legal para uma entidade que aspirava tornar-se sindicato. Dessa forma, a mudança de nome da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa para Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu respondia por uma etapa desse processo e tanto os assalariados agrícolas de outras regiões do município, quanto novos associados, como os meeiros da Fazenda São Pedro, poderiam se associar. De acordo com a entrevista, no início da década de 1980, de Ignácio José Barcelos, que chegou a exercer o cargo de presidente da associação, “todos participavam. Só tinha lavrador. Havia assalariados, que trabalhavam nos sítios”³⁰⁷. O Sr. Zézinho, em entrevista da mesma época, diz que “a associação não tinha muitos trabalhadores assalariados. Se tinha, era muito pouco”³⁰⁸, o que nos leva a deduzir que a associação estava, de fato, mais ligada aos que estavam envolvidos nos conflitos do que às questões trabalhistas.

Nesse processo de acúmulo de forças da associação, no contexto de ameaça de despejo dos meeiros na Fazenda São Pedro, os lavradores foram também à Assembleia Legislativa a fim de apelar para os deputados no sentido de impedirem que o despejo fosse concretizado (*Luta Democrática*, 11/06/1959, p. 3). Recebidos pelo presidente da Assembleia Legislativa em

³⁰³ Edital de Convocação (*apud* Copello, 1983, p. 23). Anexo A II.

³⁰⁴ Convocatória da associação, em documento não identificado, *apud* Copello, 1983, p. 23. Anexo A II.

³⁰⁵ Informativo Diocesano de Nova Iguaçu, setembro de 1979.

³⁰⁶ Com a instalação da ditadura, o sindicato acabou durando apenas seis meses. Cabe lembrar também que o PTB fundou outro sindicato dos trabalhadores rurais, sob direção de Edmundo Monteiro de Melo, que era da polícia, conforme Bráulio conta em entrevista para Araújo (1982), no início da década de 1980.

³⁰⁷ Entrevista de Ignácio José Barcelos, concedida a Sheila Copello em 02/04/1983.

³⁰⁸ Entrevista de Ignácio José Barcelos, concedida a Sheila Copello em 27/03/1983.

seu gabinete, ouviram dele que apenas o governador Roberto Silveira poderia dar uma solução para o caso (*Última Hora*, 16/12/1959, p. 3).

Um pouco mais tarde, através do Decreto nº 6.896 de 13/01/1960, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 14/01/1960, ocorreu a desapropriação, tanto da área da Fazenda São Pedro controlada pelos Paes Leme, quanto da área controlada por Francisco Junqueira³⁰⁹. Francisco Junqueira recorreu à Justiça, havendo, posteriormente mais ameaças de despejo dos lavradores que, por sua vez, resistiram. Pelo que consta em relatos de Vantuil Dias Lacerda em 1997 para um jornal, em 1960 “quando a polícia de Itaguaí invadiu a Estrada de Japeri para retirar as cercas de 200 famílias que trabalhavam na terra (...), não pensou duas vezes (...) se armaram com enxadas, paus e pedras. Alguns possuíam velhas carabinas ou revólveres 38”³¹⁰. Preparados para resistir, uma bandeira “com uma cobra com cigarro na boca – símbolo da Força Expedicionária – foi colocada logo adiante como sinal de que não se entregaria fácil”³¹¹, nas margens do rio São Pedro. “O embate só não aconteceu porque na hora H chegou a ordem de desapropriação expedida pelo governador Roberto Silveira”³¹². Sobre o ocorrido, Cleriel, que também fazia parte da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, se recorda em entrevista concedida em 2005:

Aí mandavam a polícia, mandavam, não sei o quê. Nisso que mandava a polícia, nós ficamos acampados no caminho pra resistir à polícia. Aí nós falamos que não ia passar ninguém não. O presidente da sociedade falou: “seu governador, nós vamos resistir à polícia, pode mandar proteção pra buscar o pessoal que forem vítima pela polícia lá que nós não vamos deixar passar”. Foi polícia nenhuma lá, rapaz! Quando nós vimos, aí vem o caminhão com o administrador geral da fazenda passando, aí começaram: “Ah, vamos dar bala, vamos fazer acontecer, vamos dar tiro pro alto”. Eu falei: “nada disso, o inimigo se tá correndo de nós é porque tem medo de nós. Se ele já determinou que o administrador dele vai embora, vamos aguardar o acontecimento (Entrevista de Cleriel concedida à Marcelo Ernandez em 07/04/2005).

Em dezembro do mesmo ano, foi publicado mais um decreto de desapropriação da Fazenda São Pedro (nº 7.214, de 02/12/1960, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 12/12/1960), precedido pelo decreto nº 7.213, que revogava o decreto de desapropriação nº 6.896 de 13/01/1960, antes citado. Dessa vez, o decreto desapropriava as terras que “consistiam como de propriedade do Dr. Francisco Junqueira Vilella” e se tratava de uma área menor que a do decreto revogado³¹³, de janeiro do mesmo ano. Tratava-se de “uma área de terra com 97 alqueires e 43.200m², mais ou menos remanescentes da área global de 130 alqueires, mais ou menos, de que foram desmembrados 62 alqueires e 3.200m²”. Após isso, conta Cleriel, “nunca mais apareceu problema em Pedra Lisa, pra ninguém” (*Ibidem*).

Em decorrência das desapropriações, foi realizada uma festa no dia 16 de abril do mesmo ano. A festividade durou um dia inteiro, começando às 6 horas da manhã em Pedra Lisa e se encerrando às 23 horas na Fazenda São Pedro. “A Sociedade de Lavradores e Posseiros de

³⁰⁹ “Fazenda situada na zona rural dos 3º e 6º distritos de Nova Iguaçu neste estado, tem a superfície de 12.700.000m² ou 254 alqueires geométricos” (evidentemente, que se trata de um erro de datilografia, uma vez que uma superfície de 12.700.000m², isto é, 12,7Km², representaria uma área maior do que a superfície atual do município do Rio de Janeiro, de 1.200Km²).

³¹⁰ Jornal não identificado, anexo em: ANAPAP. Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2006 – Maio / 2008.

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ Ao que tudo indica, dessa vez, datilografada corretamente.

Pedra Lisa (...) estará em festa (...) em virtude do casamento do decano dos posseiros, homem que já foi expulso de suas terras mais de dez vezes” (*Última Hora*, 11/04/1960, p. 7). O convite da Sociedade estava voltado para “os lavradores e o povo do município de Nova Iguaçu para assistirem os festejos (...) [do] casamento de Apolinário Ângelo de Almeida com 90 anos de idade e D. Belmira Mendes, de 68 anos de idade”³¹⁴

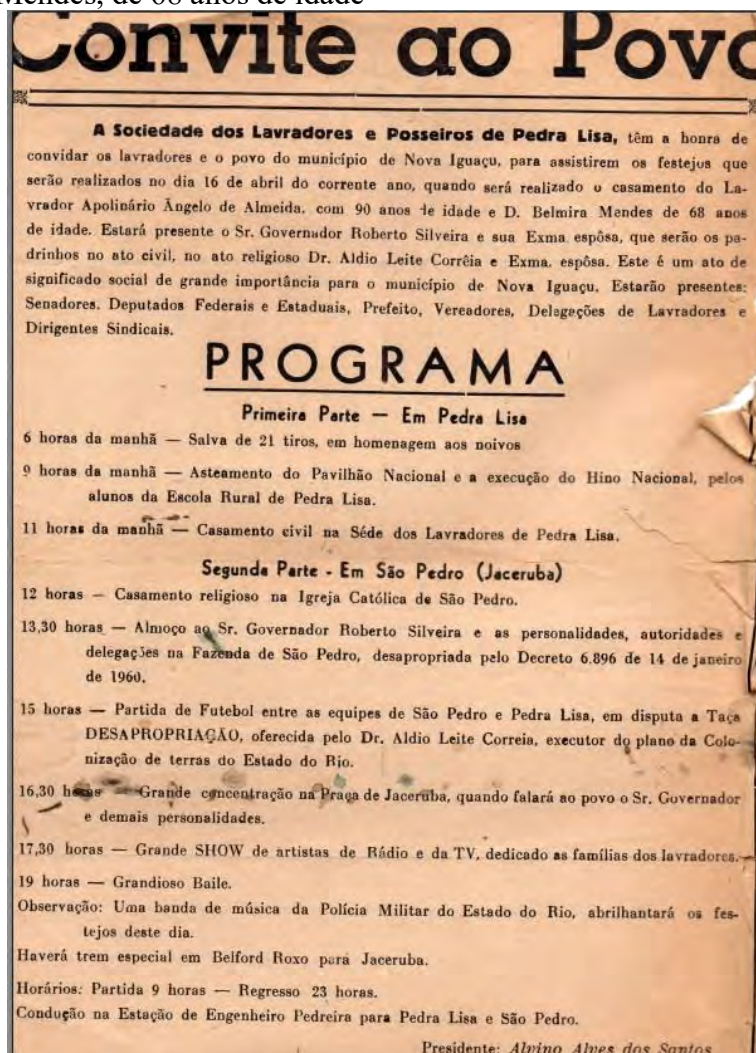


Figura 15: Panfleto da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa de convite ao casamento de Apolinário Ângelo de Almeida e Belmira Mendes (acervo de Doquécia Paes Leme).

Como mencionado, não se tratava de uma festividade apenas em decorrência do casamento. Um dos grandes motivos – senão o principal – era a desapropriação da Fazenda São Pedro, ocorrida meses antes. Isso fica evidente se nos atentarmos à programação, destacando Roberto Silveira e principalmente pelo fato de a maior parte da programação ter sido realizada na Fazenda São Pedro, onde é disputada a “taça desapropriação”. O governador “falou perante uma grande concentração popular, salientando o esforço de seu governo no sentido de amparar os que arrancam da terra o pão de cada dia e assim constroem a grandeza do Estado” (*Última Hora*, 18/04/1960, p. 7). O panfleto de divulgação, elaborado pela associação, dava grande significado social à solenidade: “este é um ato de significado social de grande importância para o município de Nova Iguaçu. Estarão presentes: Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeito, Vereadores, Delegações de Lavradores e Dirigentes Sindicais”.

³¹⁴ Convite da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Acervo de Doquécia Paes Leme.

A aproximação e uma boa relação consolidada entre o governo de Roberto Silveira e a Sociedade de Lavradores e Posseiros é evidente. Sr. Zézinho, em entrevista concedida a Sheila Copello em 27 de março de 1983 conta que, a partir de 1960, ou seja, época do governo de Roberto Silveira, a associação tinha uma relação muito boa com as autoridades. No casamento mencionado acima, “serão padrinhos no ato civil o Governador Roberto Silveira e sua esposa, Dona Ismélia Saad Silveira, e, no religioso, Sr. Aldio Leite Correia e Sra.” (*Última Hora*, 11/04/1960, p. 7). Evidentemente, a dimensão do evento, com essa quantidade de convidados revela não só um estreito relacionamento da Sociedade com o governo Roberto Silveira, mas também uma verdadeira demonstração de força da associação, junto de seus principais aliados políticos dentro do campo institucional. Pela grandiosidade do evento, que pode ser notada no convite, contando até mesmo com “artistas de rádio e TV”, fica evidente que, após a eleição de Roberto Silveira, a Sociedade passaria a ter boas relações políticas com o próprio governador do estado do Rio de Janeiro³¹⁵.

Roberto Silveira, antes e durante seu mandato de governador, de fato parecia ter uma boa relação bem constituída com a associação. Anos antes, conforme vimos no capítulo 3, em 1958, ele esteve na ocasião da instalação da placa comemorativa de bronze em Pedra Lisa. Nessa ocasião, junto do então candidato a deputado federal Bocayuva Cunha e de Miguel Couto Filho, Roberto Silveira, ainda no cargo de vice-governador, esteve presente na ocasião das festividades da desapropriação das fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira. Em seu mandato, Roberto Silveira cedeu um caminhão para a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, com finalidade de facilitar o escoamento da produção, ao que tudo indica, dentro do âmbito do Plano Piloto de Ação Agrária. Inclusive, foi o caminhão utilizado para transportar lavradores para prestar apoio aos colonos do Núcleo Colonial Santa Alice, em 1962 (*Última Hora*, 16/02/1962, p. 3). Em 2016, na ocasião do seminário de memória de Pedra Lisa, Bráulio Rodrigues relata:

Bráulio Rodrigues: A gente conseguia se reunir com Roberto Silveira, que era governador. Ainda legitimado, eleito. (...)

Gabriel Bastos : Vocês tinham um contato mais próximo com ele? Como é que se deu?

Bráulio Rodrigues: Tinha bastante contato. Não precisava ficar marcando dia ou hora... Não. Era só telefonar pra lá e falar: “traz um pessoal pra cá”.

Leonilde Medeiros: Sr. Bráulio, quando o senhor fala “traz o pessoal pra cá”, era muita gente que ia?

Bráulio Rodrigues: Era muita gente, umas duzentas pessoas, cento e cinquenta (...) Ia de caminhão, ia de trem... (Depoimento de Bráulio Rodrigues, Seminário de Memória de Pedra Lisa, 16/04/2016).

Essa relação de aproximação entre Roberto Silveira com associações de trabalhadores rurais também ocorria em outras regiões do estado. Em 1960, no dia 21 de janeiro, lavradores e posseiros de todo o estado fizeram uma concentração no Palácio do Ingá, “com o propósito de demonstrar ao governador Roberto Silveira a sua satisfação e agradecimento pelas recentes desapropriações de terras, motivos de litígio entre posseiros e grileiros, com sua entrega aos que nelas trabalham” (*Última Hora*, 22/01/1960, p. 3). De acordo com a reportagem, a manifestação foi organizada pela “Federação de Lavradores, Posseiros e Lavradores

³¹⁵ Cabe destacar a ausência dos vereadores Byron Dorre de Almeida e Dionísio Bassi, que acompanhavam a associação na década anterior. Não encontramos referências que fossem capazes de explicar suas ausências.

Fluminenses, com o apoio de todas as associações de vários municípios do Estado do Rio” (*Ibidem*)³¹⁶.

Meses mais tarde, em outubro, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, ainda sob presidência de Agenor Corrêa Porto, realizou uma homenagem, na associação, ao executor do Plano Piloto de Ação Agrária, Aldio Leite. Com a presença do deputado Jonas Bahiense³¹⁷ e do próprio Aldio, dentro do “salão de reuniões da entidade (...) lhe foi reservada uma surpresa. Instalados os trabalhos da sessão, o presidente da associação, Sr. Agenor Corrêa convidou a Sra. Wanda Leite para descerrar a bandeira que cobria o retrato de seu esposo. Emocionado, Sr. Aldio Leite agradeceu” (*Última Hora*, 12/10/1960, p. 4). Isso simbolizava que ele era uma das personalidades relevantes para a luta pela terra, promovida pela associação – tendo seu retrato exposto de forma semelhante ao de José Mathias. No evento, as falas de ambas as personalidades foram marcadas por promover as políticas públicas previstas no Plano Agrário³¹⁸, tal como “proteger as plantações, incrementar a produção agrícola, levar a paz e a segurança, instrução escolar e postos médicos”. Em seguida, “diversos oradores”, aparentemente, pessoas da localidade, “se fizeram ouvir com referências e agradecimentos do governador por ter escolhido um auxiliar que, como médico, sempre levou aos enfermos a esperança e mesmo a cura de seus males” (*Ibidem*)³¹⁹.

Essas políticas, aparentemente, começaram a ser implementadas alguns meses após as festividades referentes à desapropriação da Fazenda São Pedro. No dia 23 de setembro de 1960, a Fazenda São Pedro, foi incluída no Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado. Foi realizado, através do Departamento de Trabalho, encarregado da execução do plano, um contrato com uma firma especializada que “se obrigou a realizar os seguintes serviços: (...) projeto de loteamento rural, locação de todas as glebas, demarcação geral com marcos de concreto, plantas e projetos definitivos” (*Diário de Notícias*, 23/09/1960, p. 8)³²⁰ para a execução de um núcleo agrícola.

Entre 1955 e 1960 desdobraram-se mais conflitos entre posseiros e um dos compradores de glebas da Companhia Fazendas Reunidas Normandia. Segundo o Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro (SEAF, 1991), por volta de 1955 um grupo de aproximadamente 30 famílias de produtores rurais de Nova Iguaçu ocupou uma área “pertencente à Fazenda Normandia. Nessa época, as terras estavam sobre controle de um militar conhecido como ‘Tenente Pacheco’”. O militar reagiu, executando o despejo dessas famílias com a utilização de soldados e viaturas do Exército. Há, no entanto, uma outra versão a respeito dos acontecimentos. De acordo com uma entrevista realizada em março de 1983³²¹, por Copello (1983), o conflito se

³¹⁶ Podemos supor que – além do erro de datilografia, repetindo o termo “lavradores” no nome da federação – se tratava de uma ação da FLERJ ou da FALERJ. Naquele contexto político, é bem provável que ambas as federações estivessem presentes.

³¹⁷ Jonas Bahiense foi eleito Deputado Federal pelo PTB em 1954 e, posteriormente, conseguiu uma vaga de suplente para o mesmo cargo nas eleições de 1958. Dessa forma, assumiu a secretaria de Trabalho e Serviço Social do governo do estado do Rio de Janeiro, na gestão de Roberto da Silveira até novembro de 1959, quando assumiu seu segundo mandato como Deputado Federal pelo PTB, na vaga do deputado Luís Gonzaga de Paiva Muniz. Fonte: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jonas-bahiense-de-lira> (acessado em 13/10/2021).

³¹⁸ Como discutido anteriormente, entre as políticas públicas previstas pelo Plano, estavam assistência médica e educacional para os trabalhadores rurais; assessoria técnica (estudo das terras, fornecimento de sementes e adubos e facilidades para aquisição de máquinas e implementos agrícolas); aquisição de mudas e sementes e instalação de infraestrutura para o escoamento da produção (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 06/08/1959, p. 1).

³¹⁹ Esse médico, Dr. Talrídio, é rememorado até hoje por pessoas entrevistados com mais de 60 anos, especialmente as os mais idosos, revelando a marca positiva que essas políticas deixaram na região.

³²⁰ Essa página do jornal encontrava-se do acervo de Doquécia Paes Leme. Entretanto, como está identificado e disponível em acervo público da Biblioteca Nacional, não foi incorporada aos anexos no fim da tese.

³²¹ A entrevista, registrada em anotações em papel e caneta, não se refere a uma pessoa específica que a concedeu, apenas diz que se tratava uma pessoa que havia chegado na Fazenda Tenente Pacheco em 1959.

inicia a partir de atritos do Tenente Pacheco com as 40 famílias de meeiros que trabalhavam em sua fazenda. Essas famílias estavam acusando o militar de roubar um percentual da produção deles, o que desencadeou uma ação onde as famílias detiveram o caminhão que transportava esse percentual de produção. Em represália, Tenente Pacheco mobilizou soldados do Exército que dispararam contra as casas, que também foram queimadas, assim como suas plantações, em meio à expulsão de meeiros. As famílias despejadas recorreram não só à Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, mas também à “Associação de Japeri”. Tratava-se de uma outra associação “que surgiu a partir de indivíduos que formaram uma chapa para concorrer às eleições para a diretoria da Associação de Pedra Lisa, em 1958, mas foram derrotados, em função do que afastaram-se do movimento de Pedra Lisa e fundaram outra associação de Lavradores em Japeri” (COPELLO, 1983, p. 34). O entrevistado explica que essa associação foi formada três anos depois dessa derrota, em 1961, contando com cerca de 100 filiados e que as eleições eram realizadas no centro de Japeri e suas atividades duraram até 1964. “Chamavam a associação de sindicato e vice-versa”, conta o entrevistado, indicando que a entidade pode também ter requerido carta sindical em 1963.

Esse relato, somado com o fato de que, posteriormente, já em 1964, a Sociedade de Lavradores e Posseiros estava sob direção do grupo dos trabalhistas/comunistas, leva a crer que essa segunda associação foi fundada pelo grupo da FLERJ, após sucessivas derrotas nas disputas eleitorais da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa contra o grupo dos trabalhistas/comunistas. Conforme vimos anteriormente, Tenente Adriano vinha se preocupando com uma possível vitória desse grupo já em 1956. Além de terem rompido definitivamente com a associação de Pedra Lisa após outra derrota em 1958, a entrevista também menciona que, diante do conflito da Fazenda Tenente Pacheco, “a maior ajuda foi do Sindicato de Japeri³²², fundado em 1961 – ou Manoel Justino”. Conforme veremos mais adiante, Manoel Justino fazia parte do grupo da FLERJ e era membro dos Círculos Operários Católicos. Essa divisão em duas associações, é de extrema importância para compreendermos os acontecimentos na região após o golpe de 1964.

Após a expulsão, “alguns posseiros ofereceram moradia, ajudaram a reconstruir o que estava destruído”³²³. A articulação entre as duas associações resultou na organização de uma ida ao Palácio do Ingá em Niterói, então sede do governo estadual, com cerca de 250 pessoas que permaneceram em vigília durante dois dias no interior do palácio (COPELLO, 1983). Após essa mobilização, de acordo com a entrevista mencionada, a Associação de Japeri (dirigida pelo grupo da FLERJ) passou a exercer influência sobre uma base social situada na Fazenda Tenente Pacheco e adjacências e, por sua vez, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa (dirigido pelo grupo dos trabalhistas/comunistas) na Fazenda São Pedro, em Pedra Lisa e suas adjacências, como no bairro de Santo Antônio e no distrito de Queimados. De acordo com Ignácio José Barcelos, as duas entidades não possuíam vínculos³²⁴.

Posteriormente em novembro de 1960, já no governo de Roberto Silveira, foi desapropriada uma área de 120 hectares que estava sob controle da Companhia Fazendas Reunidas Normandia que, pouco antes ainda loteava e comercializava terras, conforme explicado no decreto de desapropriação: “A propriedade descrita nesse artigo é atribuída à Cia. Fazendas Reunidas Normandia, (...) com promessa de venda a Germando Leal dos Santos e sessão e transferência desse direito a Antônio Rocha Pacheco” (Decreto número 7.206, publicado em 25/11/1960, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro). O decreto previa um

³²² Apesar de Japeri ainda não gozar do status de município, portanto, não podendo ter sindicato “de Japeri”, essa era a maneira pela qual esse sindicato era chamado na época pelos lavradores, por ter sua sede no “centro de Japeri”, conforme contam entrevistas realizadas no trabalho de Copello (1983).

³²³ Entrevista, para Sheila Copello, em 1983, registrada em anotações em papel e caneta, não se refere a uma pessoa específica que a concedeu.

³²⁴ Entrevista de Ignácio José Barcelos, concedida a Sheila Copello em 02/04/1983.

plano de colonização no âmbito do Plano Agrário, “estabelecendo prioridade para os lavradores que as ocupam e cultivam (posseiros) atualmente” (*Ibidem*). A entrevista para Copello (1983), mencionada anteriormente, conta que, após a desapropriação, muitas novas famílias passaram a viver na fazenda, chegando ao dobro do número original de famílias.

Poucos dias depois da publicação do decreto de desapropriação, subiu à tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) o deputado João Rodrigues de Oliveira, tecendo elogios ao governador pela decisão de desapropriação a favor dos lavradores em Japeri “que tiveram suas terras invadidas por um bando de grileiros chefiados pelo ‘Tenente Pacheco’, que foi preso por ordem do próprio governador” (*Última Hora*, 29/11/1960, p. 3). No mês seguinte, uma comissão da FALERJ – composta por Vantuil Dias Lacerda, Laerte Bastos, Amaro Francisco Lins e outros – encontrou-se com Roberto Silveira, Aldio Leite e o secretário de governo Wandir de Carvalho na redação do jornal *Última Hora* para lhes prestar agradecimento “por livrá-los, prontamente, do grileiro Tenente Pacheco, que havia se apossado de suas terras” (*Última Hora*, 16/12/1960, p. 10).

4.3 – Áreas Contíguas à Fábrica Nacional de Motores (FNM): Fazenda São Lourenço e Fazenda Capivari (1952-1961) e a Atuação da ALF

Se, por um lado, o crescimento político exponencial da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, sediada em Nova Iguaçu, se deu por meio do apoio a trabalhadores rurais ameaçados de despejos em situações e localidades diversas, fenômeno semelhante ocorreu com a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, sediada no distrito de Xerém deste município, fundada em 1949, um ano após a fundação da associação de Pedra Lisa. Esta entidade – que inicialmente se propunha a realizar uma atuação local enquanto entidade representativa de lavradores – se envolveu com diversos conflitos por terra, apoiando trabalhadores rurais ameaçados de despejos. Esse processo organizativo levou a própria entidade a fundar a Associação de Lavradores Fluminense (ALF) em 1952, que rapidamente estadualizou sua atuação, através da “criação de *Núcleos* da ‘Associação de Lavradores Fluminenses’, nas diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro. A diretoria da entidade de trabalhadores criada em Xerém recebia chamados dos camponeses desejosos de copiar a nossa organização” (PUREZA, 1982, p. 35). A estadualização de ambas as entidades e suas articulações foi o que possibilitou a posterior fundação da FALERJ, a partir da I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em agosto de 1959, em Niterói.

José Pureza (1982) conta em seu livro de memórias que a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias iniciou suas atividades no fim do ano de 1949, em decorrência de diversas ameaças de despejo perpetradas por grileiros no distrito de Xerém. Pureza, que era meeiro da Fazenda Penha Caixão desde 1947, começou a arremeter trabalhadores rurais que frequentavam cultos religiosos na localidade em um terreiro criado pelo dono da fazenda para que compusessem a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias. “Passei a tomar conta do terreiro de macumba e me transformei em cambone, entidade que fazia os caboclos subir e descer. (...) Aproveitei a grande afluência de trabalhadores no terreiro e comecei a arremetá-los para nossa organização” (PUREZA, 1982, p. 21, 22)³²⁵.

Importante sublinhar que a atuação política de José Pureza no campo se deu a partir de uma escolha deliberada, de natureza eminentemente política, com a intencionalidade de organizar trabalhadores rurais. Nas palavras do líder camponês, “Os trabalhadores da cidade estavam se organizando, mas no campo não havia nada nesse sentido e eu achava que os dois movimentos – campo e cidade – deveriam marchar juntos. Fui muito criticado pela minha decisão (...) tanto por meus companheiros como por alguns familiares” (*Ibidem*, p. 17). Apesar de não mencionar em momento algum em seu livro de memórias envolvimento ou filiação com

³²⁵ O que indica, evidentemente, a forte presença de pessoas negras, conforme apontado anteriormente.

o PCB³²⁶, Pureza tinha relação prévia com o partido. Não obstante, alguns anos após a fundação da Comissão em Duque de Caxias, a fundação da ALF ter contado com apoio jurídico e parlamentar – tipo de apoio semelhante ao que vimos anteriormente em Pedra Lisa:

Em vista de pouco conhecimento que tínhamos de organização, decidimos consultar um advogado perito em assuntos de terras, o Dr. Heitor Rocha Farias. Ele nos aconselhou fundar uma organização que atendesse ao Estado do Rio de Janeiro, em benefício de todo o tipo de lavrador.

Dessa forma, foi criada a primeira organização camponesa do Estado do Rio de Janeiro, chamada “Associação de Lavradores Fluminenses” e registrada como organização civil. (...)

Em todas as regiões, quando íamos fundar uma organização camponesa, formávamos inicialmente um Núcleo da “Associação de Lavradores Fluminenses”. O movimento era feito com mensalidades de sócios e campanhas financeiras (...). Alguns parlamentares chegaram a depositar certa quantia em dinheiro para nos ajudar. Entretanto, nunca pudemos retirar essas verbas. Mesmo pública, sempre o governo usava um pretexto para impedir. Por este motivo, não podíamos remunerar os serviços do nosso advogado. Muitas vezes ele pagava do seu bolso os requerimentos que fazia no cartório (PUREZA, 1982, p. 25, 26).

O *modus operandi* organizativo dessa entidade, através de cotização mensal de associados, apoio parlamentar e também o caráter voluntarista de assessoria jurídica (chegando até mesmo a pagar requerimentos no cartório com seus próprios recursos), são semelhantes às características organizativas da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Há outras semelhanças, como a criação de uma Cooperativa de Consumo, que vendia produtos mais baratos e assim “atraía os camponeses das redondezas, que começavam a conhecer melhor a nossa organização” (PUREZA, 1982, p. 28) e também a fundação de uma escola de educação popular. Supomos que essas características organizativas comuns a ambas entidades, tenham raiz em orientações do PCB.

Entre os principais conflitos por terra em que estas entidades estiveram envolvidas, destacamos os conflitos das Fazendas Capivari (na época, grafia com Y, Capivary) e São Lourenço, ambas localizadas em Xerém. Para compreendermos esses conflitos, é necessário compreendermos a dinâmica territorial que se estabeleceu nas áreas contíguas à Fábrica Nacional de Motores (FNM), instalada em 1942 em Xerém, dentro da conjuntura política e econômica da Segunda Guerra Mundial para produzir motores de avião, sendo uma fábrica de natureza autárquica. Por razão do discurso de “defesa nacional”, estar estrategicamente protegida pela serra de Petrópolis, bem servido de mananciais e por estar próxima da capital federal. Com o fim da guerra, a FNM foi transformada em sociedade anônima e passa a se dedicar à produção de caminhões e ônibus.

O projeto da FNM possuía uma particularidade (...): instalado em um amplo território eminentemente rural, o empreendimento propulsionou a formação de lavouras e criadouros com o intuito de garantir a autossuficiência alimentar. Para isso, firmou contrato com diversos

³²⁶ Diferentemente de Bráulio Rodrigues, que, no mesmo ano, falava abertamente a respeito do partido para Frederico Araújo (1982). Tratava-se ainda de um período de “abertura lenta e gradual” da ditadura. Ainda assim, havia ainda certo receio até mesmo após o fim do governo de João Figueiredo em 1985 para se tocar no assunto, conforme apontado por Mário Grynszpan (2020), ao comentar sobre um encontro com um informante, militante do PCB, já na segunda metade da década de 1980, para realizar entrevista para sua pesquisa (GRYNSZPAN, 1987).

lavradores que, apesar de trabalharem para a fábrica, passaram a desenvolver dinâmicas próprias de relação com a terra que lhes era de direito de ocupar (MAIA, 2018a, p. 97).

Foram desapropriados cinco mil hectares para a instalação da fábrica, criando uma dinâmica produtiva local, atraindo diversas pessoas. “A valorização exponencial das terras vizinhas à fábrica fez-se notar pelo redimensionamento dos atores delas ocupantes e dos que sobre elas demandavam legitimidade da posse” (MAIA, 2018a, p. 108). Essa extensa área significava um domínio de controle militar da empresa sobre os funcionários e também sobre a região circunvizinha, essencialmente, de posseiros que se instalaram no entorno, em busca de oportunidades de emprego e terra. Nesse sentido, “começaram a se delinear (...) fronteiras pouco precisas entre as áreas de posse legítima da empresa e áreas devolutas ou pertencentes às antigas fazendas de Xerém” (*Ibidem*). De qualquer maneira, essa configuração geográfica possibilitou a emergência de uma grande dinâmica política entre operários e posseiros.

Partimos da hipótese de que essa mobilização estava intimamente associada ao aguçamento do quadro de despejos ocorridos em decorrência do casamento entre a valorização das terras ao redor da FNM e o afrouxamento do controle de suas fronteiras, que abriu precedentes para as disputas em torno de sua posse. (...) Apesar de as áreas onde começaram a ocorrer conflitos não terem, a princípio, sido pleiteadas como propriedade da empresa, (...) situações de tensão emergentes nas áreas rurais de Xerém caracterizavam-se pelo trânsito e pelas sociabilidades de lideranças camponesas e operárias propiciadas pela proximidade geográfica entre importantes fazendas, como a São Lourenço e Capivari, e a FNM (MAIA, 2018a, p. 109).

O ano de 1952, quando a ALF foi criada, coincide com a data do primeiro despejo de famílias na Fazenda Capivari, que se iniciou com uma tentativa de despejo da Cooperativa de consumo da ALF. “A polícia começou a ameaçar os lavradores que recorriam à Cooperativa e o pessoal ficou amedrontado. Num certo dia, o delegado determinou o despejo da Cooperativa. Recebi ordem de fechar a casa onde ela funcionava, entregar a chave e desocupá-la” (PUREZA, 1982, p. 28). De acordo com Pureza, a cooperativa foi interdita e suas mercadorias apreendidas pela Polícia. Em resposta, Heitor Rocha Faria, advogado que prestava serviços para a ALF, obteve indenização na justiça por roubos das mercadorias, que jamais foi paga (*ibidem*).

Paralelamente a esses acontecimentos, em dezembro de 1952, Orlando Ferreira, que alegava ser proprietário da Fazenda Capivari, expulsou mais de cem famílias, com apoio de um grupo de 13 policiais, um deles, administrador da fazenda (*Imprensa Popular*, 10/12/1952, p. 4). Em suas memórias, José Pureza se recorda da violência que marcou essas ações:

Depois do despejo da Cooperativa, veio o despejo judicial dos lavradores de Capivari, que incluía a fazenda Penha Caixão, onde eu trabalhava com a família. Isso por volta de 1955³²⁷. Os despejos eram horríveis, assistíamos nossas crianças serem jogadas pelos braços para o terreiro e perdíamos o pouco que tínhamos. As casas dos camponeses em Xerém foram derrubadas e suas telhas levadas pela polícia. Roubaram de tudo: o milho já debulhado, o que estava na roça para colher, e até máquina de costura das nossas mulheres, adquirida com tanta dificuldade. Não tínhamos o direito de ficar nem com a criação de galinha e outros bichos (PUREZA, 1982, p. 30).

³²⁷ É provável que Pureza não tenha se recordado do ano exato do despejo.

Os lavradores expulsos de Capivari foram transferidos, pelo governo estadual, para glebas em Casimiro de Abreu, de onde posteriormente seriam novamente despejados pela polícia, em articulação com a prefeitura do município. Esses mesmos lavradores retornariam para Xerém em 1960, para reclamar as terras em litígio através do dispositivo de *usucapião* (PUREZA, 1982).

No mesmo ano em que os despejos em Capivari se iniciaram, lavradores da Fazenda São Lourenço, contígua à III Gleba de Capivari, também foram despejados. Toda a área da fazenda era propriedade de quatro condôminos: Paulino de Souza Barbosa e sua esposa; Cícero Figueiredo; Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa e Emílio Horwitz. Este último, que era representado por sua inventariante e esposa Fé Augusta Horwitz, exercia também o papel de administrador de toda a área. Sob sua gerência, Horwitz destruiu benfeitorias e despejou, sob ordem judicial, diversas famílias da fazenda. “Das que sobraram e das que chegaram à região com o passar dos anos, o pretense proprietário seguiu cobrando a taxa de *matagem* e a terça ou a meia, conforme o caso, da produção de *lavoura branca* e banana”³²⁸ (MAIA, 2018a, p. 115). Chamamos atenção para a figura de um dos condôminos, Getúlio Moura, político do PSD de Nova Iguaçu, já anteriormente mencionado. No período de conflitos aqui descritos, Getúlio de Moura ocupava o cargo de Secretário de Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro (governo Celso Peçanha, 1961-1962).

Na Fazenda São Lourenço, Moura era proprietário de 15/64 da gleba, enquanto Cícero Figueiredo detinha 37/64, Paulino de Souza Barbosa 6/64, mesma proporção de propriedade de Emílio Horwitz. Após a morte deste, em 1958, sua viúva, Fé Augusta, arrendou sua parte da fazenda para o italiano Antônio Strufaldi. Apesar de ter tratado em contrato que tal arrendamento lhe dava o direito de exploração do bananal e de cultivar terra com *lavoura branca*, Strufaldi continuou com a cobrança da *matagem* e da meia dos posseiros. No ano de 1960, ele parou de pagar o aluguel à Fé Augusta que, por sua vez, entrou com um pedido de despejo contra ele e, conseqüentemente, dos posseiros que ocupavam a área. Em 16 de agosto de 1961, quatro dessas sete famílias foram despejadas. Posteriormente, diversas outras famílias da fazenda receberam notificações falsificadas de despejo (MAIA, 2018a). Strufaldi também cobrava a meia dos posseiros para Getúlio Moura. “Quando surgiu a ideia da associação de não deixar que os (meninos) dessem mais meia para o Getúlio Moura não é, aí o Getúlio Moura, o encarregado, tinha administrador. O administrador era seu Antônio Italiano”³²⁹. Ao longo desses mesmos acontecimentos, os lavradores da Fazenda São Lourenço também entraram em conflito com Getúlio Moura e seus intermediários em decorrência de meação. “Todo mundo lá dava meia de banana para o Getúlio. Quem não desse a meia, ele mandava a polícia queimar a casa do cara”³³⁰. Na mesma entrevista, Manoel descreve ações de violência na ocasião de despejos nesse período:

Os moradores não iam dar mais meia para a fazenda, o Getúlio Moura mais do que depressa correu em Caxias e pediu o despejo, para despejar. Aí então aquela história que o Ari... que trabalhava de tropeiro lá na fazenda, carregando carvão, cacho de banana no lombo de burro para botar no caminhão. Ele foi apontar a casa das pessoas que eram da associação, que não queria dar meia para a fazenda. Entendeu? (...) Ele apontou a primeira casa do seu Helino. Um velho com 60 anos. Chutaram o prato dele. Queimaram o galinheiro dele. Levaram ele

³²⁸ “O termo *matagem* é a forma local de designar o tributo pago pelo direito de explorar a madeira de uma área. Lavoura branca designa as culturas temporárias que, na região, constituíam-se basicamente de milho, arroz, feijão, mandioca e aipim” (MAIA, 2018a, p.115).

³²⁹ Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27/12/2004.

³³⁰ *Ibidem*.

amarrado pé e mão. Roubaram tudo que ele tinha. Ele foi o primeiro. No segundo era do Henrique Barbudo. E a gente botamos um mensageiro para estar no meio dos policiais lá, assuntando o que que eles iam fazer! E eles começavam, o cara corria e dizia: “olha vai acontecer isso e isso”. Então dizia, “então, olha o primeiro barraco que vai queimar é do Henrique, vamos tirar a família dele fora”. Tirar as coisinhas dele de dentro de casa, porque pode pegar fogo mesmo e queimar. E nós vamos fazer o seguinte, aí nós vamos preparar as trincheiras (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27/12/2004).

Rapidamente foi organizado um movimento armado de resistência que construiu trincheiras nos acessos principais da fazenda, contando com apoio de lavradores de Pedra Lisa, do Tinguá, de outras regiões de Xerém, Campos dos Goytacazes e outras. “Você acredita que com menos de 24 horas nós tínhamos 2.000 homens armados dentro da Fazenda São Lourenço? Gente de Pedra Lisa, gente de Tinguá, gente de Xerém, gente de Campos. Vinha caminhão cheio de homem, rapaz!”³³¹. De acordo com Manoel Antônio, boa parte dos que compuseram a “linha de frente” dessa iniciativa tinha passado pelo Exército, inclusive com a presença de um sargento reformado “E ele foi preso. O Exército conseguiu prender ele, na revolução. Ele... eu fiquei 48 horas lá. O Laerte³³² ficou 48 dias. Chico Silva³³³ ficou 9 meses preso. Mas tudo tem duas cadeias. Tudo pela briga pelo trabalho popular”³³⁴.

Uma força policial foi mobilizada para executar o despejo. Entretanto, foram recebidos a tiros pelos lavradores, ocasionando duas mortes e diversos feridos. O Secretário de Segurança do Rio de Janeiro destacou um contingente ainda maior, de 50 policiais, para a região, com o objetivo de executar a ação de despejo (MAIA, 2018a).

O juiz Albernaz Alves suspendeu a ação, preocupado com a possibilidade da luta se alastrar por outros territórios em situação fundiária semelhante. No dia 21 de agosto de 1961, o governador Celso Peçanha decretou a urgência da desapropriação da fazenda, determinando-a utilidade pública. Embora o decreto tenha significado uma importante vitória, os posseiros permaneceram em situação irregular até 1964, pois não haviam conseguido a propriedade jurídica da terra e, portanto, constavam como ocupantes de área pública (MAIA, 2018a, p. 120).

Em junho de 1963 foi marcado um novo despejo em Capivari, mas os lavradores organizaram uma resistência mais incisiva. Foi realizada, assim como em São Lourenço, uma resistência armada com trincheiras nas entradas da fazenda, organizadas pela FALERJ, com apoio também dos lavradores de São Lourenço, já com a experiência do conflito anterior. “Diversas pessoas foram presas pelos lavradores e mantidas como reféns: um sargento e dois soldados de um posto da PM das imediações; um vereador de Caxias” (GRYNSZPAN, 1987, p.213), enquanto, paralelamente, circulavam boatos de que uma casa de armas em Caxias havia sido saqueada (*Ibidem*). Tenório Cavalcanti prestou auxílio ao conflito da Fazenda São

³³¹ Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27/12/2004.

³³² Laerte Bastos viria a cumprir importante papel na reorganização do movimento camponês na Baixada Fluminense posteriormente, na década de 1980, cujos detalhes serão discutidos nos capítulos 6 e 7.

³³³ Francisco José Silva (Chico Silva) era uma importante liderança local, que também viria a cumprir um papel importante na reorganização do movimento camponês a partir de 1978, quando foi dirigente do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF).

³³⁴ Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27/12/2004.

Lourenço em 1961 através do fornecimento de armas da Marinha. Manoel Antônio conta sobre uma visita à casa do deputado, feita pelos lavradores após os despejos, em busca de auxílio. “Aí o Tenório falou assim: bom, então nós vamos sair agora, uma hora da manhã. Entramos dentro de um carro, vamos embora com ele. Três homens. Os outros ficaram na casa dele esperando. Aí três homens foram com ele no Arsenal da Marinha, lá na Praça XV”³³⁵. Diante desse acontecimento, cabe notar, em primeiro lugar, que Tenório sempre fora um político cujos métodos de atuação estiveram relacionados ao uso de armas. Desde o início da década de 1950, sua identidade política esteve relacionada a sua capa preta onde escondia a metralhadora de uso militar apelidada de “Lurdinha” que, àquela altura, já havia sido apreendida pelo Exército durante o governo de Juscelino Kubitschek³³⁶. Em segundo lugar, esse engajamento em defesa dos lavradores da Fazenda São Lourenço demonstra não só a importância que a questão agrária tinha na época, especialmente para um político cuja base eleitoral encontrava-se na Baixada Fluminense, mas também já sinaliza a aproximação de Tenório com o PTB e PCB, que viriam a apoiá-lo em sua candidatura para governador no ano seguinte.

Antes do conflito eclodir, o armamento mais pesado desse arsenal foi guardado em um barraco, não tendo sido utilizado no conflito em São Lourenço. “O material pesado estava guardado num mato, num morro, numa lagoa que tem lá num cantão, num barraco. Fizemos um barraco para guardar o material, para não tomar chuva não é”³³⁷. Manoel Antonio ainda relata:

Eu já participei, não dentro do Exército, mas eu já participei num trabalho aí fora, acho que chama “Curso de Guerrilha”. (...) Olha... eu não sei nem dizer para você qual o nome da coisa. Eu sei que o professor na época deu essa instrução para nós, quem estava comandando era Francisco Julião. (...) É um curso lá de Cuba. (...). Nós fizemos [o curso] em Magé (...) numa fazenda que tem lá perto, lá perto de Santo Aleixo. (...) [Esse curso] foi antes da Trincheira [de São Lourenço] e antes da revolução. Quando a gente partiu para a briga lá com os policiais lá da coisa, a gente já estava preparado (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 2004, *apud* MAIA, 2018a, p.117).

Segundo Manoel Antônio, Francisco Julião “era o cabeça da coisa”. Perguntado sobre em que condições a liderança pernambucana das Ligas Camponesas havia estado no Rio de Janeiro, Manoel responde que “ilso aí eu não sei te explicar porque”. Mas, de qualquer forma, se refere ao curso como responsável por lhe ensinar formas de autodefesa, diante de um cenário de despejos e de violência extrema.

Além de Manoel, participaram também desse curso outros lavradores da região, incluindo uma liderança local do PCB, Mauro Gorgonha e Félix Escobar. Entretanto, José Pureza, um dos principais articuladores da ALF e da FALERJ não esteve presente³³⁸. Nas palavras de Pureza, “nunca tivemos a pretensão de monopolizar o movimento camponês fluminense. Inclusive, conseguimos uma relação de camaradagem e ajuda mútua com o pessoal das ‘Ligas Camponesas’. De uma feita, Francisco Julião veio a Niterói, e o encontrei casualmente na estação das barcas” (PUREZA, 1982, p. 40). Esse encontro “casual”, entretanto, rendeu uma viagem das duas lideranças para Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, para realizar atividade política junto da associação local. “A ‘Associação dos Lavradores de Cachoeiras de

³³⁵ Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27/12/2004.

³³⁶ CAVALCANTI, Tenório. Verbetes biográficos CPDOC/FGV.

Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/cavalcanti-tenorio> (Acessado em 18/08/2022).

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27/12/2004.

Macacu’, principalmente sua subsede em Papucaia, mobilizava muitos trabalhadores (...). Convocamos os camponeses das redondezas e Julião falou para um público muito animado de mais de duzentos lavradores” (*ibidem*)³³⁹. Bráulio Rodrigues, liderança de Pedra Lisa que se encontrou anteriormente com Francisco Julião em Cuba e, após o golpe de 1964, considerado suspeito de estar formando guerrilhas em Pedra Lisa também não foi mencionado³⁴⁰. É importante destacar, conforme apontado por Medeiros (1989) que, naquela época, pelo menos de maneira pública, Francisco Julião não se posicionava a favor da tática de guerrilha.

Em abril de 1963, o governo federal, através da SUPRA, desapropriou a área da fazenda Capivari (Decretos 51.905 e 52.320, de 19/04/1963). Mas a área foi reapropriada pelo antigo proprietário em 1967³⁴¹. Após o golpe de 1964, Manoel Antônio da Costa descreve efeitos imediatos aos lavradores na região:

Depois de Capivari aconteceu a guerra, em 64 e engoliu aquilo tudo aí passou o sarrafo, aí acabou, acabou de vez. Aí não tinha dinheiro, não tinha trabalhador, não tinha nada. Eles roubavam o que tinha. O exército entrou... Roubou mais do que a polícia! O próprio é, levava tudo, dizia que o cara era comunista e quebrava tudo. Se o cara não está aí, prende a família dele logo. E assim... Um bocado de gente... sumiu um bocado de gente nessa história, rapaz. Tem gente que sumiu que não tinha nada a ver com o troço, rapaz. (...) Foi no dia 31 de março, no dia primeiro de abril de 64 estourou o golpe militar. E aí começaram... Chegou lá procurando as lideranças. E sabe que tem gente que dá informação de tudo, rapaz. Aperta um cá e fala, aperta outro cá, fala. Eles foram lá aonde eu trabalho (...), me levaram lá perto para depor lá, foram me buscar lá. Quer dizer, eles tinham bem a informação. (...) Botavam os bois dos caras que tinha lá, acabou tudo. Porco roubava. Levava tudo. Chegava no mercado do cara e estava cheio (...) levava tudo. O Exército, não era a polícia não. Eles carregavam tudo, era o Exército. Mas eles eram tudo terrorista mesmo, que estavam lá bancando, dizendo que os comunistas eram perigosos. Os perigosos eram eles que estavam lá, entendeu? (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27/12/2004).

Os levantes de Capivari e São Lourenço representaram um dos momentos de maior articulação entre as associações de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense seguido, pouco tempo depois, de uma tendência de desmobilização em decorrência de forte repressão após o golpe.

4.4 – Núcleo Colonial Santa Alice (1961 – 1963)

Em 1961, ocorreu outra resistência organizada, desta vez na região do Núcleo Agrícola Santa Alice, em Itaguaí, que também envolveu ações armadas. Tratava-se de um núcleo de colonização, sob responsabilidade do INIC, fundado em 1955, pelo Decreto nº 36.806, publicado em 25/01/1955 no Diário Oficial da União, em uma área de “seis mil duzentos e

³³⁹ Em seu livro de memórias, antes desses trechos citado, José Pureza estava se referindo aos primeiros anos de existência da FALERJ, de 1961 a 1963. Logo após isso, ele se refere às Ligas Camponesas e a Francisco Julião, sinalizando uma relação de “camaradagem” entre as duas entidades. Podemos supor, portanto, que esse encontro entre Pureza e Julião e sua visita Papucaia pode ter se dado na mesma viagem que Francisco Julião fez ao estado do Rio de Janeiro e organizou o curso de guerrilha em Magé ao qual Manoel da Costa se refere.

³⁴⁰ Não dispomos de mais informações sobre essa passagem de Francisco Julião pelo Rio de Janeiro e dessa articulação.

³⁴¹ Ofício s/n do STR de Duque de Caxias à Contag em 09/12/1969. (NMSPP/Sr SC.crm Pasta I).

dezesseis hectares de terras, pertencentes à União, que constituíam as antigas Secções ‘Seropédica’, ‘Cacaria’ e ‘Trevo da Viúva Graça’, do Núcleo Colonial de Santa Cruz”. Muitos colonos que por lá viviam eram espanhóis e, conforme narrado por Bráulio Rodrigues, alguns deles haviam participado da resistência ao regime franquista na Espanha.

O conflito ocorreu a partir do momento em que Nelson de Souza, dono de uma joalheria no Rio de Janeiro, reivindicou as terras para si. Bráulio Rodrigues conta que um subdelegado, nomeado por Getúlio de Moura, prestava apoio político local para o grileiro e “chegou lá dando tiro à vontade e colocou um ou dois pra fora” (SILVA, 2008, p. 32). Os lavradores de Santa Alice recorreram à Associação de Pedra Lisa.

Uma hipótese possível é que os colonos, a partir do interconhecimento e pela proximidade geográfica, tenham recorrido à Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Dentro dessa dinâmica entre as entidades de trabalhadores rurais no estado, que acabou por fundar a FALERJ em 1959, não é difícil supor que essa associação já estava se consolidando enquanto uma referência das organizações camponesas em momento anterior da fundação da federação. Isso fica evidente se levarmos em conta que a I Conferência Rural dos Trabalhadores do Estado do Rio em 1957 foi realizada em Pedra Lisa, contando com muitos de seus quadros políticos envolvidos na comissão organizadora do encontro³⁴².

Participarão delegações camponesas de diversos recantos da Baixada Fluminense – Convidados o Governador Miguel Couto, parlamentares fluminenses e numerosos outros próceres políticos³⁴³ – Virão delegações sindicais de Campos, Petrópolis, Caxias, Nova Iguaçu, Volta Redonda e outras cidades – Direito de trabalhar em paz, o principal ponto do temário (*Imprensa Popular*, 20/07/1957, p. 6).

Nesse contexto, conforme a narrativa de Bráulio Rodrigues, “as pessoas do Coletivo [Santa Alice] sabiam do nosso movimento em Pedra Lisa e foram lá pedir apoio da gente” (SILVA, 2008, p. 31). Isso mostra que a estrutura organizativa em 1961 consolidada em Pedra Lisa já tinha chegado aos ouvidos de outras organizações camponesas no estado do Rio de Janeiro, contando com a circulação das lideranças de Pedra Lisa pelo estado e também em organizações políticas de projeção nacionalizada, como o MNPT e o PCB. Além disso, importante levar em consideração a investidura política que o governo estadual havia dado para a região, o que dava notoriedade à Pedra Lisa e sua associação na imprensa.

Seis anos antes do conflito se deflagrar em Santa Alice, no Núcleo Colonial de Santa Cruz (NCSC), uma articulação entre colonos e a Sociedade de Lavradores de Pedra Lisa provavelmente já vinha se formando. Em 1955, três lideranças da associação chegaram a participar do Congresso Nacional do MNPT, realizado em São Paulo. Não por coincidência, uma dessas lideranças, José Ferreira “Zenclever” esteve envolvido diretamente nessa articulação com os colonos de Santa Alice, junto de Vantuil Dias Lacerda, filho de seu correligionário do MNPT, Francisco Lacerda. Provavelmente essas figuras conheceram e se articularam, em meio ao congresso nacional do MNPT, com outros colonos do NCSC, em especial os da sessão de Piranema, Itaguaí, que também compuseram a mesma organização, contando com um comitê intrapartidário na localidade. “Sua diretoria seria constituída pelos colonos José Tomás, José Nunes da Silva e Otávio Ferreira – respectivamente, presidente, secretário e tesoureiro. Na presidência de honra, estavam Maurício Antônio da Silva e o ex-prefeito de Itaguaí, Vicente Cicarino” (SILVA, 2017, p. 169). Evidentemente, não se trata

³⁴² Não confundir com a I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em Niterói em 1959, onde a FALERJ foi fundada.

³⁴³ Entre eles, o pecebista Dionísio Bassi, mencionado anteriormente, que havia sido eleito como vereador pelo PSD. (APERJ; Coleção Política, série Comunismo, notação 145, folha 93).

apenas da atuação em ambas as partes no MNPT, mas de uma circulação desses camponeses em um bloco político comum.

Parece-nos inegável a politização da constituição dos colonos e a intensificação desse coletivo como uma forma de reforçar suas lutas no âmbito do NCSC. Logicamente não tributamos esse acontecimento a uma disposição inata, ao contrário, acreditamos que ele foi resultado de um fazer-se da organização desses homens e mulheres e, muito provavelmente, estimulado por agentes políticos organizados. (...) Sugerimos aqui a hipótese, ainda a ser comprovada em trabalhos posteriores, acerca da atuação de setores de esquerda do PCB e setores progressistas de outros partidos políticos na região do NCSC com o início da década de 1950. Acreditamos que o reforço dessa hipótese pode-se encontrar na atuação parlamentar de Guilherme da Silveira e outros membros do PCB (*Ibidem*, p.168).

Igualmente, conforme discutimos no início do capítulo 3, a importância dos mediadores para a resistência camponesa foi central, sendo capaz de conectar esses camponeses com outros agentes e levar suas demandas para diversas instâncias de poder do Estado, situação muito semelhante à disputa política travada pelos colonos no NCSC, categorizada por Silva enquanto Contrateatro do Poder (*Ibidem*). Tendo em vista as atuações do PCB e do MNPT em ambas as regiões, a circulação de lideranças do NCSC e de Pedra Lisa em um bloco político comum estava dada. Assim, em meados de dezembro de 1961, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa decidiu, em assembleia, prestar apoio aos lavradores em Santa Alice (GRYNSPAN, 1987). Um episódio de conflito armado é narrado por Bráulio Rodrigues em uma ocasião de tentativa de despejo:

Aí nós reunimos os espanhóis (...) e eles resolveram pegar. Distribuímos o pessoal na entrada, um aqui, outro lá. Quando a polícia chegou, não morreu ninguém, graças a Deus, mas houve muito tiroteio. Só não morreu gente de lá nem de cá porque nós estávamos muito bem protegidos. A gente estava atirando mais para espantar, não era para matar. Aí eles saíram fora (SILVA, 2008, p. 32).

De acordo com as edições de 25/01/1962 do jornal *Última Hora* e de fevereiro de 1962 do *Terra Livre*, a Sociedade de Lavradores de Pedra Lisa enviou até Itaguaí uma comissão de 53 lavradores em um caminhão, com a finalidade de prestar apoio aos colonos de Santa Alice. A comitiva foi recebida por uma rajada de metralhadora da Polícia e o lavrador José Firmino foi ferido gravemente. Todos os outros foram presos, mas soltos após esforços jurídicos da Associação para libertá-los. Apenas três lavradores permaneceram detidos: Alvin Alves, “Didi”, que na época era presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e vice-presidente da FALERJ; Vantuil Dias Lacerda e José Ferreira (“Zencléver”) – mencionados anteriormente e que compunham o PCB e o MNPT, respectivamente.

Conforme narram matérias das edições de 13/01/1962 e 28/02/1962 do *Jornal do Brasil*, ao saber do ocorrido, Irênio de Matos, executor do Plano Piloto de Ação Agrária no governo de Celso Peçanha, tentou intervir junto ao Juiz para libertar os três lavradores. Entretanto, também foi preso, acusado de tê-los mobilizado contra a polícia. Hirton Xavier da Matta, juiz que decretou a prisão preventiva de Irênio de Matos, declarou que o caminhão, além de transportar 53 lavradores, também transportava armas. Além de Irênio, o juiz colocou sob custódia o presidente da Câmara Municipal de Itaguaí, Sebastião Conceição e o vereador Arthur Siqueira Bravo, sob a alegação de “além de incitarem o povo à desordem, instigaram alguns lavradores

a libertarem, de qualquer maneira, os seus colegas presos, recolhidos à Cadeia pública de Itaguaí” (*Última Hora*, 25/01/1962, p. 3).

Tanto Irênio quanto os três lavradores e os dois vereadores foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo soltos somente 26 dias depois. Nesse meio tempo, o governador Celso Peçanha chegou a exonerar o delegado de polícia e o sargento, responsáveis pelo caso. Mas “se negaram a deixar seus cargos. Impera em Itaguaí a vontade dos grileiros” (*Terra Livre*, fevereiro de 1962, capa). Somente em 1966 Alvíno Alves, Vantuil Dias Lacerda, José Ferreira e Irênio de Matos foram absolvidos dos crimes previstos no artigo 12 da lei 1.802 de 05/01/1953 (incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência) e 286 do código penal (incitar, publicamente, a prática de crime), combinado com o artigo 39³⁴⁴.

Irênio de Matos foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por sua atuação enquanto executor do Plano Agrário nas áreas mais conflituosas desse período no estado do Rio de Janeiro³⁴⁵. Além de Santa Alice, se envolveu com conflitos da FNM em Caxias, América Fabril em Magé e em São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu (BRITO, 2018). Além de Irênio, o conflito do Núcleo Colonial Santa Alice contou com outros mediadores. O então Deputado Federal Tenório Cavalcanti se articulou com os camponeses, pressionando tanto o governo federal quanto o estadual para que a desapropriação fosse realizada (*Luta Democrática*, 27/09/1961, p. 2). Em setembro de 1961, um representante de Tenório encontrara-se com um representante do então Presidente da República, João Goulart, em Santa Alice, firmando um acordo verbal entre Nelson de Souza e Bráulio Rodrigues, “até que o Sr. João Goulart se entenda com o Governador do estado do Rio, Sr. Celso Peçanha” (*Ibidem*). Sobre o episódio, Bráulio relata o seguinte:

Tivemos um encontro com o presidente João Goulart e com o governador do estado. (...) Tinha um termo, tinha um slogan da reforma agrária naquela época: “ou na lei, ou na marra”. Aí João Goulart disse: - Olha, na marra eu não aconselho ninguém a fazer, mas na lei vocês vão ter tudo (SILVA, 2008, p. 33).

A Fazenda Santa Alice foi desapropriada pelo governo estadual pelo decreto nº 7.891 de 24/01/1962, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 27/01/1962, com o reconhecimento que o conflito se originou “da ação de um terceiro que, sem prévia autorização do senhorio, que é a União, munindo-se de escritura de promessa de compra e venda (...) vem perturbando o trabalho dos agricultores ali domiciliados há cerca de dez anos (...) com ameaça de depredação de bens e de plantações”. Coube à Secretaria de Trabalho e Serviço Social organizar um plano de colonização nas referidas terras.

No ano seguinte, Nelson de Souza recorreu de tal decisão ao Tribunal de Justiça, que lhe deu causa ganha (*Luta Democrática*, 20/04/1963, p. 5). Entretanto, a fazenda acabou sendo desapropriada, não por meio do governo estadual, mas pelo governo federal (Decreto nº 51.906,

³⁴⁴ APERJ; Coleção Polícia Política, série DOPS, notação 82, dossiê 3, folha 49.

³⁴⁵ Antes de ter sido executor do Plano Agrário de Celso Peçanha, Irênio fora assistente de Aldio Leite, diretor do Plano Agrário, no governo Roberto Silveira, tendo se tornado diretor no lugar deste após a morte de Roberto Silveira, no início do governo Celso Peçanha. Posteriormente, no governo Badger Silveira, em março de 1964, tornou-se novamente assistente do diretor do Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas (APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147), que na época era o Padre Antônio Costa Carvalho (TELÓ, 2018). Suas atribuições incluíam a parte técnica da colonização após a desapropriação, que envolvia estudos topográficos e históricos, assim como fazer com que dentistas, médicos e assistentes sociais fossem até os colonos, nos locais onde ele trabalhava para desapropriações e que as prioridades de desapropriação eram em áreas de conflito. Ainda assim, Irênio foi alvo de suspeita do DOPS de ter sido responsável por causar um incêndio ocorrido no prédio do Plano Agrário, que teria ocorrido para apagar provas que os incriminassem.

de 19/04/1963). Como sabemos, a conjuntura política nesse período, em torno das reformas de base de Goulart, em especial, a de reforma agrária, caminhava em um sentido de intensificação da polarização entre Goulart e grupos conspiradores, que deflagrariam o golpe um ano depois.

Tratava-se de uma conjuntura local, portanto, com relevantes repercussões na esfera nacional. Não só por se tratar de uma das áreas desapropriadas para a reforma agrária de João Goulart, mas, ao mesmo tempo, por estar inserida em um “cinturão” de conflitos por terra em torno da cidade do Rio de Janeiro, conforme discutido no início do capítulo. Importante notar que os conflitos vinham escalonando de tal forma que os métodos de defesa armada por parte dos lavradores vinham sendo cada vez mais comuns. Esse tipo de resistência se colocava em um cenário em que determinadas intervenções estatais a favor das entidades de trabalhadores rurais não surtiam mais efeito prático, no sentido de interromper a ação violenta dos grileiros, tal como observamos no caso das prisões dos membros da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa em Itaguaí.

Isso se reforça se observarmos que, mesmo após a publicação de decreto presidencial de desapropriação das terras em favor dos lavradores, um homem chamado José Bento esteve presente em Santa Alice, acompanhado de sua esposa e capangas armados. Eles procuravam Bráulio Rodrigues, com a intenção de assassiná-lo. Frustrados por não o encontrarem, ameaçaram os lavradores que por lá estavam, impedindo-os de continuarem seus serviços sob pena de serem executados sumariamente. Além disso, José Bento ameaçou passar tratores sobre suas plantações (*Luta Democrática*, 11/05/1963, p. 5). De acordo com a notícia, uma semana antes, José Bento teria feito a mesma ameaça.

Trata-se, portanto, de um cenário de múltiplas facetas de repressão. Por um lado, as ações das forças policiais e jurídicas, que, no caso de Santa Alice, entraram em desentendimento com o Executivo estadual que, por sua vez, se colocava favoravelmente à causa dos lavradores, especialmente o pessoal que trabalhava no Plano Piloto de Ação Agrária. Por outro, havia formas de repressão “não oficiais”. Isto é, policiais insubordinados e um subdelegado que, aparentemente, agia de maneira “privada”, em defesa de Nelson de Souza e, ao mesmo tempo, ações de “jagunços”.

Diante desse cenário ameaçador, as lideranças da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa assumiram a defesa dos ocupantes expulsos e organizaram uma assembleia com representantes de entidades de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé – aparentemente, por meio da FALERJ. Nesta reunião foi deliberado que a reocupação das terras de Santa Alice se daria de qualquer maneira, mesmo que fosse preciso adotar uma estratégia armada (ARAÚJO, 1982). Destacamos, a seguir, um trecho do manifesto elaborado na ocasião:

Companheiros das Associações do Estado do Rio: aqui estamos precisando da tua solidariedade. A nossa causa é a sua também. Dirigentes sindicais, estudantes, donas de casa e operários, o seu protesto será também contra a carestia da vida. Estamos cercados de jagunços, mas a nossa causa é mais sublime, e mais nobre, porque aqui estamos defendendo o nosso direito de viver como pessoas humanas. A Sociedade de Pedra Lisa apela para o Sr. Governador Celso Peçanha que venha ao encontro dos lavradores de Itaguaí. Hoje estamos apelando, mas amanhã talvez não teremos mais tempo para apelar (*Apud* GRYNSPAN, 1987, p. 162).

Tudo isso sugere que o decreto presidencial não estava sendo cumprido, levando a uma escalada de conflitos em um contexto de vácuo de poder institucional. Trata-se de um processo em que as entidades de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense vinham desenvolvendo experiências de luta armada. Aparentemente, o desenvolvimento dessas táticas chegou a seu ponto máximo nas vésperas do golpe. Algumas fontes de memória oral se referem a uma

possível resistência armada por parte dos trabalhadores rurais contra o golpe de 1964. Antes de avançarmos nessa discussão, apresentaremos mais alguns conflitos de interesse para o presente estudo.

4.5 – Conflitos por Terra no Estado do Rio de Janeiro no Pré-1964 para além da Baixada Fluminense

Conforme pontuado no início desse capítulo, havia outros conflitos que se espalhavam no leste da região metropolitana e fora dela, completando assim uma espécie de cinturão de conflitos por terra na franja metropolitana do Rio de Janeiro entre 1946 e 1964. Esses conflitos serão apresentados brevemente aqui.

A ocupação do Imbé, em Campos dos Goytacazes em 1963, também foi marcada pelo apoio da FALERJ (NEVES, 2018), que conseguia articular-se com operários navais de Niterói e ferroviários de Campos dos Goytacazes (PUREZA, 1982). “As visitas ao acampamento e a solidariedade dos trabalhadores da cidade, ajudaram muito a acabar com a desconfiança dos pequenos proprietários vizinhos. Os ônibus carregavam faixas saudando todos os camponeses do Imbé e os pequenos proprietários sentiam-se identificados” (*Ibidem*, p.87).

O amparo legal da apropriação de terras pelos posseiros se referenciava pelo fato da área do Imbé estar incluída como área de litígio a ser colonizada por diversos programas estatais que foram editados em 1959 e 1960. Cem dias após o ato de ocupação, a área foi desapropriada mediante decreto federal nº 52.108, de 11/06/1963, dando início à implementação do Núcleo Colonial do Imbé através de ações do SUPRA e também contando com o apoio do governo estadual (NEVES, 2018). Destacamos também a circulação de pessoas em busca de posse de terra entre a Fazenda São Pedro (onde a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa atuava), Imbé e na gleba Vecchi no Núcleo Colonial de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, área para onde muitas famílias expulsas da Fazenda São José da Boa Morte, também no mesmo município, se instalaram em meio a um processo de conflitos e despejos.

Um dos principais conflitos nesse município antes do golpe de 1964 se deu na Fazenda São José da Boa Morte (FSJBM), em decorrência da invasão de proprietários dessa fazenda a uma área do Núcleo Colonial de Papucaia, onde ocorreu até mesmo um julgamento popular e simulação de uma execução sumária por meio do paredão³⁴⁶ (BRITO, 2018). Entre estes proprietários, destacamos os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, políticos de Goiás, que adquiriram terras da FSJBM em 1954 através de sua empresa Agrobrazil Empreendimentos Rurais Ltda. Após cumprimentos de ordens de despejo contra os lavradores em 1958, em março de 1961 o administrador da Agrobrazil, junto de policiais militares executou um violento despejo de 30 famílias. “Contudo, os camponeses argumentavam que aquela terra pertencia ao Estado e que, portanto, estavam sendo ‘griladas’. A grande quantidade de diferentes pretensos proprietários acirrava o conflito dos grileiros com os camponeses e também entre si” (*Ibidem*, p.217). O conflito envolveu a atuação da FALERJ, PCB e até mesmo das Ligas Camponesas.

Um dos principais articuladores da resistência camponesa na ocasião foi o técnico em agricultura Mariano Besser, que se dizia filiado ao PCB e se relacionava politicamente com as principais figuras dirigentes da FALERJ, como José Pureza, Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira. Entretanto, a ausência de ações diretas, tanto do partido quanto da federação, levou Besser a se aproximar das Ligas Camponesas, almejando, nessa organização a possibilidade de uma luta influenciada pelo foquismo da Revolução Cubana. “A presença de Francisco Julião

³⁴⁶ Conforme Brito (2018, p. 219), “O uso do termo *paredón* ficou marcado pelos julgamentos públicos durante a Revolução Cubana de 1959, que muitas vezes optou pelo fuzilamento dos acusados. Em Cachoeiras de Macacu o termo foi amplamente usado pela mídia e, devido à aproximação de Mariano Besser com a perspectiva foquista e de guerrilha rural de Cuba, podemos supor que o próprio teria assim chamado o tribunal popular e talvez até mesmo convocado este tribunal pensando no que ocorria em Cuba”.

em Cachoeiras de Macacu, no ano de 1960, contribuiu para a mudança da atuação de Besser” (BRITO, 2018, p. 218). Dessa forma, com a continuidade de expulsões na FSJBM, os lavradores resistiram com armas e ocuparam a fazenda, realizando, no dia seguinte, um julgamento de indivíduos ligados à grilagem na fazenda e também um oficial de justiça.

Em 1963 outra ocupação foi realizada na FSJBM, por cerca de 500 lavradores pelo mesmo motivo do avanço da empresa Agrobrazil na direção das terras no Núcleo Colonial de Papucaia. A articulação dessa ação foi feita pela Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, que tinha estreitas relações com o PCB. A prefeitura do petebista Ubirajara Muniz também auxiliou a ação, contribuindo para a libertação dos lavradores e procurando ser o interlocutor de conciliação entre os camponeses e a polícia. “A partir de seu prontuário (...) é possível perceber suas relações com Manoel Ferreira de Lima e Bráulio Rodrigues da Silva (respectivamente então presidente e secretário da FALERJ) e com os sindicatos dos Operários Navais, dos Rodoviários e da Construção Civil” (BRITO, 2018, p. 222). Em janeiro de 1964 a fazenda foi desapropriada pelo governo federal em decorrência de ação da SUPRA. Entretanto, poucos dias após o golpe, em abril do mesmo ano, o Exército entrou na área desapropriada para expulsá-los e procurar lideranças. Em 1967, a desapropriação foi revogada, devolvendo cerca de 850 alqueires para os irmãos Coimbra Bueno.

O importante observarmos aqui é a dinâmica política entre FALERJ, sindicatos e associações de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro. O próprio curso de guerrilha ao qual Manoel Antônio da Costa se refere foi realizado em uma fazenda nas proximidades de Santo Aleixo, em Magé, área também de uma efervescente dinâmica política entre trabalhadores rurais e têxteis nesse período³⁴⁷. Somente neste mesmo município, em estudo feito para a CEV-RJ, foram identificados 43 conflitos por terra entre 1946 e 1988 (TEIXEIRA, 2018). Entre estes, destacam-se os conflitos na gleba América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí, áreas próximas, tendo passado por situações parecidas, tanto nos processos de resistência e, posteriormente, de repressão política. Em ambos os casos os atores envolvidos eram posseiros e grileiros. Entretanto, “a diferença entre eles é que, na gleba América Fabril, o antagonista dos trabalhadores eram uma grande fábrica de tecidos, enquanto, em Conceição do Suruí, eram pessoas físicas” (*Ibidem*, p.171), fazendeiros que se diziam proprietários. Essas duas áreas foram posteriormente, desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em 1973, “*parte do imóvel rural denominado Conjunto Agro-Industrial América Fabril*”, indicado como propriedade da companhia homônima e localizado na Zona Prioritária da Reforma Agrária” (RIBEIRO, 2015, p. 266; grifos do autor) e, em 1974, a área de Conceição de Suruí (TEIXEIRA, 2018).

4.6 – Características gerais dos conflitos por terra na Baixada Fluminense e no interior do estado do Rio de Janeiro (1948-1964)

Cabe destacar características comuns entre os conflitos mencionados em Cachoeiras de Macacu, Magé, Duque de Caxias. Nova Iguaçu e Campos dos Goytacazes. Em primeiro lugar, havia grande dinâmica política de deslocamento de quadros da FALERJ por todo o estado do Rio de Janeiro, tendência essa que se repetiu diversas regiões, conforme vimos anteriormente. Tanto em Santa Alice quanto Capivari e São Lourenço notamos a dimensão dessa articulação, que também se refletiu em outras regiões da Baixada Fluminense e do interior do estado. Enquanto a associação de Pedra Lisa prestava apoio em Santa Alice, uma das lideranças de Magé, Manoel Ferreira Lima, “estava à frente da de Vargem Grande, em Itaboraí. No Imbé, em Campos, o líder foi José Pureza, de Caxias. Outros líderes de Caxias, como Joaquim Antônio e Itamar Joel Miranda, também participaram da ocupação do Imbé” (GRYNSZPAN, 1987, p. 169). Em entrevista concedida para Marcelo Hernandez em 2005, Cleriel, que havia sido posseiro

³⁴⁷ Para mais detalhes, ver Ribeiro (2015).

na Fazenda São Pedro, conta que, antes de ir para o Vecchi, cerca de oito famílias migraram da Fazenda São Pedro para a ocupação do Imbé em torno de 1961. O responsável pelo movimento dessas famílias foi Alvino Alves “Didi”, na época vice-presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Após o golpe, Cleriel ajudaria Bráulio e Vantuil a fugirem de Pedra Lisa, levando-os também para o Imbé³⁴⁸. Essas e outras articulações mencionadas, que contavam com grande circulação de militantes, indicam acúmulo organizativo da FALERJ ao longo de todo esse ciclo que se encerra em 1964.

Em segundo lugar, conforme já apontado, os principais agentes envolvidos nos despejos contra os posseiros não eram tradicionais latifundiários, mas agentes especuladores de terras, que dispunham de capitais diversificados para muito além do setor agrícola ou imobiliário e também influência no meio político: em Cachoeiras de Macacu os irmãos Coimbra Bueno; em Nova Iguaçu a família Guinle e os Paes Leme; em Duque de Caxias Getúlio de Moura e em Magé a Companhia América Fabril. O poder local muitas vezes se posicionava a favor desses agentes, contra os posseiros, como foi o caso do conflito em Santa Alice, Itaguaí, quando o juiz local chegou até mesmo a colocar o presidente da Câmara Municipal sob custódia, por estar atuando de forma favorável aos lavradores. Além disso, é importante frisarmos o papel dos subdelegados, inseridos em um contexto político de troca de favores com o poder local, conforme Bráulio Rodrigues conta em seu livro de memórias:

Naquela época, os subdelegados eram nomeados por um político da área. Por exemplo, eu simpatizei com você, vou nomear você como subdelegado desta área aqui. Você não ganhava nada, mas tinha um título de subdelegado e tinha poder na área. Em Nova Iguaçu, Getúlio Moura, que era um dos chefões políticos da Baixada Fluminense naquela época, nomeava os delegados. Mandava prender, fazia tudo na polícia de lá. Ele era deputado federal, era político do PSD, muito influente na Baixada Fluminense (SILVA, 2008, p. 25).

Em terceiro lugar, o papel de mediador que agentes governamentais exerciam em apoio às entidades de trabalhadores rurais. Como já apontamos, houve significativa aproximação entre o governo estadual, no mandato de Roberto Silveira em relação à Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, ao ponto da associação, após as festividades em decorrência da desapropriação da Fazenda São Pedro, ter afixado uma fotografia de Aldio Leite, executor do Plano Agrário, em sua sede. Posteriormente, Irênio de Matos, executor do Plano Agrário do governo Celso Peçanha, auxiliou a associação no conflito de Santa Alice, em Itaguaí.

Já durante a ditadura empresarial-militar, o DOPS dizia que, nas vésperas do golpe, “funcionava em uma das salas no pavimento onde se situa o plano agrário (...) uma verdadeira célula comunista onde o cidadão referido [Bráulio Rodrigues] e outros moscovitas faziam reuniões”³⁴⁹. Isso responde talvez o porquê de Irênio ter continuado a ser monitorado pelo DOPS até o final de 1964, sendo observado ao se encontrar com Francisco Lacerda e Bráulio Rodrigues em reuniões em Pedra Lisa³⁵⁰. O monitoramento do DOPS sobre Irênio provavelmente está intimamente ligado ao Padre Carvalho, diretor do Plano Agrário no governo Badger Silveira, de quem Irênio foi assistente.

Em quarto lugar, os efeitos de violência e repressão após o golpe empresarial-militar. Observamos despejos imediatos na Fazenda São José da Boa Morte em Cachoeiras de Macacu, seguida de uma revogação das desapropriações em 1967, colocando as terras sob controle da

³⁴⁸ ANAPAP. Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2006 – Maio / 2008.

³⁴⁹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

³⁵⁰ *Ibidem*.

Cia. Agrobrazil novamente. Em Duque de Caxias, houve imediata violência por parte do Exército, pouco depois do golpe, em Capivari e em São Lourenço. Em Magé, mencionam-se “mortos e desaparecidos no período da ditadura empresarial-militar que não entraram nas estatísticas. Indicam que foi significativa a violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais já no imediato pós-golpe” (TEIXEIRA, 2018, p.203). No Imbé, em Campos dos Goytacazes, há relatos de prisões e desaparecimentos logo após o golpe (NEVES, 2018).

PARTE III – OS ANOS DE CHUMBO

5 – MOVIMENTO CAMPONÊS E OS ANOS DE CHUMBO

Sem sombra de dúvida, o golpe empresarial-militar de 1964 representou um ponto de inflexão nos rumos do movimento camponês e nas disputas em torno da reforma agrária no Brasil. Como vimos anteriormente, o período que antecedeu o golpe foi marcado por saltos organizativos do movimento camponês em todo o país. Trata-se de um período onde enorme diversidade de categorias sociais do trabalho no campo se mobilizou, logrando de maior projeção e visibilidade, fazendo alianças que levaram a alguns ganhos.

A riqueza do período que se encerra com o golpe militar foi enorme. É nele que se desenvolveram as primeiras experiências mais abrangentes de organização dos trabalhadores do campo e em que, através de um complexo processo político, suas reivindicações imediatas se articularam com demandas amplas que colocavam em questão determinadas formas de exercício do poder, das quais o latifúndio era o maior símbolo. Evidentemente, isso foi produto de uma conjuntura muito particular, ligada ao desenvolvimentismo, ao populismo [e] ao crescimento do movimento operário (MEDEIROS, 1989, p. 78).

Como tratado anteriormente, a ditadura empresarial-militar, após o golpe de 1964, também realizou intervenção nas diretorias dos sindicatos mais combativos de trabalhadores rurais. Tanto a CONTAG quanto federações sindicais estaduais e sindicatos mais ativos foram alvo de intervenção. “No caso da CONTAG e dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde era forte a presença de comunistas, a direção passou para membros oriundos dos Círculos Operários” (MEDEIROS, 2014, p. 201), destino esse que, conforme será explicado no próximo capítulo, foi semelhante no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu³⁵¹.

Além dos mencionados saltos organizativos que o movimento camponês vinha dando no cenário nacional nos anos anteriores ao golpe, cabe destacar os rumos que a disputa em torno da pauta da reforma agrária tomava, nesse mesmo período, em sua dimensão institucional: apesar de o Congresso Nacional ter aprovado uma lei, sancionada pelo Presidente da República em 10 de setembro de 1962, que definia os casos de desapropriação por interesse social, regulamentando o artigo 147 da Constituição de 1946, nenhuma proposta que buscava facilitar as desapropriações – no sentido de alterar o § 16 do artigo 141 da Constituição, que garantia desapropriações “mediante prévia e justa indenização em dinheiro” – conseguiu ser aprovada. “Mesmo assim, algumas desapropriações foram feitas, já no governo João Goulart, em áreas de grande tensão. No caso do Rio de Janeiro, foram dez (...) sendo apenas duas fora na Baixada”³⁵² (MEDEIROS, 2018, p. 67). Entretanto, como se pode verificar em alguns casos no estado do Rio de Janeiro, como em Santa Alice, Itaguaí, eram áreas que “já haviam sido desapropriadas pelo governo estadual, o que indica a continuidade dos conflitos e dificuldades que se antepunham a esse tipo de política” (MEDEIROS, 2018, p. 67). Posteriormente, em 13 de março de 1964, no mesmo dia do comício a favor das reformas de base na estação Central do Brasil no Rio de Janeiro, João Goulart assinou o decreto presidencial no. 39.3661, que declarava de interesse social para fins de desapropriação as terras que margeavam rodovias federais, assim como terras às margens de ferrovias nacionais e terras inexploradas que tivessem sido

³⁵¹ No que diz respeito ao Nordeste, as chapas interventoras escolhidas foram de pessoas ligadas ao Serviço de Orientação Rural, como foi o caso de Pernambuco e Rio Grande do Norte (MEDEIROS, 2014).

³⁵² A saber: “Penha-Caixaão, Piranema, Capivari e Mato Grosso, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Cachoeirinha e Tocaia, em Magé; Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu; Imbé, em Campos; Fazenda Floresta, em Paracambi” (GRYNSZPAN, *apud*, MEDEIROS, 2018, p. 67).

beneficiadas por obras da União ou exploradas contrariamente à função social da propriedade. Tratava-se de terras que, pela sua localização, eram federais.

Em 1961, realiza-se a Conferência de Punta Del Este, firmando a Aliança para o Progresso, programa multilateral de desenvolvimento socioeconômico para os países latino-americanos. Nesse programa, o Brasil assumiu “compromisso de aumentar a produtividade e a produção agrícola, melhorar os serviços de transporte, armazenagem e distribuição e impulsionar uma ‘reforma agrária integral’, que eliminasse o sistema latifundiário e que fosse complementada crédito, assistência técnica, etc” (MEDEIROS, 1983, p. 114). Caberia aos países da América Latina “traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante”³⁵³. O apoio externo concreto às iniciativas reformistas, conforme pontuado por Leonilde Medeiros (1983, p. 114), se dava de maneira concomitante, internamente, à “radicalização crescente das lutas populares, quer através do acirramento dos conflitos no campo, quer das lutas operárias, com o aparecimento da CGT e das primeiras greves de caráter político”. Entretanto, o crescimento dessas mobilizações seria interrompido em 1964.

No caso do movimento camponês, após o golpe, verifica-se uma desarticulação das mobilizações em curso, mas não seu completo desaparecimento. “Pelo contrário, elas se intensificam como resistências isoladas, no plano local, como resultado das opções de política agrícola e agrária do novo governo, voltado principalmente (...) para a modernização das atividades produtivas” (MEDEIROS, 2014, p. 195). Um período de menor intensidade de luta de classes, entretanto, é capaz de nos revelar outros aspectos desta. “O estudo dos momentos de ‘desmobilização’, além de recuperar essas experiências, pode nos ajudar a entender o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos mais abertos” (PALMEIRA, 2009, p. 172). A análise desse período, portanto, “pode nos dizer alguma coisa sobre as mudanças efetivamente operadas no padrão de atuação de uma classe social pela própria movimentação dessa classe numa conjuntura de mobilização política” (*Ibidem*). Tal como apontado por Medeiros (2014), importa-nos, em termos analíticos, compreender, para além do que é “novo” ou do que é “velho” nesses distintos períodos de mobilização e conflitos, quais significações são retomadas e produzidas pelo movimento dos trabalhadores rurais nesse período, considerando as circunstâncias e oportunidades políticas que as delimitam e buscando compreender como as demandas dos trabalhadores rurais foram enquadradas.

Este capítulo busca compreender as circunstâncias pelas quais o movimento camponês esteve inserido após o golpe empresarial-militar.

5.1 – Golpe de Estado e a Questão Agrária

No comício de João Goulart na Central do Brasil, o próprio Presidente da República falava das limitações do decreto que tornava as terras que margeavam rodovias federais como de interesse social para fins de desapropriação. Em suas palavras, o texto ainda não era “aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro” pois, nas palavras do presidente, “reforma agrária feita com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária”, mas sim “negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário”, o que poderia, segundo Goulart, ser resolvido apenas mediante reforma

³⁵³ A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Fonte: ³⁵³ Verbetes temáticos CPDOC – Aliança para o Progresso. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/alianca-para-o-progresso-1> (acessado em 19/08/2022).

constitucional³⁵⁴. A fala do Presidente aponta para as dificuldades da reforma agrária relativas a dois preceitos praticamente inconciliáveis na Constituição de 1946: o artigo 147 e o artigo 141, § 16. Enquanto o primeiro determinava uso da propriedade “condicionado ao bem-estar social (...)”, o segundo estabelecia o princípio assegurador do direito de propriedade, ressalvados os casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou, ainda, por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”³⁵⁵.

Como vimos no capítulo 2, as propostas relacionadas à reforma agrária na década de 1950 e, especialmente, no início da década de 1960, estavam preocupadas com a modernização da agricultura para fomentar a industrialização no país. Conforme destacado por Medeiros (1983), a partir da década de 1960, esse debate deixa de ser dominante para dar lugar a um dos pontos fundamentais da discussão da reforma agrária no campo institucional, isto é: a forma pela qual deveria ser o procedimento desapropriatório.

Diante disso, Florestan Fernandes (1975a; b; c) afirma, a respeito do comportamento político das elites no Brasil, que o ponto sensível desse debate para a classe dominante era o protagonismo das classes subalternas nesse processo. Conforme José de Souza Martins (1991), isso poderia levar a uma compreensão alterada dos regimes de propriedade da terra no país, a partir de um ponto de vista das classes dominadas – terra para trabalho – em contraposição à terra de negócio, deflagrando assim uma questão política de classe. Esse rumo histórico, na visão das elites, poderia abrir uma possibilidade histórica de polarização entre a propriedade capitalista – que se baseia no princípio de exploração que o capital exerce sobre o trabalhador – com outros regimes de propriedade – que se baseiam em ganhos derivados do trabalho, não da exploração pelo capital – tais como a indígena comunitária, a posse e a propriedade familiar³⁵⁶. Essa polarização de diferentes percepções sobre “como ordenar as coisas” (LI, 2014), a concepção de terra para negócio com concepções populares de propriedade, poderia impor um cenário de lutas populares contra a expropriação e exploração (MARTINS, 1991), podendo criar, assim, unidade política entre os grupos sociais subalternos do campo em torno de suas concepções de usos da terra.

Assim sendo, apesar dos “empecilhos constitucionais da indenização *prévia, justa e em dinheiro*, estavam semiabertas as portas para a revisão da estrutura fundiária” (MARTINS, 1984, p. 29). De fato, desde o ano anterior, o governo Goulart já havia decretado as primeiras desapropriações no estado do Rio de Janeiro, tal como vimos anteriormente no caso do conflito de Santa Alice, em Itaguaí, e, em 1964, pouco antes do golpe, no caso da Fazenda São José da Boa Morte. “Outras desapropriações seriam decretadas (...) em Goiás, em Minas Gerais, no Nordeste, antes que se consumasse o golpe de 1º de abril de 1964” (*Ibidem*). De toda maneira, essas desapropriações eram acompanhadas de uma organicidade cada vez maior das diversas entidades de trabalhadores rurais que pressionavam o governo por desapropriações. Pode-se dizer que o golpe empresarial-militar de 1964 teve, entre outras finalidades, desarticular e frear as lutas sociais no campo e assim impedir o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, retirando-os do cenário político nacional, cujo espaço fora recentemente conquistado (MARTINS, 1984).

³⁵⁴ Discurso na íntegra disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>

³⁵⁵ Verbetes temáticos CPDOC – Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/estatuto-da-terra-1> (acessado em 19/08/2022).

³⁵⁶ Esta última, ainda que privada, segundo a acepção de Martins (1991), não tem a capacidade de explorar. Inversamente, isso ocorre quando o capital se apropria de algum desses tipos de propriedade, tornando-a “terra para negócio”. Por outro lado, a própria incapacidade de explorar de uma pequena propriedade privada familiar camponesa, subordina o pequeno lavrador à exploração do capital através de mecanismo de financiamento e comercialização.

O desmantelamento do movimento camponês após o golpe de 1964 pode ser lido a partir Fernandes (1975): tratando-se de uma ação auto defensiva burguesa, através de uma tática “contrarrevolucionária”, o golpe assume uma função histórica de manutenção de uma “revolução nacional incompleta”. Apesar do fato de não existirem condições reais para uma ruptura popular revolucionária neste período, a perspectiva contrarrevolucionária pode ser entendida em “um sentido reativo, recebendo o complemento ‘preventiva’ para que indicada a sua inserção no repertório de estratégias com que a burguesia conta para tentar extinguir a ameaça revolucionária antes mesmo que ela germine” (LEMOS, 2014, p. 74)³⁵⁷. A própria característica de formação capitalista hiper tardia³⁵⁸ em economias periféricas pode ser lida enquanto elemento fundamental que força as elites dessas economias a adotarem a tática de contrarrevolução preventiva como um traço estrutural de sua formação, sobredeterminando a luta de classes, conforme as interpretações de Renato Lemos (*Ibidem*) a respeito da obra de Florestan Fernandes.

A ação radicalizada da classe trabalhadora, segundo Fernandes, pode se desenvolver no bojo do aprofundamento de reformas ou revoluções dentro da ordem, “tipicamente capitalistas (assim, a reforma agrária ou a revolução nacional e a revolução democrática são agitadas pelos trabalhadores contra a burguesia, porque elas democratizam, de um modo ou de outro, a riqueza, o prestígio social e o poder)” (FERNANDES, 1982, p. 124). Nesse sentido, o golpe de 1964 e sua imediata reação repressiva aos movimentos sociais do campo pode ser lido através do que Fernandes (1975) categoriza como “pânico desproporcional das elites”: ainda que a reforma agrária não fosse uma pauta necessariamente revolucionária, o elemento gerador de pânico para as elites era justamente a mobilização popular em torno dela, podendo apresentar alternativas mais radicalizadas e assim fragilizar politicamente as classes privilegiadas³⁵⁹.

Na realidade, a reação foi, sobretudo às possíveis alternativas contidas no movimento camponês e no conjunto do movimento social pelas reformas de base, à possibilidade de uma reforma agrária “na marra”, ao medo da força potencial do movimento popular que já havia ultrapassado, na prática, os limites do projeto nacional-populista e colocado em xeque as alianças tradicionais que garantiam a sustentação de formas de dominação no campo.

Em certo sentido, a luta pela reforma agrária, enquanto luta democrática era uma luta assimilável ao capitalismo, pois assegurava o direito de propriedade (...). Mas, naquela conjuntura de crise, de disputa pela hegemonia, de contradição entre as exigências do poder econômico e

³⁵⁷ Conforme apontado por Motta, “Afirmar que na época muitas pessoas acreditavam na ameaça vermelha é uma coisa; trata-se de argumento de análise relevante para compreender decisões tomadas por alguns líderes e a recepção social que encontraram. Entretanto, algo bem diferente é continuar pensando assim *hoje*, diante do que sabemos sobre a história. Após 1964 e as intensas devassas realizadas por forças policiais e militares, alguns líderes golpistas declararam ter havido exagero nas avaliações anteriores, ou seja, o perigo comunista havia sido superestimado. Aliás, não foi sem motivo que logo começaram a investir no tema de caça aos corruptos, pois os alvos ‘comunistas’ não sustentariam por muito tempo a campanha de legitimação do novo regime” (MOTTA, 2021, p. 47).

³⁵⁸ Fernandes (1975a) se refere às economias capitalistas que surgem já com a alternativa civilizacional do socialismo. Esse elemento tem implicações, postula o autor, na formação psicossocial das classes dominantes desses países. Dessa mentalidade, de formação ultraconservadora, advém a tática da contrarrevolução preventiva e permanente como repertório de autodefesa dessas elites.

³⁵⁹ Cabe destacar que a mobilização camponesa em torno da reforma agrária caminhava lado a lado da crescente mobilização de outros segmentos sociais. A título de exemplo, conforme apontado por Marcos Napolitano, após o plebiscito de 1963 que restaurou o presidencialismo, dando plenos poderes para Goulart, crescia a pressão popular pelo avanço das reformas de base em torno da Frente de Mobilização Popular. “Dela faziam parte o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Ação Popular (grupo revolucionário de origem católica), o Partido Operário Revolucionário (PORT, trotskista), (...) grupos de sargentos e marinheiros” (NAPOLITANO, 2014, p. 38).

as tendências do poder político de base populista e de mobilização, era uma luta que subvertia (BRUNO, 1997, p. 97).

Evidentemente, a desarticulação de formas dissidentes de oposição política não era exclusividade do movimento camponês, mas parte da lógica da chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Conforme apontado por Maria Helena Moreira Alves (1984), tratava-se de um conjunto de ideias disseminadas através de uma rede militar-civil dentro da ESG, por meio da incorporação de uma rede de alunos, professores visitantes e permanentes. Desde a década de 1960, a ESG vinha elaborando, em colaboração com o IPES e o IBAD, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Com a derrota das forças sociais e políticas que se expressavam pelas reformas de base no golpe de 1964, Regina Bruno (1997) aponta que as reformas são desvinculadas de seu caráter social, passando a ser tratadas como uma “concessão da revolução”, sendo capazes de, por um lado, evitar que tensões sociais se agravassem e, por consequência, fomentar a dissidência interna (ALVES, 1984) e, por outro lado, colocar um fim nas alternativas elaboradas pelos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito à reforma agrária³⁶⁰.

De toda maneira, a rede civil e militar da ESG que se organizava através da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), “promovia conferências, seminários, debates e cursos por todo o país, levando os princípios e doutrinas da ESG a outros protagonistas civis e militares” (ALVES, 1984 p. 34). Assim, a ESG foi capaz de influenciar outros currículos de outras escolas militares no país, em destaque, a Escola de Comando do Estado-Maior (ECEME), espaço de mais alta formação do comando militar. Entre as décadas de 1950 e 1960, houve alteração substancial dos currículos da ECEME para uma orientação de defesa mais voltada para assuntos internos do país, processo que se intensifica após o golpe³⁶¹.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento responde por um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” (*Ibidem*, p. 35). Essa Doutrina desenvolvia uma compreensão de que a maior prioridade de defesa de um país subdesenvolvido deveria ser a de segurança interna. Isso se materializou logo nos primeiros

³⁶⁰ Além da intenção reformista agrária do governo Castello Branco, expressa no Estatuto da Terra, a autora também menciona outros dois experimentos liberais-modernizantes desse governo: “a lei de reforma bancária de 1964, que dispunha sobre a política e as instituições monetárias bancárias e creditícias e criava o Conselho Monetário Nacional e a Lei do Mercado de Capitais de 1965, que visava à democratização do capital das empresas, através de estímulos de mercado ‘que quebrassem a estrutura rígida da empresa patriarcal prevalecente’” (BRUNO, 1997, p. 104). Conforme pontuado pela autora, apesar de seu caráter liberal-modernizante, os acréscimos dos governos posteriores acabaram por desfigurar seus conteúdos e objetivos. “É pelos interstícios dessa legislação inicialmente incompleta e depois reformada que vão penetrar os agentes dos escândalos financeiros que explodiram a partir de meados da década de 70” (ASSIS *apud* BRUNO, 1997, p. 104).

³⁶¹ Conforme pontuado por Alves, “em 1956, o currículo da ECEME não mencionava conferências sobre contra insurgência ou estratégias de segurança interna; em 1961, os cursos sobre segurança nacional já se haviam tornado mais influentes. Em 1968, o currículo da ECEME contava com um total de 222 horas dedicadas exclusivamente à discussão da doutrina de Segurança Interna, e outras 129 à análise de formas não clássicas de guerra. Apenas 21 horas eram dedicadas a tópicos militares tradicionais como defesa territorial contra agressão externa do país. Tudo isso é mais significativo quando se sabe que, para ser promovido a general ou designado titular de qualquer posto de comando, todo oficial brasileiro deve ser graduado pela ECEME” (ALVES, 1984, p. 34).

dias do novo regime ditatorial com o Ato Institucional N°1 (AI-1)³⁶² e sua “Operação Limpeza”³⁶³, assim como através das formas de repressão aos movimentos populares³⁶⁴.

Sob o lema “segurança, desenvolvimento e reformas”, o governo buscava a sua própria legitimidade e o seu caminho para as questões mais gerais dadas pelo desenvolvimento do capitalismo e da dependência, mas buscava também a legitimidade da repressão que se destinava a neutralizar tudo o que fosse representativo do movimento popular anterior a 64 (BRUNO, 1997, p. 102).

Em suma, nesse período, com a perseguição e repressão a movimentos populares dissidentes, abre-se maior espaço para as posições reformistas do IPES, que enxergava a reforma agrária como condição da ampliação do mercado interno e, dentro da possibilidade da formação de uma classe média rural, a capacidade de neutralizar os conflitos e tensões no campo. Essas posições apareciam não mais como retórica de enfrentamento ao projeto nacional populista de Goulart, mas como efetivas reformas (BRUNO, 1995). Dessa maneira, o novo governo militar seria capaz de disputar politicamente a concepção de reforma agrária, através de uma “reforma agrária democrática e cristã”, defendendo “a realização de uma reforma que, desnudada do seu conteúdo ideológico, teria por objetivos o aumento da produção e da produtividade e a consolidação da propriedade privada no campo” (BRUNO, 1997, p. 102).

O discurso de uma reforma agrária “não ideológica” evidentemente não representava mera questão técnica, mas tinha conteúdo político, sobretudo pela exclusão dos trabalhadores rurais e suas entidades dessa discussão. Como vimos anteriormente, os sentidos das memórias coletivas atribuídas à reforma agrária são “negociados” de múltiplas formas ao longo do tempo, expressando distintos “projetos” de memória e identidade (VELHO, 1994). Isso se faz evidente se observado que desde a elaboração da primeira versão do anteprojeto do Estatuto da Terra, foram suprimidas e relativizadas todas as referências aos direitos trabalhistas dos trabalhadores

³⁶² O AI-1 foi redigido em segredo e assinado no dia 9 de abril de 1964 pelo autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, junta militar que *de facto* assumiu as funções executivas do governo federal, sob a presidência de Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados que assumiu a Presidência da República interinamente por treze dias, entre 2 e 15 de abril de 1964 para, em seguida, ser sucedido pelo Marechal Castello Branco. A junta militar era composta pelo general do exército Artur da Costa e Silva, pelo tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e pelo vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, que eram ministros de Mazzilli. Em termos gerais, o AI-1 autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, municipais e estaduais, bem como dava a prerrogativa ao poder executivo de decretar estado de sítio (ALVES, 1984).

³⁶³ Através da “Operação Limpeza”, o novo governo promoveu expurgos dentro do corpo burocrático militar e civil, buscando neutralizar opositores que pudessem se organizar às políticas que estavam sendo aplicadas. A operação, conforme apontado por Alves, “tinha alvos gerais e específicos, de acordo com as estratégias da Doutrina de Segurança Nacional, que dividia a sociedade em diferentes compartimentos a serem individualmente controlados” (ALVES, 1984, p. 35).

³⁶⁴ Como mencionado anteriormente, no caso do movimento camponês, muitas vezes a repressão se deu no mesmo dia do golpe. Ao que parece, a ativa ação do Estado contra qualquer forma de dissidência, responde pelas diretrizes do Manual da ESG. Tal como é descrito no Manual, “sempre que quaisquer antagonismos ou pressões produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Política de Segurança interna” (ESG *apud* ALVES, 1984 p. 40). Essa concepção, conforme os apontamentos da autora, justifica que o Estado de Segurança Nacional seja dotado de controle e repressão da população nacional. “Pode-se dizer que fornece um *incentivo moral*, já que a rigorosa manutenção da segurança interna é missão comparável à defesa do país (...) de um exército estrangeiro” (ALVES, 1984, p. 40). Além disso, conforme será explicitado no próximo capítulo, em muitos casos, essa repressão imediata se deu através da maneira “costumeira”, como já vinha sendo realizada em período anterior: por jagunços e pistoleiros. Em alguns casos, em consonância com a intervenção das forças armadas, em outros casos não. Podemos dizer que esse pode ter sido um dos fatores pelos quais essa repressão se tornou invisibilizada.

rurais, sendo substituídas por deveres do Estado³⁶⁵. “O trabalhador rural, mais do que sujeito de ações e demandas, é, antes, o receptáculo, beneficiário e objeto de uma política” (BRUNO, 1995, p. 20). O Estatuto seria o principal instrumento de disputa dos sentidos atribuídos à reforma agrária, associando-a a um projeto de modernização da empresa agrícola.

Dessa maneira, a maior conquista do governo Castello Branco, conforme assinalado por Bruno (1997), foi a promulgação do Estatuto da Terra, “uma reforma agrária elaborada em moldes estritamente técnicos, cuja aprovação se processou em ambiente de tranquilidade sem as agitações que cercavam o assunto no período pré-revolucionário” (*Correio da Manhã*, apud BRUNO, 1997, p. 103)³⁶⁶, conforme a narrativa “dos vencedores”, daquele momento. Isso se faz ainda mais evidente se atentarmos para a extinção da SUPRA, criada no governo Goulart para tratar de assuntos relacionados à reforma agrária e sua substituição pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)” (MEDEIROS; TELÓ, 2019, p. 57). Estabelece-se, portanto, de uma narrativa que nitidamente valoriza a separação da reforma agrária da mobilização social dos grupos sociais subalternos e de grupos progressistas, em uma tentativa de esvaziar seu conteúdo político de enfrentamento de classes sociais.

O governo militar separava o problema social e econômico, representado pela concentração fundiária, da questão política, das mediações – os sindicatos, as ligas camponesas, os partidos e grupos políticos – que se interpunham entre os trabalhadores do campo, entre as lutas camponesas, nelas se legitimando, e o Estado, cuja composição se chocava com tais pressões. O governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos. Ao invés de a reforma ser obtida de baixo para cima, legitimada pela participação popular, seria feita de cima para baixo, conduzida como problema técnico e militar e não como problema político. Tratava-se de conduzir a implantação da reforma sem causar maior lesão ao direito de propriedade, particularmente de modo a evitar que ela instaurasse o confisco do latifúndio (MARTINS, 1984, p. 31-32).

Débora Lerrer e Adriano Forigo (2019, p. 504) argumentam que o sentido modernizador da associação entre capital e agricultura ao longo da ditadura empresarial-militar “fortaleceu segmentos políticos contrários à ampliação de direitos para o campo e qualquer projeto de transformação mínima da sociedade brasileira porque têm o monopólio fundiário como base de sua expansão econômica e política”, reflexo da chamada política do silêncio em torno do problema agrário brasileiro.

Em suma, o processo de desarticulação do movimento camponês, que ocorre logo após o golpe, é combinado com uma disputa que visava esvaziar o conteúdo político da reforma agrária, contribuindo para uma inflexão do andamento das lutas sociais do campo no país, assim como do significado da reforma agrária.

³⁶⁵ A título de exemplo, Bruno se refere a um trecho da primeira versão o primeiro manuscrito do Anteprojeto: “onde constava ‘É direito do trabalhador rural o acesso à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nos locais onde habita’, há uma rasura feita à lápis e a seguinte indicação de substituição: “É dever do Poder Público promover o acesso” (BRUNO, 1995, p. 21; grifos da autora).

³⁶⁶ A autora explica que o então novo regime ditatorial foi capaz de se apropriar “não apenas da bandeira da reforma agrária, mas do conjunto de reivindicações do movimento social pelas reformas de base. E ao fazê-lo deslocou-as para o campo do social e do técnico. A substituição do termo de base pelo social reflete o recuo, o enquadramento de reivindicações que no pré-64 haviam alcançado um nível político mais amplo” (BRUNO, 1997, p. 103).

5.2 – Estatuto da Terra e Modernização Conservadora: Políticas para o Campo no Contexto da Ditadura Empresarial-Militar

Diante do cenário explicitado anteriormente, não é de se surpreender que entidades patronais rurais também estivessem entre os articuladores do golpe. É o caso da Sociedade Rural Brasileira, que representava cafeicultores paulistas e paranaenses; a Confederação Rural Brasileira, entidade de abrangência nacional de proprietários de terra e suas federações filiadas, tais como as federações de Associações Rurais de São Paulo (FARESP), de Minas Gerais (FAREMGE) e do Rio Grande do Sul (FARESUL) (MEDEIROS, 2014). Essas entidades davam ao termo reforma agrária um “outro tratamento. (...) Reforma agrária significava a modernização tecnológica do campo, com a criação de mecanismos de apoio aos produtores rurais com crédito facilitado e assistência técnica” (*Ibidem*, p. 200). Nesse período, o debate político em torno da questão agrária vai sendo, aos poucos, substituído por uma visão que trazia destaque para questões relacionadas à oferta e demanda de produtos agrícolas.

Há uma diferenciação, conforme Guilherme Delgado (2005), entre os diagnósticos dos economistas progressistas e dos conservadores nesse período. Enquanto o primeiro grupo volta seu olhar para “as chamadas relações internas de produção – acentuando o papel da estrutura de propriedade fundiária e das relações de trabalho predominantes, e seus efeitos econômicos e extraeconômicos; os conservadores estão observando pela lente das funções da agricultura” (*Ibidem*, p. 30). Contudo, o pensamento econômico funcionalista estadunidense – cujo olhar é voltado, principalmente, para os ditos “papéis clássicos” da agricultura no desenvolvimento econômico – ganha destaque dentro do pensamento econômico hegemônico no Brasil. Em termos gerais, a visão, tanto de economistas progressistas, quanto dos conservadores, passa a ficar “impregnada das chamadas cinco funções da agricultura: (a) liberar mão-de-obra para a indústria; (b) gerar oferta adequada de alimentos; (c) suprir matérias primas para indústrias; (d) elevar as exportações agrícolas; (e) transferir renda real para o setor urbano” (*Ibidem*).

Nesse cenário, conforme Delgado (2005), o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964-1966, do Marechal Castello Branco, em sua leitura a respeito do desempenho no setor agrícola pós-guerra, “tenta fazer um misto da interpretação da agricultura expressa no Plano Trienal (63-65) (coordenado por Celso Furtado)³⁶⁷ e uma ponte com a visão desenvolvimentista-funcionalista” (*Ibidem*, p. 31). Com efeito, não se tratava apenas de concepções a respeito do desempenho no setor agrícola que carregavam um misto de características de rupturas e continuidades com o passado.

É quase paradoxal que uma das primeiras medidas do recém instaurado governo militar tenha sido uma proposta de reforma agrária – um dos principais motivos de reação “contrarrevolucionária” que levou ao golpe de 1964 – através do Estatuto da Terra. Além do Estatuto, no início de novembro de 1964, foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado a Emenda Constitucional nº 10³⁶⁸, estabelecendo que imóveis desapropriados para fins de reforma agrária seriam indenizados “mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública”, não mais em dinheiro, como previsto pela Constituição de 1946. Paradoxalmente, tratava-se de “uma das bandeiras do movimento camponês que tanta reação havia causado no período anterior a 1964”³⁶⁹ (BRUNO, 1995, pgs. 16-17).

³⁶⁷ Plano publicado a 30 de dezembro de 1962, elaborado por uma equipe liderada por Celso Furtado durante os momentos finais da híbrida presidência “parlamentar” de João Goulart.

³⁶⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html>

³⁶⁹ Como mencionado no capítulo 2, no período do governo de João Goulart, o também petebista Bocayuva Cunha, deputado federal, havia apresentado um projeto de emenda constitucional ao Congresso Nacional que propunha a alteração no artigo 141 da constituição de 1946, na parte do texto que se referia à indenização por desapropriação mediante pagamento em dinheiro. A proposta do deputado trabalhista era de que o pagamento de indenização das desapropriações fosse por títulos da dívida pública. Como sabemos, essa proposta reforçou uma unidade dos

Evidentemente que a mudança constitucional, conforme apontado por Bruno (1997), suscitou reação imediata dos latifundiários, que receberam apoio do setor militar “linha dura”.

Qual seria a intenção do governo Castello Branco com esse tipo de medida e com o Estatuto da Terra? Bruno (1997) apresenta a hipótese de que o então novo governo militar aceitava um modelo interpretativo da estrutura fundiária como obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro³⁷⁰. Essa visão, segundo a autora, por meio da formação de uma classe média rural, contemplava “a necessidade de solução dos conflitos e tensões sociais no campo; paralelamente a isso, o governo se apropriava da reivindicação mais avançada dos trabalhadores rurais, a que havia unificado o conjunto da luta e do movimento pelas reformas de base” (*Ibidem*, p. 95). Dessa maneira, a apropriação da bandeira de reforma agrária e o estabelecimento de instrumentos legais para a sua implementação seria capaz de se diferenciar de reivindicações dos trabalhadores rurais.

O ponto de ruptura do Estatuto da Terra com o passado consistia na “institucionalização de uma determinada vertente do pensamento reformista, que, no período anterior, apresentava-se muito mais como um programa de enfrentamento ao projeto nacional populista do governo João Goulart do que como uma proposta efetiva reformas” (BRUNO, 1995, p. 6). Não era uma renovação em torno das concepções até então vigentes a respeito da reforma agrária. De um ponto de vista econômico, consonante com posicionamentos que já vinham sendo elaborados no debate em período anterior ao golpe, o Estatuto da Terra também estava preocupado com o papel da agricultura para o desenvolvimento nacional, tendo como principais referências a “necessidade de modernização da agricultura; a noção de latifúndio como obstáculo estrutural ao desenvolvimento e à industrialização; e a implementação de uma classe média rural no campo” (*Ibidem*). Por conseguinte, esse novo dispositivo legal contemplava medidas que visavam estimular um novo padrão de agricultura, tais como assistência técnica, mecanização agrícola, apoio ao cooperativismo, distribuição de sementes e mudas, assistência financeira e creditícia, estímulo à inseminação artificial para melhoria dos rebanhos, assistência à comercialização, apoio ao beneficiamento e industrialização de produtos agrícolas, eletrificação rural, seguro agrícola e apoio à infraestrutura (MEDEIROS, 2014).

Aprovada pelo Congresso Nacional no dia 30/11/1964, a lei nº 4.504 foi resultado de acirrados debates em sua elaboração³⁷¹. Conforme pontuado por Bruno (1995), desde seu anteprojeto, até sua aprovação no Congresso Nacional, o Estatuto da Terra passou por intensas disputas a respeito dos sentidos que seriam atribuídos à reforma agrária, à função social da propriedade, à categoria latifúndio, minifúndio, empresa rural, propriedade familiar e muitas outras categorias. Com efeito, o Estatuto da Terra define legalmente essas categorias sociais, redefinindo-as politicamente e sendo capaz de filtrar determinada concepção de reforma agrária para os marcos da disputa política através de uma dupla lógica:

deputados conservadores contra o projeto e, somado à mobilização cada vez maior do movimento camponês e o decreto de Goulart assinado no mesmo dia do comício da Central do Brasil, foi um dos motivos que levaram ao golpe (MEDEIROS, 1983).

³⁷⁰ Essa hipótese pode ser reforçada se forem observadas semelhanças de concepções presentes no PAEG (1964-1966) com algumas concepções presentes no Plano Trienal de Goulart (1963-1965) conforme apontado por Delgado (2005).

³⁷¹ Conforme apontado por Bruno (1997), o Estatuto da Terra foi elaborado previamente por dois grupos: um grupo de São Paulo, que havia participado do curso internacional de reforma agrária do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e da revisão agrária do governo do estado de São Paulo de Carvalho Pinto (1959-1963) e um outro grupo do Rio de Janeiro, coordenado por Paulo Assis Ribeiro, ligado às ideias reformistas do IPES. O primeiro grupo não se identificava com a linha política de João Goulart, mas era a favor da concepção de função social da terra e, ao mesmo tempo, compreendia que o Imposto sobre a Propriedade de Território Rural (ITR) poderia ser utilizado como forma de contenção do latifúndio. Já o segundo grupo priorizava a tributação não só como forma de contenção do latifúndio, mas como instrumento de reforma agrária.

Uma, distributivista, pela democratização da propriedade fundiária, incentivo à empresa familiar como modelo ideal de propriedade e penalização do latifúndio; e outra, produtivista, pela concentração de terra, capital e trabalho, e consolidação da grande empresa capitalista. O Estatuto por exemplo, definiu latifúndio com base na improdutividade e na dimensão, é certo, mas desencarnou do conceito os atributos outorgados pelo movimento camponês: o latifúndio como expressão da violência e da sujeição. A lei estabeleceu a propriedade familiar como base da reforma agrária, é verdade, mas delegou à grande empresa rural a função condutora da modernização e único exemplo eficaz do uso racional da terra. Os ideólogos do anteprojeto lutaram acirradamente e garantiram que a reforma agrária fosse vinculada à problemática fundiária, porém caracterizaram latifúndio e empresa rural como noções que atendem a regras comuns e se interpenetram continuamente (BRUNO, 1995, p. 29).

Com efeito, apesar do caráter de política distributiva de terras contido nessa lei, segundo a mensagem que acompanhou a proposta desse novo dispositivo legal para o Congresso Nacional, “não se tratava somente de uma lei de reforma agrária, mas uma lei de desenvolvimento rural, que tinha como um de seus principais suportes a ideia de modernização do campo” (MEDEIROS, 2014, p. 205). Isso se faz evidente se atentarmos ao parágrafo 1 do artigo primeiro da versão final do Estatuto, aprovada pelo parlamento, que, pelo termo “reforma agrária”, compreendia “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. Logo em seguida, no parágrafo segundo do mesmo artigo da lei, há uma compreensão de “Política Agrícola” como “o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país”³⁷².

A reação das bancadas no Congresso Nacional foi diversa. O PSD criticou alguns dos dispositivos do Estatuto da Terra, apresentando algumas sugestões no que diz respeito à definição de módulos rurais e áreas máximas de imóveis, bem como a necessidade de redução do ITR. Mas a maior reação desse partido foi à mudança constitucional para a realização da reforma agrária. A reação da UDN a defesa de que a agricultura deveria ser encarada pelo viés da produtividade e barateamento da produção. Embora o PTB tenha se recusado oficialmente a reunir-se com o grupo de trabalho que apreciava a matéria³⁷³, os parlamentares desse partido “aproveitaram do espaço para fazer passar seu pensamento reformista e apresentavam Goulart como timoneiro da vitória” (BRUNO, 1997, p. 120). Alguns parlamentares do PTB, inclusive, acreditavam “que o Estatuto da Terra seria capaz de alterar ‘tão profundamente estrutura nacional que só as futuras gerações poderiam dizer o que foi essa memorial madrugada de 21 de novembro de 1964’” (Câmara Federal-Anais *apud* BRUNO, 1997, p. 120).

Os órgãos responsáveis pela implementação das políticas agrárias e agrícolas seriam agora o IBRA e o INDA. Conforme argumentado por Bruno, a própria criação desses dois órgãos foi uma manobra política, um “reco tático”³⁷⁴, capaz de dificultar a execução da própria reforma agrária prevista no Estatuto da Terra:

³⁷² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm

³⁷³ Por outro lado, alguns representantes aceitaram se reunir com a equipe de São Paulo, mencionada nas notas anteriores, que vinha elaborando o Estatuto (BRUNO, 1997).

³⁷⁴ Além dos dois já mencionados anteriormente que, na visão de Bruno, foi, em primeiro lugar, a incorporação de uma lei de reforma agrária em uma política de desenvolvimento agrícola e, em segundo lugar, os instrumentos de

Se por um lado a criação de dois órgãos diferenciados representou uma vitória para os que acreditavam na possibilidade de uma reforma agrária, de outro, a indicação de um de seus respectivos presidentes significou a impossibilidade de uma atuação conjunta. (...) Desde o início, a relação entre o IBRA e o INDA foi conflituosa, e inúmeras vezes recorria-se à decisão presidencial. (...) Na sequência dos inúmeros recuos táticos, teve início, já no governo Castello Branco, o arquivamento do Estatuto da Terra exatamente naquilo que dizia respeito à reforma agrária: foi a derrota estratégica. Ao invés de ponto de partida, o Estatuto revelou-se como ponto de chegada. Era a extensão máxima na qual se permitiu levar a reforma agrária (BRUNO, 1997, p. 113-114).

A falta de sustentação política, entretanto, por parte da bases sociais e políticas do então primeiro governo militar, apesar de posição relativamente favorável a uma mudança fundiária no Estatuto da Terra, suprimiu, conforme pontuado por Nelson Delgado (2010, p. 35), “qualquer intenção de mudança na estrutura agrária brasileira (...) e à adoção da proposta de que, em vez de reformar o latifúndio, era necessário implementar uma política de modernização da agricultura brasileira com o objetivo de transformá-lo numa grande empresa capitalista”. A visão do PAEG, elaborada no primeiro governo militar, sob a presidência de Castello Branco, que deu sustentação às propostas do Estatuto da Terra (subscrito por Roberto Campos, seu Ministro do Planejamento), é duramente criticada por um grupo da USP liderado por Delfim Netto. Conforme Guilherme Delgado (2005, p. 31), trata-se de “uma crítica radical conservadora, fortemente apoiada na justificação técnica e econométrica”.

O resgate das teses modernizantes de Delfim Netto e do seu grupo começa no Governo Castelo Branco como reação ao Estatuto da Terra, mas se manifesta como projeto explícito do governo a partir do momento em que Delfim Netto assume o Ministério da Fazenda em 1967 e começa a implementar o Sistema Nacional de Crédito Rural como principal estrutura de fomento à produção agropecuária (DELGADO, 2005, p. 32-33).

Se, por um lado, o Estatuto da Terra foi instrumentalizado para esvaziar o conteúdo político da pauta da reforma agrária, por outro, foi utilizado pelo movimento sindical rural como um instrumento legal de reivindicação. Ainda em agosto 1964, a CONTAG promoveu a Campanha Nacional pela Aprovação da Reforma Agrária, que contou com a participação da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, com o objetivo de pressionar as forças antirreformistas no Congresso (BRUNO, 1997). Apesar da intervenção do governo militar na direção da CONTAG e de várias federações filiadas, conforme apontado por Medeiros (2014), no ano de 1967 foi articulada uma chapa que agregava tanto dirigentes que vinham do grupo interventor quanto outros que tinham formação na Igreja. Essa chapa era hegemonizada por lideranças pernambucanas – estado onde ocorreram expressivas mobilizações de trabalhadores rurais no período anterior ao golpe – e visava substituir o então presidente da confederação, e ex-interventor, José Rotta, que fazia parte dos Círculos Operários Cristãos.

desapropriação de reforma agrária (por interesse social, como prioritária, e por tributação, como complementar). Em síntese, diante dos efeitos reais do Estatuto da Terra, “a bem da verdade, o perfil da reforma agrária do ET é o projeto de modernização do latifúndio, é a proposta para forçar os setores mais retrógrados a se modernizarem. Não é um projeto para os trabalhadores rurais” (BRUNO, 1997, p. 111-112).

A nova direção se envolveu com cursos de formação do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL)³⁷⁵, por um lado e, por outro, “se cercou de assessores das mais diferentes origens políticas, que foram amalgamando tradições de esquerda e da Igreja e produzindo uma diretriz política que tinha a apropriação da lei em defesa dos trabalhadores como seu principal mote” (MEDEIROS, 2014, p. 210). Dessa maneira, foi delimitada uma estratégia capaz de demandar “reforma agrária e direitos trabalhistas, com base no Estatuto da Terra e no Estatuto do Trabalhador Rural, ao mesmo tempo que divulgava entre seus dirigentes (...) a ideia de que os trabalhadores possuíam direitos, assegurados pela lei” (*Ibidem*, p. 210-211). Ao longo da década de 1970, a CONTAG encaminhou para o governo federal diversos pedidos de desapropriação. Esses pedidos eram subsidiados por relatórios sobre casos de conflito que chegavam à entidade que também se dirigia com frequência ao governo federal através da “citação dos instrumentos legais disponíveis para realização da reforma agrária (Constituição Federal e Estatuto da Terra, principalmente) e de compromissos que o governo militar assumira” (*Ibidem*, p. 212). Em suma, a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais nesse período, em locais onde se reestruturaram, basicamente visava garantir direitos adquiridos em período anterior (MEDEIROS, 1989).

A mobilização do Estatuto da Terra para fins de desapropriação seria realizada prioritariamente sobre as áreas de conflito ou tensão social. De acordo com um levantamento feito pelo Senado Federal, entre 1965 e 1981, o governo federal baixou somente 124 decretos de desapropriação para fins de reforma agrária, em uma média de menos de oito desapropriações por ano, enquanto a quantidade de conflitos por terra foi de pelo menos 70 a cada ano (MARTINS, 1984). O Estatuto da Terra, portanto, fez da reforma agrária “uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos” (*Ibidem*, p. 96). Além disso,

A reforma implantada pelo governo militar está baseada na distinção das propriedades não apenas pelo tamanho, como fazia o governo deposto em 1964, que dirigia seus ataques ao que então se chamava de ‘latifúndio improdutivo’. Distingue-as também pela intensidade da utilização e, pode-se dizer, também as diferencia pela forma social de uso da terra. O Estatuto classifica as propriedades em minifúndio, empresa, latifúndio por dimensão e latifúndio por exploração. (...) O minifúndio deve tornar-se empresa. Do mesmo modo, o latifúndio deve ser submetido a pressões fiscais, mediante impostos altos, para que a utilização da terra, mesmo em propriedades extensíssimas, obedeça a um padrão empresarial. (...) Nesse sentido, o Estatuto é muito mais drástico em relação ao pequeno agricultor do que em relação ao latifundiário, já que para este sempre existirá a possibilidade de, sem qualquer desmembramento territorial, transformar o seu latifúndio numa empresa (MARTINS, 1981, p. 95-96).

Enquanto o novo regime tratava de desarticular o movimento camponês através da intervenção sindical e da repressão que se manifestava sob múltiplas formas, o Estatuto da Terra tratou de levar a questão agrária e a reforma agrária para um outro lugar que não o político, transmutando-a em um debate técnico. “O governo, ao apropriar-se da bandeira da reforma e, sobretudo, ao estabelecer os instrumentos legais para a sua implementação, de certa forma

³⁷⁵ Fundado em 1961 nos Estados Unidos da América, o IADESIL buscava formar dirigentes “mais afeito às negociações distantes dos ideais de esquerda que se disseminavam na América Latina e que ganharam maior força principalmente após a vitória da Revolução Cubana” (MEDEIROS, 2014, p. 210). Os cursos eram voltados não só para os sindicatos rurais, mas também de diversos outros segmentos. Eram realizados no Brasil, mas também contava com o treinamento de diversos dirigentes nos EUA.

impôs e determinou ao conjunto dos trabalhadores rurais quais deveriam ser os limites do campo de luta pela reforma agrária” (BRUNO, 1997, p. 122). Em suma, o Estatuto da Terra teve um sentido, à primeira vista, aparentemente contrário aos grupos que levaram o bloco empresarial-militar ao poder. Entretanto, buscou despolitizar a questão agrária e a pauta da reforma agrária.

A sua dimensão social, por outro lado, fica também vinculada ao próprio debate de incremento da produção, em uma lógica de “latifúndio improdutivo” como obstáculo à modernização, não mais o “latifúndio por extensão”. Toda essa guinada de significações abre, portanto, espaço para um projeto de memória (VELHO, 1994) dos sentidos atribuídos à reforma agrária que, conforme apontado anteriormente, tem o rural como referência de um lugar de produção, não como um espaço onde uma população de fato habita e desenvolve suas formas de viver³⁷⁶. A visão que persiste de todo esse processo é a dimensão modernizadora da produção, com uma significativa perda de sua dimensão social.

A persistência dessa ótica produtiva influenciará, por sua vez, as políticas de reforma agrária na Nova República, expressas nos dois Planos Nacionais de Reforma Agrária. Em suma, o espaço da memória – e consequentemente, de prática social a partir da “realidade negociada” em torno desse projeto de memória (VELHO, 1994) – se expressa no fato de que a Constituição Federal de 1988, quando menciona a reforma agrária, se apropria da concepção de função social da propriedade, expressa no Estatuto da Terra, mas dá ênfase à questão produtiva. O entrelaçamento, evidentemente, entre reforma agrária e seu caráter modernizante, até os dias atuais, reproduzem uma percepção de reforma agrária muito datada.

Não nos aprofundaremos nessa questão neste momento – o faremos nas considerações finais. Por enquanto, voltemos nosso olhar às consequências do golpe para as regiões onde havia mobilização popular camponesa, que vínhamos analisando anteriormente.

5.3 – Efeitos Locais do Golpe na Política Institucional

Enquanto a política nacional se reconfigurava após o golpe, causando efeitos nas políticas de desenvolvimento agrário expressos no tópico anterior, em nível local, também ocorreram significativas mudanças na política institucional, tanto no estado do Rio de Janeiro como um todo, quanto na Baixada Fluminense e no município de Nova Iguaçu. Essas mudanças impactaram a conjuntura política em toda a região, especialmente nas regiões onde os conflitos por terra se deflagraram, ocasionando formas explícitas ou pouco explícitas de repressão às populações que por lá viviam, especialmente às lideranças do bloco trabalhista/comunista.

Como explicado no tópico 2.2, o governador Badger Silveira foi ameaçado de *impeachment* quase que imediatamente após o golpe. Badger posicionava-se abertamente a favor das reformas de base de João Goulart, tendo inclusive, comparecido ao comício na Central do Brasil. Em decorrência desses posicionamentos, hostis ao regime ditatorial recém instaurado, o deputado estadual Nicanor Campanário, do Partido Libertador (PL), fez um pedido de *impeachment*, sob a acusação de ligação com os “subversivos” e com Goulart e, além disso, de ter se negado a nomear um major, indicado por um general, para o comando da Polícia Militar³⁷⁷. Badger Silveira, no entanto, parecia estar querendo demonstrar alinhamento com o novo governo militar e distância das forças progressistas. Chegou a exonerar Dionísio Bassi, pecebista que havia sido vereador pelo PSD e mediador da Sociedade de Lavradores e Posseiros

³⁷⁶ A concepção do rural como um lugar de produção é analisado por Medeiros, Quintans e Zimmermann (2013) dentro do escopo dos marcos legais da definição de rural, já no período pós ditadura.

³⁷⁷ SILVEIRA, Badger verbete biográfico, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/badger-teixeira-da-silveira> (acessado em 05/08/2022).

de Pedra Lisa, e que, na época do golpe, trabalhava como fiscal de rendas do estado. Segundo seu prontuário, Bassi foi exonerado “sem ter respondido na ocasião a nenhum inquérito”³⁷⁸.

Apesar de Badger Silveira ter negado ligações com comunistas e reafirmado sua posição de “católico e antiesquerdista”, enfatizando ter nomeado um padre para chefiar o Plano Agrário Estadual (Padre Carvalho) e de ter até mesmo comparecido à posse de Castelo Branco, a ALERJ aprovou o seu *impeachment* por 48 votos contra sete. Com isso, Badger perdeu seus direitos políticos dois dias depois, com base no AI-1, encerrando assim sua carreira política³⁷⁹. Após o presidente da casa legislativa, Cordolino Ambrósio, também do PTB, assumir interinamente o governo do estado, Paulo Torres, chefe do estado-maior do I Exército do Rio de Janeiro, é eleito indiretamente pela ALERJ. Essa eleição só foi possível após a aprovação de uma reforma do regimento interno da casa legislativa e de uma emenda constitucional. Quando abandona o cargo em 1966, seu vice, Teotônio Ferreira Araújo assume o cargo³⁸⁰.

Em 1966, o Ato Institucional N° 3 (AI-3) tornou indiretas as eleições para os governos estaduais. No mesmo ano, foi eleito como governador pela ALERJ Geremias Fontes, da Aliança Renovadora Nacional³⁸¹ (ARENA)³⁸², seguido pela eleição indireta de Raimundo Padilha em 1970, que já havia se envolvido com a Ação Integralista Brasileira (AIB) nas décadas anteriores³⁸³. Posteriormente, em 1974, com a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro em apenas uma unidade federativa (o novo estado do Rio de Janeiro), a eleição do governador Floriano Peixoto Faria Lima ocorreu via nomeação federal, respaldada pela lei complementar n°21 e pelo AI-3, assumindo o cargo no ano seguinte³⁸⁴.

A hegemonia arenista no governo do estado do Rio de Janeiro seria interrompida somente em 1978, com a eleição de Chagas Freitas pelo MDB, político que já havia sido eleito governador da Guanabara em 1970. Em ambos os casos, Freitas foi eleito de maneira indireta pela ALERJ, tendo sido o único governador da oposição eleito indiretamente durante toda a ditadura. Freitas havia, no período do golpe, apoiado prontamente a deposição de Goulart. Posteriormente, sua relação com o MDB se desgastou ao ponto de ter, com o fim do bipartidarismo, sua filiação indeferida pelo PMDB. Apesar de ter sido convidado pelo então Presidente da República João Figueiredo e pelo então chefe da casa civil General Golberri do Couto e Silva para ingressar em um novo partido situacionista que estava sendo articulado, o governador fluminense decidiu ingressar no Partido Popular (PP) de Tancredo Neves³⁸⁵.

³⁷⁸ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Dionísio Bassi, notação 1709, dossiê GVT.24.

³⁷⁹ SILVEIRA, Badger verbete biográfico, CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/badger-teixeira-da-silveira> (acessado em 05/08/2022).

³⁸⁰ TORRES, Paulo. Verbetes biográfico, CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-francisco-torres> (acessado em 05/08/2022).

³⁸¹ FONTES, Geremias. Verbetes biográfico, CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/geremias-de-matos-fontes> (acessado em 05/08/2022).

³⁸² Isso já no contexto do bipartidarismo, instaurado por meio do Ato Institucional n° 2 (27/10/1965), que extinguiu todos os partidos existentes e do Ato Complementar n° 4, que estabeleceu condições para formação de novos partidos, surgindo assim, a ARENA, situacionista e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposicionista.

³⁸³ PADILHA, Raimundo. Verbetes biográfico, CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raimundo-delmiriano-padilha> (acessado em 05/08/2022).

³⁸⁴ LIMA, Faria. Verbetes biográfico CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/floriano-peixoto-faria-lima-2> (acessado em 05/08/2022).

³⁸⁵ FREITAS, Chagas. Verbetes biográfico CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-padua-chagas-freitas> (acessado em 05/08/2022).

Em Nova Iguaçu, conforme explicado no trabalho de Allofs Daniel Batista (2016), em decorrência de sucessivas intervenções federais na prefeitura, 15 prefeitos assumiram o cargo entre 1964 e 1985, ano em que se encerrou o último governo do regime ditatorial em Brasília. O município chegou a ter onze prefeitos em onze anos (entre 1964 e 1975), sendo que nove deles assumiram e perderam o cargo em apenas cinco anos (entre 1964 e 1969), marcando período de grande instabilidade política para o município. Em termos gerais, tratava-se de aberturas de processos de *impeachment*, seguidos pelos dois sucessores do prefeito (o vice-prefeito e o presidente da Câmara Municipal), que, após também serem afastados, eram sucedidos por um interventor federal.

Nosso entendimento é que certos agentes do campo político receberam o golpe como um instrumento de reordenação da ordem estabelecida; alguns políticos represados pelo sistema democrático instituído até então poderiam ser retomados e, para grupos e indivíduos derrotados no jogo eleitoral vigente, o golpe seria um meio para alcançar os seus objetivos. A forte repressão contra os comunistas e contra qualquer personagem político mais progressista naquele momento, oportunizaria a remoção de políticos adversários, vencedores até abril de 1964.

No entanto, associar membros do campo político iguaçuano ao comunismo poderia ser arriscado, pois esse era um campo relativamente pequeno e poder-se-ia resvalar em aliados e colocar-se em perigo, porque no contexto pré-golpe, denunciadores poderiam ter se aliado ocasionalmente a denunciados. Sendo assim, restava outro caminho para afastar adversários do jogo político, o da acusação de má gestão, de malversação, de improbidade e de outras faltas graves na gestão da coisa pública, sobretudo corrupção (BATISTA, 2016, p. 140).

O prefeito de Nova Iguaçu na ocasião do golpe era o petebista Aloízio Pinto de Barros, que teve expressiva vitória eleitoral e também obteve maioria na Câmara Municipal. Imediatamente após o golpe, a Câmara se reuniu em sessão extraordinária e cassou o mandato do vereador Ismael Ramos, do PST. Isso ocorreu no mesmo período de cassação do deputado estadual Elzio Ramalho, também do mesmo partido e de origem em Nova Iguaçu. Ambos, ao que tudo indica, foram cassados por terem sido identificados como “comunistas” (*Correio da Lavoura, apud* Batista, 2016, p. 135). A crise aumentou após o prefeito ter se manifestado publicamente contra a cassação de Ismael, que pertencia à sua base aliada.

A isso somado, um servidor da prefeitura, o engenheiro Frederico Fernandes, pediu exoneração nos primeiros momentos após o golpe e deixou o município logo em seguida. “A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, pôs-se a investigar, além do vereador cassado, o servidor que pediu exoneração do posto sob suspeita de prática de doutrinas esquerdistas” (BATISTA, 2016, p. 137). A crise ocorria ao mesmo tempo em que o governador Badger Silveira, do mesmo partido do prefeito iguaçuano, já conseguia visualizar seu governo sob ameaça, “enfrentando problemas também relacionados com o pedido de exoneração de seu secretariado e um posicionamento de cisão posto pelo diretório regional da UDN” (*Ibidem*). Ao mesmo tempo, também estava exonerando Dionísio Bassi, para se afastar de uma identidade “subversiva”, conforme mencionado anteriormente.

A crise se agrava ainda mais no município quando o prefeito, em agosto de 1964, pede licenciamento de 30 dias, para que pudesse participar da prova de títulos ao cargo de tabelião do Cartório do 4º Ofício de Nova Iguaçu. No mesmo dia em que ele assume o cargo de tabelião, é afastado definitivamente do cargo pela Câmara, assumindo, de forma definitiva, o vice-

prefeito João Luiz do Nascimento. Quando este, por conseguinte, pede afastamento do cargo para se candidatar a deputado estadual pela ARENA, Nascimento é sucedido brevemente pelo presidente da Câmara, José de Lima, do PSD, que por sua vez foi sucedido por um interventor federal, nomeado pelo Presidente da República. “Notamos que não há uma motivação explícita para a nomeação de um interventor nesse momento. O presidente da Câmara seria o substituto natural para o caso de afastamento do prefeito, como aconteceu. A intervenção atendeu a critérios estranhos à política local” (BATISTA, 2016, p. 148).

O mandato seguinte segue caminho semelhante: já com o bipartidarismo, é eleito Ary Schiavo como prefeito pelo MDB nas eleições de 1966. Schiavo, apesar de contar com maioria na Câmara, se vê isolado no Legislativo após encaminhar uma proposta de crédito extraordinário em decorrência de catástrofes oriundas de temporais no verão de 1967. Isso se deu ao mesmo tempo em que o prefeito indeferiu um pedido de aumento das passagens de ônibus municipais, feitas por três vereadores do MDB. Como retaliação, a Câmara não aprovou o crédito extraordinário, obtendo apoio, inclusive, desses três vereadores. Com minoria no legislativo, Schiavo foi processado pela Câmara Municipal e posteriormente cassado definitivamente após denúncias de irregularidades em seu mandato (BATISTA, 2016). Em meio à crise, os órgãos de repressão vinham espionando Dionísio Bassi, que era amigo pessoal de Ary Schiavo, o que evidentemente, reforçava sua imagem de subversivo³⁸⁶.

O sucessor de Schiavo na prefeitura foi o também emedebista Antônio Joaquim Machado, que teve o mesmo destino de seu antecessor, sofrendo acusações de ordem administrativa em 1968. Mesmo trocando de partido, do MDB para o ARENA, foi cassado, dando lugar a Nagi Almawi, presidente da Câmara Municipal e vereador pelo MDB. Almawi, por sua vez, exerceu o cargo por pouco menos de cinco meses, estando como prefeito na ocasião da edição do AI-5. Nesse contexto, assim como em diversas localidades do Brasil, o município de Nova Iguaçu passou pelo fechamento da casa legislativa. Dessa maneira, novamente foi nomeado um interventor federal, o professor João Ruy Queiroz Pinheiro, o nono prefeito do município desde 1964.

Essas intervenções guardam em comum certo rito. Primeiro, faz-se uma denúncia de irregularidades do prefeito no exercício de suas atribuições; segue-se com o afastamento das funções por um período regimental, votado na Câmara Municipal de Nova Iguaçu; com a condução e a execução aceleradas do processo de cassação, finaliza-se o processo com a cassação sempre definitiva. Importante frisar que os dois casos de cassação de prefeitos deram por encerradas as carreiras políticas dos respectivos envolvidos³⁸⁷.

Nas duas ocasiões, os denunciadores foram os vereadores. As denúncias terminaram no afastamento dos prefeitos, ambos eleitos para o cargo; inicialmente a função de chefe do Executivo local foi ocupada pelo Presidente da Câmara em exercício; após o interregno de alguns meses, um interventor era nomeado como substituto. No caso estudado, os dois interventores eram civis e haviam sido atuantes nos cargos de vice-diretor ou de diretor do Instituto de Educação Rangel Pestana, ou do Colégio Municipal Monteiro Lobato, ou de ambos. Ou seja, os substitutos eram atores sociais ligados de alguma forma à sociedade iguaçuana e de municípios limítrofes (BATISTA, 2016, p. 131).

³⁸⁶ Um documento confidencial, da Polícia do Exército, datado de janeiro de 1968, diz que Bassi, “na recente crise havida nessa cidade por ocasião do impedimento de Ary Schiavo (...), teve atuação destacada”. Não encontramos informações detalhadas a respeito de o que teria sido essa atuação. Fonte: APERJ; Coleção Polícia Política, série Comunismo, notação 145, folha 97.

³⁸⁷ Destino esse, que foi o mesmo do governador Badger Silveira, conforme vimos anteriormente.

O cenário político no município após a segunda intervenção se transformou, passando para uma hegemonia arenista ao longo de toda a década de 1970, até o fim do bipartidarismo. Foram três eleições bipartidárias pelas quais o município passou. Na primeira, “o ex-vereador Bolivard Gomes de Assumpção venceu (...). Na sequência, a prefeitura recebeu os dois interventores federais como prefeitos eleitos pela legenda do ARENA” (BATISTA, 2016, p. 164). Após o afastamento desse segundo mandatário, para não ser cassado por má administração, seu vice, que havia sido interventor estadual em São Paulo, assumiu a prefeitura, “para cumprir o rol dos 11 prefeitos em 1975, sendo o décimo primeiro desde a cassação de Aloízio de Barros” (*Ibidem*). Com a vitória ditatorial da hegemonia do ARENA no poder local da cidade, o clima de repressão e perseguição política teria seus reflexos no campo.

Um efeito prático desse clima político, foi, de fato, uma reordenação dos sentidos e do tratamento da questão agrária em nível local. Conforme será discutido no próximo capítulo, não só a repressão se intensifica, como também as políticas públicas previstas no Plano Agrário são excluídas da ordem do dia, o que vai gerar, por consequência, outro processo de reordenamento espacial na Baixada. Esses dois processos combinados serão capazes de contribuir para novas formas de expulsão de famílias camponesas, conforme veremos nos próximos dois capítulos. Argumentamos que, diante disso, projetos de memória (VELHO, 1994) que visam apagar o protagonismo e atuação das entidades de trabalhadores rurais em torno da questão agrária, a nível local, são reforçados, através de um verdadeiro empreendimento do esquecimento.

Vimos, nos capítulos anteriores, que a Sociedade de Lavradores e Possesores dispunha de vasta conexão com mediadores políticos. Estes incluíam sindicatos operários no interior do estado, advogados, imprensa progressista que os apoiava e, por fim, algumas figuras do campo político (BOURDIEU, 2012) iguassuano, estadual e nacional. Evidentemente, as alterações no campo político local abalaram essas estruturas de mediação de que a associação dispunha. Com o golpe, não só se estabeleceu um clima de repressão e perseguição política em Nova Iguaçu, mas o canal institucional que a associação se utilizava foi totalmente fechado. Mais que isso. A partir do golpe, a institucionalidade da sociedade política (GRAMSCI, 2001) havia se voltado contra a própria entidade.

Como disse o ex-tecelão e líder camponês de Magé, Manoel Ferreira de Lima em entrevista para Felipe Ribeiro (2019), “a revolução conseguiu desbaratar todos os revolucionários”. Essa situação se deu de forma semelhante em Nova Iguaçu, essencialmente em Pedra Lisa, onde encontrava-se a sede da até então maior entidade de trabalhadores rurais do município.

6 – FORMAS DE REPRESSÃO NAS ÁREAS DE CONFLITO DA BAIXADA FLUMINENSE NO PERÍODO IMEDIATO APÓS O GOLPE

Finalizamos o capítulo anterior discutindo as reconfigurações que se deram na política institucional local após a golpe. O presente capítulo discutirá os acontecimentos repressivos dos quais as entidades de trabalhadores rurais e suas lideranças foram alvo, assim como tentativas de resistência ao golpe. Buscará também evidenciar aspectos pouco conhecidos da repressão, dando atenção especial à Região de Pedra Lisa.

Conforme vimos anteriormente, o regime recém instaurado buscou impedir o fortalecimento do movimento camponês, retirando-o, assim, do cenário político enquanto ator relevante, capaz de disputar espaço na conjuntura nacional, principalmente em torno de reivindicações como a reforma agrária (BRUNO, 1995, 1997; MARTINS, 1984). Não se tratava, entretanto, conforme indicado por Leonilde Medeiros (1989), “para o regime que se constituía, marcado por uma proposta modernizadora da economia e da sociedade, (...) de eliminar o sindicalismo rural, mas sim de lhe dar uma outra direção, mais condizente com os novos tempos” (*Ibidem*, p. 87).

De toda maneira, em nível local, se até 1964 o movimento associativista camponês na Baixada Fluminense lograva de conquistar vitórias, o período posterior ao golpe empresarial-militar será marcado por sua desarticulação e perseguições a algumas lideranças em momento anterior. A perseguição esteve imediatamente relacionada àqueles ligados ao trabalhismo/comunismo e não aos Círculos Operários Católicos, grupo que assumiu a diretoria interventora da federação sindical após o golpe. Enquanto indivíduos ligados ao primeiro grupo, logo após o golpe, tiveram que fugir e foram posteriormente presos, os ligados ao segundo grupo também seriam considerados uma ameaça para o regime ditatorial, mas somente em momento posterior.

Mesmo os novos diretores da FETAG, indicados por padre Carvalho, que, como apontado anteriormente, era ligado aos Círculos Operários e já tinha intensa atuação no meio rural, foram vigiados e também sofreram pressão. Entrevistas com alguns deles, realizadas nos anos 1980, mostram que havia um estrito controle do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) sobre as atividades desenvolvidas, em especial reuniões com trabalhadores. Padre Carvalho tem seu nome citado diversas vezes nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e também era objeto de vigilância, como demonstram os documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI) (MEDEIROS, 2018, p. 70).

Como dito anteriormente, com a regulamentação do direito à sindicalização de trabalhadores do campo em 1962, diversas associações de trabalhadores rurais no país puderam se tornar sindicatos. Os principais quadros políticos da FALERJ fundaram em 1963 uma federação sindical, denominada Federação de Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos, com direção composta por José Pureza, de Duque de Caxias³⁸⁸, Bráulio Rodrigues, de Nova Iguaçu, e Manoel Ferreira de Lima, de Magé³⁸⁹. Conforme vimos anteriormente, todos eram membros do PCB e passaram a viver em clandestinidade após o golpe.

Assim, a partir de abril de 1964, “a Federação permaneceu acéfala por vários meses, quando em meados do ano foi constituída uma junta governativa, com elementos do Círculo

³⁸⁸ O dirigente era reconhecido por atuar em Duque de Caxias, mas o documento se refere à Pureza como dirigente da nova federação enquanto representante de Trajano de Moraes.

³⁸⁹ NMSPP/FETAG/RJ - 1964-1989\FETAG\FETAG - CAIXA 15\Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no RJ CONTAG - 1975 (1) (consultado digitalmente, no site do NMSPP).

Operário”³⁹⁰, composta por Álvaro de Souza Cameira de Barros, médico e pequeno proprietário em São Gonçalo; Manoel Justino de Souza, de Pedra Lisa; Acácio Fernandes dos Santos, de São Gonçalo e José Agostinho Neto³⁹¹. Mais tarde, em 1965, essa federação, por determinação legal, passou a ser chamada de Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG-RJ)³⁹². Apesar da intervenção sindical na entidade, a vigilância dos órgãos de repressão não cessou e o regime ditatorial procurou manter controle sobre os sindicatos, não importando sob quais direções estivessem eles (MEDEIROS, org., 2018).

A Associação dos Lavradores de Magé se tornou sindicato em 1962. Entretanto, não há nenhum registro de atas de reuniões sindicais entre 1962 e 1968. Conforme Felipe Ribeiro (2019), se por um lado, há alguns registros da atuação do Sindicato dos Têxteis desse município nesse período, o mesmo não se repete em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entretanto, há uma boa quantidade de registros orais que se referem a um período de consolidação dos Círculos Operários Católicos no sindicalismo rural daquele município. Nesse sentido, Ribeiro chama atenção para o fato de que a atuação destes interventores, “embora concebida inicialmente de ‘cima para baixo’, via Círculos Operários, acabou construindo uma relação bastante próxima com os trabalhadores rurais de Magé” (*Ibidem*, p. 46). Dessa maneira, a atuação sindical do grupo de interventores se misturou com o “andar” – expressão local que pode ser entendida como uma forma de luta burocrática, “ir aos escritórios e tribunais acompanhando o processo, ir atrás dos juízes e das autoridades, ‘pedindo’ ou ‘pressionando’” – de lideranças “de base”, que não eram dirigentes. Nesse município, destaca-se a mobilização dos trabalhadores em litígio com a América Fabril, principal área de conflito fundiário em zona rural do município, que acabou sendo parcialmente desapropriada pelo governo federal em 1973, a favor dos trabalhadores rurais daquela região.

Já em Nova Iguaçu, em 1963, “a associação de Pedra Lisa requereu carta sindical. Só foi obtida em 1966, sendo criado o Sindicato em Engenheiro Pedreira, o qual durou apenas 6 meses”³⁹³. Ao que tudo indica, o documento se refere à Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Entretanto, a Associação de Japeri, que era dirigida pelo grupo da FLERJ, após ter “rachado” com a associação de Pedra Lisa, também fundou um sindicato, conforme indicado por Bráulio Rodrigues em entrevista para Frederico Araújo (1982) e também por um entrevistado de Sheila Copello (1983), que disse que o “centro de Japeri” era onde se situava a sede da Associação de Japeri³⁹⁴. É possível que ele tenha se referido justamente a Engenheiro Pedreira, uma vez que se trata da região mais urbanizada próxima de Pedra Lisa e pertencente a Japeri, que na época era um distrito de Nova Iguaçu. É provável, portanto, que ambos os sindicatos tivessem sede em Engenheiro Pedreira.

De toda maneira, o sindicato fundado pela Associação de Japeri, de acordo com o entrevistado de Copello (1983), “foi fechado em 1964”, enquanto o boletim da Diocese de Nova Iguaçu³⁹⁵ indica que o sindicato fundado pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa tenha sido reconhecido e fechado em 1966³⁹⁶.

³⁹⁰ NMSPP/FETAG/RJ - 1964-1989\FETAG\FETAG - CAIXA 15\Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no RJ CONTAG - 1975 (1).

³⁹¹ Este último nome não é mencionado no documento. Mas consta em entrevista de José Neto Agostinho e de Acácio Fernandes dos Santos, ambas concedidas para Leonilde Medeiros em 1982.

³⁹² NMSPP/FETAG/RJ - 1964-1989\FETAG\FETAG - CAIXA 15\Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no RJ CONTAG - 1975 (1).

³⁹³ Informativo Diocesano de Nova Iguaçu, setembro de 1979.

³⁹⁴ A entrevista, registrada em anotações em papel e caneta, não se refere a uma pessoa específica que a concedeu, apenas diz que se tratava uma pessoa que havia chegado na Fazenda Tenente Pacheco em 1959.

³⁹⁵ Informativo Diocesano de Nova Iguaçu, setembro de 1979.

³⁹⁶ Diante da perseguição política que o grupo dos trabalhistas/comunistas foi alvo logo após o golpe, é pouco provável que tenha fundado e fechado um sindicato em 1966. Uma hipótese possível de se levantar – e que merece ser levada a cabo por pesquisas futuras – é que o documento da Diocese possa estar misturando representações

Não obstante, diversos relatos mencionam uma ocupação militar em Pedra Lisa, nos momentos iniciais do golpe, contando inclusive com uso de tanques de guerra. Seus alvos eram integrantes da associação que faziam parte do grupo trabalhista/comunista, em especial Bráulio Rodrigues. Relatos colhidos por Copello (1983) mencionam, inclusive, a destruição da sede da associação, cujos documentos foram queimados. Em entrevista concedida a Eliane Cantarino, na gleba Vecchi, Cachoeiras de Macacu, em setembro de 1982, o lavrador José Eufrásio, que residia em Pedra Lisa na ocasião do golpe, relata que “duas horas depois do Jango sair, o Exército ocupou Pedra Lisa. Inclusive quebraram a Sociedade dos Lavradores, botaram tudo para o lado de fora. Era uma sede muito boa. Funcionava como escola”³⁹⁷. A possibilidade de uma resistência armada ou de uma formação de grupo guerrilheiro coincidiu com o processo de fechamento da associação, da escola (que se situava do lado da associação), farmácia e posto médico. Coincide também com o mesmo período em que lideranças da associação, do grupo dos trabalhistas/comunistas, foram perseguidas pelos chamados *entrega-lista*, isto é, camponeses da própria região que entregavam nomes de lideranças para o regime, recebendo em troca diversos bens, inclusive terras desses líderes³⁹⁸.

6.1 – A Resistência Abortada, mas Rememorada

Os meses e até mesmo dias que antecederam o golpe empresarial-militar foram de intensa mobilização da Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu. No dia 19 de fevereiro de 1964, Bráulio Rodrigues esteve envolvido em um conflito por terras na Cidade dos Meninos, localizada no KM15 da Rio-Petrópolis, perto de Duque de Caxias. Os lavradores que ocuparam essas terras, vieram de Capivari, em Xerém, auxiliados por um caminhão da Petrobrás³⁹⁹.

Naquele momento, às vésperas do golpe, a Cidade dos Meninos pertencia à Fundação Abrigo Cristo Redentor⁴⁰⁰. A ocupação foi deflagrada no dia 13 de fevereiro de 1964 por, inicialmente, cerca de 500 camponeses. “Três acampamentos com bandeiras nacionais desfraldadas foram construídos, abrigando centenas de mulheres e crianças. Os homens passam a maior parte do dia vigiando a estrada e as terras” (*Última Hora*, 17/02/1964, p. 10). Além da bandeira nacional, foi erguida uma bandeira vermelha em um trecho de um atalho de uma das entradas. Segundo o jornal, após a ocupação, lavradores do estado da Guanabara, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Santa Cruz, Jacarezinho e outras localidades foram para lá para receber um pedaço de terra. A ocupação foi facilitada por uma greve de funcionários da Fundação que não recebiam seus salários há oito meses (*Luta Democrática*, 18/02/1964, p. 5). Os funcionários também contavam que a Fundação estaria desviando verbas (*Última Hora*, 17/02/1964, p. 10). A ocupação teve apoio da UNE (União Nacional dos Estudantes), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), dos lavradores da FNM e, ao que tudo indica, da Federação de Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos (que até 1963 era ainda a FALERJ)⁴⁰¹.

memorialísticas dos dois sindicatos, o que indica que a memória sindical no município possa ter sido reproduzida de maneira truncada após o marco do golpe. Evidentemente, essa memória truncada se refere ao fechamento de ambos os sindicatos nos primeiros anos após o golpe.

³⁹⁷ Entrevistas em reunião com o pessoal que veio do Imbé para o Vecchi, concedidas à Eliane Cantarino em 02/09/1981. Agradeço a Marcelo Hernandez, por ter gentilmente fornecido essa e outras entrevistas para os pesquisadores que compuseram equipe de pesquisa do projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*.

³⁹⁸ Documentos do regime ditatorial mencionam Manoel Justino, que fazia parte da gestão interventora da federação que se tornou a FETAG pouco depois do golpe, como tendo se apossado de terras de líderes que foram presos, colocando outras pessoas para por lá habitarem.

³⁹⁹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

⁴⁰⁰ Segundo Marcelo Hernandez (2010), “Tratava-se de uma entidade de direito privado que recebia subvenções federais, sendo responsável pelo conjunto de escolas ali existentes” (*Ibidem*, p. 261).

⁴⁰¹ O documento se refere à “associação dos lavradores do Rio de Janeiro”.

Não havia armas na ocupação de acordo com os agentes do DOPS⁴⁰² mas, segundo o jornal *Última Hora* de 17/02/1964, dois sentinelas armados se posicionaram na entrada do acampamento para evitar a entrada de carros. No dia 20 do mesmo mês foi anunciada uma reintegração de posse pelo Juiz de Duque de Caxias, Nélson Martins Ferreira, em favor da Fundação Abrigo Cristo Redentor (*Última Hora*, 20/02/1964, p. 2).

No dia primeiro de abril de 1964, enquanto o golpe empresarial-militar se consolidava pelo país, houve uma grande atividade, conduzida por uma caminhoneta do Programa Popular de Alfabetização⁴⁰³ percorrendo Pedra Lisa, Jaceruba, Engenheiro Pedreira e Santo Antônio. Lá estavam os líderes Bráulio Rodrigues, Vantuil Dias Lacerda, Alvino Alves e outros⁴⁰⁴. Quando o golpe ocorreu, a situação dos posseiros da região e de suas lideranças se tornou crítica. Como narra Bráulio Rodrigues:

Eu estava em Pedra Lisa, aguardando um outro movimento que viria, aguardando uma contra revolução que tinham nos prometido. Já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também. Nós tínhamos uma função muito importante no contragolpe.

(...)

Nós estávamos preparados. E íamos acompanhando pelo rádio também. Daí a pouco escutamos no rádio que o João Goulart tinha saído, que estava deixando o país. Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles. Não era coisa secreta, com um grupo só: era com todo mundo.

- Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui porque nesta hora, agora que está acontecendo isso, vão vir grileiros, vão vir assassinos, jagunços, tudo com o objetivo de ceder para o golpe que estão dando no país. Vão vir para fazer justiça com as mãos deles em cima de nós, principalmente em cima de mim e nos demais companheiros que estão aqui na direção.

(...)

Pois não deu outra: saí e em 40 minutos ou mais um pouco, chegou um monte de gente procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era polícia, não era nada. Eram justamente pessoas de que eu falei, ligadas a grileiros, que aproveitavam o momento para dizer que estavam

⁴⁰² APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

⁴⁰³ O mandato de Roberto Silveira desenvolvia uma política de inaugurações de escolinhas do Movimento Popular de Alfabetização (*Última Hora*, 08/02/1960, p.5). Mais tarde, em janeiro de 1964, o governador Badger Silveira, junto de seu Secretário de Educação, se reuniu com o ministro da Educação e Cultura Júlio Sambaqui, acompanhado de Paulo Freire para discutir a implementação de um Plano Piloto de Alfabetização, cuja implementação foi cancelada pelo mesmo governador (SILVEIRA, Badger, verbete biográfico CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/badger-teixeira-da-silveira>). O Programa Popular de Alfabetização ao qual o prontuário se refere pode ter sido uma política de iniciativa da Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu, inspirada e pautada na disputa dessas políticas públicas. De acordo com Sr. Alcides, em entrevista concedida à Gabriel Bastos em 12/03/2020, a escolinha de Pedra Lisa promovia cursos de alfabetização para jovens e adultos.

⁴⁰⁴ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país (SILVA, 2008, p. 43).

Bráulio permaneceu foragido, escondido em diferentes lugares. Informes falsos eram entregues à polícia, a fim de confundir-la⁴⁰⁵, mas acabou sendo preso em 1966. Segundo ele, foram mais de 20 prisões de 1966 até 1974 (SILVA, 2008). De toda maneira, em entrevista concedida ao *Projeto Memórias* do ITERJ, Laerte Bastos tece afirmativas semelhantes às de Bráulio, no que diz respeito de um plano de resistência armada ao golpe, por parte dos trabalhadores rurais que atuavam em Duque de Caxias, articulados com o Sindicato da Petrobrás:

Laerte Bastos: Na antevéspera, que foi abril, que foi 1º de abril, e nós estávamos reunidos, por que aí já tava a situação nacional perigosa, ameaçada, e tal, da ditadura, que acabou acontecendo né? Então, nós reunia uma imensidão de pessoas... Olha, nessa reunião que eu tô falando, devia ter assim, umas 500 pessoas, muita gente. Eu me lembro como se fosse hoje, uma multidão de gente, que foi uma reunião especial, por que nós já tava resistindo... Ah! *Nós tava mobilizado pra receber arma pra enfrentar a situação, por que já havia essa ameaça do golpe, entendeu?* Então a gente reuniu e eu disse: “companheiros, nós estamos aqui aguardando as armas que vão chegar...”. *E nós era ligado, agora vou lembrando... Ao sindicato da Petrobrás!*

Entrevistador: Lá tinha um cara chamado Silas Conforto né? Ele era do sindicato?

Laerte Bastos: Silas Conforto! O Silas Conforto era uma liderança que... Vocês conheceram ele?

Entrevistador 2: Eu não, eu estudei só...

Laerte Bastos: O Silas Conforto era um cara extraordinário, *ele ligava com a gente, ele dava apoio, mandava até alimentação pra gente, entendeu?* Do sindicato lá... (...) tinha, no sindicato, o povo rico, da Petrobrás, então o Silas Conforto era um cara extraordinário, ajudou muito a gente. Então, a gente tava com essa condição. Então fizemos essa reunião “nós temos que *estar preparados, por que estamos ameaçados de um golpe, e nós estamos todos aqui, nós vamos receber armas aqui...*”. *Então, a conversa era essa com o Silas Conforto, que nós receberíamos armas, e nós ia pegar em armas mesmo, sem nenhuma dúvida.* Aí foi quando veio o golpe. A última reunião que nós fizemos... *Nessa reunião, do dia 31, veio através do Silas, não sei como é que foi, que nós tinha perdido, que os homens assumiram o governo, deram o golpe, (...) e nós não tinha mais possibilidade nenhuma.* Aí foi uma tragédia... Tinha pessoas que chorava. [Nesse momento, Sr. Laerte quase chora] Devido à “voz”, que a gente estava, e, de repente, parar. *Nós, esperando armas, nessa reunião que eu tô falando, tava a eminência de tal, mobilizamos as pessoas, tinha muita gente, mas muita gente mesmo...* Então, a gente disse: “companheiros, infelizmente não podemos resistir, não vem mais armas pra ninguém, e nós temos que debandar. Vocês não saiam daqui de qualquer maneira, vocês têm que ter cuidado, não ir para as suas casas imediatamente, porque algum de vocês – não todo mundo, mas as pessoas que mais liderava o

⁴⁰⁵ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

movimento – tenha cuidado por que tá sujeito a ser preso. [problemas do microfone] (...) nós fomos fugindo... Ah! Aí já tinha até deflagrado o golpe e o Exército veio de Juiz de Fora, comandado lá pelo general e entrou lá por que sabia que lá tinha uma resistência, né? Entrou lá de caminhão... Caminho do exército lá. E eles vieram, e invadiram e tomou conta de tudo. Eu já não fui mais pra minha casa. Eu tive que já sair dali fugido (Entrevista de Laerte Bastos concedida ao Projeto Memórias do ITERJ, em 2014. Grifos nossos).

Alguns aspectos da fala de Laerte chamam atenção. Em primeiro lugar, ele se refere nitidamente a uma possível resistência armada que já vinha sendo planejada na medida em que a situação política do país caminhava para um golpe. Em segundo lugar, ao que tudo indica, o Sindicato da Refinaria de Duque de Caxias, da Petrobrás, fundada em 1961, tinha profunda relação com as entidades de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense. Conforme apontado nas páginas anteriores, os lavradores que vieram de Capivari para ocupar a Cidade dos Meninos, em fevereiro de 1964, se deslocaram por meio de um caminhão da Petrobrás, indicativo que essa articulação poderia estar sendo feita a nível estadual, por meio da Federação de Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos – a antiga FALERJ.

Soma-se a isso o fato de que, conforme observamos anteriormente, as entidades de trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro nessa época estavam também articuladas com outras entidades sindicais no estado. De toda maneira, a forma pela qual Laerte expõe o possível fornecimento de armas por parte do Sindicato da Petrobrás, indica que essa estratégia de resistência já vinha sendo planejada, porém, foi abortada em reunião no dia 31 de março entre os lavradores de Caxias.

Pelo exposto, parece que o cancelamento da resistência armada partiu de uma decisão de quem forneceria as armas, não daqueles que estavam dispostos a empunhá-las. Em Pedra Lisa, como dito anteriormente, Bráulio afirmava que “já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. (...) Nós estávamos preparados”. Entretanto, José Eufrásio, que era membro do Conselho Fiscal da associação, se recorda da ocasião de maneira distinta: “em Pedra Lisa a Comissão da Associação não sabia o que fazer. Quando Jango se mandou, resolvemos ficar parado. Se o presidente fica, a gente podia resistir”⁴⁰⁶. Essa afirmação indica que pode ter havido um dilema entre resistir ou não. Mais que isso, indica também que, diante dessa indecisão, a possibilidade de uma resistência armada contra um possível golpe poderia já não mais estar sendo levada em consideração. De toda maneira, o importante de retermos é que no período imediatamente anterior ao golpe, as entidades de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense passavam por um momento de enorme mobilização social.

Em Pedra Lisa, como dito anteriormente, em entrevista concedida a Eliane Cantarino em setembro de 1982, José Eufrásio diz que apenas duas horas após ficarem sabendo da deposição de Goulart, o Exército ocupou a região. De acordo com as memórias de José Eufrásio e de Bráulio, imediatamente após a reunião da associação em que os lavradores tiveram notícia da deposição de Goulart, vieram homens armados ligados a grileiros à procura das lideranças da associação. Cerca de uma hora e vinte minutos depois, de acordo com José Eufrásio, viria uma incursão militar.

Após isso, conta o lavrador que “o exército passou dois ou três dias procurando umas granadas, que eles diziam que lá existia um armamento enorme. No entanto, nunca ninguém

⁴⁰⁶ Entrevistas em Reunião com o pessoal que veio do Imbé para o Vecchi, concedidas à Eliane Cantarino em 02/09/1981, acervo de Marcelo Ernandez.

descobriu, esse armamento nunca apareceu”⁴⁰⁷. Nesse mesmo período, no dia 14 de abril de 1964, em documento secreto, informe ao Serviço Federal de Informações e Contra Informação (SFICI)⁴⁰⁸, os órgãos da repressão mantêm a suspeita de armas enterradas em Pedra Lisa:

Este serviço, recebeu o seguinte informe:

- Na região de PEDRA LISA, próximo a NOVA IGUASSU-RJ, região que só tem uma entrada e uma saída, existe reunião de elementos subversivos que inclusive teriam feito curso de Guerrilha em CUBA. No cemitério velho de NOVA IGUASSU-RJ existem sepulturas com laje em cimento “novo”, fresco, provocando suspeitas de que ali haja algum material enterrado⁴⁰⁹.

Ora, conforme discutimos no capítulo 3, a suspeita levantada pelos militares a respeito do curso de guerrilha em Cuba que Bráulio teria feito, partira de uma visita ao país por ele, enquanto secretário da FALERJ, acompanhado de Francisco Julião. Havia, no IPM do PCB, a suspeita de que uma guerrilha vinha sendo formada em Pedra Lisa um ano depois do golpe.

Alvino Alves dos Santos – vulgo “didi” e “diamante negro” é líder comunista de grande projeção para o Partido Comunista. Em 22/4/64 estava foragido da sua zona Pedra Lisa, 6 (sexto) Distrito de Nova Iguaçu, onde com estudantes, militares, operários e camponeses, treinava e instruía guerrilhas e ação, juntamente com o seu comparsa de ideologia Bráulio Rodrigues da Silva⁴¹⁰. A ação de ambos se estendia em todos os locais do Estado do Rio e Estado da Guanabara. Segundo o depoimento de Irênio de Matos Pereira, comunista notório, prestado a este Departamento, em 12/5/64, podemos verificar que o cidadão em pauta era co-réu no processo a que o declarante respondia em Itaguaí. Foi preso em Nova Iguaçu, no dia 7/2/65⁴¹¹, tendo sido encaminhado a este Departamento⁴¹² em 9/3/65, a pedido do IPM 709, sendo encarregado o Cel Ferdinando. Foi prontuariado e qualificado neste departamento⁴¹³.

A possibilidade de uma resistência ao golpe em Pedra Lisa não deve ser menosprezada, uma vez que o assunto de formação de guerrilha ainda se faz presente nas memórias coletivas dos moradores da região, mas tratado com muita cautela. Poderíamos até mesmo dizer que há

⁴⁰⁷ *Ibidem*.

⁴⁰⁸ O SFICI foi o primeiro serviço de inteligência do Brasil, criado através do decreto n.º 9.775-A, de 06/11/1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra. Entretanto, passando a funcionar somente dez anos depois, em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, sendo o principal órgão civil de informações do país até o ano de 1964, o primeiro órgão que tratou, explicitamente, de exercer a atividade de contraespionagem e contrainformações. Fonte: Guia de Archivos y Fondos Documentales – MERCOSUR. Disponível em: <http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/servico-federal-de-informacoes-e-contrainformacao-sfici-sfici-subsecao-de-operacoes-ssop> (acessado em 09/03/2021).

⁴⁰⁹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.

⁴¹⁰ A mesma coisa é mencionada no informativo de Bráulio Rodrigues da Silva, no IPM 709 (BNM_279 – IPM709 – Informativo de Bráulio Rodrigues da Silva – Pg.14617 –22/03/1965).

⁴¹¹ O documento menciona “7/2/64”. Entretanto, na página anterior, onde é apresentado o histórico de Alvino Alves dos Santos, diz que o lavrador foi preso em “07/02/65” e, posteriormente, citado em 19/03/1965, “no relatório da Federação dos Círculos Operários Fluminenses, como um dos homens que mais agitavam o setor rural antes da Revolução” (BNM_279 – IPM709 – Informativo de Alvino Alves dos Santos – Pg.14157 – 22/03/1965). Portanto, não é difícil deduzir que se tratou de um erro de digitação e que ele foi preso em 07/02/1965.

⁴¹² A saber, o DPS/SS, de acordo com o carimbo do documento.

⁴¹³ BNM_279 – IPM709 – Informativo de Alvino Alves dos Santos – Pg.14158 –22/03/1965.

uma certa confusão em torno do assunto e que, muitas vezes, a suposição de formação de guerrilha se mistura com a tentativa abortada de resistência ao golpe – o que pode ser oriundo da narrativa dos órgãos de repressão, somado à circulação de rumores ao longo de décadas.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2021), que analisa, através de uma perspectiva historiográfica, argumentos comuns de representações sociais coletivas das memórias a respeito do golpe e da Ditadura empresarial-militar, muitas suposições de uma suposta ameaça guerrilheira durante o governo Goulart – acusado de tê-las acobertado – são exageradas, e devem ser entendidas dentro de um contexto de Guerra Fria, após a revolução cubana.

Podemos até afirmar que, no contexto de 1964, alguns segmentos da esquerda faziam uma aposta mais radical, principalmente se observarmos seu discurso. Mas, na prática, pouco realizaram, o que fica evidente na fraca reação ao golpe, que, com algumas exceções, não encontrou resistência relevante. Aliás, após os eventos, alguns golpistas se mostraram surpresos diante da fragilidade da esquerda, o que lançava dúvidas sobre a existência de uma real ameaça comunista. Podemos sintetizar esse ponto de vista citando a fala, no início de 1965, de um dos líderes civis do golpe, o deputado e empresário da área de comunicações João Calmon: “Hoje, ninguém mais duvida que existia, antes da vitória, muito mais corrupção do que comunismo. Nestes doze meses de depuração a ameaça vermelha se tornou ainda mais insignificante” (MOTTA, 2021, p. 45).

Apesar do autor apresentar uma interpretação historiográfica bastante convincente, o fato é que existem representações memorialísticas verbalizadas por distintos moradores da região, expressas de diversas maneiras, seja de forma confusa, misturando narrativas e rumores; seja de forma assertiva, podendo idealizar essa possibilidade de resistência, ou até mesmo de forma cautelosa, marcada pelo medo até os tempos atuais, quando o assunto é essa incursão militar, a busca por “comunistas” e a “guerrilha”.

Uma vez que existem esses tipos de representações memorialísticas, podemos levantar algumas hipóteses: talvez uma tentativa de resistência possa até ter sido levada em consideração em algum momento pela associação e também por articulações políticas maiores, conforme apontado por Bráulio Rodrigues – que menciona o PCB, apesar do partido não ter adotado esse tipo de linha na ocasião. Ou poderia ter sido algo levado em consideração também por algum agrupamento do Grupo dos Onze, movimento criado em 1963 pelo deputado Federal Leonel Brizola⁴¹⁴, uma vez que, como sabemos, o trabalhismo atuava pela região. Mas essa alternativa pode ter sido facilmente descartada, visto que, conforme mencionado no depoimento acima de Bráulio, “até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar” e também a uma possível hesitação por parte da associação de levar a cabo essa resistência, conforme exposto por José Eufrásio. Isso pode muito bem ter sido

⁴¹⁴ O objetivo do Grupo dos Onze era de lutar pela implantação das reformas de base e pela “libertação do Brasil da espoliação internacional”. A iniciativa política foi centralizada pela Rádio Mayrink Veiga, onde Brizola constantemente discursa para a população, recebendo milhares de formulários, já preenchidos, por grupos dos Onze já formados. “O recrutamento para os grupos também era feito por intermédio de organizações nacionalistas como a Frente de Mobilização Popular, além da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e outras. Como o nome indica, cada Grupo dos Onze era formado por 11 pessoas, uma das quais o comandava. Onze grupos compunham uma unidade-distrito, 22 distritos constituíam uma província e 11 províncias integravam uma região. Segundo Glauco Carneiro, chegaram a existir no Brasil 1.298 grupos dos Onze” (Grupo dos Onze, Verbetes CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-dos-onze>).

consequência de, conforme apontado por Motta (2021), uma completa inoperância de Goulart para reagir ao golpe, sob o argumento de não desejar ver sangue ser derramado.

De toda maneira, dentro de nossas incursões a campo, obtivemos apenas um relato sobre o tema em uma entrevista gravada, onde um ex-militante do PCB – desfilado no início dos anos 1990, profundamente envolvido com o partido na segunda metade dos anos de 1980 – conta sobre o que ouvia de dirigentes mais velhos do partido:

O Chico⁴¹⁵ era um militante do PCB, ele era um senhor já no final da década de 80 (...) e ele sempre me disse o seguinte: aqui sempre houve um grupo de resistência, havia um enterramento de armas que ele disse que seria interessante procurar, na época eu era estudante (...) e ele achava que eu poderia procurar esse carregamento, que todo mundo enterrou, que ele sabia mais ou menos onde era o local, mas que durante muito tempo ele ficou sem vir e que precisava ser procurado. (...) Ele acha que o Exército nunca conseguiu recuperar esse carregamento de armas que veio para abastecer a guerrilha aqui, que era a resistência dos camponeses. Eu nunca vim procurar esse material, mas o Chico tinha certeza de sua existência (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018)⁴¹⁶.

De fato, não localizamos nenhum documento do regime ditatorial ou notícia jornalística que se referisse a armas encontradas em Pedra Lisa. Um entrevistado nos deu o seguinte relato de um ocorrido em seu armazém que, novamente, pode reforçar a hipótese de que resistências armadas à ditadura recém instaurada podem ter sido levadas em consideração pela associação:

Na revolução tinha policiais, até por sinal, um sargento muito mal educado. Chegou um sargento e cinco PMs com metralhadora, outro com fuzil. Aí eu tava no balcão. “O senhor quer me dar a sua identidade?” Eu falei: “Sargento, tenho que pegar lá na minha residência, aqui do lado”. Aí eu saí, fui lá, panhei a minha identidade, entreguei a ele. Ele pegou uma lista... Jogou a identidade em cima do balcão e falou: “Não agradeceu?” Ele podia ter entregado na minha mão, né? Apesar de ser pequeno, mas ele tinha que manter um pouco de educação. Aí, os soldados pediu água pra beber. Eu falei assim: “não, vamos fazer o seguinte: eu vou dar um guaraná pra vocês porque a minha água aqui é quente. A tubulação vem por cima do telhado e quando ela vem, a água esquenta” (...). Aí dei um guaraná a cada soldado. Tava gelado, (...) aí ele disse assim: “vocês têm dinheiro pra pagar isso aí?” Aí eu falei assim: “Sargento, eu dei a eles porque eles pediram água, e a minha água aqui é quente, a tubulação vem por cima da telha e o sol esquenta”. Aí largaram o fuzil em cima do balcão (...). Uma escolta meio avacalhada, né? Largaram o fuzil em cima do balcão e saíram sem ele? (risos) Chegou com arma, botou ali pra descansar (tava um calor tremendo, era mês de janeiro...). Mas eu não percebi não,

⁴¹⁵ Não confundir com Chico Silva, mencionado no capítulo 4. O entrevistado se refere a outro Chico, que atuava em Nova Iguaçu na época, já falecido dentro do contexto da presente pesquisa.

⁴¹⁶ O entrevistado se formou em arqueologia e, além de ter sido militante do PCB durante os anos de 1980 até o início dos anos de 1990, é morador de Japeri e frequenta Jaceruba desde a infância, nos anos de 1960. Tendo conhecido militantes mais antigos do PCB, tal como algumas lideranças camponesas da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, desde seus dezesseis anos, ele nos relata alguns testemunhos orais que ouviu ao longo dos anos, tanto de dirigentes do PCB, quanto de lideranças da associação que se referem à resistência em Pedra Lisa feita à ditadura empresarial-militar.

tinha outras coisas a fazer... (...) eles vieram e disseram que ali, dentro da cooperativa tinha uma bala de canhão. Eu nunca vi não, diz que era um torpedo. Mas também não tive a curiosidade de ver não... Ouvi falar! (...) Peguei o fuzil e botei debaixo do balcão e ficou ali. Ficou mais de um mês. Eu enrolei ele ali e deixei lá. Aí... Eles não foram buscar. Aí eu panhei ele, enrolei ele, botei na bicicleta, fui na casa do Vantuil e entreguei ao Vantuil: “Não quero essa arma lá não, rapaz! De repente eles fazem uma busca lá, dá uma virada no armazém, acha essa porcaria dentro de casa e eu vou ter que prestar contas”; “ah, mas não tem problema não”. Um fuzil e dois pentes de munição (Entrevista de Sr. Alcides, concedida à Gabriel Bastos em 12/03/2020).

Outras representações sociais da memória se referem à esposa de Vantuil Dias Lacerda, conhecida como “Jacira Fogueteira” ou como “a guerrilheira”. Um relato se refere a ela como responsável por alertar seus companheiros sobre as incursões do Exército: “A função da Jacira era passar a informação para os companheiros camponeses sobre a entrada do Exército em busca deles aqui. Então, como que ela fazia essa comunicação? Ela fazia essa comunicação através do foguete”⁴¹⁷. Note que essa prática já era utilizada anteriormente pelo movimento camponês na Baixada Fluminense, conforme José Pureza conta em seu livro de memórias a respeito de uma discussão que ele teve sobre a tática de resistência armada na América Fabril em Magé, em decorrência de tentativas de despejos no início da década de 1960: “Discuti o problema do despejo com ele [um homem que ele julgava ser mal intencionado] e sua opinião era de que os camponeses deviam resistir à bala. Tinha até combinado uma senha com os lavradores. Bastava soltar uns foguetes e o pessoal aparecia com armas e munições” (PUREZA, 1982, p. 57-58). Entretanto, Pureza rememora que essa prática se demonstrou ineficaz na ocasião: “propus a ele fazer um teste, e os foguetes começaram a pipocar. A única pessoa que apareceu no terreiro com a espingarda nas costas, foi a filha dele” (*ibidem*)⁴¹⁸.

Não há indicativos suficientes que apontem conclusivamente para formação de guerrilha na Baixada Fluminense em período próximo ao golpe – em momento pouco anterior e pouco posterior. Os relatos de entrevistas de que dispomos a respeito podem ser agrupadas em dois tipos: aqueles que rememoram as representações sociais dessas possibilidades e aqueles que se referem a estar, de certa forma, envolvidos com essa possibilidade, Como é o caso de Manoelão, em Caxias, mencionado no tópico 4.3 e de Bráulio, Laerte e Alcides, mencionados nesse tópico. Conforme apontado por Motta (2021) é certo que nessa conjuntura, após a Revolução Cubana, alguns grupos revolucionários sonhavam em implementar guerrilhas em moldes semelhantes, mas que se tornaram mito e uma utopia. Entretanto, “nenhum deles tinha recursos ou apoio social suficiente. Durante o governo Jango, os grupos civis que mais se armaram foram os fazendeiros, que temiam a reforma agrária e as organizações camponesas. (...) Em 1964, o tema da ameaça guerrilheira não era a questão principal” (*Ibidem*, p. 44).

Por conta disso, Bráulio Rodrigues e Vantuil Lacerda foram absolvidos de todas as acusações que pudessem se aproximar de todas as suposições de resistência armada ou formação de guerrilha, tanto no Conselho Permanente de Justiça da 2ª auditoria da Aeronáutica e na Auditoria da Marinha. Por outro lado, os relatos de quem viveu esse período, somado à continuidade de representações memorialísticas a respeito desses temas, sugere que uma resistência ativa contra o golpe foi expressiva na região.

⁴¹⁷ Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018.

⁴¹⁸ Adicionalmente, trata-se de um recurso Os foguetes eram também utilizados pelas Ligas Camponesas, não para chamar resistência, mas para anunciar a chegada de Francisco Julião. Adicionalmente, em trecho de entrevista de Manoel Antônio da Costa, ele menciona sobre um curso de guerrilha na Baixada das Ligas Camponesas com Francisco Julião.

6.2 – A Repressão e sua Memória Impedida (ou Subterraneamente Rememorada)

O material oral colhido nesse período se refere a desaparecimentos, prisões, assassinatos, sequestros e outras formas de repressão, reiterando a argumentação de Michael Pollak (1989) sobre memórias subterrâneas, verbalizadas apenas em conjunturas políticas em que sua rememoração é mais favorável e segura. Sobre esse período, o Sr. Raimundo, militante do PCB que frequentava reuniões em Pedra Lisa nas décadas de 1950 e 1960, toca no assunto de maneira bem explícita, em entrevista realizada no contexto da pesquisa para a CEV-RJ:

Os tanques de guerra foram em Pedra Lisa! (...) Os companheiros trabalhadores rurais lá, os camponeses, amarraram lá e o pessoal sumia com eles, eles pegavam, matavam. Todo mundo via! Acontecia isso, mas você não podia provar. Acontecia isso, os maridos eram presos, as mulheres corriam também, foi uma miséria (...). Aqui foi uma região de perseguidos! (Raimundo Lima, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff Maia e Romário Silveira em setembro de 2015).

Apesar da ausência de registros em órgãos de imprensa e de raros relatos orais, como o de Raimundo, citado acima, os órgãos de repressão mantiveram alguma documentação a respeito de formas de repressão na Baixada Fluminense e na Região de Pedra Lisa nessa época. Além da hipótese da tentativa de focos de guerrilha, os militares também acreditavam que a luta por terra da Baixada Fluminense era articulada diretamente pelo PCB, através de assessores comunistas que trabalhavam em órgãos governamentais⁴¹⁹. Apesar dessas hipóteses, lideranças da associação de Pedra Lisa, tais como Vantuil Lacerda, José Ferreira e Alvinho Alves, bem como o executor do Plano Agrário, Irênio de Matos, foram absolvidos pela Auditoria da Marinha em março de 1966 da acusação de “incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência” em processo “que teve origem em inquérito realizado em Itaguaí, cidade do Estado do Rio de Janeiro”⁴²⁰. Ao que tudo indica, trata-se dos processos abertos contra eles após terem sido presos no conflito de Santa Alice, explicado no tópico 4.4.

Posteriormente, em 30 setembro de 1968 em um julgamento que envolvia 35 réus dos mais variados cargos da SUPRA, lideranças camponesas e religiosas – entre eles Vantuil Lacerda e Bráulio Rodrigues, padres Alípio Cristiano e Francisco Laje e também o ex-deputado Adão Pereira Nunes⁴²¹ – o Conselho Permanente de Justiça da 2ª auditoria da Aeronáutica absolveu “por unanimidade de votos, 35 pessoas das mais variadas categoriais profissionais junto ao chamado processo da SUPRA”⁴²², incursos na Lei de Segurança Nacional⁴²³.

Apesar da absolvição, no ano seguinte, 1969, segundo os documentos anexos no pedido de anistia de Bráulio Rodrigues, “embora mantenha-se no momento com atuação discreta, é esquerdista convicto e agitador, pelo que determino a 2ª seção do meu EM⁴²⁴, que o mantenha na OPERAÇÃO GAIOLA”. Conforme explicado por Thomas Skidmore, (1988) trata-se de uma operação das forças de segurança do regime ditatorial, realizada antes das eleições de 1970, prendendo “ativistas políticos e todos aqueles que as forças de segurança consideravam

⁴¹⁹ APERJ; Coleção Polícia Política, série Preventivo, notação 18, folhas 4-8.

⁴²⁰ APERJ; Coleção Polícia Política, série DOPS, notação 82, dossiê 3, folha 49.

⁴²¹ Pelo documento estar muito desgastado, é impossível ler o nome dos outros réus que compareceram, tampouco sobre quais acusações eles foram absolvidos. Infelizmente, não é possível acessar esta edição do jornal *Última Hora* na Hemeroteca Digital do Arquivo Nacional, uma vez que o acervo contempla o periódico somente até o ano de 1965, passando a contemplar novamente somente a partir do ano de 1983.

⁴²² Jornal *Última Hora*, 01/10/1968. In: APERJ; Coleção Polícia Política, série DOPS, notação 82, dossiê 3, folha 49.

⁴²³ ANAPAP. Requerimento de Anistia de Bráulio Rodrigues da Silva, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2004 – Maio / 2005.

⁴²⁴ Provavelmente uma referência a “Estado Maior”.

suspeitos”⁴²⁵ (*Ibidem*, p. 193). Em outras palavras, ainda que absolvido, Bráulio continuou sendo sistematicamente vigiado e, quando conviesse para o regime ditatorial, preso.

Ainda que tenha sido absolvido, novamente, em 1971 do processo que o enquadrava na Lei de Segurança Nacional pela qual fora acusado quase 20 anos antes, em decorrência de sua participação em atos do 1º de maio em Magé em 1950, por “prescrição da ação penal”⁴²⁶, os documentos da repressão demonstram que Bráulio continuou sendo monitorado e perseguido politicamente até o fim da ditadura empresarial-militar. De toda maneira, apesar de não se tratar de acusações ligadas à suposição de formação de guerrilha, após exaustivas análises em prontuários e os mais variados documentos, relacionados a Bráulio, Vantuil Lacerda e Alvinho Alves (que eram os principais suspeitos pelos órgãos de repressão), não foi encontrada menção jurídica alguma a esse tipo de acusação.

Pessoas entrevistadas por Copello (1983) se referem, ainda em 1964, a uma tentativa de reorganização da associação, por meio de uma reunião que contou com a presença de mais de 100 pessoas. Tal reunião fora denunciada à unidade do Exército em Deodoro, que enviou tropas ao local, espancando e prendendo lavradores. Dirigentes ficaram detidos por vários meses.

Aparentemente, após tanto o sindicato fundado pela associação de Pedra Lisa, quanto o sindicato fundado pela associação de Japeri terem sido fechados nos primeiros anos do golpe, outro sindicato de trabalhadores rurais no município foi criado em data que não pudemos precisar. Entretanto, em 1973, o STR Nova Iguaçu foi fechado “devido ao pequeno número de trabalhadores rurais nesse município e o desinteresse dos associados. Tal fato decorreu da expansão da área metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro”⁴²⁷. Situação essa que iria se reverter somente seis anos mais tarde, com a refundação do sindicato, contando com novos e antigos atores em cena, em meio a ameaças de despejo na Fazenda Tenente Pacheco⁴²⁸.

Em Duque de Caxias, Laerte Bastos, que foi da ALF e também quadro da FALERJ, fugiu logo após o golpe: De acordo com o próprio Laerte, ele foi entregue por um “dedo duro”:

Eu fui pra Minas, na casa de um tio meu. (...) E depois vim pra cá, (...) escondido, e fiquei aqui, nessa casa, aguardando. Fui fazer contato com um pessoal em Caxias, nós tínhamos muita gente em Caxias (...). Peguei um ônibus aqui. Mas aqui não tinha esse “povaréu”⁴²⁹ não, tinha uma ou outra casa. (...) Na volta, a Polícia do Exército estava a minha procura. (...) Nisso, eles já haviam prendido um senhor já idoso e tudo, que foi preso e nos traiu. Ele disse assim: “ele está em Caxias, e vem de ônibus de Caxias”. Aí, a polícia ficou esperando, prenderam ele, e falaram: “quando ele vir, você olha – eles tomaram posição aqui – pra ver... Você conhece ele?” Ele disse: “demais, nós fomos criados juntos” - Não tinha nada disso - “aí, quando ver, você vai apontar e nós vamos prendê-lo”. (...) Eu desci do ônibus aqui – eu estava do outro lado, né? – eu fui andando para atravessar pra cá e ele disse “ô, Laerte...”. Eu olhei, assustado e disse assim “isso é polícia”. Ele parou o carro e o dedo-duro que me entregou. (...) Aí eu caminhei, em vez de vir pra casa, caminhei pra lá e subi esse morro aqui, a estrada que tem a rua que tem aqui. Subi o morro, só que em vez de subir e virar, eu subi e entrei à

⁴²⁵ Segundo o autor, só na primeira quinzena de novembro de 1970, em um contexto que antecedia imediatamente as eleições, realizadas no dia 15 desse mês, pelo menos 5 mil pessoas foram presas nas grandes cidades.

⁴²⁶ ANAPAP. Requerimento de Anistia de Bráulio Rodrigues da Silva, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2004 – Maio / 2005.

⁴²⁷ NMSPP/FETAG/RJ - 1964-1989\FETAG\FETAG - CAIXA 15\Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no RJ CONTAG - 1975 (1).

⁴²⁸ Informativo Diocesano de Nova Iguaçu, Setembro de 1979.

⁴²⁹ Laerte se refere a uma área que se urbanizou de forma intensa nesse meio tempo.

direita. E aqui embaixo, o sargento correu lá por trás e quando eu vi, ele me pegou: caí na mão dele. Fui pro Exército. Aí que foi uma tragédia (Entrevista de Laerte Bastos concedida ao Projeto *Memórias* do ITERJ, em 2014).

A tortura pela qual Laerte passou é explicada por ele na mesma entrevista e segura o choro ao se lembrar desses acontecimentos e do nome de seus algozes: “esse capitão, era um tirano, um doido. Não sei se ele é vivo até hoje, o Capitão Zamite. E tinha o Rossani, que era sargento também, que fazia pior. Os dois eram bandidos”. Ao longo de sua prisão, Laerte conta que foi colocado “junto de um pessoal de Magé” e que foram obrigados a contar quem eram os líderes do movimento camponês.

Nesse ponto, dois elementos na entrevista de Laerte chamam atenção: em primeiro lugar, quando obrigados a apontar os líderes na prisão, ao ser apontado e chamado de “comunista” e “traidor da pátria”, um senhor idoso “disse: ‘capitão! Não é nada disso! Esse é um grande homem, é um companheiro’ aí o capitão meteu o pé nele, derrubou ele no chão e disse ‘então você é um dos deles?’ aí, ele ‘não, capitão, eu estou falando a verdade’”. Em segundo lugar, Laerte diz que, entre os torturados, havia também um militar. “Então, fizeram aquela tortura toda, e tinha um militar junto, não sei por quê”. Esse primeiro elemento, por um lado, demonstra laços de confiança profundamente enraizados entre liderança e “base” do movimento camponês da Baixada Fluminense na época⁴³⁰. O segundo elemento, o de um militar estar sendo torturado junto dos camponeses de Magé e Laerte, pode contribuir para possíveis novas frentes de pesquisa, que busquem compreender aspectos pouco conhecidos da repressão na Baixada Fluminense no período imediato após o golpe.

José Pureza, por sua vez, teve um destino diferente – e mais trágico – que seu companheiro Laerte. Foi para o Nordeste, onde foi preso e torturado. Permaneceu preso em Itamaracá, em Pernambuco, por um tempo e solto com problemas cardíacos que o levaram à morte em 1983 (MEDEIROS, 2018).

Em Pedra Lisa, de acordo com um documento produzido pelo filho de um associado⁴³¹ da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que viveu esse período ainda criança, conta que “os camponeses sofreram. Muitos foram presos, torturados, acusados de formação de guerrilha. Muitas famílias foram expulsas de seus sítios pelos latifundiários, pois não tinham a quem recorrer”. Outros relatos orais reforçam esse tipo de lembrança, reforçando que a repressão e perseguição política foi intensa na região. Um entrevistado, que conviveu com antigas lideranças do PCB, com quem teve essas memórias compartilhadas, expõe relatos a respeito de localidades subterrâneas onde fugitivos se escondiam, falando a respeito uma possível reincidência desse tipo de esconderijo em outras regiões da Baixada Fluminense:

Bom, aqui nós temos uma história, não é só aqui em Japeri, mas nós já identificamos também em Belford Roxo e em Santa Rita, Nova Iguaçu. Trata-se de uma abertura num morro, num barranco, geralmente é numa colina, e, quando a gente tentou entrar em um deles, primeiro foi em Belford Roxo, num bairro chamado Shangri-la Rosa, isso foi há mais de vinte anos. E quem descobriu isso foi uma jornalista. (...) Nós fomos lá e tentamos entrar nesse buraco. Nós vimos que tinha uma abertura, do lado tinha um revestimento. Vimos que do lado tinha um poço, que

⁴³⁰ O “dedo duro” ao qual Laerte se refere anteriormente pode ser um indício de colaboracionismo em Caxias naquele período – algo que não temos como confirmar, uma vez que as condições pelas quais esse senhor entregou Laerte não são lembradas, quiçá, sequer conhecidas por ele.

⁴³¹ Esse homem, que foi uma importante fonte de informações na pesquisa, em momento algum chegou a contar com detalhes a história de seu pai. Apenas que se tratava de um ex policial militar que se envolveu com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, já com cerca de 70 anos de idade no início da década de 1960.

depois foi fechado por causa do risco... Enfim, ele entrava pela terra, dava a entender que era da altura de um homem, mas tava bastante assoreado, tinha desmoronamento no interior dele. (...) Em Santa Rita nós entramos, era uma passagem alta, e no final dava pra uma câmara. E aquilo ali nós não sabíamos o que era, era uma coisa larga, mais ou menos 3 metros de diâmetro (...). Agora, aqui também em Jaceruba, na estrada Pedra Lisa – Jaceruba, também tem esse buraco do mesmo estilo. Lá em Belford Roxo, nós tivemos uma explicação de um senhor que disse que no período da ditadura militar os comunistas usavam pra se esconder. A gente não tem certeza disso. (...) Eu não acredito que eles tenham sido feitos naquela época, eu acredito que eles possam ter sido usados. (...) Aqui teve uma resistência à ditadura intensa, inclusive grupo armado. Agora, lá eu não tenho esse conhecimento. (...) Eu acredito que eles possam ter usado esses buracos em função disso, mas não foram construídos, em função de serem em locais pouco visíveis. (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018).

Bráulio Rodrigues, em seu livro de memórias (SILVA, 2008, 43), se refere a algo semelhante, quando fugiu logo após o golpe: “eu saí e subi para uma serra na fazenda São Pedro, onde há uma pedra que é quase uma casa. Ela é funda, não tem saída, só tem entrada. Eu passei ali quatro noites”. Uma entrevistada, expulsa da Região de Pedra Lisa quando criança no final da década de 1960 e cujos pais eram bem próximos de Vantuil Lacerda e Jacira, também se recorda de ter se escondido em um desses buracos:

Entrevistada: o que eu lembro foi que minha mãe e meu pai levou a gente, os filhos todo, pra casa do Sr. Toinzinho Português. Ele não tinha uma grutinha assim, que subia umas arvorezinhas, uma grutinha, de onde vinha a água dele?

Marcelo⁴³²: Tinha, tinha sim!

Entrevistada: Lá do lado tinha um matagal, daqueles de capim-elefante, capim grande. Só sei que a minha mãe pegou capim, assim, e fez uma toca. (...) fez um túnel, assim, pra esconder a gente dentro do mato. Aí, como era lá na subidinha da gruta, do morro, dava pra ver a estradinha lá embaixo. Eu me lembro! Eu era muito pequenininha! Em 64, eu tinha 3 anos. (...) Mas eu me lembro que eu vi o tanque de guerra passando na estrada. (...) Minha mãe escondeu a gente lá, e meu pai, que diz que eles tavam procurando as pessoas, tipo do Vantuil mesmo (Entrevista concedida à Gabriel Bastos em 14/03/2022).

A reincidência de relatos orais falando desses buracos indica que a prática pode ter sido utilizada por diversas pessoas, reiterando que, como disse Sr. Raimundo Lima “aqui foi uma região de perseguidos”. Essa entrevistada conta a expulsão da qual sua família foi alvo, na década de 1960, perpetrada pelo próprio Exército.

O entrevistado mencionado antes dela, que teve as memórias de antigas lideranças do PCB com ele compartilhadas, nos relata a respeito de torturas:

E a Jacira tinha um problema: ela sofria traumas, ela era traumatizada e, durante muito tempo, ela foi torturada. (...) Ela mostrava as coisas pra

⁴³² Na ocasião, havia dois associados da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências acompanhando a entrevista, realizada em sua sede. O interesse deles se dava justamente por ter sido uma antiga moradora, expulsa em 1969, cujas histórias eles gostariam de também conhecer.

mim, principalmente falando como que ela sofreu, principalmente em Itaguaí, porque a tortura deles aqui foi lá em Itaguaí. (...) O Vantuil também, a mesma coisa. Ele falava que eles eram levados pra Itaguaí. E lá bateram muito nela, e ela ficou muito traumatizada com aquilo. O que ele fez pra apanhar tanto e sofrer aquela perversidade toda daquela ditadura? Bate em alguém, tortura alguém porque tá defendendo a democracia e a reforma agrária. Então, aquilo ali machucou muito ela. Acho que machucou mais a pressão psicológica do que o espancamento (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018).

No ano de 1997, Jacira conta para um jornal que acabou tendo problemas de saúde “por ter apanhado da polícia”⁴³³. Bráulio Rodrigues, por sua vez, em seu livro de memórias, também denuncia que fora torturado na ocasião de sua primeira prisão em 1966. “A única tortura que sofri foi física. (...) Só levei choque. Eu levei um choque lá na Polícia do Exército. Botaram um negócio na minha cama e eu não sabia. Eu não vi, quando coloquei a mão na cama, era de ferro eu senti aquele choque!” (SILVA, 2008, p. 45). Bráulio, em entrevista ao ITERJ, narra outros maus tratos em sua primeira prisão, em Niterói, dizendo ter sido espancado⁴³⁴. “Sofri muito em Niterói. Sofri muito”⁴³⁵. Ao ser visitado por um companheiro em sua prisão, recorda-se de sua reação ao seu estado de saúde, quando este, na ocasião diz: “‘Meu irmão, você está acabado, está magro, acabado’. Eu disse ‘o que vou fazer? Não como... Como uma vez por dia, e olhe lá’. E eu comia com cuidado, com medo de ter veneno e eles depois falarem que me envenenei, me suicidei. Isso tudo passava pela minha cabeça”⁴³⁶. Em meio a essa desconfiança, em seu livro de memórias, Bráulio conta que chegou a ficar desidratado após ter vomitado muito com a comida que lhe ofereciam. “Fui internado no Hospital Antônio Pedro, em Niterói, fiquei quatro dias, desidratado. Voltei outra vez pro DOPS” (SILVA, 2008, p. 45). Bráulio também conta de interrogatórios realizados por horas debaixo de sol, com fome e sede (*Ibidem*).

Paulo Amaral, advogado que prestou auxílio jurídico a diversas pessoas de movimentos sociais do campo do Rio de Janeiro na época, em encontro do Projeto *Memória Camponesa*, contou o que havia testemunhado:

Eu não sei se é por modéstia que ele [Bráulio] não gosta de falar disso. Mas ele se esqueceu de dizer das vezes que ele foi preso. Em uma das quais, no DOPS ali em Niterói, ele foi, desculpe a expressão, igual a um bicho amarrado em uma corda dentro da barraca. Todo mundo olhando e o Bráulio levado para Niterói (AMARAL *apud* CARNEIRO e CIOCCARI, 2011).

Evidentemente, Bráulio não gostava de falar a respeito desse assunto por “modéstia”, mas pelo que Paul Ricœur (2007) compreende como “memória impedida”, isto é, um esforço para se evitar a recordação de memórias perturbadoras ou traumáticas. Podemos observar também a ocorrência de uma rememoração subterrânea, no sentido atribuído por Pollak (1989) a respeito desses acontecimentos, conforme sublinhado anteriormente. Os relatos orais que se referem a formas de repressão e perseguição política na Região de Pedra Lisa não são poucos. Entretanto, como dito no início do tópico, não são verbalizados em qualquer ocasião, sendo dificilmente acessados. Analisaremos a seguir, acontecimentos que produziram memórias ainda mais subterrâneas, que se referem a formas menos explícitas de repressão.

⁴³³ Jornal não identificado, anexo em: ANAPAP. Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2006 – Maio / 2008.

⁴³⁴ Entrevista de Bráulio Rodrigues ao projeto *Memórias* do ITERJ, concedida em 2014.

⁴³⁵ *Ibidem*.

⁴³⁶ *Ibidem*.

6.3 – Formas Pouco explícitas de Repressão Política: os Entrega-Lista e a Apropriação Particular de Terras

No dia 26 de março de 1963, um ano antes do golpe, um documento do DOPS escrito em Angra dos Reis e assinado por “Junior – SA – 45 – SSS”, ou seja, um agente anônimo, à paisana, informa que José Ferreira encontra-se com um grupo de 30 homens para poder apoderar-se da Fazenda Santa Rita, “logo em seguida chegará mais 300 a fim de expulsar-nos eu, Romano, Antenor, e o resto dos lavradores da referida fazenda, os cabeças da dita invasão são os seguintes: José Corrêa, Eugênio Vicente Ferreira, Erotildes Pimentel Viana e Zenite Caldas Linhares”⁴³⁷. Erotildes e José Ferreira, como já apontado, compunham o grupo dos trabalhistas/comunistas, na Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Quanto aos outros nomes mencionados pelo agente no início do documento, aparentemente, agindo em colaboração com ele, Antenor também era de Pedra Lisa. Não temos informações mais aprofundadas sobre se Antenor participava da associação ou se fazia parte do grupo da FLERJ. Se somarmos esses indícios de colaboração com os órgãos de repressão ao Tenente Adriano, mencionado no tópico 4.2, que prestara voluntariamente informações ao DOPS, já em 1956, sobre a atuação do grupo trabalhista/comunista dentro da associação, podemos supor que, nas áreas onde havia mobilização camponesa na Baixada Fluminense, a prática de colaboração com os órgãos da repressão pode ter sido mais recorrente do que se imagina⁴³⁸.

Muitos outros entrevistados se referem a uma expansão dessa prática através de um grupo por eles denominados como os *entrega-lista*, ou seja, os que “entregavam a lista de nomes” de dissidentes do regime ditatorial. Um entrevistado conta mais detalhes sobre isso:

Em conversa com todos esses ex-companheiros militantes, eu percebo o seguinte: que com o golpe militar, né, com a ditadura instituída em 1964, muitos deles tiveram que sair daqui (...) às pressas, fugindo e deixaram seus bens. Raimundo Lima, por exemplo, tinha uma casa em construção. João Barbosa, né, todos esses eram trabalhadores e tinham casas em Japeri, Engenheiro Pedreira, Pedra Lisa e em Jaceruba (...). Essas pessoas tiveram que deixar seus sítios. E eles nos contam que essas pessoas que representam o poder aqui em Japeri, o poder econômico, e com tentáculos também no poder político, na polícia civil, (...) que também eram trabalhadores, pessoas humildes naquela época, aproveitaram aquele momento da ditadura militar pra fazer o que eles chamavam (fazendo o trocadilho) de *entrega-lista*. Ou seja: eles entregavam as pessoas que eram militantes e, em troca disso, eles se apropriavam. Por exemplo, no caso do Vantuil Dias Lacerda, se apropriaram das terras, das ferramentas, dos animais, do maquinário... Porque esse pessoal produzia, e era uma produção rica. (...) E esses grileiros se apropriavam disso (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 22/12/2015).

Tratava-se, portanto, de uma relação de troca entre o regime ditatorial, recém instaurado, articulado com o poder local e com moradores colaboracionistas, denominados de *entrega-lista* pelos perseguidos – estes últimos, pertencentes ao grupo dos trabalhistas/comunistas. A polícia política do regime, por um lado, recebia informações sobre as lideranças e os *entrega-lista* recebiam as glebas e/ou bens dos militantes perseguidos. Nas incursões a campo, quando o gravador estava desligado, ocasionalmente esse assunto era mencionado em conversas

⁴³⁷ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Erotildes Pimentel Vianna, notação 16.264.

⁴³⁸ O colaboracionismo, evidentemente, não era uma característica particular dessa região, mas um fenômeno mais amplo.

informais. Mas ainda assim, é um tema que, quando tocado, é conversado ainda com bastante receio e comentado por poucas pessoas.

Uma das poucas entrevistas que abertamente toca nesse assunto, menciona também o enriquecimento dessas pessoas que colaboraram com a ditadura empresarial-militar. Os que ontem eram “*entrega-lista*”, nos conta, tornaram-se hoje grandes proprietários de terras, proprietários de diversos imóveis urbanos, donos de postos de gasolina e de lojas de material de construção:

Tem o Capixaba que é o mais rico aqui da região. Tem (...) Sargento Romário; o Joel Brunato, dono da loja de materiais de construção, cujos filhos assumem o poder aqui, foi vereador. Henrique Elzer... São assim os donos de grande parte das lojas, dos casarios, dos prédios de Engenheiro Pedreira hoje e o Capixaba das terras. (...) O capital inicial deles foi dado com a ditadura militar (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 22/12/2015).

Outras fontes orais confirmam a existência dos *entrega-lista*. Raimundo Lima confirma dois nomes e fala de mais um outro *entrega-lista*:

Aqui foi uma região dos perseguidos. Tinha o José Alves Pinheira, ele era dono da farmácia... Ele era *entrega-lista*. (...) Joel Brunato, Sargento Romário. (...) O sargento armado ficou de metralhadora na mão para ele [O Capixaba] cercar aquela área que chama “Fazenda do Capixaba”, aquilo era dos camponeses no tempo de Roberto Silveira, foi tudo tomado (Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff Maia e Romário Silveira em setembro de 2015).

Não temos fontes orais – muito menos documentais – que discorram a respeito de todos os casos citados nas entrevistas acima, com exceção da apropriação de terras de Capixaba, cujos detalhes serão analisados no próximo capítulo. Entretanto, algumas fontes documentais de órgãos da repressão, se analisados atentamente, permitem identificar alguns casos de apropriação de terras, aparentemente, dentro do mesmo fenômeno dos *entrega-lista* mencionados nas entrevistas acima⁴³⁹.

O caso de Bráulio Rodrigues da Silva, apesar de não ter sido mencionado pelos entrevistados acima como uma das vítimas dos *entrega-lista*, é emblemático. Como dito anteriormente, logo após o golpe, Bráulio teve que fugir. Em entrevista para o Projeto *Memórias* do ITERJ em 2014, ao ser perguntado sobre se havia continuado a morar em seu sítio após o golpe, responde que: “entreguei para um companheiro que trabalhava com os outros e disse ‘Você fica com o meu sítio. Não quero sítio, não vou mais voltar para cá. Não sei para onde vou, mas para cá não vou voltar mais. Enquanto houver o Golpe Militar vou me manter longe’”. Na mesma entrevista, Bráulio diz que havia deixado seu sítio aos cuidados de um companheiro da associação. “Entreguei para um companheiro antigo, chamado Francisco Lacerda. (...) Falei: ‘faça com o sítio o que você achar melhor’. Ele me perguntou: ‘e se eu vender?’ Eu disse: ‘Você fica com o dinheiro... Se você vender, o dinheiro é seu’”. Entretanto, em depoimento no prontuário de Alvinho Alves, que ocupou o cargo de presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa por dois anos e também de secretário da FALERJ, ele diz que outra

⁴³⁹ Conforme sublinhado por Carlo Ginzburg (1993), é necessário, em uma análise documental, procurar por pistas e fragmentos a respeito “do que está por debaixo da superfície do texto”. No caso dos documentos que fazem referência ao que nossas fontes orais chamam de apropriação de terras por parte dos *entrega-lista*, não há menção direta, elaborada dessa maneira. Entretanto, a forma pela qual os acontecimentos são expostos, nos levam a deduzir que se trata do mesmo fenômeno.

pessoa, que não Francisco Lacerda, estava ocupando o sítio de Bráulio, já em 1965. Em um interrogatório, realizado na delegacia da 15ª região policial, no dia 6 de fevereiro de 1965, Alvino diz:

O declarante conhece a propriedade de Elpídio, a qual era anteriormente à revolução ocupada pelo Sr. Bráulio, onde o mesmo constituiu a casa de moradia, mas em virtude de prisões efetuadas após a revolução, Bráulio se ausentou, ocasião em que Elpídio apareceu como morador. (...) O declarante não sabe com autorização de quem, foi Elpídio residir no sítio que era anteriormente ocupado pelo Sr. Bráulio⁴⁴⁰.

Bráulio diz que ele é preso, de fato apenas em 1966 (SILVA, 2008) após sua companheira o convencer de assim o fazer, para evitar ser assassinado. “Um agente da IAPI⁴⁴¹ deu umas dicas para eles de onde minha companheira morava. Então eles iam se informando direitinho, chegaram até ela, foi sorte eu não estar” (SILVA, 2008, p. 44). Entretanto, desde 1964 Bráulio esteve foragido, vivendo clandestinamente em diversos lugares. “Ia para Nilópolis, vinha para Caxias, fui pra Campo Grande, só pulando...” (*Ibidem*). Portanto, às “prisões efetuadas após a revolução” que Alvino se refere, provavelmente está confundindo com essa situação de clandestinidade. Em meio à ausência de Bráulio, em situação de clandestinidade e “marcado para morrer” (*Ibidem*), Elpídio se apropria de suas terras.

Não temos como precisar se Francisco Lacerda chegou a vender o sítio de Bráulio para Elpídio. Entretanto, note que Alvino Alves não faz referência alguma a uma operação de compra e venda de terras, tampouco que tinha conhecimento de que, anteriormente a Elpídio, Francisco Lacerda teria também ficado responsável por cuidar da benfeitoria de Bráulio. É relevante levar em consideração que Francisco Lacerda, assim como Bráulio Rodrigues, faziam parte do grupo dos trabalhistas/comunistas e que, além disso, seu filho, Vantuil Dias Lacerda, também havia sido preso logo após o golpe.

Elpídio Brum de Almeida, além de lavrador na Fazenda São Pedro, desde 1953 “é policial rural, da Divisão de Proteção aos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, funcionando como Guarda de Caça Auxiliar”, conforme ele mesmo contou em depoimento para o DOPS em 23 de novembro de 1964⁴⁴². Esse depoimento contava como essas lideranças se articulavam, já naquele momento após o golpe, e também sobre os seus paradeiros. Elpídio narra detalhes sobre como se organizavam lideranças do grupo trabalhista/comunista da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, tais como Cleriel, Francisco Lacerda, Vantuil Lacerda, Alvino Alves, Bráulio Rodrigues, “Angelino de tal” e José de Asis. Esse mesmo depoimento também conta como Cleriel os ajudou a fugir de Pedra Lisa após o golpe, levando-os para o Imbé⁴⁴³.

No ano seguinte, em 06 de fevereiro de 1965, junto de Manoel Justino e Luiz Fernandes do Amaral, Elpídio prestou outro depoimento ao DOPS, na condição de testemunha. Este e o depoimento anterior foram entregues ao diretor do órgão no dia 12, junto dos “autos de qualificação dos acusados Alvino Alves dos Santos e Bráulio Rodrigues da Silva”⁴⁴⁴. Nesse depoimento, Elpídio diz que o sítio lhe foi entregue pelo Padre Carvalho, “executor do Plano Agrário” em novembro de 1964⁴⁴⁵. No entanto, nesse período, o padre não mais fazia parte do

⁴⁴⁰ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Elpídio Brum de Almeida, notação 22.915.

⁴⁴¹ A companheira de Bráulio, dona Teresinha, recebia pensão do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI).

⁴⁴² Registrado em um termo de declaração.

⁴⁴³ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Elpídio Brum de Almeida, notação 22.915.

⁴⁴⁴ O que, evidentemente, indica que as autoridades consideravam Elpídio como vítima e Bráulio como investigado.

⁴⁴⁵ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Elpídio Brum de Almeida, notação 22.915.

governo estadual, pois exerceu esse cargo apenas no governo anterior, quando Badger Silveira, do PTB, era governador do estado.

Elpídio continua o depoimento, contando que, após ter recebido o sítio de Bráulio por intermédio do Padre Carvalho, Bráulio, sua esposa Teresinha e Francisco Lacerda haviam aparecido no sítio para se apossar novamente dessas terras, ameaçando-o. A principal justificativa de Elpídio em procurar as autoridades após esse episódio se refere a Bráulio ter se figurado “como acusado (...) pela Lei de Segurança, após a revolução de 1º de abril de 1964”. Em um terceiro, interrogatório para auto de qualificação, alguns dias depois, em 23 de fevereiro de 1965, Elpídio é bem direto para descrever o ocorrido:

Há cerca de onze anos reside no local acima citado, distante de uns oito quilômetros do terreno de propriedade de Dona Teresinha, companheira do senhor Bráulio Rodrigues da Silva; que, por determinação do Padre Carvalho, então diretor do Plano Agrário, o depoente ocupou o terreno de Dona Teresinha, isto porque o Bráulio havia desaparecido e abandonado o terreno; que Bráulio desapareceu na época da Revolução, sendo certo que ele era um dos diretores da antiga Associação dos Lavradores de Pedra Lisa, no período anterior à Revolução de abril do ano passado; que o depoente fez lavoura de aipim, banana, inhame e jiló no terreno que o Padre Carvalho mandara ocupar; que, entretanto nunca residiu nessa propriedade; que não é verdade ter ameaçado de morte a Dona Teresinha, pois é um homem que se dedica a sua família, sendo casado e pai de dez filhos; que foi sócio da associação de Lavradores de Pedra Lisa; que “se dá muito com Bráulio”⁴⁴⁶.

Note-se que, em cada depoimento, Elpídio se justifica não só através da figura do Padre Carvalho, mas com base no enquadramento de Bráulio na Lei de Segurança Nacional após o golpe e, ao mesmo tempo, dizendo que havia sido ameaçado por ele. Entretanto, no último depoimento, Elpídio se defende, dizendo “nunca ter ameaçado dona Teresinha de morte”. Na queixa de Dona Teresinha, feita em uma delegacia em Niterói, ela diz que foi ameaçada com “uma faca-punhal bem grande (...) quando a declarante fora ao sítio para reassumir a posse do mesmo (...) por ordem do Capitão Flávio Junqueira”, que estava presidindo um inquérito no município de Nova Iguaçu a respeito do caso⁴⁴⁷. A essa queixa, assim como à queixa de que Elpídio “invadira a área de terra ocupada pela queixosa, na Fazenda São Pedro”, entretanto, “não foi determinada instauração do respectivo inquérito por falta de maiores subsídios”⁴⁴⁸.

Chama atenção o mesmo prontuário conter um documento de informe secreto de 1965, do Ministério da Guerra,⁴⁴⁹ dizendo que Elpídio, “com uma carteira do Ministério da Agricultura, dizendo-se policial, comete arbitrariedades em Pedra Lisa. Prende pessoas que leva para Japeri, porém, solta-as (...) a meio caminho”⁴⁵⁰. Por fim, a queixa de Dona Teresinha à polícia conta que, após Bráulio ter sido solto “voltou com a declarante e aí Elpídio entrou em acordo com Bráulio e este deixou-os aparentemente em paz (...) tendo Bráulio sido novamente preso, aí novamente Elpídio passou a ameaçá-la”.

⁴⁴⁶ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Elpídio Brum de Almeida, notação 22.915.

⁴⁴⁷ A queixa de dona Teresinha está contida em: APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Elpídio Brum de Almeida, notação 22.915.

⁴⁴⁸ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Elpídio Brum de Almeida, notação 22.915.

⁴⁴⁹ A data original de escrita do documento está ilegível, salvo o ano de 1965. Entretanto, diz que foi feita uma cópia em 11 de fevereiro de 1965.

⁴⁵⁰ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Elpídio Brum de Almeida, notação 22.915.

Em outras palavras, os documentos confirmam, flagrantemente, o que as representações sociais da memória dos entrevistados, mencionados no início desse tópico, vinham dizendo a respeito dos *entrega-lista* e seus métodos de apropriação de terras. Isto é, tratou-se de um processo de apropriação de terras de antigas lideranças, através do uso da violência, com apoio e conhecimento do próprio regime autoritário, entregues a indivíduos que, nas palavras utilizadas pelos entrevistados “entregavam a lista de nomes das lideranças”.

Não obstante, o mesmo documento também se refere sobre como Padre Carvalho estava distribuindo terras, aparentemente, da mesma maneira que distribuiu para Elpídio, isto é: terras de antigos líderes da associação, do grupo trabalhista/comunista que haviam fugido ou sido presos. O documento conta que o Padre, através de reuniões na Associação de Lavradores em Pedra Lisa⁴⁵¹, “dizendo-se executor do Plano Agrário no Estado do Rio (...) exibe uma fotografia de um documento assinado pelo Gen. Siseno Sarmiento, autorizando-o a atuar no meio rural. Assina documentos autorizando determinadas pessoas a tomarem posse de áreas pertencentes a terceiros”⁴⁵².

É bastante provável que a tomada de terras pelos chamados *entrega-lista* passasse pela Federação de Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos, que na época era presidida por uma chapa interventora de indivíduos ligados aos Círculos Operários Católicos. Padre Carvalho, por sua vez, apesar de não ser mais executor do Plano Agrário, mas membro dos Círculos, estava incumbido de distribuir terras de antigas lideranças trabalhistas/comunistas – no momento, presos ou foragidos – sob “autorização” de um general, para terceiros que, por sua vez, eram responsáveis por entregar informações a respeito dessas lideranças para a repressão. Como se trata de um documento secreto de caráter informativo, no âmbito do Ministério da Guerra, tudo isso acontecia sob conhecimento das Forças Armadas. Outros processos de perda de benfeitorias por esta via são relatados em documentos dos órgãos de repressão que foram analisados na presente pesquisa.

Alguns dias após do depoimento de Elpídio ter sido realizado, no dia 8 de fevereiro de 1965, Alvinho Alves dos Santos, que no período anterior ao golpe havia ocupado o cargo de presidente, foi preso. De acordo com seu prontuário, em interrogatório datilografado no dia 15 de fevereiro de 1965, Alvinho Alves diz que logo após o golpe, sua esposa foi presa por um homem do Exército, que se apresentava como “Sombra”, junto do subdelegado de Japeri, Olvídio. “Sua esposa lhe informou que o declarante estava sob ameaça de morte caso aparecesse no local, mas que tendo em vista inúmeras queixas em Nova Iguaçu, soube, pela imprensa que tanto o subdelegado quanto ‘Sombra’ tinham sido presos”⁴⁵³. O prontuário ainda diz que, posteriormente, o Tenente Hélio e dois sargentos haviam feito uma visita, dando-lhe verbalmente, por intermédio de sua esposa, a ordem de apresentar-se ao grupo de artilharia da Costa, onde foi preso e interrogado por 63 dias.

Nesse meio tempo, seu sítio foi ocupado por um homem colocado em seu lugar por Manoel Justino, que pertencia ao grupo da FLERJ e, posteriormente, fez parte da gestão interventora da então recém fundada federação. O sítio de sua filha também fora ocupado por um homem identificado no prontuário como “Luiz de tal”, também a mando de Manoel Justino. Alvinho diz que Bráulio e Manoel Justino tinham frequentes discussões em torno de questões rotineiras na associação,⁴⁵⁴ novamente, indicando cisão dentro da associação entre o grupo dos trabalhistas/comunistas e o grupo da FLERJ. Somado ao fato de que, após o golpe, Manoel Justino integrou a chapa interventora da Federação de Pequenos Lavradores e Produtores

⁴⁵¹ Isto é, a Associação de Pedra Lisa, que devia estar acéfala no momento, em decorrência de fugas e prisões do grupo dos trabalhistas/comunistas, que, em período imediatamente anterior ao golpe, dirigiam a associação.

⁴⁵² APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Elpídio Brum de Almeida, notação 22.915.

⁴⁵³ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Alvinho Alves dos Santos, notação 23.735.

⁴⁵⁴ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Alvinho Alves dos Santos, notação 23.735.

Autônomos⁴⁵⁵, não é difícil de supor que fizesse parte, em período anterior ao golpe, do grupo da FLERJ.

A maneira como os acontecimentos são retratados, os hiatos entre uma informação e outra e as palavras que são utilizadas nos abrem margem para certos questionamentos. A prisão de Alvino Alves que gerou esse interrogatório se deu no dia 8 de fevereiro de 1965. Alvino, após ser interrogado sobre sua atuação enquanto presidente da associação e da maior conquista de sua gestão (as desapropriações realizadas pelo governo Roberto Silveira), faz ainda críticas ao plano agrário de João Goulart, a Leonel Brizola, e também declara que “acredita que o movimento revolucionário – entenda-se, o golpe empresarial-militar – era necessário”; que “a política cubana de Fidel Castro não serve”; que “tanto faz haver ou não eleições”, entre outras declarações com conotação política de adesão e apoio à ditadura empresarial-militar. As opiniões políticas declaradas por Alvino nesse depoimento, entretanto, são diametralmente contrárias à caracterização política com a qual ele é apreciado no IPM 709: “líder comunista de projeção”; (...) “citado no relatório da Federação dos Círculos Operários Fluminenses, como um dos homens que mais agitavam o setor rural antes da Revolução”⁴⁵⁶; “é líder comunista de grande projeção para o partido comunista (...). A ação de ambos [Alvino e Bráulio] se estende em todos os locais do estado do Rio e da Guanabara”⁴⁵⁷. As circunstâncias dessas declarações, evidentemente, são duvidosas. O campo “motivo da prisão” no prontuário encontra-se em branco. No dia 15 de fevereiro foi datilografado seu primeiro depoimento, em que, além dele queixar-se da apropriação de suas terras e das terras de sua filha pelo grupo da FLERJ, também diz “ter sido muito bem tratado” na prisão.

Evidentemente, essa produção documental se constitui num processo de legitimação da ditadura empresarial-militar, muitas vezes podendo ocultar ou mascarar certos acontecimentos. Alguns outros elementos nesse prontuário também merecem destaque: em primeiro lugar, as circunstâncias da prisão de sua esposa pelo indivíduo do Exército que se identificava como “Sombra” e o sub-delegado Olvídio, não descrevem uma prisão comum, mas um sequestro. Em segundo lugar, não são mencionadas as circunstâncias da soltura de sua esposa nem da prisão de “Sombra” e Olvídio. Em uma conversa informal no trabalho de campo, uma pessoa chegou a comentar que a esposa de Alvino “sofreu muito. Ele foi torturado. Ele e sua esposa”. Após esses acontecimentos, em data que não temos como precisar, Alvino Alves deixou a região. “Ele sumiu, não sei quando... Sumiu, mudou pra outro lugar, não sei... Desapareceu”⁴⁵⁸.

De maneira semelhante à apropriação das terras de Bráulio Rodrigues após sua ausência, ocorreu a apropriação das terras de Alvino Alves e de sua filha. No depoimento datilografado em 15 de fevereiro de 1965, após sua prisão no dia 8 do mesmo mês, Alvino diz já ter sido preso anteriormente e detido por 63 dias. Posteriormente, em 25 de fevereiro de 1965 foi expedido um mandado de prisão de Alvino Alves pelo Tenente Coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM 709, o Inquérito Policial Militar que investigava as ações do PCB, mesmo inquérito que acusa Alvino de estar formando guerrilha em Pedra Lisa. A ordem é que ele fosse “recolhido à prisão incomunicável”⁴⁵⁹. Ele é então encaminhado, em 9 de março, para o Departamento de Polícia Política, onde provavelmente ficou bastante tempo, até o ano seguinte, chegando a se encontrar por lá com Bráulio Rodrigues. “Depois me transferiram para o Dops de Niterói. (...). Já estavam presos eu, o Alvim⁴⁶⁰, que era lá de Pedra Lisa, e o Vantuil Dias Lacerda (...). Eles foram transferidos para lá” (SILVA, 2008, p. 45).

⁴⁵⁵ Que se tornou FETAG-RJ em 1965.

⁴⁵⁶ BNM_279 – IPM709 – Informativo de Alvino Alves dos Santos – Pg.14157 –22/03/1965.

⁴⁵⁷ BNM_279 – IPM709 – Informativo de Alvino Alves dos Santos – Pg.14158 –22/03/1965.

⁴⁵⁸ Entrevista de Sr. Alcides Concedida à Gabriel Bastos em 12/03/2020.

⁴⁵⁹ APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Alvino Alves dos Santos, notação 23.735.

⁴⁶⁰ Deduzimos que se trate de Alvino Alves.

Com efeito, a perseguição a lideranças do movimento camponês através de expulsões seletivas parece não cessar no período imediato após o golpe. Dez anos depois, em 1974, ano de sua última prisão, Bráulio menciona ainda ter perdido benfeitorias em São Pedro, ameaçado por um general, na Divisão de Infantaria da Vila Militar. “Saí do meu sítio em São Pedro, em 1974. Obrigado pelo exército. Ou eu saía ou eu morria. Reuni os companheiros e eles disseram: ‘Olha, seu Bráulio, é melhor um herói vivo do que um herói morto’” (SILVA, 2008, p. 49).

Essas fontes orais e documentais nos fornecem pistas para compreendermos, de forma um pouco mais aprofundada, como se dava a apropriação de terras das lideranças trabalhistas/comunistas da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa pelos chamados “*entrega-lista*”. Entretanto, é possível observar um fenômeno mais amplo. No norte do estado do Rio de Janeiro, no município de Campos (hoje Campos dos Goytacazes), ocorria um fenômeno semelhante na ocupação do Imbé. Após diversas disputas por terras nessa localidade, Delma Neves (2018) descreve que, após o golpe de 1964, houve uma *limpeza dos comunistas*, na região, resultando em um fenômeno semelhante ao da apropriação de terras de perseguidos políticos em Pedra Lisa:

A inserção de *trabalhadores*⁴⁶¹ após o golpe se fundamentou, suponho, para diversos casos, na apropriação do trabalho alheio, objetivado na contextual patrimonialização do acampamento pela construção de casas, roças e pomares. Estes recursos foram aproveitados pelos que vieram a se integrar supostamente sem risco político. A apropriação de produtos do trabalho dos colegas (presos ou que abandonaram o acampamento, intimidados pela violência dos militares) foi então banalizada, porque concebida como ato sobre o qual os incorporadores dos bens não se consideravam responsáveis. Os que objetivaram tal apropriação, em entrevista, se apressavam em destacar que, caso aqueles colegas que, saindo da prisão, voltassem a residir no Núcleo Colonial, tais bens seriam e foram restituídos. Essa apropriação também ocorreu pelos que já se encontravam instalados. Valendo-se da vacância de lotes e casas dos que foram presos, geralmente os ocupantes do primeiro momento buscaram alcançar melhor localização diante de riscos de inundação e proximidade com centros de poder que o *casarão* monumentalizava (NEVES, 2018, p. 312-313).

Levantamos a hipótese de que a perda de terras de lideranças camponesas, após o golpe, pode ter sido um fenômeno que se repetiu de distintas maneiras em regiões diferentes. Sem sombra de dúvida, trata-se de um efeito imediato do golpe que merece ser melhor pesquisado.

No caso de Pedra Lisa, foi possível acessar a versão documental das representações sociais da memória sobre esses acontecimentos, verbalizadas com muita reserva, de apenas duas pessoas. Os nomes mencionados pelas fontes orais são muito mais que isso. Não só se referem a mais perseguidos, como também nem chegam a mencionar o nome de Alvino, sugerindo, portanto, que, ao longo de décadas que separam uma geração da outra, o nome de alguns alvos desse processo repressivo pode muito bem ter caído no esquecimento. Tudo indica que nessa região mais indivíduos foram objeto desse processo de expulsão e apropriação de terras. Novamente, tema que merece ser aprofundado por pesquisas futuras.

⁴⁶¹ Tal apropriação de bens a que Neves se refere se dá por consequência de diferentes qualificações sociais de formas de inserção, estabelecendo duas categorias distintas no Imbé: os *comunistas* e os *trabalhadores*. Este segundo grupo, apesar de estar se mobilizando politicamente, assim como o primeiro, apenas estavam demandando por terra. Fenômeno esse semelhante da maneira como essa diferenciação se manifesta em memórias coletivas em Pedra Lisa hoje, o que será melhor discutido no capítulo 8.

6.4 – A Volta dos que Foram: Memória Impedida e Subterrânea Dentro de uma Experiência de Expulsão Seletiva

O que dizer sobre a experiência daqueles que foram expulsos e não mais retornaram?

O caso que será o foco do presente tópico refere-se a essa experiência, expressando o que chamaremos de uma forma seletiva de expulsão, que, somada ao caso dos *entrega-lista*, trata-se de outra forma menos explícita da repressão. Esse caso, ainda que com poucas fontes e lacunas, nos ajuda a ter melhor noção da diversidade de formas de expulsão que podem ter ocorrido na Região de Pedra Lisa nos primeiros anos da ditadura empresarial-militar.

A pessoa que forneceu as informações foi acessada de maneira inversa em relação aos demais entrevistados: ao invés de ter sido contatada pelo pesquisador, ela foi quem o procurou. Isso aconteceu após a entrevistada ter realizado uma visita à Região de Pedra Lisa, por ter tomado a decisão de voltar a morar na região onde viveu parte de sua infância, até o ano de 1969. Por lá, fez contato com a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, e, por fim, contatou o pesquisador, após ter encontrado e lido um artigo de sua autoria na internet (BASTOS, 2017). Em suas visitas à Pedra Lisa, um morador da região chegou até mesmo a se recordar da família da entrevistada.

Filha de uma moradora de Pedra Lisa e de um engenheiro grego⁴⁶², a entrevistada conta que seus pais se conheceram em uma estação de trem, após a mãe ter se separado do primeiro marido, um lavrador de Pedra Lisa. Seu pai havia lutado na Segunda Guerra Mundial na Grécia, do lado dos aliados e acabou se mudando para o Brasil na década de 1950. Sua mãe, por sua vez, que havia nascido no Espírito Santo, sempre havia trabalhado com agricultura até o momento em que conheceu seu pai e montaram um armazém juntos, contando com seis funcionários, no centro do Rio de Janeiro, onde moravam antes de 1960. Em 1961, decidem residir em Pedra Lisa, quando seu pai compra o sítio de um lavrador que o havia adquirido através da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa três anos antes⁴⁶³.

Sobre os serviços que seu pai prestava para o Exército, a entrevistada conta que sabe pouco. Ela diz que, desde meados da década de 1950, seu pai trabalhava no Exército e circulava próximo do “comando central”, em suas palavras. A lembrança da entrevistada a respeito de onde seu pai trabalhava como engenheiro são imprecisas, visto que tinha apenas 7 anos de idade quando saíram de Pedra Lisa, em 1969. Vez ou outra, a entrevistada se recorda que o pai se referia a estar trabalhando no Ministério de Minas e Energia (MME)⁴⁶⁴. De toda maneira, “parece que instruíram ele de ficar mais próximo da Usina Nuclear”, situada em Angra dos Reis, mas que o casal desistiu e encontrou uma pessoa que vendeu o sítio em Pedra Lisa.

⁴⁶² Documentos em grego, do acervo pessoal da entrevistada, traduzidos para português, contam que seu pai havia trabalhado, anteriormente, na década de 1930, na Sociedade Anônima de Automóveis Athena, em setores de vendas e finanças da empresa. Em outro documento, uma “certidão de legalidade e impunibilidade e impecabilidade de comportamento”, emitido em 1952 pelo Ministério das Relações Exteriores do Reino da Grécia, também do acervo pessoal da entrevistada, consta: “profissão: engenheiro”. Por outro lado, em sua ficha consular de qualificação (no acervo do Arquivo Nacional) emitida em 1953, que o admite “em território nacional em caráter permanente especial”, consta, no campo “profissão” como “mecânico Motor Exp”.

⁴⁶³ Na ocasião da entrevista, a entrevistada apresentou o documento de compra e venda desse sítio, denominado “sítio do grego”.

⁴⁶⁴ A entrevistada se refere ao pai dizendo que trabalhava no “memê”, algo que ela mesma não conseguia compreender do que se tratava, ao se recordar de suas memórias de criança. “Até pouco tempo, a minha irmã falava assim: ‘o que é isso, memê? Será que era Mercedes que ele queria falar?’ Memê. (...) Aí, ela encontrou um amigo lá em casa, um amigo de mecânica, e francês. Aí ela atinou, porque ela estudou um pouquinho de francês e ele [o pai] ensinava [francês] pras crianças lá, né? (...) aí que a gente percebeu: no português, o M a gente fala ‘eme’, e o ‘ê’, a gente usa até a letra E. Mas, no francês o M se fala ‘Mé’. Então era: ‘MêMêÊ’: Ministério de Minas e Energia, entendeu?” Conforme a tradutora, que traduziu os documentos da entrevistada, de grego para o português, em decorrência de ondas imigratórias na Grécia, no início do século XX, era comum entre os gregos, de todas as camadas sociais, essencialmente os imigrantes, saberem falar francês.

A entrevistada tinha irmãos do casamento anterior e do casamento da mãe com seu pai. Uma de suas irmãs era a filha de um casal de figuras proeminentes na Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, do grupo dos trabalhistas/comunistas. A entrevistada, por sua vez, foi a filha do filho do casal⁴⁶⁵. A aproximação do pai e da mãe com o casal é um elemento importante nessa história, pois aponta para aspectos de onde seu pai possivelmente se localizava politicamente⁴⁶⁶. De acordo com a entrevistada, o pai ensinava francês para crianças na favela no período em que morava no centro do Rio de Janeiro, o que pode ser indicativo de pertencimento a alguma organização política⁴⁶⁷.

O pai da entrevistada, aparentemente, era uma pessoa com algum grau de influência nas Forças Armadas. Além dela se recordar de seu pai trabalhando no “Comando Central”, uma outra lembrança nos dá melhor dimensão de sua influência: após o golpe, conta a entrevistada, ela vinha tendo problemas para se locomover até a Escola Municipal de Pedra Lisa. Quando partia de casa, no caminho, era necessário passar por um pasto de um criador de gado, Sr. Enéas. Com medo dos bois, ela e sua irmã tinham que correr e pular uma porteira, fechada com cadeado. Seu pai avisou ao criador de gado que ele queria que ele tirasse “ou os bois do meio do caminho, ou essa porteira, para as minhas filhas passarem”. Após ter se negado a fazê-lo seu pai “foi lá no comando central, trouxe dois caminhões do Exército com soldados, para peitar Sr. Enéas, para tirar a porteira (...). Os soldados tiraram a porteira e Sr. Enéas fugiu, com medo dos soldados”⁴⁶⁸. Entretanto, em momento posterior, a família acabaria por ser expulsa de Pedra Lisa em decorrência de obras empreendidas pelas próprias Forças Armadas.

Por volta do ano de 1967, o Exército começou a construir torres de eletricidade pela região. “Eram uns 20 homens, se não tinha mais. E tinha um chefe (...). Ele que dava as ordens lá”. A entrevistada conta que uma “perna” da torre ficou no sítio de sua família e a outra perna ficou no sítio do “Zeca Rocha, que depois vendeu para o João Português”. Dois membros da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências estavam presentes na entrevista. Um deles se recorda que a obra foi realizada pelo Exército no trecho da rede elétrica em que passa por cima do sítio da família da associada:

Associado: Essas duas torres, essa torre, ela foi feita, ela não veio pra cá. Ela sobe lá em Jaceruba mesmo, ela sobe lá!

Entrevistada: Infelizmente essa torre passou logo em cima da minha casa.

Associado: É isso mesmo, passa no terreno de vocês!

Entrevistada: Meu pai suou pra fazer aqueles tijolos!

Associado: São duas redes de torres: uma foi uma firma lá que fez e essa primeira foi o exército.

“Quando minha mãe soube, ficou numa alegria só, achando que ia ter luz em casa”. Na medida em que os soldados iam construindo a torre, a mãe da entrevistada “estava dando tudo pros soldados do Exército se alimentarem. (...) Minha mãe dava café, batata, aipim... Eles tomavam banho lá no poço lá”. Ao que tudo indica, os soldados se alimentarem, tomarem banho, ou até mesmo dormirem nas residências de moradores de Pedra Lisa não era uma prática

⁴⁶⁵ De acordo com certidões de batismo, apresentadas pela própria entrevistada.

⁴⁶⁶ A entrevistada conta que seu pai conheceu o homem do casal, pegando o trem, pois “parece que eles participavam do mesmo movimento político, porque a Grécia era uma ditadura na época”. Evidentemente, que se trata de um fragmento memorialístico muito desgastado, pelo fato da entrevistada ser ainda uma criança na época.

⁴⁶⁷ Outra lembrança da entrevistada que também pode indicar envolvimento com organizações políticas é expressa da seguinte maneira: “meu pai, aqui [Pedra Lisa], ficava escutando uns movimentos no rádio, aí ele escondia uns documentos dele. Ele enterrava e depois pegava”.

⁴⁶⁸ Esse acontecimento pode nos dar indícios de que a presença das Forças Armadas na Região poderia ser mais comum do que simples investidas de tropas, em busca das lideranças do movimento camponês do pré-64, conforme discutido no tópico 6.1 e 6.2, mas também para tratar de assuntos particulares de militares.

isolada. Os dois associados que estavam presentes na reunião se recordaram de alimentar soldados, o que se repetia em outras ocasiões, em outras casas.

“Minha mãe ajudava eles”, conta a entrevistada, “pra depois tomar na cara. Quando botaram o fio, minha mãe disse assim: ‘aí meu Deus, por quê que isso tem que passar em cima da minha casa?’ E eles falaram que não tem como desviar”. A família morou nessa mesma casa até ligarem a torre, por volta do ano de 1967, o que provocou um barulho muito alto. Na mesma época, nossa entrevistada conta que os militares conversaram com sua mãe, dizendo que a família não poderia mais morar naquela localidade.

Eles disseram: “a senhora vê aí pra onde você vai morar, porque esse negócio zunindo aí, isso dar câncer! (...) Você não pode plantar nada aí embaixo porque é perigoso. Então a senhora tem que fazer outra casa ou sair aí do sítio.” Aí minha mãe disse: “vou fazer outra casa como?” Aí eles pegaram, deram um dinheiro e minha mãe falou que “isso daí não paga nem o café que eles tomaram! Me deu prejuízo, larguei de vender meus produtos com meu carrinho e isso aí não paga nem o café! Como é que vai ser isso?” E o meu pai, lá... Lá no Ministério do Exército, não fez nada. Ou não fez, ou não deixaram ele resolver nada. Só sei que a gente ficou sem casa (...).

Mamãe falou assim: “ué, pensei que eles tavam indenizando, porque eles mandaram a gente mudar. Aí, quando eu vi o dinheiro”, mamãe contando, (...): “ué o dinheiro que deram acho que é das batatas e dos aipins que eles comeram aqui”. Aí ele [um militar] falou que era pra minha mãe contar as plantas que tinham debaixo da rede elétrica, tinha amendoim, que eu me lembro. Não tinha nada muito grande (...). Aí mamãe falou: “mas esse dinheiro é das plantas ou do que vocês comeram aqui?” Aí eles fizeram umas malcriações com a minha mãe.

Diante dessa situação, uma assistente social do Exército ofereceu ao pai da entrevistada para morar em uma casa de caseiro, em um sítio dela em Campo Grande. A entrevistada conta que se tratava de uma casa e de um terreno, em volta da casa, “muito menor do que o sítio que a gente tinha (...) [que] minha mãe falou que eram 6 hectares”. As atividades de produção de gêneros alimentícios, que eram empreendidos pela mãe da entrevistada em Pedra Lisa, não puderam ter continuidade nesse novo terreno. “Lá a gente não tinha liberdade, a gente tinha liberdade aqui [em Pedra Lisa]! Lá não tinha liberdade nenhuma! (...) Minha mãe não podia criar nada no terreno (...) era muito pequeno”. Expropriada de sua propriedade familiar, instrumento que possibilitava ter “terra para trabalhar” (MARTINS, 1991), passou a fazer faxina na casa da própria assistente social. “Só faxinava lá na casa dela e não trabalhava com mais nada lá”. Ela que nesse período a família passou por enormes dificuldades materiais. “Aí começamos a passar fome, aí que a vida apertou. Dona Léia [a assistente social] quase não passava lá, passava só uma vez na vida e outra na morte. Aí que o meu pai começou a comprar um tal de osso de boi pra fazer suco. (...) comprava sardinha vez ou outra”.

Diante dessas dificuldades, a família decidiu voltar a residir em Pedra Lisa, mas não cogitavam a possibilidade de ficar na mesma casa, pois “minha mãe morria de medo de câncer por causa do fio da torre”. Portanto, passaram a viver em uma casa no mesmo terreno, mas distante da torre, construída por um vizinho e paga com uma balança⁴⁶⁹. Tratava-se de uma casa que “não tinha banheiro nem nada, de estuque e sapê”. Segundo a entrevistada, apesar da distância, ainda era possível ouvir um pouco do barulho do fio da torre. Ela conta, sem muitos detalhes, que nessa época eles estavam esperando dinheiro do “trabalho do pai, dessas coisas

⁴⁶⁹ Aparentemente, um favor realizado pelo vizinho.

que ele fazia no exército”. Enquanto isso, sua mãe não mais pequena produtora agrícola, só pôde continuar com trabalhos de faxina:

Ela já estava fazendo faxina nessas casas dessas mulheres todas lá do Exército, porque não podia mais plantar. Não é que não podia plantar, porque longe da rede elétrica podia. Era porque tudo já tinha se acabado quando a gente tinha indo para Campo Grande. Aí ela teria que começar do zero. (...) Aí minha mãe começou a trabalhar de segunda a sábado em faxina para essas mulheres do Exército. (...) Passava isso tudo pra ir trabalhar lá no Rio: Copacabana, Tijuca... Até pra Niterói ela ia pra fazer faxina. Era muito longe, e ela sofria muito.

Posteriormente, no ano de 1969, a família acabou decidindo sair definitivamente de Pedra Lisa, para morar no Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda⁴⁷⁰, através da mediação de outra assistente social. Em carta datada de 22 de dezembro de 1969⁴⁷¹ assinado por ela, endereçada ao pai da entrevistada, diz o seguinte:

Sr, X,

Já lhe foi dada uma “casa” em Nova Holanda.

Procure sem tardar, se possível hoje, a assistente social Da. Maria Aparecida. Se esta não estiver, entregue a carta de apresentação ao Administrador do Conjunto. A administração é logo na entrada de Nova Holanda. O processo para lhe ser entregue a casa já está com ele, que sabe do que se trata.

Mesmo que a “*casa*” não seja boa, o senhor deve aceitar. É uma oportunidade. *Talvez a casa possa ser mudada por outra mais tarde.*

Peço-lhe para telefonar-me logo que tiver recebido a casa, para que o Dr. Pedro possa agradecer ao Presidente da Fundação Leão XIII⁴⁷² ter atendido ao seu pedido. Eu estarei no *cartório do Serviço Social Internacional* amanhã, dia 23 (...).

⁴⁷⁰ Conforme explicado por Claudia Trindade (2005), o Centro de Habitação foi construído pelo Estado da Guanabara, nos primeiros anos do governo de Carlos Lacerda (1960-1965), aterrando uma área de mangue nas margens da Baía de Guanabara, ao lado da Avenida Brasil. Esse Centro de Habitação “passou a abrigar desde 1962 famílias que vinham sendo removidas – Esqueleto, Praia do Pinto, Querosene, Macedo Sobrinho – e desabrigadas pelas chuvas (1966/67)” (*ibidem*, p. 1). A própria criação do Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda, responde pelo surgimento da Favela Nova Holanda, “quando moradores da favela do Esqueleto para lá foram removidos” (região onde hoje se localiza a Universidade do Estado do Rio de Janeiro) (Verbete de *Fundação Leão XIII*, Dicionário de Favelas Marielle Franco. Autoria de Reginaldo Costa. Acessado em 17/05/2022. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Fundação_Leão_XIII).

⁴⁷¹ Acervo pessoal da entrevistada. A carta não está escrita à mão, mas datilografada e, abaixo da assinatura de Stella Penna Botto há o nome dela também datilografado e identificada como “assistente social, constando o número de telefone como “Telefone para nosso escritório”, o que demonstra certa oficialidade na correspondência.

⁴⁷² “A Fundação Leão XIII surgiu, em 22/01/1947 (Decreto Presidencial nº 22.498), na condição de autarquia, sendo uma entidade católica subsidiada pelo governo federal e do Distrito Federal, além de outras entidades públicas; assim como recebia doações do setor privado (forças armadas, paróquias, clubes esportivos, Serviço de Alimentação da Previdência, Fundação Casa Popular, Institutos de Assistência e Pensões entre outras entidades). Sua direção, no período inicial, era composta por um representante da Ação Social Arquidiocesana, um do Abrigo Cristo Redentor e um membro da prefeitura do Distrito Federal. A entidade surgiu basicamente com a incumbência de desenvolver políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. Ser uma vitrine para todo Brasil de um modelo de urbanização, educação, saúde e assistência social aos favelados. A entidade mudou ao longo do tempo e se espalhou para outros estados, assim como perdeu a sua relevância nas políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro.” (Verbete de Fundação Leão XIII, Dicionário de Favelas Marielle Franco. Autoria de Reginaldo Costa. Acessado em 17/05/2022. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Fundação_Leão_XIII).

Desejo-lhe um bom Natal muito abençoado por Deus. Meus votos extensivos à sua família⁴⁷³.

As aspas e grifos foram escritos à mão pela entrevistada, demonstrando insatisfação profunda com a casa que foi dada à sua família. Entretanto, note que a própria carta datilografada diz que “a casa não [é] boa”, mas que poderia ser trocada por outra. Importante notar que se tratava de um centro habitacional provisório não só para o pai e toda a família da entrevistada, mas para todos os que por lá eram abrigados. Conforme Oliveira (*apud* Trindade, 2005), a lógica era de que “as famílias desabrigadas do pagamento da habitação poderiam ‘poupar’, de modo a adquirirem sua casa própria” (*Ibidem*, p. 1)⁴⁷⁴. De acordo com o autor, tratava-se de “habitações precárias destinadas a abrigar, provisoriamente, famílias que os assistentes sociais chamavam de sobra das remoções, isto é, aquelas que não atingiam o nível de renda de um salário mínimo necessário para participar do programa de aquisição da casa própria” (*Ibidem*).

Esse ponto nos chama atenção, pois, de acordo com a entrevistada, diante do perfil de trabalho do pai – engenheiro que trabalhou nas Forças Armadas, ou no MME, conforme ela indica – evidentemente, que não se trata de uma pessoa enquadrada nesse perfil. Por outro lado, como a entrevistada conta que não sabia exatamente o que seu pai fazia no Exército, ou no MME, não podemos descartar a hipótese de que a família não atenderia os requisitos para aquisição de casa própria.

A família chegou a morar em duas casas distintas no Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda. Ambas são descritas pela entrevistada como moradias não só bem menores do que a casa onde moravam anteriormente em Pedra Lisa⁴⁷⁵, mas como habitações em situação ainda mais precária do que a anterior, quando a família morou na casa de caseiro do sítio de Dona Léia em Campo Grande, após a primeira saída de Pedra Lisa, quando foram expulsos pelos militares⁴⁷⁶. Como o Centro abrigava famílias através de uma lógica de provisoriedade, era proibida a manutenção das habitações, sob a justificativa de impedir a criação de vínculos maiores entre os moradores e a casa (TRINDADE, 2005). Endossando a lógica de provisoriedade, a família tinha expectativas de conseguirem uma habitação para ex-combatentes. “Como tinha, lá em Bonsucesso mesmo, na Avenida dos Democráticos, tinha um conjunto de prédios, apartamentos, que eram dados aos ex-combatentes, meu pai achou que ia ganhar um apartamento daqueles”.

Na época em que moravam no Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda, a entrevistada se lembra de alguns acontecimentos que dão a entender que a família estava sendo vigiada. Ela conta que uma noite, uma pessoa entrou pela janela de seu quarto, enquanto dormia, indo para a cozinha. “Eu vi de repente: na porta da cozinha tinha um homem lá. Gritei: ‘papai, tem um homem aqui!’ Ele saiu, e de manhã meu pai foi olhar. Ele sabia olhar marca das pisadas e viu que era um sapato elegante. (...) Não era uma pessoa de lá”. Nessa mesma época, a entrevistada conta sobre uma tentativa de sequestro quando ela saía da escola em Bonsucesso.

Eu estava voltando da casa da patroa de minha irmã. Ele [o pai] já estava doente. Quando eu voltei, veio um carro, abriu a porta. Tinha um muro,

⁴⁷³ Carta de Stella Penna Botto. Acervo pessoal da entrevistada.

⁴⁷⁴ Em uma lógica, atesta Trindade, que não levava em consideração a precariedade dos ganhos dessa população (TRINDADE, 2005, p. 3).

⁴⁷⁵ Conforme explicado por Trindade (2005), a partir do início da construção, em 1962, as casas eram de madeira, geminadas, em lotes de 5.00m a 10.00m.

⁴⁷⁶ A entrevistada conta que “subia água de esgoto pelo banheiro”. Na segunda casa, conta a entrevistada, “enchia muito de esgoto, mais do que na outra casa”. De acordo com Trindade (2005), diante da expansão do Centro Habitacional, com o tempo, as redes de abastecimento de água e esgoto ficaram sobrecarregadas e rapidamente se tornaram insuficientes, pois foram dimensionadas para suprir a primeira etapa de construção. O mesmo aconteceu com a rede elétrica.

a rua e o valão do outro lado. Deus me deu inteligência naquele dia, porque eu ia ser sequestrada. Era um homem muito branco, de uns olhos muito claros, totalmente careca, falando umas coisas comigo, que eu não entendia nada. Aí ele abriu a porta do carro, continuou falando comigo e andando devagarinho com o carro, com a porta aberta. (...) Fingi que ia entrar no carro, mas me joguei do outro lado, quase caí no valão. Cheguei em casa e contei pro papai e pra mamãe. Meu pai sempre, todo dia mandava eu buscar o jornal, *Diário de Notícias*, que tinha naquela época. Aí meu pai falou: “você não vai nem mais buscar jornal pra mim”.

Seu pai faleceu pouco tempo depois, muito doente, aos 71 anos de idade. Chama atenção a entrevistada contar que, pouco tempo após a morte do pai, “uns 4 ou 5 soldados do Exército” entraram em sua residência. “Chegaram lá, reviraram o quarto. Quando a gente chegava perto, eles falavam: ‘sai daqui, sai daqui! (...) Levantaram até o colchão’”.

Não dispomos de mais fontes a respeito das memórias da entrevistada, portanto, é difícil compreender algumas questões: em primeiro lugar, por quais motivos o Exército instalou a torre justamente no sítio da família da entrevistada, levando-os à remoção? Mais que isso: porque os militares teriam levado à remoção a família de um ex militar estrangeiro – que aparentemente dispunha de certa influência nas Forças Armadas – de uma maneira que lhes prejudicou severamente, mal pagando a alimentação que sua esposa oferecia aos militares? Havia sido uma maneira seletiva de expulsão? Se sim, por quais motivos?

De toda maneira, a contribuição desse tópico – que, infelizmente, não pôde ser mais aprofundado, diante das limitações da presente pesquisa⁴⁷⁷ – vai no sentido de abrir mais perguntas do que respostas. Ao apontarmos um caso da remoção de um militar estrangeiro e sua família em decorrência de uma obra levada a cabo pelo Exército, abrimos aqui pistas para possíveis novas frentes de pesquisa, que estejam interessadas em compreender processos de expulsão em áreas rurais da Baixada Fluminense no período imediatamente posterior ao golpe de 1964 e ao mesmo tempo, buscar dimensionar em que medida algumas dessas expulsões possam ter tido participação ativa das Forças Armadas.

6.5 – As Ações Repressivas da Guarda Rural do IBRA e da Guarda do IBDF

Como mencionado no início do capítulo, indivíduos ligados aos Círculos Operários Católicos, após um primeiro momento, quando nomeados interventores na direção da FETAG-RJ, passaram também a ser monitorados e até mesmo presos. O caso da prisão do Padre Carvalho é de sensível interesse para melhor compreendermos outras formas menos conhecidas de repressão em zonas rurais da Baixada Fluminense nesse período. Segundo Leonilde Medeiros e Fabrício Teló (2019), Padre Carvalho vinha denunciando atos de violência cometidos pela “guarda rural” do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)⁴⁷⁸ e, em decorrência disso, chegou a ser preso.

Após diversas denúncias serem publicadas em jornais, Padre Carvalho afirmou em uma entrevista ao *Tribuna da Imprensa* que “com esses métodos, o IBRA está criando comunistas no campo, enquanto a extinta SUPRA se limitava a levá-los para as zonas agricultáveis” (*Tribuna da Imprensa*, apud MEDEIROS; TELÓ, 2019, p. 66). Em decorrência disso, o

⁴⁷⁷ A entrevistada entrou em contato com o pesquisador nos momentos finais de escrita desta tese.

⁴⁷⁸ Conforme Medeiros e Teló (2019, p. 53), “o IBRA foi criado pelo Estatuto da Terra (...), ‘com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas’. Mediante convênios celebrados com os estados e municípios, poderia ter os mesmos poderes no que dizia respeito a terras devolutas estaduais e municipais”.

religioso foi preso e solto no mesmo dia, mas somente após o arcebispo de Niterói por meio da Confederação dos Trabalhadores Cristãos do Brasil interceder junto ao governador Teotônio Araújo, que determinou sua libertação. “Sua prisão é muito significativa, pois mostra que a repressão não se abateu apenas sobre os comunistas, trabalhistas ou identificados com essas linhas políticas, mas foi bem mais abrangente, envolvendo pessoas que buscavam se aproximar dos lavradores e apoiá-los de alguma forma” (MEDEIROS; TELÓ, 2019, p. 67-68).

As denúncias consistiam em relatos que trabalhadores rurais vinham fazendo a jornais, advogados e autoridades locais sobre arbitrariedades da guarda rural do IBRA, – denominada como a “peste amarela” por conta da cor da farda de seus componentes – perpetradas contra os lavradores que viviam em núcleos coloniais e em áreas próximas. Essas notícias foram publicadas na *Tribuna da Imprensa*, do udenista Carlos Lacerda, em 10/10/1966, em reportagem intitulada “IBRA faz reforma agrária no RJ impondo terror”, com relatos de violência e expulsão de lavradores em núcleos coloniais e relatando a expulsão de um lavrador, pai de nove filhos em Quizanga, área próxima do Núcleo Colonial Papucaia e da Fazenda São João da Boa Morte. No editorial de 03/12/1966 do *Jornal do Brasil*, a guarda do IBRA foi considerada como “flagelo implacável e desumano”. O editorial do *Luta Democrática*, de 29/12/1966, intitulado “Dono da terra é quem produz e quem faz produzir” também criticou o general Saraiva⁴⁷⁹ no mesmo sentido” (MEDEIROS; TELÓ, 2019, p. 59-60). Essas arbitrariedades e casos de violência devem ser compreendidos dentro de um contexto mais amplo:

Com o objetivo de regulamentar o Estatuto da Terra, o governo Castelo Branco editou várias medidas legais. Entre elas, a lei n. 4.947, de 6 de abril de 1966, que fixava normas de direito agrário e dispunha sobre o sistema de organização e funcionamento do IBRA. Em seu capítulo III, artigo 12, estabelecia a criação de “Comissões Especiais de Verificação e Regularização”, cujo objetivo era garantir, nos núcleos coloniais, o cumprimento do decreto-lei n. 6.117, de 16 de dezembro de 1943, ainda vigente, especificamente seu artigo 32, que previa a exclusão do colono que deixasse de cultivar o lote por um período maior do que três meses, não cultivasse a área mínima estabelecida, explorasse as matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo (era comum os agricultores cortarem árvores para vender lenha ou para fabricação de carvão) ou não observasse qualquer dispositivo do decreto-lei.

Essas comissões, que tinham “poderes para aplicar as sanções previstas em lei”, formaram o que ficou conhecida como Guarda Rural do IBRA. (...) Os principais objetivos da guarda eram os de verificar a regularidade da ocupação das parcelas dos núcleos coloniais e impedir a comercialização de lenha pelos ocupantes (MEDEIROS; TELÓ, 2019, p. 57-58).

Dessa maneira, “conforme relatos de moradores entrevistados por nós, uma parte muito significativa dos que não ‘preenchem os requisitos’ foi expulsa. De acordo com um deles, se o agricultor não estivesse em casa no momento da vistoria, perdia o lote” (MEDEIROS e TELÓ, 2019, p. 59). Essas arbitrariedades foram relatadas em entrevistas, no contexto da pesquisa para a CEV-RJ, na Gleba de Nova Ribeira e em Papucaia, também em Cachoeiras de Macacu. Consistiam desde queima de lenha coletada para venda; invasão de casas na busca por “subversivos”; expulsão, seguida de queima de casas, por não estar presente no momento da

⁴⁷⁹ No estado do Rio de Janeiro, a Guarda Rural do IBRA foi inicialmente comandada pelo General Francisco Saraiva, e era formada por ex-soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército (MEDEIROS; TELÓ, 2019).

vistoria e até mesmo em manter “uma família inteira dentro de uma casa, cheia de cobras venenosas, para eles denunciarem quem eram os comunistas”⁴⁸⁰ (*Ibidem*, p. 63).

Esse tipo de violência demonstra dimensões menos conhecidas da repressão. Para além dos já mencionados agentes privados – categorias como “jagunços”, “fazendeiros” e “grileiros”, que tinham mais capacidade de ação contra os lavradores após o golpe – a repressão do regime ditatorial não se resumia apenas às Forças Armadas e aos órgãos de espionagem e polícia política. Além do caso da guarda rural do IBRA, encontramos alguns relatos que se referem a expulsões que se relacionam às ações da guarda do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)⁴⁸¹. Não encontramos maiores informações a respeito da guarda, mas o texto do decreto de sua criação se refere também a poderes do Presidente do IBDF. Entre eles, “determinar a aplicação de sanções aos infratores das leis, regulamentos, atos, portarias e resoluções do IBDF”. Além disso, o Código Florestal de 1965 previa fiscalização e guarda de florestas por meio de serviços especializados (artigo 23); porte de armas para funcionários florestais, “equiparados aos agentes de segurança pública” (artigo 24) e infrações penais em casos de desmatamento em distintos contextos (artigo 26)⁴⁸².

Um dos moradores mais antigos da Fazenda São Pedro, Sr. Zézinho, que acompanhou os trabalhos da associação desde fins da década de 1940, em entrevista realizada no início da década de 1980⁴⁸³ por Copello (1983), diz que “algumas famílias foram tiradas das áreas do IBDF e levadas para Papucaia”, de áreas que pertenciam à antiga Fazenda Limeira, desapropriada em fins da década de 1950. Em entrevista para o mesmo trabalho, Sr. Antônio também se refere ao “pessoal da florestal [o IBDF]” como responsável por expulsões para Papucaia em 1965⁴⁸⁴. Questionado por quais motivos os guardas do IBDF fizeram essas agressões, Sr Zézinho responde que “José Tambora saiu e depois quis retornar. O IBDF não deixou”. Após isso, outra pessoa tentou ocupar o mesmo sítio e os guardas o atacaram.

Esse tipo de ação é pouco lembrada, em tempos atuais, na região de Pedra Lisa. Apenas um entrevistado, filho de um guarda do IBDF, em entrevista concedida no trabalho de campo, mencionou prisões perpetradas pelo IBDF em operações conjuntas com o Exército. De acordo com documento da FETAG-RJ de 1979, ao se referir a conflitos por terras na Fazenda Tenente Pacheco, guardas do IBDF, “a pretexto de embargar desmatamentos, impedem os trabalhadores de plantar, efetuando, inclusive, prisões”⁴⁸⁵.

⁴⁸⁰ Este último relato, feito por um agrônomo que trabalhava como coordenador do setor de crédito do IBRA em Papucaia, em entrevista concedida em Brasília em 29 de abril de 2015. O relato diz que a maior parte das violências da Guarda Rural foram realizadas em 1966, um ano antes dele trabalhar neste núcleo colonial, em 1967, quando os principais perpetradores dessas ações violentas foram substituídos por civis e foram proibidos de andar armados. O agrônomo conta que alguns dos próprios guardas contavam histórias de destruir casas com trator e queima de casas. Sobre o relato das cobras venenosas, contado para ele por um dos guardas, o agrônomo diz: “‘não sei se é verdade. Nunca comprovamos isso. Mas ele contava histórias desse tipo’. Não localizamos documentos que comprovassem esse tipo de ação, até porque dificilmente ela seria documentada. Mas o fato de ela ter sido narrada por um guarda já é um dado importante que nos permite ter uma noção do significado da presença da instituição no cotidiano dos lavradores” (MEDEIROS; TELÓ, 2019, p. 63).

⁴⁸¹ Conforme explicado no capítulo 3, o IBDF era uma entidade autárquica, criado pelo decreto-lei nº 289, de 28/02/1967, integrante de administração descentralizada do Ministério da Agricultura, destinado “a formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País, de conformidade com a legislação em vigor”, conforme texto do decreto.

⁴⁸² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁴⁸³ Entrevista de Sr. Zézinho, concedida a Sheila Copello em 27/03/1983.

⁴⁸⁴ Como se trata de uma entrevista realizada no início da década de 1980, registrada em um manuscrito, não é possível ter mais detalhes a respeito dessa informação.

⁴⁸⁵ NMSPP, Fundo FetagRJ. Levantamento de Conflito de Terras. Caixa 16 Agosto de 1979.

Outros estudos demonstram que o IBDF atuava em outras regiões de conflitos por terra na década de 1970 de modo a coagir, prender e até mesmo quase matar trabalhadores rurais envolvidos nesses conflitos. Isso é demonstrado por Aline Maia (2018b) sobre a Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio: um documento da FETAG-RJ denuncia que um posseiro havia sido agredido e baleado por um jagunço, que depois fugiu do local em um carro oficial do IBDF, acompanhado de mais dois guardas do Instituto. O documento também conta que esses dois guardas não só presenciaram as agressões, mas também instigaram o jagunço de baleiar o posseiro, e que eles vêm acobertando as perseguições.

Iby da Silva (2018) também menciona embates de colonos com o IBDF em Paraty, quando a área das Fazendas Paraty-Mirim e Independência, onde se pretendia implementar um Núcleo Agrícola, foi transformada no Parque Estadual de Paraty-Mirim. Os grupos que dependiam do uso daquelas áreas do parque, tiveram que utilizar recursos de forma clandestina. “Notícias veiculadas no mês de junho de 1972 informavam que o IBDF mobilizou agentes especiais na busca daqueles que tratavam por ‘caçadores e desmatadores clandestinos’, sob o discurso da necessidade de preservação das espécies onde a caça era proibida” (*Ibidem*, p. 462).

Lígia Dabul também se refere ao IBDF, em Xerém:

Sobretudo a partir de 1980, conflitos de terra são deflagrados após ocupação de áreas não produtivas por trabalhadores rurais que muitas vezes passaram períodos em centros urbanos. Frequentemente organizados fora do município, recebendo apoio dos grupos que atuam em Xerém após sua instalação, os trabalhadores, por vezes, tiveram de abandonar a área ocupada diante do aparecimento dos donos e comprovação de propriedade, como foi o caso da fazenda da América Fabril. Ou, ainda, como ocorreu após ocupação de área do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), tiveram de sair quando o aparato policial chegou a destruir os barracos construídos pelos cerca de dezoito ocupantes, e representantes do Instituto alegaram tratar-se de reserva florestal enquanto os trabalhadores denunciavam haver elementos explorando a área há tempos (DABUL, 1987, p. 13).

Muitas vezes, guardas de entidades autárquicas, tais como o IBRA e o IBDF, eram responsáveis por ações violentas contra trabalhadores rurais nas áreas de conflito sob pretextos distintos. Enquanto o primeiro órgão realizava essas ações violentas sob o pretexto de “fazer valer a lei do Estatuto da Terra”, o segundo atuava com o pretexto de evitar desmatamentos, “fazendo valer a lei do Código Florestal”, como é no caso da Região de Pedra Lisa ou de expulsar colonos que viviam na área de um parque, como foi o caso das Fazendas Paraty Mirim e Independência em Paraty. É relevante notar que os guardas do IBDF atuaram em colaboração com o Exército, no caso da Fazenda Tenente Pacheco, em meio de um contexto de tentativas de expulsão perpetradas pela Companhia Fazendas Reunidas Normandia, conforme será tratado no próximo capítulo, e com jagunços na Fazenda Campos Novos em Cabo Frio.

6.6 – Resistência, repressão e dinâmicas da memória e do esquecimento

Diante dos acontecimentos apresentados no capítulo, podemos notar alguns aspectos comuns entre eles: em primeiro lugar, esses eventos repressivos na Baixada Fluminense, cujos alvos eram camponeses pobres, estão muito longe do conhecimento público, reflexo da completa ausência da experiência camponesa dentro das representações coletivas da memória hegemônica a respeito da ditadura empresarial militar (NAPOLITANO, 2014, 2015). Isso, evidentemente traz algumas implicações práticas para a vida social no presente.

Conforme atestado por Débora Lerrer e Adriano Forigo (2019) a respeito do silenciamento histórico do problema agrário no Brasil, esse processo de esquecimento e má elaboração coletiva na sociedade brasileira a respeito da questão agrária retroalimenta a continuidade do mesmo modelo de desenvolvimento no país, como se algum alternativo – essencialmente, de “terra para trabalho”, em oposição à “terra para negócio”; a perspectiva dos trabalhadores rurais⁴⁸⁶ em oposição à perspectiva do grande capital agrícola (MARTINS, 1991) – fosse impossível e até mesmo impensável. Talvez, o empreendimento do esquecimento desses processos seja reflexo da política do silêncio do problema agrário no Brasil, o que, por sua vez, reforça essa política.

Em segundo lugar, a ausência dessa memória implica também em um debate historiográfico com algumas lacunas pouco elaboradas a respeito da participação de setores da sociedade civil com o golpe e o regime ditatorial que o sucedeu. É notável que a ditadura começou, para essas populações, no mesmo dia do golpe, cenário muito distinto das periodizações apresentadas por Elio Gaspari (2002a) – sugerindo que entre 1964 e 1968 a ditadura teria sido “temporária”, “constitucional” ou “envergonhada”, tendo sido “escancarada” apenas a partir de 1968 com o AI-5. Se a repressão foi brutal para essas populações desde o primeiro dia do golpe, a ditadura foi envergonhada para quem?

Cabe também destacar que a possibilidade de resistência armada, envolvendo uma parcela significativa de dissidentes, pode muito bem questionar a perspectiva de “sociedade cúmplice”, que concede uma espécie de “anistia histórica” à ditadura a partir da argumentação de que o golpe havia sido apoiado pela sociedade civil, conforme Demian Melo (2014). A apropriação de terras por parte dos *entrega-lista*, por um lado, lança luz sobre formas menos explícitas de repressão aos grupos dissidentes dessas populações e, por outro, demonstra também formas de colaboracionismo existentes dentro dessa própria localidade, gerando representações de “memórias divididas” (PORTELLI, 1996), “impedidas” (RICŒUR, 2007) ou “subterrâneas” (POLLAK, 1989). Essas dinâmicas memorialísticas serão tratadas detalhadamente no capítulo 8. Mas, antes disso, iremos analisar alguns aspectos de reordenamentos espaciais e recomposição do movimento camponês na Baixada Fluminense durante a década de 1980 no capítulo a seguir.

⁴⁸⁶ Poderíamos também mencionar a terra para a reprodução de um modo de vida, conforme a perspectiva de povos indígenas.

7 – A RECOMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO CAMPONÊS NA DÉCADA DE 1980 NA BAIXADA FLUMINENSE E CONFLITOS POR TERRA

Conforme observado anteriormente, o golpe de 1964 desarticulou as mobilizações dos trabalhadores rurais, em especial transformando politicamente a pauta da reforma agrária. Entretanto, essa desarticulação não culminou em seu completo desaparecimento. Como já discutido, ainda que frustrada, houve uma tentativa de reativar a associação de Pedra Lisa. No caso de Magé, apesar da inexistência do registro de atas do sindicato de trabalhadores rurais de 1962 até 1968, Felipe Ribeiro (2019) detalha, por meio de fontes orais, a atuação do sindicalismo rural nesse período, realizada pelo grupo interventor. No caso de Cachoeiras de Macacu, Ricardo Brito (2018) demonstra a ocorrência de formas de “resistência teimosa”, na Fazenda São José da Boa Morte.

No que diz respeito ao período que se segue ao golpe de 1964, José de Souza Martins (1984) argumenta que a política de desenvolvimento agrário implantada pela ditadura, os grandes incentivos financeiros para as grandes empresas capitalistas se ocuparem da agricultura e da pecuária, aceleraram as transformações no campo. Conforme Nelson Delgado (2010), o carro chefe dessas políticas de modernização conservadora da agricultura foram incentivos fiscais para as exportações, minidesvalorizações cambiais e, principalmente, a política de crédito rural subsidiado, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965. “Pelo menos até 1976, a oferta de crédito rural foi incrivelmente abundante e subsidiada, de modo que a participação do crédito na renda agrícola foi sempre muito elevada” (*Ibidem*, p. 35). Esse abundante crédito agrícola se relacionava com mudanças institucionais, tais como a criação do Banco Central e a reforma do sistema financeiro nacional e, principalmente, com “uma conjuntura mundial favorável, marcada por grandes disponibilidades de recursos financeiros” (*Ibidem*). Em suma, as características principais da modernização conservadora brasileira da agricultura durante a ditadura empresarial-militar são as seguintes:

- (1) o crédito agrícola subsidiado [que] se concentrou nas regiões Sul e Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes;
- (2) privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária (...);
- (3) favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação, o que, juntamente com o aumento da relação preços das exportações/ preços dos produtos alimentares, provocou um acentuado desequilíbrio na relação entre produção para exportação e produção para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural;
- (4) a modernização da agricultura esteve intimamente associada (...) do que na época se chamou de “complexo agroindustrial”, (...) com liderança das empresas multinacionais, num processo que foi também conhecido como de “industrialização (e internacionalização) da agricultura” ou de “revolução verde”;
- (5) é impensável sem a conjuntura internacional extremamente favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial; e
- (6) promoveu um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o Sudeste e o Sul foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970 (DELGADO, N., 2010, p. 35-36).

A situação dos trabalhadores rurais na década de 1970 era extremamente grave. De acordo com o Censo Agropecuário de 1975 (*apud* MARTINS, 1991), 52,3% dos estabelecimentos rurais no Brasil tinham menos de 10 ha, ocupando somente 2,8% de toda terra utilizada. Por outro lado, 0,8% dos estabelecimentos possuíam mais de mil hectares, ocupando 42,6% da área total. Conforme assinalado por Nelson Delgado (2010), o processo de modernização agrícola se associava profundamente ao regime ditatorial, ao passo que sua base social influenciou quais seriam os setores sociais a se favorecerem e quais seriam penalizados: de um lado, agricultores capitalistas, latifundiários “tradicionalistas” e “modernos”, o setor de capital financeiro, e, do outro lado, “basicamente pequenos agricultores, assalariados rurais (em particular os temporários, “boias-frias”), populações rurais sem-terra” (*Ibidem*, p. 36).

Esse cenário ocasionou muitos conflitos por terra. Em texto de 1979, Martins aponta que “estudos recentes mostram que a cada três dias, em média, os grandes jornais do Sudeste publicam uma notícia de conflito pela terra em algum lugar do país. Comprovou-se que essas notícias correspondem a menos de 10% dos conflitos que efetivamente ocorrem” (MARTINS, 1991, p. 45)⁴⁸⁷. A situação se agrava ainda mais se levarmos em conta que um levantamento feito na época em jornais, a respeito do número de vítimas de violências físicas em conflitos por terra nesse período, indica que mais de 50% foram vítimas fatais (*Ibidem*)⁴⁸⁸. “A brutalidade que cerca a efetivação dessa política de desenvolvimento – despejos violentos para abrir espaço às novas empresas, assassinatos de trabalhadores (...) – contribuiu poderosamente para disseminar o descontentamento social e desencadear uma nova fase de lutas sociais” (MARTINS, 1984, p. 12).

Dentro desse cenário crítico para os trabalhadores rurais na década de 1970, de maneira distinta do quadro “clássico” do desenvolvimento do capitalismo⁴⁸⁹, conforme pontuado por Martins (1991, p. 18), na experiência histórica desse processo de modernização conservadora, “o capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital”. A partir de fins da década de 1970, os movimentos camponeses no Brasil se reconfigurariam, especialmente no início da década de 1980, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Isso ocorre em paralelo com o enfraquecimento da ditadura empresarial-militar na primeira metade da década de 1980, a partir da crise de legitimidade do regime ditatorial.

Um dos grandes vetores dessa crise de legitimidade foi o cenário econômico do país na época, com a aceleração da inflação e quadro de recessão econômica que se instaura após o dito “milagre econômico” (DELGADO, N., 2010)⁴⁹⁰; a enorme pressão popular para as eleições

⁴⁸⁷ Trata-se de um artigo, escrito em 1979, incorporado em livro que foi publicado em 1991.

⁴⁸⁸ Na Baixada Fluminense, a violência que se abateu sobre as populações rurais não foi uma exceção dentro desse todo, guardadas as particularidades explicadas no capítulo anterior. Por outro lado, como apontado no capítulo 2, o ponto fora da curva dos conflitos analisados – desde a década de 1950 até os que serão analisados no presente capítulo, na década de 1980 – respondem por suas particularidades periurbanas e os agentes envolvidos, cujo uso da terra em disputa com os trabalhadores rurais era de caráter especulativo na maioria das vezes.

⁴⁸⁹ Martins se refere ao quadro clássico de impulso de desenvolvimento das forças produtivas do capital, explicação que ficou consagrada a partir do processo de expropriação e acumulação primitiva ocorrida no Reino Unido, descrito por Karl Marx (1987) no capítulo XXIV, do Livro 1, volume 1 de sua obra *O Capital*. Nesse processo, o campesinato expropriado era reabsorvido, proletarizando-se.

⁴⁹⁰ Como demonstrado por Octávio Ianni (1981), o modelo econômico adotado foi sustentado pela intensificação da exploração da classe trabalhadora, através de uma política de arrocho salarial, sob a justificativa de conter a inflação. De acordo com o Censo do IBGE de 1970 (*apud* MELO, 2014), havia significativa defasagem de renda em relação ao mesmo levantamento realizado dez anos antes, em 1960. Quatro anos mais tarde, esse processo se intensificaria ainda mais, “quando o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960” (MELO, 2014, p. 104). Conforme Ianni (1981), “ao longo da ditadura, a despeito das modificações internas dessa, o poder estatal foi levado a dinamizar a transformação da mais-valia *potencial* em *extraordinária*. Isto é, a partir das forças produtivas disponíveis e das relações de produção preexistentes, o Estado

diretas para presidente e a mobilização de diversos setores da sociedade civil para a melhoria de direitos sociais⁴⁹¹. Todos esses fatores desembocariam naquilo que Florestan Fernandes (1982) caracterizou como “transição negociada”, discutida no capítulo 1.

Outro fator relevante diz respeito aos posicionamentos da Igreja Católica em relação ao regime ditatorial. Ao longo dos anos de 1970, diversos segmentos dessa Igreja que atuavam em apoio aos trabalhadores rurais passaram a sofrer perseguição política tanto pelo regime ditatorial quanto por setores da própria Igreja, mais conservadores, que apoiavam o regime vigente e moviam campanhas contra agentes religiosos que defendiam os trabalhadores rurais.

Isso gerou até mesmo uma investigação do Vaticano nas dioceses de Goiás (onde o bispo era Dom Tomas Balduino) e de São Félix do Araguaia (Dom Pedro Casaldáliga). Esse tipo de repressão levou à articulação de bispos mais ligados às causas populares. Em 1972, surgiu o Conselho Indigenista Missionário. (...) Logo depois, nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, definindo-se como um organismo pastoral a serviço dos camponeses. (...) Nesse momento, definia-se a luta pela reforma agrária no sentido de aplicar a letra e o espírito do Estatuto da Terra (MEDEIROS, 2014, p. 215).

O sindicalismo rural contaguiano foi alvo de severas críticas da CPT, contra a desorientação política, esvaziamento e “peleguismo” de diversos sindicatos locais, e propondo transformar a prática sindical por meio de uma prática mais combativa e renovada (MEDEIROS, 2014). No caso do Rio de Janeiro, ele se torna um ator relevante nas lutas sociais, através da FETAG-RJ e da retomada do STR de Nova Iguaçu.

Outro fator de suma relevância foi a eleição de Leonel Brizola para governador do estado do Rio de Janeiro em 1982, alterando de maneira significativa a relação entre movimentos sociais do campo e Estado (NOVICKI, 1992)⁴⁹². Com esses fatores somados, no estado do Rio de Janeiro, os movimentos sociais do campo voltam a grandes mobilizações na década de 1980.

O presente capítulo analisará a retomada da mobilização camponesa no final da década de 1970 e 1980 na Baixada Fluminense. Analisaremos alguns conflitos, os que são mais importantes para, por um lado, compreendermos com mais acuidade os processos de lutas sociais que estavam em curso nessa época e, por outro, para que essa compreensão auxilie nossa análise das memórias coletivas a respeito desses acontecimentos no capítulo seguinte. Antes de

foi levado a fazer crescer muito a produção de mais-valia. O planejamento econômico e a violência, sob várias formas, transformaram-se em forças produtivas complementares. Foi assim que a mais valia *potencial* do subsistema econômico brasileiro passou a realizar-se como uma espécie de mais-valia *extraordinária*” (*Ibidem*, p. 67. Grifos do autor). É de saltar os olhos a defasagem entre melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora e a acumulação de capital no país se nos atentarmos para o ano de 1972, quando o crescimento do PIB atingiu patamares recordes, em 11,7%. Nesse mesmo ano, segundo a Organização Internacional do Trabalho, o Brasil foi campeão mundial em acidentes de trabalho (MELO, 2014). A situação fica ainda mais dramática se nos atentarmos que no período de 1978/1982, os juros da dívida externa brasileira aumentaram em 282%, em decorrência da elevação das taxas de juros internacionais. Nesse cenário, “a dívida externa bruta de médio e de longo prazos aumentou 60% e as reservas internacionais reduziram-se 66% entre 1978 e 1982” (DELGADO, N., 2010, p. 39).

⁴⁹¹ Eder Sader (1988) faz uma detalhada abordagem do surgimento, funcionamento e sentidos da percepção de si que ocasionaram o surgimento de novos movimentos sociais, religiosos e sindicais na Grande São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. No caso específico da mobilização e de toda a conjuntura do setor da saúde, com uma detalhada explicação do processo de mobilização de profissionais da saúde para a criação do SUS logo no início da Nova República, ver Paiva e Teixeira (2014).

⁴⁹² Posteriormente, Leonel Brizola foi eleito novamente para o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro em 1990, exercendo o cargo de 1991 a 1994. Entretanto, como esse período excede o recorte do presente trabalho, comentaremos a seguir somente a respeito de seu primeiro mandato e suas relações com os movimentos sociais do campo.

avancarmos, entretanto, é importante realizarmos uma breve contextualização a respeito das mudanças que afetaram a estrutura agrária da Baixada Fluminense no período em questão.

7.1 – Mudanças da Estrutura Agrária na Baixada Fluminense na Década de 1970

Os governos estaduais no período pós golpe deram atenção menor para a questão fundiária no estado do Rio de Janeiro, se comparados ao período anterior. Com o Estatuto da Terra e a criação de órgãos como o INDA e IBRA, conforme apontado por Leonilde Medeiros (2018, p. 86), “a desapropriação para fins de reforma agrária passou a ser atributo do governo federal. Os governos estaduais, no entanto, podiam usar de recursos legais como desapropriação para utilidade pública ou para criação de fazendas experimentais”.

Posteriormente, no início da década de 1970, já no governo Médici, de acordo com Martins (1984), tanto o IBRA quanto o INDA foram extintos e substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa medida veio de maneira concomitante com a maior atenção para colonização em áreas fronteiriças, indicador de que a questão agrária estava sendo subordinada à política de segurança nacional, dentro do que o autor chama de “militarização da questão agrária”.

Trata-se de um cenário de maior centralização do Poder Executivo Federal para o tratamento local da questão agrária, como as medidas que, conforme apontado por Victor Novicki (1992, p. 30) podem ser denominadas como “reforma agrária localizada ou reforma fundiária”. No caso do Rio de Janeiro, “significou a constituição, entre 1964 e 1982, de quatro projetos de regularização fundiária, sete projetos de assentamento (Projetos Integrados de Colonização e Projetos de Assentamento) e um projeto fundiário, em áreas pertencentes ao patrimônio da União”, cuja principal finalidade era diminuir tensões sociais existentes⁴⁹³.

Posteriormente, o governo de Leonel Brizola buscou utilizar a justificativa da utilidade pública ou de criação de fazendas experimentais para desapropriar terras em locais de conflito. O impulso, aparentemente repentino, das ocupações de terra no governo Brizola indicam que se tratava de conflitos que permaneceram ao longo da década anterior. Isso se faz evidente se atentarmos ao fato de que a FETAG-RJ, em seu levantamento de conflitos por terra no estado, publicado em 1979, denunciou que entre 1969 e 1979 ocorreram 71 conflitos em 18 municípios (NOVICKI, 1992). Todavia, diante desses conflitos e reivindicações desapropriatórias,

O governo, tanto a nível federal quanto estadual, não lhes dava respostas, o que também contribuiu para o estabelecimento de uma conjuntura desmobilizadora para o campesinato. (...) Ao nível dos governos estaduais fluminenses, desde o golpe de 64 até o ano de 1983, inexistiu órgão de terra para encaminhamento da questão fundiária (...), identificando-se apenas "preocupações", expressas em planos setoriais de governo, sobre o binômio minifúndio-latifúndio e suas implicações para o aumento da produtividade agropecuária (NOVICKI, 1992, p. 32).

Nesse contexto, na Baixada Fluminense, podemos notar que estava em curso mais uma etapa de reordenamento espacial, ocasionando algo semelhante ao que Sonali Souza (1993) demonstra ter ocorrido décadas atrás, isto é, mudanças da organização social local em

⁴⁹³ A saber: “Projetos de Regularização Fundiária: América Fabril/Conceição de Suruí (Magé), Fazenda Cachoeiras Bembeça Macedo, Terceira Gleba da Fazenda Capivari e Piranema (Caxias); Projetos de Assentamento: Papucaia - para assentamento de posseiros existentes nas várias áreas desapropriadas no pré-64 pelo governo estadual cujos decretos caducaram - (Itaborá/Cachoeiras de Macacu), Santa Alice (Itaguaí/Pirai/Paracambi), Macaé (Macaé), São José da Boa Morte e Marubá (Cachoeiras de Macacu), Aldeia Velha (Silva Jardim) e Grande Rio (Itaguaí); Projeto Fundiário: Fazenda Nacional de Santa Cruz(RJ)” (AREZZO, *apud*, NOVICKI, 1992, p. 30).

decorrência de alterações espaciais. Entretanto, agora, não se trata de um período de expansão urbana nas mesmas proporções que nas décadas de 1940 e 1950, mas de uma disputa pelos sentidos do uso do espaço (LI, 2014), após um processo de expulsões violentas em um contexto de perseguição política (descritas no capítulo anterior), seguido por alterações de infraestrutura e logística que desfavoreceram as famílias de lavradores, ocasionando sua saída. Segundo Novicki (1992), a fusão o estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro no início da década de 1970 também teve impactos importantes para os conflitos fundiários:

A criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (lei complementar nº 20, de 01.07.74), durante o processo de fusão do estado da Guanabara-Rio de Janeiro, como uma das metas do II PND, para evitar a concentração da atividade industrial em um único polo metropolitano (São Paulo), além de concentrar o desenvolvimento nas áreas já privilegiadas, definiu como de ‘vocaçao urbana’ municípios limítrofes à capital do estado. Em muitos deles ainda ocorriam conflitos fundiários, o que significou um fator ainda a mais para deslegitimar os movimentos de luta pela terra nesta região e acelerou o abandono cada vez maior da agricultura em municípios pensados como destinados à constituição de um ‘cinturão verde’ (NOVICKI, 1992, p. 30).

O que iremos discutir no presente tópico não se refere à repressão propriamente dita, mas aos efeitos socioeconômicos oriundos do agravamento da ausência de políticas públicas agrícolas e encerramento de alguns serviços públicos na Baixada Fluminense, focando aqui a análise no distrito de Xerém e na Região de Pedra Lisa. Esse fenômeno colaborou para a saída voluntária de algumas famílias camponesas e balizou terreno para que novas pressões de grileiros sobre famílias de lavradores, no sentido de expulsá-las, perpetrada por antigos atores ou não, voltassem a ocorrer. A lógica dessa precariedade, que ocasionou evasão de famílias, colocava novamente em jogo uma disputa por formas de ordenamentos espaciais (LI, 2014): terra para produção agrícola familiar (que necessita de infraestrutura de saúde, educação e formas de gerar renda para essas famílias) ou para loteamentos urbanos ou ainda para criação de gado. Em outras palavras, terra para trabalho ou terra para negócio (MARTINS, 1991).

Lígia Dabul (1987) demonstra que nas décadas de 1970 e 1980, nas áreas rurais de Duque de Caxias, especialmente no distrito de Xerém, pretensos proprietários moviam ações de despejo contra posseiros em diversas localidades, especialmente onde se desenvolveram conflitos por terra no período anterior ao golpe.

Ao lado dessas tentativas (...) pressões são exercidas pelo que os trabalhadores rurais de Xerém classificam como especuladores. Além dos grupos voltados para a efetivação de loteamentos ou para a manutenção da área desocupada para valorização, estão incluídos aqueles que mascaram a estocagem de terra para valorização e obtenção de subsídios através da formação de fazendas de gado.

Os "veranistas" — em geral moradores da cidade do Rio que possuem imóveis onde costumam passar fins de semana, numerosos na área rural do município sobretudo na região ao pé da serra, são também categorizados pelos trabalhadores como especuladores: "compram o sítio do lavrador por mixaria, fazem um beneficinho em volta da casa e daí a três ou quatro meses, se compraram por 50, vendem por 1000. O negócio é esse: exploração imobiliária, o lucro". (...) Mesmo em situações em que não há conflito de terra, posseiros vendem seus sítios a veranistas e outros especuladores, como na área reocupada de Morro Grande e em grande parte da Fazenda São Lourenço, onde uma grande

extensão destinada à criação de gado foi conformada através da compra paulatina de sítios de posseiros (DABUL, 1987, p. 14-15).

Na Região de Pedra Lisa, ocorreu um fenômeno semelhante. Não houve apenas um efeito político de desmobilização forçada na região, mas também danos sociais à população rural que habitava as áreas de conflito através da não continuidade das políticas públicas nas áreas que foram desapropriadas para a execução do Plano de Ação Agrária do governo estadual, elaborado antes do golpe. Isso gerou a incidência de uma nova onda de pressão exercida por pretensos proprietários para loteamento e especulação. Ao realizar o deslocamento por toda a Região de Pedra Lisa, nas incursões de trabalho de campo, é notável a presença de casas de veraneio, contrastando com pequenos loteamentos urbanos e com pequenas e grandes propriedades agrícolas. Muitas entrevistas que realizamos com lavradores que viveram a idade adulta nesse período se referem ao esfacelamento de infraestrutura de saúde e transporte: fim do posto médico, da linha ferroviária (desativada no fim da década de 1960), esfacelamento da infraestrutura educacional (fechamento temporário da escola em Pedra Lisa, conforme discutido no capítulo anterior). O fechamento da escola, que inicialmente funcionou como iniciativa da associação, ainda é um acontecimento lembrado em Pedra Lisa, como estando relacionado a uma suspeita dos militares de formação de guerrilha na região, como indicam falas de membros da atual associação:

Gabriel Bastos: Como foi isso, da escola fechar? Foi depois de 1964?
(...)

Marcelo: Foi depois de 64! (...) Fecharam o colégio aqui, porque tinha uns explosivos, nessa quadra de trás que tem aí, então eles ficaram com medo.

Gabriel Bastos: Tinha explosivo? (...)

Marcelo: Dinamite, isso aí. Sei lá.

Gabriel Bastos: Mas era dos militares?

Marcelo: Dos militares! Eles largaram aí, largaram aí.

Gabriel Bastos: Mas por que eles deixaram esse explosivo aí?

Marcelo: Ah, na saída eles enfiavam tudo isso aí...

Lúcio: É armação, pra dizer depois... E meter o cassete nos comunistas.

Marcelo: Aí, o que acontece: quem veio desarmar isso aí, era esses polícia de antigamente, nem farda tinham, era uma roupa amarela⁴⁹⁴, usava um chapéu de bico. Eles que vinham tirar os negócio, pra poder desarmar. Então, o colégio fechou com medo disso daí. Se esse negócio estourava, atingia tudo isso daqui, cara! (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 14/03/2022)⁴⁹⁵.

Cabe destacar que algumas das políticas de desenvolvimento agrícola previstas no Plano de Ação Agrária foram parcialmente implementadas nas áreas desapropriadas da região, tais como o funcionamento de um posto médico, farmácia e alguns tipos de infraestrutura que promoviam o escoamento da produção⁴⁹⁶, tal como um galpão da associação e um caminhão

⁴⁹⁴ Provavelmente se tratava da guarda rural do IBRA, uma vez que “esses militares utilizavam uniforme específico, de cor amarelada, semelhante ao da Polícia Militar, bem como um armamento diferenciado: pistolas calibre 45, rifles de longo alcance e facas, facões e machados”. (MEDEIROS; TELÓ, 2019, p. 58).

⁴⁹⁵ As duas pessoas que aparecem nesse diálogo não eram os entrevistados, mas membros da associação que estavam comentando uma entrevista, questionados pelo entrevistador a respeito de um de seus comentários.

⁴⁹⁶ O artigo 11^o do plano estabelecia que, entre as atribuições do Diretor do Departamento de Trabalho, responsável pelo plano e único órgão competente para construir todos os tipos de infraestrutura capazes de promover a produção e escoamento, estava a obrigação de adquirir “utensílios e materiais necessários aos serviços de

fornecido pelo governo do estado⁴⁹⁷. Nas entrevistas realizadas por Sheila Copello (1983), os detalhes fornecidos sobre esse processo são maiores, por se tratar de uma temporalidade mais próxima. De acordo com entrevista com o Sr. Zézinho, realizada no início da década de 1980, a SUPRA, antes de sua extinção, estava fornecendo ferramentas e sementes aos lavradores em Pedra Lisa, através da associação. Aparentemente, trata-se de políticas públicas previstas no Plano Piloto de Ação Agrária, que estavam começando a ser implementadas através dos GTs Agrários do Plano⁴⁹⁸.

O Sr. Zézinho, morador da Fazenda São Pedro, em entrevista realizada em março de 1983 para Copello (1983), relata: “tinha posto médico através da Secretaria de Saúde. Permanente com médico. Dr. Talrídio. Após a revolução, o posto continuou por algum tempo”. De acordo com o lavrador, as condições de produção e escoamento se alteraram no período após o golpe, ocasionando a saída de diversas famílias. “O pivô foi a revolução”, em 1964 e, principalmente o fim da linha de trem em 1965. “Acabou o estímulo. (...) A produção, até 1965, era escoada por transporte ferroviário. Corria cinco vezes por dia. Tinha um vagão para carga e um para passageiros”. As famílias que ficaram, de acordo com Sr. Zézinho, não conseguiam se deslocar para outras áreas.

A partir de 1970, o Sr. Zézinho e Sr. Manelico começaram a fazer o transporte da produção das famílias através de uma cooperativa na Fazenda São Pedro. Eram, no total, três caminhões. Um do Sr. Zézinho e outros dois do Sr. Manelico. Havia um caminhão na segunda-feira e outro na quinta-feira, que transportavam frutas e legumes para o mercado de São Sebastião. Aos sábados à noite, os três caminhões partiam juntos para chegarem nas feiras livres de domingo em Areia Branca, Belford Roxo e Juscelino, em Mesquita⁴⁹⁹.

Essa solução durou até 1974. Foi durante esse período que famílias começaram a se evadir da região por conta de dificuldades de produção, cujo principal fator foi o “extermínio da associação” e por terem ficado “sem comunicação, com o corte do principal meio de transporte, o trem, em 1965”. Assim, de acordo com Sr. Zézinho, “por todos esses motivos, foi esse abandono que se encontraram e se encontram, os lavradores continuam vendendo seus sítios para criadores de gado”.

Esse cenário se assemelha ao ocorrido no município de Duque de Caxias, com a extinção do ramal ferroviário de Xerém “que ligava a região a Belford Roxo, em Nova Iguaçu, possibilitando o escoamento da produção e sua venda em diversas feiras da região” (DABUL, 1987, p. 15). As semelhanças com a Região de Pedra Lisa não param por aí: em Xerém, “de acordo com depoimentos de trabalhadores rurais, essas e outras dificuldades, como a falta de escolas e postos de saúde na área rural, vêm colocando crescentemente, também para seus filhos, o engajamento em empregos e a moradia na área urbana como opções interessantes” (*Ibidem*). Em Pedra Lisa, além da escola fundada pela associação ter sido fechada nas circunstâncias expostas anteriormente, o posto médico que atuava na região foi fechado em período próximo da extinção do sistema de pensão que a associação fazia funcionar para viúvas

instalação dos Grupos de Trabalho” e a “locação direta de imóveis necessários à instalação de Escolas, Postos de assistência médico-social, Delegacias e Grupos de Trabalho”.

⁴⁹⁷ Quanto ao armazém, não podemos precisar exatamente se foi fornecido pelo governo do estado ou simplesmente iniciativa da associação. Nenhum entrevistado tem isso muito claro em sua memória. Entretanto, diante do contexto do que era fornecido às áreas de colonização agrícola através dos GTs Agrícolas, explicados no capítulo 2, pode-se concluir que o governo do estado deve ter fornecido recursos para tal. Quanto ao caminhão, de acordo com entrevista do Sr. Alcides, concedida à Gabriel Bastos em 12/03/2020, o governo estadual forneceu um para a associação, que foi roubado. Após o assalto, o governo teria fornecido outro, bem mais precário.

⁴⁹⁸ Em seu artigo 9º, o decreto do plano prevê que “a Secretaria de Agricultura será solicitada a prestar assistência técnica aos Grupos de Trabalho Agrícola, através do estudo da terra, fornecimento de sementes, adubos e de facilidades para aquisição de máquinas e implementos agrícolas”.

⁴⁹⁹ Tanto Belford Roxo quanto Mesquita faziam parte de Nova Iguaçu na época, tendo se emancipado enquanto municípios em 1990 e 1999, respectivamente.

e idosos, através de sua cooperativa. Além disso, “a cooperativa também acha-se fechada desde a revolução, já que era uma das atividades da Sociedade”⁵⁰⁰.

No que diz respeito às mudanças do escoamento da produção que o esfacelamento dessa infraestrutura ocasionou, de acordo com os dados de Copello (1983), em Jaceruba, antes de 1964 eram produzidas semanalmente 1.500 caixas de diversos produtos agrícolas⁵⁰¹. Em 1983, tal produção estava reduzida a 100 caixas, segundo depoimentos locais (COPELLO, 1983). Se atentarmos para as memórias coletivas a respeito da importância do trem para o escoamento da produção, é significativo o quanto esse tema foi reiteradamente comentado no trabalho de campo até mesmo por pessoas que eram muito jovens, antes da linha férrea ser desativada. Os relatos se referem, majoritariamente, à importância que a ferrovia tinha para o escoamento da produção. Sobre o impacto causado pela extinção do ramal ferroviário, o Sr. Damião nos relata, no ano de 2018: “Foi muito grande, pois nós não tínhamos como esgotar as nossas mercadorias, as mercadorias que a gente colhia, e aqui ficamos numa situação muito difícil. Nós nunca tivemos transporte nenhum, a não ser o trem, porque não tinha estrada”⁵⁰².

De acordo com Sr. Antônio, em entrevista para Copello (1983), antes dos lavradores começarem a chegar, em fins da década de 1940, ainda não havia gado na região, o que, aparentemente, se altera bastante na década de 1970. Com efeito, alguns desses lavradores aos quais o Sr. Zézinho se refere, que venderam suas benfeitorias para criadores de gado na década de 1970, eram lideranças políticas relevantes para a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa em período anterior. “Por exemplo, o fazendeiro Jurandir Flor, criador de gado, há mais ou menos 10 anos, comprou dos posseiros Abel, Luiz Fernando, José Eufázio [que foi membro do conselho fiscal da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa], Emília e Agenor”. Este último, Agenor Corrêa Porto, era presidente da associação na ocasião da instalação da placa comemorativa de bronze, em 1958. O entrevistado continua: “todos foram embora e suas posses tornaram-se uma fazenda. E suas benfeitorias foram transformadas em pasto”⁵⁰³. Por fim, ainda de acordo com Sr. Zézinho, depois de 1964, aproximadamente metade das famílias que viviam anteriormente na região, foram embora⁵⁰⁴.

Novamente, cenário que não foi exclusivo em Pedra Lisa. Conforme apontado por Dabul (1987), a falta de investimento do poder público no distrito de Xerém, somada à “ganância de especuladores e a facilidade de atuação de grileiros ao longo do período de ausência de condições de organização são indicados pelos trabalhadores rurais como responsáveis pela deterioração de suas condições de vida e produção” (*Ibidem*, p. 15). Nesse cenário, entre as décadas de 1980 e 1970, só em Caxias, a população rural caiu em 23,4% e, no distrito de Xerém, decaiu 42,7% (*Ibidem*).

Enquanto esses acontecimentos começavam a se desenvolver, no dia 8 de fevereiro de 1968, o presidente da FETAG-RJ, Acácio Fernandes, enviou um ofício para o Secretário Estadual de Trabalho, expondo um outro problema com o qual os lavradores se confrontavam:

Veze sem conta têm chegado a esta Federação trabalhadores rurais, ocupantes de fazendas desapropriadas pelo Estado, os quais, trazendo reivindicações de inúmeros outros lavradores, reclamam quanto à situação de abandono em que se encontram, sem possibilidade de

⁵⁰⁰ Entrevista de Sr. Benício para o trabalho de Sheila Copello (1983), data não identificada.

⁵⁰¹ Um jornal dos anos de 1950 descreve que eles tinham plantações de milho, arroz, feijão, abacaxi, cana de açúcar, banana e tomate e que “diariamente enviam legumes e verduras para o mercado municipal”; “centenas de caixotes de tomate e outros legumes” (Jornal não identificado, com data não especificada, mas que remete aos conflitos por terra na Fazenda São Pedro, ou seja: de 1953 a 1960. Acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B I).

⁵⁰² Entrevista de Sr. Damião, concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018.

⁵⁰³ Entrevista de Sr. Zézinho, concedida a Sheila Copello em 27/03/1983. Como se trata de uma entrevista registrada em anotações manuscritas, não em áudio, o texto foi passado por uma leve adaptação, para melhor compreensão.

⁵⁰⁴ Entrevista de Sr. Zézinho, concedida a Sheila Copello em 27/03/1983.

legalizar-se perante as repartições fiscais, tampouco de terem acesso aos estabelecimentos de crédito, por ocuparem terras cuja propriedade não está definida⁵⁰⁵.

O documento prossegue explicando que os atos que declararam de utilidade pública as glebas ocupadas por esses lavradores não foram executados e, em alguns casos, o processo expropriatório sequer teve prosseguimento. Em consequência disso, “existe (...) um clima de tensão permanente entre os lavradores dessas áreas, o que reduz, de sobremaneira, a sua capacidade laborativa, com prejuízo manifesto para a produção agrícola”⁵⁰⁶. Entre as glebas que se encontram nessa situação, o documento cita a Fazenda Tenente Pacheco, Fazenda São Pedro e Fazenda Pedra Lisa⁵⁰⁷. Por fim, Acácio pede para o secretário que seja executado o plano de colonização nessas áreas, previsto desde fins da década de 1950, voltados para os lavradores que por lá vivem exclusivamente do trabalho agrícola.

Cabe destacar que Acácio, quatro anos antes, havia sido dirigente interventor na Federação de Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos, que viria a se tornar a FETAG-RJ em 1965 e integrava o bloco político dos Círculos Operários Católicos, quando esse grupo, através da intervenção sindical, substituiu os comunistas que dirigiam a federação antes de abril de 1964. É importante notar que esses dirigentes da FETAG também tinham identificação com os problemas dos lavradores. Como explicado anteriormente, a própria atuação dos interventores e de membros dos Círculos Operários atrairia os olhos das autoridades do então regime ditatorial. A esse respeito, Ribeiro afirma:

Na medida em que adquiriram a confiança dos trabalhadores e começaram a defender de forma mais veemente suas reivindicações, esses novos dirigentes ligados ao padre [Carvalho] também passaram a ser malvistas pelo governo. José Agostinho relatou que, a partir de 1968, todos eles eram considerados elementos ameaçadores do regime. “Menos perigosos do que os que estavam fugidos. Mas também nossos passos eram controlados rigorosamente. Então, em 1968, quando veio o AI-5, eu e o Acácio fomos presos como comunistas”. Após dois meses de reclusão, foram soltos – segundo ele – a pedido do ministro do Trabalho. “Como nós somos comunistas se eu sou recebido pelo ministro Jarbas Passarinho?” (RIBEIRO, 2019, p. 45).

De toda maneira, a FETAG-RJ tinha como preocupação a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais não só em relação à falta de acesso a recursos de crédito agrícola em decorrência da indefinição da situação da propriedade da terra, mas a todo um esfacelamento de infraestrutura básica que atendia essas populações – o que, por sua vez, favorecia uma nova onda de pressões de grileiros. Ao longo da década de 1970, conforme apontado por Medeiros (2014), a CONTAG e suas federações filiadas, como a FETAG-RJ, passou a adotar uma linha de valorização da legislação agrária e trabalhista, bem como atividades de formação de dirigentes. Nessa década, foram realizados diversos estudos sobre a realidade agrária e sindical

⁵⁰⁵ NMSPP/FETAG/RJ - 1964-1989\FETAG\FETAG - CAIXA 16\Ofícios da Federação P/ Secretario Estadual do Trabalho - 1968 (Pasta I).

⁵⁰⁶ NMSPP/FETAG/RJ - 1964-1989\FETAG\FETAG - CAIXA 16\Ofícios da Federação P/ Secretario Estadual do Trabalho - 1968 (Pasta I).

⁵⁰⁷ A cada uma dessas glebas, nesse documento, é indicado um decreto desapropriatório. O decreto desapropriatório referido à Fazenda Tenente Pacheco é o mesmo que o Atlas Fundiário (SEAF, 1991) cita ao se referir ao Assentamento Normandia. Já as glebas “Fazenda São Pedro” e “Fazenda Pedra Lisa”, esse ofício da FETAG coloca em ambas fazendas dois decretos como referência, que foram os decretos de desapropriação da Fazenda São Pedro em 1960 (decretos 6.896 de 13/01/1960 e 7.214 de 02/12/1960).

em diversos estados, no sentido de valorizar a memória e o autoconhecimento dessas entidades e ao contexto em que elas atuavam. Diversos pedidos de desapropriação foram encaminhados ao governo federal nessa década pela CONTAG. “A cada conflito que tomava conhecimento, a CONTAG solicitava ao sindicato local um relatório que, por sua vez, servia de subsídio para o encaminhamento do pedido de desapropriação da área” (*Ibidem*, p. 212).

Em meio a esse contexto, de elaboração de diversos estudos da realidade sócio sindical em diversas federações associadas, a FETAG-RJ elaborou um manifesto em dezembro de 1979, onde descreve um processo de apropriações de glebas na Fazenda Tenente Pacheco ao longo dos anos de 1970, com o protagonismo de um vereador de Nova Iguaçu. Em seguida, o manifesto descreve problemas de infraestrutura:

As perseguições aos trabalhadores rurais, e o não respeito aos dizeres da lei, mostram que ela foi inoperante e que o INCRA nada fez pelos lavradores; que os poderes públicos, municipal, estadual e federal não deram condições de melhoria aos que permaneceram nas áreas lutando contra grileiros, péssimas condições de estradas, a falta de escolas, iluminação elétrica, transporte e, em vez de melhorar este setor, em 1965 – o Governo Federal retirou da área de Jaceruba, Santo Antônio, Rio D’Ouro, Adrianópolis, Iguaçu Velho, Marambaia e Tinguá a Estrada de ferro, dificultando ainda mais a vida dos companheiros⁵⁰⁸.

Conforme discutimos no tópico 4.1, o decreto de desapropriação para fins de colonização agrícola das fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira (Decreto número 6.081, publicado em 23/06/1958, no DOERJ) teve seu artigo 1º revogado “na parte em que declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terras da ‘Fazenda Limeira’”, por se tratar de terras da União (Decreto número 6.175 de 13 de agosto de 1958). Passados 15 anos, em meio ao abandono da implementação de políticas públicas para fins de colonização agrícola na região, a revogação desse decreto abriu margens para uma dificuldade ainda maior para legitimação das posses na área⁵⁰⁹. Em 1973, um trabalhador rural encaminhou um abaixo-assinado ao INCRA, subscrito por diversos lavradores das fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, “no sentido de serem legitimadas as posses de várias famílias ocupantes da área. A resposta da coordenadoria (...) informa serem aquelas terras pertencentes ao estado, consequentemente sob jurisdição do Serviço de Patrimônio do Estado”⁵¹⁰.

⁵⁰⁸ Manifesto ao Povo - Exigimos Reforma Agrária (02/12/1979), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e da Fetag/RJ. (NMSPP/Sr SC.frj.crm Pasta III).

⁵⁰⁹ Esse vácuo jurídico que os lavradores viveram, sem continuidade da execução do Plano Agrário nas regiões desapropriadas, facilitou a emergência de novos conflitos por terra na região ao longo da década de 1970 e 1980. Nesse sentido, o Plano Piloto de Ação Agrária do governo Roberto Silveira (1959 – 1961), por mais que tenha tido continuidade nos dois governos que o sucederam (Celso Peçanha e Badger Silveira) foi abandonado com mais facilidade do que uma política de Estado e deixou de ser objeto de disputa política nas décadas seguintes. Já no início da década de 1980, especificamente no dia 30 de abril de 1981, o ex-governador Celso Peçanha, na condição de deputado federal do PMDB, sobe à tribuna em Brasília para denunciar a persistência, no estado do Rio de Janeiro, da “ameaça de expulsão de colonos e suas respectivas famílias, depois de haverem trabalhado a terra por muitos anos”. O deputado questionava a não continuidade do Plano de Ação Agrária, por parte dos governos estaduais pós-64 nas áreas que foram desapropriadas anteriormente, citando, entre outras, a Fazenda São Pedro, Tenente Pacheco em Nova Iguaçu e São Lourenço em Duque de Caxias. Conforme Celso Peçanha, trata-se de glebas desapropriadas pelo governo estadual na virada dos anos de 1950 para 1960, mas os lavradores, no início dos anos de 1980, estavam recorrendo ao INCRA, órgão federal (NMSPP/FETAG/RJ - 1964-1989\FETAG\FETAG - CAIXA 16\ Disc. do Dep. Celso Peçanha Legião de Homens Sem Terra no Estado do Rio -1981 [Pasta I]).

⁵¹⁰ Ofício nº AJ/220/1977 da Fetag/RJ ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra, Omair Denys Cattete. (NMSPP/Sr SC.frj.crm Pasta III).

O problema exposto pela FETAG-RJ se estendeu por muitas décadas, manifestando-se de maneiras diferentes, tanto na Fazenda São Pedro quanto na Fazenda Tenente Pacheco (respectivamente, os atuais assentamentos Fazenda São Pedro e Fazenda Normandia). Segundo o servidor do ITERJ que nos concedeu entrevistas no trabalho de campo, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo Instituto, até hoje, é a demarcação dos limites territoriais do assentamento Fazenda São Pedro.

Quanto ao Assentamento Fazenda Normandia, segundo o Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro, embora a desapropriação da Fazenda Tenente Pacheco (que corresponde a área do atual assentamento) tenha ocorrido em 1960, somente em 1961 ocorreu a imissão de posse em Acórdão publicado em 1964. “As famílias lá existentes permaneceram sem acompanhamento por parte do poder público até 1986, quando a SEAF, passou a incluir o Assentamento como integrante de seu campo de atuação” (SEAF, 1991, p.129). Em outubro de 1990, a SEAF, através da Superintendência de Assentamentos Rurais (SAR) entregou o Termo de permissão de uso, “assegurando assim a permanência das famílias na terra” (*Ibidem*).

7.2 – A retomada das Mobilizações por Terra em Nova Iguaçu na Década de 1980

Em fins da década de 1970, o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) foi montado em Xerém, Duque de Caxias, por líderes do movimento camponês do período anterior ao golpe de 1964, entre eles, Francisco Silva, Laerte Bastos e Joaquim Antônio, este último, ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e que seria a figura mais proeminente do movimento. Já nos três primeiros anos da década de 1980, a entidade “teria realizado uma série de movimentos na região que se estende de Capivari até a Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias. Sete ou oito áreas contíguas foram ocupadas nessa microrregião, os mesmos locais que constituíram objeto de disputas no período pré-64” (ERNANDEZ, 2010, p. 209). Entre essas áreas, figuravam Morro Grande, Penha Caixão e Capivari, todas terras desapropriadas por decretos dos governos Roberto Silveira/Celso Peçanha e João Goulart, entre os anos de 1959 e 1964 (NOVICKI, 1992). Isso se dava ao mesmo tempo em que o governo Figueiredo (1979-1985) atuava no estado do Rio de Janeiro por meio de uma “reforma agrária localizada”, em áreas cujos conflitos vinham sendo sistematicamente denunciados desde 1972, através de três projetos de assentamento e colonização: “Projeto de Assentamento Campos Novos, Cabo Frio (09.03.83); Projeto de Assentamento e Colonização São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu (22.01.81); Fazenda Barra Grande, Parati (04.10.83) e Fazenda Taquari, Parati (04.10.83)” (NOVICKI, 1992, p. 39).

A relação entre os movimentos sociais do campo e o governo estadual, na época Chagas Freitas (1979-1982), era basicamente mediada por meio do aparato repressivo. Entretanto, após duas grandes mobilizações em frente à sede do INCRA, contando com a maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais, FETAG, CONTAG e CPT, a pressão sobre o governo estadual, ao que tudo indica, o levou a sancionar a lei estadual de discriminação de terras devolutas em 1981⁵¹¹, que adaptava a legislação federal vigente. “Todavia, essa lei, que delegava competência à Secretaria de Agricultura para a instauração de procedimento discriminatório, somente foi regulamentada no ano seguinte, quando se realizaram, após vinte anos, as primeiras eleições estaduais para governador” (NOVICKI, 1992, p. 38). O candidato vitorioso do pleito, Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), contribuiria, em seu mandato, para um impulso aos movimentos sociais do campo por meio de formas institucionais de apoio. Apesar de não ter priorizado a pauta da questão fundiária em sua campanha eleitoral, havia uma espécie de apoio às “propostas implícitas”, ligadas à figura de Brizola, tendo como referência seu

⁵¹¹ O objetivo era identificar irregularidades em imóveis rurais, no que diz respeito à legitimidade do título, para serem encaminhadas à Procuradoria Geral do Estado, a fim de tomar medidas cabíveis. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3AWCC208354>

passado como governador do Rio Grande do Sul (1959-1962) e como deputado federal mais votado no estado da Guanabara (1963-1964).

Na visão de Novicki (1992), foi realizada, logo no início do governo, uma coalizão com a classe dominante rural “para viabilizar seus objetivos ou tornar seus interesses passíveis de tratamento político” (*Ibidem*, p. 83), buscando realizar uma aliança com o PMDB “de maioria chaguista”, com vistas a obter maioria na Assembleia Legislativa. Dessa aliança, resultou a nomeação em 1983 do médico Elias Camilo Jorge, indicado pelo PMDB, para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agropecuário e o usineiro pedetista Pereira Pinto para a Secretaria de Agricultura. “Esta coalizão reproduzia a sólida aliança entre o Estado e a classe dominante rural brasileira que, para viabilizar seus objetivos ou tornar seus interesses passíveis de tratamento político, deve estar materializada (...) na armação institucional do Estado” (*Ibidem*).

Por outro lado, o novo governo abriu espaço e se aproximou de antigas lideranças populares do movimento camponês, com a incorporação de alguns deles ao aparato de Estado. Esse foi o caso de Laerte Bastos e Bráulio Rodrigues. Bráulio já estava articulado com a CPT, tendo participado da ocupação de Campo Alegre e em outras lutas urbanas na região. Laerte Bastos compôs o NAF, posteriormente, filiou-se ao PDT, no final da década de 1980, foi vice-prefeito de Nova Iguaçu e, posteriormente, no começo da década de 1990, ficou como suplente a Deputado Federal pela mesma legenda, para depois assumir o cargo⁵¹². Bráulio, embora não tivesse se filiado ao PDT, foi convidado e chegou a trabalhar na SEAF durante o governo Brizola⁵¹³. Isso indica que não é difícil supor grande permeabilidade desse governo aos movimentos sociais do campo nesse período. O importante de se compreender é como, nesse novo governo, abre-se um cenário mais favorável aos movimentos de luta pela terra.

Assim como já havia feito no Rio Grande do Sul, quando esteve à frente do governo no período pré-64, no Rio de Janeiro, por meio da Procuradoria do Estado e da SEAF, Brizola mobilizou o aparato policial para proteger os ocupantes de terras, enviou alimentos para os acampamentos e tomou providências jurídicas para a desapropriação das áreas ocupadas na Baixada Fluminense. Portanto, ainda que não fosse diretamente responsável pelas ocupações, ao fornecer os meios necessários para a permanência dos grupos de acampados nas áreas ocupadas, ele criou condições sociais para a retomada dos movimentos, ou em outras palavras, deu novo impulso aos mesmos (ERNANDEZ, 2010, p. 215).

Novicki (1992) explica de maneira detalhada esse processo, especialmente no que diz respeito às inovações institucionais que deram respaldo a esse impulso. Um elemento importante foi a criação em maio de 1983, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agropecuário, do Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários, com o objetivo de “definir diretrizes de política fundiária para o Estado e propor meios e instrumentos de ação do Governo do Estado no setor, não só em caráter permanente como nos casos de emergência, formulando inclusive sugestões concretas” (ERJ *apud* NOVICKI, 1992, p. 74). Esse Grupo de Trabalho contou como membro o agrônomo Irênio de Matos, que havia sido executor do Plano Piloto de Ação Agrária do governo de Roberto Silveira e Celso Peçanha, entre 1959 e 1962.

Outro aparato institucional criado foi a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), em novembro de 1983, para tratar das lutas pela terra e evitar uma disputa de órgãos públicos estaduais pela competência de atuarem na condução e solução dos conflitos fundiários. A CAF

⁵¹² Entrevista de Laerte Bastos ao projeto *Memórias* do ITERJ, concedida em 2014; BASTOS, Laerte. Verbetes biográficos CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/laerte-resende-bastos>

⁵¹³ Entrevista de Bráulio Rodrigues ao projeto *Memórias* do ITERJ, concedida em 2014.

é tinha por objetivos “arrecadar as terras devolutas estaduais, legitimar as posses existentes na área discriminada, assentar trabalhadores rurais nas terras arrecadadas e manter famílias nas terras, quer as que se destinassem para a moradia, quer as que se voltassem para atividade produtiva” (NOVICKI, 1992, p. 91). Já em 1985, no contexto de transição da ditadura empresarial-militar para a Nova República e de competição institucional política entre o governo estadual e federal, gerada pela repolitização da questão agrária, “o governo estadual conseguiu maior visibilidade política pois, através da Secretaria Executiva da CAF, atuou em 51 ‘conflitos urbanos, mistos e rurais’ iniciados em 1985” (*Ibidem*, p. 118), até o ano de 1987. Os órgãos estaduais criados para atuarem sobre assuntos relacionados aos conflitos por terra atuavam inclusive nas áreas sob jurisdição do INCRA⁵¹⁴.

Nesse contexto, cresciam, em 1986, discussões dentro do governo estadual sobre a criação de órgão de terras, optando o governador por autorizar a criação de uma nova secretaria, não de um instituto de terras, devido ao curto período de tempo que ainda restava àquele governo, em fins de mandato. Dessa maneira, foi criada, em maio de 1986, apenas dez meses antes do fim do governo Brizola, a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais (SEAF), para providenciar assentamentos urbanos e rurais, atuar sobre regularização fundiária e realizar medidas judiciais para promover soluções para conflitos fundiários⁵¹⁵. A criação da SEAF, conforme Novicki (1992, p. 112), está relacionada com a “politização da questão agrária e da competição política por ela gerada (...) entre os governos federais e estaduais”, já no período de transição da ditadura para a Nova República, durante o governo de José Sarney.

Após o Rio de Janeiro enviar sua primeira proposta para Brasília, o estado foi considerado prioritário para a execução da reforma agrária. As desapropriações que ocorreram por meio do Programa Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro (PRRA/RJ) “não visaram punir o uso indevido da terra (função social) ou alterar a distribuição dos imóveis por estrato de área, mas dirimir antigos conflitos ou aqueles gerados recentemente pelos movimentos de ocupação de terras” (*Ibidem*, p. 116)⁵¹⁶. Os resultados do PRRA foram abaixo do esperado (assim como em outros estados), tendo atingido “apenas 2,16% da área e 7% dos assentamentos estabelecidos como meta para 1986, ou 0,12% dos potenciais beneficiários da Reforma Agrária” (*Ibidem*, p. 117)⁵¹⁷. Estava estabelecido, portanto, um cenário de

⁵¹⁴ Segundo Novicki (1992, p. 118), “dentro de suas limitações constitucionais, o Governo Brizola também atuava nas áreas conflagradas sob jurisdição do INCRA ou em disputa com o órgão federal de terras. No caso de Campos Novos, por exemplo, já desapropriada pelo governo federal, ‘os conflitos se acirrando, quem fazia reunião com a comunidade, ia à delegacia de Cabo Frio, colocava a polícia para intimidar os grileiros, éramos nós do governo estadual’. Na Fazenda Boa Esperança (Mutirão Guandu), após dez dias acampados em frente à sede do INCRA e sem respostas, foi solicitada a intermediação do governo estadual, através da CAF, o que levou a um acordo com os proprietários da fazenda, permitindo que os ocupantes se instalassem numa pequena área até que o INCRA encontrasse uma solução definitiva. Na Fazenda Barreiros (Mutirão Vitória da União [Nova Iguaçu]), ‘houve um tumulto na disputa entre o Governo Brizola e o INCRA que saiu do trabalho de cadastramento e seleção, e o governo estadual passou a encaminhar a desapropriação’”.

⁵¹⁵ Além disso, suas competências eram também de “estimular a utilização racional e produtiva das pequenas e médias propriedades (...), apoiar o desenvolvimento, implantação e funcionamento de cooperativas (...); promover e apoiar a comercialização dos produtos finais” (ERJ *apud* NOVICKI, 1992, p. 121).

⁵¹⁶ Segundo Novicki, “o principal critério de seleção de famílias a serem assentadas foi “ancianidade da ocupação (...) e a participação na ocupação de terra, ou seja, os mesmos ‘critérios’ adotados pelo governo estadual. Isso pode ser exemplificado com o caso da Fazenda Boa Esperança, ocupada por famílias de perfil urbano que foram assentadas pelo INCRA” (NOVICKI, 1991, p. 116).

⁵¹⁷ Nesse contexto, cabe destacar o seguinte: “no Rio de Janeiro, face à morosidade na implementação do PRRA, ocorreu uma série de mobilizações: a) na Fazenda Pedra Lisa a primeira Romaria da Terra, de cunho religioso, social e político (...) b) cem trabalhadores rurais ocupam a Fazenda São José da Boa Morte, desapropriada em 1981 pelo INCRA, ‘cansados de esperar pela reforma agrária’ e c) invasão de 31 lotes do PIC Aldeia Velha (Silva Jardim) por comerciantes locais, em detrimento das famílias selecionadas que aguardavam o assentamento com Autorização Provisória de Ocupação” (NOVICKI, 1992, p. 117).

“competição política que provocou e foi estabelecida pelo Governo Brizola, não só com o governo federal, mas também com outros governadores estaduais - potenciais candidatos à sucessão presidencial” (*Ibidem*).

Nesse contexto, o governo Brizola buscou criar justificativas legais para decretar determinado imóvel como utilidade pública. Apesar da impossibilidade de um ente federado desapropriar imóveis para fins de reforma agrária, “o governo decretou a desapropriação de sete imóveis cuja destinação era exclusivamente agrícola e de três áreas que foram objeto da ação dos movimentos de ocupação de terras para ‘trabalho’ – ‘desapropriação por utilidade pública para fins de reforma agrária’” (NOVICKI, 1992, p. 133). Em entrevista concedida para Novicki, um assessor do governo explica como se davam esses malabarismos jurídicos:

Nós não tínhamos base legal para desapropriar nas áreas rurais. Então nós fizemos basicamente duas coisas: uma delas é que a gente desapropriava em área rural por Utilidade Pública para criação de centros urbanos (o que era ridículo, porque criar um centro de população presume-se um conjunto habitacional etc.). Lá para frente desapropriamos por Utilidade Pública para criação de fazendas experimentais, o que era uma ficção jurídica porque criar uma fazenda experimental não é meter cinquenta famílias numa área e botar o cara plantando o que ele podia plantar, quer dizer, com assistência técnica sim, mas aquilo que eles achavam que podiam plantar...não tinha nada de experimental naquele negócio de fazenda experimental. Com o tempo a gente parou de usar a justificativa da criação de centros urbanos na área rural, usamos mais na área urbana, ficando a questão da criação de fazendas experimentais para as desapropriações rurais. Mas a gente não tinha medo, a gente entrava com o decreto, era como um jogo, você jogava torcendo para que o juiz não criasse problemas. E só um realmente criou, então, ou a gente jogava ou não desapropriava (Entrevista com assessor do aparato fundiário, *apud*, NOVICKI, 1992, p. 133).

Outro fator relevante para a retomada dos movimentos sociais do campo no estado do Rio de Janeiro e, em particular, na Baixada Fluminense, foi o apoio de setores progressistas da Igreja Católica aos movimentos populares, opositores ao regime ditatorial. O encontro entre elementos do cristianismo da libertação com movimentos de luta pela terra da Baixada Fluminense teve um papel importante nesse período.

Lideranças perseguidas anteriormente voltariam a se inserir nas lutas pela terra na região. A Diocese de Nova Iguaçu, sob liderança de Dom Adriano Hypólito a partir de 1966, é responsável por aglutinar tais elementos. Com apenas 48 anos de idade, Dom Adriano Hypólito assumiu, ainda jovem, o cargo em uma Diocese⁵¹⁸. Fundada em 1960, a Diocese de Nova

⁵¹⁸ Nascido em São Cristóvão, Sergipe, em 1918, realizou toda sua educação básica como franciscano, cursou filosofia no convento de Olinda, Pernambuco e teologia no Convento São Francisco em Salvador, Bahia. Com 24 anos de idade, Frei Adriano é ordenado padre em Salvador, ocupando diversos cargos na ordem franciscana. “Na entrevista publicada no *Boletim Diocesano*, em 1982, ao apresentar sua trajetória, D. Adriano diz que em 1948, seus superiores o enviaram para Portugal (...). De volta ao Brasil em 1951, retornou às antigas ocupações no Colégio Seráfico. Ao mesmo tempo exerceu funções na ordem franciscana: de 1952 a 1958 foi mestre dos clérigos e redator da revista Mensageiro da Fé. Em 1961, é reeleito como mestre dos clérigos. Nesse mesmo ano é transferido para o Convento de São Francisco, na Bahia, onde foi diretor espiritual do Seminário Central da Arquidiocese de Salvador. Em 1962 foi nomeado vigário-geral da Província Franciscana da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo. Ainda no mesmo ano, o Papa João XXIII o indicou para bispo auxiliar do Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva (...), Arcebispo de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil. Aos 45 anos, foi ordenado

Iguaçu, abrangeu, durante vinte anos, os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi e o distrito de Conrado, pertencente ao município de Miguel Pereira. Em 1980 seu território foi reduzido por conta da criação das dioceses de Itaguaí e Duque de Caxias⁵¹⁹ (SERAFIM, 2013). Dom Adriano governou a Diocese durante anos de mudanças dentro da própria Igreja Católica, com o Concílio Vaticano II (1962-65), abrindo uma fase de “reconciliação” da Igreja com a modernidade (LÖWY, 2000) e, posteriormente as conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), com a “opção preferencial pelos pobres” (*Ibidem*)⁵²⁰. Segundo o bispo, “numa área complexa como a Baixada Fluminense, ‘não se exige apenas a aplicação normal do Concílio: a renovação, o *aggiornamento*’⁵²¹ deve ser imediato e rápido, urgente e agressivo” (HYPÓLITO, *apud* SERAFIM, 2013, p. 67). Dessa forma, a partir de 1966, Dom Adriano trouxe pautas políticas para a Diocese, assim como começou a abrigar antigas lideranças.

De acordo com Natacha, que atuava na CPT na época, “havia por parte de Dom Adriano um investimento muito forte mesmo nessa questão de articulação do Movimento Amigos do Bairro (MAB), que se tornou uma grande referência de articulação das associações de moradores”⁵²², assim como organizava a Comissão de Justiça e Paz e o Centro de Formação de Líderes, que traziam respaldo para as lutas. Além disso, a Diocese acolhia lideranças do pré-64 e perseguidos políticos:

Então essas pessoas (lideranças do pré-64) são grandes aliados desse projeto, seja Laerte, seja Bráulio, seja a Azuleika⁵²³, tem muitos outros, que são as pessoas que estão aqui nesse período. (...) A Comissão de Justiça e Paz era onde centralizava toda a ação política da Diocese no conjunto da região aqui da Baixada. Aí eu acho que essas pessoas estavam engajadíssimas nesses projetos que é o rosto de uma Igreja para fora. (...) Elas se sentem referendadas e se identificam e aqui, esse centro de formação, ele é criado com a proposta de capacitar e formar lideranças e ele é o grande referencial de acolher refugiados, aqui tinha muitas pessoas de 64 que foram refugiadas aqui. E era qualquer pessoa, não precisava ser católico para entrar aqui, tava refugiado? Tava perseguido? Tava marcado para morrer? Era acolhido aqui e escondido aqui no subsolo (Entrevista de Natacha, agente pastoral, concedida a Gabriel Bastos em 11/11/2015).

Evidentemente, o apoio prestado pela Diocese de Nova Iguaçu aos movimentos populares locais nesse período, assim como o governo de Leonel Brizola entre 1983 e 1987,

bispo (em fevereiro de 1963), tendo participado como delegado do Concílio Vaticano II, nas sessões de 1963, 1964 e 1965.10 (SERAFIM, 2013, p. 12)”.

⁵¹⁹ Quando criadas, ambas Dioceses incorporaram territórios que eram áreas de abrangência da então Diocese de Nova Iguaçu: A Diocese de Itaguaí, além de abranger o município sede, abrangeu também o município de Mangaratiba, enquanto a Diocese de Duque de Caxias, quando fundada, incorporou o município de São João de Meriti em sua área de abrangência (SERAFIM, 2013).

⁵²⁰ De acordo com Michael Löwy, a gênese do cristianismo da libertação na América Latina neste período pode ser explicada por uma convergência de três fatores: mudanças internas da Igreja com o pontificado de João XXIII (1958-1963) e o Concílio Vaticano II, a partir dos anos de 1950; a crescente hegemonia do capital multinacional no continente e a industrialização, que intensificou a migração do campo para a cidade, concentrando por lá uma nova classe trabalhadora. Ademais, a revolução Cubana em 1959 abriu uma nova perspectiva de lutas sociais para a América Latina. “De uma maneira simbólica, poderíamos dizer que a corrente cristã radical nasceu em janeiro de 1959, no momento em que Fidel Castro, Che Guevara e seus camaradas entraram marchando em Havana, enquanto que, em Roma, João XXIII publicava a primeira convocação do Concílio” (LÖWY, 2000, p. 70).

⁵²¹ Termo em italiano, bastante utilizado no contexto do Concílio Vaticano II, que significa “atualização”.

⁵²² Entrevista de Natacha concedida a Gabriel Bastos em 11/11/de 2015.

⁵²³ Azuleika Sampaio Rodrigues também atuava na Comissão Diocesana de Justiça e Paz nesse período.

foram elementos fundamentais para a retomada das mobilizações, mas não os únicos. Além de se tratar de um período de reabertura política, onde antigas lideranças encontravam espaço nos debates promovidos pela Diocese, não podemos deixar de relevar a importância das associações de bairro, onde muitas vezes era possível a reinserção política dessas lideranças. Conforme vimos anteriormente, as associações de bairro se mobilizavam em torno de demandas de moradia de caráter urbano. Entretanto, ocupações com feições também rurais, tais como Campo Alegre e Nova Aurora, que contaram com o protagonismo dessas entidades. As ocupações de terra na Baixada, na década de 1980, respondiam, portanto, a um “conjunto mais amplo de movimentos sociais que reivindicavam direitos diversos, tais como saneamento básico, educação, moradia e saúde” (ERNANDEZ, 2010, p. 209).

Isso possibilitava a reinserção de antigos protagonistas, mencionados anteriormente, tais como Bráulio Rodrigues e Laerte Bastos, ao mesmo tempo em que se consolidavam novas formas e ferramentas de organização, como o MAB em Nova Iguaçu (do qual Bráulio Rodrigues chegou a fazer parte da diretoria⁵²⁴), o Movimento de União de Bairros e Duque de Caxias (MUB) e a Associação de Bairros e Moradores (ABM) em São João de Meriti, em torno da demanda por moradia (ALVES, 2003) e o NAF, em torno da demanda de “ocupações reivindicatórias” para trabalho agrícola (ERNANDEZ, 2010).

Essas entidades também articularam um conjunto de novas associações, que reivindicavam diversas demandas sociais, sobretudo, obtenção de melhores equipamentos urbanos. “Em meados dos anos 80, a federação de Nova Iguaçu agrupava 170 associações, e a de Caxias, 100, revelando uma mobilização popular sem precedente na história da região” (ALVES, 2003, p. 109). Após a experiência de Campo Alegre, em 1985, conforme José Claudio de Souza Alves (2003), essas associações foram capazes de organizar uma passeata até o Palácio da Guanabara, com duas mil pessoas, a fim de cobrar a aplicação de recursos enviados pelo Governo Federal ao estado, destinados ao saneamento básico na Baixada.

Se, por um lado, observamos a persistência de características repressivas aos movimentos camponeses, observamos também, certo *continuum* de formas de luta. As formas de luta que se sucederam carregaram também marcas do passado. Não se trata da emergência de “novos movimentos sociais”, mas de uma “configuração [que] já estava sendo gestada há tempos e que alguns de seus criadores ainda estavam por ali, para regar as sementes plantadas nas trincheiras de duas décadas atrás” (ERNANDEZ, 2010, p. 244).

Detalharemos, a seguir, como se deu a ocupação de Campo Alegre em 1984, considerado um marco da retomada das mobilizações dos movimentos sociais do campo na década de 1980. Em seguida, detalharemos dois conflitos ocorridos na Região de Pedra Lisa, nesse mesmo período.

7.2.1 – Campo Alegre e o impulso de recomposição da luta pela terra

Em 1984, a área de Campo Alegre, que hoje se situa parte em Nova Iguaçu e parte em Queimados, foi ocupada por 600 famílias, gerando grandes repercussões na Baixada Fluminense, em especial por ter aglutinado diversas forças políticas que, desde o final da década de 1970, vinham se reorganizando. “Todos os mutirões nascem do NAF”, conta Laerte Bastos⁵²⁵. O NAF, lado a lado de grupos religiosos, organizou a ocupação Morro Grande (Duque de Caxias) no mesmo ano. Com muitas famílias presentes, os ocupantes excedentes do Morro Grande foram para a ocupação do Parque Estoril (Nova Iguaçu). Paralelamente a isso, movimentos ligados ou próximos à Diocese de Nova Iguaçu, como a CPT, a Comissão de Justiça e Paz e o Movimento Amigos do Bairro (MAB), organizaram, em 1979, o Mutirão Nova

⁵²⁴ Entrevista de Bráulio Rodrigues ao projeto *Memórias* do ITERJ, concedida em 2014.

⁵²⁵ Entrevista de Laerte Bastos concedida a Victor Novicki em 24/07/1990.

Aurora cujas famílias excedentes foram para Campo Alegre o que, por sua vez, possibilitou que algumas famílias fossem para outras ocupações. Conforme Lígia Nonato (2020, p. 76), a ideia da ocupação em formato de Mutirão (...) é fundamentada pela ideia de mobilização coletiva na realização ações que proporcionassem benefícios à coletividade, surgiu como uma das principais formas de resistência, na qual o conjunto de tarefas fundamentais para a manutenção da ocupação, tais como desmatamento, limpeza e aração das terras, construção de moradias, eram feitas de maneira coletiva. No momento em que se formou um número significativo de famílias reunidas no Cruzeiro [onde se iniciaram as ocupações em Campo Alegre], outras glebas começaram a ser ocupadas. Cada uma delas recebia a denominação de “regional”, na qual havia um coordenador e uma comissão de trabalho que formava um novo mutirão.

O perfil das famílias que compunham os mutirões formados nessa época era diverso. Trata-se de um contexto diferente do verificado nas décadas de 1950 e 1960, quando a origem da maioria dos posseiros era rural. Agora, tratava-se de uma população urbana com raízes rurais.

Na década de 1980, irão participar dos conflitos agrários, os filhos dos migrantes que se instalaram na Baixada Fluminense, desde os anos 1940. Com dificuldades de obtenção de trabalho e moradia na região metropolitana do Rio de Janeiro, diversas famílias da Baixada perceberam nos movimentos de ocupação de terras uma oportunidade de retorno aos meios rurais, visando melhores condições de vida (ERNANDEZ, 2010, p. 240).

Natacha, membro da CPT de Nova Iguaçu e militante que participou dos primórdios do Mutirão de Campo Alegre, inserindo-se por meio de sua Comunidade Eclesial de Base (CEB)⁵²⁶, pelo ramo da educação, nos dá mais detalhes sobre o perfil social e político dos ocupantes:

O pessoal do Parque Estoril, eu via uma presença com uma ênfase maior de trabalhador rural. Já Campo Alegre, é um povo que já havia perdido muito essa característica do campo, estava muito acentuada essa parte urbana, mas entre eles tinham essas pessoas mais velhas. (...) O povo que tinha de 50 anos para cima tinha um perfil mais politizado e mais arraigado a essa dimensão de camponês, de inserção da produção, de pensar um lugar para morar e produzir. O pessoal mais velho, seu Generino, a Maria Freire, o Amaro, Paulão, essas pessoas, eles tinham essa referência na área de uma produção agrícola bem acentuada e com uma visão política mais apurada. Os novos têm essa preocupação de estar porque precisa viver, a cidade não dava conta de pagar aluguel,

⁵²⁶ As CEBs, conforme Löwy (2000), são “um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria experiência de vida” (*Ibidem*, p. 82-83). Diante de uma conjuntura de reorganização de movimentos populares de luta pela terra no país, essas formas de sociabilização e mobilização de cunho religioso foram capazes de trazer novos elementos para as ocupações de terra: “A experiência das CEBs, graças a seu forte componente democrático, contribuiu muitas vezes para dar uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou: com raízes no cotidiano do povo e em suas preocupações humildes e concretas, ela encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal” (*Ibidem*, p. 85).

tinha a questão da violência, de ter um lugar mais sossegado para criar os filhos, mas a necessidade muito forte de trabalhar fora, para poder complementar a renda familiar. Isso é muito forte. Coisa que não era muito presente nos mais velhos, porque para eles essa questão de trabalhar todo dia naquela área, de produzir, de botar o saco nas costas e ir pro centro vender, toda semana, de criar um vínculo com a feira central, isso é mais os antigos, os mais velhos. Os mais novos não tinham muito isso (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 11/11/2015).

Campo Alegre era área da antiga Fazenda Mato Grosso⁵²⁷, transformada em loteamento urbano no início da década de 1950 (NOVICKI, 1992) por via da empresa Corretora de Operações Imobiliárias (Coper). Com o fracasso do empreendimento, ao longo da década de 1960, a área começou a ser grilada por criadores de gado. Posteriormente, passou a servir até mesmo para desova de cadáveres de grupos de extermínio (NONATO, 2020).

Conforme Novicki (1992), é nesse cenário que os movimentos de luta pela terra, que estavam emergindo nesse período, decidem realizar a ocupação. De acordo com Bráulio Rodrigues, em Campo Alegre, “quem realmente fez um grande trabalho foi o companheiro Laerte Bastos”⁵²⁸, o que indica possível protagonismo do NAF nessa ocupação, em parceria com todas as outras entidades envolvidas. Inicialmente, as famílias sofreram diversas ameaças de morte e outras formas de violência, com o objetivo de intimidá-las, tais como a soltura de gado nas plantações, destruição e queima de casas (NOVICKI, 1992).

Foi realizado, inicialmente, um mutirão, “onde um conjunto de tarefas indispensáveis como desmatamento, limpeza e aração, construção de moradias, cozinha, vigilância, etc., passaram a ser realizadas coletivamente” (*Ibidem*, p. 105) como principal estratégia de resistência às investidas de grileiros após os momentos iniciais da ocupação a fim de viabilizar e se consolidar. Após esse primeiro momento, quando foi “verificada a impossibilidade de ocuparem a totalidade da área e, ao mesmo tempo, enfrentarem a violência dos grileiros, os ocupantes concentraram as suas forças e investiram contra um adversário de cada vez. Assim, a ocupação foi progredindo por etapas” (*Ibidem*, p. 105).

Após divulgar que haveria um mutirão em Campo Alegre, os organizadores da ocupação levavam os interessados para Vila Americana, uma área próxima. “Nesta localidade, as famílias foram cadastradas e, pouco a pouco, enviadas para o Cruzeiro, região (...) onde foi feita a primeira ocupação e montado o acampamento de base” (ERNANDEZ, 2010, p. 197). Ao todo, tratava-se de cerca de seis mil ocupantes (*Ibidem*). Uma vez no Cruzeiro, aguardavam a chegada de novas famílias, até que, uma vez reunido um número suficiente de pessoas, uma nova gleba, chamada de regional de Campo Alegre, era ocupada, em uma lógica de que cada regional vai se constituindo a partir da ocupação como um todo. Cada regional contava com um coordenador e comissões de trabalho para diversos fins. Um aspecto organizacional que nos chama atenção aqui é o lugar de origem dessas comissões: “na organização dos conventos, já teriam sido as freiras ligadas às CEBs e à CPT as que mais teriam auxiliado no processo de organização interna” (ERNANDEZ, 2010, p. 197).

Conforme Novicki (1992), após o período inicial de ameaças de grileiros contra as famílias que ocupavam, houve uma mudança na postura da Polícia Militar, que passou a atenuar os conflitos com os grileiros e garantir a segurança das famílias. Questionado se houve resistência por parte dos pretensos proprietários em Campo Alegre, contra o movimento de ocupação reivindicatória, Laerte Bastos diz que “Não, não houve resistência não. A polícia

⁵²⁷ Não confundir com a Fazenda Mato Grosso, que se situava em Duque de Caxias.

⁵²⁸ Entrevista de Bráulio Rodrigues ao projeto *Memórias* do ITERJ, concedida em 2014.

querendo, mas sabiam por bem, e não se meteram. Mas foram lá, carros de polícia a coisa toda, mas não se ‘meteram’ conosco”⁵²⁹.

Importante ressaltar que, nesse período, o governador do estado era Leonel Brizola, que, conforme explicado anteriormente, assumiu uma postura de não usar a violência estatal diante dos conflitos por terra. Nesse contexto, membros da CAF “reuniram-se logo após a ocupação com uma comissão de lavradores, quando então prometeu-se solucionar o caso de Campo Alegre através de umas das seguintes alternativas: manutenção da área ocupada, assentamento em Italva ou em outra terra do Estado” (NOVICKI, 1992, p. 103). A ligação, e até mesmo certo apoio, do governo de Leonel Brizola com o mutirão Campo Alegre é rememorada da seguinte maneira: “ele cedia, mas cedia para não se envolver muito. Quando ocupava, ele consolidava. Mas dizer ‘vão ocupar essa terra’, ele não gostava. As pessoas ocupavam, tomavam e, se fosse pública, desapropriava, conforme Campo Alegre”⁵³⁰.

Posteriormente, em junho de 1984, as famílias acampadas em Campo Alegre realizaram uma passeata da Central do Brasil até o Palácio da Guanabara, a fim de levar reivindicações ao governador, que envolviam o desarmamento dos pretensos proprietários e o acionamento de algum dispositivo legal que pudesse lhes garantir a posse e uso da terra. “À noite, Brizola foi ao encontro das famílias e, após longo discurso, assinou decreto de desapropriação em cima de uma batata⁵³¹. (...) O governo estadual recorreu a um Decreto-Lei federal para declarar Campo Alegre como uma área de Utilidade Pública para fins de desapropriação” (NOVICKI, 1992, p. 104).

A ocupação de Campo Alegre, conforme discutido por Marcelo Hernandez (2010), foi um evento catalizador de outras iniciativas, formando uma nova geração de líderes, produzindo, uma série de outros mutirões, exercendo uma inflexão na conjuntura das mobilizações sociais pela terra na Baixada Fluminense, especialmente em Nova Iguaçu. Analisaremos, a seguir, duas mobilizações que ocorreram especificamente na Região de Pedra Lisa.

7.2.2 – Fazenda Tenente Pacheco (Assentamento Fazenda Normandia) e arredores: novas reivindicações por terra, antigos atores

Conforme exposto no tópico 4.2, uma gleba atribuída à Companhia Fazendas Reunidas Normandia, com promessa de venda a Germano Leal dos Santos e sessão de transferência desse direito a Antônio Rocha Pacheco, o “tenente Pacheco”, foi desapropriada em 1960 pelo governador Roberto Silveira, para fins de colonização agrícola, através do Decreto N° 7.206, publicado em 25/11/1960, no DOERJ. Nos anos seguintes, essa área desapropriada passou ser conhecida como “Fazenda Tenente Pacheco” ou “Boa Esperança”⁵³², segundo diversos

⁵²⁹ Entrevista de Laerte Bastos concedida ao Projeto *Memórias* do ITERJ, em 2014.

⁵³⁰ Entrevista de Bráulio Rodrigues ao projeto *Memórias* do ITERJ, concedida em 2014.

⁵³¹ Conforme reportagem do *Jornal do Brasil* (21/06/1984, p. 5), tratava-se de uma batata doce de sete quilos, trazida por um lavrador, Brasilino José dos Santos, “que ele colheu da terra que ocupa desde janeiro e que mais tarde seria oferecida ao Governador”. Brizola assinava o decreto em cima do fruto daquela terra, em ato simbólico e propagandístico.

⁵³² Não confundir com o Assentamento Boa Esperança, criado em 1986 via decreto federal, primeiro Projeto de Assentamento criado no estado do Rio de Janeiro na Nova República. Este é uma terra contígua ao Assentamento Normandia (que, na virada dos anos de 1960 para 1970 era chamado de “Fazenda Tenente Pacheco” ou “Fazenda Boa Esperança”). As terras de ambos assentamentos passaram por um processo de disputa com a Cia. Fazendas Reunidas Normandia, que dispunha de uma grande fazenda – que foi sendo desmembrada para seus compradores, como Tenente Pacheco, por exemplo – intitulada de “Boa Esperança”. Em ofício da FETAG de 8 de fevereiro de 1968, a “Fazenda Tenente Pacheco” é apontada como equivalente de “Boa Esperança”. Entretanto, o decreto de desapropriação mencionado por esse documento da FETAG (decreto 7.206 publicado em 25/11/1960 no DOERJ) é o mesmo decreto mencionado pelo Atlas Fundiário a respeito da área que corresponde ao atual Assentamento Fazenda Normandia. Além disso, o Atlas Fundiário menciona que o Assentamento Normandia era a fazenda controlada por Tenente Pacheco. Portanto, compreendemos que, antes da criação do Assentamento Boa Esperança

relatórios da FETAG. Já nas décadas seguintes, essa mesma área passou a ser reconhecida como Assentamento Fazenda Normandia, sob responsabilidade da SEAF e do ITERJ (SEAF, 1991). A Fazenda Tenente Pacheco tornou-se, em meados dos anos 1970, foco de novos conflitos envolvendo antigos atores.

Segundo vários depoimentos, a partir de 1975, intensificaram-se pressões, visando expulsar dessa região os posseiros que aí ainda permanecem. Tal fato vincula-se mais imediatamente ao surgimento de um plano de construção de uma rodovia que cortaria essa região, o que conseqüentemente acarretaria uma alta valorização destas terras; ainda que tal plano não tenha saído do papel, a cobiça pelas mesmas prossegue, inclusive com o retorno de pretensos antigos “proprietários”, como é o caso da Cia Fazendas Reunidas Normandia, que em 1977 voltam à carga (COPELLO, 1983, p. 42).

Em agosto de 1977, o grupo Marcondes Ferraz⁵³³ moveu uma ação cautelar contra 49 lavradores na justiça de Nova Iguaçu. O advogado que representava o grupo acusava os lavradores de terem invadido suas terras, “aproveitando-se do clima de agitação reinante no país antes de 1964”⁵³⁴.

Novamente, o embate entre os posseiros da Região de Pedra Lisa contra pretensos proprietários que visavam expulsá-los, era das mesmas proporções da luta entre David e Golias. Tratava-se de um pretense proprietário, que articulava capitais “modernos” com, aparentemente, o uso da terra como uma reserva de valor e que era profundamente ligado ao poder estatal, mas, desta vez, no contexto de uma ditadura.

O advogado do Grupo Marcondes Ferraz “disse ainda que as terras, medindo 130 alqueires pertenciam à Companhia Fazendas Reunidas Normandia (...). A companhia afirma que adquiriu as terras em 1927, do conde Modesto Leal”⁵³⁵. Essa versão, por sua vez, era contestada pelos lavradores, que afirmavam que já ocupavam essa área havia mais de 40

em 1986, “Fazenda Boa Esperança” era uma referência a toda essa grande região. Para mais informações sobre a implementação do Assentamento Boa Esperança, ver Menezes (1991).

⁵³³ O grupo Marcondes Ferraz, que funcionava em Copacabana, foi o pioneiro a atuar no Brasil na área de consultoria técnica ligada à energia elétrica. Fundado como Escritório Técnico Octávio Marcondes Ferraz, realizava “projetos de instalações elétricas de prédios, fazendas, indústrias e [desenvolvia] um trabalho muito comum na Europa, de inspeção de instalações existentes” (FELICIANO, 1993, p. 61), conta o próprio Octávio Marcondes Ferraz. Até 1948, “eu o mantinha nominal, mas transformei-o então em sociedade limitada” (*Ibidem*, p. 65). Entre seus principais clientes, figurava a Prefeitura de São Paulo e o governo desse estado. Octávio Marcondes Ferraz, é considerado pioneiro da engenharia elétrica no Brasil (FELICIANO, 1993). “Dedicou-se à atividade privada até março de 1948, quando foi nomeado diretor-técnico da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, tendo iniciado, em 1949, as obras de construção da usina de Paulo Afonso no rio São Francisco”. Posteriormente, foi nomeado como Ministro da Viação e Obras Públicas em 1955, no governo Café Filho e mantido no cargo no governo Juscelino Kubitschek (FERRAZ, Octávio Marcondes, verbete biográfico, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-otavio-marcondes>). Mais tarde, atuou na conspiração para depor João Goulart, tendo feito parte do IPES (FELICIANO, 1993). Já na ditadura, Octávio presidiu a Eletrobrás de 6 de maio de 1964 a 15 de março de 1967. Sua esposa era da família Castelo Branco. “Ela era carioca – era Castelo Branco – e conheci-a na casa de parentes meus no Rio” (*Ibidem*, p. 65). Não conseguimos obter informações do grau de parentesco dela com Humberto Castelo Branco. Mas, ao que tudo indica, Octávio Marcondes Ferraz mantinha laços bem próximos com o ditador, conforme ele mesmo conta. Na época do conflito aqui relatado, ele atuava apenas no setor privado, após ter encerrado seu mandato como presidente da Eletrobrás, com o fim do governo Castello Branco.

⁵³⁴ Posseiros pedem ajuda a d. Hipólito. Folha de São Paulo, quinta-feira, 18 de agosto de 1977. NMSPP/cli.cf.SE.rj.u – Pasta III.

⁵³⁵ Posseiros pedem ajuda a d. Hipólito. Folha de São Paulo, quinta-feira, 18 de agosto de 1977. NMSPP/cli.cf.SE.rj.u – Pasta III.

anos⁵³⁶. Os lavradores recorreram ao bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, que prometeu levar o caso à CNBB. A disputa foi acompanhada também por Paulo Amaral, advogado da Mitra Diocesana do município. No dia 17 de agosto de 1977, dirigentes da FETAG se reuniram com centenas de lavradores em Pedra Lisa que estavam sendo alvos dessa acusação⁵³⁷. Nesse mesmo ano, conforme a FETAG-RJ⁵³⁸, a Companhia Fazendas Reunidas Normandia voltou a exercer pressões na Fazenda Tenente Pacheco, reclamando para si as terras e abrindo processos judiciais contra os lavradores.

Tratava-se de uma ação jurídica movida por ambas corporações: o grupo Marcondes Ferraz e a Companhia Fazendas Reunidas Normandia. Podemos supor que o grupo Marcondes Ferraz havia comprado essas terras em disputa com a Companhia Fazenda Reunidas Normandia antes do golpe, quando a Companhia, ao que tudo indica, vendia terras adquiridas de forma ilegal para diversos compradores, que iam desde loteadores para a construção de casas de veraneio, passando por grandes proprietários de terra e, até mesmo, para grandes empresários, como é o caso do grupo Marcondes Ferraz.

Em meio a esse conflito, de acordo com o mesmo documento da FETAG-RJ, em 1979 “o processo judicial está parado e os posseiros continuam na área. No entanto, é de se registrar as pressões de guardas do IBDF que, a pretexto de embargar desmatamentos, impedem os trabalhadores de plantar, efetuando, inclusive, prisões”⁵³⁹. Em 2018, no bairro de Jaceruba⁵⁴⁰, um entrevistado ainda lembrava essas prisões, mas mencionava também a presença do Exército, atuando em conjunto com o IBDF⁵⁴¹.

No dia 6 de setembro de 1977, a FETAG-RJ emitiu um ofício relatando graves conflitos por terra na região de Teófilo Cunha, bairro que hoje se situa dentro da área do Assentamento Normandia. O ofício diz que “trata-se de uma área de terra de cerca de 130 alqueires dos 250 que a Cia. Reunidas Normandia pretende reivindicar para si. Neste sentido, a referida companhia já ajuizou uma medida preparatória (VISTORIA) contra 49 famílias de trabalhadores rurais”⁵⁴². De acordo com levantamento da FETAG, a área *sob iudice*, era densamente cultivada e explorada por mais de cem famílias, que por lá se instalaram há mais de vinte anos, com lavouras temporárias e permanentes e também com criação de gado e galinhas, em menor escala⁵⁴³. Nesse documento, a federação sindical concluiu que essa área correspondia às Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, desapropriadas para fins de colonização agrícola em 1958 pelo Governador Miguel Couto Filho:

Acresce o fato que até mesmo a titularidade das terras é duvidosa. Diz a Cia. Fazendas Reunidas Normandia haver comprado a área do Conde Modesto Leal, em 1927, por escritura transcrita no Registro de Imóveis, parte em Nova Iguaçu e parte em Itaguaí. Ocorre que em 1958, pelo decreto 6.175 (...) é a mesma área caracterizada como sendo da União. Este decreto revoga o art.1º do Decreto 6.081, de 23 de junho (...) que descreve a área denominada Fazenda Limeira e Santo Antônio do Mato,

⁵³⁶ Da maneira como a questão é colocada no documento, supomos que o advogado do grupo esteja se referindo a uma parcela específica de terras, pertencente ao grupo Marcondes Ferraz e a outra mais ampla, de 130 alqueires, que ele argumenta ser da Companhia Fazendas Reunidas Normandia.

⁵³⁷ Posseiros pedem ajuda a d. Hipólito. *Folha de São Paulo*, quinta-feira, 18 de agosto de 1977. NMSPP/cli.cf.SE.rj.u – Pasta III.

⁵³⁸ NMSPP Fundo FetagRJ. Levantamento de Conflito de Terras. Caixa 16, Agosto de 1979.

⁵³⁹ *Ibidem*.

⁵⁴⁰ O entrevistado morava uma área relativamente urbanizada, nas imediações da escola municipalizada de Jaceruba, localidade contígua ao Assentamento Fazenda São Pedro.

⁵⁴¹ Entrevista de Sr. Eric concedida a Gabriel Bastos em 16/11/2018.

⁵⁴² Ofício nº AJ/220/1977 da Fetag/RJ ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra, Omair Denys Cattete. (NMSPP/Sr SC.frj.crm Pasta III).

⁵⁴³ *Ibidem*.

declarando-a de utilidade pública para efeito de desapropriação. Ora, pela descrição da área, parece ser a mesma pleiteada pela Cia. Fazendas Reunidas Normandia⁵⁴⁴.

Em setembro de 1978, 42 famílias, de um total de 246 pessoas da Fazenda Boa Esperança, receberam notificação de que deveriam desocupar a área num prazo de 30 dias, porque ela fora cedida pelo governador do Estado, Almirante Faria Lima, à APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional) em uma área descrita como tendo sido desapropriada por Roberto Silveira⁵⁴⁵. Segundo o Sr. Zézinho, que é um dos moradores mais antigos da Fazenda São Pedro e que acompanhava a associação, em entrevista concedida no início da década de 1980⁵⁴⁶, as pessoas que receberam essa notificação eram as mesmas que haviam ocupado a área na década de 1960, com a desapropriação da Fazenda Tenente Pacheco. Com a mobilização dos trabalhadores através da FETAG-RJ, com o apoio da CPT e da Comissão Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu, por meio de envio de um relatório às autoridades, o despejo foi sustado, mas as posses não foram legitimadas (Processo E-12/5942/77).

Ao que tudo indica, a CPT nesse período lograva mobilizar bases sociais diversas na região. De acordo com Bráulio Rodrigues, que na época fazia parte da entidade, “fundamos a Pastoral da Terra tanto da área urbana como da área rural. Lá em Pedra Lisa a maioria das pessoas é evangélica, mas na hora da reunião da Pastoral da Terra, todos iam à reunião, porque uniam a religião e o trabalho que tinham lá”⁵⁴⁷.

O encontro dessas entidades, em meio a ameaças de despejo, entretanto, foi capaz de reunir novos e antigos atores para uma nova mobilização e reestruturação das ferramentas de luta dos trabalhadores rurais em Nova Iguaçu. “A necessidade dos sindicatos se organizarem como entidade de classe, surgiu em 1978, quando o governador, Faria Lima, por ato administrativo, deu um prazo de 30 dias para que 42 famílias deixassem suas terras na Fazenda Boa Esperança, em Japeri”⁵⁴⁸. Cabe destacar que Bráulio Rodrigues, aparentemente, exercia um papel que conectava uma base social da Região de Pedra Lisa com a CPT e uma estrutura sindical que estava se formando. “Nós mesmos fundamos o sindicato. Tem o sindicato dos trabalhadores rurais de Nova Iguaçu, fundado pela Pastoral da Terra. Mas pode observar se Pastoral da Terra opina no sindicato? Não. Fundou e acabou”⁵⁴⁹. Ao mesmo tempo, esse papel político de Bráulio também se referia a uma conexão com experiências anteriores de mobilização camponesa. Inserido nesse contexto de atuação da CPT e refundação do sindicato em fins da década de 1970, Bráulio explica o seguinte:

Entrevistador: Foi então que o senhor começou a participar das ocupações em Nova Iguaçu?

Bráulio: Não, só ia para lá quando era convidado a fazer alguma palestra, explicar a questão da ocupação de Pedra Lisa, como aconteceu a ocupação, como conquistaram. Quando contei a eles que nós ficamos até meia noite esperando o Roberto Silveira lá no Palácio do Ingá, em Niterói, para ele dizer que ia desapropriar a fazenda São Pedro - essa que estou falando que eu morava - e ele fez isso. Ele falou “O que eu posso fazer é isso”. Desapropriou mesmo a área.

⁵⁴⁴ Ofício nº AJ/220/1977 da Fetag/RJ ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra, Omais Denys Cattete. (NMSPP/Sr SC.frj.crm Pasta III).

⁵⁴⁵ Manifesto ao Povo - Exigimos Reforma Agrária (02/12/1979), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e da Fetag/RJ. (NMSPP/Sr SC.frj.crm Pasta III).

⁵⁴⁶ Entrevista de Sr. Zézinho, concedida a Sheila Copello em 27/03/1983.

⁵⁴⁷ Entrevista de Bráulio Rodrigues ao projeto *Memórias* do ITERJ, concedida em 2014.

⁵⁴⁸ Informativo Diocesano de Nova Iguaçu, setembro de 1979.

⁵⁴⁹ Entrevista de Bráulio Rodrigues ao projeto *Memórias* do ITERJ, concedida em 2014.

Entrevistador: E o pessoal gostava de ouvir esta história?

Bráulio: Ah gostavam... A fazenda São Pedro está lá. Pode chegar lá e perguntar. Se vocês tiverem a felicidade de irem lá qualquer dia, fazer qualquer coisa, podem perguntar “Conhece ‘seu’ Bráulio? Foi boa pessoa? Explorou vocês? Pegou dinheiro de vocês?” Podem perguntar o que quiserem. Principalmente aos antigos⁵⁵⁰.

Além da CPT da Diocese de Nova Iguaçu e a FETAG, o STR de Nova Iguaçu foi refundado, em 1979, sob presidência de Geneci Ferreira, Diomedes Figueiredo dos Santos enquanto secretário, Mário Machado enquanto tesoureiro e mais nove dirigentes⁵⁵¹. A assembleia que elegeu essa primeira direção contou com a presença de cerca de 200 lavradores, do presidente da FETAG-RJ “Eraldo Lírio de Azevedo, o ex-lavrador Bráulio Rodrigues, nosso Bispo Dom Adriano, o Deputado Federal Jorge Gama, o Deputado Estadual Francisco Amaral, os presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de São Pedro da Aldeia e Paracambi”⁵⁵².

Segundo o Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro, a área da Fazenda Tenente Pacheco, desapropriada em 1960 hoje corresponde ao Assentamento Fazenda Normandia, sob responsabilidade do ITERJ. A área foi adquirida pelo estado do Rio de Janeiro em 03 de junho de 1979 (CEDRO, 2007, p. 16)⁵⁵³. Ainda segundo o Atlas Fundiário, “as famílias lá existentes permaneceram sem acompanhamento do poder público até 1986, quando a SEAF passou a incluir o Assentamento como integrante ao seu campo de atuação” (SEAF, 1991, p. 129). O Termo de Permissão de uso foi entregue quatro anos depois, em outubro de 1990, pela SEAF “assegurando assim a permanência das famílias na terra” (*Ibidem*). Em abril de 1998 o projeto de assentamento foi criado, por via da portaria nº 015/97, de 26/03/1998, publicada no DOERJ em 08/04/1998, pelo Processo Administrativo E-06/16.159/98, “objetivando aprovação junto ao INCRA, para que os beneficiários pudessem ter acesso ao crédito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – Procerá” (CEDRO, 2007, p.16).

Cabe destacar que outras áreas desapropriadas em período anterior voltaram também a ser alvo de tentativas de expulsão de posseiros, como, por exemplo, a Fazenda Limeira. De acordo com reportagens publicadas nas edições de 26 e 27/07/1980 no jornal *Correio da Lavoura*, três guardas do IBDF invadiram o sítio de um posseiro que havia ocupado o terreno no mês maio daquele ano, Valdemiro Santana, agredindo-o. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, a Fazenda Limeira vinha se constituindo como um dos principais focos de conflito por terra no município e os guardas agiam para proteger os interesses de criadores de gado e grileiros locais. Essas agressões foram denunciadas pela Comissão de Justiça e Paz, da Diocese de Nova Iguaçu (*Correio da Lavoura*, 27/07/1980, *apud* Copello, 1983).

Em abril de 1982, 36 famílias que moravam na “antiga Fazenda Normandia - Fazenda Boa Esperança” receberam uma citação em uma ação promovida pela Cia. Fiduciária do Brasil,

⁵⁵⁰ *Ibidem*.

⁵⁵¹ O Sr. Geneci era morador da própria Fazenda Tenente Pacheco, conforme explicitado em entrevista para Copello (1983). Não conseguimos encontrar maiores informações sobre Diomedes.

⁵⁵² Informativo Diocesano de Nova Iguaçu, setembro de 1979.

⁵⁵³ “Mediante Carta de Sentença expedida pelo Juízo dos feitos da Fazenda Pública de Niterói, devidamente registrada no Cartório do 11º Ofício de R.G.I. de Nova Iguaçu – 6ª Circunscrição, no livro 2-D, às fls. 59, sob o nº de Matrícula R-01-1.259, data de 03 de julho de 1979” (CEDRO, 2007, p. 16). O relatório não explica de quem foi adquirida, tampouco o Atlas Fundiário (SEAF, 1991). Ao que parece, após a desapropriação em 1960 essa aquisição do imóvel pelo governo estadual em 1979, foi uma espécie de “reafirmação jurídica” dessa terra ser propriedade do estado, após a ocorrência dos conflitos por terra aqui relatados.

na 4ª vara Civil de Nova Iguaçu (Processo 8562/79). Além disso, tais famílias também sofreram perseguições de guardas do IBDF, acompanhados de policiais⁵⁵⁴.

Em entrevista realizada no ano seguinte, o Sr. Geneci, ainda presidente do sindicato, disse que a Fazenda Americana – situada dentro do polígono do atual Assentamento Fazenda Normandia⁵⁵⁵ – estava incomodando muito, soltando gado. De acordo com ele, a referida fazenda era originalmente do Estado e seus proprietários vinham, há três anos, comprando terras dos posseiros, após terem suas plantações destruídas por esse mesmo gado⁵⁵⁶. Mais tarde, no dia 13 de maio de 1985, “posseiros na Fazenda Boa Esperança (...) foram surpreendidos com despejo determinado pelo Juiz José Magalhães Perez, através de uma liminar de reintegração de posse”⁵⁵⁷. Em carta ao diretor adjunto regional do INCRA, a FETAG-RJ questiona essa decisão judicial e reivindica a desapropriação por interesse social da área, a regularização fundiária e “sua titulação definitiva, com todo o apoio técnico, creditício, etc. de acordo com o que preconiza as diretrizes da Nova República, que é a de tomar a terra produtiva para promover a paz social”⁵⁵⁸. Essa região, entretanto, uma vez que a reivindicação da FETAG-RJ foi direcionada ao INCRA, certamente não fazia parte da área que se tornou o Assentamento Normandia, mas a área que no ano seguinte se tornaria o Assentamento Boa Esperança, sob jurisdição federal⁵⁵⁹.

7.2.3 – Fazenda do Capixaba e Assentamento Fazenda Pedra Lisa (1986)

Conforme discutimos anteriormente, após o golpe empresarial-militar de 1964, diversas terras que foram objeto de disputa nos anos de 1950 e início dos anos de 1960 foram sendo apropriadas por aliados do regime vigente. Paralelamente a esse processo, diversos documentos da FETAG-RJ relatam completo abandono das políticas governamentais de colonização que deveriam ser implementadas nessas glebas. Uma delas é descrita em um ofício da FETAG-RJ de fevereiro de 1968 como “Fazenda Pedra Lisa”, localizada em “Japeri, 6º distrito de Nova Iguaçu. Decretos de desapropriação: 6.896 de 13/01/1960 e 7.214 de 02/12/1960”⁵⁶⁰. O primeiro decreto, que compreendia uma área maior que a do segundo, foi revogado no mesmo dia da publicação do decreto nº 7.214, que desapropriava as terras que consistiam como de propriedade de Francisco Junqueira Vilella, “uma área de terra com 97 alqueires e 43.200m², mais ou menos remanescentes da área global de 130 alqueires, mais ou menos, de que foram desmembrados 62 alqueires e 3.200m²” (Decreto 7.214 de 02/12/1960, publicado no DOERJ em 12/12/1960).

De acordo com a FETAG-RJ, o processo de grilagem por meios violentos era o principal problema da região”⁵⁶¹. Entre 1973 e 1974, um total de 35 famílias foram expulsas de terras arrendadas pelo então vereador Armando Dias⁵⁶² e indenizadas com pequenas importâncias. Essas terras, em 1979, estavam nas mãos de Sebastião Ferreira da Silva, vulgo Capixaba,

⁵⁵⁴ Levantamento de Conflito de Terras. Arquivo Fetag/RJ. Junho de 1981. NMSPP/srSC.frj.c - Pasta II

⁵⁵⁵ De acordo com a localização indicada pelo *google maps*. Se está situada dentro do polígono do atual Assentamento Fazenda Normandia, significa que se tratava exatamente da mesma área de conflitos discutida nesse tópico, a antiga Fazenda Tenente Pacheco.

⁵⁵⁶ Entrevista de Sr Geneci para Copello (1983), data não identificada.

⁵⁵⁷ Carta da Fetag-RJ a Domenico Juarez Miceli, diretor regional adjunto do Incra. Niterói, 14/05/1985. (NMSPP/Sr SC.frj.crm Pasta III).

⁵⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁵⁹ Para mais detalhes, ver Menezes (1991).

⁵⁶⁰ NMSPP/FETAG/RJ - 1964-1989\FETAG\FETAG - CAIXA 16\Ofícios da Federação P/ Secretario Estadual do Trabalho - 1968 (Pasta I).

⁵⁶¹ Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro - Ocorridos entre os anos de 1970 e 1990 (1). (NMSPP/sr SC.frj.c - Pasta II).

⁵⁶² Além de vereador, Armando Dias era também fundador da Santa Casa (entrevista de Ignácio Dias Barcelos, concedida a Sheila Copello em 02/04/1983).

criador de gado, citado anteriormente. Capixaba tentaria se apossar de ainda mais terras, vizinhas a estas⁵⁶³.

Sebastião Ferreira, conhecido como “Capixaba”, foi um dos mais citados em entrevistas, entre pessoas reconhecidas por terem se apropriado de terras com apoio de agentes da ditadura empresarial-militar. “O sargento armado ficou de metralhadora na mão para ele [O Capixaba] cercar aquela área que chama “Fazenda do Capixaba”, aquilo era dos camponeses no tempo de Roberto Silveira, foi tudo tomado”⁵⁶⁴. Em entrevista realizada na década de 1980, o Sr. Zézinho explica que, em meio a um clima de medo que se instaurou em um contexto de desarticulação após o golpe, onde “não existia mais garantia”, criadores de gado começaram a pressionar os lavradores, soltando bois em terras de lavradores. “Um exemplo é o Capixaba, que aumentou sua propriedade, fazendo a prática de gado após 1964. Comprou a área de 36 posseiros e expulsou alguns”⁵⁶⁵. Capixaba, junto do vereador Armando Dias, conta Sr. Zézinho, “ameaçaram um golpe para expulsar os posseiros. Essa expulsão foi forte, levaram armas”⁵⁶⁶. A gleba, sob controle de Capixaba, era utilizada para agropecuária e produção de leite, chegando a produzir 700 litros diários de leite (*Jornal do Brasil*, 27/03/1986, p. 9).

A “Fazenda do Capixaba”, chamada por ele mesmo de “Fazenda Paraíso” (*Jornal do Brasil*, 11/04/1986, p. 9), foi ocupada por cerca de 50 famílias em janeiro de 1986, sob a argumentação de que se tratava de terras públicas, outrora ocupadas por famílias que foram expulsas por “Capixaba”. Em reportagem do jornal *Última Hora*, sobre essa ocupação, o jornal explica que “As Fazendas Pedra Lisa e Junqueira são desapropriações antigas do Governo e há denúncias de que alguns fazendeiros estão invadindo áreas governamentais, daí o conflito com os posseiros que prepararam durante quatro meses a ocupação dos 40 alqueires em Pedra Lisa”⁵⁶⁷. Deduzimos, portanto, que a “Fazenda Pedra Lisa”, assim chamada em 1968 e nos anos seguintes, e a “Fazenda Junqueira”, citada na reportagem, estão situadas dentro da área do decreto de desapropriação 7.214 de 02/12/1960, que foram objeto de disputa no conflito descrito nesse tópico.

Segundo o *Jornal do Brasil*, cerca de 50 famílias ocuparam 40 alqueires de terra da “Fazenda do Capixaba”, na madrugada do dia 27 de janeiro de 1986 “os homens e mulheres ocuparam uma casa abandonada, que serviu como ponto de referência” (*Jornal do Brasil*, 28/01/1986, p. 10). Durante quatro meses a ocupação foi planejada em reuniões na sede da Cooperativa de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e Jaceruba⁵⁶⁸ e na escola municipal⁵⁶⁹, fazendo levantamentos de documentos da área desapropriadas em 1958, certificando-se de que esta pertencia ao Estado. Em seguida, uma comissão foi formada para entrar em contato com o diretor da Secretaria de Assuntos Fundiários, Édson Ribeiro, para apresentar o caso⁵⁷⁰. A ocupação contou com o apoio da CUT, do deputado federal Jacques Dornelas (PDT), da Juventude Socialista e da Associação de Moradores de Santa Teresa⁵⁷¹, que pernoitaram na

⁵⁶³ Manifesto ao Povo - Exigimos Reforma Agrária (02/12/1979), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e da Fetag/RJ. (NMSPP/Sr SC.fhj.crm Pasta III).

⁵⁶⁴ Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff Maia e Romário Silveira em setembro de 2015.

⁵⁶⁵ Entrevista de Sr. Zézinho concedida a Sheila Copello em 27/03/1983.

⁵⁶⁶ *Ibidem*.

⁵⁶⁷ *Última Hora*, 29/01/1986, página 5. NMSPP/cli.cf.Se.rj.u (Pasta I).

⁵⁶⁸ O estudo do CEDRO (2007) para recuperação de assentamentos rurais, aponta que, em 1986, foi criada a Associação Rural do Mutirão dos Trabalhadores de Pedra Lisa e Jaceruba. Pela presença da palavra “mutirão” no nome, é possível de se deduzir que essa mesma cooperativa mencionada pelo *Jornal do Brasil* tenha se tornado a Associação Rural do Mutirão dos Trabalhadores de Pedra Lisa e Jaceruba após a criação do Assentamento Fazenda Pedra Lisa, que será explicado no final desse tópico.

⁵⁶⁹ O documento não deixa explícito sobre qual escola se tratava. Mas, certamente, trata-se da escola de Pedra Lisa, uma vez que esta se localizava ao lado da edificação onde a associação funcionava.

⁵⁷⁰ *Tribuna de Imprensa*, 28/01/1986, página 8. NMSPP/cli.cf.Se.rj.u (Pasta I).

⁵⁷¹ Não dispomos de informações sobre como essa associação se envolveu no conflito.

ocupação, na madrugada dos dias 27 para 28 de janeiro⁵⁷². “Instalados precariamente, os lavradores começaram a capinar o terreno, limparam a área da casa abandonada e de um córrego, com uma vara de bambu de cinco metros, e instalaram uma bica cuja água natural serve para os trabalhos da cozinha” (*Jornal do Brasil*, 29/01/1986, p. 12).



Figura 16: Ocupação da Fazenda do Capixaba. *Jornal do Brasil*, 28/01/1986.

Maria de Lourdes dos Santos, uma das lideranças da ocupação, conta que recebeu aval das autoridades: “Fui diversas vezes ao Rio, na Comissão de Assuntos Fundiários e conversei com o presidente, Edgar Ribeiro, sobre a situação, mostrando a ele que as terras são do Estado. Recebi o sinal verde dele para agir, enquanto no Rio ele brigava com a justiça” (*Jornal do Brasil*, 29/01/1986, p. 12). O *Jornal do Brasil* conta que, em uma das reuniões de preparação da ocupação, lavradores presentes contaram ao diretor de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, Edgar Ribeiro, que foram expulsos das terras por jagunços armados, a mando de grileiros. A reportagem indica, ainda, que esses lavradores conheciam aqueles que os expulsaram: “Os camponeses forneceram nomes e endereços dos latifundiários de Pedra Lisa e Jaceruba que foram intimidados pelo Estado a mostrar a documentação das terras, ficando provado que a maioria não tem título de propriedade” (*Ibidem*). Os grileiros citados em reportagem do jornal *Última Hora*, por esses camponeses “são conhecidos na região como Jurandir, Dr. Carlos, Manolo – dono do Motel Vila Rica, localizado na Via Dutra – Manuel português, Jairo Pimenta e Capixaba”⁵⁷³.

Muitos deles [militantes do pré-64] ocuparam novamente as terras em 86. Bom, o Wilson da Rosa Mota, Nilson da Rosa Mota e Mario Ribeiro dos Santos, esses ocuparam as terras de Pedra Lisa, eles tinham terras em Pedra Lisa antes de 64 (Entrevista de Paulo, concedida a Gabriel Bastos em 22/12/2015).

⁵⁷² *Última Hora*, 29/01/1986, página 5. NMSPP/cli.cf.Se.rj.u (Pasta I).

⁵⁷³ *Última Hora*, 29/01/1986, p.12 (NMSPP/cli.cf.SE.rj.u/Pasta I)

Depoimentos citados nas reportagens do *Jornal do Brasil* também falam a respeito de Dona Rosalina Maria da Conceição, uma lavradora de 55 anos, que diz que sempre viveu na fazenda, juntamente com mais 100 famílias que plantavam banana. Na época, segundo ela, ninguém se declarava proprietário dessas terras e Sebastião Ferreira teria as cercado e expulsado muitas famílias. “Muitas morreram de fome porque não tinham pra onde ir nem o que comer”, ela conta (*Jornal do Brasil*, 29/01/1986). Maria de Lourdes endossa: “a família de Capixaba nem é dona disso aqui. Apoderou-se do terreno e matou quem se recusou a sair” (*Jornal do Brasil*, 21/03/1986, p. 5). De acordo com o Vantuil Dias Lacerda, na década de 70, o fazendeiro havia comprado terras de lavradores pagando “uma miséria” e ameaçando aqueles que por lá insistissem em permanecer (*Jornal do Brasil*, 27/03/1986, p. 9).

No mês de março do mesmo ano, a ocupação já contava com mais de 100 famílias, que se encontravam ameaçadas de despejo. Essa ameaça preocupou famílias do recém-criado Assentamento Boa Esperança, objeto de disputa da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, criado no mesmo ano (*Jornal do Brasil*, 12/03/1986, p. 5). Já com despejo marcado, as famílias relatam terem sido ameaças por um fazendeiro da região conhecido como João Português, a quem acusam de ter entrado na fazenda, junto de um capanga armado, e jogado pertences de famílias no mato (*Jornal do Brasil*, 21/03/1986, p. 5). Cerca de 30 anos antes, João Andrade, ou “João português”, havia se envolvido em conflito com posseiros da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, quando estes estavam iniciando o processo de ocupação de terras na Fazenda São Pedro, conforme discutimos no tópico 4.2.

No fim de março o despejo foi executado, expulsando 40 famílias da ocupação da Fazenda do Capixaba (*Jornal do Brasil*, 27/03/1986, p. 9). A maioria decidiu ir embora. Também foi relatado ao *Jornal do Brasil* que, após o despejo, Capixaba, ateou fogo em barracos abandonados afim de que os ocupantes para lá não voltassem mais e também que este teria agredido o colono Jaci de Souza, com um pedaço de pau (*Ibidem*).

Entretanto, um grupo de cerca de 100 pessoas que permaneceu acampado na beira da estrada, acusou também o “Capixaba” de ter destruído um poço que eles usavam para beber água, sendo impelidos, posteriormente, a beber a mesma água do rio que era utilizada pelos bois do “Capixaba”, o que causou diarreia em várias crianças (*Jornal do Brasil*, 27/03/1986, p.9). Essas famílias permaneceram à espera da resolução do caso pela Comissão Estadual de Assuntos Fundiários. Agostinho Guerreiro, então diretor regional do INCRA, explicou ao *Jornal do Brasil*: “pelo o que eu sei, existe uma versão de que a fazenda pertence ao Estado, mas isso só pode ser comprovado pela Comissão de Assuntos Fundiários. O INCRA só intervirá no caso se for passado para suas mãos” (*Jornal do Brasil*, 27/03/1986, p. 9). No dia 05 de abril do mesmo ano, as famílias remanescentes foram novamente despejadas, sob determinação judicial (*Jornal do Brasil*, 11/04/1986, p. 10).

Ainda em 1986, foi realizada outra ocupação, na Fazenda Belém, que contou com o protagonismo, novamente de Maria Lurdes dos Santos, “Lurdinha”. As famílias que participaram dessa ocupação também sofreram “constantes ameaças feitas pelos capangas do fazendeiro Sebastião Ferreira, o Capixaba, às 80 famílias de lavradores que ocupam o local” (*Jornal do Brasil*, 22/09/1986, p. 5).

No dia 21 de setembro de 1986, ocorreu a Primeira Romaria da Terra, em Pedra Lisa, reunindo 2 mil pessoas, “tendo à frente o Bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino, padres de diversas paróquias do Rio, representantes de sindicatos e da Pastoral da Terra” (*Jornal do Brasil*, 22/09/1986, p. 5). Foram à Romaria caravanas de diversos municípios: Angra dos Reis, Itaguaí, São Gonçalo, Duque de Caxias, Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Paracambi, Cachoeiras de Macacu, Paraty, Nilópolis, Petrópolis e de outras localidades de Nova Iguaçu. A manifestação caminhou por três quilômetros e parou no campo de futebol de Pedra

Lisa⁵⁷⁴, onde diversos dirigentes sindicais e representantes da CPT fizeram falas reivindicando reforma agrária imediata. De acordo com Natacha, as experiências anteriores contribuíram para o planejamento desta ocupação:

Com esse bloco desse pessoal que já estava meio no caminho, né? Agora a gente podia recuperar mais elementos lá. Em Pedra Lisa leva gente por isso, entre outras coisas, a Pedra Lisa recebe a primeira romaria da terra do estado do Rio de Janeiro em 86, durante esse processo. E Pedra Lisa, ela recebe a romaria não só por esse processo de reocupar, mas porque ela foi uma das primeiras ocupações na realidade, ainda num período anterior, com Bráulio e esse povo todo aí, porque eles contribuíram com o processo de ocupação de Pedra Lisa e o resquício de Pedra Lisa é que retoma esse processo nesse período e é esse povo que vai ajudar na romaria, na caminhada da terra (Entrevista de Natacha, agente pastoral, concedida à Gabriel Bastos em 11/11/2015).

Na ocasião, a expectativa pela desapropriação de terras no local era grande. Ignácio José Barcelos, que chegou a ser presidente da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, disse ao *Jornal do Brasil*: “Meu filho, lutei muito para ficar aqui. Já recebi desde proposta com cheque em branco até ameaça de jagunços e acho que valeu a pena ficar pois parece que o governo vai desapropriar isto aqui beneficiando também 150 famílias atualmente instaladas em Pedra Lisa” (*Jornal do Brasil*, 22/09/1986, p. 5).

Um trabalhador rural foi assassinado em Pedra Lisa, em março de 1987, com três tiros, conforme conta um documento assinado pelo MST, entregue ao INCRA (*Jornal do Brasil*, 01/04/1987, p.14-b). Sobre casos de violência em conflitos de terra nos anos 80, Natacha conta:

Lá teve assassinato, Pedra Lisa foi reocupada nesse período da década de 80 (...). Teve esse povo de Vila de Cava que é o pessoal que eles botaram fogo, cortaram orelha das pessoas, matou um trabalhador. Em Campo Alegre teve o Limberg, teve o atentado do Fernando, porque nós estávamos nessa ocupação. O Fernando Moura⁵⁷⁵ estava lá nesse processo da ocupação, era um momento de despejo, os jagunços chegaram e atiraram, a bala pegou na boca do Fernando, mas graças a Deus que ele foi socorrido e não mataram ele não, mas a gente sabe que a vontade deles era de matar. (...) A gente fez uma romaria da terra lá também por causa disso (Entrevista de Natacha, agente pastoral, concedida à Gabriel Bastos em 11/11/2015).

No dia 9 de março de 1987, uma comissão de “28 colonos, representando mais de 20 áreas invadidas (...) foi ao Palácio Guanabara cobrar ao governo os títulos da terra” (*Jornal do Brasil*, 10/03/1987, p. 5). A grande preocupação dessa comissão era de não conseguir receber os títulos das terras até o dia 13 do mesmo mês, último dia útil do Governo Brizola: “as famílias dos mutirões de Valença (60), Paracambi, (61), Pedra Lisa, em Nova Iguaçu (40) e Campo Alegre (530) estão preocupadas, (...) temem que o governo Moreira Franco não prossiga com a titulação da terra ocupada pelos camponeses” (*Ibidem*). Na ocasião, o Secretário de Assuntos

⁵⁷⁴ Onde se situa a sede da associação e a Escola Municipal de Pedra Lisa, que fora fundada pela antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Nessa mesma localidade, se situa a placa de bronze comemorativa, instalada em 1958, na ocasião das desapropriações das Fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira. Trata-se, portanto, de um “lugar de memória” (NORA, 1993) que remete às históricas lutas pela terra empreendidas pelos lavradores na Região de Pedra Lisa.

⁵⁷⁵ Fernando Moura atuava na CPT nessa época e acompanhou diversos conflitos fundiários na Baixada.

Fundiários, Roberto Soares, explicou não haver tempo hábil para titular cada lote de forma individual, e por isso a titulação seria coletiva, “em nome de cada associação, mas com dossiê constando nome de cada um, para facilitar na obtenção de financiamentos. A titulação será feita (...) em forma de contrato de uso da terra. ‘As titulações que não puderem ser feitas até 15 de março, poderão ser feitas a partir daí’” (*Ibidem*), afirmou o secretário.

Algumas semanas após a posse do governador Moreira Franco, centenas de famílias se instalaram em acampamento no Largo de São Francisco, no centro do Rio de Janeiro, em frente à sede do INCRA. A ocupação contou com o apoio das deputadas Lúcia Arruda (PT) e Jandira Feghali (PCdoB), representantes da CUT, da CPT e de estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), localizado também no Largo de São Francisco. Maria de Lurdes, a liderança das ocupações da Fazenda Belém e da Fazenda do Capixaba no ano anterior, contou ao *Jornal do Brasil* que fora expulsa por grileiros na semana anterior. “Grávida do sexto filho, Maria de Lurdes dos Santos, presidente do mutirão de Pedra Lisa, está ameaçada de morte constantemente (...) declara: ‘Queremos acabar com a miséria no campo (...) vamos fazer o possível para sensibilizar a opinião pública’” (*Jornal do Brasil*, 01/04/1987, p. 14-b).

De acordo com um relatório da FETAG, “em 1987, 3 glebas de Pedra Lisa foram desapropriadas. Dessas três, apenas 2 glebas foram objeto de assentamento”⁵⁷⁶. De acordo com o Atlas Fundiário, quando o Assentamento Fazenda Pedra Lisa estava para ser implementado, “próximo à imissão de posse pelo Estado, o juiz concedeu liminar a um mandado de segurança impetrado pelo proprietário, delongando assim o processo. O Governo do Estado procedeu então à desapropriação de uma área vizinha, mas, também subutilizada” (SEAF, 1991, p.128). Conforme nos foi relatado em campo, por um de nossos entrevistados em conversas informais, a área que foi desapropriada para se tornar o Assentamento Fazenda Pedra Lisa foi a gleba de “João Português”, que havia adquirido de “Francisco Baiano”, pouco tempo depois do despejo realizado na Fazenda do Capixaba. Em agosto de 1990, 20 famílias do assentamento receberam, através da SEAF seus títulos de permissão de uso da terra. Apesar disso, ainda em 2007, o pedido imediato por regularização fundiária era uma das principais reivindicações dos moradores (CEDRO, 2007).

⁵⁷⁶ Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro - Ocorreu entre os anos de 1970 e 1990 (1). (NMSPP/sr SC.fri.c - Pasta II). Ao que tudo indica, se refere à Fazenda Pedra Lisa e o Assentamento Boa Esperança.

**PARTE IV – DINÂMICAS SOCIAIS DAS MEMÓRIAS COLETIVAS EM PEDRA
LISA – CONFLITOS POR TERRA, MOBILIZAÇÃO CAMPONESA E REPRESSÃO**

8 – CAMPESINATO, DITADURA, RESISTÊNCIA REPRESSÃO E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

O capítulo que segue é, em grande medida, relacionado às experiências do trabalho de campo realizado para essa pesquisa⁵⁷⁷. O leitor pode até notar que, a partir daqui, será utilizada a primeira pessoa do singular em referência a essas experiências⁵⁷⁸. Isso ocorre pois o que será aqui analisado é, em grande medida, não só o material de memória, coletado por meio de entrevistas e conversas, mas também anotações feitas no caderno de campo, expressando aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira (1996) chama de práticas de “olhar, ouvir e escrever”. Em outras palavras, são aqui objeto de análise as próprias experiências da pesquisa de campo, um olhar, como diria José Magnani (2002), “de perto e de dentro”, a fim de observar dinâmicas memorialísticas elaboradas pelos próprios atores que, conforme apontado por Mariza Peirano (1995, p. 22, grifos da autora), “possa[m] revelar, não *ao* pesquisador, mas *no* pesquisador, aquele resíduo incompreensível, mas potencialmente relevador, que existe entre as categorias nativas apresentadas pelos informantes”. Serão também analisados não só dados documentais, mas como esses documentos se relacionam com as pessoas e como as pessoas se relacionam com esses documentos.

O ponto central a ser discutido diz respeito às relações entre as representações coletivas da memória de grupos sociais subalternos⁵⁷⁹ – em nosso caso, o campesinato da Baixada Fluminense – com “memórias hegemônicas” (NAPOLITANO, 2015) a respeito da ditadura empresarial militar, mencionadas na introdução.

As memórias coletivas, social, política e culturalmente mediadas⁵⁸⁰, que melhor se consolidaram dentro das ideias comuns da sociedade brasileira a respeito do que foi a ditadura de 1964, adquiriram pontos consensuais mínimos, reproduzidas por diversas instituições⁵⁸¹. Por outro lado, esses pontos consensuais mínimos foram marcados por tensões. Invariavelmente, as “memórias hegemônicas” a respeito do regime ditatorial são dotadas também de esquecimento a respeito da violência que se abateu sobre alguns grupos sociais subalternos, tais como indígenas e camponeses, que mencionamos na introdução⁵⁸².

O que se constituiu como “memória hegemônica” a respeito dos significados da ditadura de 1964 carrega também uma concepção limitada sobre o que foi a repressão, ligada à narrativa das políticas de reparação executadas ao longo da Nova República e também a alguns elementos discursivos diluídos no senso comum, como discutido anteriormente. Sem sombra de dúvida,

⁵⁷⁷ Em grande medida pois, o tópico 8.1 parte de análises documentais que foram realizadas somente após algumas experiências de campo, que se referiam à importância do retrato de José Mathias para a constituição de identidades políticas na região.

⁵⁷⁸ Diferentemente de todos os outros capítulos da tese, que não se referem a uma experiência de trabalho de campo, onde optei por utilizar a terceira pessoa do plural para me referir a elaborações e hipóteses, por mera preferência de estilo de escrita.

⁵⁷⁹ No sentido elaborado por Antonio Gramsci (2002) e Walter Benjamin (1985).

⁵⁸⁰ Há uma enorme bibliografia a respeito dessa temática, desde Maurice Halbwachs e sua consagrada obra *A Memória Coletiva* (2006), publicada em 1950, que inaugura o estudo sociológico das dimensões coletivas da memória, a partir de suas mediações sociais. Estudos mais recentes, como os de Michael Pollak (1989; 1992), Elizabeth Jelin (2003) e Jeffrey Olick (2007), discutem formulações memorialísticas oficiais, com o objetivo de elaborar e disputar identidades, para assim manter instituições e sociedades nacionais politicamente coesas. As memórias oficiais não são as únicas formas de mediação de elaboração das memórias coletivas em determinada sociedade. Memórias coletivas dissidentes também disputam narrativas do passado, distintas das memórias oficiais (BENJAMIN, 1985), o que é característica inerente da própria disputa por hegemonia (GRAMSCI, 2014a).

⁵⁸¹ E, dessa maneira, disseminadas para os mais variados grupos sociais, dentro de grupos tanto das classes sociais dominantes quanto das subalternas. Consequentemente, os grupos que estão inseridos dentro dessas classes absorvem essas narrativas e as reproduzem sob a ótica de mediações culturais e sociais ainda mais específicas.

⁵⁸² Além desses grupos, podemos mencionar outros, operários, pessoas negras e a população LGBTQIA+. Este último grupo e sua relação com a repressão é analisado por Paula Franco (2017).

portanto, as memórias das experiências do campesinato no contexto repressivo desse regime ditatorial, além de fragmentadas, não têm quase nenhum alcance na sociedade brasileira, se colocadas em contraste com as formas hegemônicas de se rememorar a repressão.

Na Região de Pedra Lisa, podemos dizer que um marco para essa fragmentação memorialística, que dividiu a política associativista local em duas entidades, foi o “racha” da Sociedade de Lavradores e Posseiros no ano de 1961, quando o grupo da FLERJ saiu da associação, para fundar uma associação própria, a “associação de Japeri”, conforme ela era chamada pela população local. Posteriormente, alguns membros desse grupo estiveram associados ao processo de distribuição de terras das lideranças do grupo dos trabalhistas/comunistas que tiveram que fugir após o golpe – denominados, por esse grupo perseguido, como os “*entrega-lista*”. Esses acontecimentos representaram um marco para uma grande cisão de representações sociais da memória a respeito das ações políticas coletivas que a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa vinha desenvolvendo na luta pela terra.

Dentro desse escopo, em que é produzida a já mencionada “memória dividida” (PORTELLI, 1996), foi notada a produção de uma versão marginalizada da história por alguns moradores ao longo do tempo – a rememoração oposta ao “cortejo triunfal das classes dominantes”, no sentido atribuído por Benjamin (1985), que valoriza a ação coletiva pela posse da terra. Na maioria dos casos, essa rememoração é empreendida pelos que foram mais próximos da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, essencialmente do grupo dos trabalhistas/comunistas, ou pelos “herdeiros” de sua memória⁵⁸³. Isso pode ser verificado em materiais empíricos coletados, tais como cartas transmitidas de uma geração para outra ou na prática de guardar em casa jornais ou documentos capazes de “contar” determinada versão da história. Esses aspectos de elaboração memorialística, por outros entrevistados, que aparentemente se ligam a elaborações de grupos opositores aos trabalhistas/comunistas, embora não tenham sido desprezados, são pouco rememorados ou evitados.

Outro fator de empreendimento de memória (JELIN, 2003) que merece ser mencionado é que, o esforço por manter uma documentação capaz de “contar” determinado ponto de vista de uma história não é exclusivo dos grupos sociais subalternos. O acervo de Doquézia Paes Leme, pretensa proprietária da Fazenda São Pedro, também expressa a manutenção de uma versão de acontecimentos passados, organizados em um acervo documental que envolve recortes de jornais, cartas e documentos policiais.

Em seu estudo sobre a representação histórica na Grécia contemporânea através de uma etnografia da documentação, arquivamento e escrita histórica, Penelope Papailias (2005) pontua que, muitas vezes, essas iniciativas “amadoras” de se escrever história são desvalorizadas em meios acadêmicos e em círculos eruditos da história “profissional” por conterem flagrante parcialidade, tom sentimental e metodologias inconsistentes. Em nosso caso, que possui algumas características semelhantes, essas formas de produção documental da história, bem como seu arquivamento “testemunham a viabilidade da história como um discurso sobre si mesmo, bem como o tremendo investimento que as pessoas fizeram em documentar e testemunhar um passado que elas – ou outros – consideram seu ‘próprio’” (*ibidem*, p. 2). Na Região de Pedra Lisa, esses esforços para a manutenção de determinados pontos de vista a respeito dos acontecimentos passados podem se expressar para além da produção e arquivamento de acervos documentais. A saber, a exposição pública da fotografia de um líder local, José Mathias, assassinado por grileiros, tornado um mártir da luta pela terra, ou até

⁵⁸³ No sentido de “memória herdada” (POLLAK, 1992). Isto é, através da memória compartilhada pela socialização política, ou pela socialização histórica, ocorrendo um fenômeno de identificação ou projeção com determinada interpretação do passado. Conforme pontuado por Jelin (2003, p. 4), “a compreensão humana incorpora experiências vividas pessoalmente; ela também incorpora experiências de segunda mão - aquelas que são transmitidas por outros. O passado, portanto, pode ser condensado ou expandido, de acordo com a forma como essas diversas experiências passadas são integradas”.

mesmo na disputa pelo espaço físico que outrora era utilizado pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa nas décadas de 1950 e 1960.

Além dessas maneiras deliberadas de reprodução de memórias coletivas marginalizadas, há também o inverso. Isto é, o esquecimento. Muitas vezes se trata de uma maneira forçada de se evitar a rememoração de acontecimentos traumáticos, tais como a repressão antes, durante e especialmente ao longo do regime ditatorial que se seguiu ao golpe de 1964. A grande fronteira entre “vencedores” e “oprimidos” – no sentido formulado por Walter Benjamin (1985) – entre os moradores de longa data da região, se dá através dessa linha: alguns ficaram com bastante terra acumulada, outros sem nenhuma. É o caso da Fazenda do Capixaba que, por um lado, foi acumulada no início da ditadura empresarial-militar e que não foi desapropriada, mesmo num contexto de mobilizações para recuperar essas terras para os lavradores. Ao contrário disso, temos o caso de um lavrador que conheci no trabalho de campo, que hoje não tem terra alguma para plantar – apenas para moradia – e vive de trabalhos ocasionais nas terras de outras pessoas. Já nas últimas etapas da pesquisa, um outro lavrador me disse que esse primeiro lhe contou que seu pai tinha um sítio na região, que foi grilado pelo Capixaba e pelo vereador Armando Dias. Essa descoberta foi alvo de controvérsia para esse segundo lavrador, que questionava os motivos, anos antes, pelos quais ele não expôs ter sido vítima de grilagem de terras no seminário de memória realizado em 2016 em Pedra Lisa.

Não se trata de uma forma de esquecimento dada através do apagamento de rastros memorialísticos, mas através do que Paul Ricœur (2007) compreende como “esquecimento de reserva”, isto é, uma forma imposta de esquecimento, que pode se formar dentro da subjetividade individual ou coletiva, com vistas a apaziguar determinado conflito. Entretanto, formas impostas de esquecimento não são capazes de abolir o conflito através do esquecimento. Pelo contrário, impõem uma única forma de se lembrar de eventos passados traumáticos, produzindo uma “memória impedida”, que sempre estará passível de retornar. Refletindo sobre os efeitos políticos de medidas de anistia, o autor faz observações a respeito de como elas são capazes de apaziguar conflitos apenas de maneira temporária.

Em discussão a respeito do decreto, recordado por Aristóteles em *Constituição de Atenas*, promulgado em 403 A.C, após a vitória da democracia sobre a oligarquia dos trinta, Ricœur problematiza a pretensão de forçar um tipo de esquecimento. Com o objetivo de reconciliação entre cidadãos inimigos, em nome da paz cívica, a anistia para Ricœur acaba gerando, enquanto consequência de um perdão simulado, um afastamento do próprio perdão por ambas partes. Isso porque a própria anistia se promove, por uma frágil inscrição jurídica sobre a memória, o não recordar. “Esquecimento contra esquecimento? Esquecimento da discórdia contra esquecimento dos danos sofridos? É nessas profundezas que será preciso se embrenhar quando chegar a hora” (RICŒUR, 2007, p. 460). A imposição política sobre o “não esquecer de esquecer” pode ser uma medida com um alto preço a se pagar. Em discussão a respeito das reflexões do autor, Jeanne Marie Gagnebin pontua que a anistia é

um gesto de interrupção, de cesura que deve permitir que um grupo permaneça um grupo, discordante, dividido certamente, mas, no entanto, capaz de continuar uma vida em comum. Mas a anistia não abole o conflito, também uma condição dessa vida em comum. Ela significa, portanto, uma trégua ao conflito, trégua talvez necessária, mas que não pode pretender constituir uma regra eterna (GAGNEBIN, 2020, p. 209).

Conforme pontuado por Michael Pollak (1989), esse tipo de memória, “subterrânea”, pode ser verbalizada publicamente apenas em determinadas conjunturas políticas, mais favoráveis, como foi no caso do contexto da pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Esse morador, cujo pai teve suas terras griladas,

mesmo assim não verbalizou esse ocorrido e fez um discurso a respeito de como o trabalho em lavouras, como os que ele executa, são desvalorizados; falou sobre situações de fome pelas quais ele e outros trabalhadores rurais já passaram; endossou a importância de defesa dos interesses dos trabalhadores rurais para reiterar o posicionamento da importância da fundação de uma nova associação e fechou sua fala dizendo que coloca “Jesus na frente, eu em segundo e em terceiro, o patrão que me paga. Porque, se eu botar Jesus por último, Jesus vai me derrubar (...) porque Jesus trabalha no coração do meu patrão, senão ele não me paga!”⁵⁸⁴ Essa fala sintetiza a maneira pela qual as memórias coletivas sobre os conflitos por terra na Região de Pedra Lisa expressam o sentido anistiante da “memória impedida” de Ricœur (2007): o conflito é exposto, entretanto, em formato de trégua temporária, sem ser integralmente verbalizado.

Este último capítulo realizará uma análise das representações sociais das memórias coletivas na Região de Pedra Lisa. Trata-se agora de analisar os próprios materiais de memória, assim como as relações estabelecidas entre indivíduos e grupos com materiais documentais – tais como acervos pessoais e jornais.

Uma característica importante das distintas maneiras de se rememorar os acontecimentos repressivos entre os trabalhadores rurais da Região de Pedra Lisa é que a fragmentação dos grupos sociais subalternos nessa região é marcada pela rememoração, ao mesmo tempo, de grupos dissidentes da ditadura empresarial-militar e de grupos colaboracionistas com o regime, classificados pelo grupo dissidente como os “*entrega-lista*”. Refiro-me a “grupos”, no plural, pois o que chamávamos anteriormente de “grupo dos trabalhistas/comunistas” e de “grupo da FLERJ”, agora, não existem mais. O que existe são representações sociais da memória, “herdada”, no sentido de Pollak (1992), desses dois grupos que são reproduzidas, vez ou outra de maneira misturada, vez ou outra mais próxima da narrativa de um desses antigos grupos antagonicos, entre os mais variados grupos que existem atualmente na região estudada⁵⁸⁵. Em outras palavras, esse embate de memórias perpassa, ao longo do tempo, por trabalhadores que viviam na região, mas que não necessariamente estavam filiados a um grupo ou outro.

O que nos interessa agora é analisar como se dão as dinâmicas das memórias coletivas de grupos das classes sociais subalternas (GRAMSCI, 2014a; 2014 b) a respeito desses processos históricos. Nesse sentido, as distinções entre “memória comunicativa” e “memória cultural”, elaborada por Jan Assman (1995), nos são úteis para melhor compreendermos as distinções entre as memórias coletivas a respeito do regime ditatorial de 1964 estabelecidas pelo “senso comum” – que são múltiplas, mas, no geral, desconhecem a repressão que se abateu sobre os trabalhadores rurais – e as memórias coletivas de uma comunidade ou grupo sobre si mesma, diante desses acontecimentos repressivos e eventos relacionados a estes.

Por “memória comunicativa”, Assman compreende a comunicação do dia-a-dia e sua memória socialmente mediada, onde cada memória individual se constitui em comunicação com os “outros” que, por sua vez, constituem grupos que têm suas próprias concepções e imagens do passado. Sua principal característica, pontua Assman, é seu horizonte limitado com o passado: “A memória comunicativa não oferece nenhum ponto fixo que a prenderia ao passado em constante expansão na medida em que o tempo passa. Tal fixidez só pode ser alcançada através de uma formação cultural e, portanto, está fora da memória informal do dia-a-dia” (ASSMAN, 1995, p. 127).

A “memória cultural”, por outro lado, oferece uma concepção de memória coletiva de uma sociedade ou grupo sobre si mesma, através de “conhecimento guardado” do grupo sobre

⁵⁸⁴ Seminário de memória de Pedra Lisa, 16/04/2016.

⁵⁸⁵ Hoje, com alguns contornos urbanos, contando com “casas de veraneio”, algumas propriedades rurais pequenas, outras grandes e com características de atividade econômica de turismo ecológico convivendo no mesmo espaço, conforme explicado na introdução, indicando que não só o espaço, mas as pessoas que por lá habitam se modificaram ao longo do tempo.

si. Ela é mantida através de formações culturais, tais como textos, rituais e monumentos, oferecendo a esse grupo a concretização de uma identidade que fornece uma percepção de particularidade; a capacidade de se reconstruir, relacionando esse conhecimento de si com situações contemporâneas; a formação de um sentido comunicativo de conhecimento memorialístico compartilhado; formas institucionais de comunicar e organizar a memória; o estabelecimento de sistemas de valores e, finalmente, sua reflexividade. Isto é, podendo ser reflexiva através de práticas sociais; auto-reflexiva no sentido de refletir em si mesma para se auto elaborar e reflexiva em sua auto-imagem através da preocupação de seu próprio sistema social de valores (ASSMAN, 1995). O que nos interessa nesse último capítulo é como esses grupos sociais das classes subalternas guardam a memória sobre si e quais são as suas conexões com a “memória do senso comum” – ou a “memória hegemônica” – a respeito da ditadura, estabelecida na sociedade brasileira.

Para atingir esse objetivo analítico, tomamos como caso de estudo as dinâmicas coletivas da memória na Região de Pedra Lisa, por se tratar de uma região que, no contexto dos acontecimentos conflituosos analisados nos últimos capítulos, esteve conectada com diversas outras mobilizações da luta pela terra na Baixada Fluminense, o que nos fornece, portanto, um ponto de vista privilegiado para essa discussão. Iniciaremos pelas origens de algumas dessas representações sociais das memórias, isto é, através da narrativa que se constituiu – e que depois se rememorou – a respeito da pergunta de “quem mandou matar José Mathias?” a partir do início da década de 1950.

8.1 – Quem Mandou matar José Mathias? Rememoração, Economia Moral, Ação Política e Resistência Camponesa

Quem mandou matar José Mathias, primeiro presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa? De acordo com fontes jornalísticas e documentais⁵⁸⁶, ele foi assassinado por Zé Mineiro, “protegido dos Guinle”. Acuado, com ressalvas e medo, o vereador Byron Dore de Almeida, parceiro da entidade que José Mathias presidia, assim responde para a imprensa:

- Quem mandou matar José Mathias dos Santos? [**perguntam os repórteres**]
- Não sei. Apenas que os lavradores eram perseguidos por determinação da Companhia Normandia, onde aparecia “Zé Mineiro”, como fiscal da mesma [**responde Byron**] (*Última Hora*, 27/07/1951, p. 6).

Esse questionamento, a respeito de quem foram os responsáveis pelo assassinato do líder camponês, foi um elemento relevante para a construção da identidade do “nós” e “eles”, estabelecendo uma fronteira entre aliados e adversários; legítimos detentores de terras e ilegítimos; produtores e especuladores; “posseiros” e “grileiros”. A rememoração de José Mathias foi capaz de promover coesão identitária entre os posseiros em Pedra Lisa, especialmente entre os associados da Sociedade de Lavradores e Posseiros. A memória, conforme assinalado por Pollak (1992, p. 204), é um elemento constitutivo da identidade individual e coletiva, sendo “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Essa coesão identitária, por sua vez, tornou-se um elemento responsável por estimular ação política coletiva da entidade. Conforme Jelin (2003, p. 4), experiências do passado também são moldadas por um horizonte de expectativas e, diríamos, também os moldam. “É no ponto da complexa intersecção e convergência, nesse presente onde o passado é o espaço da

⁵⁸⁶ 7º Ofício de Justiça do Serviço Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, depoimento de Erotildes Pimentel Vianna em 29/06/1953 (Acervo de Doquécia Paes Leme; Anexo B II); *Imprensa Popular*, 28/12/1954, p.8.

experiência e o futuro é o horizonte de expectativas, que a ação humana é produzida”.

Como discutido anteriormente, Zé Mathias ou “Zé Teodoro” se tornou uma espécie de mártir da associação, sendo rememorado através da exibição de uma foto sua em reuniões da entidade, em diversos eventos e festividades na região. O Sr. Benício, que chegou em Pedra Lisa em 1949, conta, em entrevista realizada no início da década de 1980, que “após a morte de José Mathias, o movimento se organizou, trazendo novos posseiros”⁵⁸⁷. A foto emoldurada ficava exposta na praça central de Pedra Lisa, que acabou sendo chamada de “Praça José Mathias dos Santos” na década de 1950 (*Imprensa Popular*, 04/01/1956, p. 4), para, mais tarde, já na década de 1970, ser colocada dentro da escola.

Não temos como precisar se se tratava de um nome dado pela população local ou se o nome foi oficialmente reconhecido pela prefeitura na época. Entretanto, podemos traçar algumas hipóteses: o jornal pecebista *Imprensa Popular* (04/01/1956, p. 4), que publicou essa notícia, explica, ainda, que a exposição da fotografia de José Mathias seria “inaugurada” no dia 08/01/1956, um domingo, em meio a festividades “em homenagem à Rainha dos Camponeses, que nesse dia será coroada”. A festa contou com o comparecimento do então prefeito de Nova Iguaçu, Ary Schiavo, do deputado Edésio Cruz Nunes, de representantes da Câmara Municipal (citando apenas Norberto Finamore Marques, do PSD), de lavradores de Xerém, e representantes de diversas outras entidades, entre eles, o sindicato dos têxteis do Rio de Janeiro. Após a inauguração do retrato, foi fixado um mastro com “os nomes de Juscelino e Jango, candidatos eleitos pelo povo”, seguido de festividades que se encerraram com a “coroação da rainha dos camponeses pelo Sr. Ary Schiavo”. Dada a presença de autoridades, inclusive do prefeito, podemos até mesmo supor que esse nome tenha sido dado oficialmente para a praça. Hoje, seu nome oficial é “Praça de Pedra Lisa”, embora algumas pessoas se recordem que ela foi chamada, outrora, de “Praça Vermelha”. Entretanto, não foi relatado no trabalho de campo, menção alguma ao nome da praça como “Praça José Mathias dos Santos” em tempos pretéritos. Mas a exposição do retrato ainda é rememorada por um entrevistado que chegou em Pedra Lisa entre 1953 e 1954:

José Mathias, eu conheci o retrato dele. Quando eu vim por aqui, o Zé Mathias não tava mais por aqui não. Falava-se dele. Tinha um quadro de retrato dele, um retrato até com aparência bem preparada. E sempre existia uma festa em Engenheiro Pedreira, que levavam o retrato dele e botava lá, exposto lá... Zé Mathias! (...). Botavam o retrato dele lá pra abrilhantar a reunião e o pessoal conhecer ele (Entrevista de Sr. Alcides, concedida a Gabriel Bastos em 12/03/2020).

A foto de Zé Mathias é rememorada também por Bráulio Rodrigues: “As lideranças eram outras pessoas, bem capacitadas na época, como o Zé Mathias (ainda tem retrato dele lá na Pedra Lisa)” (SILVA, 2008, p. 19).

⁵⁸⁷ Entrevista de Sr. Benício para Copello (1983), data não identificada.



Figura 17: José Mathias dos Santos. Fonte: *Última Hora*, 30/08/1962, p.5⁵⁸⁸.

Quase dez anos após a seu assassinato, os lavradores ainda declaravam para a imprensa que os conflitos por terra levaram à morte de Zé Mathias e de muitos outros, descritos como “aqueles que tombaram (...) para melhor agrupar as forças camponesas e criar a resistência ao ‘grilo’” (*Última Hora*, 13/01/1962, p. 3). Em diversas outras fontes documentais, José Mathias é mencionado pelos lavradores entre um dos que morreram em decorrência de conflitos por terras com grileiros. Isso se repete em outras diversas reportagens jornalísticas, em depoimentos para órgãos policiais e também em cartas pessoais.

Conforme sublinhado por Pollak (1992), a memória individual ou coletiva, que é capaz de gerar identidades e percepções de pertencimento em determinando grupo, pode se pautar tanto por acontecimentos vividos pessoalmente quanto por acontecimentos “vividos por tabela”, isto é, acontecimentos cuja experiência é partilhada por determinados grupos ou coletividades, onde se inserem indivíduos com sentimento de pertencimento a esses grupos.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado,

⁵⁸⁸ O jornal exibe essa foto ao lado da foto de outro homem, com uma legenda que faz referência à Zé Mathias e Francisco Lacerda, sem especificar quem é quem. Sr. Damião, em entrevista concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018, identificou o indivíduo dessa foto como Zé Mathias e o outro como Francisco Lacerda. Já Sr. Alcides, em entrevista concedida a Gabriel Bastos em 12/03/2020, já com 91 anos, não conseguiu se recordar se a foto em questão, de fato, se tratava de Zé Mathias ou de Francisco Lacerda, entre as duas fotos desse mesmo jornal. Entretanto, somado à identificação feita por Sr. Damião, deduzimos que muito provavelmente é essa a foto que a Sociedade de Lavradores e Posseiros exibia de Zé Mathias em seus eventos, uma vez que se tratava de um retrato “com aparência bem preparada” tal como exposto por Sr. Alcides.

tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (*Ibidem*, p. 202).

A construção da figura de José Mathias como mártir pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, ao longo dos anos, operou nesse sentido. Alimentou, por um lado, uma identidade própria, objetivos e lutas em comum e, por outro, estabeleceu a imagem de um inimigo: os “grileiros”, expressos na imagem dos Guinle, da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, dos Paes Leme e de todos os compradores de terras, também classificados como “grileiros”. Isso é observado em diversas fontes documentais⁵⁸⁹, quando o assassinato do líder é mencionado pelos lavradores, momento em que esses marcos identitários se fazem evidentes.

Em outras palavras, o assassinato do líder acabou exercendo duplo papel na ação política: por um lado, se tornou um símbolo que tornava a resistência contra o “grilo” um valor para uma filosofia espontânea (GRAMSCI, 2014b), elaborada entre os posseiros na região e, por outro, essa própria filosofia espontânea estabelecia uma economia moral (THOMPSON, 1998) que se alimentava e retroalimentava um projeto de memória (VELHO, 1994), capaz de negociar valores da própria economia moral da comunidade. O trabalho, ou empreendimento de memória (JELIN, 2003), realizado pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa em torno da figura de José Mathias buscava fortalecer a ação e coesão política dessa entidade.

Diante das fontes que mencionam o líder, podemos supor também a relação contrária entre memória e ação coletiva, isto é, o trabalho da própria memória em si, que efetua a manutenção, continuidade, unidade e coerência de determinada organização (POLLAK, 1992). Isso é possível de ser compreendido se relacionarmos elementos como a presença de José Mathias em práticas discursivas de legitimidade de permanência na terra, verbalizada por lavradores em jornais na década de 1950, assim como práticas discursivas em Pedra Lisa nos dias atuais que, ainda que sem mencionar o primeiro presidente da associação, possui uma base comum com essa prática discursiva do passado sobre legitimidade de permanência na terra. Evocar a figura de José Mathias, assim como a rememoração “dos que tombaram” na luta pela terra, mobiliza a ação coletiva que visa dar continuidade aos objetivos empreendidos por estes mártires da associação.

Não é difícil supor certa influência dessa prática discursiva ainda no tempo presente, mesmo que poucos conheçam de fato ou mencionem a história de José Mathias. Nesse sentido, é importante termos em mente a noção de Daniel Cefaï (2009) sobre “experiências criadoras” e suas relações com organizações políticas:

Podemos inicialmente pensar as organizações como reagrupamentos, mais ou menos fluidos, em torno de situações problemáticas a serem resolvidas, que põem em jogo uma “experiência criadora” (...). Tentando encontrar soluções, ao longo do tempo, elas se transformam internamente ou transformam seu ambiente (CEFAÏ, 2009, p. 19).

Cefaï se refere às opções organizacionais e suas relações com práticas políticas de determinadas organizações. O que está em jogo aqui é também a memória e a identidade, que

⁵⁸⁹ Isto é, fontes jornalísticas e também documentos policiais, que reproduzem depoimentos de lavradores. Os Guinle eram os mais lembrados, nominalmente, ao invés da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, pelos posseiros mais antigos e também eram nominalmente mais rememorados em tempos pretéritos, em relação ao atual. É o caso de Sr. Ignácio José Barcelos, que foi presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, citando as origens do conflito, remontando à década de 40: “Conde Modesto Leal vendeu a posse para Dr. Arnaldo Guinle” (entrevista de Ignácio José Barcelos, concedida a Sheila Copello em 02/04/1983). Os Guinle sequer foram mencionados nas entrevistas realizadas entre 2015 e 2022, tampouco em conversas informais ao longo do trabalho de campo. Entretanto, o nome da Companhia Normandia ainda é rememorado.

se constituiu enquanto um elemento que dinamiza as práticas políticas, através do enquadramento (SNOW e BENFORD, 2000) de significados de acontecimentos pretéritos, atribuindo à luta pela terra um valor compartilhado, assim como a responsabilidade para com as vítimas dos grileiros no passado. Tal como pontuado por Benjamin (1985), a vitória das classes dirigentes sobre as subalternas estabelece força de influência não somente aos vivos, mas também às gerações anteriores, dos mortos. Somente a continuidade de suas lutas poderia ser capaz de redimir seu sofrimento no presente.

Podemos supor que o trecho da reportagem jornalística a seguir foi escrita com base em depoimentos e discursos locais, ouvidos por jornalistas que cobriam a solenidade em Pedra Lisa, com presença de diversas autoridades, na instalação da placa comemorativa de bronze, na ocasião das desapropriações das fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira: “José Mathias foi seguido pelos sicários dos grileiros, que, atraindo-o a uma cilada, conseguiram fuzilá-lo pelas costas. Em vez de abater a moral dos posseiros, o sangue do seu sempre lembrado mártir fez com que a vontade de ficar e defender as roças se reacendesse” (*Última Hora*, 16/07/1958⁵⁹⁰). Certamente, ações armadas compreendidas como formas de autodefesa pelos lavradores também se legitimavam através da rememoração do mártir. Imediatamente após esse trecho, o jornal segue: “E o certo é que um dos capangas, João Tenório, mais tarde foi morto, mediante a aplicação da lei de Talião, a única que ali prevaleceu durante os longos e tenebrosos anos em que as autoridades pendiam, inevitavelmente, para o campo dos grileiros”.

Podemos observar a rememoração da luta pela terra enquanto fator e ferramenta de mobilização não somente em Pedra Lisa na década de 1950, mas também em outras localidades da Baixada Fluminense e em outras temporalidades. O próprio ressurgimento dos movimentos de demanda por terra na Baixada Fluminense na década de 1980, de certa forma, foi fruto de “sementes plantadas nas trincheiras de duas décadas atrás” (ERNANDEZ, 2010, p. 244). Isto é, a recomposição dos movimentos de luta por terras na década de 1980 carregou marcas organizativas que se iniciaram duas décadas antes. Nesse sentido, é notório o papel do resgate das memórias das mobilizações anteriores que Bráulio exercia na década de 1980, em contexto de rearticulação do sindicalismo rural de Nova Iguaçu. Conforme discutido no tópico 7.2.2, Bráulio socializava com as novas gerações a experiência de mobilização camponesa no período anterior ao golpe de 1964.

Em tempo mais próximo, notamos a marca de narrativas do passado enquanto um elemento norteador de experiências do presente. Em Cachoeiras de Macacu, no ano de 2015, estava em curso um projeto de construção de barragens na região da Bacia do Rio Guapiaçu, exigência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) para liberação da obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). A obra previa atingir cerca de três mil pessoas em uma região que abrigava muitas famílias que já haviam passado por experiências anteriores de remoção e processos de expropriação que se intensificaram na ditadura. Algumas dessas famílias oriundas do Imbé por lá se encontravam, por já terem sido expulsas de outras regiões, “como é o caso das que foram despejadas da Fazenda do Largo, em São João da Barra, ou de antigos colonos do café oriundos de Minas Gerais e do norte fluminense que se obrigaram a buscar outras formas de sobreviver em função da crise cafeeira” (TELÓ, 2015). Outras famílias que, por sua vez, já estavam em Cachoeiras de Macacu, estavam envolvidas nos conflitos da Fazenda São José da Boa Morte, onde houve perseguição política pelo regime ditatorial e reapropriação da área pelos irmãos Coimbra Bueno após o golpe (*Ibidem*).

Dona Roseli, assentada em Cachoeiras de Macacu, em um depoimento que deu durante um evento oficial da CEV-Rio, Testemunhos da Verdade, construiu sua argumentação contando de forma cronológica

⁵⁹⁰ Página desconhecida, acervo de Doquézia Paes Leme; Anexo B I.

como em sua trajetória ela foi sistematicamente expulsa de vários locais: saiu do Imbé para ir morar em Cachoeiras de Macacu nos anos 1960; nos anos 1970/1980 lutou para permanecer na área; e agora precisa lutar novamente para não ser expulsa da terra que vive há anos. A história de resistência dessas pessoas é lembrada e utilizada como uma forma de mostrar como elas têm: a) sido sistematicamente vítimas de ações de expulsões ou tentativas de expulsões; b) ao mesmo tempo em que serve de inspiração à luta atual contra a barragem. Com isso, a memória das lutas nessa área é reavivada com uma conotação política, como forma de fazer lembrar do histórico de repressão nessa área e como maneira de unir um grupo novamente (TEIXEIRA, 2015, p. 750).

Evidentemente, quando falamos em lembrança da luta pela terra enquanto fator que estimula ou “inspira” novas gerações a se mobilizarem pelas mesmas pautas empreendidas no passado, não estamos falando de um fenômeno isolado na Baixada Fluminense, mas de um repertório de ação de diversas outras entidades da sociedade civil e movimentos sociais do campo. É o caso dos dados produzidos pelo acervo Dom Tomás Balduino, da CPT; as iniciativas do Armazém Memória; do CEDOC da CUT; do Conselho Missionário Indígena; do CEDEFES em Minas Gerais e as iniciativas e publicações do Museu Vivo de São Bento em Duque de Caxias⁵⁹¹.

No caso do MST, os nomes dados aos assentamentos de reforma agrária prestam homenagens aos mais variados indivíduos ligados às lutas sociais da classe trabalhadora e de seus subgrupos. Isso remete à compreensão de Pollak (1992) a respeito das memórias coletivas de determinado grupo enquanto um fator de coesão, unidade e coerência, capazes de conectar o passado com as atividades do presente. Outra experiência de preservação da memória desse movimento se dá através de seu Coletivo de Arquivo e Memória, que surgiu entre 2015 e 2016, a partir da demanda interna de organizar e resgatar documentos de instâncias políticas do movimento. A partir dessas experiências iniciais, foram sendo realizadas iniciativas através desse coletivo que hoje atua em três frentes: documentação, difusão e formação/capacitação. Enquanto as duas primeiras frentes atuam com o objetivo de organizar e documentar e difundir acervos, tais como documentários e fotografias, para demandas internas e externas, a terceira frente atua na formação e capacitação voltadas para as secretarias regionais do movimento, com o objetivo de organização de seus acervos e sensibilizar as direções regionais.

Podemos também citar o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em sua Escola Camponesa de Memória⁵⁹², bem como a discussão dessa questão em suas cartilhas. No *Plano Camponês por Soberania Alimentar* (GORGEN *et al.*, 2019), o MPA elabora uma concepção de *memória camponesa* como elemento central da luta de classes. Partindo do

⁵⁹¹ Todas essas iniciativas foram discutidas em debate comemorativo de 25 anos do NMSPP. As mesas do seminário estão disponíveis em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLZ0eBNHu-7gA5JTdRazS9qIXzYPAu6kCK> (acessado em 15/06/2022).

⁵⁹² A Escola Camponesa de Memória do MPA é um evento anual onde o movimento se reúne para discutir determinado acontecimento histórico do Brasil, relacionando-os com as lutas sociais do tempo presente. Em seu primeiro encontro, realizado em 2014 em Brasília, o tema central era a ditadura de 1964, tortura e o não reconhecimento oficial dos 1.196 camponeses mortos e desaparecidos (Fonte: <https://www.ecodebate.com.br/2014/04/02/movimento-dos-pequenos-agricultores-realiza-i-escola-camponesa-da-memoria/> - acessado em 15/06/2022). Assim, para problematizar esse não reconhecimento, os participantes fixaram mais de mil cruzeiros na esplanada, em memória aos camponeses mortos e desaparecidos, conforme explicado por Robledo Mendes, dirigente estadual do MPA e também membro do coletivo de educação camponesa do MPA-RJ, no seminário comemorativo de 25 anos do NMSPP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=frChBUh36kA> (acessado em 15/06/2022).

pressuposto de Marx e Engels (1982) em *O Manifesto do Partido Comunista*, de que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (p. 106), a cartilha desenvolve a seguinte reflexão:

É esta concepção que sustenta a possibilidade de reconstituir a formação do campesinato e identificá-lo como sujeito ativo construtor de história, com passado, presente e portador futuro (...).

A resistência e a luta jogam papel fundamental na reprodução e ampliação do campesinato. A memória conecta passado e presente, guarda e transmite conhecimentos, fatos e lutas, e reabilita a história como a história da luta de classes e o campesinato como um sujeito social e político (GORGEN et al., 2019, p. 41 e 46).

Em Benjamin, a rememoração de antigos mártires é colocada no sentido do uso da historiografia apresentado por Nietzsche, de maneira ativa na experiência do presente, para ser utilizada na “‘vida e para a ação’”. Ele designa suas considerações sobre história como ‘intempestivas’, porque são ‘contra o tempo, para agir sobre o tempo e para favorecer o acontecimento de um tempo futuro’. Essas observações correspondem perfeitamente às intenções de Benjamin” (LÖWY, 2005, p. 108). Podemos dizer que a memória estabelecida em torno da figura de José Mathias – e de “outros que tombaram”⁵⁹³ – expressava uma experiência agregadora de identidade e memória coletiva em torno da luta pela posse da terra, expressada enquanto legítima, em contraposição aos antagonistas “grileiros” e sua apropriação de terras considerada ilegítima.

A memória coletiva dos vencidos se distingue dos panteões estatais da “história oficial”, das comemorações e rememorações oficiais de heróis nacionais. A memória, em termos da memória nacional ou oficial, é utilizada enquanto instrumento político que mantém a coesão de grupos e das instituições que fazem parte de determinada sociedade (POLLAK, 1989). Segundo Michael Löwy, essa distinção entre a memória coletiva dos vencidos e a “história oficial”, se dá, “aos olhos de Benjamin, [porque] ela simplesmente tem uma dimensão subversiva à medida que não é instrumentalizada a serviço de qualquer poder” (LÖWY, 2005, p. 111).

A insistência de Benjamin sobre os ancestrais vencidos pode parecer estranha. Ela é, sem dúvida, unilateral, uma vez que a luta contra as opressões se inspira tanto em vítimas do passado quanto em esperanças para as gerações do futuro – e também, ou sobretudo, na solidariedade com as do presente. Ela faz também um imperativo judaico: *Zachor*, lembre-se! Lembre-se de seus ancestrais que foram escravos no Egito, massacrados por Amalek, exilados na Babilônia, dominados por Tito, queimados vivos pelas Cruzadas e assassinados pelos pogroms. Encontramos o culto aos mártires, de uma outra forma, no cristianismo, que fez de um profeta crucificado seu Messias e de seus discípulos torturados seus santos. Mas o próprio movimento operário seguiu esse paradigma, de uma maneira perfeitamente profana⁵⁹⁴. A fidelidade à memória dos “mártires de Chicago” – os sindicalistas e anarquistas executados pelas autoridades americanas em 1887, em uma paródia de justiça – inspirou, ao longo de todo o século XX, o ritual do 1º de maio.

⁵⁹³ Carta de Ignácio José Barcelos, 18/07/1986 (Acervo pessoal de Lúcio).

⁵⁹⁴ Igualmente, também o movimento camponês brasileiro, através de figuras como João Pedro Teixeira (1962) e Margarida Maria Alves (1983).

Sabe-se da importância, para o movimento comunista em seus primeiros anos, da lembrança dos assassinatos de Karl Liebknecht e de Rosa Luxemburgo em 1919. Mas talvez a América Latina represente mais impressionantemente do papel inspirador das vítimas do passado, se pensarmos no lugar que ocuparam no imaginário revolucionário dos últimos trinta anos as figuras de José Martí, Emiliano Zapata, Augusto Saldino, Farabundo Martí e, mais recentemente, Ernesto Che Guevara⁵⁹⁵ (LÖWY, 2005, pgs. 110-111).

A comemoração de José Mathias, de 1950 até 1964, evocava a importância e disposição de dar continuidade à sua luta.

Os laços comunitários na época, existentes em torno da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, as festividades, os mutirões, a escola comunitária, a cooperativa e as formas de ajuda mútua certamente criavam um ambiente fértil para a reprodução dessas narrativas de experiências vividas por esse grupo (BENJAMIN, 1992). Essas identidades se agregavam, certamente, em torno de laços densos (SAVAGE, 2011) que a perpassavam e eram capazes de produzir identidades políticas para suas ações reivindicatórias. Não se tratava, entretanto, já na década de 1950/60, de uma única identidade política que essa entidade fomentava na região, mas de identidades em disputa, uma vez que a própria associação estava também em disputa por dois grupos.

Essas identidades e referências, na medida que o tempo passa, tornaram-se fragmentadas no sentido do lugar que elas representam para a identidade de sujeitos distintos. Em 18 de setembro de 1986, três dias antes da Primeira Romaria da Terra do estado do Rio de Janeiro, realizada em Pedra Lisa, José Mathias foi novamente comemorado. O Sr. Ignácio Barcellos, antigo presidente da associação, redigiu uma carta e a entregou para um lavrador que hoje compõe a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências. “Fica com essa carta, que amanhã você vai precisar disso”, ele lhe diz⁵⁹⁶. A carta conta a história dos primórdios da associação: sobre quando José Mathias levou a petição ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e a respeito do sofrimento dos camponeses de Pedra Lisa na luta pela terra. “Pessoas mortas pelos grileiros: José Mathias dos Santos, Sebastião Pereira e Antônio Manssú⁵⁹⁷”.

Conforme Pollak (1992), acontecimentos vividos por tabela também podem ser constituídos não só por acontecimentos, experiências partilhadas em si, mas também por personagens ou lugares. Não é só em torno da figura de José Mathias que a memória da luta pela terra na região se consolida enquanto um valor, mas também através do prédio onde funcionava a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e da placa de bronze, monumento comemorativo que celebra a desapropriação a favor dos posseiros em 1958.

Não é difícil supor que muitas referências identitárias no tempo presente, expressas em nossos materiais empíricos de história oral, tenham origem nesse processo de comemoração enquanto um fator de mobilização da ação coletiva acima descrito. Entretanto, ao longo do tempo, as identidades que derivam dessas memórias se tornaram fragmentadas, podendo, inclusive, ter seu sentido inicial alterado. Como diz Gilberto Velho,

A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios

⁵⁹⁵ Mais recentemente, Marielle Franco (2018).

⁵⁹⁶ Relatos apresentados em conversas informais ao longo do trabalho de campo.

⁵⁹⁷ Carta de Ignácio José Barcelos, 18/07/1986 (Acervo pessoal de Lúcio). Lúcio, além de ser membro da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, foi um importante mediador para a presente pesquisa, dentro do contexto do trabalho de campo.

separados. O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações.

Por outro lado, o projeto existe no mundo da intersubjetividade. Por mais velado ou secreto que possa ser, ele é expresso em conceitos, palavras, categorias que pressupõem a existência do outro. Mas, sobretudo, o projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo. (...) A identidade, por conseguinte, depende dessa relação do projeto do seu sujeito com a sociedade, em um permanente processo interativo (VELHO, 1994, p.103,104).

O ponto de partida deste tópico foi praticamente o mesmo ponto de partida da pesquisa: as mobilizações da década de 1950 na Região de Pedra Lisa e as identidades desenvolvidas em torno dessas experiências e de sua rememoração. O tópico a seguir terá como seu ponto de partida as maneiras pelas quais essas memórias são representadas hoje e quais são seus desdobramentos identitários.

8.2 – Identidades e Memórias Fragmentadas

No dia 20 de outubro de 2018 foi realizada a cerimônia de posse da nova diretoria da Associação de Pequenos Produtores de Jaceruba e Pedra Lisa, que abrange pequenos produtores rurais cadastrados nos assentamentos estaduais das fazendas São Pedro e Pedra Lisa. A posse da nova gestão foi realizada em um sítio de eventos evangélicos, do Sr. Damião, reconhecido enquanto um dos mais antigos moradores de Jaceruba⁵⁹⁸. “O sítio virou um sítio de eventos evangélicos”, conta Sr. Damião. “E nós temos aqui esse trabalho que você está vendo hoje, da Associação de Pequenos Produtores rurais, mas nós temos aqui muitas igrejas que vêm passar carnaval, fazem festividades, casamentos etc”⁵⁹⁹.

A cerimônia foi conduzida por um pastor de uma das igrejas neopentecostais da região às quais o Sr. Damião se referiu. Ao abrir o evento, o pastor faz uma breve recapitulação de quem foram os quatro presidentes da associação, desde sua fundação em 1989 para posteriormente mencionar alguns dos objetivos estatutários da associação: “zelar pela terra”; “estimular a implementação de planos racionais, utilizando a terra”; “erradicar o analfabetismo do agricultor”; “preparar o agricultor para conviver com a tecnologia agrícola”; “estimular a administração da economia familiar”; “dar apoio às ações de saúde pública na terra” e, por último, “levar o agricultor a buscar a distribuição de forma direta, evitando a especulação”⁶⁰⁰. Em meio a essa recapitulação, o pastor explica algumas particularidades da abrangência geográfica da população atendida por essa associação:

Jaceruba é um bairro que pertence, de certa forma, a dois municípios. (...) Em 91, foi emancipado o município de Japeri. E, na época, o grupo que estava lutando pela emancipação, queria tanto, que se despreocupou com uma coisa: a área da reserva florestal. E Nova Iguaçu ficou com

⁵⁹⁸ Jaceruba não se resume apenas ao polígono urbano que se situa ao norte da Fazenda São Pedro, no mapa da figura 4 (página 40). Parte do Assentamento Fazenda São Pedro, que está no município de Nova Iguaçu e Japeri, se situa dentro desse bairro. A população local se refere a Jaceruba como um bairro que está nesses dois municípios e que abrange toda a área da Fazenda São Pedro, mais o polígono urbano que está no mapa da figura 4.

⁵⁹⁹ Entrevista de Sr. Damião, concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018.

⁶⁰⁰ Estava se referindo à especulação de preços de gêneros alimentícios, por parte de atravessadores.

toda a área da reserva florestal. (...) Japeri não tem essa área de APA. (...) Então ficou essa divisão mal feita de município. Mas a associação de produtores procurou romper essas fronteiras. Ela não é nem de Nova Iguaçu, nem de Japeri. Ela é a Associação de Pequenos Produtores de Jaceruba e Pedra Lisa, que abrange, na realidade, os dois municípios⁶⁰¹.

Após a abertura da cerimônia, foi passada a palavra para os convidados na mesa: um dos antigos presidentes da associação – o que ficou mais tempo no cargo – que fez uma fala representando os ex-presidentes; o novo presidente a ser empossado; o ex-vereador e candidato a prefeito de Japeri em 2016 pelo Partido Social Cristão (PSC), Jonas Aguiar da Cruz; um representante da Associação de Moradores de Adrianópolis, bairro de Nova Iguaçu; um servidor do ITERJ e um servidor da Secretaria de Agricultura de Queimados⁶⁰².

Ao final das falas dos convidados, os novos diretores⁶⁰³ são chamados à frente para tomarem posse. O hino nacional é tocado e, após isso, Sr. Damião, dono do sítio vai à frente da mesa e puxa uma oração, que é acompanhada por quase todos presentes.

As falas de convidados e também do novo presidente foram marcadas pela afirmação da importância da atuação local da associação, no sentido de apoiar o desenvolvimento de atividades agrícolas na região e também de algumas responsabilidades comunitárias, tal como conscientizar a população para não deixar lixo na estrada. O servidor do ITERJ, que conheceu muitos membros do grupo dos trabalhistas/comunistas da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, e que foi filiado ao PCB de meados da década de 1980 até o início da década de 1990, foi ainda mais atrás no tempo do que o pastor, referindo e relacionando a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Jaceruba e Pedra Lisa com a história da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa⁶⁰⁴:

O nosso entendimento sobre a associação de produtores rurais aqui de Jaceruba, é que ela é bastante importante, uma vez que representa a resistência desses produtores rurais e que vêm, desde lá da década de 1950, tentando implementar um outro modelo de exploração agrícola que pudesse, aqui, promover esse desenvolvimento sustentável – que eu acho que hoje a gente vem trabalhando aqui de uma forma mais consciente, mais científica. Então essa associação, podemos dizer, que ela deu o pontapé inicial e, nesse sentido, ela passou por turbulência. (...) Mas a importância dela, é que ela representa um grupo de pessoas que trouxe pra cá essa nova proposta de modelo de exploração agrícola, e que hoje eu digo: vai para além do problema agrícola, ele também trabalha a *questão agrária*, uma vez que aqui não tem só mandioca, não tem só inhame, mas também tem gente. (...) Então, a importância dessa associação, é pra dizer que ela não é só de agora, mas ela representa um grupo de pessoas que escolheram esse local, que se adaptaram a esse

⁶⁰¹ Gravação da cerimônia de posse da Associação de Pequenos Produtores de Jaceruba e Pedra Lisa, realizada em 20/10/2018.

⁶⁰² Este último, foi convidado por conta da possibilidade que estava sendo levantada entre as prefeituras de Queimados, Seropédica, Paracambi, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé a possibilidade de se abrir um consórcio para agricultura entre esses municípios.

⁶⁰³ Alguns não puderam comparecer.

⁶⁰⁴ Além das experiências pessoais desse servidor, através do Projeto *Memórias*, de 2014, as representações sociais das memórias de Bráulio Rodrigues, assim como as de outros líderes camponeses da Baixada Fluminense das décadas de 1950/60 e 1980, foram socializadas com essa instituição, através dos servidores envolvidos no projeto.

local e que defendem esse local, resistindo às dificuldades de permanência nesse local⁶⁰⁵.

Apesar do servidor do ITERJ se remeter a essa memória herdada da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Jaceruba e Pedra Lisa foi fundada em 1989. Tornando-se entidade jurídica nesse ano, o nome que a associação tem cadastrado em seu CNPJ é de “Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Jaceruba”, excluindo “Pedra Lisa” do nome oficial⁶⁰⁶, diferente da maneira pela qual o nome da associação é normalmente referido. Na época da fundação dessa Associação, outras associações foram sendo fundadas na região.

A Associação Rural do Mutirão dos Trabalhadores de Pedra Lisa e Jaceruba foi criada, ao que tudo indica, após a mobilização que resultou na ocupação na Fazenda do Capixaba, organizada pela Cooperativa de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e Jaceruba. Como vimos, a fazenda do Capixaba não foi desapropriada e as famílias que participaram dessa mobilização foram assentadas em terra próxima, originando assim o Assentamento Fazenda Pedra Lisa. No ano seguinte, em 1987, a Associação Rural do Mutirão dos Trabalhadores de Pedra Lisa e Jaceruba teve sua razão social regulamentada e passou a atuar no assentamento recém-criado. No ano seguinte, em 1988, foi fundada a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Normandia⁶⁰⁷. Além de todas essas associações terem sido fundadas após um período de retomada das mobilizações de ocupações de terra na Região de Pedra Lisa, elas também foram fundadas no mesmo período em que essas fazendas – que anteriormente haviam sido desapropriadas para fins de colonização agrícola nas décadas de 1950 e 1980 – tornaram-se assentamentos estaduais e passaram a integrar o campo de atuação da SEAF, conforme o Atlas Fundiário (SEAF, 1991).

Trata-se, portanto, de um período em que as memórias das experiências de mobilização social camponesa das décadas de 1950 e 1960 vinham sendo socializadas entre as entidades que estavam se mobilizando em torno da questão agrária na Baixada Fluminense naquele período. A respeito da reificação dessa identidade associativista, o Sr. Damião, dono do sítio onde a cerimônia de posse da Associação de Pequenos Produtores de Jaceruba e Pedra Lisa foi realizada, diz o seguinte:

Gabriel Bastos: Em 1964, a associação de Pedra Lisa ainda existia?

Sr. Damião: Já tava aqui.

Gabriel Bastos: Existiu até quando?

Sr. Damião: Do Bráulio Rodrigues? Foi passando de mandato em mandato e é a mesma associação. É a mesma até hoje. Ela só foi passando de diretoria, de presidência, até hoje (...). Mas a associação, o cadastro nosso, é o da Pedra Lisa.

Gabriel Bastos: Desde os anos 50, 60?

Sr. Damião: Isso, desde esses anos. É porque, na época, desde aquele tempo, as coisas iam mudando, mudando... E naquela época a gente tinha que ir pra palácio do governo, toda essa coisa (Entrevista de Sr. Damião, concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018).

⁶⁰⁵ Gravação da cerimônia de posse da Associação de Pequenos Produtores de Jaceruba e Pedra Lisa, realizada em 20/10/2018. Grifo representa ênfase do interlocutor.

⁶⁰⁶ <https://consultas.plus/lista-de-empresas/rio-de-janeiro/nova-iguacu/36050524000134-associacao-dos-pequenos-produtores-rurais-de-jaceruba/>. Optamos aqui por reproduzir o nome da associação que é verbalizado, não o que consta em sua razão social.

⁶⁰⁷ <https://empresasdobrasil.com/empresa/ass.-dos-trabalhadores-rurais-da-fazenda-normandia-31994700000172>

Esse referencial identitário é digno de nota. O entrevistado demonstra profunda valorização da memória de Bráulio Rodrigues, que foi quem, por meio da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, conferiu à sua família um sítio na região em 1963. Bráulio foi apresentado à sua família por um primo do entrevistado, que, na época, tinha 12 anos de idade. Apesar de dizer que a atual associação tem o mesmo cadastro que a antiga, o CEP cadastrado em seu CNPJ é do centro de Nova Iguaçu. Entretanto, o endereço cadastrado é “Praça de Pedra Lisa, s/n, Engenheiro Pedreira”, que é onde se situa a edificação onde funcionava a antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa⁶⁰⁸. Em terceiro lugar, o entrevistado mencionou o nome de diversos líderes da associação, “desde o tempo de Bráulio Rodrigues”, passando por um presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Jaceruba e Pedra Lisa que “ficou bastante tempo na presidência”. Esse referencial identitário com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa não é compartilhado pelos mais jovens, como é o caso do próprio presidente empossado naquela ocasião que, ao ser entrevistado por mim, conhece a história da associação apenas desde esse presidente mencionado (que ficou bastante tempo no cargo), “há mais de 20 anos”.

Outras pessoas, ainda mais jovens, com quem conversei em Jaceruba – com exceção de uma pessoa – também não tinham muito conhecimento do passado da Sociedade. Por outro lado, indivíduos, não só em Jaceruba, mas em toda a Região de Pedra Lisa, com, em torno de, pelo menos 60 anos de idade⁶⁰⁹, normalmente, têm memória muito viva a respeito da história da antiga associação, principalmente se o nome de Bráulio Rodrigues for mencionado⁶¹⁰.

Cabe destacar a carga afetiva que acompanha não só a recordação da figura de Bráulio Rodrigues, mas também no que diz respeito à rememoração de certos acontecimentos e de outras figuras políticas. Dona Martha e sua irmã, dona Carlota, ambas filhas de um antigo dirigente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, se recordam, de forma muito marcante, das festividades promovidas pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, quando ainda eram crianças. Especialmente quando é tocado no assunto da festividade à qual o governador Roberto Silveira esteve presente, descrita no tópico 4.2, após a desapropriação da Fazenda São Pedro. “Ele sempre trazia muitos brinquedos quando vinha pra cá”, contam ambas.

A carga afetiva em relação a Roberto Silveira se repete com Sr. González, com a mesma lembrança imediata de que ele trazia muitos brinquedos. “A gente não tinha nada, mas tinha muita felicidade e não sabia!” O mesmo se repete com muitos outros entrevistados em torno de 60 anos de idade. Não só no que diz respeito à figura de Roberto Silveira, mas também à figura de Bráulio Rodrigues.

Por outro lado, chama atenção também a ausência de referências memorialísticas de outros governadores que foram, em certa medida, aliados da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, como Badger Silveira, Celso Peçanha e até mesmo Miguel Couto Filho. Chama atenção, em especial, este último, que tem seu nome registrado tanto no memorial de bronze quanto no nome da sede da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, localizada na mesma edificação da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Cabe destacar que os governos de Miguel Couto Filho, Roberto Silveira e de Celso Peçanha foram ainda na década de 1950 – sendo o de Miguel Couto

⁶⁰⁸ E que hoje é a sede da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Japeri, edificação que leva o nome de “Núcleo Agrário Miguel Couto Filho”.

⁶⁰⁹ Nos anos em que se realizaram incursões à campo: 2015, 2016, 2018, 2020 e 2021. Chama a atenção também a pouca memória dos jovens a respeito dos acontecimentos analisados ao longo da tese. Questão essa que não foi possível de ser aprofundada no presente trabalho.

⁶¹⁰ Curioso notar que, ao longo de sua entrevista para o Projeto *Memórias* do ITERJ, Bráulio reiteradamente dizia, para atestar veracidade das informações prestadas, que: “pode perguntar lá em Pedra Lisa. Tem um pessoal lá, que tudo me conhece”.

Filho o mais antigo de todos. Portanto, muitos desses entrevistados sequer haviam nascido ainda. Provavelmente, aqueles que mais se lembram de Roberto Silveira, carregam essa marca por terem sido crianças nessa época, coincidindo com o período em que o governador levava brinquedos para as crianças de Pedra Lisa, mas não só.

De todos esses governadores, conforme discutido no tópico 4.2, Roberto Silveira, foi aquele que constituiu relações mais próximas com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Os laços entre o governador e a associação pareciam estar tão bem consolidados, que o executor do Plano Piloto de Ação Agrária, Aldio Leite, foi padrinho de casamento de Apolinário e Belmira, como anteriormente narrado. Conforme indicado por Mário Grynszpan, (1987, p. 242), uma fotografia de Aldio Leite ficava dentro da sede da associação. Uma reportagem no jornal *Última Hora* (12/10/1960, p. 4) conta que essa fotografia foi colocada na sede da associação no ano de 1960, a partir de uma homenagem prestada dentro da associação ao executor do Plano Agrário. A fotografia de Aldio Leite, exposta na sede da associação, chegava a exercer uma importância simbólica semelhante à da fotografia de José Mathias.

O que é importante ter em mente é que essas lembranças muito positivas das figuras de Bráulio Rodrigues e de Roberto Silveira não só nos revelam retratos de determinada época da região (HALBWACHS, 2006): elas são também indicadores de permanências de representações sociais das memórias das mobilizações do grupo trabalhista/comunista da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, para garantir a permanência na terra⁶¹¹. Essas memórias são representadas, por sua vez, através de referenciais identitários. Mas não se trata dos mesmos referenciais identitários que se constituíram em torno da figura de José Mathias, através de noções muito precisas sobre quem eram os “posseiros” (legítimos produtores) e “grileiros” (ilegítimos especuladores). Diferente disso, esses referenciais identitários parecem se manifestar, hoje, de maneira fragmentada. As categorias “invasor”, “colono”, “posseiro” e “grileiro”, apesar de terem sobrevivido ao longo do tempo, tiveram seus sentidos alterados, podendo, até mesmo ser instrumentalizadas para qualquer referencial identitário, perdendo ou mesclando seus significados anteriores. O significado político atribuído à categoria “invasor” e “grileiro” pode até mesmo se misturar com o da categoria “comunista”. Ambas as categorias respondem por um discurso de confiança e legitimidade da autoridade estatal:

Sr. Damião: aconteceu tudo, porque as pessoas que queriam criar boi nessas terras aqui, eles denunciaram o povo aqui, que nós éramos invasor. E quem era invasor não éramos nós, os pequenos produtores rurais, os invasores eram aquelas pessoas que vinham pra querer fazer criação de boi aqui dentro. Vamos dizer assim, na época falavam em grileiros, os *comunistas*. Que era colocado esse nome, “comunistas”, que era pra tirar a terra do governo para dizer que era deles. Porque eles se alocavam num lugar, conforme aquele grupo que existe aí... Tem um grupo que existe, os Sem-terra, eles chegam num lugar e se apossa. E pro governo tirar de lá, é uma luta pra tirar de lá! Então, naquele tempo, não era aquela multidão. Mas vinha um fazendeiro, por exemplo, tinha um fazendeiro do Mato Grosso, chegava num lugar que nem aqui, via essas terras aqui e falava “vou ficar por aqui”. Aí vinha, fazia um barraco e ficava tomando conta. Aí demarcava uma grande área.

(...)

Era essas pessoas que vinha e denunciava *nós*, que *nós* éramos invasor. E nós *não éramos invasor*. Depois o governo veio tomar conhecimento

⁶¹¹ Evidentemente, não é utilizando o termo “trabalhistas/comunistas” que essas pessoas elaboram essa lembrança, mas através da lembrança dessas figuras políticas.

que essas terras pertenciam ao governo do estado. E eles denunciavam que nós estávamos invadindo as terras deles. E depois, o governo tomou conhecimento que as terras em que *nós* estávamos era do governo, não era deles. Não era terra própria.

Gabriel Bastos: E os comunistas, o que eles faziam aqui?

Sr. Damião: Então, esses comunistas, eles fazia parte desses grileiros! Chegava pra tirar a gente. Chegava aqui e dizia: “ó, não quero te ver mais hoje não! Desaparece daqui!” Então, era assim que eles fazia. Chegava com capataz, etc e tal, pra botar o povo pra fora. (...) Aí então, o governo entrou observando essas coisas todinha, e foram ver que as terras, eram terras do governo, não era terra deles. E nós éramos tratados como invasor, mas o invasor era eles! Então essas pessoas, que são é quem eram os comunistas! (Entrevista de Sr. Damião, concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018. Grifos para denotar ênfase do interlocutor).

O trecho da entrevista acima expressa referências identitárias fragmentadas. Conforme pontuado por Jeffrey Olick (2007), as memórias coletivas se modificam ao longo do tempo, podendo ser alteradas de acordo com a conjuntura política do momento em que são recordadas. A entrevista foi realizada logo após a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, período em que movimentos sociais, como o mencionado MST, eram fortemente atacados por parte do bloco político que venceu o pleito. A entrevista de Sr. Damião, por outro lado, também reelabora o que Marcos Napolitano (2014, 2015) chama memória hegemônica a respeito da ditadura. Ele relaciona a identidade de “grileiro” à ditadura, uma vez que este regime autoritário é recordado com enorme conotação negativa pelo interlocutor. Retomaremos essa discussão no tópico 8.4. O que importa, por enquanto, é compreender que não só a recordação da mobilização social camponesa das décadas de 1950 e 1960 têm, de certa maneira, importância ativa, em parte, na vida política associativista da região, como as identidades constituídas em torno dessas memórias se demonstram fragmentadas, podendo se relacionar e se instrumentalizar com identidades políticas bem distintas daquelas às quais essas categorias foram inicialmente elaboradas na região – como é o caso da categoria “grileiro”.

Teria ocorrido, ao longo dos anos, um processo de pulverização das identidades? Seria isso reflexo de ideias da pós-política, onde é “tudo a mesma coisa”, quando se refere à grupos antagonismos políticos? Ou esse tipo de caracterizações identitárias estariam mais ligadas às ideias da ultrapolítica, onde se cria um cenário de reificação da identidade, a qualquer custo, do “nós” contra “eles”?

Os conceitos de pós-política e ultrapolítica são chaves analíticas para caracterizarem ideias oriundas da despolitização. Isto é, um processo em que são criadas barreiras à consciência política, gerando uma autoexclusão de grupos e indivíduos enquanto agentes ativos na história. “Sintomas mórbidos” desse problema, atesta Sabrina Fernandes (2019, p. 256), “um cenário pós-político vai impedir o antagonismo através de noções fantásticas de tecnocracia e tolerância manufaturada em relação ao conflito e à exploração social”. A ultrapolítica, por sua vez, “reifica as relações antagônicas através de uma falsa radicalização em torno do poder puro e das posições puras” (*Ibidem*). Ambos os fenômenos, conforme apontado pela autora, propõem a criação de significados opostos para “significantes esvaziados pela despolitização, mas são (...) complementares, como dois lados de uma mesma moeda, justamente porque ambos são fenômenos despolitizadores; ou seja, se sua própria base é despolitizada, eles não precisam ter sentidos coesos, apenas ‘fazer sentido’” (*Ibidem*, p. 258). A ultrapolítica, especificamente, “não apenas floresce bem em um cenário de consciência geral fragmentada, mas também favorece

essa fragmentação ao posicionar indivíduos e grupos uns contra os outros, em uma distração das explicações estruturais” (*Ibidem*, p. 259).

Entretanto, a fragmentação dos grupos da região estudada não é efeito exclusivo da conjuntura pós 2013, período estudado por Fernandes (2019), em que a ultrapolítica ganha força no Brasil. Tampouco é circunstancial de 2018, logo após a vitória de Jair Bolsonaro à presidência, ocasião da entrevista mencionada acima. De onde vem, portanto, essa fragmentação de identidades que, como observamos, foram inicialmente constituídas por experiências concretas de mobilização da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa?

Lado a lado dessas identidades, oriundas de representações sociais das memórias a respeito dos conflitos por terra na região, há também uma outra identidade que se faz presente em Jaceruba, expressando um sinal de prestígio: a identidade da família Paes Leme. Algumas pessoas com quem conversei nas incursões a campo se colocam como descendentes dos Paes Leme, mesmo que não tenham, de fato, o sobrenome Paes Leme. Por exemplo, Dona Arlete se considera Paes Leme e, embora não tenha esse sobrenome, entende que um pastor de uma igreja local, que tem o sobrenome de Paes Leme, é seu primo distante. “Não tenho nome Paes Leme, mas levo sangue Paes Leme”. A explicação mais comumente utilizada para evocar essa descendência é que, antigamente, não se registravam os filhos no cartório. Filhos “ilegítimos” dos Paes Leme eram chamados comumente de Paes Leme. Posteriormente, descendentes destes passaram a se registrar com esse mesmo nome.

Nesse sentido, é relevante destacar que praticamente ninguém com quem conversei, em todas as incursões a campo, em todos esses anos, sabe que o nome de Doquézia Paes Leme era de fato “Doquézia”. A grande maioria dos indivíduos com quem tive contato, chamavam-na de “Duquesa Paes Leme”. É evidente que nem nos jornais da época, quando mencionada, o nome de Doquézia era corretamente escrito. Entretanto, o nome alterado que se manteve está muito mais relacionado a um símbolo de prestígio em torno do nome de uma antiga fazendeira, de uma “família tradicional” do que a sucessivos erros de jornais.

Com efeito, é notável que a descendência Paes Leme seja um símbolo de prestígio dentro do “mercado dos bens simbólicos” (GOFFMAN, 1988). Como é possível então, em uma região marcada por um passado tão conflituoso entre dois agentes, entre os mais lembrados desse passado – Bráulio Rodrigues e “Duquesa” Paes Leme – serem reconhecidos, com muita admiração e carinho, por um lado e como um símbolo de prestígio, por outro? A própria Dona Arlete, de “sangue Paes Leme”, ficou muito interessada ao ouvir de mim que existe um livro de memórias de Bráulio Rodrigues, e chegou a me pedir um exemplar, em decorrência de já ter escutado “muitas histórias” de Vantuil e outros moradores mais antigos.

Não podemos afirmar que sempre Doquézia era assim lembrada. Ironicamente, o acervo documental da pretensa propriedade foi exposto, décadas depois da desapropriação da Fazenda São Pedro, em 1997, na sede do grupo ecológico Ficus Gameleira, com o objetivo de contar a história e homenagear as famílias de lavradores que lutaram contra as ações dos grileiros:

Brigaram por mais de dois anos com a polícia e os donos das terras. Depois de prisões e mortes, (...) o grupo [dos posseiros] conseguiu que a fazenda fosse desapropriada e as terras divididas entre os lavradores. Esta história vai ser contada pelo Grupo Ecológico Ficus Gameleira através de cartas e recortes de jornais que ficarão expostos na sede do grupo a partir dessa semana. O Ficus quer prestar uma homenagem às famílias que ainda moram nas terras pelas quais seus familiares lutaram

no passado. “Eles queriam terra para trabalhar. Lutaram para isto e conseguiram”, conta a historiadora do Ficus⁶¹².

A historiadora entrevistada pela reportagem acima mencionada era muito próxima de Vantuil Dias Lacerda, já em idade avançada naquela década. Conforme ela própria contou, em entrevista para a pesquisa da CEV-RJ em 2015, Vantuil socializou com ela as representações sociais de suas memórias a respeito de Doquézia. Ironicamente, a própria narrativa de Doquézia Paes Leme – organizada em seu acervo pessoal a que o grupo Ficus teve acesso – sobre os acontecimentos conflituosos das décadas de 1950 e 1960, foi utilizada para ressignificar essa narrativa. Através da exposição em 1997, o acervo foi apresentado de modo que representasse o ponto de vista dos próprios lavradores, em um esforço de escrever, em termos benjaminianos, a *história a contrapelo*. Esse mesmo acervo foi generosamente fornecido pela historiadora mencionada na reportagem para ser utilizado como material empírico da presente pesquisa

Algumas referências memorialísticas e identitárias a respeito da legitimidade por estarem vivendo e produzindo nessas terras ainda podem ser encontradas nos discursos de algumas pessoas, especialmente entre os moradores mais antigos que vivenciaram esses acontecimentos e também entre os que se identificam com as narrativas socializadas pelo grupo dos trabalhistas/comunistas, conforme a compreensão de Pollak (1992) sobre acontecimentos vividos por tabela através da socialização política ou da socialização histórica. No geral, são indivíduos mais próximos a alguns dos integrantes das associações que atuam na região.

Entre esses indivíduos e grupos, tais referências vêm da desconstrução da categoria “invasor”, através do argumento de que essas terras sempre foram públicas, utilizando-se do termo “colono” ou “camponês” para essa reafirmação. Talvez, essa agregação em torno da ideia de novas associações, inspiradas na antiga, também se explique por conta das redes de relações que agregaram essas pessoas ao longo de décadas. Conforme pontuado por Jelin (2003), as disputas em torno das memórias coletivas são elementos-chave para a construção de identidades individuais e coletivas. Analisaremos a seguir algumas distintas manifestações de formas de se rememorar essas identidades.

8.3 – O Fantasma do Comunismo: Reflexões Sobre Memórias Divididas e Identidade Social Deteriorada

Como discutido, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa era dividida entre dois grandes grupos: o grupo dos trabalhistas/comunistas e o grupo da FLERJ. Posteriormente, a associação, com o crescimento do número de associados e de categorias que por ela eram representadas, trocou de nome para Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu, em 1960. Não obstante, desde 1958, após a presidência da entidade ter sido ocupada pelo Tenente Adriano, que pertencia ao grupo da FLERJ, derrotado no pleito desse ano pelo grupo dos trabalhistas/comunistas, uma crise política entre esses dois grupos se estendeu até 1961, quando o grupo da FLERJ criou uma nova associação, que era conhecida como Associação de Japeri.

Mais tarde, após o golpe de 1964, líderes do grupo trabalhista/comunista foram perseguidos, alguns presos e torturados e outros passaram bastante tempo vivendo na clandestinidade. Com a ausência dessas figuras, os chamados *entrega-lista* se apropriaram de suas terras. Somado a isso, ao que tudo indica, os dois Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu (oriundos das duas associações) que, até os primeiros anos depois do golpe, funcionavam em Engenheiro Pedreira, encerraram suas atividades. O município só passaria a dispor de um Sindicato dessa categoria em 1979, contando com a presença de Bráulio

⁶¹² Jornal não identificado, anexo em: ANAPAP. Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar / 2006 – Maio / 2008.

Rodrigues, antigo integrante do grupo dos trabalhistas/comunistas da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que, por sua vez, socializava a memória da experiência de mobilização dessa antiga associação. Entretanto, a essa altura, muitas das antigas lideranças do grupo trabalhista/comunista nem mais residiam na Região de Pedra Lisa. Alguns chegaram a vender seus sítios para criadores de gado e já se tratava de um período em que o sindicalismo rural desse município contava com outras tradições políticas, diferentes das dos dois grupos anteriores: o cristianismo da libertação, as associações de bairro e as novas entidades de trabalhadores rurais que estavam surgindo naquele mesmo período, como a ALF.

A fragmentação política das classes subalternas (GRAMSCI, 2014a), evidentemente, produz distintas formas de se lembrar o passado. Na Região de Pedra Lisa, essas distintas narrativas se expressam em “memórias divididas” (PORTELLI, 1996) a respeito do que foi o passado da Sociedade de Lavradores e Posseiros assim como as compreensões a respeito desses acontecimentos conflituosos passados. Isso se faz evidente se nos atentarmos aos usos de categorias como “comunista”, “grileiro”, “posseiro”, “colono”, “ditadura” e “revolução”, interpretadas e utilizadas das mais distintas maneiras no presente.

Se, por um lado, muitas pessoas entrevistadas esboçam enorme admiração à figura de Bráulio Rodrigues, por outro, houve entrevistados e pessoas com quem conversei informalmente que esboçaram reações bastante negativas a respeito do que outrora fora o grupo dos trabalhistas/comunistas. O Sr. Eric nascido em 1953 e criado em Jaceruba, filho de um guarda do IBDF, relata o seguinte:

Sr. Eric: Rapaz, isso aqui mudou em parte, né? Porque, teve uma época de invasão, apareceu um tal de Bráulio que começou a distribuir pedaço de terras pras pessoas plantar aí na mata, né? (...) Aí fizeram bananal, plantaram banana, mas depois o Exército veio, derrubou, levou um bocado dos invasores presos, depois soltou, só que mudou um bocado, né? Prejudicou bastante a natureza. (...) Em 65 teve desmatamento, porque eles deram terra, aí depois o Exército veio, derrubou tudo, levou um bocado preso.

Gabriel Bastos: Como que foi? Essa história de invasão... do Exército?

Sr. Eric: Rapaz, é que apareceu um tal de Bráulio, apareceu um camarada aí, se dizendo que era do governo, e começou, os pessoal aqui na roça, a distribuir terras. Entrando pra mata e distribuindo. Aí começou o desmatamento, né? Onde tinha muito bananal. (...) e isso tudo é muito prejudicial, desmatava tudo (Entrevista de Sr. Eric concedida à Gabriel Bastos em 16/11/2018).

Em 1964, quando Bráulio Rodrigues fugiu, o entrevistado tinha 11 anos de idade. Além de ser filho de um guarda do IBDF que realizava operações junto com o exército na Região de Pedra Lisa, foi socializado com as representações coletivas da memória dos conflitos por terra na região ao longo da ditadura empresarial-militar. Em outra ocasião, em uma das incursões a campo, ao acompanhar filho do Sr. Alcides até o assentamento Normandia para pegar um maquinário de roçagem com Sr. Onofre (provavelmente com uns 70 anos de idade no início de 2020), fui a ele apresentado e conversamos sobre a pesquisa que eu estava desenvolvendo sobre as memórias coletivas da região. Após ele demonstrar interesse na conversa, mostrei a ele algumas imagens de jornais, em uma conversa informal, até ele dizer que nunca viu nenhuma Sociedade ou cooperativa dar certo. “Até aquela antiga de Vantuil e Bráulio?” De olhos arregalados, ele me responde: “Principalmente a de Vantuil e Bráulio! Eles queriam saber só é deles e pegar mais terras para o grupo deles!” É importante ressaltar que, conforme explicado no tópico 4.2, após a desapropriação da Fazenda Tenente Pacheco, atual Assentamento Fazenda Normandia, a Associação de Japeri que dispunha base social nessa fazenda, era dirigida pelo

grupo da FLERJ, opositor ao grupo dos trabalhistas/comunistas de que Bráulio e Vantuil faziam parte.

Em outra ocasião, ao conversar e entrevistar um casal, que é de uma família que tinha boa relação com os Paes Leme e cargos na companhia de águas do Tinguá, Dona Luana e o Sr. Vicentino também se referem às lideranças do grupo trabalhista/comunista de maneira negativa:

Dona Luana: Sr. Vantuil Lacerda? Ih, aquele era invasor de terras. Ele tomava as terras das pessoas, se desse mole.

Sr. Vicentino: É, tinha aquele movimento que eles têm, tem dedo até de político isso daí! (Entrevista de Dona Luana e Sr. Vicentino, concedida à Gabriel Bastos e Romário Silveira em 22/12/2015).

Passados muitos anos dos principais conflitos por terra, da desmobilização no início da ditadura e das reedições de luta pela terra nos anos de 1980, distintas referências memorialísticas desses acontecimentos ainda se fazem presentes na Região de Pedra Lisa. As formas identitárias dessas referências sofreram profundas alterações ao longo do tempo. Evidentemente, estamos falando de processos de memórias coletivas em permanente andamento, onde o passado muitas vezes é reconstruído no presente para os fins atuais (OLICK, 2007). Além disso, a região passou por diversas reconfigurações espaciais e, conseqüentemente, a própria composição dos moradores e de suas atividades também se alterou ao longo do tempo.

Na análise das memórias divididas na região a partir de impressões negativas ou positivas de algumas lideranças políticas, outras representações memorialísticas merecem ser mencionadas. Quando, em 2018, fui recebido pela primeira vez na casa de Dona Martha, filha de um dirigente da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e integrante do grupo dos trabalhistas/comunistas, e me apresentei como um pesquisador das memórias da região, perguntei se ela chegou a conhecer Bráulio Rodrigues. Imediatamente ela esboçou um enorme sorriso no rosto e ficou emocionada em ouvir falar dele. Algumas semanas depois, quando a entrevistei de fato, ela diz que “aqui não tinha comunista não! O pessoal daqui só queria mesmo é terra”.

Evidentemente, apesar de ter sido um grupo que adquirira certa hegemonia política na associação, os trabalhistas/comunistas e, essencialmente, os comunistas, como Bráulio e Vantuil, não deviam falar diretamente de comunismo com sua base social, mas dialogavam através de enquadramentos dotados de significados políticos (SNOW e BENFORD, 2000) que fossem capazes de “traduzir” as pautas políticas dos comunistas da época. Vale lembrar que, desde 1947, o PCB era um partido proibido e que não só seus dirigentes eram constantemente vigiados como até mesmo os trabalhistas eram vigiados pelo DOPS e classificados como “comunistas”. O medo de verbalizar essa identidade pode ser atestado até mesmo muitas décadas depois.

Conforme pontuado no tópico 3.5, Vantuil nunca contou, nem mesmo para pessoas próximas, sobre ter feito parte do PCB. Algo semelhante se aplica a Bráulio Rodrigues e José Pureza. Entretanto, em entrevistas realizadas para o trabalho de Frederico Araújo (1982), Bráulio fala sobre suas relações com o PCB de maneira bem mais aberta. Uma hipótese que pode ser levantada é que, na ocasião, o país passava por um período de reabertura, ainda que “lenta e gradual”, sinalizava desgastes enormes de legitimidade pelos quais a ditadura vinha passando, sendo possível visualizar um horizonte de seu fim. Esse cenário – quiçá, também um alto nível de confiança em Frederico Araújo – pode ter gerado segurança em Bráulio para falar abertamente sobre suas relações com o PCB. Por outro lado, em suas reflexões sobre experiências de pesquisa e fontes orais de memória de movimentos sociais camponeses da Baixada Fluminense, Grynszpan relata a seguinte experiência:

Em uma etapa avançada do trabalho, quando já redigia a dissertação, consegui acesso a um antigo militante do PCB responsável pela ponte

com lideranças camponesas. Meu contato com ele, até a entrevista, nunca foi direto. Cheguei a ele graças a um colega do tempo de graduação, do Diretório Acadêmico, também um quadro do PCB, que se dispôs a fazer a ligação. Mesmo já sendo um civil o presidente naquele momento, José Sarney, o encontro ocorreu como um ponto clandestino, como se ainda se vivesse sob a ditadura. Além de não nos falarmos diretamente, foi o militante, cujo nome não me foi dado a conhecer, que definiu o local e horário do encontro, comunicados no próprio dia, com pouca antecedência. Ele se deu em uma praça movimentada do Centro do Rio de Janeiro, com duração curta por razões de segurança, evitando exposição prolongada, sem uso de gravador. Também por razões de segurança, para preservar seus elos, nomes e locais não foram mencionados. (...) Embora pudesse à época ter estranhado o comportamento do militante, já que se tratava de um contexto de afirmação de liberdades democráticas, o que ocorreu foi altamente significativo. Foi revelador do receio e das desconfianças que anos de regime autoritário produziram de maneira geral, e em particular em militantes de organizações de esquerda, mesmo do PCB, que não aderiu à luta armada (GRYNSZPAN, 2020, p. 55-56).

Com efeito, é significativo se nos atentarmos que essas representações da memória da repressão, e a consequente reserva para se revelar abertamente como tendo sido um membro do PCB, se alteram ao longo do tempo. Bráulio Rodrigues pode ter tido essa ressalva em meados dos anos 2000 para a escrita de seu livro de memórias, por um lado, e, mais abertura para falar do tema em 1982, por outro. Entretanto, em sua entrevista para o Projeto *Memórias* do ITERJ, realizada em 2014, ano em que a Comissão da Verdade estava atuando, apesar de demonstrar tom evasivo a respeito do tema, vez ou outra, na entrevista, Bráulio demonstrou mais abertura do que em seu livro de memórias, descrevendo alguns detalhes não explicados alguns anos antes no que diz respeito à sua aproximação inicial ao partido. Tudo isso denota como o medo da repressão pode se alterar de acordo com a conjuntura, tal como sublinhado por Pollak (1989).

Um fenômeno semelhante foi notado por Delma Neves (2018) no Imbé, em Campos dos Goytacazes. Nessa localidade, as representações sociais das memórias também se manifestam na explicitação de diferentes formas de inserção, estabelecendo a categoria de “*comunistas*” “para quem se encontrava filiado ao Partido Comunista, todavia, só amplamente reconhecida se participasse da promoção de distúrbio e desrespeito à vigente definição de ordem pública” (NEVES, 2018, p. 310), e a de “*trabalhadores*”, isto é, demandantes por terra que se diferenciavam dos primeiros e, ao mesmo tempo, carregavam uma legitimidade das autoridades oficiais. “Internalizar comportamentos de total negação de vínculo com o que ou quem supostamente seria qualificado *comunista* era estratégia fundamental para preservar o projeto de apropriação do lote produtivo da terra” (*Ibidem*, p. 313).

Ainda assim, chama a atenção o fato de Dona Martha, em meio a entrevista, se referir ao termo “comunismo” com um misto de medo da repressão e com até mesmo uma alusão ao nazismo:

De comunismo eu não entendo muito não. Na época em que meu marido tava vivo, ele tinha um livro sobre comunismo. Aí eu olhei para aquele livro e falei assim: “some com essa merda daqui de dentro de casa, porque isso daí é comunismo, meu filho! Se te pegarem com isso daí, te metem o cassete e ainda metem o cassete em todo mundo que tiver por aqui. Bota fogo nessa bosta!”
(...)

Eu não entendo muito de comunismo, mas nem mostro pros meus filhos. Vejo aí muito filme de Hitler, desses negócios... Eu achei uma covardia, eles botavam as pessoas naqueles trens, né. Levavam pra outro país de trem e depois botavam num campo de concentração. Achei isso uma covardia. Nem gosto muito de ver esses filmes, porque eu não gosto de covardia... Eu não entendo bem sobre esse negócio de comunismo (Entrevista de Dona Martha, concedida à Gabriel Bastos 12/12/2018).

Com efeito, as representações sociais da memória da entrevistada demonstram como as facetas das memórias divididas (PORTELLI, 1996) se fragmentam ainda mais com o passar do tempo. Evidentemente, as representações memorialísticas de todo um bloco político é socializada com a memória oficial (POLLAK, 1989), constituída ao longo das décadas que, por sua vez, se mistura com as memórias comunicativas dos grupos que socializaram suas narrativas na região ao longo do tempo (ASSMAN, 1995).

Como apontado por Pollak (1989), narrativas produzidas por memórias coletivas produzem identidades sociais. Observamos isso no tópico anterior, no que diz respeito à constituição da imagem de mártir de José Mathias, que colaborou enormemente na constituição das identidades políticas de “posseiro” e de “grileiro”, assim como suas conotações de legitimidade e ilegitimidade dos usos da terra. O que dizer da categoria de “comunista”, na Região de Pedra Lisa, hoje?

A discussão elaborada por Erving Goffman (1988), sobre estigma e manipulação da identidade social deteriorada, lança luz sobre importantes perspectivas teóricas necessárias de serem aqui explicitadas. Goffman está interessado em compreender como se dão relações sociais casuais diante de qualquer quebra de expectativa normativa. Isto é, rigorosas exigências, criadoras de identidade social, que se apresentam nas relações entre grupos e indivíduos. Todos, para Goffman, em algum momento, ainda que em pequena medida, podem quebrar de alguma forma essas expectativas normativas, o que, por consequência, gera formas deterioradas de identidade social ou, em outras palavras, um estigma, que pode produzir amplo descrédito na vida de um indivíduo estigmatizado. A identidade social deteriorada de um perseguido político é expressa no livro de memórias de Bráulio Rodrigues, sugerindo descrédito por parte de alguns vizinhos, após sua última prisão:

Eu me lembro que nessa minha última prisão, em 74, lá no Exército me disseram:

- O senhor está pensando o quê? ... A gente sabe que o senhor pediu pra sair do Partido Comunista, mas o senhor ainda é comunista, para nós aqui o senhor é comunista, o senhor está dando tempo!

Eu não falava nada...

Saí do meu sítio, em São Pedro, em 1974, obrigado pelo Exército. Ou eu saía ou eu morria. Reuni os companheiros e eles disseram: “Olha, seu Bráulio, é melhor um herói vivo do que um herói morto”.

O Exército quis me tirar porque eu já tinha sido preso várias vezes. Eles achavam que eu lá estava fazendo reuniões, mas não estava. O pessoal nem queria chegar a mim lá... Passava e dizia:

- Oi, seu Bráulio, tudo bem?

Mas passava direto, não parava aqui em casa não (SILVA, 2008, pgs. 49, 50).

Para os estigmatizados, atesta Goffman (1988), a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos. Não atribui valor ao estigmatizado, impõe a perda da identidade social

e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O indivíduo estigmatizado, portanto, assume uma posição isolada da sociedade ou de si mesmo e passa a ser uma pessoa desacreditada. Podemos dizer que, no caso observado, seja mais um efeito da marcha vitoriosa dos vencedores sobre os derrotados, tal como postula Benjamin (1985), produzindo assim a identidade social deteriorada de um perseguido político.

Note que, se por um lado, Bráulio Rodrigues conta sobre uma rejeição pela qual ele vinha passando por parte de alguns vizinhos após suas mais de 20 prisões entre 1966 e 1974 (o que, por si só, já pode gerar uma identidade social deteriorada), por outro lado, ele também se refere ao apoio e conselhos de alguns “companheiros”: “é melhor um herói vivo do que um herói morto”. Ademais, após falar da rejeição, por parte de alguns vizinhos, de frequentar sua casa, ele conta, logo em seguida: “- Oi seu Bráulio, vai lá em casa almoçar! E eu já sabia que era pra me contar alguma novidade, e eu ia almoçar” (SILVA, 2008). A lembrança de Bráulio poderia estar se referindo a um certo medo de vizinhos em frequentarem sua casa num contexto de vigilância. Poderia também estar se referindo a distintas reações, de distintos grupos para com a própria identidade social deteriorada.

Essa dupla reação em torno da identidade de “comunista”, “subversivo”, enfim, de um perseguido político, traz à tona o questionamento de Velho (1981) a respeito do que é, afinal de contas, o chamado “comportamento desviante”? Não se tratando aqui, em nosso caso, de absoluta reação negativa de todos os grupos sociais em torno do comportamento desviante, a contribuição de Velho para nossa discussão é sua crítica à perspectiva “patológica” do que poderia ser considerado um desvio social. Se não forem observadas gamas de variações de estratégias de vidas particulares em um trabalho de campo, atesta Velho, o pesquisador,

neste caso, rotulará os casos mais visíveis de “desvio”, “inadaptação”, etc. Ao fazê-lo, poderá estar tomando como verdade científica as representações de alguns indivíduos ou de uma facção dentro da sociedade estudada. Ou seja, estará trabalhando com um modelo estático e parcial que pouco ajudará. Em vez de apreender possíveis conflitos e problemas estruturais, estará simplificando a realidade, assumindo a ideologia de um grupo de indivíduos, geralmente o que tem mais poder. (...)

O “desviante”, dentro da minha perspectiva, é um indivíduo que não está fora de sua cultura, mas que faz uma “leitura” divergente. Ele poderá estar sozinho (um desviante secreto?) ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão “normal”. Mas em outras áreas divergirá, com seu comportamento, dos valores dominantes. Estes podem ser vistos como aceitos pela maioria das pessoas ou como implementados e mantidos por grupos particulares que têm condições de tornar dominantes seus pontos de vista. O fato é que não é o ocasional *gap* entre estrutura social e a cultural, mas sim o próprio caráter *desigual contraditório e político* de todo um sistema sociocultural que permite entender esses comportamentos (VELHO, 1981, p. 27-28, grifos do autor).

Com efeito, uma vez que o “desviante” é aquele que recebeu, com sucesso, a marca de transgressor difundido por outros, “o comportamento desviante não é uma questão de ‘inadaptação cultural’, mas um problema político, obviamente vinculado a um problema de identidade” (VELHO, 1981, p. 24). Em diálogo com Kai Erikson e Howard Becker, Gilberto Velho aponta que o comportamento humano pode variar, segundo os limites estabelecidos por cada comunidade, fornecendo assim um arcabouço ordenado de sua própria identidade. Assim,

grupos em conflito, que discordam e manobram entre si, a fim de verem sua própria definição de comportamento aceita, geram conflito político. “Na medida em que se aceite a existência do *Poder* em qualquer grupo social”, atesta Velho, “constata-se a tensão permanente entre os seus atores. Tal tensão pode explicitar-se através do conflito entre linhagens, luta de classes etc., no nível mais amplo do sistema social. No entanto, manifesta-se também em situações mais ‘microscópicas’, como é o caso de uma família” (*Ibidem*, p. 25, grifos do autor).

No caso estudado, notamos que essa disputa política em torno de identidades sociais resultou em representações sociais da memória embaralhadas, transversais a essas representações identitárias que se constituíram ao longo do tempo. Boa parte dos relatos expostos aqui nesse tópico foram coletados no ano de 2018, ano eleitoral em que esse antigo “fantasma do comunismo” rondava o imaginário social e político dentro daquela conjuntura eleitoral. Não obstante, se “o fantasma do comunismo” rondava o Brasil, tratava-se, no caso estudado, de um fantasma invisível, uma vez que mal sabiam quem, de fato, eram os comunistas. Trataremos a seguir de outra representação social da memória encontrada nessa região de conflitos, representação social essa bem mais viva e visível que a do comunismo.

8.4 – A Assombração da Ditadura: Trauma e Silêncio entre a Memória Impedida e a Memória Subterrânea

Uma característica discursiva que chamou atenção nas incursões a campo foram os usos da palavra *revolução*: ora empregada para referir-se ao golpe de 1964, ora empregada para referir-se aos próprios acontecimentos traumáticos ocorridos durante a ditadura empresarial-militar na região. Vez ou outra é difícil compreender se o interlocutor está utilizando dessa palavra para se referir a uma coisa ou à outra.

Evidentemente, o emprego do termo *revolução* vem, em grande medida, não só dos mecanismos de comunicação da época, mas também de todo um imaginário social desenvolvido ao longo de décadas em torno dessa palavra: “revolução tenentista”; “revolução de 1930” e “revolução de 1964”. Reflexo disso é a fala do Sr. Alcides, com 92 anos em 2020. Em entrevista realizada no início daquele ano, chegou até mesmo a relacionar a palavra *revolução* às turbulências políticas no país, tal como o suicídio de Getúlio Vargas. O Sr. González, por sua vez, utilizava o termo para se referir tanto ao golpe de 1964 e ao período mais agudo de repressão política na região, como ao período que o antecedeu, caracterizando como *revolução* o período dos turbulentos conflitos por terra: “foi naquela *revolução* das brigas de terras que ele [seu pai] entrou por aqui”⁶¹³. Já Dona Eugênia, filha de um militante da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em entrevista que pediu para não ser gravada, em 2018, se refere à “época da *revolução*” como um período de “briga de políticos. A gente ouvia muito de estado de sítio e de ‘rumores de guerra’, tal como fala na Bíblia”.

Esse termo era empregado, no momento da pesquisa, para caracterizar o golpe de 1964 por todas as pessoas entrevistadas e por aquelas com quem conversei informalmente, até mesmo por quem se recorda de maneira negativa dos militares e da ditadura. Isso significa, portanto, que o termo *revolução*, ao se referir ao golpe e à ditadura, não carrega necessariamente conotação valorativa, de adesão ao regime ditatorial, mas uma referência a uma época e a um acontecimento.

De toda maneira, em que medida a memória hegemônica constituída a respeito da ditadura (NAPOLITANO, 2014, 2015) tem, ou não, participação nesse tipo de elaboração na região estudada? Ora, essa questão nos traria um questionamento ainda maior, o de qual seria o significado atribuído à ditadura empresarial-militar por moradores da região que viveram esse período. O golpe, a ditadura e os militares são elementos rememorados, em entrevistas realizadas no ano de 2018 durante o trabalho de campo, como relacionados a um passado

⁶¹³ Entrevista com Sr. González, concedida a Gabriel Bastos em 05/03/2020.

assustador. O Sr. Damião relaciona a ditadura aos grileiros: “na época, por exemplo, quando fala em ‘revolução de 64’, o Exército brasileiro tava tomando essa área aqui toda porque, na época, se falava dos grileiros, revolucionistas que tavam querendo tirar os trabalhadores daqui pra poder colocar fazendas”⁶¹⁴. Note-se que se trata da mesma pessoa que, no tópico anterior, relacionou a identidade de “grileiro” à de “comunista” e “sem-terra”.

Podemos dizer que, esse tipo de interpretação do passado, se refere a um afastamento de categorias de estigma, relegando-as ao outro e, por outro lado, aproximando-se de símbolos de “normalidade” (GOFFMAN, 1988), tal como a legalidade legitimada pelas autoridades, que foi quebrada com o golpe de 1964. Lado a lado do luto pelas vítimas desse processo de repressão, se faz também presente uma interpretação histórica a contrapelo da versão “oficial”: “era um movimento em que as forças armadas vinham e falavam que iam prender todos que tavam invadindo as terras. Mas não era invasão!”⁶¹⁵.

Após discorrer, ao longo de sua entrevista, sobre as incursões dos militares, as prisões de Bráulio Rodrigues (considerado por ele “o representante das terras aqui”) e sobre assuntos relacionados à repressão, como lembranças de um passado assombroso, ao ser perguntado sobre o que, para ele, a palavra “revolução” significava, ele diz:

Naquela época, eu fiquei assustado, porque eu era um garoto. E quando se falava do plano revolucionista, eu pensava que o mundo acabaria para nós naquele tempo. Quando se fala em “revolução”, significa uma pessoa afirmar um decreto contra um outro tipo de coisa. Então, quer dizer, que naquele momento a gente já estava praticamente com o passaporte no bolso pra ir embora e meter o pé das terras. (...) Revolução, foi o tempo que o quartel, o governo entrou, pra fazer... É... Um movimento diferente. Revolução: tirar o povo da localidade, os posseiros, e os donos tomar conta. Então aquele momento, pra nós, foi muito difícil. (...) Eu já vi isso, um poder dentro da parte militarista, onde eles chegavam, eles não *mandavam*, eles *tiravam* as pessoas. (...) É aquela coisa: com arma na cabeça, você não vai fazer força com ninguém. (...) Foi quando o governo militar fez aquele negócio de perder essa hierarquia de ser o presidente, de todas as coisas. Aí depois foi quando entrou a *democracia*. Quando entrou a democracia, perdeu esse direito, essa parte governamental de ser militar. (...) Depois dessas reformas todas aí, a sociedade faz parte, qualquer um pode ser presidente. (...) Eu tenho isso aí [revolução] como se fosse: “vamos formar uma guerra!”. E essa guerra era contra os pequenos produtores rurais. E era naquele tempo em que o governo militar tinha os comandos, o presidente (Entrevista de Sr. Damião, concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018. Grifos denotam ênfase dada pelo entrevistado).

A dicotomia entre “revolução” e “democracia”, evidentemente, remonta à dicotomia estabelecida pelas memórias hegemônicas a respeito da ditadura, aos regimes políticos que estamos aqui chamando de ditadura empresarial-militar e Nova República. Mas, se nos limitarmos a essa compreensão, a de reprodução dos discursos das memórias hegemônicas a respeito da ditadura, seríamos redundantes: ainda que ambíguas e em disputa, em grande medida, seus pontos mais consensuais são reproduzidas pelas pessoas através daquilo que Assman (1995) chama de memória comunicativa. Isto é, a comunicação cotidiana e a memória que é, por e através dela, socialmente mediada. Sobre as percepções dessa população a respeito

⁶¹⁴ Entrevista de Sr. Damião, concedida a Gabriel Bastos em 20/10/2018.

⁶¹⁵ Entrevista de Sr. Damião a Gabriel Bastos em 20/10/2018.

do passado ditatorial, há um ponto bastante relevante a ser explorado: as memórias subterrâneas e impedidas, no sentido atribuído por Pollak (1989) e Ricœur (2007), a respeito da ditadura empresarial-militar.

Quando, em 2014, uma equipe composta por membros da CEV-RJ junto de pesquisadores da pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* (MEDEIROS, 2015) foi a Pedra Lisa para iniciar a coleta de dados, o contato da equipe de pesquisadores com a população local gerou diversas reações. Um lavrador que estava intermediando o grupo de pesquisa com os moradores, que já os aguardava, levou a equipe para algumas casas situadas no entorno do “centro” de Pedra Lisa, dizendo aos vizinhos que se tratava de um pessoal da Comissão da Verdade e que eles deveriam contar tudo o que havia acontecido na região. “Nas três residências, a resposta foi muito parecida: eram crianças e não lembravam de nada. A conversa foi desviada com perguntas sobre como era a região antigamente, como se vivia” (MEDEIROS *et al.*, 2015, p.279). Com o gravador desligado, devido às circunstâncias, aos poucos foram narrados acontecimentos sobre o que se sucedeu imediatamente após o golpe:

Numa das casas [de Dona Carlota⁶¹⁶], foi dito, em voz baixa: “Minha filha, você não imagina quantos papezinhos nós engolimos!”, numa evidente referência a documentos que foram destruídos. Ao final, Leonilde Medeiros tocou no nome de Bráulio Rodrigues: os olhos brilharam e a senhora com quem ela conversava perguntou se o conhecia. Leonilde disse que sim, que tinha o ajudado a escrever suas memórias. Queriam saber se estava vivo, com saúde, numa evidente preocupação e expressão de carinho. O episódio mostra a força da liderança desse velho militante na região, força que ainda persiste na lembrança dos moradores locais como a de alguém que lhes garantiu a permanência na terra (MEDEIROS *et al.*, 2015, p. 279).

Outro episódio ocorrido dois anos depois, em abril de 2016, é digno de nota. Um grupo local, que vinha discutindo os usos do espaço do prédio da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, com o objetivo de retomá-lo para uma nova associação, organizou um seminário de memória, através de uma articulação com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), a Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri (FAMEJA), moradores da região e das proximidades (principalmente os mais antigos, que fizeram parte da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa), em parceria também com a própria equipe da pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*⁶¹⁷. Nesse evento, episódios semelhantes foram narrados publicamente.

Na ocasião, além dos pesquisadores relatarem para os resultados da pesquisa, foram também feitas intervenções de Bráulio Rodrigues, Raimundo Lima, Geraldo Colombo e João Perez. Todos, já muito idosos, testemunhas dos tempos de atuação da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e da repressão da qual a entidade foi alvo. Na ocasião, Eugênia, filha de um militante da antiga associação, revelou aspectos da vida de seu pai e da perseguição política em um grave tom de indignação:

Tudo o que falaram aqui, eu sou testemunha (...). Meu pai era desse movimento e eu fiquei muito feliz de ver o Sr. Bráulio ali (...). Queimavam as casas, as casas de sapê... Minha casinha, a minha

⁶¹⁶ Filha de um dirigente da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

⁶¹⁷ Pesquisadores, de fora da equipe da pesquisa para a CEV-RJ, que vinham desenvolvendo outras pesquisas sobre Pedra Lisa, também foram convidados.

casinha era casinha de sapê, de chão... No ano da revolução, em 64, foi quando eu me casei, o Exército foi lá na minha casa. O meu marido, que era agricultor, nós plantávamos muito quiabo. Então o quarto tava todo cheio de caixas. E o Exército chegou procurando o Sr. Bráulio dentro das caixas de quiabo, na minha casa, achando que a gente tava escondendo ele lá, entendeu? (...) Na revolução, em 64, muitos foram embora, inclusive meu pai também, no ano em que eu me casei. Meu pai foi embora pra um outro movimento de terras, lá pros lados do Imbé em Campos. (...) Ele voltou pro Imbé de novo, depois foi pra Cachoeiras de Macacu. (...). Obrigado pela oportunidade, isso é bom da gente poder botar pra fora, porque tem pessoas que não sabem de muitas coisas (Depoimento de Eugênia, no seminário de memória de Pedra Lisa, 16/04/2016).

O depoimento nesse espaço de segurança para dizer o “indizível” expressa um processo de perseguição política que expulsa pessoas envolvidas com o grupo trabalhista/comunista do movimento camponês, mas que em um segundo momento, expulsa também outros moradores em decorrência de um conseqüente processo de mudança fundiária na região. Tanto a tentativa de entrevista quanto o depoimento no seminário de memórias expõem uma dinâmica de rememoração coletiva onde o silêncio, a “memória impedida” (RICŒUR, 2007), repreendido pelo trauma do “terror” político outrora ocorrido na região, é colocado em xeque diante de um evento propício de se rememorar publicamente as “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989) de um passado traumático, marcado por perseguição política e violência na região.

Se por um lado Eugênia rememorou os acontecimentos de repressão política, em um tom de denúncia em um evento público, o mesmo não se repetiu em outro tipo de ocasião. Na entrevista realizada em 2018, as ressalvas para se tocar no assunto eram maiores mesmo que comentadas com o gravador desligado. Evidentemente que as circunstâncias dessa entrevista muito diferem da anteriormente citada em 2014 e, igualmente, ambas circunstâncias se diferenciam de um evento público em 2016, com a presença de vários moradores da região, realizado com o objetivo justamente de rememorar esses acontecimentos. Ademais, a conjuntura política pela qual o país passava nas vésperas das eleições de 2018, evidentemente, eram menos favoráveis para que essas memórias pudessem ser verbalizadas⁶¹⁸.

Note que as interlocutoras mencionadas carregam o perfil em comum de serem filhas de trabalhadores rurais diretamente ligados e envolvidos com os conflitos, que faziam parte do grupo dos trabalhistas/comunistas. Ao mesmo tempo, ambas também carregam certa ressalva de rememorar esses acontecimentos. Essa ressalva nos remete também a outra noção de Ricœur (2007), a de “esquecimento de reserva”. Isto é, um esforço para se evitar a recordação de memórias perturbadoras ou traumáticas, mas que poderiam estar sendo reconciliadas, através de um processo luto e elaboração. Esse esforço de evitar esse tipo de memória, entretanto, não se constitui somente através da agência dos indivíduos, mas também das circunstâncias a eles impostas. O medo da violência se constitui como um importante fator de interdição de memórias, da possibilidade de se estabelecer um sentido que essas memórias poderiam ter no presente através do silêncio. Evidentemente que ambas trazem, em certa medida, “memórias das memórias” de seus parentes (OLICK, 2007) o que, por sua vez, carrega o trauma e a memória subterrânea (POLLAK, 1989) de uma geração para a outra. Com efeito, essa suposição se reforça se atentarmos ao caso do lavrador cujo pai teve seu sítio grilado pelo Capixaba e pelo vereador Armando Dias, mencionado no início desse capítulo. Ainda que dentro de um evento

⁶¹⁸ É evidente que a relação entre pesquisador e pesquisado se desenvolve de formas distintas nas três ocasiões, e essa relação é vital para se estabelecer um diálogo acerca da temática (CATELA, 2004).

de memória, organizado em parceria com um grupo de pesquisa da CEV-RJ, o medo da violência se impôs e perda de terras de seu pai não chegou a ser verbalizada.

A reserva para se tocar nesse assunto – e até mesmo o silêncio – é recorrente em toda a Região de Pedra Lisa. “Não gosto nem de lembrar” é um comentário que não é difícil de ser ouvido quando certos assuntos são tratados, principalmente quando alguma conversa encosta na temática dos chamados *entrega-lista*.

Se por um lado a memória pode ser manipulada e até mesmo impedida, o silêncio também pode preservar lembranças traumáticas até o momento propício em que elas possam ser expressas. A respeito disso, Pollak comenta que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 5). É notável que o seminário de memória estabelece um espaço de certa segurança para dizer o “indizível”. Mas, ao mesmo tempo, o silêncio sobre acontecimentos repressivos, conflitos por terra e violência parecem estar permanentemente estabelecido na região de Pedra Lisa, independentemente da conjuntura política. É como se os indivíduos e grupos da região compreendessem que existe uma tensão permanente sobre o tema.

Se, em 2014, no contexto de funcionamento das Comissões da Verdade – e do consequente debate público que vinha ocorrendo no Brasil a respeito da ditadura – o silêncio e a reserva se manifestam diante da possibilidade de relatar ocorrências de violência perpetradas por agentes privados ou militares, para os próprios membros da pesquisa para a CEV-RJ, em conjunturas de maior conflito, a memória pode se manifestar de uma maneira ainda mais conflitiva.

No dia 14 de outubro de 2018, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, fui à Fazenda São Pedro, para realizar uma entrevista com Dona Airta. Já com 75 anos de idade, ela é filha de um militante da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Em 1957, seu pai, junto de Edésio, então presidente da associação, e outros membros da entidade, foram até a redação d’*O Globo* para entregar uma certidão que comprovava que as terras em disputa em Pedra Lisa, na verdade, pertenciam à União⁶¹⁹ (*O Globo*, 20/05/1957). De acordo com conversas informais realizadas ao longo do trabalho de campo, o pai de Dona Airta fora vítima da repressão militar, tendo “levado uma surra” do Sargento Romário, da Fazenda São Pedro até Pedra Lisa.

Dona Airta, natural do interior de Minas Gerais, chegou na Fazenda São Pedro no início dos anos 1950 com seus pais. Expunha uma memória muito viva sobre os acontecimentos conflituosos dos anos de 1950/60. Antes mesmo que eu lhe perguntasse sobre qualquer coisa, começou a me contar, de forma bem calma e tranquila, que se lembrava, na época em que era recém-chegada à fazenda São Pedro, de casas de vizinhos sendo queimadas por guardas a cavalo, exceto a sua casa, pois seu pai havia firmado um contrato com Doquézia, tornando-se, portanto, um dos seus meeiros.

Apesar de militante da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, o pai de Dona Airta, de acordo com ela própria, tinha uma relação muito boa com Doquézia Paes Leme.

⁶¹⁹ Os membros da associação foram até a redação para dar resposta a uma outra reportagem que o mesmo jornal havia publicado anteriormente, intitulada “Um Valioso Passo a Caminho da Solução do Problema do Abastecimento da Cidade”. Nesta reportagem, *O Globo* noticiou que terras localizadas na Região de Pedra Lisa, pertenciam à Cooperativa de Colonização Agrícola de Nova Iguaçu. Os lavradores foram até a redação do jornal para apresentar uma certidão registrada no 2º Ofício de Justiça de Nova Iguaçu, comprovando que as terras em questão pertenciam à União. Trata-se do mesmo documento que um dos membros da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências guarda até hoje: uma escritura que conta sobre a venda da fazenda Limeira e adjacências para a União, em 1877.

Mas, também o fazia com seus adversários mais ferrenhos, tais como Francisco Lacerda, Bráulio Rodrigues, Vantuil Dias Lacerda e “todo esse pessoal das reuniões”⁶²⁰.

O interesse de Airta pelos jornais que lhe apresentei, principalmente pelas fotos dos militantes da associação daquela época era evidente. Não só um entusiasmo em reconhecer quem era quem, cujas memórias se referem muito mais às pessoas “das reuniões” que o pai frequentava do que de algo diretamente relacionado à sua vida, mas também pelo grande sorriso esboçado no rosto ao ver a foto de Bráulio Rodrigues da Silva. O que se manifesta, em suma, ao se confrontar com um pesquisador e, posteriormente, com os materiais jornalísticos para ela apresentados, é a rememoração de acontecimentos conflituosos, que marcaram sua vida, diante de seu ponto de vista, isto é, enquanto mulher, criança e jovem. Esse ponto de vista, entretanto, busca separar identidades, no contexto de conflitos, entre aqueles “envolvidos com encrenca ou não”; aqueles cujas casas foram queimadas e sua família, que não foi alvo dessa repressão inicial, pois “havia firmado contrato com Doquézia”, distinguindo, portanto, os meeiros da pretensa proprietária dos posseiros, que chegaram depois, e que com eles veio também a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, entidade a que seu pai se associou mais tarde. Em outras palavras, uma forma de manipulação de uma identidade social deteriorada (GOFFMAN, 1988), a do grupo dos trabalhistas/comunistas.

De qualquer maneira, apesar de se tratar de uma pessoa que, no geral, fala com bastante liberdade sobre eventos de violência no contexto de conflitos por disputas por terra, dona Airta se mostrou um pouco relutante em autorizar gravação da entrevista, apesar de, no final das contas, ter permitido a gravação e continuado o assunto com o mesmo tom de naturalidade.

Não foi o caso da entrevista na casa ao lado. Fui, com a neta da entrevistada, à casa de um dos moradores mais antigos de Jaceruba, de acordo com ele, o primeiro ou, tal como narrou em entrevista para Copello (1983) em 1983, “o primeiro da região [Fazenda São Pedro] a receber uma posse pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa”. Junto de sua esposa, pediu para que a entrevista não fosse gravada. Demonstrou-se muito comunicativo, entrando diretamente no assunto da violência e expropriação. Contou-me, de imediato, histórias de um trem cheio de policiais do Exército que cercaram Jaceruba, Engenheiro Pedreira e Pedra Lisa, à procura de comunistas; sobre um delator, que apontava os comunistas e que, posteriormente, acabou sendo preso e, até mesmo, sobre a sua própria prisão. Sua esposa, por sua vez, nada fazia além de manter-se calada, esboçando um semblante de profunda tristeza. O depoimento do casal foi interrompido por seu filho, que estava dentro de casa, escutando a entrevista. Indignado, intervém, perguntando do que se tratava, onde essa entrevista seria publicada, para que tipo de pesquisa e quem seria o público alvo de sua leitura. “O que você tá mexendo com essa pesquisa é coisa séria!” Disse. “Nossa casa recebeu rajada de metralhadora, foi queimada, eu tive queimaduras de terceiro grau, sobrevivi por um milagre”. Com um longo discurso, me fez várias alertas acerca do perigo que expor essas memórias poderia implicar para sua família e até mesmo para mim.

Se, por um lado, o filho do casal – cujas fronteiras entre um alerta e uma ameaça não ficaram muito nítidas – tratou essencialmente de traumas, repressão e violência do passado, boa parte de sua fala também passou pelo presente, reafirmando constantemente os riscos pelos quais o país passava no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, cujo pleito seria realizado dentro de duas semanas. A figura do candidato Jair Bolsonaro, em seu discurso, configurava uma grande ameaça para a estabilidade democrática do Brasil, chegando, em um dos momentos de maior desconfiança a nos perguntar: “Em quem vocês votaram no primeiro turno?” Após dizermos que não votamos nesse candidato, os ânimos começaram a se acalmar.

⁶²⁰ Espaço marcadamente masculino, conforme explicado pela entrevistada: “eu e minha mãe ficávamos só em casa mesmo cuidado das coisas. Essas reuniões da associação eram tudo mais coisa dos homens”.

O que temos de relevante aqui são os diferentes tratamentos da memória – ou do esquecimento – em diferentes contextos temporais. Marcas memorialísticas como o contexto político, familiar ou até mesmo puramente circunstancial, alteram o tratamento tanto da memória quanto do esquecimento. O medo pode, dependendo das circunstâncias, impedir a memória, silenciando-a ou, ao contrário, despertando indignação e fúria pelo trauma lembrado. Trata-se de um fenômeno semelhante ao observado no tópico anterior, quando analisamos as dinâmicas das memórias de ser um “comunista”, ligado à categoria de “subversivo”, que se alteram de acordo com as circunstâncias políticas.

A conjuntura política altera também a percepção do passado pelos atores. O entrevistado acima citado, em 2018, nas vésperas do segundo turno presidencial, período em que antigos “fantasmas” – tais como a ditadura ou o comunismo – vieram à tona no debate político, antes mesmo de ser informado sobre o tema da entrevista, já começou a falar bastante sobre a repressão, delatores e incursões do exército. Enquanto em outra entrevista, também para uma pesquisa acadêmica, em 1983, período de recomposição sindical na Baixada Fluminense, a centralidade de seus relatos são recordações a respeito do desmonte da infraestrutura local para o escoamento da produção e sobre como era o funcionamento da antiga associação.

É central compreendermos que, quando falamos em memórias coletivas, não estamos tratando apenas de um fenômeno social, mas de um conjunto de práticas, de um processo fluído e em andamento, socialmente mediadas pela comunicação no dia-a-dia com o “outro”, através de referenciais do presente e também pelo “conhecimento guardado” de sociedades, grupos ou comunidades sobre si, mantida através de formações culturais – o que Assman (1995) reconhece como memória comunicativa e memória cultural, respectivamente. Essa compreensão exige um esforço analítico para compreender as relações entre o presente e o passado, “onde imagens, contextos, tradições, e interesses se unam de maneira fluida, embora não necessariamente harmoniosa ao invés de medir a memória coletiva como uma variável independente ou dependente, uma coisa determinada ou determinante” (OLICK, 2007, p. 91).

O tratamento da memória coletiva enquanto um processo em andamento, elaborado por Olick, parte de uma compreensão de Philip Adams, inspirado em Norbert Elias, a respeito da sociologia histórica. Para que possa ser genuinamente histórica, afirma Adams, a sociologia histórica deve reconhecer que a vida social ocorre ao longo do tempo. A temporalidade não é uma categoria residual, mas parte do processo em andamento da própria vida social. Em outras palavras, “a sociologia histórica – e, por implicação, o resto da sociologia também – deve evitar o que Elias chamou de *redução-processual*⁶²¹: o tratamento de processos em andamento como se fossem coisas” (OLICK, 2007, p. 9).

⁶²¹ Na visão de Elias, um fator decisivo para o tratamento que as Ciências Sociais dão para fenômenos como se fossem “coisas estáticas” diz respeito às próprias limitações de idiomas europeus, que são línguas maternas de pioneiros e grandes nomes da Sociologia no século XIX e XX. Essa limitação ocorre, pontua Elias, porque esses idiomas se constituíram de tal maneira que muitas vezes somos capazes de “expressar quer o movimento, quer a mudança constante, de uma forma que lhes confere as características de um objeto isolado em descanso e, depois, quase como uma explicação, acrescentamos um verbo que exprime que o objeto possuidor dessa característica está agora a mudar” (ELIAS, 2008, p. 121). O efeito disso para as Ciências Sociais, continua Elias, é o da utilização de “termos que transmitem a ideia de referência a objetos isolados e parados; mas se o examinarmos mais minuciosamente vemos que se referem a pessoas que estão ou estiveram constantemente em movimento e que se relacionam constantemente com outras pessoas” (*ibidem*, p. 123). Em suma, esses aspectos linguísticos que consagraram grandes conceitos sociológicos, sugerem uma característica estática da vida social, quando ela, ao contrário, está em constante movimento. Essa reflexão pode ser utilizada para o estudo das memórias coletivas, conforme atesta Olick: “uma das demonstrações favoritas de Elias de *redução-processual* no discurso cotidiano é o exemplo do vento, que tomamos como um substantivo, que por sua vez se envolve em uma atividade específica: ventar. Mas o que mais poderia significar vento, exceto soprar? O mesmo pode ser dito da memória. Muito do nosso discurso coloquial e acadêmico trata a memória como uma coisa: a memória. Mas o que é memória, exceto a variedade de práticas que compreendem a lembrança? (OLICK, 2007, p.10).

Essa noção se aproxima da compreensão de Tim Ingold (2007) sobre temporalidade e vida social, no sentido de que o passado interpela a vida social no presente. No mundo histórico, portanto, “coisas não existem, elas ocorrem (...). Conhecer alguém ou algo é conhecer sua estória, e ser capaz de juntar-se a estória desse mesmo” (INGOLD, 2011, p.160-161). Essas reflexões são importantes para compreendermos a discussão a ser empreendida no tópico seguinte: sobre como alguns vestígios de memórias coletivas que atribuem identidades, atuam no tempo presente.

8.5 – A Quem Pertence essa Terra? Memória Dividida, Identidade e Narrativas sobre Legitimidade e Ilegitimidade: Lugares de Memória e a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências

Discutimos anteriormente a constituição de uma identidade política coletiva a partir da consolidação da figura de José Mathias como mártir da associação. Posteriormente, as imbricações entre identidade e memórias coletivas foram discussões transversais aos últimos três tópicos. Neste tópico prosseguiremos com a análise dos desdobramentos desses referenciais identitários no que diz respeito aos discursos de legitimidade e ilegitimidade dos usos das terras historicamente em disputa. A questão a ser tratada aqui é o que sobrou daquele projeto de memória (VELHO, 1994), capaz de negociar valores, desenvolvido ao longo dos anos pelos filiados da associação, após o assassinato de José Mathias em 1951.

Certo “eco” de rememoração, por meio desses referenciais identitários fragmentados, que foram sendo elaborados e disputados ao longo do tempo, podem ser melhor observados se nos atentarmos à discussão em torno da fundação, em 2016, de uma nova associação no “centro” de Pedra Lisa, que se propunha a ser “herdeira” da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Até aquele ano, o antigo prédio da associação, estava abandonado e pertencia a uma associação de moradores da região, fundada nos anos 2000, mas inativa há alguns anos. Essa associação pretendia transformar o prédio em ruínas em uma creche.



Figura 18: Prédio da associação em ruínas, em 2014⁶²²

⁶²² Fotografia feita por Leonilde Medeiros em julho de 2014. Ainda era possível de notar escrito na faixa do prédio, ainda que muito apagado, os escritos: “associação de moradores de Pedra Lisa”.

Um outro grupo, ligado ao SEPE e à FAMEJA, preocupado com o abandono e com a intenção de transformá-lo em creche, pretendia refundar uma associação de trabalhadores rurais cuja sede seria na mesma edificação. Alguns indivíduos desse grupo se ligavam aos referenciais identitários da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, essencialmente ao grupo dos trabalhistas/comunistas, através de memórias quase que “herdadas” de seus antigos militantes, em um processo de socialização política e histórica (POLLAK, 1992). Bráulio Rodrigues, ainda que não tivesse feito parte desse processo de fundação (ou, nas palavras do grupo responsável, nesse processo de refundação da associação), em entrevista realizada em 2014, endossa a identificação da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa com essa edificação: “a sede [da associação da década de 1950/60] existe até hoje, no centro de Pedra Lisa. Se vocês forem pra lá, verão a sede, construída por nós naquela época”⁶²³. É notável como Bráulio carrega referenciais de legitimidade da posse da terra através de sua rememoração das atividades da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa:

Entrevistador: E o que mais marcou nessa luta toda? Na luta pela terra, pela moradia? Qual foi o fato mais importante para você? Quando você lembra de tudo que viveu, dessa luta toda, o que mais te marcou?

Bráulio: Para mim foi a ocupação de Pedra Lisa.

Entrevistador: Por quê?

Bráulio: Porque ocuparam Pedra Lisa em 1948. Chegavam 20, 30 pessoas de uma vez só para pegar um pedaço de terra. Foi se desenvolvendo, criou-se estradas, sede da associação, posto médico. Tudo isso foi criado com essas pessoas que estão lá hoje. Mas na produção, realmente é pouco. Era, não vou lá faz tempo. No meu tempo, todos produziam. Carros buscavam a mercadoria lá dentro, na Estrada da Polícia, acho que este é o nome. Morei ali muito tempo, transformamos, modificamos. Na entrada, há uma placa de bronze, se vocês puderem, vão ver em Pedra Lisa. Não sei se retiraram a placa, ficou muitos anos ali. De uma maneira geral, acho que as pessoas hoje possuem a terra e não demora muito, vendem para outro.

Cabe destacar o tom de legitimidade carregado por Bráulio a respeito da atuação da associação em edificar todas as possibilidades para que famílias camponesas pudessem utilizar a terra para trabalho (MARTINS, 1991). Essa forma de lembrar a experiência política da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, aparentemente, se reproduz décadas depois, inserida nas disputas em torno do prédio da antiga associação em 2016. Um entrevistado do grupo ligado ao SEPE e à FAMEJA, conta que tudo teve início quando um lavrador, filho de um militante da antiga associação, “começou a colocar a inquietação dele de que esse espaço aqui, que era um espaço que tradicionalmente pertencia à antiga associação, (...) estava sendo utilizado de forma privada”⁶²⁴.

Quando o espaço da sede da associação começou a ser reocupado, esse grupo recebeu a ameaça de ser denunciado como invasor do prédio da associação de moradores, que passou a ficar trancado com um cadeado. Dessa forma, foi feita uma articulação entre a FAMEJA, o SEPE e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Japeri para se reutilizar esse espaço, através de uma queixa na delegacia, onde esse grupo apresentou o estatuto da antiga Sociedade

⁶²³ Entrevista de Bráulio Rodrigues concedida ao projeto *Memórias* do ITERJ em 2014.

⁶²⁴ Grupo focal mediado por Gabriel Bastos em 17/09/2018.

Cooperativa de Colonização e Expansão Rural de Pedra Lisa⁶²⁵, como forma de legitimar o uso daquele espaço para uma associação de trabalhadores agrícolas⁶²⁶. A queixa não foi para frente após uma negociação de se fundar uma associação nova, em conjunto com a antiga, proposta essa que, por sua vez, acabou não se consolidando.

A refundação da associação foi discutida novamente no seminário de memória de Pedra Lisa em 2016, mencionado anteriormente, realizado nas dependências de uma Igreja Batista, localizada no “centro” de Pedra Lisa⁶²⁷. Ao final do seminário, os participantes marcaram uma reunião para avançar na ideia de fundar uma nova associação. Um dos pontos de tensão na discussão foi sobre qual seria sua natureza, se de fato deveria representar pequenos produtores agrícolas ou se seria uma nova associação “de moradores”. Esse impasse se relacionava à maneira pela qual a região era caracterizada no Plano Diretor de Japeri de 2006, alterado em 2012, e até então em vigor, onde não existiam áreas rurais no município, mas “áreas especiais de interesse agrícola”, que é o caso do “centro” de Pedra Lisa e seus arredores (área que a associação visava abranger, em termos de população a se associar). Este, por sua vez, estava situado em uma área de expansão urbana, cercada por uma área de especial interesse agrícola⁶²⁸.

Uma das propostas foi de que a associação deveria ser mista, “urbana e rural”. “Isso foi a base da discussão da fundação da associação, que teve uma ajuda muito boa da Igreja Batista, o pastor estava justamente discutindo isso: ‘e isso de rural? Não é considerado atraso?’”⁶²⁹ Entretanto, muitos dos que estavam participando desse processo exerciam atividades agrícolas, apesar de serem moradores que residiam no “centro” de Pedra Lisa⁶³⁰. Após essa discussão entre esses grupos, a associação acabou sendo voltada para trabalhadores rurais que não estavam dentro de áreas de assentamento e que, por consequência, não podiam fazer parte de nenhuma associação de trabalhadores rurais de assentamentos.

Outro ponto de tensão foi a própria identidade da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e seus laços com o “comunismo”. Um diretor do SEPE conta que havia certa tensão em torno desse tópico, no que diz respeito à escolha da figura do presidente da associação, pois um dos possíveis presidentes era “visto aqui como ‘O comunista’, herdeiro de

⁶²⁵ Fundada em 1954, com a sede também em Pedra Lisa e foro jurídico em Nova Iguaçu, a cooperativa era ligada à Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, com sede também em Pedra Lisa. Ao que alguns relatos contam, o espaço da sede era maior na década de 1950, havendo também um galpão onde funcionava a cooperativa.

⁶²⁶ Esse documento compunha o acervo pessoal de um lavrador do grupo ligado à FAMEJA e ao SEPE, que costumava guardar materiais referentes ao passado da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

⁶²⁷ A própria existência de uma pesquisa na região também é capaz de influenciar a ação dos próprios atores, no sentido de criar um espaço propício para a exposição de suas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), podendo assim contornar a “memória impedida” a respeito de acontecimentos repressivos e traumáticos, abrindo espaço para um trabalho de elaboração do trauma (RICOEUR, 2007). O próprio seminário de memória, para o grupo que pretendia fundar uma nova associação, teria servido “para legitimar, para as pessoas do presente, de que esse é um espaço público e coletivo do movimento social. Aí ficou mais fácil, depois (...) falar: ‘não, isso aqui é um espaço público, que a gente tem que tomar’”, conta um integrante do grupo ligado à FAMEJA e o SEPE.

⁶²⁸ Plano Diretor de Japeri, de 2006, alterado por leis complementares em 2012 (até então em vigor). Importante observar que o Assentamento Fazenda Normandia, segundo esse antigo plano diretor, se situava em áreas de expansão urbana e área urbana consolidada. Uma outra parte do assentamento se situava em área de especial interesse agrícola.

⁶²⁹ Fala em grupo focal, mediado por Gabriel Bastos em 17/09/2018.

⁶³⁰ Esta área não era considerada como zona rural pelo Plano Diretor de Japeri de 2006, até então vigente. De fato, não havia nenhuma zona considerada rural pelo plano, mas “áreas especiais de interesse agrícola”, caso dos arredores do “centro” de Pedra Lisa. Essa situação se alterou somente com o Plano Diretor de Japeri de 2019, onde o bairro Pedra Lisa se insere na Macrozona Urbana Rural. Trata-se de uma área “de ocupação urbana, com clara característica de ocupação rural, determinada pelo baixo adensamento urbano e pela presença, predominante, da atividade produtiva rural”. Essa mesma área é considerada pelo plano, uma Zona Rural, ou seja, área destinada a, “prioritariamente, a produção de gêneros alimentícios de origem agrícola e animal, utilizando áreas de característica rurais, com baixa densidade habitacional e lotes com áreas superiores a 1,0 hectares” e também destinada a atividades de turismo rural.

todas aquelas lutas que a gente tinha no passado”⁶³¹. Com efeito, o professor conta como essas tensões identitárias foram conciliadas no decorrer do processo de fundação da associação, para que ela fosse capaz de agregar indivíduos e grupos identificados ou não com as referências de luta pela terra da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa:

Mas aí, (...) eu coloquei o seguinte: o tio do pastor foi o responsável por ter mantido vivo Wilson Rosa Mota, Nilson Rosa Mota e Raimundo Cardoso Lima⁶³² (...) que foram levados para serem mortos e jogados no rio. E nesse dia, um soldado, Natanael, que tinha se convertido à Igreja Batista, (...) quando chegou lá e viu que o [sargento] Romário ia matar, ele falou “não, não vai matar, eu sou cristão, o Deus que eu sirvo é da vida, eu não vou concordar com isso!” E o cunhado dele, que também era de patente, disse pra não matarem seu cunhado [o soldado Natanael], disse: “não, então não vai matar ninguém”. E esses são depoimentos do Sr. Wilson, que não está mais aqui, mas Sr. Raimundo está vivo e pode confirmar isso. (...) E eles falaram que “se nós estamos vivos, foi por causa daquele soldado”, tio do pastor daqui hoje. Aí eu fiz questão de resgatar aquilo, pra demonstrar que, quem é cristão na essência, também é da luta. (...) Porque é uma forma de você conciliar e trazer todo mundo pra associação (Grupo focal mediado por Gabriel Bastos em 17/09/2018).

A nova associação, portanto, foi formada por um grupo diverso de pequenos agricultores da região, muitos deles ligados à Igreja Batista, marcados pela memória dividida (PORTELLI, 1996) e tensões identitárias em torno da rememoração antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, mas que foram contornadas através da composição de sua direção, ocupado por outra pessoa, que não “o comunista” a quem o diretor do SEPE se referia. Este, acabaria ocupando o cargo de vice-presidente da associação⁶³³. A participação da FAMEJA foi fundamental nesse processo. Um membro da federação, conta que “só foi possível a ajuda da FAMEJA porque ela tinha um projeto que visava resgatar as associações, o movimento. Então o projeto, patrocinado pelo *Brazil Foundation*⁶³⁴, era justamente isso: (...) A gente conseguiu casar isso com essa oportunidade de regularizar a associação”⁶³⁵. Posteriormente, foi lançado um edital pela FAMEJA para que se realizassem eleições e a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências foi fundada em junho de 2016 com chapa única, com a presidência composta por um morador, “que é uma pessoa que tá retornando (...) à atividade agrícola, visto que tudo o que ele fez lá, saindo daqui pro Rio de Janeiro (construiu uma vida lá, trabalhou com máquinas...), no momento em que ele faliu lá, precisou voltar pro campo, plantar aipim junto com o irmão”⁶³⁶. E, na vice-presidência, outro lavrador,

⁶³¹ Fala em grupo focal, mediado por Gabriel Bastos em 17/09/2018.

⁶³² Perseguidos na ditadura, pelos *entrega-lista*.

⁶³³ Ou seja, de distintos projetos de memória, conforme Velho (1994).

⁶³⁴ Organização não governamental que mobiliza recursos para diversos fins, entre eles, o resgate de associativismo civil ao que ele se refere. <https://brazilfoundation.org/?lang=pt-br> (acessado em 28/09/2019).

⁶³⁵ Grupo mediado por Gabriel Bastos em 17/09/2018.

⁶³⁶ Grupo mediado por Gabriel Bastos em 17/09/2018.

que “herdou” as memórias da identidade da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa através da socialização política e histórica com antigos membros da entidade⁶³⁷.



Figura 19: Núcleo Agrário Miguel Couto Filho, sede do SRT Japeri e da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa e Adjacências, em 2017, após reformas. Fonte: <https://actpedralisa.blogspot.com/>

Dessa forma, a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências passou a funcionar enquanto uma associação “guarda-chuva”, abrangendo quem estava carente do associativismo na região, principalmente aqueles pequenos produtores agrícolas que não estavam inseridos dentro de uma área de assentamento do ITERJ ou do INCRA, desprovidos do acesso de políticas públicas para o campo. Com efeito, cabe destacar que, como mencionado anteriormente, todo o processo de fundação dessa nova associação começou a partir de uma disputa pelo uso do espaço de uma edificação que anteriormente pertencia à antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em ruínas até 2016. Agora, a nova associação pretendia ter sua sede nesse mesmo local e, igualmente, pretendia que esse espaço fosse utilizado também como sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Japeri.

⁶³⁷ Nos anos seguintes, passou a ser presidente outro lavrador, também identificado com as referências memorialísticas da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e com o grupo dos trabalhistas/comunistas. Mas, diferente do vice-presidente, esse lavrador não carrega a identidade social de ser “O comunista” da vizinhança.

Foi realizada uma campanha de arrecadação de recursos para que o prédio fosse reformado⁶³⁸. Concluídas as reformas, a edificação – que passou a ser sede tanto da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências e do STR de Japeri – passou a ser chamada de “Sede do Núcleo Agrário”, como as pessoas a ele se referem, ou “Núcleo Agrário Miguel Couto Filho”, conforme escrito na parede externa da edificação. Importante ressaltar que esse é o mesmo nome do núcleo de colonização agrícola – cujas políticas de desenvolvimento agrícola foram abandonadas – escrito na tabuleta comemorativa de bronze instalada em 1958⁶³⁹, após a desapropriação das fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira a favor da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Nesse sentido, é importante compreender o peso que um local de memória oficial, erguido pela ação do Estado e cravado em um monumento, pode exercer um caráter legitimador do acesso à terra.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. (...) Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.12-13).

Entretanto, como pudemos notar anteriormente, os locais de memória também podem ser reelaborados ao longo do tempo, uma vez que as próprias dinâmicas sociais das memórias coletivas são mediadas por manifestações culturais ou políticas, com referências no presente (JELIN, 2003). Como nos aponta Assman (1995), as maneiras pelas quais determinada sociedade, grupo ou comunidade guarda conhecimento sobre si – o que o autor classifica como “memória cultural” – se distingue das formas cotidianas de comunicação, que têm um horizonte limitado de informação e conexão com o passado. Diferente da comunicação do dia a dia, a “memória cultural” é mediada pela formação cultural, podendo estar materializada em textos, rituais ou monumentos. Em nosso caso, apesar da materialidade imutável de um monumento, isso é, a placa comemorativa de bronze, estar referenciada em um ponto fixo do passado, a mediação cultural entre esse monumento e as memórias coletivas elaboradas por indivíduos e grupos indica sua capacidade de reconstrução. A memória cultural, pontua Assman “opera através da reconstrução, (...) sempre relaciona seu conhecimento a uma situação real e contemporânea. Ela se fixa em figuras fixas de memória e estoques de conhecimento, mas cada contexto contemporâneo se relaciona com ela de maneira distinta” (*Ibidem*, p. 130), podendo se relacionar através de sua apropriação, pela crítica, preservação ou pela transformação.

Se, no passado, experiências comuns compartilhadas em Pedra Lisa se sustentaram por bastante tempo em torno da rememoração “daqueles que tombaram na luta contra os grileiros” e “em defesa do direito de produzir na terra” para assim manter a coesão de um grupo para suas ações coletivas, hoje, a nova associação e o STR Japeri reelaboram esse passado não através da evocação de mártires da luta pela terra, mas da ação estatal, registrada na placa de bronze de inauguração do “Núcleo Agrário Miguel Couto Filho”. A reforma do prédio da associação com esse nome não é remetida diretamente à promessa de uma política pública não cumprida, mas por meio da rememoração, registrada em um monumento, da primeira grande vitória, em 1958, que a Sociedade de Lavradores e Posseiros teve na luta pela terra. Talvez, o grupo que deu esse nome não tenha conhecimento detalhado sobre o que exatamente foram as políticas públicas de

⁶³⁸ Disponível em: <https://actpedralisa.blogspot.com/2017/08/campanha-para-construcao-do-piso-da.html>

⁶³⁹ Placa de bronze instalada em evento comemorativo, contando com a presença do então governador Miguel Couto Filho e do então candidato a Deputado Federal Bocayuva Cunha, após a desapropriação das fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, em 1958, ano eleitoral.

colonização agrícola na região⁶⁴⁰ e o que isso implicava na época, mas têm a compreensão de que se trata da maior e mais antiga conquista da associação, que protegeu os posseiros e suas famílias das tentativas de despejo pelos grileiros, tornando possível continuar vivendo na região. Em termos benjaminianos,

A mesma preocupação de salvar o passado no presente graças à percepção de uma semelhança que transforma os dois: transforma o passado porque este assume uma forma nova, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobrirmos, inscrita nas linhas do atual (GAGNEBIN, 1987, p.16).

Ainda que haja certo desconhecimento sobre o que exatamente deveria ter sido o “Núcleo Agrário Miguel Couto Filho” em 1958, a principal reivindicação da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências (a saber, políticas públicas agrícolas e regularização fundiária para produtores rurais fora das áreas de assentamento) remete, dá sentido e continuidade ao que foi a principal reivindicação da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, isto é, a implementação de um núcleo de colonização agrícola nas áreas desapropriadas. Esse processo se dá de maneira concomitante ao esquecimento relativo da situação jurídica das terras fora de áreas de assentamento de reforma agrária ao longo do tempo, como vimos no capítulo anterior.

O que nos interessa aqui é notar a permanência de certas noções do passado, de filosofias espontâneas (GRAMSCI, 2014b), trabalhadas dentro de uma economia moral (THOMPSON, 1998) a respeito das formas dos usos da terra, sendo capazes de expressar diversas permanências identitárias em disputa, que se alteraram ao longo do tempo. Essas memórias coletivas expressam também permanências da repressão, através da permanência de silêncios e cautela para se tocar no assunto. Rememorações que, se atizadas, podem ser incendiárias.

⁶⁴⁰ Isto é, as tentativas de políticas públicas de colonização agrícola em 1958, com a desapropriação das Fazendas Antônio do Mato e Limeira e, posteriormente, as políticas públicas inseridas no Plano Piloto de Ação Agrária em 1960, a partir do governo de Roberto Silveira. As políticas públicas previstas no plano, conforme discutimos no capítulo 6, estavam em andamento até o golpe de 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados mais de trinta anos desde o fim da ditadura empresarial-militar, o embate de representações sociais das memórias a respeito desse regime político se tornou cada vez mais central na conjuntura política brasileira. Chegamos ao ponto de não só posições nostálgicas e negacionistas a respeito ditadura⁶⁴¹, mas posições explicitamente golpistas serem colocadas no campo político (BOURDIEU, 2012). A esse respeito, uma questão fundamental foi apontada no início desse trabalho: a partir das noções de Tim Ingold (2007), discutimos a influência de tempos pretéritos na vida social atual, apontando como algumas características do período ditatorial têm continuidade nas instituições da Nova República, bem como no próprio tratamento da questão agrária.

Embora a Constituição de 1988, em seu artigo 184, preveja a desapropriação da "propriedade rural que não cumpre sua função social, para fins de reforma agrária, por meio de compensação prévia e justa em títulos da dívida agrária", a concentração fundiária no país ainda é alarmante. Os dados do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, mostram que a concentração fundiária "em grandes estabelecimentos agropecuários acima de mil hectares não se alterou nos últimos 20 anos. (...) O índice de Gini⁶⁴² manteve-se praticamente o mesmo no período, e o Brasil ainda apresenta alto grau de concentração fundiária, expresso por 0,857, em 1995/96, e 0,856, em 2006" (SAUER e LEITE, 2012, p.506). Já o Censo Agropecuário de 2017⁶⁴³ aponta que o índice Gini se elevou para 0,867⁶⁴⁴. De acordo com o Atlas do Espaço Rural Brasileiro⁶⁴⁵ do IBGE, em 1985 o índice estava em 0,85. Ou seja: a desigualdade de distribuição de terras se manteve praticamente inalterada no primeiro censo agropecuário pós ditadura (0,856 em 1985-1996); teve uma leve queda dez anos depois (0,854 em 2006) e forte elevação em 2017 (0,867). No caso do estado do Rio de Janeiro, o índice Gini se manteve estável entre 1985 e 2006, oscilando em torno de 0,80, com seu ponto máximo em 1985, caindo pouco abaixo de 0,80 em 1995 e retornando a patamares próximos de 1985 em 2006⁶⁴⁶.

Se voltarmos nosso olhar para dados a respeito da violência do campo, levantados pela CPT, o cenário é também alarmante. Segundo os dados apresentados pelos Relatórios de Conflitos no Campo, produzidos pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT⁶⁴⁷, apresentados em análise realizada pelo jornal *Brasil de Fato*⁶⁴⁸, no ano de 2011 foram registrados 1.390 casos de conflito pelo país, mantendo-se estáveis até 2015. A partir de 2016, há um aumento considerável de casos registrados, subindo ano após ano, chegando a um pico de 2.054 casos no ano de 2020. No caso do estado do Rio de Janeiro, foram registrados 19

⁶⁴¹ Como se não tivesse ocorrido tortura ou até mesmo, como se não tivesse ocorrido um golpe e uma ditadura a partir de abril de 1964.

⁶⁴² O índice GINI para Distribuição de Terra é um indicador global para medir a desigualdade, onde 0 corresponde à igualdade completa e 1 à desigualdade completa.

⁶⁴³ Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf (acessado em 29/09/2021).

⁶⁴⁴ Além disso, o mesmo censo aponta que 47% de toda a área agrícola do país é ocupada por apenas 1% das propriedades, enquanto donos de terras com até 10 hectares, ocupam somente 2,3% do total.

⁶⁴⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773_cap2.pdf (acessado em 29/09/2021).

⁶⁴⁶ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773_cap2.pdf (p. 60. Acessado em 05/08/2022).

⁶⁴⁷ Disponíveis em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil> (acessado em 29/09/2021).

⁶⁴⁸ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/31/cpt-estima-quase-1-milhao-de-envolvidos-em-conflitos-no-campo-maior-numero-desde-85> (acessado em 29/09/2021).

conflitos por terra em 2011⁶⁴⁹, número que diminui entre 2015 e 2019, oscilando entre 6 e 13⁶⁵⁰, mas que aumenta consideravelmente em 2020, chegando a um pico de 28 conflitos no campo naquele ano⁶⁵¹ e, posteriormente, 16 no ano de 2021⁶⁵². Evidentemente, é seguro afirmar que a violência no campo não acabou junto da ditadura e tampouco foi inaugurada por ela.

Contemplar esses dados, após a investigação realizada no presente trabalho, traz à tona a necessidade de reparação, através do reconhecimento mais aprofundado sobre acontecimentos repressivos da ditadura empresarial-militar no Brasil ao qual populações camponesas foram alvo, a fim de redimir o sofrimento das gerações anteriores (BENJAMIN, 1985), para que não se caia na perpétua repetição, permitindo a instauração do novo (GAGNEBIN, 2010).

Como discutimos na introdução, a rememoração a respeito do que foi a repressão da ditadura empresarial-militar se consolidou no Brasil dentro das limitações do que Marcos Napolitano (2015) chama de “memória hegemônica” a respeito da ditadura. Um tipo de rememoração que atingiu alguns consensos interpretativos mínimos ao longo da Nova República, mas dentro de um espaço conflituoso incapaz de rememorar formas de repressão para além da que se abateu ao movimento estudantil, artístico e aos grupos armados organizados, estabelecendo algumas ideias do senso comum de que a repressão da ditadura foi somente aos seus opositores mais ferrenhos, ou, somente aos “corruptos”. Esse ponto de vista liberal, fomentado pela memória hegemônica sobre a ditadura empresarial-militar, não foi capaz de isolar de forma definitiva o pensamento nostálgico a respeito desse regime, embora tenha logrado, momentaneamente, de isolar os militares da cena política nacional, em período de crise hegemônica (GRAMSCI, 2014a).

Entretanto, a fragilidade da memória hegemônica constituída a respeito da ditadura, com a abertura do “interregno de crise de autoridade hegemônica”, após os acontecimentos de junho de 2013 (FERNANDES, 2019), abre espaço para representações memorialísticas nostálgicas e negacionistas a respeito do que foi aquele regime político autocrático. A partir da crise de hegemonia (GRAMSCI, 2014a) iniciada em 2013, representações memorialísticas nostálgicas da ditadura, assim como uma linguagem política apologética do regime ditatorial passam a serem aceitas⁶⁵³.

Invariavelmente, essas formas de rememoração da ditadura empresarial-militar excluem a repressão que se abateu aos trabalhadores rurais e a diversos outros grupos sociais subalternos da sociedade brasileira. Os acontecimentos repressivos que analisamos nesta tese, cujos alvos foram trabalhadores rurais na Baixada Fluminense e em outras zonas rurais do estado, não são de notório conhecimento público. Além disso, os acontecimentos analisados na Parte II demonstram que a repressão política aos trabalhadores rurais não começou nem terminou com a ditadura, mas se intensificou na medida em que a conjuntura caminhava naquela direção.

⁶⁴⁹ CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, disponível em:

<https://cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=292&catid=41&m=0> (acessado em 05/08/2022).

⁶⁵⁰ CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil> (acessado em 05/08/2022).

⁶⁵¹ CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0> (acessado em 05/08/2022).

⁶⁵² CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0> (acessado em 05/08/2022).

⁶⁵³ O discurso político nostálgico e apologético da ditadura, que começa a ganhar espaço a partir de 2013, vai sendo paulatinamente incorporado e aceito dentro da linguagem do campo político (BOURDIEU, 2012). A esse respeito, Napolitano faz alguns apontamentos de como o fenômeno vinha sendo levado a cabo no ano de 2015: “à exceção de algumas vozes da extrema direita, ainda que cada vez mais eloquente no espaço público no momento em que escrevo este artigo, poucos atores políticos, intelectuais ou partidos reclamam para si o legado da ditadura. Até bem pouco tempo atrás, ter participado diretamente do regime era uma mancha no currículo político, se não fosse acompanhada de uma boa desculpa, expiação ou autocrítica públicas” (NAPOLITANO, 2015, p. 18). Situação essa que se alterou ainda mais nos últimos anos, no sentido do espaço que esse discurso conquistou.

Quando falamos sobre como a ditadura empresarial-militar se abateu sobre a população do campo, devemos ter em mente dois elementos centrais. Em primeiro lugar, a fragilização do movimento camponês, que vinha se estabelecendo enquanto relevante ator político no período anterior e, em segundo, o modelo de desenvolvimento rural implementado pelo regime ditatorial e seus efeitos, que discutimos anteriormente.

Grosso modo, na perspectiva das classes dirigentes, o golpe responde por uma etapa de uma tensão histórica no Brasil, compreendida por Florestan Fernandes (1975a) como ambição tanto das elites estamentais quanto da burguesia nacional – desde os primeiros passos de sua formação social – em manter as condições de acumulação primitiva lado a lado das condições modernas de acumulação de capital. Nesse sentido, quando falamos do golpe de 1964, falamos também de um ponto de inflexão conservadora no que diz respeito à questão agrária.

Evidentemente, a proposta de reforma agrária, inserida nas reformas de base de João Goulart, não alteraria as estruturas do sistema fundiário brasileiro. Entretanto, a crescente organização e constituição de um movimento camponês na década de 1950 enquanto um ator político relevante na conjuntura, e o protagonismo dos movimentos populares em torno dessa pauta eram lidos como perigo pelas entidades patronais rurais e também por outros grupos de interesse das classes superiores, diante do “fantasma” da Revolução Cubana em 1959, no contexto da Guerra Fria. De qualquer maneira, as portas para a revisão da estrutura fundiária, antes do golpe, diz José de Souza Martins (1984), estavam semiabertas. A retirada do espaço político conquistado pelos movimentos populares seria fundamental na agenda política do golpe de 1964 (*ibidem*).

As noções e valores presentes no Estatuto da Terra já existiam e estavam presentes no debate da reforma agrária antes do primeiro governo militar (BRUNO, 1995). Entretanto, o marco estabelecido em 1964 representa um afastamento de movimentos populares da participação no debate a respeito da reforma agrária, solapando suas formas mais radicalizadas de mobilização social, dando lugar a uma ótica voltada para o incremento da produção da empresa rural e dissociando a questão social da questão agrária. Essas noções, por sua vez, se reproduzem no regime posterior. Um aspecto importante a ser levado em consideração a respeito da própria concepção de reforma agrária, é a centralidade de sua dimensão produtiva, reiterada antes e depois do golpe. De forma semelhante, nos dois Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) na Nova República, a dimensão produtiva mantém sua centralidade.

Muitos desses aspectos podem ser observados no que diz respeito à permanência do papel da agricultura e seu papel como espaço de “bomba de sucção” de produção de valor, conforme apontado por Fernandes (1975b), ao longo da Nova República.

Para começar, chamamos atenção para os marcos jurídicos das noções de “rural” e “urbano” presentes na atual legislação, na Constituição Federal de 1988. Em estudo que analisou essa legislação e também planos diretores de três municípios de estados diferentes⁶⁵⁴, constatou-se a “persistência da leitura do rural fundamentalmente como espaço de produção, o que tende, evidentemente, a fazer com que não se leve em conta as populações que lá vivem, a não ser a partir da ótica produtiva” (MEDEIROS; QUINTANS; ZIMMERMANN, 2013).

A compreensão de Ingold (2007) sobre a persistência do passado na vida social do presente se manifesta também na própria concepção de incremento da produção da grande empresa rural através de um modelo de desenvolvimento em constante expansão e abertura de fronteiras agrícolas. Conforme Guilherme Delgado (2010), a articulação entre a acumulação de capital por via agrícola como política de Estado após a crise cambial de 1999 age no sentido de reverter seus efeitos, reestruturando um pacto de economia política com características similares às estratégias de capital financeiro agrícola do período empresarial-militar por meio de um projeto que articula a renda da terra com a lucratividade de capitais consorciados pelo

⁶⁵⁴ Nova Iguaçu (RJ), Caxias do Sul (RS) e Belterra (PA).

agronegócio. Embora a questão agrária da região aqui pesquisada não esteja ligada à expansão de fronteiras agrícolas para o agronegócio (mas para a especulação fundiária urbana e o turismo de lazer), chamamos atenção para esses aspectos, diante de uma discussão geral entre os sentidos memorialísticos atribuídos ao passado e seus reflexos ao modelo de desenvolvimento atual, conforme a argumentação de Débora Lerrer e Adriano Forigo (2019) a respeito da política do silêncio do problema agrário brasileiro.

Na dimensão de estudos da memória coletiva, discute Paul Ricœur, traumas ocorridos em acontecimentos históricos de determinada sociedade ou comunidade podem também afetar suas memórias coletivas, sendo o impedimento de rememoração de memórias traumáticas um obstáculo para a elaboração coletiva de acontecimentos históricos também traumáticos. Elaboraões essas que poderiam vir ao espaço público para que possam ser reelaboradas, conferindo assim outros sentidos ao passado. Dessa maneira, para Ricœur, dentro das dimensões coletivas da memória, o passado não pode ser apagado, mas pode ser reconciliado (RICŒUR, 2007). Nesse sentido, algumas considerações sobre os acontecimentos analisados e suas representações coletivas da memória devem ser levadas em consideração.

Nas partes II e III, discutimos como se deram as dinâmicas de conflitos por terra na Baixada Fluminense – e em algumas outras regiões do estado do Rio de Janeiro – ao longo da década de 1950 até 1964, passando pelos efeitos políticos e repressivos locais, imediatos ao golpe de 1964, pelos efeitos colaterais de abandono de políticas públicas na Baixada Fluminense, através da análise do que ocorreu em Pedra Lisa e Xerém nas décadas de 1970 e 1980 para, em seguida, analisarmos os conflitos por terra que passaram pela retomada do movimento camponês no fim da década de 1970 até 1988.

Observamos e analisamos a dinâmica das mobilizações sociais da luta pela terra ao longo dessas décadas, em distintos contextos, dentro de acontecimentos conflituosos. Igualmente, foi analisada a dinâmica repressiva que ocorreu, principalmente, na década de 1960 e 1970, assim como um processo de mudança fundiária na década de 1970, especialmente na Região de Pedra Lisa, através de formas pouco explícitas de expulsão (FEOLA *et al.*, 2019), realizadas de forma gradativa. Igualmente, analisamos a retomada da mobilização social camponesa em Campo Alegre e na Região de Pedra Lisa na década de 1980, apontando como estes conflitos e formas de mobilização estiveram relacionados ao período de conflitos e mobilização das décadas anteriores ao golpe de 1964.

Tratamos, de forma localizada, de uma etapa do processo de expansão urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, marcada pela disputa dos usos do espaço entre os diferentes capitais, buscando se valorizar em distintas formas de investimento (PECHMAN, 1985), que podem ser moradia, infraestrutura, agricultura, pecuária, especulação ou turismo. Inseridas nesse contexto, foram analisadas as mobilizações sociais camponesas por políticas fundiárias distributivas, dentro de uma disputa por modos de vida contra esses capitais, através de distintas formas de resistência, bem como as formas repressivas – antes e depois do golpe de 1964 – que se abateram sobre essas populações.

Um aspecto importante sobre as representações memorialísticas dessas disputas são as noções de legitimidade e ilegitimidade do uso da terra, elaboradas e reelaboradas ao longo de décadas na Região de Pedra Lisa. Essas ideias, de certa forma, continuam circulando na região através de transcrições escondidas (*hidden transcripts*) (SCOTT, 1990) ao longo dos anos – desde a valorização da figura do mártir José Mathias e da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, até a disputa pelo uso do espaço do prédio da antiga associação em tempos recentes. O que observamos aqui é a permanência de noções de filosofias espontâneas populares (GRAMSCI, 2014b), inseridas dentro de concepções locais de economia moral (THOMPSON, 1998), que têm origem nas disputas pretéritas travadas entre as concepções de “terra para trabalho” e “terra para negócio” (MARTINS, 1991). Nesse sentido, uma discussão mais ampla dessa questão é digna de nota.

Ao apresentar o clássico texto de Karl Marx (2017) a respeito da lei referente ao furto da lenha, Daniel Bensaïd (2017), nos apresenta essa questão a partir de um aspecto amplo: desde a crítica do jovem Marx às leis florestais de 1841 no Império Prussiano, onde a coleta de madeira torna-se furto, até os tempos atuais, há certo *continuum* nessa relação. Em meados do século XIX, quando Marx problematizava essa questão, vivia-se um regime de propriedade “híbrida”, isto é, um período de transição das relações de propriedade, rumo às relações de propriedade privada capitalista. “A importância quantitativa do furto de madeira ilustra tanto o vigor das práticas consuetudinárias do direito de uso quanto a crescente penalização dessas práticas pela sociedade capitalista em formação” (*ibidem*, p. 20). Nesse contexto, pontua Bensaïd, abre-se um paradoxo:

A invocação de um “estatuto natural” dos objetos parece se referir à tradição do direito natural, e a invocação do “direito de ocupação”, ou *jus nuli*, parece conceder um direito sobre um “bem de ninguém” ao primeiro que ocupar. Essa justificação jurídica serviu para legalizar a apropriação colonial de terras decretadas virgens. Marx explora a lógica paradoxal do argumento: quando a propriedade não é legitimada, como em Locke, por uma ação transformadora do objeto (por um trabalho), o direito de ocupação depende de um ato de violência inicial (a “tomada de terras” no caso das conquistas coloniais). Esse direito é universalizável. Portanto, deve beneficiar igualmente a classe que, “excluída de toda propriedade”, encontra-se como os objetos em questão, numa espécie de estado de natureza pré-civil ou pré-jurídico. (*Ibidem*, p.22).

Em seu *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*, John Locke (1994) parte do pressuposto em que o estado de natureza da humanidade teria passado por um contrato social para se chegar ao estado civil. O estado de natureza humana, para Locke, é pré-político e pré-social. Nele se supõe relativa paz e harmonia, mas podem surgir alguns inconvenientes – em torno de disputas da propriedade privada, por exemplo – gerando aquilo que o autor reconhece como “estado de guerra”. Note que no estado natural de Locke, os humanos já eram dotados de razão e desfrutavam da propriedade. Assim sendo, a vida e a liberdade são direitos naturais da humanidade equiparados ao direito da propriedade privada que, na visão do autor, devem ser preservados por qualquer governo.

Os conflitos, portanto, desenvolvidos no estado de natureza, levam os indivíduos a estabelecerem o contrato social, isto é, um pacto de consentimento para evitar o “estado de guerra”. Se um governo tirânico, observa Locke, atenta contra a propriedade em benefício de seu interesse próprio a despeito do bem comum, este governante está então em rebelião contra os governados, que, por sua vez, possuem o direito de resistência perante ele, para preservarem o contrato social e o cerne do estado civil: os direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade. Nesse sentido, as provocações de Bensaïd (2017) contribuem para refletirmos a respeito das concepções de legitimidade e ilegitimidade ao acesso à terra, elaborados e reelaborados em representações memorialísticas em Pedra Lisa ao longo dos anos: e se o acesso à terra, moradia e direito de nela trabalhar, assim como as identidades e práticas sociais resultantes da posse da terra são cerceados em nome da propriedade privada? Estariam eles em contradição com a própria concepção liberal de liberdade de Locke, concepção fundante do pensamento liberal e da própria ideia de propriedade privada?

Podemos dizer que o auge dessa contradição liberal, no caso estudado, se deu em 1964, quando, quase que imediatamente após o golpe, agentes públicos e privados despejaram e impuseram diversas formas de violência contra trabalhadores rurais que se encontravam em

áreas que foram focos de conflitos por terra e mobilização camponesa na Baixada Fluminense e em outras regiões do interior do estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, observamos, desde fins da década de 1940 até fins da década de 1980, que formas de repressão estiveram presentes, contando com a participação direta ou indireta do Estado. Direta, no sentido da repressão perpetrada por agentes estatais, seja a Polícia, Exército, guarda do IBRA, IBDF, políticos ou pelo DOPS. Indireta, no sentido da violência perpetrada por agentes privados, como grileiros, jagunços ou os *entrega-lista*, contando com a pactuação de agentes militares em torno dessas ações de violência e despejo. Observamos também que a repressão não se deu somente sobre comunistas ou trabalhistas (que, aos olhos do regime ditatorial, eram também “comunistas”), mas até mesmo a indivíduos ligados aos Círculos Operários Católicos, indicados como interventores sindicais após o golpe.

Encontramos também o sistemático silêncio, uma espécie de memória impedida (RICŒUR, 2007) a respeito da repressão, que só é verbalizada em momentos propícios de exposição de uma memória subterrânea (POLLAK, 1989). Isso, em primeiro lugar, indica que não só durante o período ditatorial, mas até os tempos atuais, os opositores da ditadura não têm condições de verbalizar plenamente a violência de que foram alvo. Em segundo lugar, esse silenciamento indica também que a abrangência da repressão estabeleceu traumas não somente aos grupos armados e aos mais abertamente opositores ao regime ditatorial (que são mais lembrados, tanto pela historiografia, quanto pelas representações memorialísticas do “senso comum”), mas também à população camponesa pobre⁶⁵⁵.

Isso se faz evidente se nos atentarmos aos números apresentados em estudo sobre o perfil de atingidos da ditadura no estado do Rio de Janeiro (SALES *et al.*, 2019, p. 13). Os autores demonstram como a “tese dos ‘excessos’, entendidos como ações individuais de agentes policiais ou militares de baixa hierarquia (...) parece não se sustentar diante do trabalho produzido por esta pesquisa”. O estudo apresenta, a partir de pedidos de processos de reparação no estado, que a quantidade de prisões⁶⁵⁶ foi de 350 no ano de 1964, número expressivamente maior que todos os outros anos da ditadura, estando em segundo lugar os anos de 1969 e 1970, ambos com 100 prisões. Outro dado importante é a constatação de que “um percentual expressivo de requerentes (cerca de 60%) não registrou informações sobre a vida política daquele que foi atingido pelas ações do aparato repressivo” (*Ibidem*, p. 15). Esse dado dialoga com o fato de que casas de moradores foram invadidas pelo exército em busca de “comunistas” em Pedra Lisa, da expulsão de uma família em 1969, em decorrência da instalação de torres elétricas construídas pelo Exército, e de acontecimentos repressivos em outras localidades do estado onde havia mobilização camponesa, imediatamente após o golpe. Tudo isso sugere que a repressão sobre essas populações (ainda que não participante de grupo político algum) possa ter sido maior do que se imagina.

O mesmo estudo demonstra que a grande maioria dos movimentos políticos mencionados pelos requerentes é de trabalhadores urbanos (43%), seguido de estudantil (29%); luta armada e institucional (10%); camponês e religioso (3%) e de bairro (2%). A maioria das prisões de pessoas ligadas ao movimento estudantil se deu no ano de 1968 (40), enquanto de pessoas ligadas à luta armada foi em 1969 (13) e 1970 (14), destoando dos outros anos. Embora a maioria das prisões tenha ocorrido em 1964, os dados que se referem às prisões relacionadas às atividades de organização armadas e estudantis se concentram entre 1968 e 1970, parecendo acompanhar um padrão já reconhecido pela literatura consagrada (SALES *et al.*, 2019).

Esses dados, somados aos casos que estudamos no presente trabalho nos levam a questionar as periodizações de Elio Gaspari (2002b; a, p. 129), sobre a existência de uma

⁶⁵⁵ Há muito mais a ser apurado a respeito de formas repressivas a grupos sociais subalternos durante a ditadura empresarial-militar, como por exemplo aos indígenas, mencionados na introdução.

⁶⁵⁶ Foram contabilizadas apenas as primeiras prisões. Ou seja, apenas a primeira prisão a qual determinado indivíduo foi submetido, não a sua totalidade.

“ditadura envergonhada” e tímida de Castello Branco entre 1964 e 1967; um regime “constitucional” de 1967 e 1968; uma ditadura “escancarada” de 1968 a 1974 e um período de encerramento da ditadura de 1974 a 1979⁶⁵⁷. Visivelmente, a repressão que se abateu sobre essas populações foi imediata ao golpe, passando por suas formas mais intensas e duras antes do ano de 1968. Isso, inevitavelmente, nos leva ao seguinte questionamento: a ditadura foi envergonhada e escancarada para quem? Evidentemente, apenas a Região de Pedra Lisa e outros casos na Baixada Fluminense que relatamos anteriormente não são capazes de responder a esse questionamento como um todo. Por outro lado, se somarmos o que foi apresentado no presente trabalho aos dados do estudo mencionado anteriormente (SALES *et al.*, 2019), podemos considerar que esse tipo de periodização continua sendo passível de questionamento, assim como algumas representações memorialísticas do senso comum e da academia a respeito da ditadura de 1964.

A tentativa abortada de uma resistência armada contra o golpe por parte das entidades de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense, em articulação com o Sindicato da Petrobrás, somada a uma articulação com o PCB é um tema que merece atenção especial de pesquisas futuras. Haveria possibilidade de resistência ao golpe? Até que ponto isso foi realmente levado em consideração por essas entidades? Diante das limitações desta pesquisa, essas respostas estão muito longe de serem respondidas aqui.

As poucas informações de que dispomos a esse respeito indicam alguns fatores importantes para a análise dessas entidades de trabalhadores rurais: em primeiro lugar, nos demonstra a relevância do acúmulo da experiência organizativa dos trabalhadores rurais na Baixada Fluminense ao longo da década de 1950 até 1964, no contexto do surgimento do camponato como ator político de relevância nacional, em um processo histórico que pode ser lido como um momento no processo de formação de classe (MEDEIROS, 1995). Em segundo lugar, diante desse acúmulo de experiências organizativas, demonstra que se formou uma base social dessas entidades que, ao que tudo indica, em número relevante de pessoas⁶⁵⁸, estavam dispostas a realizar uma resistência ativa contra o golpe. Isso é um fator de relevância histórica para melhor compreensão de até que medida setores da sociedade civil apoiaram o golpe e de setores que não só não apoiaram, mas que tinham disposição de resistir. Sabemos, conforme indicado no capítulo 1, que setores da classe média apoiaram ativamente o golpe. Mas e setores subalternos da classe trabalhadora, que faziam parte dos movimentos populares? Não devem ser levados em consideração? O esquecimento desse tipo de acontecimento seria um apontamento da reificação da história dos vencedores? Evidentemente que o que apresentamos aqui não esgota esse debate, mas contribuí, dando apontamentos para pesquisas futuras.

A experiência analisada na Baixada Fluminense é uma experiência marginalizada da história e memória dos grupos sociais subalternos (GRAMSCI, 2002). Novamente, isso indica a importância de se utilizar o termo ditadura empresarial-militar para uma melhor caracterização do golpe e do regime que se sucedeu. Não se trata de “vício nominalista”, tal como compreendido por Carlos Fico (2017), mas de uma correta nomenclatura dos atores que foram protagonistas e responsáveis pelo golpe. Não o fazer, conforme discutido por Demian Melo (2014), sugere uma “anistia histórica” ao golpe, como se a deposição de João Goulart fosse um amplo consenso social.

Evidentemente, trata-se de uma batalha de memória, travada tanto no espaço acadêmico quanto para além dele, que não se inicia, tampouco se encerra com o presente trabalho. O que

⁶⁵⁷ O autor sequer considera que a ditadura se encerrou em 1985, quando os militares devolveram o governo para um presidente civil, por meio de eleições indiretas.

⁶⁵⁸ Conforme indicado tanto nos depoimentos mencionados de Bráulio Rodrigues – “Não era coisa secreta, com um grupo só: era com todo mundo” – e Laerte Bastos – “Olha, nessa reunião que eu tô falando, devia ter assim umas 500 pessoas, muita gente. Eu me lembro como se fosse hoje, uma multidão de gente, que foi uma reunião especial, por que nós já tava resistindo... Ah! Nós ‘tava’ mobilizado pra receber armas pra enfrentar a situação”.

pudemos notar é que a memória do trauma desses acontecimentos repressivos está constantemente batalhando para ir além da superfície dos discursos cotidianos. Não se trata de um esquecimento espontâneo, mas forçado – ou, como diria Ricœur (2007), de uma “memória impedida” – indicando a permanência desses conflitos.

Não é possível construir uma nação plenamente democrática se os livros de história são lidos pulando suas páginas. É necessário que as gerações futuras continuem aprofundando pesquisas a respeito desses acontecimentos repressivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABERS, Rebecca.; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52–84, 2011.
- ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- AGUIAR, Eduardo. **Educação popular, resistência e memória camponesa: O caso de Pedra Lisa na Baixada Fluminense**. (Dissertação de Mestrado), UFRRJ, 2018.
- ALEXANDRE, Maria Lúcia. “Perseverança, Serenidade e Progresso”: Nova Iguaçu nas Páginas do Jornal Correio da Lavoura (1920-1950). **ANPUH-Brasil - 29º Simpósio Nacional de História**, p. 1–17, 2017.
- _____. Iguaçu em transe: as transformações de uma cidade a partir do campo jornalístico (Nova Iguaçu, 1946-1964). **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**, 2018.
- _____. De Maxambomba a Correio da Semana: O caso de um seminário “interiorano” (Nova Iguaçu, 1955-1965). **ANPUH-Brasil - 30º Simpósio Nacional de História**, p. 1–15, 2019.
- ALVES, José Cláudio. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.
- ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (Eds.). **O que resta da ditadura: a excessão brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 205–236.
- ARAÚJO, Frederico. **Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964**. (Dissertação de Mestrado), Instituto de Planejamento Urbano e Regional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.
- ASSMAN, Jan. Collective memory and cultural identity. **New German Critique**, v. 65, n. Spring-Summer, p. 125–133, 1995.
- BASTOS, Gabriel. **Entre Evasão e Permanência: Percepções do Assentamento Francisco Julião**. (Dissertação de Mestrado), CPDA/UFRRJ, 2015.
- _____. Conflitos de terra em Nova Iguaçu : uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 1, p. 179–207, 2017.
- _____. Evasão e permanência na reforma agrária: um estudo de caso no estado do Rio de Janeiro. **Revista Tempos Históricos**, v. 23, n. 1, p. 690–716, 2019.
- BATISTA, Alofs Daniel. Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista - 1964/1975. *In*: SALES, J. R.; FORTES, A. (Eds.). **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. Curitiba: Prismas, 2016. p. 130–167.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. *In*: **Walter Benjamin: Sociologia**.

São Paulo: Ática, 1985. .

_____. O Narrador. *In: Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1992. .

BENSAÏD, Daniel. Apresentação. *In: MARX, K. Os Despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto da madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017. .

BLOCH, Marc. **Apologia da História - ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória - Ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. A representação política. *In: O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 163–208.

BRITO, Ricardo. “Luta-se pela terra livre”: conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte. *In: Ditadura, Conflito e Repressão no Campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*². Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 205–243.

_____. **Controle da Terra e das Populações. A Política de Colonização da Ditadura Empresarial-Militar**. (Tese de Doutorado) CPDA/UFRRJ, 2022.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos sociedade e Agricultura**, v. 5, n. Novembro, p. 5–31, 1995.

_____. Liberalismo e Reforma Agrária: O Governo Castello Branco. *In: BRUNO, R. Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária UFRRJ, 1997. p. 95–128.

BULCÃO, Clóvis. **Os Guinle: A história de uma dinastia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

CARNEIRO, Aana.; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011.

CARNEIRO, Maria José. *et al.* **Histórico do processo de ocupação das bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu e Caceribu**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2012.

CATELA, Ludimila. Conocer el silencio: entrevistas y estrategias de conocimiento de situaciones limites. **Oficios Terrestres**, v. 15–16, p. 42–54, 2004.

CEDRO. **Planos de Recuperação de Assentamentos**. Rio de Janeiro: [s.n.].

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11–48, 2009.

CHAUI, Marilena. História a Contrapelo. *In: 1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984. .

COPELLO, Sheila. **Conflitos de Posseiros Rurais em Áreas Peri-urbanas – Nova Iguaçu**.

Rio de Janeiro: (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia), UFRJ, 1983.

CORREIO, Raphaela. A imigração asiática em Japeri : Uma colônia japonesa em Pedra Lisa na década de 1950. **Mosaico Suplementos**, v. 2, n. 18, p. 48–55, 2018.

DABUL, Lígia. Um tanto da história de Xerém: uma análise social e eclesial. *In*: OLIVEIRA, R. S. DE (ORG). **Cadernos do CEDI, 17: Unidade e prática da fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1987. p. 6–24.

DANTAS, Luiz. “A Normandia” de Guinle Irmãos - Nova Iguaçu. Niterói: Vasconcellos, estabelecimento gráfico, 1935.

DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: RAMOS, L. O. (Ed.). . **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA-SP, 2005. p. 21–86.

_____. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 111–125, 2010.

DELGADO, Nelson. O Papel do Rural no Desenvolvimento Nacional: dos anos 1970 ao Governo Lula. *In*: DELGADO, N. G. (ORG). **Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. .

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. Características Universais da Sociedade Humana. *In*: **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 113–145.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). *In*: SIGAUD, L.; ERNANDEZ, M.; ROSA, M. (Eds.). . **Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 133–266.

FADEL, Simone. **Meio Ambiente , Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República**. (Tese de Doutorado), USP, 2006.

_____. História Ambiental e Baixada Fluminense: Uma Aproximação a partir da Relação entre Engenheiros, Meio Ambiente e Saneamento. **Pilares da História**, v. 9, n. 10, p. 07–13, 2010.

FELICIANO, Renato. (ORG). **Octavio Marcondes Ferraz: um pioneiro da Engenharia Nacional**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1993.

FEOLA, Guisepp. *et al.* Ordinary land grabbing in peri-urban spaces: Land conflicts and governance in a small Colombian city. **Geoforum**, v. 105, n. January, p. 145–157, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

_____. Anotações Sobre o Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil. *In*: FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b. p. 178–206.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975c.

_____. Os Dilemas da Dominação Burguesa Diante da Ditadura. *In*: FERNANDES, F. (Ed.). . **A Ditadura em Questão**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982. p. 95–126.

_____. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, Álvaro. Ocupações de Terra e Políticas Agrárias no Estado do Rio de Janeiro : a trajetória do assentamento de Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados). **Revista IDEAS**, v. 15, n. jan/dez, p. 1–26, 2021.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 5–74, 2017.

FILHO, Hugo Melo.; ZAVERUCHA, Jorge. LOMAN : Um legado autoritário civil-militar do regime militar. **Teoria e Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 110–124, 2016.

FONTES, Edilza.; GOMES, Elias. O massacre de Eldorado do Carajás: Memórias, narrativas orais e produção do esquecimento. *In*: DEZEMONE, M.; FONTES, E. (Eds.). . **História Oral e Conflitos Rurais: Memórias de Lutas**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 97–118.

FORIGO, Adriano. **Litígio de terra, litígio de memória: a questão agrária em Porecatu/PR a partir das narrativas locais (Dos conflitos de 1948-51 até o presente)**. [s.l.] CPDA/UFRRJ, 2017.

FRANCO, Paula. **A Escuta que Produz a Fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na comissão nacional da verdade (2011 - 2015)**. [s.l.] UFSC, 2017.

FREDERICO, Celso. O presente como história. *In*: COUTINHO, E.; IASI, M. (Eds.). . **Ecos do Golpe: A persistência da ditadura 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014. p. 49–68.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio - Walter Benjamin ou a história aberta. *In*: **Walter Benjamin: Obras escolhidas - Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987. .

_____. O preço de uma reconciliação extorquida. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (Eds.). . **O que resta da ditadura: a excessão brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 177–186.

_____. Os impedimentos da memória. **Estudos Avancados**, v. 34, n. 98, p. 199–217, 2020.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

_____. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GEIGER, Pedro.; MESQUITA, Myriam. **Estudos rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.

GEIGER, Pedro.; SANTOS, Ruth. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Geografia**1, v. 16, n. 3, p. 291–314, 1954.

GINZBURG, Carlo. Microhistory: Two or Three Things That I Know about It. **Critical Inquiry**, v. 20, n. 1, p. 10–35, 1993.

GLEIJESES, Piero. The Agrarian Reform of Jacobo Arbenz. **Journal of Latin American Studies**, v. 21, n. 3, p. 453–480, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: LTC - Livros técnicos e científicos editora, 1988.

GORGEN, Frei Sérgio. S. *et al.* **Plano Camponês por Soberania Alimentar**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *In: Cadernos do Cárcere, volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 13–53.

_____. Às Margens da História. (História dos grupos sociais subalternos). *In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A.; HENRIQUES, L. S. (Eds.). . Cadernos do Cárcere, volume 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 131–145.

_____. Breves Notas Sobre A Política de Maquiavel. *In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A.; HENRIQUES, L. S. (Eds.). . Cadernos do Cárcere, volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a. .

_____. Apontamentos para uma introdução e ao encaminhamento ao estudo da filosofia e da história da cultura. *In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A.; HENRIQUES, L. S. (Eds.). . Cadernos do Cárcere, volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b. p. 83–225.

GRYNSZPAN, Mário. **Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. (Dissertação de Mestrado), PPGAS/UFRJ, 1987.

_____. Fazendo História Oral: Questões a partir de uma experiência de pesquisa de movimentos sociais. *In: História Oral e Conflitos Rurais: Memórias de Lutas*. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 53–73.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As Três Frentes da Luta de Classes no Brasil. *In: STEDILE, J. P. (ORG). A Questão Agrária no Brasil - vol.1: o debate tradicional (1500-1960)*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 89–110.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HANSEN, Cláudia. “Os Guinle” Como Agentes do Clube de EngenhariaFortaleza: ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História, 2009

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

INGOLD, Tim. **Lines: A brief history**. New York: Routledge, 2007.

_____. **Being Alive: Essays on movement, knowledge and description**. New York:

Routledge, 2011.

IPM709. **O Partido Comunista do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

JACOBS, Ricardo. An urban proletariat with peasant characteristics: land occupations and livestock raising in South Africa. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 5–6, p. 884–903, 2018.

JELIN, Elizabeth. **State Repression and the Labors of Memory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 204–250, 2018.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil. *In*: SILVIA, C.; CALIL, G.; SILVA, M. (Eds.). **Ditaduras e Democracias: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. p. 71–86.

LERRER, Débora.; FORIGO, Adriano. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 3, p. 483–508, 2019.

LESSA, Isabel.; BASTOS, Gabriel. **Em memória: Walter Benjamin e o tempo de agora**. Disponível em: <<https://www.insurgencia.org/blog/em-memoria-walter-benjamin-e-o-tempo-de-agora>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LI, Tania Murray. What is land? Assembling a resource for global investment. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 39, n. 4, p. 589–602, 2014.

LIMA, Roberto Kant de. A cultura jurídica e práticas policiais: A tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, p. 65–84, 1989.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil - e outros escritos**. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1

LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses. Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Walter Benjamin: Avisos de incêndio - Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. v. 92

MACHADO, Paulo. O Contestado e sua memória: Uma guerra interminável. *In*: DEZEMONE, M.; FONTES, E. (Eds.). **História Oral e Conflitos Rurais: Memórias de Lutas**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 13–31.

MAGNANI, José. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11–29, 2002.

MAIA, Aline. O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações rufo-fabris em Duque de Caxias. *In*: MEDEIROS, L. (ORG). **Ditadura, conflitos e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018a. p. 93–130.

_____. Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Fazenda Campos Novos em

Cabo Frio: de posseiros a quilombolas. *In*: MEDEIROS, L. (ORG). **Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018b. p. 371–410.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política livro 1, vol 2**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

_____. **O 18 De Brumário De Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os Despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto da madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. *In*: **Marx Engels: obras escolhidas em três tomos - tomo I**. Lisboa / Moscovo: “Avante!” / Progresso, 1982. p. 106–136.

MATTEI, Lauro. Agrarian Reform in Brazil under Neoliberalism: Evaluation and Perspectives. *In*: MOYO, S.; YEROS, P. (Eds.). . **Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America**. London, New York and Cape Town: Zed Books and David Philip, 2005. p. 341–358.

MEDEIROS, Leonilde. **A Questão da Reforma Agrária no Brasil 1955-1964**. (Dissertação de Mestrado), USP, 1983.

_____. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: Os Comunistas e a Constituição de Classes no Campo**. (Tese de Doutorado), UNICAMP, 1995.

_____. **Trabalhadores do Campo, Luta Pela Terra e o Regime Civil-Militar**. *In*: PINHEIRO, M. (ORG). **Ditadura: O que Resta da Transição**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 195–230.

_____. *et al.* **Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência** **Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. *In*: MEDEIROS, Leonilde. (ORG). **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

_____. **Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. *In*: MEDEIROS, L. S. (ORG). **Ditadura, Conflito e Repressão no Campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 49–91.

_____. **Apresentação - Repressões e resistências no campo no regime empresarial militar: questões e desafios à pesquisa**. *In*: SAUER, S. (ORG). . **Lutas, Memórias e Violações no Campo Brasileiro: Conflitos, Repressão e Resistências no Passado e Presente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 9–30.

MEDEIROS, Leonilde.; QUINTANS, Mariana.; ZIMMERMANN, Silvia. **Marcos jurídicos das noções de rural e urbano: reflexões a partir dos estudos de caso em Belterra (PA), Caxias do Sul (RS) e Nova Iguaçu (RJ)** 37º Encontro Anual da ANPOCS - Seminário

- temático Metamorfoses do rural contemporâneo. **Anais...Águas de Lindóia**: ANPOCS, 2013
- MEDEIROS, Leonilde. (ORG). **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.
- _____. **Ditadura, conflitos e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MEDEIROS, Leonilde. História dos movimentos sociais no campo. **Federação de Orgãos para Assistência Social e Educacional - FASE**, p. 216, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde.; TELÓ, Fabrício. Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do Ibra. *In*: SALES, J. R. *et al.* (Eds.). **História escrita, história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 52–77.
- MELO, Demian. O Caráter de Classe do Golpe de 1964 e a Historiografia. *In*: SILVIA, C.; CALIL, G.; SILVA, M. (Eds.). **Ditaduras e Democracias: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. p. 89–108.
- MENDONÇA, Sonia. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 27–43, 2014.
- MENEZES, Heloísa. **Reforma Agrária e Identidade Social na Baixada Fluminense: Uma correlação Rural - Urbana**. (Dissertação de Mestrado), UFRRJ, 1991.
- MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. Recordar é vencer : as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9–45, 2015.
- NEVES, Delma. Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. *In*: NEVES, D.; MARIN, J. O. (Eds.). **Campesinato e a Marcha para Oeste**. Santa Maria: Editora UFSM, 2013. p. 101–144.
- _____. Posseiros e comunistas: reparações diferenciais de direitos humanos. *In*: MEDEIROS, L. S. (ORG) **Ditadura, Conflito e Repressão no Campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 287–325.
- NONATO, Lígia. **A luta pela terra na Baixada Fluminense na década de 1980: um estudo de caso sobre o Mutirão Campo Alegre**. (Dissertação de Mestrado), UFRRJ, 2020.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993.
- NOVICKI, Victor. **O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo**

Brizola (1983-1987). [s.l.] Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola/UFRRJ, 1992.

OLICK, Jeffrey. Collective Memory: The Two Cultures. **Sociological Theory**, v. 17, n. 3, p. 333–348, 1999.

_____. **The Politics of Regret: On Collective Memory and Historial Responsibility**. New York: [s.n.].

OLIVEIRA, David; REIS, U. L. S. DOS. A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 1, p. 48–76, 2021.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever. **Revista de Antropologia USP**, v. 39, n. 1, p. 13–37, 1996.

PAIVA, Carlos.; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do sistema único de Saúde: Notas sobre contextos e autores. **Historia, Ciencias, Saude - Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 15–35, 2014.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *In*: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.; PAULILO, M. (Eds.). . **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. Brasília / São Paulo: NEAD / Editora UNESP, 2009. p. 171–200.

PAPAILIAS, Penelope. **Genres of Recollection: Archival Poetics and Modern Greece**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

PECHMAN, Robert. **A gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro**. (Dissertação de Mestrado), IPPUR/UFRJ, 1985.

_____. Formação Histórica da Estrutura Fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e na Barra da Tijuca. *In*: **Produção Imobiliária e Uso do Solo Urbano: estudo das relações entre capital e propriedade fundiária na estruturação da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Observatório de Metrôpoles/IPPUR-UFRJ, 1987. p. 1–210.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão: O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Mateus. Nova direita ? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, v. 31, n. 57, p. 863–902, 2015.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Eds.). . **Usos &**

Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 103–130.

PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. A Questão Agrária e a Revolução Brasileira - 1960. *In*: STEDILE, J. P. (ORG). . **A Questão Agrária no Brasil - vol.1: o debate tradicional (1500-1960)**2. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 79–87.

PUREZA, José. **Memória Camponesa.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RAMOS, Carolina. **A Construção Do Sindicalismo Rural Brasileiro** Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. **Anais...**Sergipe: Simpósio Nacional Estado e Poder, 2010Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>>

RANGEL, Ignácio. A Questão Agrária Brasileira - 1957-1986. *In*: STEDILE, J. P. (ORG). **A Questão Agrária no Brasil - vol.1: o debate tradicional (1500-1960)**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 171–229.

RIBEIRO, Felipe. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: Os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**. (Tese de Doutorado), CPDOC/FGV, 2015.

_____. “A Revolução conseguiu desbaratar todos os revolucionários”: repressão aos trabalhadores e rearticulação das forças políticas frente ao golpe de 1964. *In*: SALES, J. R. *et al.* (Eds.). . **História escrita, história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política na ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 25–51.

RIBEIRO, Jayme. Os “combatentes da paz”- a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). **Estudos Históricos**, v. 21, n. 42, p. 261–283, 2008.

RICÆUR, Paul. **A Memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

RINKE, Stefan; SAIZ, Mónica.; LOUIS, Tatjana. Presentación. *In*: RINKE, STEFA; LOUIS, T.; SAIZ, M. (ORG). . **Memoria y conflicto - memorias en conflicto: intercambios metódicos y teóricos de experiencias locales latinoamericanas.** Stuttgart: [s.n.]. p. 7–16.

ROIO, Marcos Del. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e Política**, v. nov, n. 29, p. 63–78, 2007.

ROSSELLI, Gabriela.; ELIA, Bárbara. Movimento dos Agricultores Sem Terra: uma luta nas páginas do “Correio do Povo” (1960-1964). **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, n. Fev, p. 1–10, 2018.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970 - 1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (Eds.). . **O que resta da ditadura: a excessão brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010. p. 237–252.

SALES, Jean. *et al.* Notas de Pesquisa: o perfil dos atingidos e a estrutura repressiva do Estado ditatorial no Rio de Janeiro a partir de testemunhos prestados à Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro. *In: SALES, J. R. et al.* (Eds.). **História escrita, história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 9–24.

SANTOS, Raimundo. **A Primeira Renovação Pcebista - reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SAUER, Sérgio.; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 503–524, 2012.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 5, p. 6–33, 2011.

SCOTT, James. **Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts**. New Haven and London: Yale University Press, 1990. v. 11

_____. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 01, p. 10–31, 2002.

SEAF. **Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.].

SERAFIM, Adriana. **A missa da unidade entre faixas e crucifixos: Hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)**. (Dissertação de Mestrado) UFRRJ, 2013.

SILVA, André. **Um Estudo Sobre a Participação da PMMG no movimento golpista de 1964 em Belo Horizonte**. (Dissertação de Mestrado), UFSJ, 2014.

SILVA, Bráulio Rodrigues Da. **Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

SILVA, Henrique. **Nas Tramas da Colonização: Uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro / 1930-1968)**. (Dissertação de Mestrado), UFRRJ, 2017.

SILVA, Iby. Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no litoral sul fluminense. *In: MEDEIROS, L. (ORG).* **Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 411–444.

SILVA, Julia Almeida. **A Militarização da Política no Brasil Contemporâneo**. (Dissertação de Mestrado), UFRJ, 2020.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SNOW, David.; BENFORD, Robert. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **American Review of Sociology**, v. 26, p. 611–639, 2000.

SOUTO, Aadrina. Nilo Peçanha e a Primeira Comissão Federal da Baixada Fluminense: Política e Saneamento nos anos 10. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, p. 2–16, 2015.

_____. As Comissões Federais de saneamento: políticas públicas e leituras de desenvolvimento para a Baixada Fluminense no início do século XX. **Anais do XV Seminário Nacional de**

História da Ciência e da Tecnologia, 2018.

SOUZA, Marlúcia. Os Impactos das Políticas de Saneamento na Baixada Fluminense. **Pilares da História**, v. 4, n. 6, p. 17–25, 2006.

SOUZA, Sonali. A memória dos laranjais na cidade dos loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970. **Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano**, v. 5, 1993.

SPIVAK, Gayatri. Can the Subaltern Speak? *In*: NELSON, C.; GROSSENBERG, L. (Eds.). . **Marxism and the Interpretation of Culture**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London: Macmillan, 1998. p. 271–313.

TARROW, Sydney. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Marco Antônio. **Dimensões da memória da repressão política no campo**. *In*: MEDEIROS, Leonilde. (ORG). **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

_____. Tempo da Ditadura: Conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé. *In*: **Ditadura, Conflito e Repressão no Campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 169–204.

TELÓ, Fabrício. **Expulsão de agricultores para Barragem do Guapiaçu repete prática recorrente da ditadura militar**. Disponível em: <<http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com/2015/03/expulsao-de-agricultores-para-barragem.html>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

_____. Engajamento e desengajamento de camponeses na luta armada: reflexões a partir da ação do Colina em Cachoeiras de Macacu. *In*: MEDEIROS, L. S. (ORG). . **Ditadura, conflitos e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 245–286.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, Claudia. Entre o Conjunto Habitacional e a Favela: Nova Holanda - Rio de Janeiro. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, p. 1–6, 2005.

VASCONCELOS, Joana. **História Agrária da Revolução Cubana: Dilemas do socialismo na periferia**. São Paulo: Alameda, 2017.

VAZ, Alessandra. A História do Saneamento Ambiental na Baixada Fluminense: Lutas e Ações. **Pilares da História**, v. 9, n. 10, p. 47–51, 2010.

VELHO, Gilberto. O Estudo do Comportamento Desviante: A Contribuição da Antropologia Social. *In*: VELHO, G. (ORG). . **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 11–28.

_____. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades complexas**. Rio de Janeiro:

Zahar, 1994.

VELTMEYER, Henry. The Dynamics of Land Occupations in Latin America. *In*: MOYO, S.; YEROS, Paris. (Eds.). . **Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America**. London, New York and Cape Town: Zed Books and David Philip, 2005. p. 285–323.

VIANA, Gilney. Camponeses na Comissão Nacional da Verdade. *In*: SAUER, S. (Ed.). . **Lutas, Memórias e Violações no Campo Brasileiro: Conflitos, Repressão e Resistências no Passado e Presente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 283–306.

WEBER, Max. Classe, Estamento, Partido. *In*: GERTH, H.; MILLS, C. W. (Eds.). . **Max Weber: Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 211–228.

WELCH, Clifford. Camponeses, a Verdade e a História da Ditadura em São Paulo. **Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, p. 57–78, 2014.

WELCH, Clifford.; MOREIRA, Vagner. Sobre as memórias comunistas da luta camponesa no estado de São Paulo. *In*: DEZEMONE, M.; FONTES, E. (Eds.). . **História Oral e Conflitos Rurais: Memórias de Lutas**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 75–95.

WOLF, Eric. **Guerras Camponesas no Século XX**. São Paulo: Global editora, 1984.

WOORTMANN, Klass. Migração, Família e Campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 7, n. 1, p. 35–53, 1990.

XAVIER, Cristina. **Educação do Campo e Memória Coletiva - Movimentos Sociais na luta pela terra no município de Japeri/RJ**. (Dissertação de Mestrado), UFRRJ, 2019.

ZAVERUCHA, Jorge. Frágil Democracia e Militarização do Espaço Público no Brasil. **XII Encontro Anual da ANPOCS**, n. GT 21, p. 01–30, 1999.

ANEXOS:

Nesta sessão estão reunidos todos os documentos, utilizados como referência na tese, que não estão disponíveis em acervo público algum, de modo que o leitor possa consultá-los.

É importante ressaltar que todos os recortes de jornais, bem como o convite ao povo da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa para as comemorações em decorrência da desapropriação da Fazenda São Pedro, que são do acervo de Doquécia Paes Leme, já expostos anteriormente ao longo da tese, não estão expostos aqui novamente. Igualmente, jornais desse acervo que foram identificados e que estão disponíveis em acervos públicos não estão aqui expostos.

Anexo A – Acervo de lavradores

Anexo A I – Estatuto da Sociedade Cooperativa de Colonização e Expansão Rural de Pedra Lisa

ESTATUTO DA SOCIEDADE COOPERATIVA DE COLONIZAÇÃO E EXPANSÃO RURAL DE PEDRA LISA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

CAPÍTULO I

Denominação, sede, área de ação e duração

Art. 1º - Sob a denominação particular de SOCIEDADE COOPERATIVA DE COLONIZAÇÃO E EXPANSÃO RURAL DE PEDRA LISA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, fica constituída nos termos da legislação em vigor, entre os abaixo assinados e os que de futuro forem regularmente admitidos, uma Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, que se regerá pelo presente estatuto.

§ 1º - A Cooperativa terá sua sede e administração no local denominado de Pedra Lisa, sexto distrito do município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º - O seu fôro jurídico será na cidade de Nova Iguaçu, Comarca do mesmo nome.

§ 3º - A sua área de ação abrange todo o território do município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

§ 4º - O prazo de duração será indeterminado, coincidindo o ano social com o civil.

CAPÍTULO II

Do Capital Social

Art. 2º - O capital é variável conforme o número de associados e de quotas-partes subscritas, não podendo ser inferior a Cr\$ 20.000,00 (VINTE MIL CRUZEIROS), mas ilimitado quanto ao máximo.

§ Único - O capital é dividido em quotas-partes no valor de Cr\$100,00 (CEM CRUZEIROS) cada uma.

Art. 3º - As quotas-partes divisionárias do capital social não são títulos negociáveis em Bolsa, nem transmisíveis causa-mortis ou por ato inter-vivos, só podendo seu valor ser transferido entre associados depois de integralizados e mediante autorização da Assembléia Geral.

§ Único - A transferência será averbada no título nominativo do associado cedente e no do cessionário, bem como nas respectivas contas correntes de capital no livro de matrícula, assinando-a os interessados.

Art. 4º - As quotas-partes não podem servir de objeto de penhor com terceiros nem entre associados, mas o seu valor pode servir de base a um crédito na Cooperativa e responde sempre como segunda garantia pelas obrigações que o associado contrair, por si ou em favor de terceiros.

Art. 5º - Os herdeiros têm direito ao capital e lucros do associado falecido, conforme a respectiva conta corrente e o último balanço precedido no ano da morte, podendo ficar subrogados nos direitos sociais do falecido se, de acordo com o presente estatuto, puderem e quiserem fazer parte da Cooperativa.

Art. 6º - A quota-parte é indivisível e não pode pertencer a mais de um associado.

§ Único - Nenhum associado poderá subscrever mais de um terço (1/3) do capital social.

Art. 7º - A subscrição das quotas-partes a que se obriga o associado será feita da seguinte forma:

a - Quando transacionar com a secção de consumo proporcionalmente a média mensal de seu consumo de gêneros alimentícios;

b - Quando efetuar negócios com a secção agrícola o associado deverá subscrever um mínimo de dez (10) quotas-partes;

§ 1º - A integralização das quotas-partes será feita de uma só vez, ou em prestações mensais nunca inferiores a 10% (DEZ POR CENTO) e independente de chamada.

§ 2º - No caso de associado se atrasar no pagamento das prestações das quotas-partes para integralização do seu capital, será cobrado um juro de mora de 6% (SEIS POR CENTO), ao ano, sobre as prestações em atraso.

§ 3º - Os juros e o retorno não serão pagos aos associados que estiverem em atraso com suas prestações de capital, mas serão creditados

como amortização dessas prestações e pagamento da mora prevista no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 8º - Não será entregue ao associado nenhum título ou documento que, sob qualquer forma, represente a sua parte de capital; todo o movimento das suas quotas-partes, subscrição, integralização, transferências, etc, será lançada nas contas correntes do livro de matrícula e do título nominativo.

§ Único - A prova de pagamento pela integralização é o recibo firmado pelo Director Comercial no título nominativo e a verbação do credito na respectiva conta corrente no livro de matrícula.

CAPÍTULO III

Dos Objectivos Sociais

Art. 9º - A Cooperativa tem por objetivo principal defender economicamente e profissionalmente o trabalho dos seus associados, para o que observará o seguinte programa de ação, realizado em secções distintas, de acôrdo com as necessidades económicas e a critério do Conselho de Administração:

- a - Desenvolver, fomentar, localizar e auxiliar por todos os meios legais a colonização e povoação das terras incultas de seus associados ou das adquiridas por compra, concessão ou aforamento;
- b - Incrementar entre seus associados as atividades agro-pecuárias no aproveitamento no solo;
- c - Intensificar o trabalho agro-mecânico;
- d - Colocar a venda, dispensando os intermediários, os produtos oriundos das terras cultivadas por seus associados;
- e - Pugnar, junto às autoridades do País, pelos direitos e favores auferidos em Leis e Decretos, pelos homens do campo, suas terras e lavouros;
- f - Propagar o intercambio entre produtores e consumidores;
- g - Manter organizações de auxilios economico-sociais.

Art. 10º - Além desse objetivo principal, ela ainda se propõe realizar ou manter:

A - NA SECÇÃO DE VENDAS EM COMUM:

- 1º - Receber a produção de seus associados, promover o seu beneficiamento e coloca-la diretamente nos mercados consumidores.
- 2º - Estabelecer um metodo de beneficiamento destinado a permitir que cada associado receba pelo seu produto preço conforme a sua qualidade.
- 3º - Organizar, quando possível, o transporte da produção de seus associados das respectivas lavouras as instalações proprias.
- 4º - Proporcionar aos associados assistencia técnica destinada a aumentar e melhorar a produção e combater as pragas da lavoura.
- 5º - Instalar na localidade onde tem sua sede, mercados populares para venda directa ao publico dos produtos dos seus associados.

B - NA SECÇÃO DE COMPRAS EM COMUM:

- 1º - Adquirir, por conta própria, ou de seus associados, e cede-los aos mesmos mediante modica majoração, adubos e insecticidas, maquinas e instrumentos agrícolas, sementes seleccionadas, reprodutores para promover o desenvolvimento e o melhoramento dos rebanhos bovinos e suínos, de aves, coelhos, ovinos e caprinos, e qualquer outro artigo necessario ao perfeito desenvolvimento de suas terras.
- 2º - Adquirir maquinas agrícolas por conta propria e cedelas aos associados, sob aluguel que não excederá o custo diário da amortização e do gasto, com a responsabilidade pelos danos por casos verificados.

C - NA SECÇÃO DE CONSUMO

- 1º - Adquirir, o mais directamente possível e nas melhores condições de qualidade e preço, para distribuição aos associados e suas familias, generos de primeira necessidade roupas, calçados e outros artigos de uso pessoal e doméstico.
- 2º - Instalar, onde se tornar necessario, armazens para o fim estabelecido no item anterior.

D - NA SECÇÃO SOCIAL:

- 1º - Instalar ou manter assistencia médica dentaria, farmacia para fornecimento, a preços abaixo, de produtos manipulados e preparados aos

dos e seus familiares.
3º - Instalar e manter uma biblioteca.
Art. 11º - As operações de cada seção serão escrituradas em contas especiais, no sentido de ser possibilitado o retorno aos associados na razão direta das operações características de cada seção.

CAPÍTULO IV

Dos associados, seus direitos, deveres e responsabilidade.

Art. 12º - Podem fazer parte da Cooperativa todas as pessoas residentes ou com domicílio em sua área de ação que, tendo livre disposição de sua pessoa e bens, por arrendamento ou propriedade, possuam boa conduta moral e social, se interessarem pela colonização e concordem com o presente estatuto.

§ 1º - Além do disposto pelo presente artigo os associados não podem dedicar-se a nenhuma espécie de atividades que entre em conflito com os interesses da Cooperativa.

§ 2º - Os associados serão em número ilimitado, não sendo porém esse inferior a sete (7).

Art. 13º - Para tornar-se associado o candidato deve ser proposto por dois que já o sejam, ser sua proposta aceita pelo Conselho de Administração sendo lavrado o termo de inscrição no livro de matrícula, assinado pelo associado.

§ 1º - Uma vez inscrito no livro de matrícula e iniciada a automática integralização das quotas-partes que subscreveu, o associado adquire todos os direitos, deveres e responsabilidades consignados no presente estatuto e, para comprovação, receberá um título nominativo, em forma de cardeneta, que conterá além do texto integral do estatuto social a reprodução das declarações constantes do livro de matrícula além de um certo número de páginas para conta corrente de capital e sobras.

§ 2º - O título Nominativo será assinado pelo associado a que pertencer pelo Presidente e pelo Diretor Comercial.

Art. 14º - Satisfeito o disposto no artigo anterior, todo o associado tem direito a:

a - Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem, com as restrições do artigo 23 §3º e §6º.

b - Propor ao Conselho de Administração e às Assembleias Gerais as medidas que julgar convenientes ao interesse social;

c - Ser eleito para os cargos de administração ou de fiscalização;

d - Efetuar as operações que forem objeto da Cooperativa, de acordo com o presente estatuto e as regras estabelecidas em Regimento Interno;

e - Pedir por escrito, quando lhe convier, a sua demissão;

f - Inspeccionar na sede social, com antecedência de quinze (15) pelo menos da Assembléia Geral, os livros de atas e o de Matrícula, o balanço geral e contas que o acompanham;

g - Particular das sobras líquidas.

Art. 15º - Cada associado se obriga a:

a - Subscrever e integralizar as quotas-partes de acordo com o determinado pelo artigo 7º;

b - satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa;

c - participar dos prejuízos verificados no balanço;

d - zelar pelos interesses morais e materiais da Cooperativa;

e - cumprir fielmente as disposições do presente Estatuto respeitando as deliberações regularmente tomadas pelo Conselho de Administração pela Assembléia Geral e prescrições regulamentares;

f - integrar à Cooperativa toda a sua produção destinada à venda dentro das normas estabelecidas pelo Conselho de Administração;

g - ter sempre em vista que a Cooperação é obra de interesse coletivo a qual não deve sobrepor o seu interesse individual isolado;

h - entrar com a joia de admissão na importância de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), no ato do pagamento da primeira parcela do capital subscrito.

Art. 16º - O associado responde subsidiariamente pelas obrigações sociais para com terceiros até a concorrência do valor das quotas-partes que subscreveu.

§ 1º - Esta responsabilidade do associado demissionário puexcluído, perdura ainda dois anos após a sua retirada, contados da data da demissão ou da exclusão em relação somente aos compromissos assumidos antes do -

ano em que se realizou a admissão ou a exclusão.
§ 2º - Em caso de falecimento, essa responsabilidade passa aos herdeiros, perdurando durante um (1) ano, a contar da data da abertura da sucessão e somente pelos compromissos assumidos até a mesma data.

§ 3º - A aprovação, pela Assembléia Geral, das contas e atos gestivos do exercício, desonera, para a Cooperativa, o associado demissionário ou excluído de sua responsabilidade verificado no respectivo exercício, salvo em caso de erro, dolo, fraude ou simulação.

Art. 17º - A demissão do associado só será concedida mediante pedido - por escrito e se tornará efetiva depois da averbação no Título Nominativo e no Livro de Matrícula, assinado pelo demissionário e pelo Presidente.

§ Único - O pedido de demissão só poderá ser concedido e tomado em consideração pelo Conselho de Administração, nos últimos dias do exercício social, depois de procedido o balanço geral.

Art. 18º - O Conselho de Administração afóra outros motivos que possam surgir, deverá sempre excluir o associado que:

- a - Tiver perdido o direito de dispor livremente de sua pessoa ou bens excluídos os casos de hipotecas, penhor e anticrêse;
- b - praticar atos que desabonem no conceito da Cooperativa;
- c - exercer outra atividade que entre em conflito com os interesses econômicos-profissionais da Cooperativa.

§ 1º - A exclusão far-se-a mediante assinado pelo Presidente e transcrita na ata da reunião do Conselho de Administração que a deliberou, remetendo-se cópia ao interessado.

§ 2º - Da decisão do Conselho de Administração, excluindo o associado cabe o recurso voluntário para deliberação da Assembléia Geral.

§ 3º - A exclusão considerará-se definitiva se o excluído não interpor recurso dentro do prazo de oito (8) dias, a contar da data do recebimento da notificação de exclusão que será remetida pelo correio, sob registro e com recibo de volta.

§ 4º - Feita a interposição de recursos os efeitos da exclusão ficarão suspensos até definitiva deliberação da Assembléia Geral, que deverá ser convocada pelo Presidente, dentro do prazo de oito (8) dias a contar da data do recebimento do recurso.

Art. 19º - A qualidade de associado, para o demissionário ou excluído termina no fim do ano em que ocorreu a demissão ou exclusão.

§ 1º - O associado demissionário ou excluído, tem o direito de retirar, sem prejuízo da responsabilidade que lhe competir, o que lhe couber pelo capital realizado ou sobras, conforme a respectiva conta corrente e o último balanço do ano em que se deu a demissão ou exclusão teve lugar, somente depois deste aprovado pela Assembléia Geral Ordinária.

§ 2º Ocorrendo simultaneamente muitas demissões ou exclusões, de modo acarretar dificuldade financeiras à Cooperativa pela retirada de capital social ou de produtos, o Conselho de Administração pode deliberar que a restituição seja feita em parcelas não menores de 10% (DEZ POR CEM TO) ao mês e dentro do prazo máximo de um (1) ano contado da data da Assembléia Geral Ordinária que aprovou o balanço do exercício em que se deram as demissões ou exclusões.

§ 3º - Se, ainda o Capital social ficar reduzido a menos do que o capital mínimo, a Cooperativa poderá reter o capital dos associados demissionários ou excluídos, dentro do prazo estabelecido pelo parágrafo anterior até que aquele valor fique estabelecido.

§ 4º - Os herdeiros têm direito, na forma do parágrafo 2º, deste artigo as sobras e capital do "de cujus".

§ 5º - O saldo de capital e sobras do associado falecido serão incorporados ao fundo de reserva, se o "de cujus" não tiver herdeiros.

§ 6º - Os interditos podem continuar na Cooperativa representados por seus curadores, mas estes não poderão interferir, direta ou indiretamente, nos negócios da Cooperativa.

CAPÍTULO V

Dos órgãos de Administração e fiscalização

Art. 20º - A Cooperativa exerce a sua ação pelos seguintes órgãos:

- A - Assembléia Geral dos Associados;
- B - Conselho de Administração

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 21º - A Assembléa Geral dos associados é órgão soberano da Cooperativa, e, dentro da lei e do presente estatuto, tem poder para resolver todos os negócios sociais, tomar qualquer decisão aprovar, ratificar ou não todos os atos que interessem nos associados ou a própria Cooperativa.

§ Único - Afóra atribuições gerais, compete-lhe especificadamente:

- a - deliberar sobre contas e relatórios da Diretoria, baseando-se nos pareceres do Conselho Fiscal;
- b - eleger e destituir os componentes do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, observadas as restrições da lei e deste estatuto.
- c - fixar o valor das cédulas de presença dos conselheiros ou os honorários da Diretoria Executiva.
- d - deliberar sobre empréstimos a serem contraídos pela Cooperativa;
- e - deliberar sobre o laudo de avaliação dos bens com que o associado concorre para a formação do capital;
- f - resolver sobre a incorporação, fusão, dissolução e liquidação da Cooperativa;
- g - alterar ou reformar o Estatuto;
- h - nomear e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- i - solicitar aos órgãos oficiais de fiscalização das Sociedades Cooperativas, a intervenção se ocorrerem motivos graves.

Art. 22º - As Assembléas Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias e serão habitualmente convocadas pelo Presidente,

§ 1º - As convocações das Assembléas Gerais serão feitas pelo Diário Oficial do Estado ou por meio de convites aos associados, expedidos pelo Correio, afixando-se também o Edital de Convocação na sede social.

§ 2º - A convocação especificará, o mais minuciosamente possível os assuntos que serão debatidos na Assembléa;

§ 3º - 20% (VINTE POR CENTO) do número total de associados poderão solicitar por escrito ao Presidente, a convocação de Assembléas Gerais Extraordinárias e em caso de recusa, convoca-las eles mesmos, elegendo então um Presidente "ad-hoc".

§ 4º - Quando convocadas pelo Presidente, as Assembléas Gerais deliberarão validamente:

- a - em primeira convocação, feita com 15 (QUINZE) dias de antecedência com a presença de dois terços (2/3) do número total dos associados;
- b - em segunda convocação, uma hora após a primeira, com a presença de metade e mais um do número total de associados;
- c - em terceira e última convocação, uma hora após a segunda com a presença de qualquer número de associados.

§ 5º - Quando convocadas por 20% (VINTE POR CENTO) de associados, as Assembléas Gerais deliberarão validamente obedecendo ao disposto no parágrafo anterior, executando-se o caso da terceira e última convocação, em que deverá estar presente, no mínimo, o número exato dos associados convocados.

§ 6º - Para terem ingresso nas Assembléas Gerais os associados deverão apresentar os seus títulos Nominativos e assinar o Livro de presença.

Art. 23º - Nas Assembléas Gerais, em regra proceder-se-á à votação pelo processo simbólico, levantando-se os que aprovarem as propostas e sendo feita a verificação pelo processo inverso.

§ 1º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos tendo cada associado um só voto.

§ 2º - O Presidente só poderá votar nos casos de empate ou nos escrutínios secretos.

§ 3º - Os associados não poderão votar em assuntos que diretamente ou indiretamente, a eles se referam de maneira particular, mas não ficam privados de tomar parte nos debates.

§ 4º - A votação será por cédulas, quando qualquer dos dos associados requerer à mesa, e consultada a Assembléa, esta o consentir.

§ 5º - Nas eleições para cargos sociais e nas decisões de recursos em casos de exclusão, as deliberações serão por escrutínio secreto.

§ 6º - Os associados admitidos depois de convocada uma Assembléa Geral Ordinária ou Extraordinária não poderão votar nessa reunião.

§ 7º - Sempre que as deliberações das Assembléas versarem sobre matérias que possam interessar particularmente aos componentes da mesa a Assembléa indicará outra "ad-hoc" para presidir a reunião.

- Das ocorrências verificadas serão lavradas em livro próprio, - circunstanciadas, assinadas pela mesa, pelos associados que o quiserem fazer ou por uma comissão designada pela Assembléia, salvo no caso da alínea d do artº 40, deste Estatuto, em que a ata será assinada por todos os associados que tomarem a deliberação.

Art. 24º - A Assembléia Geral Ordinária, reunir-se-á anualmente no mês de fevereiro, em dia previamente marcado para a leitura do relatório do exercício anterior e do respectivo parecer do Conselho Fiscal, exame, discussão e julgamento do balanço, contas e atos gestivos dos administradores.

§ 1º - Nessa reunião será procedida a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como quaisquer membros do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva, que houverem terminado seus mandatos, podendo também ser discutido e votado todo e qualquer assunto de interesse social.

§ 2º - Quinze (15) dias antes da Assembléia Geral Ordinária, a Diretoria colocará na sede da Cooperativa, para serem examinados pelos associados, cópia do balanço e contas que o acompanharem bem como do parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

§ 3º - Todo o associado pode apresentar qualquer proposta ou projeto à Diretoria, decidindo esta pela sua inclusão ou não na ordem do dia da Assembléia; os projetos ou propostas assinados por 20 (VINTE) associados e apresentados com antecedência de oito (8) dias serão obrigatoriamente submetidos à Assembléia.

B - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 25º - O Conselho de Administração é composto de (5) cinco membros eleitos por Assembléia Geral, sendo o Presidente, o Diretor Comercial e o Diretor Secretário, eleitos especificadamente pela mesma Assembléia.

§ 1º - Os componentes do Conselho de Administração terão mandato por três (3) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos, pela Assembléia Geral, só podendo, no entanto, ser efetivada essa destituição, no todo ou em parte, quando votada, no mínimo, por dois terços (2/3) dos associados.

§ 2º - Nos limites legais e estatutários, compete ao Conselho de Administração:

- a - regulamentar as operações e serviços da Cooperativa;
- b - estatuir regras para os casos omissos ou duvidosos até a próxima Assembléia Geral ou resposta a consulta feita ao órgão público encarregado da fiscalização;
- c - organizar o Regimento Interno e os termos dos contratos de trabalhos e entrega de produção que devem ser firmados pelos associados;
- d - deliberar sobre despesas de administração;
- e - instituir normas para a contabilidade e emprego do Fundo de Reserva;
- f - tomar conhecimento dos balancetes mensais verificando ainda o estado econômico da Cooperativa;
- g - resolver acerca da convocação da Assembléia Geral Extraordinária;
- h - deliberar quanto à admissão, demissão ou exclusão de associados.

§ 3º - Além das atribuições especificadas no parágrafo anterior fica o Conselho de Administração investido de poderes para resolver todos os atos de gestão, inclusive transigir, contrair obrigações adquirir bens e constituir mandatários, não podendo entretanto, hipotecar, alienar ou gravar por qualquer modo, bens imóveis, sem expressa autorização da Assembléia Geral.

Art. 26º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em dia previamente marcado e extraordinariamente quantas vezes forem necessárias, sendo as convocações feitas pelo seu Presidente ou a requerimento de, no mínimo, metade dos seus componentes, excluindo aquela.

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração, funcionarão validamente com a presença da maioria de seus membros.

§ 2º - As deliberações que deverão ser consignadas em atas, lavradas em livro próprio e assinadas logo após o encerramento dos trabalhos, por todos os conselheiros presentes, serão tomadas, por maioria de votos, tendo o Presidente o voto de desempate.

§ 3º - Será automaticamente destituído do Conselho de Administração o componente que deixar de comparecer a três (3) reuniões consecutivas,

representar motivo justificável, a juízo dos demais conselheiros.
§ 4º - O Conselho terá direito a cédulas de presença, quando fixadas pela Assembléia Geral.

Art. 27º - Os componentes do Conselho de Administração, excetuando aqueles que ocupam cargos da Diretoria Executiva, serão em seus impedimentos substituídos por associados escolhidos pelos demais Conselheiros se os impedimentos não forem superiores a noventa (90) dias.

§ 1º - Em caso de vaga definitiva o Presidente convocará uma Assembléia Geral para preenchimento.

§ 2º - Se ficarem vagos, por prazo superior a mês, mais da metade dos cargos do Conselho de Administração, o Presidente convocará imediatamente uma Assembleia Geral para preenchimento.

§ 3º Se as vagas forem totais o Conselho Fiscal fará a convocação.

Art. 28º - Os componentes do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, não respondem pessoalmente pelos compromissos assumidos pela Cooperativa, mas são responsáveis para com esta e para com terceiros, solidária e ilimitadamente pelas omissões, pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação da lei ou do Estatuto.

§ 1º - Essa responsabilidade prescreve no prazo de tres (3) anos contados da data da aprovação pela Assembléia das contas do balanço de exercício em que terminou o mandato.

§ 2º Em qualquer ato no qual se omita a declaração de que a Sociedade é "Cooperativa", o autor ou autores da omissão, se fraudulenta, serão solidária e ilimitadamente responsáveis e, assim processados.

§ 3º - Cabe à Cooperativa intentar ação de responsabilidade civil - contra os membros da administração em geral por prejuízos causados ao patrimônio social.

C - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 29º - A Diretoria Executiva que terá os honorários fixados pela Assembléia Geral, é composta:

- a - Pelo Presidente;
- b - pelo Diretor Comercial;
- c - pelo Diretor Secretario;

§ Único A Diretoria Executiva reúne-se quinzenalmente e extraordinariamente sempre que necessário, sendo a convocação feita pelo Presidente ou a pedido de qualquer de seus membros.

Art. 30º - Ao Presidente, além de outras atribuições, compete:

- a - representar a Cooperativa em todos os atos que estabeleçam relações jurídicas com terceiros;
- b - convocar, ordinariamente ou extraordinariamente depois da deliberação do Conselho de Administração, as Assembléias Gerais;
- c - presidir as Assembléias Gerais e as reuniões do Conselho;
- d - fiscalizar, em geral, os serviços da Cooperativa;
- e - contratar e demitir empregados sob proposta do Diretor Comercial;
- f - verificar, mensalmente, com o Diretor Comercial, a exatidão do saldo em caixa;
- g - assinar com o Diretor Comercial os cheques bancários e instrumentos de procuração; assinar os Titulos Nominativos e matricula no Livro respectivo, bem como os termos de admissão, demissão ou exclusão;
- h - redigir o relatório anual que deve apresentar a Assembléia Geral Ordinária.

§ Único - O Presidente será substituído em seus impedimentos ou não faltas não superiores a noventa (90) dias pelo Diretor Secretario - este pelo Diretor Comercial que o será por um conselheiro, devendo ser os cargos exercidos por substituição acrescido da expressão "em exercício".

Art. 31º - O Diretor Comercial é o representante legal da Cooperativa perante os associados em todos os atos que com eles se relacionam.

§ 1º - Compete-lhe especialmente;

- a - estabelecer uma contabilidade sistematica, observadas as normas traçadas pelo Conselho de Administração, de modo a patentear, em qualquer tempo, com exatidão o estado e a marcha dos negócios;
- b - propor ao conselho de Administração ou à Assembléia Geral as providencias convenientes para melhor realização dos objetivos sociais;
- c - zelar para que o vulto dos negócios se mantenha em volume suficiente a produzir resultados satisfatórios e compensadores;
- d - ter sempre em vista que a cooperação é obra de interesse coletivo, da qual deve ser afastado o caracter de empreza meramente comercial.

- ... influir com sua ação, exemplo e dedicação, para que os associados compreendam que devem sobrepor ao seu interesse individual isolado o interesse coletivo baseado na solidariedade;
- f - manter os serviços a cargo de prepostos subordinados a sua responsabilidade num regimen de ordem e disciplina;
 - g - ordenar os pagamentos dos compromissos da Cooperativa e das despesas fixadas pelo Conselho de Administração ou autorizadas pelo Presidente;
 - h - ter sob sua guarda e responsabilidade os Títulos e documentos relativos às operações da Cooperativa;
 - i - conferir o serviço de arrecadação da receita a cargo do pessoal subordinado e verificar mensalmente, com o Presidente do Conselho a exatidão do saldo em caixa;
 - j - assinar com o Presidente os cheques bancarios, os contratos de trabalho e os instrumentos de procuração.
 - k - arrecadar a receita pagar a despesa devidamente autorizada e ter sob sua guarda e responsabilidade o numerario em caixa;
 - l - Fiscalizar os serviços de contabilidade;
 - m - fazer os averbamentos no livro de Matrícula e no Título Nomina - tivo das exclusões.

Art. 32º - Ao Diretor Secretario compete as seguintes funções:

- a - escrever e firmar tudo de acordo com o Presidente;
- b - redigir as atas das Assembléias Gerais, reuniões do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e fazer as convocações;
- c - redigir toda a correspondencia e ter sob sua guarda e responsabilidade os Livros de atas e o arquivo da Cooperativa sobre os assuntos não referentes à Contabilidade;
- d - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

Art. 33º - A Cooperativa poderá contratar um técnico, associado ou não, a critério do Conselho de Administração, para orientar e auxiliar a Diretoria Executiva.

D - DO CONSELHO FISCAL:

Art. 34º - O Conselho Fiscal é constituído por tres membros efetivos e tres suplentes, qualquer destes para substituir qualquer daqueles; tem mandato por um (1) ano e não pode ser reeleito para o periodo imediato, podendo ser destituído em conjunto ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral nos termos da alinea b do paragrafo único, do artigo 21, do Estatuto.

§ 1º Ao Conselho Fiscal, por seus membros efetivos, compete exercer assidua fiscalização sobre os negocios da Cooperativa e principalmente:

- a - examinar livros, documentos e correspondencia, fazendo inqueritos de qualquer natureza;
- b - estudar os balancetes mensais e verificar a exatidão do saldo em caixa;
- c - apresentar a Assembléia Geral Ordinaria, parecer sobre os negocios e operações sociais, tomando por base o inventario, o balanço e as contas do exercicio;
- d - visar, mensalmente, os balancetes;
- e - convocar extraordinariamente em qualquer tempo, a Assembléia Geral Extraordinaria, se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- f - denunciar os erros fraudes ou crimes verificados, sugerindo as medidas a serem tomadas.

§ 2º O Conselho Fiscal se reunirá mensalmente e extraordinariamente sempre, que necessario, sendo lavradas em livro proprio atas dos assuntos tratados e assinados logo o encerramento dos trabalhos por todos os seus componentes.

Art. 35º - No caso do Conselho Fiscal ter ciencia de irregularidades ou crimes praticados pelo Conselho de Administração ou Diretoria Executiva e não propuzer à Assembléia Geral as medidas necessarias à punição dos culpados, tornar-se-á solidariamente responsavel.

CAPÍTULO VI

Das sobras, sua divisão e do Fundo de Reserva

Art. 36º - Em 31 de dezembro de cada ano será encerrado o balanço do ativo e passivo da Cooperativa.

§ 1º - Das sobras liquidas que forem apuradas serão retiradas as percentagens abaixo discriminadas:

- a - 10% (DEZ POR CENTO) para o Fundo de Reserva;
- b - Importancia para assegurar ao capital integralizado um juro de

c - SEIS POR CENTO) ao ano;
c - 10% (DEZ POR CENTO) para o Fundo de Novas Instalações e Desenvolvimento;
d - o restante será devolvido aos associados na proporção de suas operações dos negócios que efetuarem por intermédio da Cooperativa.
§ 2º - O retorno e o juro do capital, quando não reclamados no prazo de cinco (5) anos prescrevem em favor do Fundo de Reserva.
§ 3º - Havendo perdas no exercício, serão as mesmas prorrateadas entre os associados, na proporção das operações efetuadas com a Cooperativa.

Art. 37º - O Fundo de Reserva é constituído:
a - pela percentagem estabelecida no artigo anterior;
b - pela joia de admissão ou seu saldo;
c - pelos juros de mora;
d - pelas rendas eventuais;
e - pelo saldo do capital e sobras previstas no parágrafo 5º do artigo 19.

§ 1º - O Fundo de Reserva é indivisível mesmo no caso de dissolução não tendo nenhum direito a ele o associado demissionário ou excluído.

§ 2º - O fundo de reserva é destinado a reparar as perdas eventuais da Cooperativa e não pode ser aplicado em suas operações comuns, mas empregado, no mínimo 50% (CINCOENTA POR CENTO) em títulos de renda de primeira ordem facilmente disponíveis e escriturados em conta especial.

Art. 38º - Em caso de dissolução da Cooperativa a quantia que estiver escriturada no Fundo de Reserva, depois de satisfeitos os compromissos sociais, será entregue a Uma Instituição de fins altruísticos, escolhida pela Assembleia Geral.

§ Único - Havendo perdas, serão as mesmas prorrateadas entre os associados na proporção de suas quotas-partes.

Art. 39º - O Fundo de Novas Instalações e Desenvolvimento só é divisível em caso de dissolução e consequente liquidação, não tendo direito a ele o associado demissionário ou excluído.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 40º - Só poderão ser tomadas por Assembleias Gerais Extraordinárias, convocadas especialmente para esse fim as deliberações que versarem sobre:

- a - reforma do Estatuto
- b - mudança de objetivo;
- c - fusão com outra Cooperativa ;
- d - dissolução;
- e - nomeação de liquidantes

§ 1º - Os prazos e formas de convocação são os previstos no presente Estatuto, mas as deliberações, para serem válidas, necessitam de voto favorável de dois terços (2/3) dos associados presentes em qualquer convocação.

§ 2º - A simples reforma do Estatuto não envolve mudança de objetivo da Cooperativa que, quando motiva de deliberação, deve figurar taxativamente expressa na convocação.

§ 3º - A deliberação visando de forma jurídica da Cooperativa importa em dissolução e subsequente liquidação.

Art. 41º - São inelégíveis os cargos de fiscalização e administração os associados impedidos por lei especial, condenados por prevaricação, peculato, falência ou crimes contra a economia popular.

Art. 42º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos supletivamente pela legislação em vigor, ouvido sempre o órgão público encarregado da fiscalização.

Art. 43º - A fim de que não fique acéfala a Cooperativa os administradores e fiscais que tiverem seus mandatos findos antes de encerrar o exercício social, funcionarão válidamente até que a Assembleia Geral Ordinária lhes de substitutos.

Pedra Lisa, 25 de julho de 1954. (ass.) Victor Khury, Adriano de -
Carvalho, Kaneji Hagiara, Wilson Rodrigues da Silva, Gabriel de Oliveira, Fiudeu Hatakiana, Laudelino de Souza Dias, Ignacio José Barcelos Joel Valentim Vieira, Oswaldo Paes Borges, Edesio Carvalho da Rocha

Anexo A II – Edital de convocação e convocatória da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa em 1960, em documento não identificado.

**SOCIEDADE DOS LAVRADORES
E POSSEIROS DO 6º
DISTRITO DE NOVA
IGUASSU**

Edital de Convocação

De acordo com o art. 23, letra 2, de seus Estatutos, ficam convocados todos os associados quites e em pleno gozo de seus direitos para comparecerem à Assembleia Geral que será realizada no dia 28 de agosto do corrente ano, às 15 horas, em Pedra Lisa, para discutir e aprovar a modificação nos Estatutos, e com a seguinte Ordem do Dia:

- 1º) Modificação nos Estatutos;
- 2º) assuntos gerais.

Nova Iguaçu, 18-VIII-60.

AGENOR CORREIA PORTO
Presidente

Domingo, 21-VIII-1960

**Sociedade dos Lavradores, Posseiros e
Assalariados Agrícolas**

A Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º distrito (Pedra Lisa), com o objetivo de ampliar suas atividades em defesa dos direitos de maior número de associados, além de alterar seus Estatutos (assembleia geral de 28/8/60), acaba de mudar sua antiga denominação para Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu, atualmente sob a direção do sr. Agenor Corrêa Porto.

Foi divulgado a respeito um manifesto às autoridades, aos líderes sindicais, aos lavradores e ao povo em geral.

18 de Setembro de 1986.

Por meio desta solenemente vem esse esclarecimento.

Em 38 fizemos um requerimento, pedindo ao Sr.:

Gaspar Dulto Terra para trabalhar. José Matias dos Santos; José Amelmo; José Alfredo; Ignácio José Barcellos. José Antônio Joazeiro, 360 lavrador fomos a Itaquai pedir estas terras. DP: firme assinatura desta Administração.

Pessoas mortas pelos Grilheiros. José Matias dos Santos e Sebastião Pereira e Antônio Joazeiro.

Manoel Augusto da Silva.

Alvino Rocha.

Antônio Acorda.

Pedro Ribeiro.

Companheiros todos lutadores na lavoura

desocultaram as terras prove-
niente da perseguição tendo
suas casas queimadas e
suas plantações até desagrado
por este motivo vem esclarecer
a solenidade; que poderei, ter
comparação de nós nesta da-
ta presente, que vem nós aju-
dando, Em 57 DRº Miguel
Bento filho desmembrou, está
área trabalhando dando paz,
para nossas filhas pedimos,
mas, desmembração para, mas
pessoas trabalhar. O Adminis-
trador da União do Estado
respondeu com um telegrama
que não podia desmembrar,
está, terra que era da própria
União saiu em Diário Oficial
está fabricação temos mais,
sobre o ponto de desgratar
Eduardo Américo Trigueiro
Alfredo de Andrade, homens
todes trabalhadores rurais
Área desmembrada por DR: 50

do núcleo colonial de Linguaí
O Engenheiro que veio fazer o
levantamento destas terras pertencente
a União Federal foi o Engenheiro
que fez o levantamento destas terras.

Nesta data ficamos felizes
com a Administração Federal
e tivemos uma reunião pela
Dr. Carmélia Pulkta deu o direi-
to de nós viver nessas terras
venho agradecer esta solenidade
de que vem nos amparar
no tempo presente.

Ignácio José Barcelles o
declarante desta informação
muito obrigado pelo alto da
referência. Bráulio Rodrigues
da Silva

Muito obrigado.

Doutor Fael, Dr. Henrique

**URBANO
ÍSTICO**

**AS MODIFICAÇÕES NO
ICIAL, QUE ERA O AU-
PUTAS VIOLENTAS DE
GRESSISTAS FALAM À**

grupos contra os difíceis trans-
portes desta Capital.
— Realmente, parece um
problema bastante sentido
— disse, nos ainda. E acres-
centou que a Prefeitura de-
veria além de providenciar
maior número de veículos
dispor os pontos de apANHAR
condução de acordo com a
posição dos bancos, no le-
tal do Congresso.



Lavradores de Pedra Lisa, quando denunciaram à repór-
tagem as violências de que estão sendo vítimas

Centenas de Lavradores Estão Sendo Despejados, em Pedra Lisa

Lares incendiados e plantações inteiras destruídas — Forjada pela
grileira uma escritura falsa de posse — Sèriamente atingido o mer-
cado carioca de abastecimento de legumes e verduras — Lutarão os
camponeses

Centenas de lavradores de
Pedra Lisa, município de No-
va Iguaçu, estão sendo ex-
pulsos das terras em que
vivem e trabalham há mais
de 25 anos. Suas lavouras
são impietosamente destruí-
das e os seus lares incendi-
dos por bandos de jagunços
e policiais a serviço de uma
«elita», que atende pelo no-
me de «Duquesa».

Na semana passada, con-
forme apurou a reportagem,
mais de oito casas foram in-
cendiadas e numerosas plan-
tações destruídas. Até mes-
mo animais domésticos for-
ram roubados.

PREJUÍZOS
Os lavradores sofrem gran-
des prejuízos, ficando a
maioria deles sem qualquer
recurso. Muitos tinham plan-
tações de milho, arroz, fei-
jão, abacaxi, cana de açú-
car, banana e tomate, nas
quais haviam empregado
economias de anos inteiros,
e agora, despejados, fica-
ram em situação de comple-
ta penúria.

A grileira não lhes paga
qualquer indenização nem
concede lotes em outros lu-
gares onde os lavradores po-
ssem fazer novas plantações,

GRILLO
Durante mais de duas de-
zenas de anos, os campone-
ses viveram e trabalharam
em Pedra Lisa, sem que
qualquer pessoa se apresen-
tasse como «proprietário es-
poliado». Logo, porém, que
as terras se valorizaram,
«Duquesa» apresentou-se
como proprietária delas.
Assim, desde o início do
corrente ano, os lavradores
passaram a sofrer violên-
cias e intimidações para que
se mudassem. Resistiram,
como moradores antigos,
são os verdadeiros donos das
terras em que trabalham.
«Duquesa» forjou uma es-
critura falsa, de acordo com
o tabelião Gilberto, de Quel-
mados, segundo informações
dos lavradores, e, assim,
impeleu ação de reinteg-
ração de posse.

**PREJUÍZOS PARA
O MERCADO**
A expulsão dos lavrado-
res de Pedra Lisa atinge

o abastecimento desta capi-
tal, pois eles enviam, diá-
riamente, ao Mercado Mu-
nicipal, grande quantidade
de verduras e legumes. Na
semana passada, por exem-
plo, vieram para cá várias
centenas de caixotes de to-
mates e outros legumes.
As terras, das quais estão
sendo despejados os lavra-
dores, são ao mesmo tempo
loteados para serem vendi-
das.

RESISTIRÃO
Os lavradores, porém, não
estão dispostos a sair sem
luta. Nesse sentido, já estão
providenciando, através da
Associação dos Lavradores
de Pedra Lisa, medidas ju-
diciais contra a grileira. Ao
mesmo tempo, conforme
ainda informaram à repór-
tagem, estão preparando
uma concentração na As-
sembléa Legislativa, em
Niterói, a fim de denunciar
as violências de que estão
sendo vítimas e solicitar
providências aos deputados.

Defendendo Terras Com Armas Nas Mãos Lavradores Fizeram a Reforma Agrária

NOVA IGUAÇU (reportagem de Raul de Almeida) — "Os dra. Amil Alves e Bocayuva Cunha são as estrelas que brilharam em Pedra Lisa!", gritou o velho camponês Agenor Corrêa Pôrto, presidente da Sociedade dos Possesores e Lavradores do 8.º Distrito, no comício-relâmpago que encerrou a festa de domingo passado, naquele famoso, disputado e ensanguentado pedaço de Nova Iguaçu.

A Festa

Durante o domingo inteiro, as 650 famílias de lavradores que moram em Pedra Lisa festejaram a sua reforma agrária, isto é, a desapropriação da imensa gleba, por decreto do ex-governador Miguel Couto Filho, promulgado em 2.º de junho passado. Comungando da mesma alegria dos beneficiados, estavam presentes líderes sindicais, políticos e lavradores de outras terras, muitos dos quais também pertencem a Sociedade, que possui cerca de 1.100 associados em seu quadro.

O Marco Histórico

A parte principal da festa, depois da clássica alvorada, foi a inauguração do marco comemorativo do acontecimento e o plantio de uma árvore, feitos pelos Srs. Miguel Couto Filho e Roberto Silveira, que madrugaram em Pedra Lisa, para não perder nenhum ponto do programa elaborado pela comissão presidida pelo Sr. Agenor Corrêa Pôrto e que teve como principal artífice, num símbolo da fraternidade que reina entre lavradores e operários, o líder sindical Bráulio Rodrigues, de Petrópolis, que ali permaneceu cerca de uma semana, preparando a festa.

O marco, incrustado numa pequena base de pedra, é um canto de libertação do trabalhador rural, ao proclamar:

"Os camponeses de Pedra Lisa, posseiros há mais de séculos destas terras por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos pelos grileiros que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham neste bronze sua imorredoura gratidão ao Governador Miguel Couto Filho, pelo seu ato justo e sábio desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que as ocupam e cultivam e resolvem dar o seu nome a este núcleo agrário, que passará de hoje em diante a chamar-se: Miguel Couto Filho, 13-7-58."

Reforma Agrária

Apenas dois oradores fizeram uso da palavra, para evitar uma maratona retórica... Foram eles os Srs. Miguel Couto e Roberto Silveira. Este último afirmou que, se eleito, tomará medidas, dentro das atribuições que a Constituição Estadual confere ao Governador, para que a posse da terra seja assegurada àqueles que a trabalham.

As Terras Desapropriadas

Pelo Decreto 6.081, de 23 de junho passado, o então gover-

nador desapropriou "as terras de propriedade particular das antigas fazendas da Limeira e Santo Antônio do Mato, situadas no 8.º Distrito do Município de Nova Iguaçu, con-

gote do Porco", Santo Antônio e adjacências.

Porém, o episódio mais sangrento foi o assassinato de José Matias, o primeiro presidente da associação rural. Perseguido pelos grileiros, cujos capangas o tocavam nos braços de Pedra Lisa, José Matias foi aconselhado a esconder-se em outro local. Mas até no seu refúgio, em Nova Aurora, 100 quilômetros

sempre lembrado mártir fez com que a vontade de ficar e defender as roças se reacendesse. E o certo é que um dos capangas, João Tenorio, mais tarde foi morto, mediante a aplicação da pena de Talião, a única que ali prevaleceu durante os longos e tenebrosos anos em que as autoridades pendiam, inevitavelmente, para o campo dos grileiros.

As Terras São da União

É bem provável que a desapropriação decretada pelo Sr. Miguel Couto Filho não venha custar nenhum tostão de indenização ao Estado. E que, apesar das escrituras, recentes, que os pretensos donos daquelas áreas exibem, a Sociedade dos Possesores logrou obter, no Cartório do 2.º Ofício de Nova Iguaçu, certidões que comprovam ter sido a Fazenda Limeira adquirida em 26 de outubro de 1877, pela Fazenda Nacional, o mesmo acontecendo com a Fazenda Santo Antônio do Mato, também adquirida pela Coroa Imperial em 2 de setembro de 1876. O objetivo dessas aquisições, pelo governo imperial, foi o de proteger as cabeceiras dos rios Santo Antônio, São Pedro e outros, que são afluentes do Guandu, ou seja, o de garantir o abastecimento d'água do Rio de Janeiro, sede da Corte.

O curioso é que durante muitos anos, até 1956, não foi possível provar o "grilo" das terras de Pedra Lisa porque o então titular do 2.º Ofício de Nova Iguaçu alegava que tais escrituras não estavam registradas nos seus livros. A substituição do tabelião é que possibilitou o encontro desses documentos.



Ainda há muito por fazer em benefício dos lavradores, mas a libertação do chão de Pedra Lisa já constitui um grande passo.

frontando-se por seus diversos lados com o morro da Saudade, antigo Caminho da Polícia, Rio Santo Antônio e Rio São Pedro; terras da antiga Fazenda, que dão vertentes para o Rio São Pedro, por sua margem direita entre a estrada ou Caminho da Polícia e a estrada de ferro Linha Auxiliar, e, finalmente, terras que se limitam com o espólio de José Drummond de Vasconcelos situadas entre o referido espólio, o Rio São Pedro, a Estrada de Ferro Central do Brasil (bitola larga), as antigas fazendas da Limeira e Santo Antônio do Mato."

Um Pouco de História

Por causa dessas terras, desde 1948, quando foi fundada a Sociedade dos Possesores e Lavradores, grileiros e camponeses vêm lutando, às vezes até de armas na mão. Infelizmente, até a véspera da desapropriação, a polícia estava sempre ao lado dos ladrões de terras e contra os agricultores. Casbres incendiados, plantações destruídas, criações roubadas e dispersas, crianças aterrorizadas — tal é o balanço desses anos de lutas em Pedra Lisa. "Can-

distante de Pedra Lisa, José Matias foi seguido pelos sicários dos grileiros, que, atraindo-o a uma cilada, conseguiram fuzilá-lo pelas costas. Em vez de abater o moral dos posseiros, o sangue do seu

Os Grileiros

Os principais grileiros, nessa área, são ou foram a Companhia Reunidas Normandie, pertencente aos Guinle; a famosa Duchesse Paes Leme, que se intitula descendente de Fernão Paes Leme, o Sr. José Procópio, o Vereador José Assis Pimenta, Domingos Maia, o banqueiro Fausto Alvim.

Nesse particular, a responsabilidade maior, cabe às autoridades do Conselho de Terras da União, antigo domínio da União, que sempre souberam, pela planta cartográfica da Fazenda Nacional de Santa Cruz, existente no Arquivo Nacional, que as terras da Cia. Normandie, por exemplo, estão assinaladas como de "ocupação irregular". Mas acontece que, entre os grileiros de Pedra Lisa, existia um filho de ilustre membro daquele Conselho, como poderemos provar a qualquer instante.

Mas esse relato de roubos de terras, de escrituras falsas, de sonegação de documentos, de suborno de pretensos defensores dos lavradores, de compra de consciências de advogados e de morte, que daria material para um romance — é coisa do passado, em Pedra Lisa, desde junho último.

Quando a reportagem de ULTIMA HORA de lá saiu, ao anoitecer de domingo, o povo dançava na sede da Sociedade e até na beira da estrada, ao som de violas e sanfonas. A resistência dos lavradores, o apoio da classe operária, manifestado no I Congresso dos Trabalhadores Fluminenses e a compreensão de autoridades democráticas e progressistas, haviam logrado, finalmente, libertar a terra e assegurar a tranqüilidade aos seus legítimos donos: os homens e mulheres que as desbravaram e cultivam com suor, sangue e lágrimas.

COM OS OCUPANTES DAS MATAS DA UNIÃO

Sob a presidência do diretor do Serviço Florestal, reuniu-se mais uma vez a comissão designada pelo ministro da Agricultura para examinar a legitimidade dos títulos dos ocupantes de terras da União definitivamente incluídas ou nas vizinhanças das florestas protetoras sob a jurisdição daquele Serviço, de acordo com a legislação baixada especialmente sobre o assunto.

O chefe da Seção de Proteção Florestal relatou alguns processos relativos ao primeiro edital que chamou os 83 ocupantes da bacia do rio da Prata do Cabuçú cujos pareceres foram aprovados.

O secretário deu informações sobre a publicação do segundo edital de chamada, a outros ocupantes da zona da Tijuca onde se encontram vários estrangeiros, abusivamente localizados, e das florestas de S. Pedro, Tinguá, Xerém, Campo Grande, etc.

O representante jurista do Serviço do Patrimônio da União apreciou alguns casos em que os documentos apresentados não se relacionam com os terrenos ocupados e outros em que as linhas divisórias estabelecidas com formalidades apenas aparentes não têm apoio legal.

Pelo pequeno número de títulos até aqui apresentados, a comissão acredita que a grande maioria dos chamados por edital, na forma da lei, são verdadeiros intrusos cuja existência nas florestas protetoras do governo, durante tantos anos e com tantos inconvenientes, não encontra justificativa e é até difícil de explicar.

No próximo dia 13 de dezembro, termina o prazo de 90 dias do primeiro edital e todos aqueles da bacia do rio da Prata do Cabuçú que não tiverem legalizado sua situação serão intimados a desocupar as terras dentro de 30 dias.

Até fevereiro de 1945 está correndo o prazo para a apresentação dos títulos dos chamados, pelo segundo edital referente às florestas da Tijuca, Campo Grande, Tinguá, Xerém, São Pedro, etc.

Pedem Atenção do Governo Despejados, os Lavradores

Oito famílias desalojadas — Comissão formula reclamações



"Homens despejados abruptamente", disseram, na redação d'O GLOBO, os lavradores que aparecem na foto

Oito lavradores e suas famílias, algumas compostas de dez pessoas — como veio queixar-se a O GLOBO

uma comissão — foram despejadas de terras que ocupavam e trabalhavam há longo tempo, em Pedra Lisa, 6.º Distrito de Nova Iguaçu.

O despejo foi imprevisto, realizado por dois oficiais de Justiça, investigadores e vários homens armados de fuzil, que se distribuíram pelas margens do rio São Pedro — asseveraram os reclamantes.

DESNORTEADOS

Eslareceram os lavradores que a ação contra eles foi movida por dona Duquesa Pais Leme e obrigou-os a um desnorteamento completo. Tiveram de, na emergência, procurar abrigo em propriedades vizinhas.

Ficamos sem as nossas humildes casas, criações, tudo. Ainda este ano esperávamos exportar seguramente 50 mil caixas de tomates e 500 sacos de milho, não se falando em hortaliças miúdas.

Querem atenção do Governo

Os lavradores que vieram a O GLOBO formularam apelo para o Governo Federal, no sentido de examinar-lhes o caso e ajudá-los.

O GLOBO - 18/7/55

Globo de 22 ou 23 de agosto

A luta pela posse das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz

Continua a luta pela posse das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz entre os lavradores que se filiaram à Sociedade de Lavradores e Posseiros do 6.º Distrito de Nova Iguaçu e a Companhia Normandia S. A. e, ainda, Duquise Dias Paes Leme, José de Assis Ferreira, Francisco de Souza e varios outros que se julgam com direitos adquiridos.

Uma comissão de lavradores da sociedade encabeçada pelo Sr. Miguel Gonçalves Costa veio a esta redação lançar o seu protesto pelas violencias de que foram vítimas por parte de uma caravana policial, chefiada pelo delegado adjunto da DOPS do Estado do Rio, Sr. David Campelo. Contou-nos que todas as casas dos lavradores foram revistadas e, como não tivessem encontrado armas, levaram seus instrumentos de trabalho, como enxadas e machados, e ainda espancaram seus moradores. Invadiram a sede da associação e levaram tudo que encontraram inclusive, o presidente, Sr. Erotildes Pimentel Vieira. Um dos lavradores foi barbaramente espancado e ameaçado de outras violencias caso se queixasse a alguém. Assim, explicou o Sr. Miguel, 700 famílias estão totalmente desamparadas à mercê das violencias policiais que são ordenadas pelo cel. Barcelos Feio, chefe de Polícia do Estado. Fez por nosso intermedio um apelo ao presidente da República no sentido de despachar o processo 141171/53 que se encontra em seu poder, com farto material demonstrando a ilegalidade com que vêm agindo as fortes companhias que querem, por todos os meios, desalojar as 700 famílias que vivem do produto de seu trabalho.

Neste processo há fotografias de casas que foram queimadas a mando dos interessados.

Domingo, 19 de Novembro de 1944

Anexo B II – Documentos policiais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO CRIMINAL

7º Ofício de Justiça

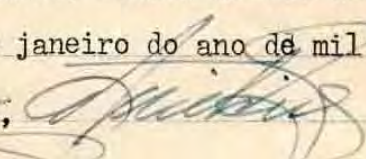

O cidadão OCTACILIO SOARES
serventuário do 7º
Ofício de Justiça privativo do Serviço Criminal
d a Comarca
d e Nova Iguaçu Estado do
Rio de Janeiro, por nomeação na fórmula da Lei, etc.

CERTIFICA para os devidos fins que, revendo em seu poder e cartório o processôde de DIVISÃO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL, em que figura como Queixosa DOQUESIA PINHEIRO FERREIRA PAES LEME, e Indiciado SOCIEDADE DOS LAVRADORES E POSSEIROS DE NOVA IGUAÇU, dele as fls. 2ª, consta o teor seguinte:— Exmo. Sr. Chefe de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. Doquezia Pinheiro Ferreira Paes Leme, que outrora usava assinar-se apenas Doquezia Pinheiro Paes Leme, brasileira, solteira, maior, proprietaria, residente no Distrito Federal, à Avenida Suburbana, nº 50/6, vem expôr, para requerer a V. Ex. o seguinte: A suplicante é proprietaria da Fazenda de S. Pedro, situada nos atuais 2º e 3º distritos do município de Nova Iguaçu, deste Estado, no final da linha da E.F. Rio d'Ouro (estação de Jaceruba, antiga S. Pedro), adquirida do Banco Hipotecário do Brasil, em 7/3/1906, fazenda esta que já anteriormente pertencera aos seus avós Imacio Dias Paes Leme e Joana

Carlota Pinheiro Paes Leme, desde ha cerca de um seculo, com divi-
sas claramente estabelecidas nas confrontações de vizinhos e por
estes sempre respeitadas. Em um dos lados da Fazenda, a divisa
é uma estrada de rodagem mais que secular, conhecida por Estrada
da Polícia, mencionada nos titulos de aquisição e a qual em tem-
pos idos ligava a Capital ao interior de Minas. Sucede que, ago-
ra, pessoas que se intitulam associadas, ou componentes de uma —
pretendida "Sociedade de Lavradores e Posseiros do 2º Distrito de
Nova Iguaçu", entrando pela Estrada da Polícia, estão invadindo
as terras da suplicante, abrindo picadas e marcando lotes, no in-
tuito de neles colocar posseiros, com residencia e plantações. —
Advertidos pelo encarregado da suplicante, de que as terras ali
eram dela, não atenderam à reclamação e continuam insistindo na —
invasão, declarando que vão ocupar toda a área fronteira, que
será distribuida entre os seus associados, para construção de ca-
sas e cultivo das terras. Além disso, estão aconselhando antigos
colonos da Suplicante, a não mais reconhecerem a suplicante como
proprietária e a pagarem arrendamento á referida Associação, pe-
la qual seriam amparados. Pelas informações que a suplicante pô-
de colher, trata-se de uma organização, ou grupo de individuos,
que diz ter sua séde no lugar denominado Pedra-Liza, no 2º dis-
trito de Nova Iguaçu, próximo á Estação de Caramujos, da E.F.C.B.,
dirigida por pessoas conhecias por José Barcelos, José Rocha, —
Eduardo Americo, Pimenta, Francisco Domingos e José Reis, este —
último apontado como fiscal da associação e guarda florestal na
região. Segundo consta, é ella composta de homens tidos como pe-
rigosos na zona, onde já têm tido atritos com proprietários de —
outras Fazendas e com a Polícia, de resultados ás vezes sangren-

sangrentos. E, da forma como se a apresentam e estão agindo, demonstram claramente obedecer a uma orientação oculta, cuja finalidade é a de apossar-se da propriedade alheia, para distribuí-la entre os seus associados ou adeptos, plano que constitui verdadeira subversão da ordem jurídica e social vigente. Requer a Suplicante, pois, a abertura de inquérito para apuração dos fatos expostos e punição dos responsáveis, de maneira a ficar a propriedade referida livre do assalto denunciado. Testemunhas: Antonio dos Santos Coutinho :- brasileiro, casado, comissário de Polícia, residente em S. Pedro, final da Estrada de Ferro Rio D'Ouro. -- Guilherme dos Santos Coutinho - brasileiro, casado, funcionário da Prefeitura do Dist. Federal, residente em S. Pedro (terrenos da União Federal). P. deferimento. Niterói, 29 de Junho de 1953.

(ass) Doquezia Pinheiro Ferreira Paes Leme. Anexos: Procuração p.p. Antonio Francisco de Azevedo Silva. Adv. Insc. Sec. nº 1. -- Fotostática do registro da compra da Fazenda de S. Pedro. (Sela da e devidamente inutilizadas estampilhas no valor de Cr\$3,00).-

E R A o que se continha em a peça que me foi apresenta, -- aqui bem e fielmente reproduzida na presente certidão, a qual me reporto e dou fé, nesta cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, aos dezesseis (16) dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954). Eu,  Escrivão a subscrevo e assino. 





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO CRIMINAL

7º Ofício de Justiça

O cidadão OCTACILIO SOARES
serventuário do 7º

Ofício de Justiça privativo do Serviço Criminal
da Comarca
de Nova Iguaçu Estado do
Rio de Janeiro, por nomeação na fórmula da Lei, etc.

CERTIFICA para os devidos fins que, revendo em seu poder e cartório o processo de DIVISÃO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL, em que figura como Queixa DOQUEZIA PINHEIRO FERREIRA - PAES LEME, e Indiciado SOCIEDADE DOS LAVRADORES E POSSEIROS DE NOVA IGUAÇU, dele as fls. 8, consta o depoimento do teor seguinte: Armas da República. Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Segurança Pública. Divisão de Ordem Política e Social. Termo de Declarações que presta VIRGILINO EDUARDO DINIZ, na forma abaixo: Aos sete dias do mes de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro, em o cartório da Divisão de Ordem Política e Social, onde se achava presente o respectivo doutor Delegado Adjunto o bacharel Davi Campello, comigo escrivão de seu cargo adeante declarado e no final assinado, aí presente VIRGILINO EDUARDO DINIZ, - brasileiro, natural do Estado de Minas Gerais, filho Antonio João

Diniz e D. Francisca Maria Diniz, com 66 anos de idade, sabendo ler e escrever, encarregado das terras de propriedade de D. Doquezia e residente em São Pedro, Estação de Jaceruba, E.F. Rio D'Ouro, que depois de devidamente compromissado em dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado e sendo inquirido pelo doutor Delegado Adjunto DISSE: que, o declarante é empregado há vinte e um (21) anos da família de D. Doquezia; que atualmente é o encarregado — das terras de D. Doquezia; que antigamente, a parte que está sendo invadida era alagada e quando á retificação do rio São Pedro, foi feita a dragagem do rio, pelo Governo, ficando, agora, drenada; que justamente essa é a parte da fazenda que está sendo invadida por elementos estranhos; que o declarante foi avisado por — José Rodrigues da Rocha e outros que no momento não pôde precisar que as terras de propriedade de D. Doquezia estavam sendo invadidas; que em face das informações que lhes foram prestadas o declarante procurou averiguar; que o declarante encontrou nas terras — de sua patrão diversas demarcações, inclusive roçados, assim como uma família instalada n'um rancho deixado pelos draguistas; que o declarante voltou e fez a comunicação a D. Doquezia; que D. Doquezia incumbiu ao declarante de desmanchar o rancho juntamente com o comissario Antonio dos Santos Coutinho, a que o comissario dispensou o declarante dizendo dizendo que iria sozinho; que a parte ocupada pelos intrusos vai da Estrada da Polícia até a Cachoeira da Miquilina, há mais ou menos uma área de 1 km. aproximadamente; que tendo o comissário ido ao mencionado rancho o declarante, dias depois recebeu a visita de José Reis, dizendo-se fiscal da Associação de Lavradores e Posseiros do 2º Distrito de Nova Iguaçu acompanhado de Francisco Domingus que se intitulava secretario da

aludida Associação, perguntando ao declarante se o mesmo tinha a escritura de posse das terras por eles ocupadas; que o declarante disse "Que no momento não tinha", mas poderia leva-los á casa - de sua patrôa para lhes mostrar", ao que os mesmos responderam -- "Não, nós não vamos ver coisa nenhuma quem vae se entender com -- ela é o nosso advogado"; que o declarante informou-os que proprietária das terras em apreço era D. Doquezia tendo as terras pertencido sempre á sua familia ha mais de cem (100) anos; que o declarante falou aos mesmos, que sendo a terra de propriedade de D. Doquezia a intromissão que estava sendo feita por eles e outras pessoas era indevida; que, então eles responderam, que de lá não sairiam de maneira alguma, pois aquelas terras pertenciam ao Governo e que estavam se instalando com ordem do Governo; que o declarante soube que o comissario pelo cumprimento das ordens de D. Doquezia está sendo ameaçado pelos membros da Sociedade de Lavradores; que o declarante sabe que a Sociedade tem sua séde em funcionamento em as terras dos Guinles, no lugar denominado "Pedra Lisa" que "Pedra Lisa" fica entre São Pedro e Caramujos, próximo á linha Auxiliar; que o declarante soube ter sido empossado como presidente da Associação, um preto por nome de Pimenta; que o declarante, -- mantendo-se vigilante, descobriu, feito pelos intrusos mais dois (2) ranchos ocupados; que os componentes da Sociedade, vem com -- insistencia assediando os sitiantes de D. Doquezia para unirem-se a Sociedade, que é mais interessante para eles pagarem uma mensalidade de Cr\$20,00 mensais á Sociedade, de que pagar a meada á -- proprietaria como vêm fazendo; que D. Doquezia tem diversos sitiantes em suas terras que como empregado de D. Doquezia, pode -- afirmar que aludidos sitiantes sempre viveram satisfeitos com a --

mesma; que os sitiantees assediados pela Sociedade são Domingos -
Sebastião Pereira, João Baptista e Juvenal Mello, sendo que ao --
último foi feita a seguinte proposta "Que Juvenal vendesse a So-
ciedade um pedaço de seu sitio que seria, digo, um pedaço da plan-
tação que lhe seria pago á vista; que Juvenal respondeu que não -
poderia fazer qualquer negocio sem a devida authorisação de D. Do-
quezia; que os membros da Sociedade, então disseram, que se Juve-
nal quizesse vender a metade de sua plantação, eles comprariam e
Juvenal não se incomodasse com o resto; Nada mais disse e nem lhe
foi perguntado, mandando o doutor Delegado Adjunto, que se enceras-
se o presente termo que depois de lido e achado conforme, assina
com o declarante. Eu, (as) N. Diniz, escrivão o datilografei e --
subscrevo. (ass) David Campello. Delegado. Virgilino Eduardo --
Diniz. Declarante. Natalino Diniz. Escrivão.

.....-D E P O I M E N T O.....

FLS. 10.- Armas da República. Estado do Rio de Janeiro. Secreta-
ria de Segurança Pública. Divisão de Ordem Política e Social. Ter-
mo de Declarações que presta GUILHERME DOS SANTOS COUTINHO, na --
forma abaixo:- Aos sete dias do mes de julho do ano de mil nove-
centos e cinquenta e três, em o Cartório da Divisão de Ordem Poli-
tica e Social, onde se achava presente o respectivo Doutor Delega-
do Adjunto, o bacharel David Campello, comigo escrivão de seu car-
go adeante declarado e no final assinado, aí presente GUILHERME
DOS SANTOS COUTINHO, brasileiro, natural deste Estado, com 54 anos
de idade filho de João dos Santos Coutinho e D. Antonio Machado, ca-
sado, de côr branca, funcionário público, exercendo atualmente na
Prefeitura do Distrito Federal, sabendo ler e escrever e residen-
te no 3º Distrito do Municipio de Iguassu, que depois de compromi-



compromissado legalmente a dizer a verdade do que souber e -
lhe for perguntado e sendo inquirido pelo doutor Delegado Ad-
junto DISSE: que, o declarante é o encarregado do serviço de
administração da Prefeitura do Distrito Federal no Departamen-
to de Aguas e Esgôtos; que ha mais ou menos trinta e quatro -
(34) anos milita no aludido Departamento, distante uns quatro
(4) km. da parte invadida da Fazenda São Pedro; que teve co-
nhecimento da invasão da Fazenda por intermédio do encarrega-
do da fazenda; que o declarante estando de serviço em sua Re-
partição, certo dia que no momento não pôde precisar, o senhor
Virgilino Eduardo Diniz, encarregado da Fazenda São Pedro so-
licitou ao declarante a devida licença para se utilizar do te-
lefone de sua Repartição, a fim de comunicar a D. Doquezia, -
sua patrôa a intromissão em suas terras de individuos extra-
nhos; que em face do conhecimento com Virgilino, com o mesmo
conversou tendo sabido nesse momento, que as terras de D.Do-
quezia estavam sendo invadidas por diversos elementos de nomes:
Pimenta, José e outros; que o declarante conhece aludida fazen-
da há uns 43 anos sempre de propriedade de D. Doquezia; que a
Fazenda São Pedro de propriedade, hoje de D. Doquezia, sempre
foi pertencente a familia da mesma; que a fazenda limita-se -
com as terras dos Guinles, que foi de Modesto Leal, confron-
tam com as terras de D. Doquezia, tendo como limite á Estrada
da Policia; que segundo foi informado, a invasão se verificou
no lugar denominado João Paulo na Estrada da Policia; Nada -
mais disse e nem lhe foi perguntaod, mandando o doutor Delega-
do Adjunto que se encerrasse o presente termo, que depois de
lido e achado conforme assina com o declarante. Eu, (as) N. -
Diniz, escrevão o datilografei e subscrevo e de tudo dou fé.
(ass) David Campello. Delegado. Guilherme dos Santos Couti-
nho. Declarante. Natalino Diniz. Escrivão. -.-.-.-.-

.....D E P O I M E N T O.....

Secretaria de Segurança Pública. Divisão de Ordem Política e Social. Termo de Declarações que presta D. DOQUEZIA PINHEIRO FERREIRA PAES LEME, na forma abaixo:- Aos nove dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e três, nesta Cidade de Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro, em o cartório da Divisão de Ordem Política e Social, onde se achava presente o respectivo doutor Delegado Adjunto, o bacharel David Campello, comigo escrivão de seu cargo adeante declarado e no final assinado, aí presente DOQUEZIA PINHEIRO FERREIRA PAES LEME, filha de Fernando Dias de Mendonça Paes Leme e D. Maria Olezia Pinheiro Ferreira de Mendonça Paes Leme, solteira, com 76 anos de idade, branca, fazendeira, no Estado do Rio no lugar denominado Jaceruba, na Fazenda São Pedro, sabendo ler e escrever e residente á Avenida Suburbana nº5.076, no Distrito Federal, que depois de compromissada em dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado e sendo inquirida pelo doutor Delegado Adjunto DISSE: que, a declarante é da familia proprietaria da Fazenda São Pedro ha mais de 100 (cem anos); que a declarante adquiriu a referida Fazenda ao Banco Hipotecario do Brasil conforme escritura que posteriormente apresentará, aos sete dias do mês de março do ano de mil novecentos e seis (1906); que a extensão de suas terras e aproximadamente de trezentos e sessenta (360) alqueires; que a declarante tem em suas terras uns quarenta (40) sitiantees que trabalham á meia na plantaçãõ de bananas, á terça nas demais plantações; que existem em suas terras sitiantees que vem de época mais remotas de sua compra; que o sitiante mais novodata de um (1) ano mais ou menos; que a delimitaçãõ de suas terras será comprovada com a escritura; que a declarante ha mais ou menos três (3) meses, teve conhecimento que suas terras estavam sendo invadidas, informação dada pelo seu encarregado; que a declarante ordenou ao seu empregado que desaloiasse os intrusos: que a declarante solicitou os prestimos



do Sr. Antonio dos Santos Coutinho para auxiliar seu empregado; que quando os aludidos senhores voltaram da empresa que lhes fôra confiada, informaram a declarante que consentiram, a pedido das pessoas que se achavam indevidamente instaladas no rancho, que as mesms demolissem-no a fim de aproveitar a madeira existente; que dias depois, a declarante mandou o Sr. Antonio a fim de verificar se já tinha sido feita a demolição; que Sr. Antonio encontrou no rancho outra familia representada por algumas crianças, que se dirigindo as mesmas deixou um recado para que o pae fosse falar com ele e o sr. Virgilino; que sabe ter sido seu empregado procurado por dois (2) individuos que se diziam Fiscal e Secretario da Associação de Lavradores e Posseiros do 2º Distrito de Nova Iguaçu; que aludidos elementos exigiram de seu encarregado a exhibição de escritura das terras; que seu empregado colocou-se á disposição daqueles elementos, prontificando-se a levá-los na casa da declarante para a prova; que os elementos disseram que o seu Advogado Doutor Ecker de Lemos iria se entender com a declarante; que a declarante após alguns dias de espera sem que o tal advogado lhe procurasse, telefonou ao mesmo procurando saber do ocorrido; que o doutor Ecker respondeu a declarante que não era propriamente advogado da "Associação" mas qualquer caso que dita Associação tivesse, ele advogaria; que a declarante combinou com o doutor Ecker que o mesmo fosse ao escritório do doutor Antonio Francisco de Azevedo Silva, seu advogado para se entenderem á respeito; - que o doutor Antonio apresentou provas de sua propriedade das terras e ficando combinado com o Dr. Ecker que ele mandaria que aludidos intrusos abandonasse as terras da declarante; - que no entanto não aconteceu, pois, indo ao local, sem empregado achou mais demarcações indevidas acrescído de mais três (3) ranchos; que nesses ranchos tem diversas familias abrigadas; que embora não tenha sido feita á declarante proprietária

proprietária quaisquer ameaças, sabe a mesma ter sido feitas diversas ameaças aos seus arrendatários e proposta para que os mesmos se filiem á Associação abandonando a declarante; - que a declarante em face da situação, ha dias foi á Nova -- Iguaçu procurando se inteirar da legalidade da Associação de Lavradores e Posseiros do 2º Distrito de Nova Iguaçu, tendo percorrido vários cartórios nada encontrando com referencia áquela Associação; que a declarante pelos motivos expostos, se achando prejudicada por aquela intromissão e posse indevida de suas terras, nomeou, dando plenos poderes para lhe representar, o seu advogado o doutor Antonio Francisco de Azevedo Silva. E nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandando o doutor Delegado Adjunto que se encêrrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme assina com a declarante. Eu, (as) N. Diniz, escrivão o datilografei e subscrevo. (ass) David Campello. Delegado. Doquezia Pinheiro - Ferreira Pes Leme. Declarante. Natalino Diniz. Escrivão. --

.....D E P O I M E N T O.....

FLS. 14:- Armas da República. Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Segurança Pública. Divisão de Ordem Política e Social. Têrmo de Declarações que presta JOSE RODRIGUES ROCHA, na forma abaixo:- Aos nove dias do mes de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, em o cartório da Divisão de Ordem Política e Social, onde se achava presente o respectivo doutor Delegado Adjunto, o bacharel David Campello, comigo escrivão de seu cargo adeante declarado e no final assinado, aí presente JOSE RODRIGUES ROCHA, brasileiro, natural do Estado do Rio, com 27 anos de idade, solteiro, sabendo ler e escrever, sitiante, na Fazenda São Pedro, e residente no mesmo local, que depois de devidamente comprometido em dizer a verdade do que souber e lhe fôr perguntado - e sendo inquirido pelo doutor Delegado Adjunto DISSE: que,



é sitiante nas terras de D. Doquezia ha mais ou menos cinco (5) anos; que o declarante trabalha na seguinte base: á meio na banana e um terço nos demais cereais; que o declarante é sitiante, com dois (2) sitios um no logar denominado Mumbuca e outro na área que está sendo invadida; que o declarante -- quando estava abrindo o seu segundo sitio começou a chagar um pessoal desconhecido, seis ou sete pessoas, que perguntou ao declarante com ordem de quem estava roçando; que o declarante respondeu-lhe que era com ordem de D. Doquezia, a dona do terreno; que o declarante sabe que aludidos elementos são componentes da Associação dos Lavradores e Posseiros do 2º -- Distrito de Nova Iguaçu; que sabe chamarem-se Pimenta, Eduardo Americo, José Reis, Francisco Domingues; que os individuos falaram ao declarante "Voçe agora vai ser nosso sócio" que o declarante respondeu "Que não podia pois ha muito tempo é sitiante de D. Doquezia, com quem está plenamente satisfeito"; que ao declarante, então, foi dito: que deveria entrar para -- Associação se não sua situação poderia ser arruinada mais -- tarde"; que o declarante disse que não tomaria conhecimento daquela ameaça, pois só conhecia como proprietária das terras, D. Doquezia; que por diversas vezes, o declarante era abordado por aqueles individuos que insistiam para que o mesmo ficasse ao seu lado; que o declarante sabe que a Associação -- funciona em Pedra Lisa, perto de Caramujos, depois da Linha -- Auxiliar; que o presidente da Associação é um individuo por nome Pimenta e José Reis o fiscal; que aqueles individuos -- propruzeram ao declarante que entrasse para Associação pagando uma mensalidade de Cr\$20,00 deixando de cumprir o contrato de arrendamento que tem com D. Doquezia; que o declarante disse que não e foi ameaçado de não poder continuar em seus sitios sem aquele pagamento; que perto do sitio do declarante alguns intrusos já começaram a roçar e construir seus ranchos, tendo até uma familia morando, e próximo á Fazenda Normandia.



declarante certo dia descobriu um rancho armado perto da Lagôa de João Paulo; que acerdando-se das pessoas que estavam construindo-o o declarante perguntou-os com ordem de quem -- eles estavam construindo, ao que eles responderam que era -- com a ordem do Ministério do Trabalho; que o declarante exigiu, então uma declaração do Ministério do Trabalho, para -- que o mesmo a entregasse a D. Doquezia; que os individuos -- insistiam em permanecerem no local, quando o declarante que é investigador extra carteira nº 1669, valendo-se de sua autoridade ameaçou-os de se continuarem levalos-ia á presença do Delegado Regional; que só depois disso os intrusos se retiraram; que o declarante não sabe o nome dos nome dos mesmos; que quando á volta do encarregado das terras, o declarante passou-lhe o serviço; que o declarante voltou ás suas atividades no seu sitio; que o declarante ha mais ou menos -- dois (2) meses passados foi solicitado pelo encarregado das terras de D. Doquezia para que fosse á Lagôa de João Paulo, nas terras de D. Doquezia se entender com uns individuos que se achavam instalados em um rancho ali existente que tinha -- servido ao pessoal que trabalhava nas obras de dragagem; que ao chegar encontrou no mencionado rancho uma senhora deixando o recado para que seu marido fosse lhe procurar; que ninguém foi á sua procura; que dias depois o declarante recebeu um recado em que diziam que o mesmo fosse ao rancho para se entender com eles, pois tinham oito homens á sua espera; que o declarante não compareceu; que sabe que o presidente da -- Associação é um tal de Pimenta; que o declarante tem conhecimento que um individuo por nome Ignacio Barcellos foi presidente da Associação dos Lavradores e Posseiros do 2º Distrito de Nova Iguaçu; que nas terras de D. Doquezia o declarante conheceu um tal de Adriano que passou seu sitio indevidamente a um outro; que o declarante tomou conhecimento por --

ameaçados pelos intrusos; que sabe uns individuos ali instalados foram ao encarregado das terras dizendo que não aceitavam embargo de ninguem e que estavam por ordem de Pimenta. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandando o doutor Adjunto que se encerrasse o presente termos; que depois de lido e achado conforme assina com o declarante. Eu, (as) N. Diniz, escrevão datilografei e subscrevo. (ass) David Cappello. Delegado. Antonio dos Santos Coutinho. Declarante. Natalino Diniz. Escrevão. E R A o que se continha em as peças que me foram apresentadas, aqui bem e fielmente reproduzida na presente certidão, a qual me reporto e dou fé, nesta cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, aos dezesseis (16) dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e cincoenta e quatro (1954). Eu, *[Signature]*, Escrevão a subscrevo e assino.

[Signature]





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO CRIMINAL

7^o Ofício de Justiça

O cidadão OCTACILIO SOARES
serventuário do 1^o
Ofício de Justiça privativo do Serviço Criminal
da Comarca
de Nova Iguaçu Estado do
Rio de Janeiro, por nomeação na forma da Lei, etc.

CERTIFICA para os devidos fins que, revendo em seu poder e cartório o processo de DIVISÃO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL, em que figura como Queixosa DOQUEZIA PINHEIRO FERRIERA-PAES LEME, e Indiciado SOCIEDADE DOS LAVRADORES E POSSEIROS DE NOVA IGUAÇU, dele as fls. 17, consta o depoimento do teor seguinte: Armas da República. Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de segurança pública. Divisão de Ordem Política e Social. TERMO DE DECLARAÇÕES que presta EROTILDES PIMENTEL VIANNA, na forma abaixo: Aos dezenove (19) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro, em o Cartório da Divisão de Ordem Política e Social, onde se achava o respectivo Doutor DAVID CAMPELO, Delegado-Ajudante, comigo Escrivão de seu cargo, adiante nomeado e declarado, aí presente EROTILDES PIMENTEL VIANNA, brasileiro, casado, natural deste Estado, maior, com 46 anos (quarenta e seis) de

idade, filho de Octávio José Vianna e de Leovegilda Pimentel Vianna, lavrador, em Pedra Lisa, de cor preta, sabendo ler e escrever e residente em a escola Doutor Luiz Guimarães, em Pedra Lisa, Município de Nova Iguaçu, neste Estado, o qual, depois do compromisso legal e inquirido, DISSE:- que é presidente da SOCIEDADE DOS LAVRADORES E POSSEIROS DE NOVA IGUAÇU, (6º) Distrito, achando-se licenciado por 90 (noventa) dias por motivo de doença; que a referida Sociedade é registrada de acordo com a Lei; que atualmente, o seu quadro social abriga quinhentos (500) lavradores — inscritos como sócios, pagando, cada um, a mensalidade de Cr\$ — Cr\$20,00 (vinte cruzeiros); que uma das finalidades da Sociedade é o incremento da produção para baratear o custo da vida; que ao assumir a presidência da SOCIEDADE verificou que a mesma, pela sua Diretoria passada ou desde a sua fundação vinha alojando em terras circunvizinhas á sua sede, famílias de lavradores que — procuravam-na pedindo lugar para trabalhar; que o depoente, em face disso, e julgado serem essas terras do domínio da União, seguiu a mesma orientação alojando vários lavradores nas redondezas; que pode esclarecer haver recebido informações dos Engenheiros da Divisão de Colonização, inclusive o Doutor OCTAVIO DE TAL, que as terras em apreço pertencem ao domínio da União e por esse motivo poderiam ser ocupadas; que adianta ter enviado ao Presidente da República requerimento pedindo esclarecimento á respeito; que há uns quatro (4) meses, mais ou menos, infiltraram-se na Sociedade que dirige, com o propósito de auxiliar os lavradores nas suas pretensões, os elementos do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio: MIGUEL GONÇALVES e Doutor PENALVA SANTOS; que iniciativa por Doutor AQUIEL LEMOS, advogado da Sociedade.

o depoente, em companhia do referido MIGUEL GONÇALVES e mais: JOSE CRISTINO REIS e GENTIL DE TAL foi ao Ministro do Trabalho para - solicitar d'êle a designação de um funcionário do Ministério que pudesse esclarecer ás autoridades policiais que estavam sendo esperadas, na ocasião, as atividades da Sociedade que preside; que o Ministro, atendendo ao pedido que lhe foi feito pela comissão, mandou ao local da séde o senhor Doutor ANTONIO VALENTE; que o Ministro em aprêço é o Doutor JOÃO GOULART, a quem o depoente se - dirigiu; que a Sociedade dos Posseiros, por seu intermédio, mantém ligações estreitas com o Ministério do Trabalho que a orienta e defende em determinadas situações; que sabe, por ouvir dizer, - que D. Doquécia Pinheiro Ferreira Paes Leme é proprietária de uma, digo, de terras, no 6º (sexto) distrito de Nova Iguaçu, ou seja - em o lugar denominado São Pedro e que a Fazenda NORMANDIA também possui terras na mesma localidade e em Aljezur; que sabe que essas duas (2) propriedades foram invadidas por elementos vinculados á Sociedade de Posseiros, da qual é presidente; que sabe, também, por ouvir dizer, que o vereador BYRON DORE DE ALMEIDA manda os - indivíduos: ALFREDO FERREIRA e AMBRÓSIO DE TAL alojarem lavradores nas aludidas terras; que o depoente alojou treis (3) famílias em terrenos de D. Doquécia, julgando, como disse acima, pertencerem os mesmos á União; que recebeu de JOSE CORREA, presidente do SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com séde em Nova Iguaçu, cinco (5) recomendações, a que não atendeu, solicitando alojamento para lavradores e respectivas famílias; - que está residindo no local há oito (8) anos em terras que dizem ser da União, uns e outros que dizem ser da Fazenda Normandia, - de propriedade do senhor ARNALDO GUTINLE; que há uns (8) anos, -

mais ou menos, se processa êsse movimento de ocupação das referidas terras, já havido conflitos e até mesmo assassinatos, como o que se deu com José Theodoro que era o presidente fundador da Sociedade dos Posseiros; que segundo é do seu conhecimento, JOSÉ THEODORO foi morto por pessoa de JOSÉ MINEIRO, a mando dêste; que José Mineiro era protegido dos GUINLE. E MAIS NÃO DISSE e nem lhe foi perguntado, mandando o Doutor Delegado-Adjunto encerrar o presente termo, que depois de lido e achado conforme, assina com o declarante. Eu, C. Dias, Escrivão, o datilografei, subscrevo e dou fé. (ass) David Campello. Erotides Pimentel Vianna. Custódio de Oliveira Dias. E R A o que se continha em a peça que me foi apresentada, aqui bem e fielmente reproduzida na presente certidão, a qual me reporto e dou fé, nesta cidade de Nova Iguaçu, Estado de Rio de Janeiro, aos dezesseis (16) dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cincoenta e quatro. (1954). Eu, *[Signature]*, Escrivão a subscrevo e assino.





CESAR AUGUSTO DE FIGUEIREDO,
Serventuário Vitalício do Sexto
Ofício de Justiça da Comarca de
N. Iguassú, Estado do Rio de Janeiro,
por nomeação na Forma da Lei, etc...

C E R T I F I C A

por lhe haver sido verbalmente pedido que revendo os processos existentes em seu cartório e poder encontrou o de nº 132 "MANUTENÇÃO DE POSSE" que D. Doquezia Pinheiro Ferreira Paes Leme move contra a Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º Distrito de Nova Iguaçu, para ser mantida na sua "Fazenda de São Pedro", situada nos atuais 2º e 3º distritos de Nova Iguaçu, no final da E.F. Rio D'Ouro, - estação de Jaceruba (antiga São Pedro), neste Estado do Rio de Janeiro, sob a alegação de que esta sociedade, por si e por seus associados, estava turbando a posse da referida senhora sôbre a dita Fazenda; que às fls. 85/6 dos referidos autos consta a sentença do teor seguinte: "Vistos: D. Doquezia Pinheiro Ferreira Paes Leme propôs esta ação de manutenção de posse contra os associados da Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º Distrito de Nova Iguaçu, Ignacio José Barcellos e Francisco Alves porque: "Acha-se a suplicante, assim, injustamente turbada na posse do sítio - concedido ao seu meeiro Sergio Corrêa e ameaçada de esbulho de sua posse sôbre êsse sítio e outras áreas da Fazenda, por atos dos suplicados, "Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º distrito de Nova Iguaçu" e seus associados Ignacio José Barcellos e Francisco Alves, na forma exposta"

exposta" (sic). Requereu, nos termos do art. 371, do C.P.C.,
lhe fosse passado o mandado de manutenção initio litis, eis
que se acham provados, documentalmente, os requisitos exi-
gidos. A autora juntou vários documentos (fls. 4/33). Os des-
pachos de fls. 38 e 68 determinaram se procedesse à justifi-
cação, intimados os réus. A fls. 55 fôra retificado o nome-
do réu Francisco Alves para Francisco Marcelino. Às fls. 75
os réus alegaram que as terras em litígio pertencem à União
e que se trata de ação de "força velha". De fls. 77 usque -
80v encontram-se os depoimentos de quatro testemunhas. ISTO
POSTO: A autora provou quantum satis a fim de que lhe seja
concedido o mandado provisório de manutenção, eis que todos
os requisitos legais exigidos foram cumpridamente satisfei-
tos. As provas documental e testemunhal são suficientes pa-
ra demonstrar, "si et in quantum," a turbação alegada. Os ré-
us compareceram à justificação e reinqueriram as testemu-
nhas. A alegação de que as terras invadidas pertencem ao Do-
mínio da União, não só é prematura, como a prova existente
nos autos demonstra o contrário. Entretanto, poderão execic-
nar o Juízo em tempo hábil, na fase processual oportuna. A
turbação se deu em 30 de Setembro de 1953 e a ação foi pro-
posta em 2 de setembro de 1954. Logo, dentro do prazo de a
no e dia. Por esses motivos e o mais que dos autos consta,
concedo à autora o mandado liminar requerido, na forma da
lei. Nova Iguaçu, 2 de julho de 1955. (as) José Pellini".-
C E R T I F I C A, finalmente, que o final da sentença supra
foi cumprido, conforme se vê das peças abaixo transcritas:
CERTIDÃO- Certificamos e damos fé, nós Oficiais de Justiça
abaixo assinados que, em cumprimento ao respeitável manda-
do retro do Exmo. Snr. Dr. JOSÉ PELLINI, Juiz de Direito -
desta Comarca de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, nos
dirigimos à Fazenda de São Pedro, situada nos atuais 2º e

2º e 3º distritos dêste Município, e, sendo aí, procedemos a manutenção de posse em favor de D. Doquézia Pinheiro Ferreira Paes Leme, de um sítio concedido ao meeiro Sérgio Corrêa, bem como de outras áreas da referida Fazenda, tôdas objeto de turbação por parte da "Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º Distrito de Nova Iguaçu" e seus associados e mais Inácio José Barcelos e Francisco Marcelino, conforme vai constar do auto de manutenção de posse adiante lavrado. Fazenda de São Pedro, 13 de julho de 1955. Os Oficiais de Justiça: (ass) Otávio Soares. Moacyr Gonçalves.- AUTO DE MANUTENÇÃO DE POSSE, na fórmula abaixo:- Aos treze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, no lugar denominado Fazenda de São Pedro, situada nos atuais 2º e 3º distritos dêste Município, onde fomos vindos, nós Oficiais de Justiça abaixo assinados, presentes o Dr. Fernando Nunes Brigagão, advogado da autora D. Doquézia Pinheiro-Ferreira Paes Leme, o investigador Joaquim Pereira da Cunha, o auxiliar de Polícia Sebastião Norberto e os soldados da Polícia Militar dêste Estado, Aldir Coelho da Rocha e José Paula da Silva Rios, por nós requisitados, de acôrdo com a autorização constante do mandado, para garantir a sua execução, mantivemos a referida Dona Doquézia Pinheiro Ferreira Paes Leme, na pessoa de seu aludido advogado e procurador bastante, na posse de um sítio concedido ao meeiro Sérgio Corrêa, bem como de outras áreas da referida Fazenda, tôdas objeto de turbação por parte da "Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º Distrito de Nova Iguaçu" e seus associados e mais Inácio José Barcelos e Francisco Marcelino, não tendo sido possível, no dia de hoje, em virtude do adeantado da hora, cumprir integralmente os termos do respeitável mandado, de vez que a diligência de manutenção ainda terá de ser executada contra outros associados em próximo dia livre para is

isso. E, para constar, foi lavrado o presente auto que, lido e achado conforme, vai assinado por mim, (as) Otávio Soares, Oficial de Justiça, servindo de Escrivão da diligência, pelo Oficial companheiro, Moacyr Gonçalves e pelo procurador e advogado da autora, Dr. Fernando Nunes Brigagão. (ass) Otávio Soares. Moacyr Gonçalves. Fernando Nunes Brigagão. CERTIDÃO. Certificamos e damos fé, nós Oficiais de Justiça abaixo assinados que, tendo sido suspensos os trabalhos da execução da diligência de manutenção de posse a que se refere o auto retro e supra, em virtude do adeantado da hora, os quais deverão ter prosseguimento no próximo dia livre contra os demais associados da "Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º Distrito de Nova Iguaçu", deixamos de dar cumprimento à parte final do mandado, no que se refere, apenas, às pessoas do antigo e atual Presidente da aludida Sociedade, Edésio de Carvalho e Adriano de Carvalho, para ciência do despacho transcrito no corpo do mandado, fazendo-o, entretanto, relativamente, aos associados contra os quais foi executada a manutenção de posse, bem como de que deverão se abster da prática de novos atos turbativos, os quais recusaram a pôr ciente no mandado, bem como de receber contrafé. Fazenda de São Pedro, 13 de julho de 1955. Os Oficiais de Justiça:- (ass) Otávio Soares. Moacyr Gonçalves. CERTIDÃO Certificamos e damos fé, nós Oficiais de Justiça abaixo assinados que, tendo suspenso, no último dia treze (13), em virtude do adeantado da hora, os atos de cumprimento do respeitável mandado retro do Exmo. Snr. Dr. José Pellini, Juiz de Direito da Comarca de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, contra os restantes associados da "Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º Distrito de Nova Iguaçu," sendo hoje o primeiro dia livre para êsse fim, retornamos à Fazenda de São Pedro, situada nos atuais 2º e 3º distritos dêste Mu

Município, afim de complementar a diligência de manutenção de posse em favor de Dona Doquézia Pinheiro Ferreira Paes Leme conforme vai constar do auto de manutenção de posse a-deante lavrado. Fazenda de São Pedro, 29 de julho de 1955. Os Oficiais de Justiça.(ass) Otávio Soares. Moacyr Gonçalves

AUTO DE MANUTENÇÃO DE POSSE,na fôrma abaixo:- Aos vinte e nove (29) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), no lugar denominado Fazenda de São Pedro, situada nos atuais 2º e 3º distritos dêste Município, onde retornamos nós, Oficiais de Justiça abaixo assinados, presentes o Dr. Fernando Nunes Brigagão, advogado da autora Dona Doquézia Pinheiro Ferreira Paes Leme, e mais os integrantes da fôrça Policial requisitada ao Dr. Delegado Municipal: investigador Sebastião Rosa Valente, auxiliares da Polícia, Arnaldo Francisco de Paula Leal e João Batista-Gonçalves e soldado Mário Alves, e, sendo aí, manutenimos a referida Dona Doquézia Pinheiro Ferreira Paes Leme, na pessoa de seu aludido advogado e procurador bastante, na posse das restantes áreas da referida Fazenda de São Pedro, que vinham sendo objéto de turbação por parte da "Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º Distrito de Nova Iguaçu" e seus associados e mais Inácio José Barcelos e Francisco Marcelino, ficando, assim, por essa fôrma, integralmente executado o respeitável mandado retro. E, para constar, foi lavrado o presente auto que, lido e achado conforme, vai assinado por mim, (as) Otavio Soares, Oficial de Justiça, servindo de Escrivão da diligência, pelo Oficial companheiro, Moacyr Gonçalves e pelo advogado e procurador da autora,Dr. Fernando Nunes Brigagão, (ass) Otávio Soares. Moacyr Gonçalves. Fernando Nunes Brigagão. CERTIDÃO. Certificamos e damos fé que, tendo sido concluida a diligência para o cumprimento do respeitável mandado retro, demos ciência aos asso-

associados da "Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º - Distrito de Nova Iguaçu", da manutenção de posse hoje executada contra êle e em favor de Dona Doquêzia Pinheiro Ferreira Paes Leme, conforme constou do auto retro e acima lavrado, cientificando-os, ainda, do inteiro teor do respeitável mandado e intimando-os para se absterem da prática de novos atos turbativos, os quais ficaram de tudo bem cientes, recusando-se a pôrem o seu "Ciente" no mandado, bem como a receberem contra-fé do mesmo. Fazenda de São Pedro, 29 de julho de 1955. Os Officiais de Justiça. (ass) Otávio Soares. - Moacyr Gonçalves. CERTIDÃO: Certificamos e damos fé, nós, Officiais de Justiça abaixo assinados que, tendo sido concluída a diligência de manutenção de posse em favor de D. Doquêzia Pinheiro Ferreira Paes Leme, conforme consta dos autos lavrados, cumprindo-se, assim, integralmente, o respeitável mandado, nos dirigimos ao lugar denominado Pedra Lisa, em Presidente Pedreira, e, sendo aí, local de sua séde, intimamos a "Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º Distrito de Nova Iguaçu" nas pessoas de seus antigo e atual Presidentes, respectivamente, Edísio de Carvalho e Adriano de Carvalho e mais Inácio José Barcelos e Francisco Marcelino para ciência da manutenção de posse executada, do despacho que a concedeu e do inteiro teor do respeitável mandado, os quais ficaram de tudo bem cientes, recebendo contra-fé do mesmo mandado. Presidente Pedreira, 8 de agosto de 1955. Os Officiais de Justiça. Otavio Soares. Moacyr Gonçalves. **E R A** o que se continha em as peças do processo supra e retro - transcritas as quais ao próprio original me reporto e dou fé. Dada e passada nesta cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, aos vinte (20) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955). Eu, *Cuf*

Eu, Cesar Augusto de Figueiredo, Escrivão, a subscrevo e assino.

Cesar Augusto de Figueiredo
- CESAR AUGUSTO DE FIGUEIREDO-ESCRIVÃO -



Joqueria Pinheiro Ferrreira Paes Leme, maior, solteira e o Dr. Luiz Silvestre Pinheiro Paes Leme, engenheiro, solteiro, brasileiros, residentes na Av. Suburbana, nº 5076, no Distrito Federal, vêm dizer para requerer e V. Ex. o seguinte:

- 1- A 1ª suplicante é proprietária da fazenda de São Pedro, situada neste município, no final da linha da R.F. Rio d'Ouro, (extensão de Jaceraba, antiga São Pedro), que adquiriu por compra feita ao Banco Hipotecário do Brasil em 7/3/1906.
- 2- Há cerca de três annos, a 1ª suplicante, turbada na posse de sua fazenda por dirigentes e associados de uma "Sociedade de Lavradores e Possuidores do 6º Distrito de Nova Iguaçu", com sede no lugar denominado Pedra Lisa na Estação de Engenheiro Pedreira (antiga Caramujos), da R.F. Central do Brasil, neste município, que invadiram a sua propriedade, nela localizando diversos associados, requereu contra éstos e a dita "sociedade" ao Juiz de Direito deste Comarca um mandado de manutenção de posse, que foi concedido em 2/7/1908 e executado, ficando em consequência os turbadores impedidos de voltar àquella fazenda.
- 3- Entre os colonos da 1ª suplicante, que exploram sítios na fazenda de São Pedro, por prazo e sob condições contradas, conta-se o sr. Manuel dos Santos, occupante do sítio de fazenda, situado à margem direita do Rio São Pedro, próximo ao morro do Sate Rainha.

Em 4 de dezembro corrente, esse colono, com o consentimento da suplicante, transferia uma parte dos seus direitos contractuais a

o João Andrade, português, residente na Estrada Marechal Rangel, nº 679, c/38, Distrito Federal, para que este último pudesse explorar parte do referido sítio pelo restante do prazo que aquele ainda tinha.

4- Sucede que, ao dirigir-se João Andrade ao local do sítio, para iniciar os serviços de sua exploração, nele encontrou um indivíduo que, dizendo-se instalado pela "Sociedade de Lavradores e Possuidores do 6º Distrito de Nove Iguaçu", à qual havia pago a mensalidade de Cr\$20,00, negou-se a permitir que o mesmo João Andrade ali entrasse.

5- Tanto João Andrade no mesmo dia comunicado o fato à 1ª Suplicante, esta, no dia seguinte, 5 de dezembro corrente mandou ao local o seu sobrinho, Dr. Luiz Silvestre Pinheiro Pires Leme, ora 2ª Suplicante, que, acompanhado dos senhores João Andrade, Manuel dos Santos e José Rocha (este último também colono da fazenda), esteve no local invadido e, lá encontrando dois indivíduos, advertiu-os de que estavam ocupando terrenos da 1ª Suplicante e que a "Sociedade" que os havia instalado não podia fazê-lo, sob pena de responsabilidade, por isso que a 1ª Suplicante não somente era a proprietária da Fazenda de São Pedro, como ainda se achava judicialmente mantida por mandado contra a "Sociedade" cuja certidão exhibiu. Por tais motivos, determinou-lhes o 2ª Suplicante, em nome da 1ª Suplicante, que se retirassem a fim de evitarem as providências que, em caso contrário, seriam pedidas ao Juiz da causa.

6- À vista dessa atitude do 2ª Suplicante, um das invasores, que declarou chamar-se Pedro Alves Sobrinho, e ser o outro seu cunhado, disse que se retiraria, o que de fato fez, informando, porém, que iria procurar o Presidente da Sociedade, a fim de apurar qual a autoridade que a mesma tinha e que garantias lhe dava para ocupar terrenos por ele concedidos. Acrescentou então que, no domingo, dia 9 de dezembro corrente, haveria uma reunião dos associados, na sede da Sociedade, em pedra lisa, quando ele Pedro Alves Sobrinho

7- Uma vez que os dois invasores concordaram em se retirar, o 2º suplicante entregou o sítio aos ar.º João Andrade e Manuel dos Santos, para que eles se ocupassem podendo iniciar os serviços.

8- No dia 10 de dezembro, segunda-feira, um bando armado, com mais de vinte homens, portando foices, facões e revólveres ostensivamente à mostra - sendo que alguns que se embocaram nas vizinhanças do Cemitério estavam armados de mosquetões de Exército - chegou agressivamente ao povoado de São Pedro, Estação de Jaceruba, à procura, segundo faziam constar, dos que haviam "embargado" o sítio concedido pela "sociedade" ao tal Pedro Alves Sobrinho, declarando que agiam por ordem da sociedade de Lavreadores e Possuidores do 6º Distrito de Nova Iguaçu para buscar "o Dr. Luiz" (o ar.º 2º suplicante), "o administrador" da fazenda de São Pedro (ar.º Virgílio Eduardo Diniz) e "o Manuel dos Santos" (que havia transferido parte do direito de exploração do sítio a João Andrade).

O grupo dirigiu-se primeiramente à casa perto da estação de Jaceruba, onde costumam passar tempos a família do 2º suplicante e, como nela não encontrasse ninguém, encaminhou-se para a casa próxima do ar.º Virgílio Eduardo Diniz, administrador da fazenda de São Pedro.

Como também até não fosse encontrado, por haver viajado para o Distrito Federal, ficaram os do grupo ameaças à mulher e às filhas daquele administrador, querendo saber onde ele e o "Dr. Luiz" se encontravam, porque haviam sido mandados pela sociedade para prender e "ter uma conversa" com eles e mais o Manuel dos Santos, "que haviam provocado o embargo do sítio dado a Pedro Alves Sobrinho". Procurando mais intimidar a família do administrador do 1º suplicante, disseram ainda ao grupo que a sociedade manteria o seu associado Pedro Alves Sobrinho, armado de carabina no sítio da fazenda de São Pedro, onde o instalou, e que continuaria a fazer com outras associações, pois já possuía mais de 100 novas ações que seriam distribuídas não sómente nas terras de referida fazenda de São Pedro, da 1ª suplicante, até próximo à Estação de Jaceruba,

como também nas terras vizinhas, pertencentes à família do 2º suplicante.

Da casa do sr. Virgíllino, dirigiu-se o bando à casa de sr. Antônio dos Santos Coutinho, residente em terrenos da Represa de S. Pedro, do Departamento de Águas e Esgotos do Distrito Federal, do qual é funcionário. Sem levar em conta as tabuletas que proibem a entrada de estranhos nos terrenos da Represa, o bando neles penetrou até a casa do referido funcionário, para saber do mesmo se era encarregado das terras de propriedade da família do 2º suplicante.

Não tendo encontrado nenhuma das três pessoas a quem havia procurado para prender, retirou-se o bando, após fazer e repetir afovetosamente as suas intimidações nos botecos da estação, disparando na volta as suas armas, na altura do campo de foot-ball, ainda dentro do povoado.

9- Segundo o que se sabe dos fatos expostos e das atividades da "Sociedade" aludida, naquela região do município, tais invasões de propriedade privada obedecem a um plano evidente de subversão da ordem social, cuja gravidade avulta à medida que o grupo ativo cresce de número e de audácia ante o desamparo em que se vêem as suas vítimas, longe de qualquer socorro e proteção do poder público.

Tais fatos, porém, já de si criminosos, agora culminam com uma ameaça à liberdade e à vida do 2º suplicante e dos prepostos e colonos do 1º suplicante, que, ao entregar a sua propriedade aos assistentes, ou terá de ver presos, agredidos e mortos os que incumbir de administrar, vigiar e cultivar a sua propriedade, se ainda encontrar quem lhe queira executar esses serviços, arriscando-se a tão graves conseqüências, uma vez que o 1º suplicante, já octogenária, nada poderia fazer pessoalmente.

Para que isso não aconteça, vem o 2º suplicante pedir a V. Ex. a abertura de inquérito a fim de que, devidamente apurados os fatos criminosos narrados, sejam punidos os seus autores e garantida a propriedade dela 1º

Suplicante, bem como a vida do 2º Suplicante, do administrador e dos colonos de sua fazenda de São Pedro, seriamente ameaçada pelos dirigentes da sociedade de Lavradores e Possuidores do 6º Distrito de Nova Iguaçu, acima referida.

P. Deferimento

ANEXO:- Certidão dos atos de manutenção de posse de D. D. Pinheiro Ferreira Pses Leme contra a sociedade de Lavradores e Possuidores do 6º Distrito de Nova Iguaçu.